

POVOS
e
culturas

Exemplar n.º _____

FICHA TÉCNICA

Título: POVOS E CULTURAS – N.º 9
Cultura e Desporto

Editor: CEPCEP – Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa
Universidade Católica Portuguesa
Palma de Cima • 1649-023 Lisboa
Tel. 21 721 41 33 • Fax 21 726 61 60
e-mail: cepcep@cepcep.ucp.pt
www.ucp.pt/cepcep

Tiragem: 1.300 exemplares
175 exemplares em edição especial

Data de saída: Março de 2005

Depósito legal: 208452/04

ISSN: 0873-5921

Execução gráfica: Barbosa & Xavier, Lda. - Artes Gráficas
Rua Gabriel Pereira de Castro, 31-A e C
Tel. 253 263 063 / 253 618 919 • Fax 253 615 350
4700-385 BRAGA

POVOS e culturas

Direcção

Artur Teodoro de Matos

Mário F. Lages

Coordenação

Gustavo Pires

Secretário de Redacção

Maria Cristina Pereira

N.º 9 – 2004

Cultura e Desporto

Este número surge com o patrocínio de

- INATEL



CENTRO DE ESTUDOS DOS POVOS E CULTURAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Direcção:

Roberto da Luz Carneiro – Presidente

Mário Ferreira Lages – Secretário

Carlos Laranjo Medeiros

Artur Teodoro de Matos

João Muñoz

João Paulo Oliveira e Costa

Pedro Conceição

Conselho Geral:

Aníbal Cavaco Silva, António Barreto, António Bensabat Rendas, António Oliveira Guterres, Artur Teodoro de Matos, Carlos Laranjo Medeiros, Carminda Cavaco, Eduardo Marçal Grilo, Ernâni Rodrigues Lopes, Fernando Alves Cristóvão, Hermínio Martinho, João de Sá Coutinho Rebello Sotto-Mayor, Joaquim da Silva Lourenço, Jorge Miranda, D. José da Cruz Policarpo, José Eduardo Mendes Ferrão, Luís Filipe Reis Thomaz, Luís Francisco Valente de Oliveira, Luís Jorge Peixoto Archer, Luís de Oliveira Fontoura, Manuel Braga da Cruz, Manuel Ivo Cruz, Manuel José do Carmo Ferreira, Manuel Luís Marinho Antunes, Maria Idalina Resina Rodrigues, Maria Vitalina Leal de Matos, Mário Campos Pinto, Mário Ferreira Lages, Mário Sotto-Mayor Cardia, Roberto da Luz Carneiro, Rui Chancerelle de Machete.

ÍNDICE

1. CULTURA E DESPORTO

I. NOTA INTRODUTÓRIA.....	9
II. ESTUDOS.....	23
• Jorge Olímpio Bento – <i>Do homo sportivus: entre a utopia e a preocupação....</i>	25
• Manuel Sérgio – <i>O desporto e a motricidade humana: teoria e prática.....</i>	41
• Fernando Tenreiro – <i>Políticas públicas no desporto: a abordagem económica</i>	67
• Margarida Baptista e Paulo Andrade – <i>Organizações desportivas: um contributo para uma nova atitude.....</i>	81
• Carlos Pestana Barros – <i>Medição da produtividade toral nas actividades de formação das federações desportivas portuguesas com o índice de Malmquist...</i>	121
• Pedro Sarmento e António Rosado – <i>Os desafios da pedagogia do desporto....</i>	135
• Fernando Ferreira – <i>Síntese da história do desporto.....</i>	151
• Jorge Araújo – <i>Liderança? Superação!.....</i>	173
• Jorge Vilela de Carvalho – <i>Missão Paralímpica Atenas 2004.....</i>	189
• Rui Proença Garcia – <i>Antropologia do desporto: o reencontro com Hermes.....</i>	205
• José Alfredo Pinto Correia – <i>Sociedades Desportivas em Portugal: passado e futuro da gestão do desporto profissional.....</i>	225
• Elsa Pereira e João Carvalho – <i>Desporto e turismo: modelos e tendências.....</i>	233
• José Manuel Meirim – <i>O desporto do fundamental: um valor lusófono.....</i>	249
• António Marques – <i>Desporto infante-juvenil: as práticas competitivas, a formação e a educação dos mais jovens.....</i>	261
• André Escórcio – <i>No Ano Europeu da Educação pelo Desporto.....</i>	279
• Carlos Neto – <i>A actividade física e as «culturas de infância»: aspecto negligenciado no modelo de formação desportiva.....</i>	301
• Maria José Carvalho – <i>A alta competição e a lei: que relação?.....</i>	317
• Gustavo Pires, Carlos Colaço e José Pedro Sarmento Rebocho Lopes – <i>Desporto e desenvolvimento.....</i>	335

• Duarte Araújo e Sidónio Serpa – <i>Psicologia do desporto em Portugal: passado, presente e futuro</i>	359
• Olavo Malveiro e Rui Lança – <i>Desporto para trabalhadores</i>	375
• Odete Graça – <i>A participação das mulheres nos diferentes aspectos da dinâmica desportiva</i>	393
• José Pedro Sarmento Rebocho Lopes e Gustavo Pires – <i>Gestão do desporto. Novos desafios, diferentes soluções</i>	407
• Rui Claudino – <i>Desporto, gestão e sistemas de informação</i>	431
III. EDUARDO NERY	445
• Rocha de Sousa– <i>Eduardo Nery, obra multidisciplinar no estudo do espaço e dos meios, uma rara sensibilidade entre o campo modular e a poética</i>	447
• Eduardo Nery – <i>O Estádio do INATEL</i>	451

2. INÉDITOS CEPCEP

• Ana Costa Lopes – <i>Alguns aspectos da luta de Guiomar Torreção pela igualdade</i>	455
• Paulo Silveira e Sousa – <i>Materiais para o estudo da vinha e do vinbo nos Açores durante a segunda metade do século XIX</i>	473
• Carlos J. Margaça Veiga – <i>O governo Joanino no Oriente: a cidade, o município e a organização mesteiralk</i>	511
• A. M. Martins do Vale – <i>Recensão crítica à Obra D. Frei Alexandre de Gouveia, Bispo de Pequim</i>	523

3. ACONTECIMENTOS EM 2003/2004	531
--------------------------------------	-----

1. CULTURA E DESPORTO

I. NOTA INTRODUTÓRIA

Estamos a viver o Ano Europeu da Educação pelo Desporto que por coincidência também é o ano em que se realiza o campeonato europeu de futebol em Portugal (Euro 2004) e os Jogos Olímpicos. Se considerarmos que acabámos de cumprir 30 anos sobre Abril, temos de concluir que estamos naturalmente a viver um tempo de balanço. Portanto, só nos podemos regozijar pela iniciativa do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, instituição sedeadada na Universidade Católica Portuguesa pela decisão de avançar para a edição de um número temático da sua revista, dedicado à problemática do desporto. Na qualidade de editor convidado, para além de agradecer e felicitar a direcção da revista por tal iniciativa não posso deixar de manifestar a minha enorme satisfação por poder colaborar na construção de uma obra como esta que junta diversos trabalhos de um conjunto de pensadores e investigadores nacionais de grande prestígio que de há vários anos a esta parte se têm dedicado à produção de conhecimento no âmbito do desenvolvimento do desporto, fundamentalmente no domínio das problemáticas sociais.

O desporto em Portugal não nasceu agora debaixo dos holofotes do Euro 2004, nem da circunstância de estarmos a viver o Ano Europeu da Educação pelo Desporto. Como refere Olímpio Bento, o «Homo Sportivus» é um modelo de homem que entrou progressivamente na cena da notoriedade na segunda metade do século passado. E continua, «basta que actualizemos um pouco os conhecimentos sobre a história do pensamento e das ideias no decurso do século dezoito e desde então em diante, nomeadamente sobre Rousseau (1712-1778), Kant (1724-1804), Pestalózzi (1746-1827) e Humboldt (1767-1835) e sobre o impulso e esclarecimento que eles projectaram para outros seus continuadores, para percebermos que o «Homo Sportivus» tem aí as suas raízes. Na realidade, existe todo um percurso histórico realizado ao longo de finais do século dezanove e durante o século vinte que hoje temos de saber honrar e dar continuidade. Em conformidade, a edição deste número da revista «Povos e Culturas» procura fazer um balanço do «estado da arte» num dado momento histórico, que vai certamente constituir-se como um marco da produção científica em matéria de desenvolvimento do desporto.

Como nos diz Olímpio Bento, «se olharmos com acuidade para o outro lado do desporto, para lá da coreografia de gestos balizados pelo código de regras e

pelo reportório técnico-tático, vemos nele um texto onde se condensa e oferece a leitura da complexidade e variedade de aspectos que perfazem a vida dos homens e da sociedade.» Também este é o objectivo da presente edição. Quer dizer, pretende-se entender e levar a entender o desporto para além dos circunstancialismos do «reportório técnico-tático» para compreendê-lo nas relações que estabelece com os homens e a sociedade numa dinâmica de desenvolvimento humano. Para cumprirmos este desiderato há que, como nos diz Manuel Sérgio, radicalizar as questões para ir ao fundo dos problemas. De facto, «não há ética no discurso, se não se é radical na teorização de que nos ocupamos.» Na realidade, o grupo de técnicos, professores e investigadores que conseguimos juntar, têm vindo ao longo dos anos a radicalizar um discurso do conhecimento que se traduz na produção de conhecimento novo. São homens e mulheres que habituados a actuar como líderes de pensamento e a pensar como líderes de acção, na peugada daqueles que os antecederam estão a contribuir para a construção de um desporto novo em Portugal. Não tem sido tarefa fácil.

O desporto moderno em Portugal tem a sua fase de pré-arranque durante finais do século XIX e primeira metade do século XX. Em meados do século XIX, os jovens portugueses, que não alinhavam no grupo dos «janotinhas do passeio público», pegavam touros, corriam lebres, remavam em «guigas», velejavam em canoas do Tejo, eram bombeiros destemidos, dedicavam-se à ginástica de acrobacia e de aparelhos, jogavam ao pau e conviviam com os artistas dos circos Price, Diaz, Aragon e outros. Estas actividades desportivas, umas mais do que outras, foram acompanhadas, até à implantação da República, com grande interesse, pela família real. Por exemplo, em 1905, abriu a primeira escola de natação na Trafaria, e em 1906 realizou-se na baía do Alfeite a primeira prova de natação na distância de meia milha. O Rei D. Carlos ofereceu uma taça para primeiro prémio (Pontes, José, 1934)¹. Decorreu um século desde que a génese das práticas desportivas acontecia de forma espontânea, até aos tempos que correm em que trabalhos como os de Fernando Tenreiro cujo objectivo é a discussão das condições económicas para a produção de políticas públicas no domínio do desporto que contrariem a actual situação de estagnação do desporto português. No domínio económico, Margarida Baptista e Paulo Andrade discorrem sobre os aspectos relativos à avaliação financeira dos recursos empregues face aos resultados alcançados pelas federações desportivas. Finalmente Carlos Barros procura determinar a mediação da produtividade total nas actividades de formação das federações desportivas portuguesas nos anos de 1999 e 2000, utilizando para o efeito um método não paramétrico (DEA-data envelopment analysis). Estes trabalhos levantam questões fundamentais que possibilitam que a problemática do desenvolvimento do desporto, no que diz respeito ao controlo, passe a ter uma dimensão em que não sejam considerados só os aspectos propriamente

¹ José Pontes (1934): Quase um Século de Desporto. Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia.

desportivos, mas também os aspectos económicos e financeiros, através da introdução de indicadores de custo / benefício que, de uma maneira geral, têm sido pouco considerados no mundo das organizações desportivas.

Na realidade, em Portugal, a organização do desporto na sua dimensão burocrática tem pouco mais de um século. Datam do início do século XX as primeiras preocupações concernentes à sua estruturação para além das actividades espontâneas. Em 1905, por alvitre de Luiz Furtado Coelho, foi publicado o decreto que estabeleceu o ensino da ginástica nos liceus portugueses. Em 26 de Outubro de 1909, foi fundada a Sociedade Promotora da Educação Física Nacional. Presidida pelo Conde de Penha Garcia, desenvolveu a sua acção até ao ano de 1913. Em 1911 elaborou um «Projecto de Organização do Ensino da Educação Physica Nacional». É nesta perspectiva que entendemos o trabalho produzido por Pedro Sarmiento e António Rosado quando referem que «o desporto, com raízes histórias comuns ao movimento gímico e à educação física está em constante evolução.» «A prática desportiva está para além do espectáculo desportivo na medida em que é uma atitude perante a vida». Nestas circunstâncias a pedagogia do desporto, como referem, «é chamada a enfrentar velhos e novos desafios, numa sociedade sempre diferente em constante evolução», pelo que avançam com uma proposta de uma nova visão pedagógica que equaciona ou reequaciona a diversidade, a mudança, a ética e os necessários modelos estratégicos que respondam às novas dificuldades. Mas, no início do século passado, também a ideia olímpica estava a chegar a Portugal. Como afirma Fernando Ferreira, Pierre de Coubertin «lançou publicamente, e pela primeira vez numa conferência proferida em Paris no ano de 1892 a ideia da renovação dos Jogos Olímpicos. Em 23 de Julho 1894 no Grande Anfiteatro da Sorbonne foi aprovada a constituição do primeiro Comité Internacional Olímpico (CIO) e em 1896 realizaram-se em Atenas os primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna. Portugal começou a pertencer ao clube olímpico em 1906, quando o Rei D. Carlos indicou ao Barão Pierre de Coubertin a pedido deste, o Dr. D. António de Lancastre, médico da Casa Real, para Encarregado de Negócios em Portugal do CIO. Entretanto em 26 de Outubro de 1909 foi fundada a Sociedade Promotora de Educação Física. O Comité Olímpico Português como com toda a propriedade argumenta o ex-atleta olímpico e ex-inspector superior da Direcção Geral dos Desporto, Orlando Azinhais, só viria a ser fundado em 30 de Abril de 1912, ano em que decorreram os Jogos Olímpicos de Estocolmo onde começámos a nossa aventura Olímpica em busca da superação. Infelizmente, não começámos bem já que na corrida da Maratona faleceu o nosso compatriota Francisco Lázaro.

Se olharmos para a história do desporto em Portugal a busca da superação na acepção que nos é dada por Jorge Araújo é uma constante ao longo dos tempos. Como diz o técnico de basquetebol de maior gabarito nacional, «na vida em geral e no desporto em particular, aprendemos que para haver superação, tem de existir pressão, exigência, aqui e ali, mesmo adversidade. Quase sempre, é na dificuldade que nos transcendemos na busca da concretização de objectivos.» Esta

dinâmica de superação também nos é trazida e demonstrada por Jorge Carvalho na sua sùmula acerca dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. O problema é que nesta sociedade em busca de cada vez mais aceleração e velocidade, como nos diz Rui Proença Garcia, «talvez ninguém perca demasiado tempo a reflectir no facto de existirem, desde tempos imemoriais, manifestações humanas que podem expressar, sem custo, a ideia do nosso desporto.» Ao lermos o autor, vem à colação a institucionalização do primeiro clube português, a Real Associação Naval surgida em Lisboa no ano de 1856 e toda a dinâmica das regatas de vela e de remo que ao tempo, ainda envolvidas nas artes da pesca e dos transportes aconteciam no rio Tejo, lhe deram origem. Seguiu-se-lhe o Real Ginásio Clube. Até ao início do século XX as actividades desportivas desenvolveram-se de forma dispersa e circunstanciadas a determinadas classes sociais. A partir de 1910, começaram a aparecer clubes por todo o País. Em finais dos anos trinta, existiam mais de três centenas, principalmente localizados à volta dos três grandes centros urbanos e industriais Lisboa, Porto e Setúbal. A primeira federação desportiva, a União Velocipédica Portuguesa, foi fundada em 14 de Dezembro de 1899. Em finais dos anos trinta já existiam no país 16 federações desportivas. No mês de Março de 1926 foi fundada a Confederação Portuguesa de Desportos que, a breve trecho, deixou de funcionar. O associativismo desportivo a nível da sua cúpula é representado pelo Comité Olímpico de Portugal e pela Confederação do Desporto de Portugal fundada em 1993. Em 1997 foi criada a figura jurídica das sociedades anónimas desportivas (SADs) como entidades vocacionadas para a organização e gestão do desporto profissional nos clubes, as quais para o efeito têm um estatuto societário específico em certas vertentes, e no geral reportam para os requisitos jurídicos das restantes sociedades anónimas comerciais. A este respeito Pinto Correia, no seu texto, alerta os leitores para o facto de as empresas criadas terem de responder gestionariamente, quer em concretização de estratégias e objectivos, quer nos resultados financeiros e económicos, perante os seus «stakeholders», entre os quais se encontram agora os seus financiadores por excelência, isto é, os seus accionistas («shareholders»). Quer dizer que, nos últimos anos, estão a chegar ao desporto não só outras práticas ou outros modelos organizacionais, como também outros agentes interessados quer directa quer indirectamente não exclusivamente nas práticas em si como no passado, mas em toda uma indústria do entretenimento que se já organiza à escala do Planeta. Está neste caso também a íntima inter-relação que o desporto estabelece com o turismo, não só em termos individuais naquilo que tem a ver com a ocupação do tempo com as mais diversas actividades desportivas desde o espectáculo à prática propriamente dita, como também a dimensão relação desporto e turismo no quadro dos respectivos planos estratégicos de desenvolvimento das cidades, das regiões e até de países. Elsa Pereira e João Carvalho avançam no seu trabalho com um conjunto de modelos conceptuais que procuram estabelecer a relação entre desporto e turismo, bem como apresentam tendências de desenvolvimento relativamente ao futuro próximo. Este trabalho revela-se tanto mais importante

quanto se sabe que o turismo é um sector estratégico no desenvolvimento do país, pelo que a promoção da sua qualidade passa por considerar vários aspectos que lhe possam trazer vantagens competitivas no âmbito da competição interpaís, pelo que o desporto não pode deixar de ser considerado tendo em atenção os mais diversos segmentos sociais que ao longo do ano nos visitam.

Em 1916, organizado pelo Ginásio Clube Português, realizou-se o «I Congresso de Educação Física», tendo sido discutidas, durante três dias, diversas teses respeitantes à organização e institucionalização do desporto em Portugal. Contudo, os esforços de organização do desporto na primeira metade do século XX foram deveras contraditórios. Por um lado, era manifesto o desinteresse e até alguma oposição do Estado em relação a tudo aquilo que tivesse a ver com a prática desportiva. Assim, em 1932, no Decreto n.º 21:110, de 16 de Abril, que «aprovou e mandou pôr em execução o regulamento da educação física dos liceus», foram condenados os «desportos anglo-saxónicos». Os seus autores não entendiam que, como agora nos confirma Rui Proença Garcia, o desporto, mais que uma manifestação (bio)física, é o sentido de uma vontade própria. Em conformidade, em 1933, no 1.º Congresso dos Clubes Desportivos, houve um apelo das mais ilustres figuras da sociedade desportiva solicitando a intervenção do Estado no desporto (In: «Os Sports», 1/12/33), apelo esse que já vinha de há muito. Esta intervenção acabou por surgir com a institucionalização da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho em 1935, da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa em 1936 e da Direcção-Geral da Educação Física, dos Desportos e Saúde Escolar em 1942. Esta ordem desportiva durou até 25 de Abril de 1974. Desde 1976, o desporto passou a fazer parte dos direitos consignados na Constituição da República Portuguesa, que no Artigo 79.º determina que «todos têm direito à cultura física e ao desporto.» Lá se diz que «incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto.» Contudo, o Decreto-lei 32946, de 3 de Agosto de 1943, que organizou o desporto no Estado Novo só viria a ser ultrapassado com a Lei de Bases do Sistema Desportivo (Lei 1/90, de 13 de Janeiro) que criou um novo enquadramento jurídico para o desporto no país, enquadrando na referida Lei «aquilo que naquele momento se considerava ser desporto» (Rui Proença Garcia) ou o desporto. Esta cosmovisão perdurou até 2004 com a aprovação pela Assembleia da República de uma nova Lei, um novo enquadramento e consequentemente uma nova cosmovisão para o desporto no país.

Dados do Instituto Nacional do Desporto relativos a 2000² indicam um total de 8874 clubes no âmbito do desporto federado, admitindo-se que possam existir

² Instituto Nacional do Desporto (2002): Federações Desportivas Indicadores Desportivos e Financeiros 97 – 2000, Lisboa, Ministério da Juventude e do Desporto.

cerca de 9500 clubes desportivos. No que diz respeito às federações desportivas, segundo a mesma fonte estão contabilizadas 62 aceitando-se que possam existir cerca de 75 federações desportivas, número este com tendência para aumentar. Contudo, a taxa de associativismo desportivo, entre 1988 e 1998, decresceu de 36% para 21 % da população (Fernandes, Ana, 1998)³. Independentemente do tipo de associativismo, as taxas de adesão dos jovens portugueses são relativamente baixas.

Do ponto de vista orgânico o desporto em Portugal organiza-se em três níveis. Uma estrutura governamental, com serviços operativos no domínio da administração pública desconcentrada a nível distrital. A administração regional, com serviços político-administrativos a nível das regiões autónomas dos Açores e da Madeira. A administração pública local através das autarquias locais. É nesta dinâmica entre o público e o privado que a nível europeu foi configurado aquilo que é designado como o «modelo europeu de desporto» que deverá ficar explicado na futura constituição europeia, naquilo que tem a ver com direito de acesso à prática desportiva da generalidade dos cidadãos europeus. José Manuel Meirim, partindo da realidade inegável da dimensão do desporto moderno e utilizando a metáfora de Marcel Mauss, considera-o um «facto social total», discorrendo sobre o desporto enquanto valor constitucional. Nesta perspectiva, discursa acerca do valor lusófono do desporto no quadro das constituições dos países da comunidade.

As grandes acções de promoção da prática desportiva só arrancaram na década de setenta, com as enormes transformações sociais e políticas que se viveram no País a partir de Abril de 1974. A implantação do novo regime favoreceu, em 1975, a realização do ENDO – Encontro Nacional do Desporto, que teve como objectivo principal «promover o debate de ideias em torno de uma nova definição de desporto.» O País foi varrido por um vasto programa de actividades desportivas dirigidas à generalidade da população, executado pelo então designado MDV – Movimento Desportivo Voluntário. A partir de então começou a expandir-se o «movimento da corrida» nas ruas e nas estradas, muitas vezes espontâneo e inorganizado, que veio não só gerar um volume de praticantes muito significativo, como também a proporcionar as condições para o aparecimento de grandes corredores de fundo e meio fundo, com projecção internacional, como, por exemplo entre outros, Carlos Lopes, Fernando Mamede, Rosa Mota e, mais recentemente, António Pinto e Fernanda Ribeiro. Salvo raras excepções, temos de estranhar o menosprezo a que a grande maioria dos heróis desportivos têm sido votados num quadro de promoção de uma educação desportiva da juventude portuguesa. Provavelmente, ainda são laivos do funda-

³ Ana Fernandes (1998): Identidade Nacional e Cidadania Europeia, In: Os Jovens Portugueses de Hoje. Lisboa, Celta, Obra patrocinada pela Secretaria de Estado da Juventude, no âmbito do Observatório Permanente da Juventude Portuguesa.

mentalismo de 1932 que condena as práticas desportivas pelos aspectos negativos que são atribuídos à competição. António Marques no seu ensaio com grande oportunidade aborda esta questão perguntando: «Que sentido teria o desporto para a criança sem competição?», avançando para uma perspectiva ideológica em que defende a competição como elemento estruturante de toda a educação desportiva, o que terá necessariamente de conduzir à assumpção educativa de uma galeria de heróis desportivos que hão-de passar para a juventude as virtualidades de uma prática desportiva ao longo da vida. As dificuldades, contudo, não se esgotam só no domínio da coerência ideológica que deve colocar em sintonia a realidade desportiva que acontece à escala mundial, com as novas necessidades decorrentes de sucessivas gerações de jovens que devem encontrar nos estabelecimentos de ensino básico e secundário as condições óptimas de acesso à prática desportiva. Entre a institucionalização da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa em 1936, e as reformas do Sistema Educativo e Desportivo acontecidas respectivamente nos anos oitenta e noventa, não foi possível encontrar um máximo denominador comum ideológico capaz de catapultar o desporto enquanto instrumento educativo para uma dinâmica de acordo com a emergência de um novo século. Muito embora o Programa do Desporto Escolar tenha ganho significado estratégico no que concerne à promoção das práticas desportivas entre a juventude escolar, o que é facto é que muita coisa ficou por esclarecer, desde logo a existência de perspectivas políticas claras no que diz respeito à identidade pedagógica do desporto em ambiente educativo bem como à estrutura e à dinâmica da sua organização. A este respeito as opiniões expressas por André Escórcio, docente na Escola B+S Gonçalo Zarco da Região Autónoma da Madeira, são demolidoras mas lúcidas, ao afirmar que «é preciso que se assuma que o quadro actual que configura a Educação Física Escolar é, genericamente, de péssima qualidade.» A problemática da qualidade e da excelência requer uma nova perspectiva organizacional para o desenvolvimento do desporto no sistema de ensino. Conclui pela necessidade urgente da reformulação organizacional e programática da Educação Física enquanto disciplina curricular dos programas dos ensinos básico e secundário, numa perspectiva de educação desportiva, provocando uma ruptura com uma prática que já não satisfaz as necessidades das crianças e dos jovens que vivem a plenitude da sua vida já no século XXI. Como é fácil de verificar não é por falta de estudo e de trabalhos de reflexão e investigação que este problema, há muito, não podia, com coerência e operacionalidade, estar resolvido. Por exemplo, Carlos Neto, um dos investigadores de grande prestígio nacional e internacional no domínio da motricidade infantil, levanta com grande oportunidade a questão dos modelos de formação desportiva para a infância na sociedade actual. Na sua perspectiva, quando se estuda o desenvolvimento motor, é necessário partir em busca de uma explicação integrada entre desenvolvimento e aprendizagem, ecologia e crescimento, génese dos padrões motores e jogo e desenvolvimento, num perspectiva multidisciplinar com coerência interpretativa e explicativa. Conclui que «a independência de mobili-

dade das crianças em meios urbanos, está associada a uma série de factores complexos, que passam por uma boa definição de decisões governamentais e municipais sobre políticas centradas na infância.»

O mundo do desporto, a par da sociedade em geral, vive um tempo de mudança, um tempo de turbulência, de antagonismo de ideias entre o velho e o novo, entre o imobilismo e a inovação que encontra em si as potencialidades necessárias à evolução e ao progresso sem ser à custa da qualidade de vida das gerações futuras. A «Carta Europeia de Desporto para Todos» do Conselho da Europa, durante os finais da década de setenta e a de oitenta, serviu de orientação às políticas desportivas conduzidas a nível governamental. Aqueles anos foram, tanto em Portugal como na generalidade dos países da Europa Ocidental, os anos dourados do «estado providência» que sustentou as suas políticas no programa europeu designado de «Desporto para Todos». A partir deste programa organizaram-se inúmeras actividades desportivas formais dirigidas à população em geral, bem como a prática de novas modalidades desportivas marcadas por motivações ecológicas, pela fruição da natureza, pelo culto da imagem e da estética corporal. Contudo, a partir dos anos noventa, a estratégia das políticas desportivas, em virtude de um arrefecimento da intervenção do «estado providência» voltou-se para o desenvolvimento do desporto federado. Em Portugal, o apoio estatal a nível central passou a ser realizado essencialmente através da celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo com as diferentes federações desportivas. Em conformidade, a Administração Pública apoiou fundamentalmente o sistema de alta competição conducente à obtenção de resultados desportivos com forte projecção internacional. Em consequência, se por um lado a taxa de participação desportiva decaiu significativamente durante os anos noventa, por outro, é geralmente reconhecido que, no capítulo da alta competição, durante esta década foram obtidos resultados de grande significado internacional em diversas modalidades desportivas. Maria José Carvalho, docente da Faculdade de Ciências do Desporto e da Educação Física da Universidade do Porto sistematiza de uma forma clara as relações entre a alta competição e a lei, elucidando a inserção da problemática da alta competição nos programas dos Governos Constitucionais. A autora esclarece ainda aquilo que está configurado na Lei de Bases do Sistema Desportivo, como também o que se expressa na nova e famigerada Lei de Bases do Desporto. Finalmente, sistematiza um conjunto de direitos e deveres inerentes aos agentes desportivos que protagonizam a alta competição no país, concluindo por uma profunda intimidade entre a alta competição e a lei, que decorre de uma vontade política dos vários Governos Constitucionais. Deste modo, é necessária uma capacidade de inovação constante que responda às necessidades de um sistema de grande complexidade a evoluir a uma velocidade alucinante. O problema que decorre desta assumpção da política desportiva a partir do alto rendimento e do espectáculo desportivo, traduzido em grandes eventos desportivos como o Master de Ténis, o Mundial de Pista Coberta em 2001 e entre outros o Campeonato Europeu de Futebol em 2004, traduz um

desequilíbrio gritante no que diz respeito à responsabilidade do Estado em promover políticas a montante que garantam a prazo o necessário efeito de volume necessário a um desenvolvimento desportivo equilibrado. O trabalho assinado pelo autor destas linhas em colaboração com Carlos Colaço e Rebocho Lopes, traduz precisamente a necessidade de estabelecer racionalidade na decisão em matéria de política desportiva, racionalidade esta da responsabilidade do Estado, sob pena de numa sociedade liberal, as assimetrias regionais e sociais ainda se acentuarem mais precisamente devido à acção do Estado pelas políticas conduzidas a nível dos governos. Os números das poucas estatísticas que é possível apurar, indiciam uma situação preocupante e difícil senão impossível de alterar a curto prazo. De facto, muito embora 47% da população portuguesa tenha afirmado em 1998 que gosta bastante de desporto (In: Marketest – Consumidor, 1999), na realidade, segundo dados da União Europeia, somente 22% diz praticar desporto com regularidade. Em termos europeus é uma taxa baixa provavelmente com tendência para decrescer, até porque as estatísticas da demografia desportiva do Ministério da Juventude e Desporto indicam que, entre 1988 e 1998, a taxa de participação desportiva decresceu de 27% para 23%. No período em causa, em conformidade com o que se passa no cenário internacional, verificou-se um aumento da prática desportiva ao nível dos adultos e idosos, mas simultaneamente registou-se um decréscimo acentuado ao nível dos adolescentes e jovens. O próprio desporto federado, no mesmo período de tempo, cresceu somente de 3% para 4% da população praticante. Segundo o Instituto Nacional do Desporto em 2000 estavam inscritos em 62 federações desportivas 317798 praticantes. Contudo, com a melhoria das condições de vida de estratos significativos da população portuguesa, conseguidas nos últimos 20 anos, os jovens e adultos em idade mais baixa, parece terem iniciado uma reinterpretação do desporto através das mais diversas práticas desportivas informais que escapam às estatísticas tradicionais. Duarte Araújo e Sidónio Serpa fazem a este respeito o levantamento daquilo que em matéria de psicologia do desporto aconteceu não só na cena nacional como internacional, augurando um futuro promissor para a psicologia no domínio da formação inicial bem como na área da intervenção profissional especializada. É que hoje a diversidade das práticas e dos praticantes alargou-se extraordinariamente, pelo que da alta competição à recreação, o apoio de especialistas e na situação presente de especialistas em psicologia do desporto, é de fundamental importância até no que concerne aos critérios da escolha em matéria de políticas públicas desportivas. O desporto tem vindo a expandir-se para além das práticas formais, pelo que está a florescer uma nova cultura desportiva consubstanciada naquilo a que Olímpio Bento chama uma «ética indolor», associada à fruição de valores de pendor hedonista e à rejeição do esforço, do suor, da disciplina e do sacrifício. Nesta perspectiva aberta de entender a prática desportiva, se forem contabilizados os caçadores com um total no país de cerca de 400 mil e os pescadores desportivos com cerca de 200 mil, a taxa de participação desportiva poderá subir para valores mais favoráveis, muito embora não

branqueie as desastrosas decisões que em matéria de política desportiva têm sido realizadas nos últimos anos. Olavo Malveiro e Rui Lança sistematizam o que a este respeito se passa no mundo do trabalho, um sector desportivo com largas tradições no mundo da organização desportiva nacional, que tem mantido uma orientação firme ao longo dos anos, sem ceder a modas passageiras e sem deixar de cumprir a missão especial de que é responsável. Mas se atendermos às palavras de Odete Graça no que diz respeito do acesso da mulher ao desporto, a situação assume aspectos muito preocupantes. Segundo a autora, em Portugal não houve, até à década de 90 nenhuma iniciativa que promovesse o debate sobre a (des)igualdade da mulher no desporto. Só com a realização do 1.º Congresso «A Mulher e o Desporto» realizado em 1996, promovido pelo Movimento Democrático das Mulheres, é que pela primeira vez a problemática do desporto foi abordada de forma tão ampla e diversificada. Não faz sentido diz-nos ainda, «que numa sociedade que se deseja evoluída e em pleno século XXI, a situação das mulheres quanto à sua presença no desporto como praticante, treinadora, juiz, árbitra ou dirigente, se assemelhe mais à de um país do terceiro mundo.» Repare-se, por exemplo, que o Comité Olímpico de Portugal, que neste domínio devia ser exemplar tem somente uma mulher entre os seus corpos dirigente elites e, mesmo assim, num lugar secundário.

Os dados conhecidos indicam uma necessidade imperativa de ser o Estado a estabelecer os equilíbrios necessários a uma sociedade que cada vez mais fundamenta o seu desenvolvimento numa lógica de mercado. Obrigam a que a entidade pública com competência para tal o Instituto do Desporto de Portugal tenha não só por vocação e missão apoiar o desporto federado e a alta competição, mas principalmente os programas conducentes à generalização da prática desportiva de maneira a conseguir um significativo efeito de volume no desporto nacional. No fundo trata-se de acertar a prática política com a teoria determinada pelo quadro ideológico acordado na «Carta Europeia do Desporto» aprovada pelos Ministros Europeus responsáveis pelo desporto em Rhodes, Maio de 1992. A Carta, na esteira do pensamento de Manuel Sérgio (1989), Olímpio Bento (1989) e tantos outros pensadores europeus em matéria de desporto, define-o como «todas as formas de actividade física que através de uma participação organizada ou não, têm por objectivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis.» Nesta perspectiva, se o projecto «Mexa-se» que decorre em 2004, no âmbito do «Ano Europeu da Educação pelo Desporto», do ponto de vista da promoção da prática desportiva pode ser enquadrado no espírito da Carta, por outro, é de lamentar que seja o próprio Governo através do Instituto do Desporto de Portugal, a suportar o programa através do recurso a entidades privadas, ligadas à indústria da «fast food» e dos refrigerantes. Na verdade, para além de ser questionável que o Estado para cumprir a sua missão tenha de ser patrocinado por empresas privadas, por outro, como é reconhecido pela generalidade das pessoas envolvidas nas mais diversas vertentes

da saúde e da qualidade de vida, as empresas em causa levantam graves questões no que diz respeito à saúde. O imperativo do equilíbrio deve orientar a acção do Estado sob pena de ser o próprio Estado a promover novos desequilíbrios sociais.

Se existem aspectos em que a situação desportiva evoluiu significativamente nos últimos trinta anos, o das instalações é, certamente, um deles. Considerando a taxonomia adoptada no âmbito da administração pública (www.indesporto.pt), existem no país 2716 grandes campos, 3510 pequenos campos, 59 pistas de atletismo, 1090 campos de ténis, 1224 salas, 836 pavilhões, 355 piscinas cobertas e 325 piscinas de ar livre. Se tivermos em conta que em 1975 (Carvalho, M., 1975) ⁴ em relação às instalações cobertas existiam 120 pavilhões, 20 piscinas e 21 tanques e quanto às descobertas 481 polidesportivos e 30 pistas de cinza (14 de piso sintético em 1994), pode-se perceber o extraordinário salto dado nesta matéria pelo país. Se considerarmos ainda que o objectivo então afirmado pretendia atingir uma situação de 222 pavilhões, 186 piscinas, 425 tanques, polidesportivos (sem necessidades), 50 pistas de atletismo pode-se verificar o extraordinário salto quantitativo e qualitativo que o país deu nos últimos 30 anos em matéria de instalações desportivas.

Como refere José Pedro Rebocho Lopes, a gestão do desporto no país é um aspecto crucial em termos de desenvolvimento. Os recursos humanos materiais e financeiros envolvidos obrigam a uma nova prática no que diz respeito à gestão do sistema desportivo a nível do seu vértice estratégico, que promova uma ruptura entre o velho dirigente dileitante e as novas necessidades sociais que não se compadecem com um amadorismo muitas vezes de grande irresponsabilidade. Isto significa que é necessário encontrar respostas a três níveis das organizações desportivas. Em primeiro lugar, é necessário encontrar mecanismos que facilitem a vida a todos aqueles dirigentes que a nível do centro operacional do sistema, de uma forma benévola, promovem, organizam e mantêm as actividades desportivas nos mais diversos organismos do sistema desportivo. Em segundo lugar, é fundamental começar a formar estruturas intermédias com um alto perfil profissionalizado que respondam às novas necessidades organizacionais do desporto moderno. Finalmente, há que considerar a figura do dirigente não executivo que no vértice estratégico das organizações preserva os valores que devem presidir à organização em causa. Rui Claudino desenvolve o seu trabalho no domínio dos sistemas de informação aplicados ao desporto, propondo uma solução prática dedicada dada a especificidade e natureza das actividades desportivas. E apresenta o caso da Federação Portuguesa de Patinagem que utiliza o sistema de informação SisGESDF para planear, organizar e controlar a actividade operacional dos respectivos campeonatos. O sistema em causa suporta os sorteios das equipas, o planeamento das jornadas, a elaboração das matrizes e respectivos calendários de

⁴ Carvalho, Melo (1975): *Desporto e Revolução, Uma Política Desportiva*, Lisboa, Direcção-Geral dos Desportos.

jogos, o registo dos golos e da disciplina através dos boletins de jogo, a nomeação dos árbitros, a classificação das equipas e a lista dos melhores marcadores. Estão também contempladas as tarefas relacionadas com o conselho de justiça e disciplina, através da definição e registo dos castigos e penas a aplicar a clubes e jogadores. Para além disso, o sistema está preparado para a emissão das licenças federativas dos jogadores dos diversos escalões competitivos.

O desporto em Portugal apresenta diversos paradoxos e contradições. Por um lado, tem estado condicionado às difíceis condições económicas e sociais do país, mas, por outro, apresenta resultados em algumas modalidades e de atletas individuais que ultrapassam significativamente aquelas dificuldades. Vive a crise do «modelo europeu de desporto» bem como as contradições entre as políticas dirigidas mais ou menos para a massa ou para a elite. Em conformidade, é de fundamental importância que se encontre a verdadeira vocação de cada sector de prática ou de actividade desportiva bem como o padrão de intervenção do Estado e suas relações com o Movimento Desportivo. O salto qualitativo e quantitativo do parque de instalações para o desporto formal foi significativo, contudo, tudo indica que a adesão das novas gerações à prática desportiva está a ser realizada no domínio do informal e do inorganizado, pelo que se torna necessário dar nova orientação às políticas de equipamentos desportivos. Muito embora exista um esforço significativo na formação de quadros a nível superior, o dirigismo desportivo perpetua-se no poder impedindo o acesso às novas gerações em busca do desporto de uma profissão interessante num mundo onde as profissões interessantes estão a rarear.

Finalmente diremos que a importância que o desporto assume na sociedade actual requer um maior investimento da classe política e dos partidos para o estudarem e compreenderem a fim de ser possível a idealização de políticas desportivas claras e objectivas que tenham em atenção os reais interesses das populações sobretudo as mais desfavorecidas. Manuel Sérgio termina a sua prosa perguntando: «Como se produz, na perspectiva desportiva, a passagem da explicação à compreensão, do empírico ao teórico, do figurativo ao temático?» Esperamos que este número da revista «Povos e Culturas» contribua para que a resposta possa começar a ser encontrada. Por isso o nosso agradecimento a todos aqueles que conosco colaboraram.

Lisboa, Julho 2004

Gustavo Pires

II. ESTUDOS

DO HOMO SPORTIVUS: ENTRE A UTOPIA E A PREOCUPAÇÃO

Jorge Olímpio Bento *

1. Introdução

Há mais de dois mil anos que os gregos o inventaram. À luz de princípios, valores e finalidades de divinização do homem e de humanização da vida. E em nome de uma política e de uma ideologia da harmonia do corpo e da alma. Era uma prática e um símbolo de homens livres, que através dela se transcendiam e visavam o sonho de dobrar o portal de entrada no Olimpo. Vinha pela porta da civilização, da cultura e cidadania, trazia a paz e celebrava a beleza de mão dada com a poesia, o teatro, a retórica, a música e com as outras formas de arte. Foi assim que o desporto se apresentou em Olímpia, num lugar sagrado semeado de templos, de pórticos e de esculturas lavradas nos mármore brancos de Poros.

Os Romanos adulteraram-lhe as formas e perverteram-lhe o conteúdo e as finalidades. O atleta foi substituído pelo gladiador; a coroa de louros deu o lugar ao espólio dos restos mortais do vencido. O estádio transformou-se em circo. O espiritual degradou-se na orgia da carne. A festa da beleza e da arte converteu-se num entretenimento grotesco da animalidade e do terror. E a homenagem aos deuses foi destronada pelo fingimento da jaculatória aos caprichos dos imperadores. Era por isso outro desporto, mundano e dessacralizado, que cultivava não mais a sublimação das forças em virtudes mas antes a sua despromoção à baixaza dos instintos. Não admira que poetas e filósofos andassem arredios dele, que merecesse as sátiras de Juvenal e que não constitua uma fonte de evocações inspiradoras e gratificantes.

Após longos séculos passados nas trevas da perdição, um pedagogo alinhado com o movimento da pedagogia reformista entregou-se ao trabalho de o ressuscitar e reabilitar à luz das matrizes originais. Em consonância com o antigo ideal da *perfectibilidade* humana, isto é, da necessidade e possibilidade de levar por

* Professor Catedrático da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Universidade do Porto.

diante, sempre, em todo o lugar e por todos os meios, a tarefa infindável de aperfeiçoamento corporal e espiritual do homem, do seu aprimoramento como pessoa moral, livre e solidária, Coubertin e os seus seguidores deram ao desporto um ideário e apresentaram-no como uma oficina de educação e formação, de ética e estética. Como uma obrigação de o homem tentar ir sempre mais alto e mais longe e de ser mais lesto e menos relapso no cumprimento das obrigações da existência. Nesse sentido convocaram os Jogos Olímpicos da era moderna para levarem à cena a expressão máxima da excelência da condição humana. E reacenderam a chama da esperança e crença eternas no périplo de luz que se há-de derramar pelos infinitos caminhos do homem.

De então para cá a história é de todos conhecida. Do desporto, dos Jogos Olímpicos e dos seus protagonistas sobram histórias para todos os gostos. E nem todas nos falam, como sendo única e unânime, da alma branca e radiosa simbolizada na chama olímpica. Uma delas é a do *doping*.

Como é sabido, temos assistido ultimamente a uma continuidade e agravamento das discussões em torno da questão do uso e abuso do *doping*. Neste capítulo sobressaem os EUA que estão a ser desmascarados como sede do império deste consumo e supermercado mundial de dopantes, com as federações e ligas desportivas envoltas numa monstruosa prática de mentira, fraude e encobrimento de dopadores e dopados, de desrespeito e fuga aos protocolos instituídos e às suas obrigações perante as organizações internacionais, à semelhança do modo como os líderes americanos se comportam com o mundo no contexto mais geral da política e do ambiente. Paralelamente a estes atropelos ao direito e aos princípios e recomendações universalmente aceites temos igualmente verificado um redobrar dos esforços desenvolvidos pelo COI-Comité Olímpico Internacional e pela AMA-Agência Mundial Antidopagem no sentido de fazer adoptar pelos governos dos diferentes países e também pelas federações desportivas nacionais e internacionais uma estratégia de combate mais activo a tal flagelo.

Nesta conformidade lembrei-me de vir abordar aqui um tema que é constante e recorrente nas nossas preocupações. Refiro-me aos modelos de homem que se albergam sob o ideal do *Homo Sportivus* e àquilo que ele encerra e que por detrás dele se esconde, no passado e no horizonte do futuro que se abre no presente. Realmente, se olharmos com acuidade para o outro lado do desporto, para lá da coreografia de gestos balizados pelo código de regras e pelo relatório técnico-táctico, vemos nele um texto onde se condensa e oferece a leitura da complexidade e variedade de aspectos que perfazem a vida dos homens e da sociedade. Enfim só olhando a partir do mundo e com os olhos que temos deste é possível ver, perceber e compreender o desporto, a sua função e essência; mas o desporto é também um instrumento de percepção e compreensão do mundo e de reflexão do seu funcionamento. É por isso que ele dá que pensar e fazer à nossa inteligência, consciência e desassossego.

2. Pressupostos

Foi Goethe (1749-1832) quem afirmou que a coisa mais digna de que se ocupa o homem é a forma humana; é dar a si mesmo uma forma consentânea com a ideia de si próprio. Por outras palavras, o homem – o seu entendimento e conceito, o seu ser, a sua essência e aquilo que ele deve ser – constitui o verdadeiro e mais interessante objecto de estudo e labor da humanidade. Desde sempre.

Para tanto o homem estabelece consigo próprio uma relação de sujeito e objecto, interrogando e procurando modelar a condição humana. E deita mão a conceitos, arquétipos e modelos que constrói e renova a toda a hora para funcionarem como referências e orientações nos mais diversos campos. É assim que temos modelos de criança, modelos de mulher, modelos de pais, modelos de professor, de treinador, de desportista, etc. E esta projecção de modelos não se limita ao homem e aos seus papéis, ofícios e profissões; temos igualmente modelos da natureza, das divindades, da sociedade, do mundo, das ciências, etc. Ou seja, nós elaboramos modelos de tudo, daquilo que nos é próximo e distante, a fim de tentarmos modelar a realidade intrínseca e extrínseca à luz dos parâmetros que idealizamos. De resto, entre as muitas dimensões que lhe são atribuídas pelo pensamento filosófico, o homem ostenta também a de *Homo Pictor*¹.

Vivemos portanto num mundo atulhado de modelos, que passam por nós de modo fugidio, mas também marcam presença teimosa entre nós, permitindo-nos dizer que o nosso mundo são os nossos modelos. Por meio de modelos produzimo-nos a nós próprios e produzimos o mundo. Eles orientam a tentativa de intervir culturalmente na natureza, de a submeter, transformar e recriar sob o primado da cultura. Pelo que é legítimo afirmar que a essência do homem é condicionada e condicionante por modelos não apenas na periferia mas sobretudo no centro da sua existência. Elaboramos modelos para sermos de acordo com eles e para conformarmos a eles o mundo, as coisas e as actividades.

Fica, pois, claro que o agir humano não dispensa a inspiração, a orientação e a supervisão de referências cristalizadas em arquétipos e modelos de pensamento e comportamento. Nas distintas actividades da vida (p. ex. na educação, ciência, política e também obviamente no desporto) pensamos e actuamos com base em modelos de homem. Neles investimos ideais e desejos, conferindo-lhes uma força e função de utopia que nos desafia a superar e melhorar a realidade existente. Desejamos fazer-nos e fazer o homem por afeição a grandezas e princípios culturais e civilizacionais inscritos em tais modelos. Por outras palavras, nós não nos acomodamos a ser feitos e comandados pela nossa natureza; somos produto de um segundo nascimento que nos é dado pela cultura.

¹ Meinberg, Eckhard (2003) «Homo Sportivus – Die Geburt eines neuen Menschen?», in *Menschenbilder im Sport*, Verlag Karl Hofmann, Schorndorf.

A cultura é a vocação do homem, assim referiu Vergílio Ferreira o caminho que todos somos chamados a percorrer; é a nossa segunda natureza e ela toma como objecto da sua curiosidade e ocupação a natureza primeira, original e biológica.

Deste modo o homem não age movido tão somente pelas forças, impulsos e instintos oriundos da fonte primária. E da mesma maneira o corpo humano deixa de ser apenas natureza primeira e torna-se num grande campo experimental dos desejos, das visões, das esperanças e expectativas mais elevadas e das fantasias mais prodigiosas. Isto é, os exércitos de conquistadores, impulsionados pela ciência, pela tecnologia e por outros instrumentos e corporações de interesses em moda, focalizam a sua atenção no corpo e este deixa de ser tolerado como algo natural, fruto do destino e do acaso. Em suma, a tentativa de manipular o corpo, de o tornar disponível para os fins e desejos eleitos, faz parte de um projecto, estabelecido pela modernidade, visando o domínio total da natureza.

A segunda natureza do homem quer dispor da primeira a seu bel-prazer, quer torná-la cada vez menos natural, mais elaborada e *produzida*. Acarretando assim que a primeira natureza desapareça progressivamente. E isto não se aplica apenas à natureza que nos é exterior e envolve, com implicações na dita crise ecológica; também o homem perde crescentemente a sua marca de essência natural, tornando por isso difícil a definição da relação entre natureza e cultura, entre o natural e artificial.

É nas malhas deste enredo que acontece o diálogo entre o real e o virtual, que se desenrola o processo civilizatório, que se funda o projecto da educação e que se tece a condição humana. Desde os primórdios da humanidade, o mito prometeico do progresso, da transformação e melhoria da natureza subjaz à civilização e ilumina a sua caminhada com o fogo da técnica, da cultura, da ciência e... também com o fogo do desporto.

3. Do modelo do *Homo Sportivus*

Tendo por base o plano de fundo desenhado pelos pressupostos anteriores podemos agora voltar a nossa atenção para um modelo de homem que entrou progressivamente na cena da notoriedade na segunda metade do século passado. É o caso do *Homo Sportivus*.

Este modelo é um novato recém-chegado à constelação dos modelos de homem; mas não nasceu do nada ou da espontaneidade, nem é órfão de pai e mãe; tem naturalmente parentes e antepassados, progenitores e assistentes de parto. Mais, ele surge como corolário de uma determinada linha de conceptualização e desenvolvimento que estabeleceu o problema da relação de *cultura e natureza* na configuração do homem, nomeadamente a do seu corpo. Basta que actualizemos um pouco os conhecimentos sobre a história do pensamento e das ideias no decurso do século dezoito e desde então em diante, nomeadamente

sobre Rousseau (1712-1778), Kant (1724-1804), Pestalózzzi (1746-1827) e Humboldt (1767-1835) e sobre o impulso e esclarecimento que eles projectaram para outros seus continuadores, para percebermos que o *Homo Sportivus* tem aí as suas raízes. É aí que desponta a noção de que o corpo devia ser cultivado de modo idêntico ao das nossas dimensões espirituais e morais.

Realmente é com os Filantropos, inspirados em Rousseau, que se inicia o discurso de um *cultura do corpo*. E com isto queria dizer-se que não se devia deixar entregue a si própria e abandonada ao acaso a natureza originária, a *primeira natureza*; mas que, pelo contrário, ela devia ser formada segundo os padrões da cultura, que assim se erigia em *segunda natureza* do homem. No discurso da cultura do corpo ao fito do seu crescimento são adicionados os ideais de desenvolvimento e de aperfeiçoamento ou *perfectibilidade* corporal, estando estes ao serviço da formação moral do homem. Por outras palavras, a cultura corporal tem subjacente a proposta de que a primeira natureza seja objecto do labor de configuração pela segunda.

O ideal do aperfeiçoamento veicula a consonância e harmonia entre o interior e o exterior, entre a pessoa de dentro e a pessoa de fora, pelo que o corpo e o espírito devem ser igualmente fortes e desenvolvidos, procurando responder assim às doenças educativas e morais e à perda da natureza diagnosticadas naquela época pelos críticos da educação, com Rousseau à cabeça. É em nome disso que GutsMuths (1759-1839) – autor da famosa obra *Gymnastik für die Jugend*, publicada em 1793 – e outros projectam o *Homo Gymnasticus*, para reabilitar a natureza corporal e para enfrentar a desarmonia de corpo e espírito ocasionada pelo negligenciamento do exercício e esforço físicos. Através da exercitação corporal devia ser plasmado um *homem novo*, melhor aparelhado para enfrentar as solicitações do porvir ².

Fica nisto bem à vista um carácter de utopia, de resto sempre presente desde o alvor do cristianismo. O *Homo Sportivus* tem como precursor o *Homo Gymnasticus* e este mergulha na tradição do *Homo Novus* postulado pelo credo cristão. A doutrina do cristianismo propõe a substituição do homem velho pelo novo, criado este à imagem de Deus; e é tão forte o teor desta mensagem que ele se encontra entranhado em nós, a ponto de lhe consagramos muitos rituais de renovação, como sejam, por exemplo, o Natal, a passagem de ano e a Páscoa.

No final do século dezanove surge o modelo do *Homo Olympicus*, trazido ao mundo pela mão do pedagogo Pierre de Coubertin (1863-1937), ao ressuscitar os Jogos Olímpicos em 1896, em Atenas. O novo modelo apresenta-se como paradigma de uma determinada *arte* ou *filosofia da vida*. E esta prende-se ao antigo ideal do aperfeiçoamento, enfatizado agora por um crescendo de exigências éticas e estéticas e traduzido no axioma *Citius, Altius, Fortius*. Nele são expressos um desejo de transcendência e superação e um fervor renovador que animam simul-

² Ibidem.

taneamente o cerne do pensamento filosófico (Nietzsche, 1844-1900), do poético (Fernando Pessoa, 1888-1935) e do pedagógico (movimento da Pedagogia Reformista, 1895-1933).

Neste modelo emerge nitidamente a apologia de um estilo de vida que enlace estreitamente o bem (*ética*) e o belo (*estética*), que se obrigue ao respeito por si e pelos outros (*fair-play*), que cultive uma apurada consciência de valores (*moral*) e que eleve a existência ao plano qualitativo. O *Homo Olympicus* encerra portanto um ideal que não se atém a um domínio particular da existência humana, como é o caso do desporto; não, ele pretende ser um modelo de inspiração para uma vida exemplar em toda a sua abrangência. Isto é, ele contém uma certa *pretensão de totalidade*, que vai para além do desporto, mas que neste deve encontrar uma concretização modelar e evidente, capaz portanto de irradiar para outros domínios.

O decurso do século XX, sobretudo a partir do final da Segunda Guerra Mundial (terrível mancha negra de dúvidas e traumas derramadas na ilusão esperançosa da possibilidade da caminhada progressiva em direcção a uma Humanidade livre e radiosa), consolidou e reforçou as características e exigências atrás expostas, levando ao nascimento do *Homo Sportivus* como uma espécie de redescoberta e enfatização do homem total e integral. Mais uma vez emerge a ânsia de renovação da vida e do homem e o desporto vê-se solicitado a cumprir a função de meio miraculoso, ajudando a reanimar e realizar uma expressão extraordinária da nossa Humanidade. Ou seja, o *Homo Sportivus* apresenta-se como um *ideal de síntese* que projecta um homem não apenas novo, mas sobretudo superior, reunindo em si corpo e alma, espírito e natureza, bondade e força e correspondendo a uma criação e conjugação maravilhosas de componentes heróicas e divinas com estatuto de exaltação e eternidade. Através de uma vivência correcta do desporto o homem transcende o *Homo Mundanus*, torna-se *Homo Heroicus* e ascende a *Homo quasi Divinus*. Com este fito e ambição é desencadeado um ímpeto desportivo que desagua num estilo de vida marcado pela desportividade e numa onda de desportivização dos mais variados aspectos da sociedade³.

São vários os elementos constituintes do fundamento cromossomático do ideal do *Homo Sportivus*, que continua em subida de cotação nos nossos dias. Entre eles surge o *Homo Ludens*, o homem da velhíssima e permanente necessidade de jogar que nunca por nunca pode ser desconsiderada na vida. Mas ele é sobretudo um *Homo Humanus*, cavalheiro e honrado, nobre de atitudes, virtudes e sentimentos, orientado por princípios e valores. É um *Homo Aeticus* e um *Homo Aestheticus*, formado na escola do carácter que é o desporto, amante da liberdade, da beleza, do bem, dos bons gostos e das boas maneiras, capaz de medir e esgotar as suas forças e capacidades em competições, sem beliscar o respeito pelas normas e pelos adversários. Nesta conformidade ele parece assim

³ Ibidem.

fadado e predestinado para assumir uma função de regeneração e compensação face à crise de valores que assola a sociedade.

4. Do presente e do futuro do *Homo Sportivus*

Apesar das características anteriormente apontadas o modelo do *Homo Sportivus* não está completamente elaborado. Não atingiu ainda a sua versão final. Continua a constituir-se, acompanhando as transformações em curso no próprio desporto e no quadro do seu relacionamento com o contexto sócio-cultural. Neste quadro parece poder ler-se que o desporto ultrapassou as reservas e desqualificações que ainda há poucas décadas lhe devotavam não poucos intelectuais. O desporto viu-se reconhecido como algo valioso e evoluiu para um valor integrante e constituinte da cultura do quotidiano. Ele próprio congregou ingredientes e requisitos (p. ex., integração universitária como objecto de estudo e formação, afirmação como área científica, criação de grandes instituições nacionais e internacionais, integração no contexto do negócio, do espectáculo e dos media, produção de grande número de jornais, revistas e publicações da especialidade, etc.) que lhe creditam um estatuto de domínio cultural autónomo e florescente. Ademais a pretensão de renovação e avanço da democracia no sentido da configuração cultural da sociedade coloca na ordem do dia a ideia de conceber a vida como um projecto de arte. Ora é precisamente neste ponto que o *Homo Sportivus* se alcandora a modelo de orientação da vida, com larga difusão e aceitação e com enorme alcance.

Se recuarmos um pouco e avivarmos a memória dos conhecimentos acerca da história, podemos perceber e contextualizar melhor aquilo que está projectado no ideal do *Homo Sportivus*. Lembremo-nos de Marx e Lenine, entre outros. O século XX começou praticamente com a proposta de um homem novo com acento tónico no trabalho. Como se sabe, o trabalhador, o operário e o proletário viram-se investidos de projecções utópicas e visionárias que acenderam fogueiras e crenças revolucionárias e vieram a ter recentemente o desenlace político e ideológico que todos conhecem. Todavia no final do século a ideia de um homem novo continuava em alta, desta vez ligada já não ao trabalho, mas sim ao tempo livre, à recreação e ao lazer, ao hedonismo e à fruição da vida, confluindo assim para erigir como um dos modelos determinantes da vida o do *Homo Sportivus*. Mais, este não se circunscreve a um dado espaço económico, cultural, geográfico e político, antes ostenta as marcas de global e universal. Para um número cada vez maior de pessoas ele emerge como referência exemplar e capaz de irradiar influências e inspirações para os mais diversos campos. E assim ele salta por cima do estádio como palco do alto rendimento e derrama-se por uma série de novos templos de celebração do corpo e da vida. Com este poder de omnipresença ele assume o estatuto de um novo deus do nosso tempo, retira o desporto de posições defensivas e lança-se numa ofensiva de conquista e anexação de terrenos até há pouco em mãos alheias.

Nesta conformidade ele invade o sistema da saúde com a promessa de compensar ou tornar mais suportáveis defeitos, mazelas e doenças; vive em ginásios, estúdios e salas onde gordos e magros, ricos e remediados, homens e mulheres, velhos e novos, jovens e adultos, saudáveis e doentes, normais e portadores de deficiências se *torturam* e entregam à *malbação*, procurando adquirir ou conservar a condição física, o aspecto, a juventude e a beleza à medida das gotas de suor derramado, do número de calorias consumidas, das distâncias percorridas e das horas gastas a derreter gordura no corpo como se de velas de cera se tratasse. O *Homo Sportivus* é assim tornado objecto de culto, dotado de enorme fascínio e atracção, precisamente por prometer e garantir uma vida mais bela, longa e activa num tempo que é sobremaneira marcado pelos ditames da imagem, aparência e sucesso, umbilicalmente ligados aos ideais de beleza e juventude.

É nesta conjuntura estética e corporal que é conferida ao desporto uma valorização incomum. O *Homo Sportivus* actualiza e transporta o sonho da vida bela e activa e da eterna juventude; e não apenas simboliza este sonho, consegue em parte realizá-lo. Ele não é, pois, um modelo qualquer de homem, ao lado de tantos outros; não, ele vai mais longe ao afirmar-se como uma instância superior que estabelece parâmetros para dimensões da vida situadas para além dos muros tradicionais do desporto. Realmente a matriz desportiva perpassa por muitos cânones de valores; está presente no plano estético a ditar à beleza feminina conotações de elegância e magreza; está igualmente presente no campo moral e normativo, devido à acentuação e agudização da sociedade como sede de dura concorrência, deslealdade e atropelo, justificando constantes apelos ao *fair-play* e ao espírito desportivo. Ou seja, ao *Homo Sportivus* são hoje atribuídos valores muito positivamente apreciados noutros campos sociais, mesmo que no terreno desportivo sejam, aos olhos atentos dos pessimistas, objecto de cada vez menor consideração e observância. Por conseguinte a desportividade apresenta-se na actualidade como um meio e um indicador de vida intensamente apetecida, aberta a muitas interpretações e formas de concretização. E é assim que se solta dos apertados laços originais do desporto para se espriar pelos outros campos da aventura da vida.

Mudemos um pouco de registo, mas sem sair do tema, antes para visarmos uma síntese susceptível de pintar melhor outros contornos e fronteiras. Como vimos, o *Homo Sportivus* foi e pode ser entendido como projecção da ideia de um *homem novo*, resultante da congregação de vários predicados. No fundo é um *Homo Pluralis*, um conglomerado de pretensões elaborado com base em combinações variadas de determinados traços e características de modelos gerais de homem. Deste modo assume-se como um projecto que integra e expressa traços, tendências e aspectos que são particularmente significativos para a condição humana e para a sua configuração nos dias de hoje. Mas isto quer dizer também que naquele ideal se reflecte inteiramente o espírito do tempo, com as suas contingências e circunstâncias, ambivalências e alternativas, oposições e contra-

dições. Dito de outra maneira, no *Homo Sportivus* revelam-se tanto dimensões belas e exaltantes da vida e do homem, como também se mostram manchas e sombras que nos falam de penumbra e escuridão, do uso problemático, difícil e indevido da liberdade. Isto é, naquele ideal assenta arraial uma pluralidade de modelos de homem e alguns deles dão muito que fazer à nossa inquietação e angústia. O *doping*, por exemplo, está aí bem vivo e pujante para ilustrar a ambivalência.

Em todo o caso no *Homo Sportivus* vê-se o *Homo Violens* ceder pouco a pouco o lugar ao *Homo Performator*, com este a arrancar-se do nada, dos instintos e dos defeitos, a deixar o estado de «ser arqueado» (Kant) ou de «ser intermédio entre o anjo e o demónio» (Aristóteles) e a construir-se como o Super-Homem de Nietzsche para poder emergir ao sol da liberdade e da virtude. A assumir-se como homem que às formas originais e antigas acrescenta formas novas e que assim se alcandora de modo persistente, sistemático e contínuo a níveis superiores de forma, de rendimento e *performance*. É neste entendimento que a procura e a obtenção de altos rendimentos corporais e desportivos representam algo genuinamente humano e relevam a dignidade e honra do homem. Ele expressa o grau de fidelidade à consciência daquilo que o homem pode e deve ser, seguindo a exortação de Píndaro (521-441 a.C.): «Sê quem és!» E põe o homem a salvo do mal tão terrível apontado por Xenofonte (cerca de 427-cerca de 355 a. C.): «Que desgraça para um homem morrer sem ter experimentado a força e beleza de que é capaz o corpo!»

O homem desportivo é expressão destas exortações, advertências e conceitos, da observância e cumprimento de um mandamento que convida o homem a fazer-se a si próprio e à sua individualidade através dos seus rendimentos. Nele mora uma ânsia de transcendência que exclui o deixar andar e o dar-se por contente e satisfeito com o estado alcançado e que o leva nas asas do desassossego para novos desafios e metas, para novos patamares, avanços, acrescentos e progressos. Certamente este ímpeto anima e atija outros modelos de homem vigentes na ciência, nas artes, nas letras etc.; mas talvez em nenhum outro seja tão palpante como no modelo do *Homo Sportivus*. O homem *light* e da ética indolor, avesso ao esforço, ao suor, ao sacrifício, à dor, à disciplina, à persistência e aos compromissos não tem no desporto o *habitat* natural para medrar.

Acresce que este modelo não atende apenas a bitolas quantitativas; incorpora igualmente exigências qualitativas ligadas ao aprimoramento e aperfeiçoamento do homem. Como se sabe, o lançamento do desporto moderno, assumido pela restauração do antigo projecto olímpico, insere-se num movimento reformista da educação apostado em contribuir para a perfeição e completude do homem. Esse movimento parte da tomada de consciência das nossas imperfeições, insuficiências e fragmentações e contrapõe a isso a concretização da ideia da perfectibilidade por todos os meios e campos de formação e realização do homem. Ou seja, o *Homo Sportivus* reivindica um estatuto de correcção, redenção, compensação e sublimação e vê-se generosamente investido na função de modelo de oposição e combate ao homem imperfeito, moldado por instintos, fraquezas, insuficiências

e debilidades nos mais distintos planos. Por isso o lema olímpico – *Citius, Altius, Fortius!* – é um imperativo que exorta o desportista a voar em direcção à perfeição, seguindo a rota da harmonia entre natureza e cultura, fazendo de cada menos um mais, eliminando o supérfluo para que a beleza atinja o seu máximo esplendor no casamento feliz da ética com a estética. Ao lançarmos o dardo importa que ele vá longe, diz Urbano Távares Rodrigues, mas é curial também que o gesto seja preciso e belo.

A esse ideal de ética e estética, com o qual é concebido e medido em muitos ensaios o atleta olímpico, estão associadas pretensões no domínio do transcendente, do extraordinário e do sobre-humano que colocam o campeão desportivo ao nível das estrelas e bem próximo da divinização. O ideal do *Homo Sportivus* encerra o sentido da superação e da excelência da existência humana, saltando por cima de todas as bitolas que nos prendem à terra. A tal ponto que os desportistas de elite são estilizados como deuses, porquanto os seus feitos e heroicidades não conseguem ser devidamente entendidos, exaltados e valorados se forem apenas referenciados a modelos de um homem terreno feito de carne e osso. Não admira assim que nele jorre abundante a fonte dos mitos – e também da alienação.

É exactamente neste ponto crucial que a ambivalência e a contradição se introduzem. Com efeito o ideal de perfeição é tão acentuado que aponta para além dos limites humanos naturais e leva forçosamente a equiparar o homem a uma máquina. E isto não se queda ao nível das conjecturas. De facto com o treino e a intervenção de outros meios quer ver-se realizado um grande milagre de criação, qual seja o de fabricar e regular o homem e o seu corpo como uma máquina, almejando que o organismo do *Homo Sportivus* funcione tão rigorosa e perfeitamente como o relógio mais fiável saído da linha de produção de uma renomada marca suíça. Ademais o corpo-máquina do atleta deve funcionar em altas rotações, como se fosse um motor equipado com um turbo de elevada cilindragem; e se não conseguir isso a partir de si mesmo então entra em acção o *doping* para fornecer a matéria prima necessária⁴.

Eis-nos assim na presença de um modelo instrumental e mecanicista de homem que se entranha no modelo do *Homo Sportivus* e que, por vezes, parece exercer sobre ele um domínio exclusivo. Ao fim e ao cabo vê-se definhar a olhos vistos o princípio de Protágoras de que o homem é a medida de todas as coisas, sendo o seu lugar ocupado por uma máxima chocante que desponta da realidade com força de imposição: a máquina é a medida de todas as coisas humanas. Sejamos claros: a ideia e a ambição, tão subidas e tão corajosa e perigosamente apresentadas no Renascimento pelo mestre superior em várias áreas que foi Leonardo da Vinci (1452-1519) – porventura a encarnação naquela altura do génio

⁴ Ibidem.

do nosso Abel Salazar –, pelo eminente anatomista Vesálio (1514-1564) e por outros – de conceber e construir o corpo humano como uma máquina e de o subtrair ao livre arbítrio das forças da natureza – encontram finalmente nos nossos dias ampla aceitação e concretização. E já não levam à fogueira da Inquisição; pelo contrário, há até quem lhes devote enorme e chorudo apego e reconhecimento.

Nesta conformidade a pergunta de Kant – o que é que o homem pode e deve fazer da sua natureza? – adquire hoje enorme actualidade e relevância, tanto mais que, a partir de conhecimentos da Biologia, da Genética e de outras áreas da Medicina, bem como de instrumentos técnicos, se constitui e alimenta a tentativa de tocar na substância da vida, à luz de utopias voltadas para o seu aperfeiçoamento. Correspondendo a pedidos feitos pelos mais diversos fins: pragmáticos, utilitários e existenciais. E aqui emerge mais uma vez a questão do uso correcto da liberdade, sabendo-se da dificuldade em elaborar receitas e balizas para o regular e para evitar a sua perversão.

Independentemente de valorações, o conceito de autodeterminação, tão caro a Kant e outros filósofos iluministas, parece estar agora a alcançar pleno significado, já que o homem quer definir-se e produzir-se de maneira nova. Com o recurso a diversas tecnologias abrem-se as portas a processos que fundiriam a produção do homem com a da máquina, misturando os dois num mesmo produto. Assim sendo, os tempos vindouros serão profícuos para os que se entregam à projecção de novos e alternativos modelos de homem. E pode-se imaginar um futuro risonho aos especialistas de *design* que se ocupem do corpo, até porque a moda cuidará certamente de criar e explorar na pessoa a necessidade de se equipar com vários corpos, de os usar, exibir e substituir de acordo com as recomendações, os ditames e as conveniências das circunstâncias.

Esta evolução promete não desprezar os apelos a um ‘interessante’, lucrativo e atractivo investimento no *Homo Sportivus*, até porque este sempre consubstanciou o projecto e o intuito de intervenção da segunda natureza, entendida como prótese para compensar os défices e como meio e desafio para melhorar as expressões e rendimentos da primeira. Como vimos e sabemos, no desporto em geral encontra já aplicação e concretização a ideia de aperfeiçoamento e no desporto de alto rendimento abre-se um vasto campo de manipulação variada da primeira natureza, procurando associar cada vez mais intensamente o *Homo Sportivus* e o *Homo Technicus*. Por exemplo, o corpo dopado comprova sobremaneira esta associação e a dimensão atingida pela componente científica e técnica.

5. Perspectivas e desafios

Num tempo de elevada crença na ciência e na tecnologia e de grandes avanços na possibilidade de reprodução técnica do homem, o *Homo Sportivus* parece sentir-se confortavelmente deitado na cama e nos braços do modelo do

Homo Technicus. Até onde isto nos levará? Talvez passemos a escolher e encomendar por catálogo os jovens talentos desportivos, fabricados a pedido segundo preferências e indicações do material genético, trocando os pais naturais por uma nova paternidade dada por genes que os predestinem a ser campeões. Mas... será assim finalmente conseguido o homem novo tão enfatizado e exaltado no tradicional ideário do *Homo Sportivus*? Serão os campeões assim gerados objecto da nossa admiração e encantamento? Merecerão os hinos dos cantores, os versos e odes dos poetas, os quadros dos pintores e os bronzes e mármore dos escultores? Serão a encarnação das nossas paixões mais vivas e dos nossos sonhos mais sublimes e exaltantes? Serão o orgulho máximo e a realização suprema da nossa condição?

Peter Schjerling (*El País*, 2002.12.01), chefe do departamento de biologia molecular do Centro de Investigação do Músculo de Copenhaga e com créditos firmados na matéria, considera que a dopagem genética poderia ser levada a cabo agora mesmo, porém com um risco extremo para o atleta, decorrente do facto de os genes artificiais não serem fáceis de controlar e por conseguinte o seu bom funcionamento ser uma lotaria. Está ciente de que esse tipo de dopagem se generalizará dentro de alguns anos, logo que a terapia genética seja um procedimento normal. Além disso o uso e abuso de tal *doping* será favorecido pelo facto de ser extremamente difícil de detectar, uma vez que os genes artificiais produzem proteínas idênticas às proteínas normais do corpo humano.

Não obstante isso o cientista encontra motivos de sobra para dúvidas e cepticismos. Por um lado, porque, sendo tão pequeno o grau de controle, o resultado é muito aleatório, o que o leva a advertir para o exagero das expectativas: «Não é possível construir um super-atleta. As técnicas podem mudar o músculo e melhorar um pouco o rendimento. Podem fazer o músculo maior ou mais forte, mas não muito. Tem que se mudar o resto do sistema, tendões e o resto, porque, se não for assim, rompe-se o equilíbrio fisiológico.» Por outro lado, confrontado com a hipótese de dentro de algumas décadas as técnicas genéticas cheguem a um desenvolvimento que não comporte riscos para a saúde, mesmo assim o emérito cientista encara como detestável a possibilidade de tal dopagem. E conclui: «Mas pode ser que no futuro a questão seja percebida de outra forma. Em todo o caso não gostaria de contribuir para a criação de um super-atleta.»

A este propósito talvez valha a pena lembrar a advertência e o conselho de Hannah Arendt, no seu livro *A Condição Humana*, mesmo sabendo que vivemos num mundo dominado pela falta de carácter e pela irreflexão e no qual as palavras perderam o poder. Por isso ela convida-nos a reflectir sobre o que estamos a fazer. Convida-nos «a uma análise das capacidades humanas gerais decorrentes da condição humana, e que são permanentes, isto é, que não podem ser irremediavelmente perdidas enquanto não mudar a própria condição humana.» Reflectamos, pois, sobre o que andamos a fazer e levantemos a voz para que o homem não perca a condição que o tirou das cavernas da animalidade.

Ademais o dinheiro não é um deus, nem encaminha para o céu; não passa de um bezerro de ouro que se venera e derrete no inferno ⁵.

É tudo isto que nos autoriza e intima a perguntar: qual o papel e qual a valia do desporto na construção da condição humana na hora que passa?

A resposta, por não ser animadora, coloca ingentes desafios. Mais do que exercer o poder da criação e da aproximação ao divino, o homem parece hoje conformar-se ao papel de sujeito da destruição e de agente da diabolização. Ora isto pede uma nova gramática humana, assente nas regras da contemporaneidade interpessoal, procurando contrariar a emergência do inumano e afirmar o sentido do ser. A nossa imperfeita perfeição continua a não nos dar sossego e descanso. A lembrar-nos que Prometeu se mantém acorrentado de muitas maneiras e que é necessário nunca dar por findo o trabalho de o libertar. O homem é e será sempre uma realização a menos, carecida de próteses e técnicas a mais.

Uma nova utopia terá de prolongar a senda da libertação e dar razão ao optimismo, porquanto o homem usufrui da consciência do infinito. Ou seja, não coincidem nele o limite do ser e o limite da consciência. Por isso a manutenção da ideia do humano exige que nos confrontemos com a interconexão dos limites, entre aquilo que estamos a ser e as possibilidades infinitas que a consciência nos abre e sussurra.

Qual é o homem que é possível realizar no desporto? Que medida do humano estamos a concretizar nele? Que grau de satisfação, de esperança ou de inconformismo nos proporciona a não coincidência do limite do que está a ser com o limite da consciência daquilo que poderá ser? Quem está a levar a melhor: a herança grega ou a perversão latina e romana?

Claro que não é curial zangarmo-nos com a nossa própria natureza e com as rasteiras que ela nos passa, nem tampouco é sensato ignorar que a tão desejada condição humana não se alcança com palavras ou com a proclamação de ideias inflamadas de salvação. E bem sei que os dardos não são os de outrora e que diferentes são as mãos que os lançam e os motivos porque o fazem. Sei que os arcos e os alvos não são mais os mesmos. Sei que são outros os barcos, as velas e os ventos que as enfunam. Mas queria que, ante os meus olhos, continuasse vivo o mundo da minha infância e ingenuidade. Que não se tivesse perdido no fundo do tempo.

Enfim tenho para mim que o desporto, se deixar de ser um campo de cultivo de símbolos e mitos, de heróis e heroínas, se deixar de ser um bem cultural e passar a ser apenas uma coisa utilitária, vendível e comprável e se deixar de espiritualizar as forças físicas do homem, então tornar-se-á uma degradação de sonhos e um produto descartável. E olharemos perplexos para a nova condição humana que nele se concretiza.

⁵ Arendt, Hannah (2001) *A Condição Humana*. Relógio D'Água Editores, Lisboa.

6. Ao jeito de conclusão

Goste-se ou não, a aventura humana não dispensa a reflexão ética e ninguém a pode empreender por nós, se quisermos sobreviver, escolher um rumo, não soçobrar no sorvedouro do mar da realidade e, quiçá, chegar a um porto seguro. Em nada nos alivia afirmar que existe uma grave crise mundial no tocante aos ideais e valores e que a ética vive em estado de precariedade. Porque a ética sempre foi e será precária. Sempre foi e será, como assinala José António Marina, uma «ética para náufragos», que somos nós em todo o tempo e lugar, embora preferíssemos ser navegantes. E assim a «Era do Vazio» de Lipovetsky é igualmente a «Era dos Extremos» de Eric Hobsbaum, marcada pela ocorrência de mais mudanças nos últimos 50 anos do que desde a Idade da Pedra. Devido a essa aceleração estamos sem bússola e sem pontos de referência para nos situarmos e guiarmos. Mas temos que ser esforçados, criar à força de esforço e manter a pulso a dignidade, nadando contra a corrente e escrevendo bem e em bom estilo a nossa vida com a tinta dos princípios e valores⁶.

Como fundar então a ética nos nossos dias? A pergunta é de Leonardo Boff, que nos lembra que até ao presente as sociedades se orientaram por duas fontes de moral: a *razão*, para ganhar a vida; e as *religiões*, para ganhar a eternidade. Para a maioria da humanidade as religiões são ainda hoje os nichos privilegiados de valores. A *razão*, desde que irrompeu, vem tentando estatuir códigos éticos universais, todavia a obra continua incompleta, por mais que se tenha porfiado nesse labor. Continuamos, na esteira de Kant, a procurar estabelecer princípios que nos levem a viver mais e melhor, em suma, a ser mais felizes, porque onde não impera a ética reinam o conflito e a desarmonia e por via deles floresce a infelicidade⁷.

Hoje constatamos que a razão não é tudo e que ela também está em crise, porquanto na raiz de tudo não está ela, mas sim a paixão, o afecto e a emoção, por serem um sentimento mais profundo. Há, pois, que juntar a razão e a emoção, fundindo-as numa inteligência emocional, porque os princípios para serem assumidos carecem de um vínculo afectivo. O seu teor e valor carecem de ser apetecidos e desejados, de despertar paixão e afecto. O mesmo é dizer que só nos movemos por valores se nos apaixonarmos por eles, se os fizermos nossos, integrando-os na carne e no sangue dos nossos desejos. Pelo que há que trazer para dentro de nós os preceitos e deveres que estão fora de nós, para que se tornem o ADN dos nossos desejos e os motivos da nossa acção. Só esta reconstrução genealógica pode levar-nos a perceber que os deveres se fundam nos direitos e que a afirmação destes implica a observância daqueles. Que, quando não reconhecemos direitos aos outros e não nos impomos deveres, vivemos num estado ou regime da força, opressão e violência.

⁶ Marina, José António (1997) *Ética para Náufragos*. Editorial Caminho, Lisboa.

⁷ Boff, Leonardo (2003) «Como fundar a ética hoje?», in *Folha de São Paulo*, de 15.06.03.

Temos vivido com uma ética pragmática e utilitária, visando conter e ordenar pulsões e paixões. Mas os atropelos, a desordem e as tropelias da animalidade multiplicam-se. Carecemos agora de uma *ética da felicidade* e da harmonia e inclusão, intermediada pela pulsão altruísta, pelo vigor do afecto e do cuidado com o outro. Uma ética que retome a divisa republicana – Liberdade – Igualdade – Fraternidade – e que faça da pulsão altruísta uma bandeira e da fraternidade uma necessidade, como propõe Edgar Morin.

Carecemos de uma *ética de equilíbrio e homeostase*, poderia dizer António Damásio, em que os conflitos se amenizam e os opostos deixam de se opor para concretizarem na competição a função de cooperação. Em que se congregam e harmonizam emoções e consciência, sentimentos, afectos, razões e conhecimentos. Eis um projecto que exige participação universal, impossível de realizar enquanto houver pessoas apostadas em se excluir dele, enquanto houver, no dizer de Sócrates, homens maus, ou seja, carecidos da capacidade para conviver. E para entender que a ética não é uma fantasia mental e intelectual, mas uma necessidade fundamental.

Ora o desporto é valioso por causa do nosso amor e paixão por ele, pelos sentimentos que nos desperta, pelos ideais, princípios e valores que nele investimos e pelas finalidades e funções com que o instrumentalizamos. Ele é um campo da dialéctica dramática entre paixão e razão. Se esta reprimir aquela, a rigidez e o utilitarismo levam a maior; se a paixão eliminar a razão, então passam a vigorar o delírio das pulsões e a cegueira e animalidade dos instintos.

No desporto pode exercitar-se a nova *ética de inclusão* de todos na família humana. Essa ética, que elimina a divisão radical e desagregadora entre vencedores e vencidos, entre ganhadores e perdedores, diz Leonardo Boff, estrutura-se ao redor dos valores fundamentais ligados à vida, ao seu cultivo e cuidado, à dignidade, respeito e admiração do próximo como um outro eu, aos direitos, obrigações e deveres, à consciência moral, ao respeito por si mesmo, às relações cooperativas e à cultura da não violência e da paz, da correcção e do fair-play. A incapacidade de observância de uma ética assim traduz a não pertença ao reino da Humanidade ou a recusa obstinada em morar dentro dele.

Que fazer então? Para Kant havia duas coisas sumamente valiosas, que enchiam o seu espírito de admiração e reverência: o céu estrelado acima dele e a lei moral dentro dele. Os princípios e ideais universais (assimilados por todos) e a vontade pessoal e individual de os respeitar e cumprir, digo eu. Os primeiros exigem a segunda, tal como muito bem o formulou Ortega y Gasset: «É imoral pretender que uma coisa desejada se realize magicamente, simplesmente porque a desejamos. Só é moral o desejo acompanhado da severa vontade de apontar os meios da sua execução».

Sem esta vontade nada feito, porquanto o homem é um ser intermédio e oscila entre o chumbo e o fumo, entre a terra e o céu, entre o diabo e o anjo – advertia já Aristóteles (384-322 a. C.), lembrando-nos que aquilo (peso, gravidade ou indolência) que nos atira para o chão e para a inércia é que nos afunda no

pasmo e na violência, no nível zero da humanização e nos empurra para a falsidade e para fora da órbita da dignidade. Nesta conformidade para a ética, diz José António Marina, «o importante é a acção, que é o modo de converter em realidade as irrealidades que pensamos.» A acção é a síntese unificadora dos desejos e dos propósitos, é ela que coloca as nossas sentimentalidades na rota da liberdade.

A ética requer, pois, ânimo e coragem para enfrentar a inércia e ligar a razão e o desejo. Por ser árdua, isto é, por se situar no domínio do grande, do excelente e elevado, daquilo que supera as faculdades animais que são faculdades do fácil, no entender aristotélico de São Tomás de Aquino (1225-1274). Por nos empenhar em coisas altas e seduzir para as alturas, retirando-nos assim da zona das coisas pequenas. É isto que permite que sejamos seres minúsculos com sonhos maiúsculos, que sejamos admiráveis não pelo nosso passado mas pelo que podemos ser no nosso futuro. Que sejamos capazes de rasgar a noite da *bulimia ética* com a luz da inteligência e converter o miserável em grandioso.

Sim, o ânimo é o constituinte ético fundamental para nos mantermos em voo, para nos afastarmos da facilidade animal e não nos entregarmos ao desleixo, à desídia e à preguiça. Para fintarmos o destino, o determinismo, a rotina, a maldade e o tédio. Para ampliarmos ao máximo as possibilidades humanas, porque – adverte José António Marina – rastejar, apoucar-mo-nos e «converter-mo-nos em cães não é o nosso melhor destino.» Precisamos de ânimo para ultrapassarmos a nossa condição de homens de mente e desejos divididos e assim podermos escapar à atracção da selva tão perto e até dentro de cada um de nós. Enfim para mantermos viva a utopia de que o homem possa chegar a comportar-se de maneira inteligente.

Fundamentais no terreno da ética são também a generosidade, a paciência e a interminável esperança que nos impulsiona em todos os recomeços. De resto já Pierre de Coubertin nos aconselhava a ter paciência e esperança, porque os dias da história são longos.

Em síntese, para um desporto com as marcas indeléveis da condição e do espírito humanos não há garantias e critérios em que possamos confiar cega e automaticamente. Esse desporto para se concretizar tem que ser desejado; tem que ser querido e desejado aquilo que o determina e perfaz. Tem que ser obra da inteligência, da paixão, da vontade e acção éticas de instituições responsabilmente actuantes, que sejam morais e merecedoras de confiança pelo seu compromisso e empenho na consumação de um desporto pautado pelo bem e pelo belo, ao serviço da vida boa e correcta e da humanização da humanidade. Cada um de nós é também uma instituição!

O DESPORTO E A MOTRICIDADE HUMANA: TEORIA E PRÁTICA

*Manuel Sérgio **

Podemos começar com Lukács: «o domínio da categoria de totalidade é o portador do princípio revolucionário da ciência»¹. Por isso, qualquer teoria (ou prática), por si só, não passa de um tremendo embuste. Mas também «práxis sem teoria [...] tem que fracassar»². Quando ousei adiantar à minha maneira e através de uma tese de doutoramento, a existência da ciência da motricidade humana, logo insisti na diferença metodológica entre ciências naturais e humanidades. Karl-Otto Apel afirma, sem subterfúgios: «existe uma diferença de interesse cognitivo entre as ciências naturais típicas (que estão interessadas em explicação causal, nomológica ou estatística) e as ciências hermenêuticas, as humanidades»³. Se trabalhamos com pessoas (e não com *físicos*) é evidente que é ao nível do *humano* que a impropriamente denominada Educação Física se situa e onde decorre. E trabalhamos (e estudamos) o humano, em que situação específica? Karl-Otto Apel denuncia «os que tentam fazer história da ciência apenas através de explicações externas»⁴, sem ter em conta os paradigmas que distinguem as diversas ciências. Não há ética no discurso, se não se é *radical* na teorização de que nos ocupamos.

Sabendo-se embora que o pressuposto metodológico não é mais o «eu penso», mas o «eu argumento», nunca nos é lícito desistir, no conhecimento científico, do rigor e da universalidade. E não há rigor nem universalidade, quando desconheço o paradigma científico que fundamenta imediatamente a minha argumentação e afinal o meu estudo e a minha profissão. Não deixo de referir, neste momento, que uso o termo «paradigma», no sentido em que Thomas Kuhn o criou, ou seja, para mim, um paradigma é uma realização científica universal

* Professor Catedrático aposentado, Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa.

¹ Lukács, G., *História e Consciência de Classe*, Escorpão, Porto, 1974, p. 41.

² Adorno, T., *Stichworte*, Suhrkamp, Frankfurt a.M., 1980, p. 176.

³ Apel, K.-O., *Estudos Avançados*, USP, vol.6, n.º14, S.Paulo, 1992, p. 172.

⁴ Idem, *ibidem*, p. 173.

mente reconhecida que, durante algum tempo, forneceu modelos de problemas e de soluções, para uma comunidade de profissionais. E assim, ao tentar criticar epistemologicamente a Educação Física, quero eu dizer: ao tentar encontrar a sua inteligibilidade, para além das analogias sociológicas e políticas e de uma tradição petrificada, foi o ser humano, no movimento intencional da transcendência (ou superação) que me surgiu na construção do sentido do conteúdo – o ser humano que é simultaneamente corpo-mente-desejo-natureza-sociedade e não físico apenas, partindo daí para a elaboração teórica e conceptual. Repito-me: ao precisar o paradigma da Educação Física e ao concluir que esta expressão carece de rigor científico (ela é uma tradição, um capricho corporativista ou uma imposição do Poder) depressa também inferi que, nesta área do conhecimento, um investigador que apenas se interesse pela consideração dos *dados empíricos*, sem a preocupação de reuni-los num paradigma, dificilmente poderá aspirar à inteligibilidade, dado que é inteligível o que está em concordância com a lógica e nos é esclarecido pelo paradigma. No meu entender, o que a inteligibilidade sublinha, sobre o mais, é que existe um caminho próprio da teoria e que, segundo critérios racionais, é possível encontrá-lo.

No entanto, eu não esqueço nunca as palavras hauridas em Marx: «Não é a consciência que determina a vida; é a vida que determina a consciência» (*A Ideologia Alemã*), ou seja, as formas da consciência, as ideias, as representações não têm uma história dissociada dos homens, das suas lutas e das suas condições de produção. O ser do Homem é o seu processo da vida real. Compete, por isso, ao filósofo construir, como diria Marcuse, uma «filosofia concreta», quer dizer, uma filosofia intimamente relacionada com a vida humana e que não se resume a uma teoria do conhecimento. Ora, o que determina, em primeiro lugar, o ser humano é a acção, é a motricidade humana, precisamente aquilo que a Educação Física pretende estudar e trabalhar, sem redefinir a acção numa reflexão teórica. Poderíamos escutar, neste passo, a voz autorizada do notável pedagogo Lauro de Oliveira Lima: «A prática pedagógica, em toda a parte, no Japão ou na Patagónia, tem que passar a modelar por um processo (técnica) que estimule o desenvolvimento da inteligência das crianças, a partir da sua motricidade. Piaget mostrou que, enquanto a motricidade evolui a partir do útero até à idade adulta, a percepção do recém-nascido praticamente já nasce perfeita»⁵.

Mas temos que partir do pressuposto «de que o conhecimento é sempre contextualizado pelas condições que o tornam possível e de que ele só progride na medida em que transforma em sentido progressista essas condições»⁶. Por isso, todas as ciências hão-de ser *ciências críticas*, como se torna evidente numa democracia de qualidade, que apela às reformas políticas onde a revalorização da

⁵ Lima, Lauro de Oliveira, *Pedagogia – transformação ou renovação*, Brasiliense, S.Paulo, 1982, p. 75.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 183.

ciência e da cultura assume lugar indiscutível. O novo tipo de organização social deverá, por seu turno, antepor ao cientismo conformista e pretensamente neutral uma cultura que implante, na própria comunidade científica, a luta contra o que há de *espectral* (na feliz palavra de António Sérgio) nas crenças, nos sentimentos, nas ideias, de hoje. A cientificação da motricidade humana exclui, por isso, os portadores de mentalidades fósseis, os que obedecem servilmente aos *espectros* dominantes. E os partidários de uma ciência sem formação filosófica, já que saber não significa tão-só analisar (o conhecimento cartesiano fundamentava-se em exclusões mútuas e em recíprocas ignorâncias), mas também inteligir o *todo* que permite compreender as *partes* desse mesmo todo. A ciência da motricidade humana, como ciência do homem, não pode também prescindir da filosofia, dado que não pode esconder nunca que é um verdadeiro projecto antropológico. O conhecimento (e a motricidade revela-o radicalmente) não é um puro exercício da razão, mas uma relação entre a razão e a vida, entre o corpo e o mundo.

Maurice Blondel, o filósofo da acção, observa: «eu ajo, mesmo sem saber o que é a acção, sem ter desejado viver, sem conhecer ao certo nem quem sou, nem mesmo se sou»⁷. Numa lógica de desenvolvimento, há um dinamismo interno que nos permite avançar da gnosiologia à ontologia, pois que a transcendência é o processo normal de um ente cuja estrutura essencial é a consciência da incompletude e a vontade de superá-la. A desproporção entre *o que se é* e *o que se quer ser* é um apelo incessante à transcendência, no duplo sentido de superação e reconhecimento da vida espiritual. Werner Heisenberg, nas suas *Obras Completas*, sob o título *A Ordem da Realidade*, declara: «A física e a transcendência constituem apenas áreas diversas da verdade única, que vão da esfera mais baixa, onde podemos ainda objectivar tudo, até uma esfera superior, em que o olhar se abre àquelas partes do mundo sobre as quais só se pode falar em metáforas»⁸. Em suma, se o ser humano concentra, em si, o corpo, o espírito, o desejo, a natureza, e a sociedade, ele só se torna verdadeiramente humano se é bem mais do que a soma das partes, ou seja, se nele o determinismo se transforma numa gestação inapagável de desenvolvimento e liberdade. Aliás, a lógica da motricidade humana é a opção da transcendência, a passagem, numa ascese da vontade humana do determinismo à liberdade. E assim a consciência da incompletude não é sinal de deficiência, mas condição indispensável de desenvolvimento humano.

Maurice Blondel já recordava em *L'Action* (p. XVII) que é inadiável criar uma ciência da acção. Uma ciência, qualquer que ela seja, só se constitui efectivamente como corpo de conhecimentos e resultados, a partir do momento em que seja possível sustentar que «o sistema de produção que a produz já construiu o seu

⁷ Blondel, Maurice, *L'Action, Essai d'une critique de la vie et d'une science de la pratique*, PUF, Paris, 1973, p. VII.

⁸ In Dürr, Hans-Petter, *Da Ciência à Ética*, Instituto Piaget, Lisboa, 1999, p. 127.

⁹ Sedas Nunes, A., *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, Gabinete de Investigações Sociais, Lisboa, 1976, p. 9.

próprio objecto teórico»⁹. O nosso objecto teórico, a conduta motora (ou acção), é afinal a motricidade humana. Por outras palavras: é a complexidade humana, perseguindo a transcendência e visando o desenvolvimento humano. O ser humano encontra-se diante de uma opção decisiva: sim ou não ao desenvolvimento humano, isto é, à educação, à saúde, ao lazer, à liberdade, à igualdade, à solidariedade... para cada um de nós e para todos? Sim ou não à igual dignidade de todos, no aprofundamento dos direitos e liberdades fundamentais, no combate às desigualdades e exclusão e na promoção de um espírito de comunidade universal, baseado na solidariedade? Se avançarmos o «sim», a motricidade humana viverá o percurso infinito da complexidade (corpo-mente-desejo-natureza-sociedade) no sentido do desenvolvimento humano. E sem grande dificuldade se reconhece que é ciência do homem e fundamenta uma «filosofia integral», pois que o conceito de humanidade, à luz da motricidade humana, não se esvai numa nuvem de abstracções, não se refere apenas ao Ser e ao Logos, mas principalmente ao Acto e à Relação.

Ao primado do *cogito*, onde a motricidade humana é simples títere dos imperativos da Razão, a ciência da motricidade humana assevera que a motricidade é um dos elementos da complexidade humana, ao lado, por exemplo, do pensamento puro racional. Acontecerá o mesmo com o *corpo cyborg*? Quero eu dizer: encontraremos nele também a certeza de que o pensamento é ao mesmo tempo conhecimento e acção? «Mas o que é um *cyborg*? É um organismo cibernético, como o seu nome indica (*cybernetic organism*). E o que é um organismo cibernético? É um híbrido de humano e de máquina. Um composto bio-técnico. Uma parte é dada; outra é construída – é um intermédio artificial-natural [...]. Nem macho, nem fêmea, o organismo cibernético é um género intermediário, autorreprodutor. Ele não opõe as partes à totalidade e não sonha com uma totalidade reencontrada, nem com um Éden a recuperar, ele não tem o sentimento do pecado nem da homogeneidade, mas é heterogéneo, múltiplo, sem intenção totalitária e com a possibilidade de ser conectado a outros *cyborgs*, não manifestando nenhuma repulsa pelas hibridações e misturas de todo o género»¹⁰. Maria Teresa Cruz diz muito, em pouco: «Mais do que uma possibilidade particular, realizada ou ficcional, o *cyborg* surge assim como um nome para uma nova *ontologia* – a da vida penetrada pela técnica»¹¹.

Nasce com o *cyborg* um corpo desfigurado ou desumano onde não se diferencia a distinção homem-máquina ou natureza-técnica. Na esteira de Foucault, é mister acrescentar que, uma vez mais, podemos determinar historicamente o *cyborg*, num tempo de predominância tecnológica e em que, por isso, se rejeita ou renega qualquer construção teórica que não seja imediatamente perceptivo-

¹⁰ Cruz, Maria Teresa, *O Corpo na Era Digital*, Departamento de Educação Médica da Faculdade de Medicina de Lisboa, 1999, p. 134.

¹¹ Cfr. Bragança de Miranda, José A., *op. cit.*, pp. 192 ss.

nada e corporizada? Só que os modelos não esgotam nunca a realidade e, mesmo em período *pós-natural* ou artificial, como o nosso, o pós-natural é sempre um dos aspectos da complexidade humana. O próprio culto da informalidade e da transgressão (é a insubmissão o motor do progresso) não se identifica com o desconhecimento de que, no ser humano, o mundo das interfaces sublinha o estatuto do corpo como facto cultural e portanto muito para além de um diagnóstico técnico e tecnológico. O corpo pulsional, secreto, expressivo, espiritual, criador, etc. não cabe tão-só numa arquitectura onde os números se reproduzem. Por consequência, a motricidade (o corpo em acto, repito) não deverá estudar-se apenas a uma luz científico-natural (nos termos clássicos), porque tudo é híbrido, tudo é físico e metafísico, o próprio corpo é utópico¹². Demais, os limites do corpo não têm fronteiras. Daí, a dança; daí, o facto de um «corpo ensinado» e um «corpo que ensina»; daí, um corpo cyborg e um corpo fractal; daí, o corpo omnipresente em tudo o que entendemos como origem, natureza e destino. Até no sonho. «Não devemos esquecer que o ser humano tem, provavelmente, tanta necessidade de sonho como de realidade, pois é a esperança que dá sentido à vida»¹³.

Mas a motricidade humana é também um processo dinâmico de aquisição do saber. Se há uma concordância nítida entre debilidade motora e debilidade mental, são íntimas necessariamente as relações entre pensamento e motricidade. Heidegger escreveu, no *Ser e Tempo*, que Descartes, com o *cogito ergo sum*, pretendeu atribuir à filosofia «um campo novo e seguro»¹⁴. Mas nunca entendeu que a consciência é matéria também. Para Descartes pensar equivalia a pensar-se e o conhecimento circunscrevia-se a um subjectivismo extremo. Com efeito, o ser humano só consigo mesmo se relaciona devidamente. Ele é sujeito, *subjectum* e deve estar subjacente ao conhecimento de tudo o que o rodeia. E assim a estrutura da subjectividade (como consciência do eu e consciência do objecto) anuncia já, em Leibniz, a redução hegeliana do real ao racional. Por seu turno, «o humanismo é, no fundo, a concepção e a valorização da humanidade como capacidade de *autonomia* [...]. O homem do humanismo é aquele que já não deseja receber as suas normas e as suas leis, nem da natureza das coisas (Aristóteles), nem de Deus, mas que as cria ele mesmo, a partir da sua razão e da sua vontade»¹⁵. Nasce, aqui na expressão de Lipovetsky, a «leucemização das relações sociais»? E o mesmo autor observa: «A lição é severa – o progresso das Luzes e da felicidade não andam a par, a euforia da moda tem como corolário o abandono, a depressão, a perturbação existencial. Há mais estímulos de todo o tipo, mas inquietação,

¹² Jacob, François, *O Jogo dos Possíveis*, Gradiva, Lisboa, 1981, p. 137.

¹³ Sfez, Lucien, *A Saúde Perfeita – Crítica de uma utopia*, Instituto Piaget, Lisboa, 1997, p. 281.

¹⁴ Heidegger, M.: *Sein und Zeit*, Niemeyer, tradução para o francês de E. Martineau, Authentica, Paris, 1985, p. 40.

¹⁵ Renaut, Alain, *A era do indivíduo – contributo para uma história da subjectividade*, Instituto Piaget, Lisboa, 2000, p. 50.

mais autonomia, mas mais crises íntimas. Tal é a grandeza da moda que remete cada vez mais o indivíduo para si mesmo, tal é a miséria da moda que nos torna cada vez mais problemáticos para nós mesmos e para os outros»¹⁶.

E, pelo que atrás se escreveu, não será de surpreender que David Hume tenha erguido a ciência do homem a fundamento das demais ciências. É ele próprio a dizê-lo «Não existe nenhuma questão importante cuja solução não esteja compreendida na ciência do homem; não existe nenhuma que possa resolver-se, com alguma certeza, se não conhecermos esta ciência»¹⁷. Mas tendo em atenção que «a mente é de tal forma modelada pelo corpo e destinada a servi-lo que apenas uma mente pode nele surgir»¹⁸ e que «propriedade e capacidade de acção estão também inteiramente relacionadas com um corpo, num determinado instante e num determinado tempo»¹⁹. O biólogo Brian Goodwin refere também que «cada espécie possui a sua própria natureza, as suas próprias características. O que os organismos fazem é exprimir um tipo particular de ordem e de organização, que se situam no âmago do seu próprio ser. Todos os organismos são basicamente equivalentes, porque todos fazemos parte do mesmo processo, como Darwin descreveu. O que não surge claramente no darwinismo é a noção de que a evolução é a expressão da natureza própria dos organismos, de modo que devem ser valorizados pelo seu ser e não pela sua função»²⁰. Ora, o ser humano é simultaneamente natureza e cultura. Pela cultura, ele procura a criatividade e a liberdade. Rousseau, em *Le Contrat Social*, refere que «a liberdade é a obediência à lei que prescrevemos a nós mesmos»²¹. Só que não há autonomia absoluta, porque a emergência do sujeito autónomo decorre num mundo de interações complexas e multidimensionais que a cultura e a sociedade supõem. O ser humano é interdependente e autónomo, em busca permanente do que não tem, do que não é. A aspiração à transcendência, à superação é própria de um ser que é síntese de acto e potência, de ordem e desordem, de repouso e movimento, de essência e existência. E assim matéria, vida e consciência não são substâncias distintas, mas modos diversos da temporalização e corporização da complexidade humana.

A motricidade humana, donde nascem o desporto, a dança, a ergonomia, a reabilitação, etc., é indiscutivelmente uma ciência do homem, ao lado da história, da antropologia, da psicologia, da medicina, etc. Todos sabemos o que Henri Laborit escreveu, com a sua prosa elegante e sóbria, no *Éloge de la Fuite* (Gali-

¹⁶ Lipovetsky, G., *L'Empire de l'éphémère, la mode et son destin dans les sociétés modernes*, Galimard, Paris, 1987, p. 337.

¹⁷ Hume, D., *Traité de la nature humaine*, I, trad. por A. Leroy, Aubier, Paris, 1977, p. 59.

¹⁸ Damásio, A., *O sentimento de si*, Publicações Europa-América, Lisboa, 2000, p. 172.

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 175.

²⁰ Goodwin, Brian, «A biologia é uma dança», in Brockman, John (org.): *A Terceira Cultura*, Temas e Debates, Lisboa, 1998, p. 91.

²¹ Rousseau, J. J., *Le Contrat Social*, Garnier-Flammarion, Paris, 1965, p. 56.

mard, Paris): «As ciências humanas começam na molécula para terminarem na organização das sociedades humanas, no planeta». E, para estudá-las, quero eu dizer, para pesquisá-las e experimentá-las, sem o obsoleto cunho positivista, importa reagrupá-las em três grandes sectores: a *compreensão das pessoas*, onde o corpo, o desejo, o pensamento invocam o estudo necessário da biologia, da psicologia, da ciência da motricidade humana, da antropologia e da filosofia; a *compreensão da sociedade*, onde coabitam principalmente a economia, a política, a sociologia e a ideologia; e a *compreensão da dinâmica da vida social*, através designadamente da geografia, da história, da religião e da ecologia. Mas, de que serve uma análise da realidade social e humana, centrada tão-só numa severa e serena especulação intelectual? Toda a vida humana é motricidade esclarecida por valores, em função do sentido que se pretende conferir ao ser humano e à sociedade. E assim é conhecimento ideal e prática social e material. A motricidade humana, de facto, assim o confirma e acentuando que «tanto de um ponto de vista filogenético como ontogenético, a diferenciação, elaboração e apuramento das estruturas cognoscitivas (formais) é levado a cabo sobre a base de uma actividade humana prática, transcognoscitiva ou antecognoscitiva, no sentido elaborado, preciso e dialéctico do termo»²². A conduta motora (ou acção) desenvolve-se, no trabalho, no lazer, na educação, menos com lógica do que com história. Com efeito, «a história é de facto o reino da inexactidão. Porque é projecto de transcendência, porque é uma aposta existencial. Quando J. Monod considera o projecto como uma das propriedades essenciais dos seres vivos, «não faz mais do que sublinhar este carácter fundamental do comportamento, consistindo em ser polarizado para um fim, simultaneamente interno e externo ao organismo»²³.

Investigar a motricidade humana pressupõe inter e multidisciplinaridade, tendo em conta o que os cientistas sociais (e lembro o livro *Le métier de sociologue*, de Pierre Bourdieu, J.C. Chamboredon e J.C. Passeron) chamam «hierarquia dos actos epistemológicos», ou seja, a *ruptura*, a *construção* e a *verificação*. A *ruptura*, ou o primeiro acto de investigação científica, inicia-se, em relação à educação física, com a ciência da motricidade humana. Mas, «esta ruptura só pode ser efectuada a partir de um sistema conceptual organizado, susceptível de exprimir a lógica que o investigador supõe estar na base do fenómeno [...]. Sem esta construção teórica, não haverá experimentação válida»²⁴. Ora, a educação física (enquanto disciplina autónoma) só alcança uma construção teórica válida, se se apresentar como a pedagogia de um novo campo do conhecimento. A ciência da motricidade humana satisfaz plenamente este quesito

²² Barata-Moura, José, *Para uma crítica da filosofia dos valores*, Livros Horizonte, Lisboa, 1982.

²³ Ricoeur, Paul, *História e Verdade*, Companhia Editora Forense, Rio de Janeiro – S.Paulo, s/d., p. 79.

²⁴ Boutinet, Jean-Pierre, *Antropologia do Projecto*, Instituto Piaget, Lisboa, 1996, pp. 299-300.

fundamental: porque organiza o conhecimento e porque representa um salto qualitativo, em relação ao dualismo e mecanicismo, racionalistas. Por fim, «uma proposição só tem direito ao estatuto científico, na medida em que pode ser verificada pelos factos. Este teste pelos factos é designado por verificação ou experimentação»²⁵. E o que se investiga, nesta ciência? Não é um movimento qualquer, mas *acções*, isto é, movimentos intencionais e, portanto, com significação e sentido. E, se o ser humano é corpo-mente-desejo-natureza-sociedade, a investigação há-de conter uma base empírica. De facto, para ressaltar dela um significado prático, a *empíria* deve estar presente.

Concentrando, desbastando, depurando os vários «enfoques» (perdoem-me o brasileirismo) sobre a investigação nas ciências do homem, sou em crer que verei realçar quatro: o do positivismo, o da fenomenologia, o do marxismo e o do estruturalismo. Augusto Comte (1798-1857) foi o fundador do positivismo. Toda a sua obra ficou indelevelmente marcada por quatro preocupações fundamentais: uma filosofia da história, expressa na *lei dos três estados* (o teológico, o metafísico e o positivo); uma fundamentação e classificação das ciências (matemática, astronomia, física, química, fisiologia e sociologia); a criação de uma disciplina que estudasse os factos sociais, a sociologia que ele, num primeiro momento, denominou física social; a proclamação de uma religião universal onde o culto da amizade atingisse os mais louváveis extremos e os capitalistas se apiedassem do proletariado de modo a findarem as lutas de classes. Poderemos distinguir três momentos, na evolução do positivismo: o positivismo clássico, o empiriocriticismo e o neopositivismo (este, por sua vez, compreendendo uma série de matizes, tais como: o positivismo lógico, o empirismo lógico, o atomismo lógico, a filosofia analítica e o neobehaviorismo).

O positivismo, na sua globalidade, sempre manifestou uma rejeição incontrollada da metafísica. O positivismo lógico formulou o célebre *princípio da verificação* (demonstração da verdade), que declara a impossibilidade de procurar-se a verdade, ao arrepio do que é empiricamente verificável. Que o mesmo é dizer: o conhecimento científico reduz-se à experiência sensorial. Mas vai mais longe o positivismo: propõe uma unidade metodológica, na investigação dos dados naturais e sociais. Carnap e Neurath, umbilicalmente unidos ao Círculo de Viena, vão ao ponto de procurar uma linguagem única, para todo o tipo de conhecimento científico. O *fisicalismo* (assim se denominava esta variante da grande escola positivista) pretende reduzir toda a linguagem científica à linguagem da física – esta, no seu entender, a mais perfeita de todas as ciências. Tanto a teoria das ciências positivista, como a tépida generosidade da sua religião, morreram já. Em Portugal, por exemplo, finda a Monarquia, a República identificou-se com o positivismo. Teófilo Braga, o primeiro presidente da República, é o director, com Júlio de

²⁵ Quivy, R.; Campenhoudt, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa, 1998, pp. 27-28.

Matos, entre 1878 e 1882, da revista *O Positivismo* que se constituiu como órgão difusor das ideias positivistas. Sampaio Bruno (recordam-se de *O Brasil Mental?*) e Leonardo Coimbra (designadamente nas páginas de *O Criacionismo*) anunciaram o esgotamento do positivismo, em Portugal.

A fenomenologia gozou de vasto aplauso, pouco tempo antes e depois da Segunda Guerra Mundial. O existencialismo dela nasceu. E o que é a fenomenologia? É «a doutrina universal das essências, onde se integra a ciência da essência do conhecimento»²⁶. E assim «retornar às coisas mesmas», imprimindo à investigação filosófica, em oposição ao espírito de sistema, um novo impulso que privilegie a *intencionalidade* e o *vivido*. O *a priori* fenomenológico é o *vivido* e não as abstrações típicas do sistema. «Percebe-se da análise dos conceitos fenomenológicos que em nenhum momento esta corrente do pensamento está interessada em colocar em relevo a historicidade dos fenómenos. A busca da essência, isto é, o que o fenómeno verdadeiramente é, depois de sofrer um isolamento total, uma redução [...] carece de toda referência que não seja a da sua pureza como fenómeno, de modo que o componente histórico, que tão pouco interessava ao positivismo, não é tarefa que preocupe o pesquisador que se movimenta orientado pelos princípios da fenomenologia»²⁷. A fenomenologia descreve a realidade, sem pensar na regulação e transformação do objecto apresentado. Embora o conhecimento dependa também, para esta escola filosófica, do *mundo vivido* e da cultura do sujeito cognoscente. Do marxismo o que posso eu acrescentar que não se saiba já? A Marx (1818-1883), Engels (1820-1895) e Lenine (1870-1924) só os não compreenderam algumas pessoas ociosas e frívolas assim como os não quiseram compreender os conservantismos de todos os quadrantes. Os livros destes três pensadores foram os fantasmas de cabeceira dos que pretenderam adentrar-se na teorização do sistema capitalista. Podemos distinguir, no marxismo, três aspectos marcantes: o materialismo dialéctico, o materialismo histórico e a economia política. O materialismo dialéctico é (perdoem-me o rápido esboço) a base filosófica do marxismo. Algumas categorias dele emergem, principalmente: a materialidade do mundo, a dialéctica, a totalidade, a contradição, a teoria do reflexo e a prática social como critério de verdade. O materialismo histórico é a ciência do marxismo e estuda as leis que caracterizam a Natureza, o Homem, a Sociedade e a História. Nele, não se pode confundir o *conhecer* e o *ser*, mas há uma dialéctica que os une, dado que o conhecimento reflecte as mudanças e as transformações, que se processam na Sociedade e na Natureza. No entanto só se conhece verdadeiramente, dentro de uma estrutura de totalidade. Uma visão imediata do real suscita o fragmentário, o parcelar, o disperso.

Todo o real se constitui e determina, dentro de um tecido complexo de relações e determinações, que formam uma totalidade, a qual, por seu turno, as

²⁶ Husserl, Edmund, *A ideia de fenomenologia*, Edições 70, Lisboa, 1986, p. 22.

²⁷ Idem, *ibidem*, p. 28.

transcende na sua imediatez e singularidade. O individual distingue-se, de facto, da totalidade. Mas não há indivíduos fora de um todo, assim como não há totalidade, sem elementos individuais. A perspectiva marxista é sempre totalizante e dialéctica. E, por isso, onde radicam contradições que testemunham não florescer, no seio das totalidades, a invariância ou a imutabilidade. No estruturalismo, como a própria palavra o supõe, predomina a estrutura, o sistema. A História, para o estruturalismo, não é carismática, é estrutural. Hoje, poderíamos adiantar a palavra *complexidade* para inteligir e tornar inteligível o sistema, a estrutura, a totalidade. A «ilusão jónica», afinal semelhante à de Einstein de que, numa qualquer situação cognitiva, o que nos rodeia e portanto ontologicamente fora de nós, pode permanecer inteiramente *out there*, independente e neutral, foi questionada, desde Kant com os seus *a priori* até Gerald Edelman. Este neurobiólogo adverte que «o que as coisas são», a ontologia, decorre dos nossos processos cerebrais de conhecimento²⁸. E, após os anos 70, «começou a desenvolver-se um novo estilo de abordagem epistemológica», que descobre a ciência «como uma instituição social [...]». O modo como o contexto ideológico, social, político interfere com a construção dos conhecimentos, mesmo os próprios conteúdos, passou a ser objecto de estudo privilegiado» do universo científico²⁹.

Assim, as ciências da natureza e as ciências sociais e humanas, possuindo embora uma insofismável autonomia, não evoluem senão em diálogo incessante. A complexidade assim o exige. A visão quantofrénica e positivista do Mundo sempre rotulou como «não científico» o que não pudesse ser expresso quantitativamente. Ora, no ser humano, uma vivência é bem mais do que as explicações da razão conceptual ou da racionalidade abstracta, como é de uso fazer-se com a matemática e a filosofia. Sou um modestíssimo filósofo, mas julgo poder acrescentar que são dois os pólos da inteligência humana: um que privilegia a abstracção, a escolástica, o dogmatismo, a intolerância; o outro que visa a complexidade e tem, por isso, em conta a sensibilidade, o sentimento, o desejo, o amor, a beleza, o encantamento. Não basta *saber fazer* e *saber dizer* é preciso também *saber viver*. Talvez as expressões «grande razão» de Nietzsche e «razão vital» de Ortega y Gasset nos instalem, com mais verdade, numa compreensão abrangente, ecológica e sistémica do ser humano. É que este é o infinitamente complexo e não há microscópio ou telescópio que possam medi-lo (ou perscrutá-lo) inteiramente.

Mas não podemos descambar num frígido desânimo, se o pensamento sistémico, encarado apressadamente, parece demasiado nebuloso, indefinido. É que uma abordagem da complexidade exige o conhecimento da totalidade, ou seja, apela a todos os métodos envolvidos numa investigação e, por isso, à análise e à síntese. Trata-se, como Edgar Morin não se cansa de referir, de distinguir e associar. De facto, só o sistema é real. Qualquer coisa, ou pessoa, tomadas isolada-

²⁸ Edelman, Gerard, *Biologie de la Conscience*, Odile Jacob, Paris, 1994, p. 385.

²⁹ Triviños, Augusto N. S., *Introdução à pesquisa em ciências sociais*, Atlas, S.Paulo, 1995, p. 47.

mente, não se compreendem nunca, com o mínimo de rigor (porque todas elas são momentos de uma totalidade em devir) sem deixar de ter em conta a multidimensionalidade de tudo o que existe e... sem deixar que o sistema despoticamente nos domine. E, se é permanente a dialéctica no real e todo o real é dialéctico – se tudo é assim, manifesto se torna o *tetragrama*: ordem-desordem-interacções-organização. «Este tetragrama não dá a *chave* do universo. Permite apenas compreender como funciona. Revela-nos a complexidade. O objecto do conhecimento não é descobrir o segredo do mundo numa palavra-chave. É o de dialogar com o mistério do mundo»³⁰. Quando apresentei a minha tese de doutoramento, em 1986, já defendi o *método integrativo*, como método específico da ciência da motricidade humana, onde o desporto se integra, ao lado da dança, da ergonomia, da reabilitação, etc.: «O método a utilizar será o *integrativo*, isto é, fruto da convergência de métodos, os mais díspares. Tais como: o método histórico, o método biológico, o método fenomenológico, o método psicológico e psicanalítico, o método dialéctico e o método estrutural. Enfim, a compreensão e a explicação»³¹. É impossível isolar a pessoa (e afinal todo o ser vivo) do seu ecossistema, o indivíduo da sociedade e da natureza, o sujeito do objecto.

A motricidade humana, ou seja, o corpo em acto, é um espaço de signos e donde emergem a carne, o sangue, o desejo, o prazer, a paixão, a rebeldia, emoções e sentimentos do mais variado tipo. E tudo isto visando a transcendência, ou a superação. Mas, porque é transcendência, a conduta motora (a acção) acrescenta alguma coisa ao Mundo, através do inesperado, do novo, do insólito. No desporto, por exemplo, uma abordagem antipositivista (como Popper, Lakatos e Kuhn o fizeram em relação à ciência) solicita especialistas no *método integrativo*, designadamente os desportos colectivos, como já há um bom par de anos o afirmei. Também não devemos considerar desluzidos todos os trabalhos demasiados clausurados numa visão especializada do real. Quem estuda o ser humano encontra-se entre o uno e o múltiplo. Daí, a crise. Só que «a crise não é o contrário do desenvolvimento, mas a própria forma deste»³². Não entra no nosso plano refutar envelhecidos argumentos positivistas. A evolução do conhecimento científico por si os anula. Pretende-se, acima do mais, salientar que «importa procurar uma ontologia nova, na qual a categoria de relação assuma uma importância fundamental e se possa pensar independentemente do conceito de substância»³³. Daí, se é verdadeiro o objecto das ciências humanas, para Max

³⁰ Morin, Edgar, in Pessis-Pasternak, Guitta, *Será preciso queimar Descartes?*, Relógio d'Água, Lisboa, 1993, p. 85.

³¹ Sérgio, Manuel, *Para uma epistemologia da Motricidade Humana*, Compendium, Lisboa, s/d., p. 159.

³² Jorge, Maria Manuel Araújo, «A Física e os novos desafios filosóficos e culturais do nosso tempo», in *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, Julho-Dezembro, 1998, p. 539.

³³ Morin, Edgar, *Pour sortir du XXe. Siècle*, Seuil, Paris, 1981, p. 318.

Weber, «uma conduta orientada de forma significativa»³⁴, a ciência da motricidade humana (CMH) deverá, no meu modesto entender:

– Propor um *corte epistemológico* (ou *mudança de paradigma*), no seio mesmo da educação física, através da CMH. De facto, a educação física, se bem que ainda não como ciência autónoma, nasce no século XVII (o livro *Pensamentos sobre a Educação*, de John Locke assim o atesta), como reflexo do dualismo antropológico racionalista, embora de modo mais nítido, com Guts Muths (1759-1839) que rompe decididamente com a ginástica, como o acentua Gustavo Pires, no livro editado pela Universidade da Madeira e pelo semanário «O Desporto Madeira», *Da Educação Física ao Alto Rendimento*. Michel Foucault, na *Microfísica do Poder* (Graal, Rio de Janeiro, 1996, p.200) aponta Ballexsert, com o livro, publicado em 1762, *Dissertation sur l'Éducation Physique des enfants*. Também Pestalozzi, nas suas *Cartas sobre la educación de los niños* (Pestalozzi, que viveu entre 1746 e 1827, li-o, na tradução castelhana da Editorial Porrúa, México, 1986) utiliza, sem ambages, a expressão «educação física». É verdade que, nos seus primórdios, a definição de educação física visava objectivos que se relacionavam apenas com a saúde, mas foi o anúncio de uma expressão que, mais tarde, isto é, no século XIX, se enriqueceria com um significado mais abrangente. Ubirajara Oro, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil) tem, sobre este assunto, a opinião (abalizada, acrescenta-se) que, oralmente, vem exprimindo e que vai sujeitar a rigorosa pesquisa: «Está bem evidente, quando não explícito, na literatura, que *educação física* é uma expressão cujo uso só se adensou, a partir do século XIX, como fruto da pedagogização dos sistemas e métodos europeus de ginástica. Ou seja, inicialmente, *educação física* era o tema ou âmbito que ensejava a aplicação didáctica do conteúdo ginástica. Mais tarde, com a disciplinarização desse âmbito educativo, no currículo escolar, *Educação Física* passou a substituir *Ginástica*, como conceito macro. Portanto, a educação física, como âmbito pedagógico, precede e instrui a Educação Física, como disciplina curricular». J. Ulmann define a educação física como «a acção de uma cultura sobre uma natureza» (*Corps et Civilization*, Vrin, Paris, 1993, pág. 48). Só que é preciso que a cultura seja anti-dualista e procure a complexidade, como a cultura hodierna o faz. O que não aconteceu até ao século XX, pois que a deusa Razão não permitia uma visão do corpo que não visse nele senão um objecto. É a fenomenologia que distingue, pela vez primeira, o corpo-objecto do corpo-sujeito. E a expressão «Educação Física» ressoa uma época em que o corpo era *físico* tão só. O corpo foi, é, será um

³⁴ Dinis, Alfredo, «Implicações Antropológicas de desenvolvimentos recentes em biologia e ciências cognitivas», in *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, Julho-Dezembro de 1998.

- produto sócio-cultural. E a cultura actual é (re)peto) declaradamente anti-dualista, contraditando o racionalismo clássico, desde o dualismo homem-Deus até ao dualismo corpo-alma.
- Fomentar a pluri, a inter, a transdisciplinaridade, de modo a evitar-se a fragmentação do saber. Mas, salientando, sobre o mais, a autonomia e nunca a dependência. Será de referir que cada modalidade desportiva tem uma lógica individual incontornável.
 - Desenvolver o *método integrativo*, tendo em vista a criação de um pensamento complexo, multidimensional e referindo que toda a investigação empírica é dirigida por modelos interpretativos e esquemas conceptuais. Não deverá esquecer-se que a CMH, onde o desporto se insere, tem um paradigma: a energia para o movimento intencional da transcendência e, como tal, há um axioma fundamental na prática desportiva: a transcendência não é apenas atributo de Deus, porque é também uma dimensão essencial do ser humano. Uma competição desportiva deve ser entendida como o «oitavo dia da criação», dado que, nela, o praticante é uma tarefa a cumprir – uma tarefa onde a transcendência inevitavelmente acontece...
 - No entanto, o *método integrativo* deve ser a síntese de muitos métodos, incluindo o *método hermenêutico*. A hermenêutica, entendida como interpretação dos signos, mormente os signos da linguagem, foi desenvolvida por Dilthey, Heidegger, Gadamer e Ricoeur. Segundo Richard Palmer (cfr. *Hermenêutica*, Edições 70, Lisboa, 1989) a hermenêutica de Dilthey resume-se à conjugação de três palavras: «experiência, expressão e compreensão»: a experiência pré-reflexiva, imediatamente vivida; a expressão partilhada, para ser cultural e histórica; a compreensão, onde a mente capta, sem mediações racionais, o sentido das partes no todo e do todo nas partes. A linguagem, como revelação do ser, tem em Heidegger o estatuto de verdadeiro mito de fundação do mundo, do homem e do conhecimento. É na função reveladora da linguagem que radica o ser. Em Gadamer (cfr. *Verdade e Método*), a linguagem desdobra-se diante de mim, pela força indomável dos textos escritos e falados, dos eventos históricos, etc. A experiência hermenêutica consiste na fusão linguística intérprete-interpretado, ou seja, o horizonte activo do intérprete e o horizonte interveniente da tradição. Para Ricoeur, há uma analogia nítida entre a análise dos textos e a das acções sociais, testemunhando ambos o mesmo grau de objectividade e de pertinência. A hermenêutica deverá ser um método a ter em conta na prática desportiva, onde a fusão de horizontes treinador-jogador, ou treinador-atleta, se converta numa única inteligibilidade possível, ou num consenso único, procedente do diálogo.
 - Considerar que o mundo social consiste, principalmente, em *acções* (e em *redes*, designadamente em *redes de comunicações*) e, por isso, o especia-

- lista na CMH deverá, como o médico, estar presente em largos períodos da vida humana, quero eu dizer: no trabalho, no lazer, na educação e na saúde. O corte epistemológico, donde surge a CMH, representa o alargamento e aprofundamento de um campo profissional.
- Distinguir, no ser humano, não só o corpo, a mente, a natureza, a sociedade, mas também o indivíduo empírico e o sujeito ético-político. E que não se esqueça o desejo. A CMH não serve para castrar, mas para libertar o desejo.
 - Surgir como um sinal de resistência ao irracionalismo da barbárie fascista, do dogmatismo neo-liberal e à semicultura do corporativismo e das tradições anquilosantes, dado que o ser humano, em movimento intencional, reflecte e projecta valores.
 - Unir dialecticamente o conhecimento científico ao *mundo da vida* (é da aliança do saber e da vida que nasce a cultura), para que das ciências possam emergir novos problemas, incluindo aqueles que habitam o imaginário social. E é preciso ainda que os objectos e problemáticas da CMH sejam semelhantes aos das várias disciplinas sociais. Por isso, importa, no desporto, passar da explicação à compreensão, pois que toda a conduta desportiva tem significação, interesse e valor. A própria realidade empírica, humanamente falando, é valor. No desporto, no meu modesto entender, deveria criar-se a noção de *jogador*, ou de *atleta*, ideal e, a partir daí, explicar e compreender.
 - Fazer da CMH um conhecimento-emancipação e onde, por consequência, a solidariedade esteja presente, designadamente em relação ao *diferente*. A intersubjectividade pressupõe a diferença (a diferença das várias subjectividades que a compõem).
 - Investigar a CMH como um *sistema autopoietico*, cuja base reprodutiva é o *sentido da transcendência* (ou *superação*) e, portanto, onde a unidade básica de análise é o *acto comunicativo*.
 - Observar o desporto, a dança, a ergonomia, a reabilitação, etc., como subsistemas autopoieticos (ou interpoieticos, visto que se desenvolvem na relação eu-tu) de comunicação, decorrentes da CMH. Em todos eles, deve tornar-se visível a construção social da pessoa e todos eles se encontram ligados, entre si, em três planos: observação recíproca, interpenetração e co-evolução.
 - Sublinhar, na CMH, o diálogo homem-mundo. «Sou para mim, sendo para o mundo», disse-o Merleau-Ponty.
 - Desenvolver métodos de treino psicofisiológico, já que a estrutura sistémica do ser humano (e portanto do atleta) a tanto obriga.

- Estabelecer que, no treino desportivo, o *volume*, a *intensidade*, a *estrutura* (ou a forma de organização do exercício), a *densidade*, etc. não dispensam nem a consciência, nem o sentido do que se pratica. E, quando se fala em consciência, não se esquece a *consciência moral* que rejeita de certo a instrumentalização dos atletas a valores-fetiches, a especialização desportiva precoce e o recurso a fármacos que não se integram na verdade e na justiça inerentes à prática desportiva.
- Adiantar a rejeição do termo *preparação física*, pelas mesmas razões que nos levam a desaprovar a expressão *educação física*. Mas há mesmo preparação física, independente de um modelo de jogo? Logo, a eficiência fisiológica pode alcançar-se dentro de um conceito de totalidade, onde a ciência e a consciência não se limitem aos gastos energéticos e neuromusculares.
- Consciencializar, como o Doutor Jorge Castelo o fez, no seu último livro, que «o exercício de treino deve ser entendido como um meio que promove a educação, a melhoria da saúde dos praticantes e a sua preparação para a vida, sendo de importância fundamental, tanto na etapa de formação, como nas etapas subsequentes até ao alto rendimento». (*O Exercício de Treino Desportivo*, FMH, Cruz Quebrada, 2003, p. 93). Embora a dificuldade de concretizar-se tal desiderato em regime de alta competição...
- Sustentar, contra a cegueira ambiente, que «as finalidades e os valores têm de ser consubstanciados em *políticas*», como o refere, em livro de consulta obrigatória, para os homens do desporto, o Doutor Gustavo Pires (*Gestão do Desporto – Desenvolvimento Organizacional*, Apogesd, 2003, p. 87).

«Pode salientar-se, como fez Dewey, a importância moral das ciências sociais – o seu papel na ampliação e aprofundamento do nosso sentido de comunidade e das possibilidades abertas a essa comunidade. Ou pode salientar-se, como fez Foucault, a maneira como as ciências sociais serviram de instrumentos da *sociedade disciplinadora*, a conexão entre conhecimento e poder, mais do que entre conhecimento e solidariedade humana»³⁵. A humanidade do ser humano pressupõe uma nítida abertura a uma alteridade, quero eu dizer: à transcendência, quase sempre corporizada na pessoa doutro ser humano. É por isso imprescindível que a ciência se faça sinónimo de solidariedade e da esperança e, como tal, ensine também a viver. Quando nascerá um novo modelo de saber? Quando se transformará a ciência numa consciência do possível? A CMH pode ser um espaço ideal para que tal aconteça – como ciência humana, sem modelos matematicamente exactos, embora matematicamente rigorosos. «Compreender e fazer modelos correctos de comportamento económico seria simples, se as

³⁵ Ricoeur, Paul, *Du texte à l'action. Essais d'herméneutique II*, Seuil, Paris, 1986, p. 190.

peçoas se comportassem como máquinas e fossem governadas por relações conhecidas de causa-efeito»³⁶. E o que se diz da economia poderá dizer-se outro tanto das demais ciências humanas. Por isso, José Gil, até na análise da dança, encontra no corpo do bailarino «uma multiplicidade de corpos virtuais»³⁷. A CMH não significa somente mudança de convicções (teoria), mas também mudança de atitudes (prática). Nela, portadora de um novo espírito científico, cada ser humano é um projecto infinito, onde o sentido da transcendência é a transcendência do sentido...

«No futebol, tal como na ciência, existiu a necessidade de *dividir* para melhor estudar e compreender. Assim nasceu e subsiste ainda, para o futebol, uma periodização [...] que tem imperativamente que dividir em: etapas, fases, ciclos, picos de forma, etc. e onde as diferentes dimensões que nele interagem: tática, técnica, psicológica, física e estratégica, são estudadas de forma isolada. Neste contexto, aparece também o estudo da recuperação, reflectindo-se a descontextualização deste aspecto, na operacionalização do treino». E, mais adiante, Carlos Carvalhal, licenciado e mestre em desporto e treinador de futebol, denuncia, com rápida precisão, a «doutrina matveiana (do russo Matvéiev) cujo treino assenta fundamentalmente na componente física»³⁸. Sirvo-me do futebol como exemplo, utilizando um livro de irrefragável lucidez, mas poderia trazer aqui livros semelhantes, também de notável precisão teórica, referindo-se a outras modalidades desportivas. O que pretendo ressaltar é que a CMH estuda o Homem como complexidade, em movimento incessante à transcendência. Complexidade significa a qualidade do que é complexo e, portanto, donde a incerteza, a ordem, a desordem e a organização ressaltam inevitavelmente; e onde todas as estruturas envolvidas, não só mutuamente se interpenetram e condicionam, como também apontam para uma instância prática de intervenção, já que é pela reorganização do conhecimento que poderá perspectivar-se uma nova prática.

«Eu considero impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, assim como conhecer o todo, sem conhecer particularmente as partes»³⁹. Esta afirmação de Edgar Morin diz-nos que tudo é *mais e menos* do que a soma das partes e, por isso, no desporto, não pode haver domínio da dimensão física mas do *modelo de jogo* onde se realiza a relação todo-partes. Mas há que ter em conta, de igual modo, o *princípio hologramático*, ou seja, não é só a parte que está no todo, também o todo está na parte. E no preparo físico, técnico, tático, psicológico deve fazer-se presente, por consequência, o todo, o modelo de jogo, a

³⁶ McCarty, Marilu Hurt, *Como os grandes economistas deram forma ao pensamento moderno*, prefácio de Jorge Braga de Macedo, Edição de Livros e Revistas Lda., Lisboa, 2001, p. 150.

³⁷ Gil, José, *Movimento Total: corpo e dança*, Relógio D'Água, Lisboa, 2001, p. 44.

³⁸ Carvalhal, Carlos, *No treino de futebol de rendimento superior. A Recuperação é... muito mais que recuperar*, apoio da Federação Portuguesa de Futebol, s/d., p. 31.

³⁹ Morin, Edgar, *Pour sortir du XX^e Siècle*, op. cit. p. 320.

educação tática dos futebolistas, uma atenção constante pela complexidade. Até uma jogada genial aflora sempre dentro de um quadro mais vasto que a justifica. Na minha tese de doutoramento, apresentei as três grandes leis (ou constantes tendenciais) da CMH: a *lei do reflexo*, a *lei do género* e a *lei do génio*⁴⁰. A *lei do génio* relembra-nos que nem tudo é sistema e a pessoa humana, se é indubitavelmente sistema, não pode reduzir-se a ele. Em Di Stephano, Pélé, Maradona, Cruyff, Platini e nos portugueses Eusébio, Matateu e Travassos, não encontramos a chave explicativa da sua classe tão-só nas virtualidades do *modelo* preconizado pelo treinador, mas também no facto único e irrepetível que era o *génio* de cada um deles. A repetição sistemática, no treino, das várias fases do jogo visa, de facto, uma empresa colectiva que o treinador motiva e planifica e que, no *génio*, porém, se exprime genialmente. O *génio* exprime o *todo*, a componente tática, que o treinador lidera e concebe, de forma sublime e única. E, assim como o heroísmo do herói pressupõe o não-heroísmo do meio, também o desportista genial precisa da normalidade dos colegas da equipa e da oposição dos adversários (oposição colaborante) para que o seu génio se revele.

Viktor Seluianov, professor da Academia Estatal de Cultura Física de Moscovo, afirmou ao jornal *O Jogo* (2001-06-26) que «os jogadores de futebol não estão entre a elite dos atletas de alto rendimento. Isso acontece, não porque falte aos atletas capacidade para tal, mas apenas porque não lhes é exigido que o sejam». E acrescentou, convictamente: «De um modo geral, treina-se em demasia. Ora, o primeiro passo será o de retirar do treino tudo aquilo que prejudica o atleta e o leva a lesionar-se com facilidade. O jogador deve passar a trabalhar menos, mas de forma mais correcta». E o que significa verdadeiramente, para ele, trabalhar de forma correcta? «Passar a utilizar os aparelhos dos ginásios, não apenas para ajudar a reparar lesões, mas acima de tudo para aumentar a *performance* do jogador. Quando faço um plano para uma época desportiva, faço-o baseado nos aparelhos de musculação». A informação multimidiática, disponível em rede e acerca do treino desportivo e tendo ainda em conta o conhecimento científico hodierno e uma filosofia pluralista transdisciplinar, não dão a razão toda a Seluianov. O praticante desportivo não é fundamentalmente fisiologia, mas complexidade que subjectivamente (ou intersubjectivamente) se revela. Não discuto o valor da musculação, duvido do seu lugar primacial no treino.

O neologismo *fractal*, criado pelo matemático Benoît Mandelbrot, na primeira edição francesa (1975) do seu livro *Les objets fractals – forme, basard et dimension* – ou melhor: o mérito epistemológico essencial da geometria fractal reside na tentativa de demonstração da opacidade fundamental da estrutura do mundo, uma opacidade que já não dá ensejo à certeza absoluta das razões da geometria euclidiana e da mecânica clássica. «O mundo [...] está povoado de

⁴⁰ Cfr. Sérgio, Manuel, *Um corte epistemológico – da educação física à motricidade humana*, Instituto Piaget, Lisboa, 1999, pp. 222 ss..

estruturas complexas que invalidam qualquer crença na simplicidade de elementos supostamente primordiais [...]. Para a geometria fractal, o *fundo das coisas* não existe; a natureza é não-homogénea, não-isotrópica e infinitamente diferenciada na mais ínfima das suas parcelas, em qualquer escala de observação»⁴¹. O seu mérito está realmente em ter permitido caracterizar os graus ou níveis de irregularidade relativas, que marcam a heterogeneidade morfo-estrutural da matéria e do universo na sua totalidade. Para o treino desportivo, não há por isso um fundamento simples e único, mas um fundamento complexo que o treinador e o atleta entendam como uma rede de significações, já que cada uma das condutas motoras remete-nos sempre para outras condutas e até palavras e frases. Como Rorty nos ensina: «não se pode conhecer o que uma coisa é, independentemente das relações dessa coisa com outra coisa»⁴².

António Fonseca e Costa, conhecido (e respeitado) treinador português de atletismo, aconselha assim os seus atletas: «Cada gota de suor tem de corresponder a um espaço de reflexão». No desporto, nem tudo o que é normal é absolutamente natural. «A complexidade do corpo humano depende do facto de ele ser o lugar de convergências de normas naturais e de normas técnicas, ou mesmo tecnológicas. O desporto ilustra bem este exemplo»⁴³. Mas há mais: Ricoeur identifica a *verdade* do percebido com o acto da própria percepção, com o próprio viver «num horizonte de mundo». Ouçamos Paul Ricoeur: «conjuntamente surge um novo plano de verdade, o que diz respeito à coerência da práxis total do ser humano, a ordem do seu agir»⁴⁴. Assim, a verdade do desporto decorre, hoje, da passagem do paradigma cartesiano, onde predominava a redução do complexo ao simples, ao paradigma emergente que é tanto informacional/comunicacional como caológico, mas buscando sempre resolver o problema do uno e do múltiplo, ou seja, à incerteza do múltiplo de redes interactivas, em construção permanente, a certeza de que o futebol é *uno* na consciência do praticante. Por isso, ser bom treinador, hoje, é ser capaz de renovar a problemática do futebol, antes de oferecer um repertório de soluções e por isso criar uma versão intersubjectiva de modelo de jogo onde a transcendência limita o agir, na exacta medida que o torna possível.

Há que rever a teoria e a metodologia do treino e libertá-lo da estreiteza de demasiadas cargas físicas, para situá-lo ao nível da totalidade do humano. Se a verdade é o todo, como queria Hegel, a verdade do treino é a experiência da complexidade humana. Por isso, não há um treino paradigmático que não tenha em conta o contexto, o global, o multidimensional, o complexo. Jorge Silvério e Rafi Srabo, no livro *Como ganhar usando a cabeça – um guia de treino mental*

⁴¹ Mandelbrot, Benoît, *Les objets fractals – forme, basard et dimension*, Paris, 1975, p. 182.

⁴² Rorty, Richard, *A Filosofia e o Espelho da Natureza*, Publicações Dom Quixote, 1988, p. 140.

⁴³ Sérgio, Manuel, *Para uma epistemologia da Motricidade Humana*, op. cit., pp. 150-151.

⁴⁴ Ricoeur, P., *Histoire et Verité*, Seuil, Paris, 1964, p. 169.

para o futebol, sustentam que «a capacidade do jogador em campo é igual a talento+técnica+tática+capacidade física+capacidade mental»⁴⁵. E eu acrescentaria a tudo isto a operacionalização pelo jogador do sistema de jogo proposto pelo treinador, mas em que o jogador, com vontade (ou desejo) de transcendência, se torna progressivamente senhor, não só do sistema de jogo, mas também do contexto que o permite. Segundo Heidegger, «o ser é, por essência, finito e só se mostra verdadeiramente na transcendência da existência»⁴⁶. Nada se pode fazer de transformador, sem a vontade (ou o desejo) de transcender o que aí está, dentro de «um número indefinido de possibilidades» (*Carta sobre o Humanismo*). Nas condições de possibilidade do êxito desportivo, não há só imitação e aprendizagem, mas também a inovação que o anseio individual de transcendência comporta.

A CMH nasce também como reflexão axiológica, adiantando que é preciso conjugar um saber sobre o ser humano com uma reflexão sobre o ser humano. Poderá mesmo ser, em termos habermasianos, a CMH uma ciência crítica, unindo o *conhecimento* e o *interesse*? Julgo que, antes de tudo, ela deverá superar o fosso de comunicação entre as chamadas «humanidades» e o conhecimento científico. Hoje, o cientista há-de ser, em primeiro lugar, um homem culto, quero eu dizer: capaz de fazer a síntese saber-sabedoria e de tal forma que haja saber na sabedoria e sabedoria no saber. E é porque há saber que há evolução e é porque há sabedoria que o processo evolutivo tem sentido. «Mais do que nunca, está a tornar-se impossível contemplar seriamente qualquer questão filosófica ou social, sem a compreensão dos desenvolvimentos recentes da ciência»⁴⁷. Simultaneamente, tendo em conta o nascimento do «conhecimento-emancipação»⁴⁸, importa que não se implemente a incomensurabilidade entre a ciência e os valores, designadamente os axiológicos. A cultura do cientismo, de que se deixaram embeber alguns técnicos deslumbrados, esquece que «a abertura da ciência a um conjunto mais vasto de conhecimentos e fontes de problematização»⁴⁹ só pode ser benéfica à própria ciência e é indispensável à construção de um mundo novo, também cientificamente fundado.

Daí, que a preparação desportiva precoce, que não há-de confundir-se com a especialização precoce; os problemas associados à psicologia da competição desportiva, tais como a vitória e a derrota, a solidariedade e um narcisismo doentio; a condição física, prioritária em relação à aprendizagem técnico-táctica,

⁴⁵ Silvério, Jorge; Srebo, Rafi, *Como ganhar usando a cabeça – um guia de treino mental para o futebol*, Quarteto Editora, Coimbra, 2002, p. 41.

⁴⁶ Heidegger, M., *Quê es metafísica*, Cruz del Sur, Santiago do Chile, 1983, p. 43.

⁴⁷ Chirrollet, Jean-Claude, *Filosofia e Sociedade da Informação*, Instituto Piaget, Lisboa, 2001, p. 179.

⁴⁸ Santos, Boaventura de Sousa, *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*, Edições Afrontamento, Porto, 2000, pp. 29-36.

⁴⁹ Farmer, J. Doyne, «A Segunda Lei da Organização», in *A Terceira Cultura*, Temas e Debates, Lisboa, 1998, p. 338.

e a classificação e avaliação da aptidão física; o desporto como exercício de autonomia, de cidadania, de tolerância; a própria capacidade de performance desportiva e muitíssimos outros aspectos desta vasta problemática – deverão saber resolver a questão seguinte: em toda a preparação do atleta (ou do jovem atleta) o desporto é *meio* ou é *fim*? O desporto encontra-se aí ao serviço da pessoa humana, ou ao serviço de valores-fetiches? É que até os clubes podem ser simulacros de valores humanizantes se não têm na devida conta a saúde dos atletas, a sua justa (e atempada) remuneração, a sua integração familiar e social. E, para tanto, não basta uma científica psicologia do desporto, necessária é também uma filosofia do desporto, onde se questione todo o possível, incluindo o racional, o emocional, o pulsional e onde se reunam, numa síntese superior, as mais nobres aspirações da pessoa humana.

A CMH, como *ciência crítica* que pretende ser, visa o *esclarecimento* (teoria) e a *emancipação* (prática). Por outras palavras: procura superar a dualidade teoria-prática e o racionalismo fechado do reducionismo cientista, através da *condução motora* (ou *acção*), ou seja, através de uma prática que, sem temer a incerteza, o caos, a complexidade, seja simultaneamente razão, sentimento, desejo, sonho, imaginação. Todas as revoluções científicas terminaram sempre com a vitória da filosofia que as motivou e fundamentou. Há hoje uma neo-racionalidade onde ciência e filosofia se complementam e o imaginário é o presente de uma poesia ausente. Esta neo-racionalidade há-de ressurgir do desporto e da motricidade humana em geral, procurando a construção de um «paradigma da corporeidade»⁵⁰ ou do paradigma da motricidade humana. O corpo e a sua imagem social ressaltam em todas as *condutas motoras* (ou *acções*) na complexidade que elas inevitavelmente são. Assim o treino da força (um exemplo entre muitos) tanto do ponto de vista do rendimento, como tendo em conta o desenvolvimento da aptidão física da população em geral, só terá sentido, se ele for um dos elementos da totalidade-treino e só resultará se, no praticante, se materializar a inter-relação corpo-mente-desejo-natureza-sociedade, sem esquecer-se o simbólico e o imaginário, pois que o treino (e a competição) é um fenómeno tipicamente dialéctico, autêntica unidade de contrários, onde um elemento é perfeitamente inútil, se não se encontra em permanente relação com todos os elementos da mesma totalidade. Mais tarde, ou mais cedo, o desporto e a psicologia do inconsciente (Jung) se sentirão unidos, no anseio que o desporto vive de transcendência, de mais-ser. E o mesmo poderá dizer-se das restantes *condutas motoras*. Em todas elas, como no desporto, sente-se o contacto numinoso com o sagrado.

E uma interrogação nos questiona, neste passo: é o treino uma pedagogia? Se o sujeito é um «sujeito em diálogo», na linha do pensar de Habermas, a inter-

⁵⁰ Braustein, Florence; Pépin, Jean-François, *O lugar do corpo na cultura ocidental*, Instituto Piaget, Lisboa, 2001, p. 188.

subjectividade, ou a reciprocidade entre sujeitos intencionais, constituirá factor determinante de auto-reflexão e desalienação. O treino será tanto mais pedagógico quanto mais se transformar num espaço aberto ao diálogo e à reflexão crítica, entre os vários elementos que compõem a mesma equipa. Assim, o treino deverá comprometer-se com a criação de estruturas mentais e uma fenomenologia da imaginação (Bachelard), que permitam uma ruptura com o reducionismo antropológico racionalista e com todos os sistemas, onde a voz do treinador, ou o querer do dirigente, despontem sempre como indiscutíveis, indubitáveis, a-dialécticos. Sem a determinação prévia e dialogante dos objectivos do treino (sem pôr jamais em causa a autoridade do treinador ou a hierarquia do dirigente); sem a informação minuciosa do plano e do programa das diferentes fases de preparação; sem a criação nos atletas de «motivações socialmente válidas e conformes com os interesses inerentes à sua formação multilateral»⁵¹ – prevalecem a obediência cega de uns e o autoritarismo ostensivo de outros. Entende-se assim as críticas de Adorno ao desporto, nas *Minima Moralia*, sublinhando o que nele há de deseducativo, isto é, na violência e no mito (que funda a violência), que muitas vezes o habitam. Na *Dialéctica do Esclarecimento*, Horkheimer e Adorno referem que, na Alemanha do seu tempo, os que mostravam uma fé inabalável nas virtualidades do desporto eram precisamente aqueles que mais irreflectido impulso manifestavam pelo militarismo nazi. Quero eu dizer, afinal, que o treino desportivo será pedagógico quando nele se realçar o consentimento informado dos atletas e a dimensão relacional da competência do treinador, tendo presentes os limites éticos das suas funções. O atleta-peça-função deixou de fazer sentido, em sociedades democráticas, numa nova ética cívica. O seu rendimento, as suas performances hão-de radicar também, nos quatro pilares da educação do futuro: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser.

A educação é hoje um dos desafios do treino desportivo, do desporto em geral, já que neles estão em jogo atitudes, comportamentos, competências e valores. Outro tanto poderá acrescentar-se, em relação à dança, à ergonomia, à reabilitação. A CMH lembra aos técnicos, em todas estas especialidades, que eles são, necessariamente e por vocação, verdadeiros educadores. A negação deste imperativo seria sinónimo de actividades suicidárias, incapazes de responderem às mais instantes interpelações da História. Quem pensa a *conduta motora* (ou *acção*) como a energia para o movimento centrífugo e centrípeto e intencional da transcendência (ou da superação) não se preocupa unicamente com problemas epistemológicos, mas também com a sua inserção no novo paradigma cultural, onde se procura aliar o rigor científico (embora a ciência não passe de simples interpretação, como diz Gadamer) à consciência social. No que ao desporto

⁵¹ Vários, Autores, *Metodologia do Treinamento Desportivo*, Associação Nacional de Treinadores de Basquetebol, ISEF, Lisboa, 1981, p. 385.

concerne, há demasiada ausência de referências, há uma declarada ditadura do efémero, na sua prática mais publicitada e propagandeada. O desporto tem de surgir como um grande movimento emancipador onde se garanta uma prática com a coragem de experimentar, no terreno, o que hodiernamente significam justiça, liberdade e cidadania. O desporto é, de facto, um conhecimento científico (é, para mim, um dos ramos da CMH). Só que, para conhecer, há um encadeamento (ou rede) de processos cognitivos, emotivos e afectivos. E, como tal, não basta a ciência que Habermas denuncia em *Técnica e ciência como «ideologia»* – a ciência afinal do positivismo. Habermas procura mesmo demonstrar que as ciências sociais requerem, sobre o mais, normas e não tão-só os métodos propugnados pelo cientismo. Vivemos, de facto, num mundo simultaneamente *informacional e global*, mas onde a «organização científica da sociedade» (Renan) não se confunde tão-só com o determinismo das leis, com a ordem e a medida da razão, com o predomínio do *esprit de géométrie* sobre o *esprit de finesse*. São hoje insuficientes uma ciência sem filosofia e uma filosofia puramente especulativa.

É louvada a longanimidade e tolerância de alguns treinadores, de alguns técnicos de saúde, que sabem criar um ambiente propício a boas performances, tanto no campo desportivo, como no trabalho ou na saúde e, ao mesmo tempo, parecendo navegar, nesta matéria, como nautas inscientes. «Transformar o *ele* impessoal pelo *nós* autêntico, sem recorrer a substitutos ideológicos, como a religião, a pátria ou a nação é uma das tarefas mais difíceis e mais urgentes, nas democracias modernas»⁵². E eu acrescentaria: e no âmbito da Motricidade Humana também. Só que, quando se teoriza ou pratica a CMH, encontramos-nos no âmbito das ciências humanas e, se é indubitável a necessidade do apoio empírico em todas as *acções* (desportivas ou não) surge frequentemente aquilo que Emmanuel Bourdieu chama «a dimensão pragmática da crença»⁵³. De facto, em qualquer conduta, há uma base de explicação decorrente de vivências individuais e assim os cientistas descobrem surpresos que, com métodos não-científicos, também há vitórias, também há êxitos. Wittgenstein confidenciou a Rhees que, após a leitura atenta de Freud, passou a ver as coisas de outra forma⁵⁴. Até o mito confere valor à existência, dado que *mythos* e *logos* são as duas metades fundamentais da existência. Por outro lado, é bom ter sempre em conta a influência da *tékhné* na *epistémè*. Os problemas práticos são muitas vezes a base do conhecimento teórico.

As actividades do corpo docente, numa Faculdade, distribuem-se por quatro categorias principais: a docência, a investigação, a extensão e a gestão. Na Magna

⁵² Irwin, Alan, *Ciência Cidadã*, Instituto Piaget, Lisboa, 1998, p. 249.

⁵³ Bourdieu, Emmanuel, *Savoir Faire – contribution à une théorie dispositionnelle de l'action*, Éditions du Seuil, Paris, 1998, p. 195.

⁵⁴ Bouveresse, Jacques, *Philosophie, Mythologie et pseudo-science – Wittgenstein lecteur de Freud*, Éditions de l'Éclat, 1996, p. 13.

Carta Universitatum, subscrita pelos reitores das mais prestigiadas universidades europeias (Bolonha, 1988-9-18) assinala-se que o ensino e a pesquisa, nas universidades, devem ser inseparáveis. Mas... qual o paradigma a investigar? Wittgenstein, tal como Heidegger, viu na pesquisa científica do século XX um declarado triunfo do niilismo⁵⁵. No caso da motricidade humana, estamos em pleno reino do humano, onde cabe desde a severa disciplina dos métodos experimentais (visível na Anatómofisiologia, na Fisiologia do Esforço, na Bioquímica, na Biomecânica, na Neurofisiologia, etc.) até às estruturas antropológicas do imaginário⁵⁶. Bachelard, n'A *Poética do Espaço*, assevera que tudo o que pode esperar-se hoje da filosofia é tornar a poesia e a ciência complementares. Daí que, nos cursos de motricidade humana, os centros de investigação e os currículos não deverão esquecer que as *condutas motoras* (ou *ações*) não têm o mesmo estatuto das ciências da natureza, fundadas ontologicamente por Descartes e portanto com a ideia fixa de que a ciência poderá exprimir e conhecer a realidade «em si», distante e distinta do sujeito. Ora, se não vejo miragens no deserto, o estudo sistemático dos sistemas complexos representa a *terceira revolução científica*, já que o peso de Galileu e Newton (a primeira revolução científica) e da teoria da relatividade (a segunda revolução científica) não bastaram para dirigir as rédeas do futuro. Sem que o que venho de escrever signifique menor respeito pelos métodos tradicionais da ciência experimental. Afinal, ela, no essencial, continua a fazer-se (e a ser imprescindível), hoje como dantes. Jorge Dias de Deus observa, no seu livro (da editora Gradiva), *Da Crítica da Ciência à Negação da Ciência*: «a ciência nunca teve que ver com certezas, a menos que se queira incluir na ciência as ideologias que a queriam transformar em mais uma religião. A ciência tem que ver com experimentação e consistências lógicas: é tudo».

A complexidade anuncia novos modelos matemáticos, novas técnicas de programação e novas imagens da natureza. E um novo desporto? E nova ergonomia? E nova reabilitação? E uma dança nova? O «fim das certezas» (Prigogine) significa, em primeiro de tudo, que o conhecimento científico diz «sim» à vida na multiplicidade das suas formas e solicitações. No dia em que as licenciaturas em motricidade humana conseguirem ultrapassar o exclusivismo da especialização excessiva, para concederem prioridade ao ser humano, na sua integralidade, cumprirão cabalmente as suas funções e ajudarão a formar-se muitos dos cientistas e técnicos de que o mundo hodierno necessita. A obsolescência rápida do saber obriga a redefinir as relações entre o ensino e a investigação científica. Só que esta, na motricidade humana, deve ser levada a cabo por verdadeiros humanistas, empenhados em efectiva pesquisa. Já em 1974, no seu livro *Um Rumo para a Educação*, escrevia Vitorino Magalhães Godinho: «Qualquer das ciências humanas requiere indispensavelmente o domínio do ofício – a aprendi-

⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 19.

⁵⁶ Cfr. Durand, G., *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*, Martins Fontes, S. Paulo, 1996.

zagem das suas técnicas, a intimidade com os seus problemas, a agilidade na perspetivação, a prática demorada em companhia dos outros investigadores, trocando impressões e sugestões. Ajudando e sendo ajudado. O amadorismo em História como em Economia, em Sociologia como em Psicologia [...] só tinha razão de ser na fase pré-científica. Hoje, a iniciação em qualquer destes ramos é tão espinhosa como na Química ou na Biologia, na Matemática ou na Física» (p. 115).

A CMH é logicamente uma ciência humana... que até nem é largamente tributária do estrangeiro porque, nos moldes em que eu a defendo, nasceu em Portugal e no Brasil. E tem um método próprio – o *método integrativo!* E a sua filosofia – a filosofia da acção e da intersubjectividade! Na CMH, a própria teleologia biológica é cultural! Nela, o pensamento procede da acção, ou melhor, da própria vida, uma fonte de perpétua actividade que dialecticamente se vai elevando a consciência de si mesma. Pela motricidade humana, a consciência é convidada a assumir tudo o que a precede, a iluminar o nada com a emergência de infinitas possibilidades. Não esqueço que Jacques Bouveresse aconselha os filósofos a que possuam o mínimo de competência técnica, como condição necessária (se bem que não suficiente) à utilização da linguagem científica⁵⁷. E daí eu terminar este ensaio, com um exame de consciência. Mas não o quero findar, sem relembrar o Ilya Prigogine no seu último livro: «Nós vivemos o dealbar da ciência. Partilhar esta surpresa com os jovens é um dos votos que eu adianto, com frequência, no Outono da minha vida»⁵⁸. Se não laboro em erro grave, o desporto, a dança, a ergonomia, a reabilitação devem aceitar como pacíficos os anseios de Prigogine. A revolução do conhecimento prossegue hoje por outros caminhos que não os anunciados por Galileu, Descartes, Newton e Kant, assim como a filosofia não é aquela que Marx previu⁵⁹. Por que não dizemos nós que a Motricidade Humana (repite: o desporto, a dança, a ergonomia, a reabilitação) há-de ser outra? É que a ciência já não é cópia tão-só, mas transfiguração da realidade.

Nunca, como actualmente, a prática e a teoria se interpelaram. «O ensaio das rearticulações que poderiam fundamentar uma *teoria da acção* necessita do desenvolvimento de teorias de longo alcance, de pesquisas empíricas, mas exige também uma nova relação entre teoria e acção, na medida em que esta é, por definição, sistémica, integrada, multidimensional e só ela pode dar conta da unidade complexa dos fenómenos sociais que a ciência fragmenta»⁶⁰. Luís Marques Barbosa assevera que «a prática vê a sua teoria emergir de uma funcionalidade em que o saber-fazer e saber-estar, fundindo-se cada vez mais, apelam à capacidade

⁵⁷ Bouveresse, Jacques, *Essais II – l'époque, la mode, la morale, la satire*, Agone Éditeur, Marseille, 2001, p. 156.

⁵⁸ Prigogine, Ilya, *L'Homme devant l'Incertain*, Éditions Odile Jacob, Paris, 2001, p. 23.

⁵⁹ Lefebvère, Henri, *Métaphilosophie*, Éditions Syllepse, Paris, 2001, p. 38.

⁶⁰ Guerra, Isabel, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Outubro de 2002, p. 50.

de saber antecipar situações, caracterizando em cada momento presente, de forma sistematicamente mais adequada, tanto os objectos como os objectivos a realizar»⁶¹. Importa ainda referir o seguinte, na esteira de João Arriscado Nunes: é que «se o inconformismo, a crítica, a rebeldia contra as autoridades religiosas ou políticas tiveram um papel central na origem das ciências modernas, não é menos verdade que estas tiveram sempre a ambição de conhecer o mundo, para o dominar e transformar, através de uma forma de poder, que passava a ser legitimada pela referência à busca da verdade»⁶². Isto, para acrescentar que não é nosso intuito teorizar, perspectivando e antecipando uma prática repressiva e fechada em si mesma, mas acima do mais sublinhando um novo modelo de cientificidade, numa área que dele carece. Vivemos na «sociedade de risco» (Ulrich Beck) e portanto eu corro este risco de recusar a Educação Física que tem sido um saber simplesmente instrumental e adiantar a ciência da Motricidade Humana (CMH) onde a Educação Física se encontra integral, mas superada. E respeitando sempre quem fez (e faz) da Educação Física a sua vida e a sua utopia. E tentando mesmo não esconder ou desacreditar qualquer alternativa à CMH. Vivemos, como o acentuam Prigogine, na sua conhecida obra *O Fim das Certezas* e Wallerstein, em livro ainda não traduzido para o português, *The End of the World as We Know It: Social Science of the Twenty-First Century* – vivemos num mundo de tal modo complexo que nada pode compreender-se ou explicar-se adequadamente, através de uma única teoria geral, através de uma lógica obsessiva e teimosa. Demais, a história de qualquer ciência não tem o sentido que hoje lhe descobrimos. Ao invés, ficaria excluída a possibilidade de pensar-se o futuro... que é, também, inesperado e incerto!

G. Lakoff e M. Johnson, chegam ao extremo de adiantarem que «não temos nenhuma liberdade absoluta no sentido de Kant, nenhuma plena autonomia. Não há nenhum *a priori* puramente filosófico que seja a base de um conceito universal de moralidade e nenhuma razão transcendente universal, pura que poderia dar lugar a leis morais universais»⁶³. Não tombando no exagero destes autores que opõem a metafísica à neurobiologia, ou a neurobiologia à metafísica, há que ter em conta, superando embora qualquer integrismo neurobiológico ou metafísico, que é preciso caminhar em direcção a uma nova perspectiva paradigmática, que a CMH anuncia, em que a categoria de *relação* seja bem mais importante do que a de *substância*. O ser humano é de uma complexidade que o substancialismo biológico ou o substancialismo metafísico não abrangem. É na relação metafísica-biologia que o ser humano melhor pode conhecer-se. Em obra colectiva, organizada por Evan Thompson, este mesmo autor escreve no prefácio: «o recente ressurgir do interesse pela consciência centra-se, sobretudo, na relação

⁶¹ Barbosa, Luís Marques, *Ensaio sobre o Desenvolvimento Humano*, Instituto Piaget, 2002, p. 55.

⁶² Nunes, João Arriscado, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, op. cit., p. 189.

⁶³ Lakoff, G.; Johnson, M., *Philosophy in the Flesh*, Basic Books, New York, 1998, pp. 3-4.

entre as perspectivas da consciência relacionadas com a primeira pessoa e com a terceira pessoa, sendo frequentemente esquecidas as dimensões intersubjectivas e interpessoal da experiência consciente»⁶⁴. Estou certo que Evan Thompson não pretende recuperar as velhas teses dualistas da superioridade absoluta do sobrenatural sobre o natural. Do ser humano emerge uma complexidade onde o corpo é espírito e o espírito é corpo, onde liberdade e determinismo dialecticamente se condicionam. A invenção ou a *poieses* materializa-se, para que seja visível a descontinuidade e... a transgressão! No desporto, o grande atleta é o grande transgressor, pois que as condutas desportivas não podem resumir-se a uma lógica única. O génio cria espaços, para além da razão. Há treinadores comprometidos com a elaboração dogmática de *universais*, ou com uma lógica mecanicista de leis e metodologias. Ora, a prática desportiva é um texto e um contexto, onde se inserem o subjectivo e o objectivo e portanto onde a incerteza predomina. Ler o texto da linguagem corporal de um praticante desportivo integra pequenas descrições, breves citações e muitas interpretações. As explicações de carácter geral, que afinal interessam ao conhecimento científico, formulam-se só e quando podem comparar-se as condutas individuais com as regras básicas da modalidade, tal como sucede com as estruturas elementares da língua, em relação ao discurso falado. E termino com uma interrogação: como se produz, na prática desportiva, a passagem da explicação à compreensão, do empírico ao teórico, do figurativo ao temático? Creio que li, em Bergson, já não sei onde: que é preciso actuar como um «homem de pensamento» e pensar como um «homem de acção»...

⁶⁴ Thompson, Evan, *Between Ourselves. Second-Person Issues in the Study of Conscientiousness*, Imprint Academy, Thoverston, 2001.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO DESPORTO – A ABORDAGEM ECONÓMICA

*Fernando José Santos Tenreiro **

1. Resumo

O Estado afecta os recursos, que estão à sua responsabilidade e que são escassos, em políticas públicas que respondem a necessidades sociais, a encargos gerais da nação e necessidades económicas, entre outras.

A situação desportiva de Portugal é fraca e o modelo desportivo e financeiro do Euro 2004 não se deverá aplicar de novo no sistema desportivo por se encontrar numa escala que as outras actividades não alcançam, nem o desporto português colhe o pleno benefício.

Comparada com países europeus seus equivalentes, os resultados da prática desportiva dos portugueses e nos primeiros lugares que conquistam nas competições internacionais pecam sempre por defeito. Apenas no futebol na capacidade dos seus jogadores e nas equipas o resultado é positivo.

Assistiu-se nos últimos anos ao maior crescimento das políticas sociais e na científica e tecnologia pelo Orçamento de Estado em detrimento das outras funções.

O desporto apesar dos benefícios sociais que produz viu estagnar, a partir de 1995, a sua importância em termos do Orçamento de Estado e da própria área social. Em consequência no período de 1995 a 2003 assiste-se à estagnação de resultados desportivos e particularmente no único vector que as instituições públicas portuguesas se dedicam, a saber: na alta competição ¹.

Recorda-se que o Programa Integrado de Desenvolvimento Desportivo, PROIDD, elaborado em 1992, por determinação do ex-Ministro da Educação,

* Técnico do Instituto do Desporto de Portugal. As afirmações neste documento representam a posição do signatário perante os problemas abordados e não expressam necessariamente a posição de instituições com quem trabalhe.

¹ Tenreiro, F., (2003) «Promover a Eficiência Económica; Realizar a Excelência Desportiva», Revista *Apoged*, Janeiro de 2004.

Roberto Carneiro, constituiu a primeira decisão quanto ao futuro do desporto português e do seu financiamento.

Esta importante medida de política desportiva perdeu as suas virtualidades iniciais e não se repetiu. Junto apresentam-se linhas para um programa de longo prazo para o desporto português, como proposta base de consensualização de um futuro que beneficiaria a população, as instituições e o desporto, para além das externalidades positivas que a imagem do país e a sua economia receberiam.

O objecto deste texto é a discussão das condições económicas para a produção de políticas públicas no domínio do desporto que contrariem a actual situação desportiva de Portugal.

2. O Desafio da Reforma do Desporto ²

O Desporto é em 2001 um corpo doente e sem saber para sustentar o seu agravamento no curto e médio prazo. Até 2004 o Desporto português está comprometido.

As organizações do associativismo desportivo estão falidas tecnicamente, os resultados desportivos estão abaixo dos países europeus similares a Portugal, as instalações desportivas apresentam situações onde ao bom se segue o péssimo e os acidentes com jovens e desportistas devidos à degradação física dos equipamentos e dos processos de gestão são realidades actuais.

Os dirigentes desportivos estão desarmados face à sua crise interna, às dificuldades externas geradas pelo país e também a internacional.

Não conhecem aturadamente a doença que os afecta e ao sistema, porque não possuem instrumentos, nem estudos e análises e, por isso, não gerem as suas expectativas e a dos restantes agentes com eficiência.

Para a execução de uma política económica bem sucedida no domínio desportivo é decisivo que o consenso sobre a crise, nas suas diferentes facetas, se estenda às soluções que uma reforma do sistema conteria.

As falhas económicas do sistema são encontradas na ineficácia dos programas das instituições públicas que actuam no sistema desportivo, na ineficácia e ineficiência económica dos instrumentos e medidas de política e na ausência de equidade do acesso ao bem desportivo pela população e pela sociedade.

Do ponto de vista económico, está a incapacidade de gerir a acção dos agentes privados desportivos, as mais das vezes deixados entregues a si mesmos num mercado aberto ao exterior e cada vez mais competitivo desportiva e economicamente.

² Texto revisto e elaborado em 2001. Considera-se que o texto refere condições de base que se mantém desde essa data.

Tendencialmente na segunda metade da década de noventa alarga-se a distância entre sectores da prática com maiores rendimentos dos de menores posses e assiste-se à desaceleração relativa face ao exterior nos níveis de alta competição anteriormente verificados. No conjunto mantêm-se alguns desfazamentos do nível desportivo nacional dos seus congéneres desportivos europeus.

As reformas foram adiadas em Portugal, e não só no Desporto, porque exigem a realização de medidas corajosas que são de concretização complexa.

Procurando ir às causas da falha de coragem encontra-se a ausência de massa crítica acumulada e de capacidade técnica nos vários domínios do conhecimento desportivo pertinentes e a inexistência de um sentido de unidade no domínio desportivo. Estes são os elementos estruturantes em falta para a afirmação do Desporto português.

Faltando pilares centrais, o funcionamento económico do sector ressentem-se por inadequada capacidade de relacionamento entre as diferentes partes de que é composta a decisão privada e pública.

3 A outra face dos investimentos em infra-estruturas e grandes eventos³

Analisa-se neste ponto a situação desportiva na última década e os valores do financiamento de 1995 em diante.

3.1. Prática da população e resultados na alta competição

Os resultados olímpicos são o exemplo da ausência de perspectiva que orienta o desporto português.

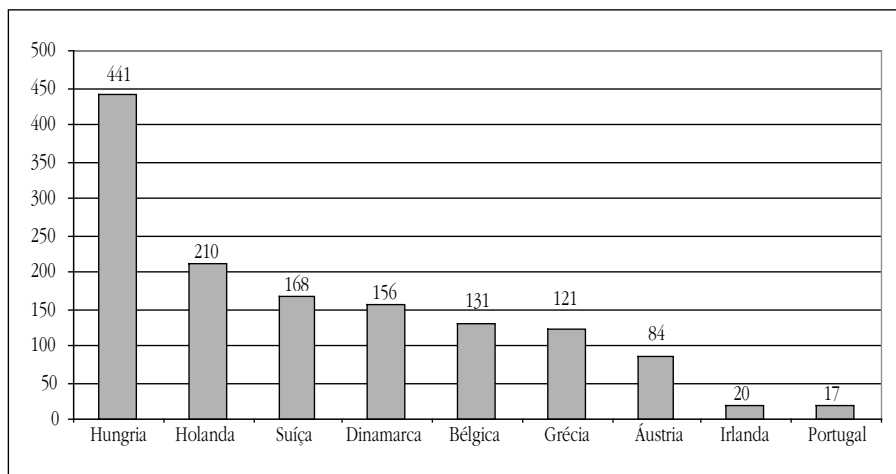
Cada quatro anos os Jogos Olímpicos são a actividade desportiva que a opinião pública portuguesa e a mundial acompanham com interesse.

Rosa Mota e Carlos Lopes que ganharam o ouro olímpico marcaram no desporto o início da modernização da sociedade portuguesa nos anos oitenta.

Porém a década seguinte «esteve mal» na concretização das expectativas desportivas e olímpicas. Várias excepções marcam o panorama desportivo nacional de forma positiva indiscutível e são o Futebol Clube do Porto, Carlos Queirós e a geração de Figo & companhia. Eles afirmaram-se nos palcos mais competitivos do futebol mundial sustentadamente e ao longo de toda a década.

³ Publicado na revista *Economia Pura*, Janeiro de 2002.

QUADRO 1
Medalhas olímpicas ganhas desde sempre



O desporto português está diferente para o melhor mas nalguns domínios não pontua. Existem sucessos no desporto português em quase todas as áreas mas importa fazer o «benchmarking» europeu para compreender o seu alcance.

A análise dos poucos dados sobre a situação desportiva portuguesa que são conhecidos permite verificar que outros pequenos países europeus produziram mais medalhas do que Portugal, quadro 1. O país tem desde sempre 17 medalhas e a Irlanda 20, enquanto a Áustria tem 84, o quádruplo.

Esses mesmos países ganharam mais medalhas na década passada nos jogos de Barcelona, 1992, Atlanta, 1996 e Sydney, 2000, quadro 2 (pág. seg.).

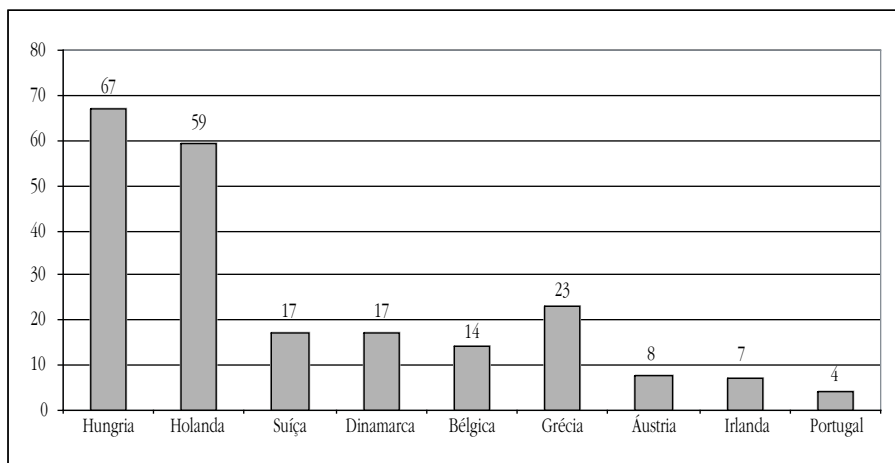
Nos três últimos jogos olímpicos ganhámos 4 medalhas, a Irlanda 7 e a Áustria 8.

Portugal é o elemento extremo, fora do núcleo de resultados dos pequenos países, na relação entre a população e o PIB e a média das medalhas olímpicas ganhas nas três ocasiões, quadro 3 (pág. seg.).

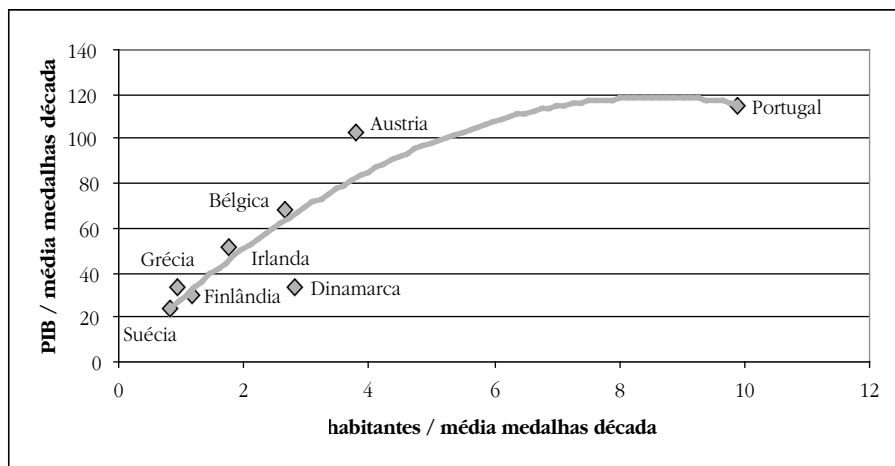
É possível a Portugal com a população e o produto que possui fazer mais do que tem feito em termos olímpicos.

Estes resultados poderão ainda ser menores e mostrar um maior afastamento de Portugal da realidade olímpica e desportiva mundial. Durante a última década o aparecimento de novas modalidades e disciplinas tornaram os jogos olímpicos uma realização gigantesca o que obrigou o Comité Olímpico Internacional a assumir com prioridade medidas visando a sua diminuição.

QUADRO 2
Medalhas ganhas em Barcelona, Atlanta e Sydney



QUADRO 3
PIB e população por medalhas olímpicas



Nota: População, milhões. PIBpm, biliões de euros, 2000.

Mesmo tendo aumentado as oportunidades de conquista de medalhas, Portugal não terá conseguido manter uma posição relativa no contexto do crescimento verificado.

A evolução da alta competição portuguesa não está avaliada profundamente e mesmo a obtenção de segundos lugares, depois dos três primeiros, onde Portugal tantas vezes alcança as suas «vitórias» morais, podem constituir um resultado inferior aos obtidos pelos países europeus do «seu» campeonato. É uma análise, entre tantas outras, que importa fazer.

Estes factos demonstram, por parte do associativismo, um erro sistemático de perspectiva de política desportiva na avaliação do potencial de realização do atleta português e da afectação da riqueza nacional aos resultados na alta competição, concretamente à produção de resultados olímpicos.

As taxas de crescimento do orçamento público são uma realidade, a definição e assumpção de objectivos desportivos nacionais são outra.

Se for desígnio de Portugal chegar-se aos seus congéneres europeus, apenas a afirmação de uma política desportiva distinta do passado o permitirá concretizar, o que o associativismo desportivo não tem produzido.

Para um país que se quer chegar às médias europeias, como ter uma economia moderna e competitiva, um aeroporto com impacto continental, uma modernização das forças armadas e mega-eventos mundiais comerciais, culturais e desportivos, os resultados desportivos da década passada pecam por ausência de ambição, de capacidade de o afirmar, ou ser uma actuação calculada para tudo manter na mesma, por estranho que possa parecer.

Procurando relativizar este aspecto crítico, existem opções tomadas para o desporto que se compreendem à luz das políticas que o país assumiu nos últimos anos.

Os dez estádios do Euro 2004 e o investimento em infra-estruturas desportivas são políticas que incluem excessos. A forte candidatura ao Euro 2004 viu nas obras públicas o trunfo capaz de desequilibrar a balança. A construção da nova sede do Comité Olímpico de Portugal é uma obra de excepção para o movimento olímpico português como o Centro Cultural de Belém é para a Cultura.

Porém, os resultados olímpicos produzidos nos últimos dez anos e toda a organização desportiva na alta competição são negativas nas palavras do presidente do Comité Olímpico de Portugal, adiantando que falta fazer «de tudo». *Revista Doze*, de 7 de Março de 2003.

É a esta luz nacional que se compreende que o país tenha investido em infra-estruturas a apostar no capital humano, tanto na educação e nas empresas, como no desporto.

Apesar do reconhecimento do fracasso actual, falta ao associativismo pensar os seus resultados desportivos, económicos e sociais e mostrar ao país aquilo em que verdadeiramente acredita e para que pede meios humanos, materiais e financeiros nacionais, distinguindo o que pretende de «manteiga e de canhões».

3.2. O financiamento desportivo esmagado ⁴

Referido por Marques, A. ⁵, o orçamento público da ciência e tecnologia, de 1995 a 2001, cresceu de 88 milhões de euros para 332,5 milhões de euros, quase quadruplicando. Esta sensibilidade do país em relação à ciência e tecnologia não encontra eco no desporto.

Segundo Tenreiro, F. ⁶, o orçamento do desporto viu estagnar o seu valor, precisamente de 1995 em diante.

A situação contraditória gerada sugere que existindo optimismo nas universidades pelo reconhecimento público verificado, o associativismo desportivo encontra limitações à aplicação dos resultados da investigação científica, por via do constrangimento da acção tradicional do Estado.

No limite o Estado procurará que as federações sejam económicas na aplicação dos meios financeiros públicos nas suas actividades desportivas. Mais parece que este critério é desajustado no sistema desportivo e seria o último critério económico a aplicar num sector gerador de externalidades e com níveis de intensidade de capital e competitividade técnica dos mais elevados a nível mundial.

Porém, quando observada a dimensão real do esmagamento do financiamento público ao desporto a partir de 1995 compreende-se que a restrição financeira foi prévia aos fracos resultados desportivos e que o equilíbrio se deverá vir a encontrar não no presente estoicismo das instituições privadas desportivas mas num futuro suportado por estruturas e redes eficientes e tecnicamente capazes, nos múltiplos domínios do conhecimento da actividade desportiva.

3.3. Outros sectores cresceram mais

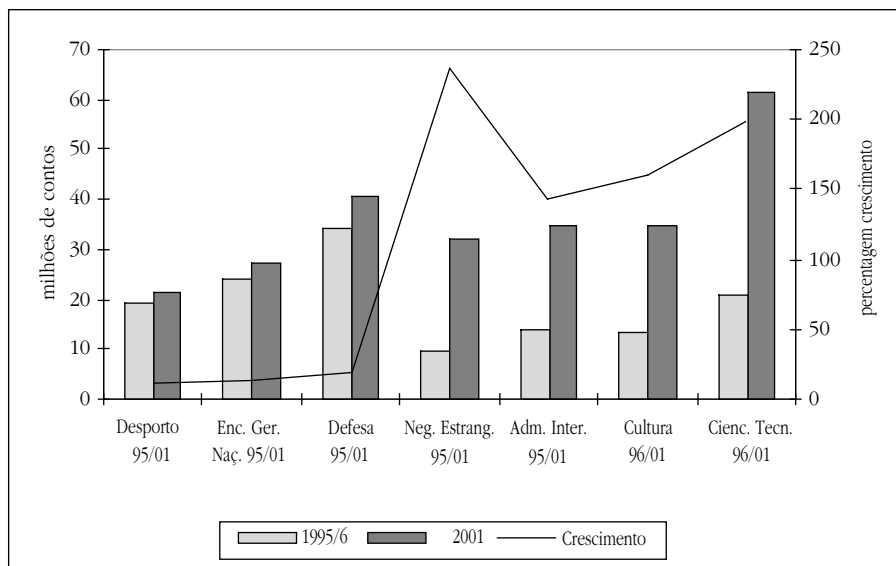
Na continuação dos valores indicados por Marques, A., a linha do quadro 4 mostra que o crescimento no desporto foi o menor de entre aqueles que cresceram menos, como os Encargos Gerais da Nação e a Defesa.

⁴ Parte de texto publicado na revista da Associação Portuguesa de Gestão, *APOGESD*, de Janeiro de 2004.

⁵ Marques, A. (2002) *A Universidade e o Desporto de Alto Rendimento, Investigação: situação e perspectiva*, cópia.

⁶ Tenreiro, F. (2004) Promover a eficiência económica; realizar a excelência desportiva, *Revista APOGESD*, a publicar.

QUADRO 4
Orçamentos comparados de 1995 a 2001



Fonte: Orçamentos de Estado de 1995 a 2001

Entre os que mais cresceram estão os Negócios Estrangeiros, a Administração Interna, Cultura e Ciência e Tecnologia.

O período em causa que se estenderá até 2003 inclui quase dez anos em que o desporto efectivamente viu diminuídas as suas capacidades de financiamento públicas.

3.4. Os milhões perdidos entre 1995 e 2001

O OE de 1995 atribuiu ao desporto um valor de 24 milhões de contos (123 milhões de euros) o qual não tornou a ser alcançado até 2001 (pág. seg.).

Quando os valores do orçamento são corrigidos da inflação os valores depois de 1995 são ainda menores.

O somatório das diferenças anuais, com inflação, somam 32 milhões de contos e corrigindo da inflação são equivalentes a 42 milhões de contos.

Sem considerar os crescimentos que teriam sido possíveis, através de políticas económicas activas para o desporto, que levassem o sector a valores supe-

QUADRO 5

Orçamento Estado do desporto 1995-2001 – diferenças anuais (escudos e euros)

								Mil milhões escudos
DESCRIÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Total diferenças
DESPORTO	25	19	18	18	19	22	21	
Diferença com inflação		6	7	7	6	3	3	32
Diferença sem inflação		7	8	8	8	6	7	43
								Euros
Orçamento Estado	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Total diferenças
DESPORTO	123.201	92.540	88.462	89.644	93.523	107.536	107.158	
Diferença com inflação		30.661	34.739	33.557	29.678	15.665	16.043	160.345
Diferença sem inflação		33.444	39.246	40.442	38.966	28.892	32.838	213.827

Fonte: Orçamento de Estado para 1995 até 2001.

riores aos 24 milhões de contos de 1995, o desporto perdeu mais de quatro dezenas de milhões de contos, na moeda antiga.

Ao tomar apenas o período 1995/2001 é necessário compreender que o diferencial negativo aumentou até 2003 e continuará em 2004.

4. Assegurar a iniciativa do desenvolvimento desportivo

Antes de 2002 o Governo perdeu a iniciativa política no domínio desportivo. Simultaneamente, os projectos e as contradições políticas em que o desporto se envolveu, de que são exemplo o Euro 2004, a ineficácia da política desportiva durante a década de noventa e as consequências das sucessivas mudanças de ministro do Desporto no espaço de um ano, em 1999 e 2000, contribuíram para que o sistema desportivo chegue ao fim da década sem ter conseguido fazer as reformas que há muito urge concretizar.

Actualmente o Governo produziu um conjunto de instrumentos como as Opções Estratégicas, a nova orgânica do Instituto do Desporto de Portugal, a Lei de Bases entre outros documentos que ficam aquém das necessidades do sistema desportivo porque possuem concepções do mercado do desporto que são parcelares à compreensão do comportamento dos agentes desportivos e que também contém inexactidões.

É decisivo que os agentes privados desportivos tomem em mãos a iniciativa política no sector, afirmando-se como parceiros de primordial dimensão junto da sociedade, da economia e do sistema político português.

A exploração dos benefícios económicos em seu próprio proveito será uma consequência que a prazo surgirá caso realize com eficácia a estratégia que maximize as suas pretensões neste domínio.

Mais poderia ter sido feito pelo Desporto nas GOP e OE de 2000 e 2001 e agora nos documentos produzidos pelo Governo.

Não é líquido que os limites da capacidade de financiamento do Governo ao associativismo tenham sido alcançados.

Principalmente no plano da concepção do futuro do sector os resultados apresentados são incompletos e insuficientes a lidar com o Desporto.

Sintomaticamente, o Euro 2004, a grande bandeira da política desportiva dos Governos nos últimos anos, passa despercebido nos documentos estruturais e prospectivos do futuro desportivo nacional.

A situação sugere falta de querer no exercício do poder político por parte dos Governos a par de uma falha ao nível da capacidade técnica na afirmação dos departamentos públicos do Desporto no domínio dos mecanismos de programação nacionais.

5. O tratamento do Orçamento do Estado para o Desporto

O financiamento às federações por parte da administração pública transformou-se estruturalmente.

Ao nível do Orçamento do Desporto existirão dois aspectos complementares e divergentes:

- Os departamentos do Desporto disponibilizam meios cada vez maiores para projectos não enquadrados pelas federações como os equipamentos desportivos, a realização de grandes eventos e a modernização da administração pública. Os resultados destes projectos repercutem-se num segundo momento e indirectamente nos agentes desportivos, como os ligados às federações, pela maior oferta de meios que encontram ao seu dispor e que foram produzidos ou subsidiados pelo Governo. Este resultado da política do Governo tem um impacto positivo na maior oferta de bens e serviços desportivos ao associativismo;
- A capacidade de procura por parte dos agentes desportivos de fontes alternativas de financiamento, as quais lhes garantem movimentos em relação à tradicional subsídio-dependência.

Estes dois aspectos, não são resultados necessariamente negativos das políticas que se analisam. Por um lado, têm resultados dinâmicos positivos que apenas podem ser observados em análises mais profundas do que aquelas que têm suportado a decisão pública e privada e, por esse motivo, acarretam alterações do comportamento dos agentes privados associativos.

A fim de minimizar os resultados negativos inesperados e melhorar os resultados que beneficiam o desporto, análises económicas mais aprofundadas deverão estar na base da reforma institucional e legislativa do sistema desportivo português.

Dois aspectos metodológicos, sugerem o nível qualitativo dos argumentos técnicos veiculados no sistema desportivo. As opiniões formuladas deveriam ter em atenção:

- A análise comparada deverá ser uma das preocupações dos analistas desportivos sob pena de cometerem erros como o da avaliação da taxa de crescimento do investimento do Governo no Desporto. Os valores desportivos e económicos, por si sós, nada adiantam se não estiverem relacionados a um elemento aferidor das suas características. Esse foi um dos erros cometidos e que tanto terão afectado a decisão pública em benefício do Desporto, nos últimos anos.
- A análise do aumento dos preços é de primordial importância pela perda que acarretará para o Desporto caso não seja considerada. Os preços da actividade desportiva aumentam devido a causas variadas, entre as quais estão as seguintes:
 - * A inflação nacional;
 - * O aumento de custos dos níveis de performance mais elevados. A partir do momento em que uma equipa ou praticante se aperfeiçoam na alta competição, as exigências financeiras crescem não tanto pela utilização de novos factores mas pela busca de rendimentos e ritmos que maximizem o resultado desportivo. A procura da eficiência dos factores acarretam custos que podem parecer os mesmos mas que afinal são diferentes na avaliação final das contas;
 - * A inflação importada, principalmente de índole técnica humana ou material;
 - * A inflação relacionada com processos de gestão ineficientes e que continuarão a existir enquanto não forem desenvolvidos processos de modernização da gestão desportiva de uma forma alargada. É admissível que a produção de um praticante com determinado nível competitivo seja mais caro em Portugal do que noutra país europeu que tenha um nível de vida superior.

O cálculo da inflação técnica no desporto apenas se poderá utilizar a partir dos estudos que se venham a realizar e que neste momento são inexistentes.

Os orçamentos do desporto devem considerar não só as exigências financeiras dos programas desportivos mas também a inflação verificada nos processos de produção desportivos e outros custos importados.

As GOP e o Orçamento são duas faces da mesma moeda. Encontram-se aspectos que poderiam ser substancialmente melhorados num e noutro instrumento apresentados pelo Governo para o Desporto.

O sector necessita que se concretize uma sua velha aspiração, a da elaboração de uma Lei de Meios.

Nos trabalhos de avaliação do Programa Integrado de Desenvolvimento Desportivo, em 1992, esta foi aflorada pela primeira vez.

O passar dos anos e a leitura aqui apresentada demonstram que o sistema desportivo tem necessidade de tal instrumento. Para além disto, as propostas surgidas no passado recente de grandes realizações para o Desporto a que aderem dirigentes e instituições nacionais de todos os quadrantes justificam uma actuação mais ponderada e estruturada da acção dos agentes desportivos.

Apesar dos sucessivos alertas a situação hoje é no domínio financeiro ainda mais difícil como o demonstraram os valores indicados nos pontos anteriores.

6. Um Programa de Muito Longo Prazo ⁷

O desporto necessita de um programa de longo prazo que estruture as suas políticas públicas em direcção a um objectivo consensual transversal à sociedade e à economia portuguesas.

Existem no desporto português factores subdesenvolvidos que importa ultrapassar pela geração de benefícios maiores para todos, através da definição e aceitação de um grande objectivo para o desporto nacional e das metas e dos instrumentos a utilizar pelos agentes desportivos.

Fazer planos para daqui a dez anos é um prazo muito longo.

Existe a expectativa de conseguir realizar o que até hoje nunca foi feito.

Os resultados desportivos actuais mostram que os esforços do passado para o desenvolvimento do sistema desportivo foram mal sucedidos.

Nos Jogos Olímpicos de Barcelona em 1992 Portugal não ganhou medalhas e nos Jogos seguintes Atlanta e Sydney os resultados cresceram e estabilizaram regredindo estruturalmente.

A acção do Estado e do associativismo é essencial tanto na capacidade de compreensão do desporto consigo próprio e com a sociedade como na criação de instrumentos programáticos eficientes que permitam uma transferência quantitativa e qualitativa de meios para o Desporto e a geração oportuna e adequada dos benefícios contratados.

Está nas mãos do sistema desportivo tomar o que lhe é oferecido e negociar e renegociar os pontos que mereçam uma abordagem mais detalhada e paciente. Não vale a pena andar depressa de mais em questões fundamentais do longo prazo.

⁷ Texto revisto e elaborado para o Seminário de Equipamentos Desportivos da Associação Municípios Distrito Évora, Montemor-o-Novo, 23 e 24 de Novembro, 2000.

Podem existir condições para que o desporto na sua componente mais onerosa e estruturante, a dos espaços de lazer e desporto, ganhe uma via de modernização de longo prazo.

Contudo, o investimento «para» o Euro 2004 terá dificuldades em prevalecer, porque se baseia num modelo estranho à tradição social e social-democrata da Europa e prossegue modelos baseados na exploração de talentos únicos impedindo quer a valorização integral do próprio talento quer consolidando a estrutura desportiva clubes, processos de decisão, instrumentos de modernização, formação, incentivo à prática desportiva alargada da população, entre outros.

É uma tradição dos partidos socialistas e sociais-democratas ocidentais terem investido durante o pós-guerra no fomento da prática desportiva das suas populações.

Um projecto nacional diferente da tradição desportiva da União Europeia será possível de construir, na certeza porém, que será maior a probabilidade de ineficiência na aplicação dos recursos disponibilizados para o sistema desportivo e da incapacidade de construir o futuro para o desporto português, prometido há dez anos.

Todo o sistema desportivo nacional necessita de apoios do Estado em diferentes níveis para ter um funcionamento eficiente produtor de benefícios sociais consistentes.

O programa de desenvolvimento desportivo deve configurar um novo futuro para o desporto português caso inclua vectores estruturais de eficiência económica directamente imbricados na actividade dos agentes que produzem as actividades desportivas de base e concatenados à sociedade e à economia nacionais.

O novo programa exige, a total disponibilidade e entrega nacional em vários domínios:

- Uma população desportivamente culta, praticando actividades recreativas e desportivas, como um modo de vida estabilizado pessoal, familiar e socialmente, e participando regularmente em espectáculos de um conjunto largo de actividades desportivas.
- Instituições desportivas de base, clubes e empresas, saudáveis quanto à qualidade das actividades produzidas e eficientes quanto ao equilíbrio da aplicação dos meios financeiros colocados à sua disposição.
- Uma economia aberta, interessada e atenta aos benefícios e oportunidades oferecidas pelo desporto e capaz de compreender os princípios desportivos de ética e de fomento das suas actividades, tendo em vista os seus interesses particulares de instituições lucrativas.
- Agentes públicos capazes, oportunos e conhecedores das necessidades e das responsabilidades de actuação que o desporto lhes coloca e as populações e empresas exigem.

- Uma disponibilidade, dos partidos políticos, da sociedade e da economia, de muito longo prazo, para investir no desporto e saber colher os frutos à justa medida em que surgirem, no estrito respeito dos direitos e das responsabilidades de cada um dos agentes envolvidos no sistema desportivo.

Esta disponibilidade da sociedade e da economia deverá estar na base de um programa de desenvolvimento desportivo de muito longo prazo.

ORGANIZAÇÕES DESPORTIVAS: UM CONTRIBUTO PARA UMA NOVA ATITUDE

*Margarida Baptista **
*Paulo Andrade ***

1. Introdução

Panorama da gestão das organizações desportivas

Uma grande parte das organizações que compõem o panorama desportivo nacional tem sido gerida negligenciando com frequência os aspectos relativos à avaliação económico-financeira dos recursos empregues face aos resultados alcançados. Em grande medida, a base de amadorismo e de espontaneidade que integra normalmente a tomada de decisão neste tipo de organizações, desde logo porque vivemos num país onde a taxa de voluntariado deixa muito a desejar face ao padrão constatado noutros países desenvolvidos, não se compadece com a formação técnica que deveria ser exigida para a ocupação de certos cargos dirigentes.

Deparamo-nos assim, com um cenário em que alguns dirigentes desportivos vão ficando indefinidamente nos cargos que ocupam, tal como se de imobilizações imprescindíveis se tratassem, insensíveis ao rumo em que caminham as respectivas organizações.

Insensibilidade dos dirigentes desportivos

Podemos apontar uma série de razões justificativas para decisões incompreensíveis face às necessidades das modalidades, tomadas por dirigentes das organizações desportivas.

Com particular frequência, deparamos com um profundo desinteresse para com certas áreas básicas da gestão de organizações, o qual não só não permite uma identificação aprofundada de problemas, quanto mais equacionar as diversas soluções alternativas a empreender para os ultrapassar ou condicionar.

* Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa.

** Membro do Comité Económico e Social Europeu.

Se falarmos em áreas específicas da gestão, como é o caso da *análise financeira*, então o panorama actual afigura-se-nos bem mais preocupante. Num mundo onde não abundam os recursos financeiros, poderíamos pensar que esta área de intervenção da gestão merecesse uma particular atenção, até porque, convém sublinhar, uma parte substancial dos recursos envolvidos é de proveniência pública. Mas, infelizmente, tal não sucede. A especificidade da matéria implica que nela não se fale ou, quando se fala, ouvem-se as maiores incongruências, com os consequentes reflexos imediatos nos resultados financeiros das organizações e, a médio prazo, num acréscimo de dificuldades que condiciona aquela que é a base da sua existência, isto é, o desenvolvimento desportivo aos seus diversos níveis.

Este padrão de comportamento não é alheio ao posicionamento habitual dos responsáveis pela atribuição de verbas públicas que alimentam em grande medida a situação de insustentabilidade financeira em que vivem muitas destas organizações. Sublinhamos não só, ao nível da administração central, uma aparente inexistência de controlos regulares e efectivos sobre a forma como são aplicados os fundos públicos, como também, a nível local, uma política de apoios financeiros desprovida de uma prévia e criteriosa análise sobre a situação em que se encontram as várias organizações. Haverá alguém que consiga aceitar a lógica subjacente à distribuição de fundos públicos pelas organizações desportivas sem incorporar uma percepção da real situação financeira em que estas se encontram?

Muito embora a decisão política não esteja habitualmente associada a componentes estritamente técnicas, podendo mesmo por vezes estar afectada por um certo grau de discricionarismo, a verdade é que têm de ser cumpridas regras mínimas de gestão para um desenvolvimento sustentável das modalidades.

Exposta a motivação para a abordagem desta temática, importa agora expor uma razão de ordem.

Começaremos por abordar a análise financeira para as organizações desportivas *sem fins lucrativos* tendo em vista o equilíbrio financeiro segundo duas abordagens teóricas distintas, as das teorias tradicional e funcional. Posteriormente, efectuaremos uma análise que pensamos ser inovatória em matéria de indicadores, com o objectivo de estabelecer uma interligação dos dados de natureza económico-financeira, por um lado e, desportivos, por outro.

A fim de tornar este estudo mais perceptível escolhemos como base de análise as Federações desportivas. Para tal, utilizaremos os dados reais de duas Federações referentes à actividade desenvolvida entre os anos de 1999 e 2002.

Pretendemos com o presente estudo colmatar, tanto quanto nos foi até agora possível, as lacunas acima evidenciadas, bem como, despertar, ao menos, a atenção dos decisores, públicos e desportivos, para uma matéria de tanta importância que tem sido tão desprezada por motivos seguramente desfasados de uma atitude natural de desenvolvimento do desporto nacional.

2. A especificidade das organizações desportivas sem fins lucrativos

A criação de valor

A missão e os objectivos das organizações desportivas sem fins lucrativos, obrigam-nos a começar por efectuar uma primeira reflexão antes de avançarmos para o estudo económico-financeiro das mesmas. Neste tipo de organizações, o que significa exactamente a criação de valor?

Numa organização com fins lucrativos, a que todos denominamos geralmente empresa, o objectivo da função financeira assume-se como sendo a «criação de valor para o accionista»¹, ou a criação de valor para os proprietários da mesma, no caso de estarmos perante uma outra forma jurídica assumida pela empresa. De forma a garantir a prossecução desse objectivo, a função financeira tem de atender a dois vectores essenciais: ao da rendibilidade e ao do equilíbrio financeiro.

O estudo da rendibilidade visa analisar a capacidade da organização para gerar lucros, garante principal da maximização do valor da empresa e, conseqüentemente, dos seus proprietários. O do equilíbrio financeiro, por seu turno, propõe-se a assegurar o ponto de encontro entre as origens de fundos (fontes de financiamento) e as aplicações de fundos (investimentos) na organização.

Garantir uma determinada taxa de rendibilidade torna-se imprescindível para a sobrevivência de qualquer empresa que concorra num ambiente de economia de mercado. Garantir o equilíbrio financeiro é uma condição indispensável para que a empresa possa seguir o seu rumo de desenvolvimento.

Dito por outras palavras, sem rendibilidade não há aumento de riqueza na empresa e sem equilíbrio financeiro não estão reunidas as condições necessárias para que a mesma se possa desenvolver, mesmo que detenha a melhor das vantagens competitivas.

A criação de valor nas Federações desportivas

A adequação do estudo de uma Federação desportiva sob o ponto de vista económico-financeiro requer o conhecimento prévio de elementos particulares da esfera deste tipo de organizações, tais como o âmbito da sua acção, a sua missão e os seus objectivos estatutários. Analisar o desempenho destas organizações sem atender a tais elementos é correr um sério risco de tirar conclusões precipitadas.

A criação de valor para uma Federação desportiva assume contornos bastante diferentes relativamente às organizações com fins lucrativos, tal como foi referido em parágrafos anteriores.

¹ Carvalho das Neves, João (2000), *Análise Financeira. Vol. I: Técnicas Fundamentais*, Texto Editora, Lisboa, p. 19.

Ao analisarmos a actividade de uma Federação desportiva podemos desde logo identificar como naturais objectivos², enquanto fontes de criação de valor, o fomento da modalidade, a melhoria dos resultados dos seus atletas, a melhor formação dos seus técnicos e, para algumas, a organização de eventos desportivos, em particular, de provas oficiais da respectiva modalidade. A maximização do valor de uma federação surge identificada como a melhoria de todos estes vectores.

A rendibilidade numa Federação desportiva

Ora, a obtenção de elevados resultados líquidos anuais numa Federação desportiva, sendo uma organização sem fins lucrativos, não deverá ser considerado um objectivo importante. O grande objectivo na esfera da rendibilidade terá sim de ser o de alcançar exercícios sem prejuízos. Daqui resulta que, ignorar a acumulação de prejuízos que possam pôr em causa a sua própria existência será extremamente perigoso, até porque poderá ser revelador de péssimos indicadores de funcionamento a necessitarem de ser reformulados.

Coloca-se-nos então um primeiro problema: como quantificar uma Federação desportiva em termos tais que permita equacionar ao mesmo tempo indicadores económico-financeiros com desportivos a que, pela sua especificidade, denominaremos *rendibilidade e eficiência económico-desportiva*?

Aos dirigentes da administração pública desportiva em conjunto com os responsáveis pelas várias modalidades caberá, sem dúvida, a criação de uma *tabela padrão* capaz de medir o *desempenho desportivo* para cada modalidade. Através do cruzamento de dados provenientes dos documentos económico-financeiros com os obtidos por meio da tabela padrão, será possível alcançar indicadores de rendibilidade económico-desportiva.

Apesar de não ser nossa intenção substituí-los nessa tarefa, mas porque pretendemos avançar em capítulo ulterior³ com uma análise de rendibilidade financeiro-desportiva, decidimos criar para uma das modalidades mais praticadas a nível mundial uma tabela padrão, a título meramente exemplificativo.

O equilíbrio financeiro numa Federação desportiva

Já o equilíbrio financeiro de uma Federação desportiva tem que ser encarado como uma *condição indispensável* para a sobrevivência de uma organização, com ou sem fins lucrativos, e como *pressuposto essencial* para o desenvolvimento do seu Plano de Actividades.

² A Lei de Bases do Sistema Desportivo, Lei n.º 1/90 de 13 de Janeiro, no seu artigo 21.º, estabelece os objectivos gerais que devem ser prosseguidos pelas Federações desportivas.

³ Ver Capítulo 4, «Uma interligação de dados desportivos e económico-financeiros».

Sabemos que a natureza da actividade da grande maioria das Federações desportivas evidencia uma atenção especial na obtenção de fundos de curto prazo capazes de permitir o cumprimento anual do seu programa sem a presença de estrangulamentos de tesouraria. Frequentemente, verifica-se ainda um condicionamento extra das Federações desportivas face às inúmeras Associações Regionais, na medida em que sendo estas últimas incapazes de gerar os fundos necessários para o desenvolvimento do seu trabalho a nível local, de forma autónoma, dependem bastante, quando não mesmo quase exclusivamente, das primeiras do ponto de vista da subsistência financeira.

As Federações que se esforçarem por pensar em termos do desenvolvimento da modalidade a médio e longo prazo, terão que optar por efectuar investimentos tradutores da estratégia delineada, bem como escolher entre as fontes de financiamento permanentes disponíveis as que melhor se adequem a tais investimentos, de modo a salvaguardar o respectivo equilíbrio financeiro.

3. O equilíbrio financeiro: a teoria tradicional e a teoria funcional

A análise do equilíbrio financeiro visa verificar se existe, ou não, um relacionamento equilibrado entre os recursos e as aplicações existentes em qualquer organização ⁴. As decisões de gestão sobre a estrutura financeira ou, sobre a forma através da qual os elementos do activo (aplicações de fundos) são financiados, por capitais alheios de curto ou médio e longo prazo (origens alheias de fundos) ou por capitais próprios (origens próprias de fundos) devem garantir a existência de equilíbrio financeiro na organização. Deste modo, a política de investimentos é condicionada pela política de financiamentos tal como, por seu turno, não se deverá conceber uma política de financiamentos desintegrada da política de investimentos.

A verificação de equilíbrio financeiro é considerada fundamental para a análise da estabilidade da organização ⁵. Assim sendo, seria então de esperar que a existência de estabilidade financeira, ou de um programa que porventura a visasse alcançar, devesse constituir uma condição *sine qua non* para poder ser desenvolvido qualquer protocolo de colaboração com entidades públicas.

Dois abordagens possíveis do equilíbrio financeiro são as da teoria clássica (ou tradicional) e da teoria funcional, as quais enunciaremos de seguida com exemplos das contas de duas Federações desportivas relativas aos exercícios económicos de 1999 a 2002: a Federação Portuguesa de Ténis (FPT) e a Federação

⁴ Neto de Carvalho, Cristina; Magalhães, Gioconda (2002), *Análise Económico-Financeira de Empresas*, Universidade Católica Editora, Lisboa, p. 150.

⁵ Ferreira, Rogério Fernandes (1982), *A Gestão Financeira I*, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, p. 157.

Portuguesa de Golfe (FPG). Teremos então, a oportunidade de verificar em que medida a administração pública desportiva examina a existência de eventuais desequilíbrios financeiros quando estabelece programas de apoio a organizações desta natureza.

3.1. *A teoria tradicional*

A teoria tradicional determina dois vectores elementares para a aferição sobre o equilíbrio financeiro existente numa dada organização. O primeiro vector consiste na análise do Fundo de Maneio (FM), visto usualmente como sendo uma certa margem de segurança financeira. O segundo, assenta num conjunto de rácios que apreciam aspectos exclusivamente financeiros, denominados rácios de liquidez e de financiamento.

3.1.1. *O fundo de maneio*

Formas de cálculo. O Fundo de Maneio pode ser calculado a partir de duas formas distintas. Pode ser expresso pelo excedente dos capitais permanentes sobre o activo fixo, em que os primeiros dizem respeito aos capitais colocados à disposição da gestão por um período de tempo superior a um ano, consubstanciando-se na totalidade dos capitais próprios e na parte dos capitais alheios cujo prazo de pagamento não se verifique num período até um ano⁶. O activo fixo é composto pela totalidade das imobilizações líquidas de amortizações (corpóreas, incorpóreas, em curso e investimentos financeiros) e pelas dívidas a receber a médio e longo prazo.

Uma outra forma de cálculo do Fundo de Maneio é pela diferença entre o activo de curto prazo e o passivo de curto prazo, considerando-se assim, todos os elementos do Balanço cujo prazo de permanência ou de exigibilidade seja inferior a um ano.

Solidez financeira face ao Fundo de Maneio. Na perspectiva desta teoria, um Fundo de Maneio elevado é sinal de maior solidez financeira de uma organização, na medida em que para além de assegurar a cobertura do activo fixo por fontes de financiamento permanentes, garante ainda o mesmo tipo de financiamento para uma determinada percentagem do activo circulante. Pelo contrário, um Fundo de Maneio negativo é sinónimo de desequilíbrio financeiro, representando a parte de capitais exigíveis a curto prazo que está a financiar o activo fixo, cujo grau de liquidez é reduzido, uma vez que, a não ser por desinvestimento, não se transforma tão rapidamente em dinheiro como os activos circulantes.

⁶ Carvalho das Neves, João (2003), «Fundo de Maneio: Um Indicador da Solidez Financeira», in *Revista Carteira*, Setembro.

O Fundo de Maneio é um dos indicadores tradicionalmente utilizado pelos credores, como base de análise do risco financeiro de curto prazo ⁷, no sentido de saberem se a organização está em condições de pagar as dívidas que se vão vencendo.

Análise do Fundo de Maneio das Federações. Analisemos então os resultados do Fundo de Maneio para as duas Federações desportivas tomadas como exemplo: FP Ténis e FP Golfe. Note-se que se optou pela utilização do rácio Fundo de Maneio/Activo Líquido em percentagem, pois desta forma teremos uma medida relativa que permite comparar organizações de dimensão diferenciada, o que não faria sentido com o FM expresso apenas em valores absolutos (ver Quadro 1 – Cálculo do Fundo de Maneio).

Ao observarmos a evolução do Fundo de Maneio das duas Federações, facilmente se conclui que apresentam níveis de segurança financeira muito distintas. A FP Ténis só tem um fundo de maneio positivo no ano de 1999, tendo vindo a agravar-se desde então de forma exponencial, chegando no último ano a 76,2 por cento negativo face ao activo líquido. Aliás, da análise dos Balanços de 2001 e 2002 verificamos que os capitais próprios já apresentam valores negativos, em situação de falência técnica ⁸. Significa isto que a FP Ténis se vê obrigada a financiar os seus investimentos de médio e longo prazo, através de recursos de curto prazo, com toda uma série de riscos que tal situação acarreta.

A FP Golfe tem, em todos os anos, um Fundo de Maneio muito superior à FP Ténis, apresentando pontualmente uma evolução negativa de 2000 para 2001, mas que recuperou no ano de 2002. No ano de 1999, parece-nos que assumiu um valor excessivo, dado que metade dos capitais permanentes disponíveis não estava a ser aplicada em investimentos de médio e longo prazo.

Ainda a comparação dos níveis de segurança financeira efectuada sublinhamos que mesmo o pior ano da FP Golfe, ano de 2001, é incontestavelmente melhor do que a FP Ténis no mesmo período, pelo que não podemos deixar de considerar tal resultado insignificativo face ao da outra Federação.

Podemos concluir, em relação ao Fundo de Maneio calculado para todos estes anos, que enquanto que a FP Ténis vive uma situação de profunda insegurança financeira, a FP Golfe, pelo contrário, ilustra uma situação de solidez e estabilidade financeira.

⁷ Caldeira Menezes, H. (1988), *Princípios de Gestão Financeira*, Biblioteca de Gestão Moderna, Editorial Presença, Lisboa, p. 107.

⁸ Diz-se que uma organização está em falência técnica quando o valor do passivo excede o do activo, tornando assim, os capitais próprios negativos.

QUADRO 1
Cálculo do Fundo de Mancoio

€: Euros	FP Ténis				FP Golfe			
	1999	2000	2001	2002	1999	2000	2001	2002
Capitais Permanentes								
Capitais Próprios	178824,00	84736,00	-2155,00	-108828,00	560369,60	458330,44	293730,39	394380,27
Provisões para Riscos e Encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5071,20	0,00	0,00
Empréstimos Bancários ML Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	287008,31	266507,72	276007,10
Dívidas a MLP a Associados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105176,67	73790,40
Total Capitais Permanentes	178824,00	84736,00	-2155,00	-108828,00	560369,60	750409,95	665414,78	744177,77
Activo Fixo								
Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	95725,30	95725,30	95725,30	95725,30
Amortizações Acum. Im. Incorp.	0,00	0,00	0,00	0,00	-347,10	-520,75	-694,41	-868,06
Imobilizações Corpóreas	164394,00	165641,00	165855,00	194186,00	289109,65	800966,50	844821,84	895203,57
Amortizações Acum. Im. Corp.	-7881,00	-10544,00	-14929,00	-26398,00	-163552,97	-210735,04	-263422,99	-305060,74
Total do Activo Fixo	156513,00	155097,00	150926,00	167788,00	220934,88	685436,01	676429,74	685000,07
Fundo de Mancoio	22311,00	-70361,00	-153081,00	-276616,00	339434,72	64973,94	-11014,96	59177,70
Total do Activo Líquido	268408,00	301229,00	276922,00	362974,00	675698,46	1110691,8	1060139,87	1181236,34
Fundo de Mancoio / Activo Líquido	8,3%	-23,4%	-55,3%	-76,2%	50,2%	5,8%	-1,0%	5,0%

QUADRO 1a
Cálculo do Fundo de Maneio

	FP Ténis	FP Golfe	FP Ténis	FP Golfe	FP Ténis	FP Golfe	FP Ténis	FP Golfe	FP Ténis	FP Golfe
	1999	1999	2000	2000	2001	2001	2002	2002	2002	2002
Capitais Permanentes										
Capitais Próprios	178824,00	560369,60	84736,00	458330,44	-2155,00	295730,39	-108828,00	394380,27	0,00	0,00
Provisões para Riscos e Encargos	0,00	0,00	0,00	5071,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos Bancários ML Prazo	0,00	0,00	0,00	287008,31	0,00	266507,72	0,00	276007,10	0,00	0,00
Dívidas a MLP a Associados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105176,67	0,00	73790,40	0,00	0,00
Total Capitais Permanentes	178824,00	560369,60	84736,00	750409,95	-2155,00	665414,78	-108828,00	744177,77		
Activo Fixo										
Imobilizações Incorpóreas	0,00	95725,30	0,00	95725,30	0,00	95725,30	0,00	95725,30	0,00	95725,30
Amortizações Acum. Im. Incorp.	0,00	-347,10	0,00	-520,75	0,00	-694,41	0,00	-868,06	0,00	-868,06
Imobilizações Corpóreas	164394,00	289109,65	165641,00	800966,50	165855,00	844821,84	194186,00	895203,57	194186,00	895203,57
Amortizações Acum. Im. Corp.	-7881,00	-165552,97	-10544,00	-210735,04	-14929,00	-263422,99	-26598,00	-305060,74	-26598,00	-305060,74
Total do Activo Fixo	156513,00	220934,88	155097,00	685436,01	150926,00	676429,74	167788,00	685000,07	167788,00	685000,07
Fundo de Maneio	22311,00	339434,72	-70361,00	64973,94	-153081,00	-11014,96	-276616,00	59177,70	-276616,00	59177,70
Total do Activo Líquido	268408,00	675698,46	301229,00	1110691,8	276922,00	1060139,87	362974,00	1181236,34	362974,00	1181236,34
Fundo de Maneio/Activo Líquido	8,3%	50,2%	-23,4%	5,8%	-55,3%	-1,0%	-76,2%	5,0%	-76,2%	5,0%

3.1.2. Os rácios de liquidez

Os rácios de liquidez medem a capacidade das organizações solverem os seus compromissos de curto prazo⁹. Segundo este modelo, quanto maior for o grau de liquidez, mais facilidade terão os credores de ser reembolsados pelos créditos concedidos e menos arriscada é a concessão de novos créditos ou de empréstimos de curto prazo, uma vez que a organização demonstra ter uma liquidez do activo suficiente para fazer face às obrigações inerentes ao passivo de curto prazo.

O critério de liquidez é importante e independente do montante de riqueza detido por uma organização. Podemos ter uma organização muito rica em activos, mas ter pouca liquidez se esses activos não puderem ser rapidamente convertidos em dinheiro¹⁰, encontrando-se, por isso, num estado financeiro grave em que os seus credores poderão traçar o seu destino, ao contrário do gestor, que poderá ter perdido a capacidade de tomar decisões sem a independência necessária.

Tipos de rácios de liquidez. Em geral, são definidos três rácios de liquidez distintos: rácio de liquidez geral, rácio de liquidez reduzida e rácio de liquidez imediata. Os três rácios diferem entre si pela redução progressiva dos elementos do activo circulante para cobrir todos os pagamentos a efectuar num período de tempo inferior a um ano.

O rácio de *liquidez geral*, calculado a partir do quociente entre o activo circulante (existências, créditos sobre terceiros de curto prazo e valores líquidos de disponibilidades) e a totalidade do passivo a curto prazo, ilustra a capacidade da organização de pagar todas as dívidas que se irão vencer no curto prazo através dos recursos que deverão ser gerados no mesmo período de tempo. O valor de 2 é o resultado geralmente apontado como seguro para este rácio.

O rácio de *liquidez reduzida* determina-se pelo quociente entre o activo circulante líquido do valor respeitante às existências e a totalidade do passivo de curto prazo. Trata-se de um rácio de liquidez mais restrito que o anterior, mostrando em que medida a organização tem capacidade de pagar todas as dívidas de curto prazo, através dos recursos que serão obtidos no mesmo prazo, sem entrar em linha de conta com as existências, uma vez que as mesmas podem não se transformar em meios líquidos de forma tão rápida quanto os demais activos circulantes. O valor de 1 é largamente apontado como desejável para este rácio.

O rácio de *liquidez imediata* obtém-se pelo quociente entre os valores líquidos de disponibilidades e o passivo a curto prazo, efectuando assim a inter-relação dos meios mais líquidos com o total das dívidas a pagar no curto prazo.

⁹ Neto de Carvalho, Cristina; Magalhães, Gioconda (2002), *Análise Económico-Financeira de Empresas*, Universidade Católica Editora, Lisboa, p. 152.

¹⁰ Walsh, Claran (1999), *R rácios Fundamentais da Gestáo*, Biblioteca de Economia & Empresa, Publicações Dom Quixote, Lisboa, p. 51.

Não existe, para este rácio, um valor mínimo que sirva de padrão para analisar a situação financeira. Depende, sobretudo, das necessidades de tesouraria compatíveis com a natureza da actividade desenvolvida pela organização. Contudo, não podemos considerar valores muito elevados como sendo reveladores de situações mais saudáveis, uma vez que podem espelhar um montante excessivo de meios monetários «parados» em disponibilidades.

Mostra-se, como tal, interessante saber qual a percentagem das disponibilidades no activo circulante, pelo que calcularemos também o rácio do *peso das disponibilidades no activo de curto prazo*. Quando este rácio assume um valor próximo de 1, pode ser um indício de uma má gestão de tesouraria.

O perigo dos valores ideais. A interpretação dos rácios de liquidez atrás apresentados através de valores de referência revela-se, em muitos casos, perigosa. As relações entre os activos e os passivos de curto prazo nem sempre são de facto aquilo que é expresso pelos resultados dos rácios¹¹. Podemos, por exemplo, depararmo-nos com situações em que o rácio de liquidez geral seja muito superior a 2, em virtude da existência de valores elevados de produtos obsoletos, dificilmente transformáveis em dinheiro, ou de créditos não provisionados sobre terceiros cuja cobrabilidade seja muito duvidosa (valores esses que a organização poderá nunca vir a receber), daqui resultando uma liquidez, na realidade, até muito reduzida.

Por outro lado, afirmar que a situação financeira de uma organização é tanto melhor quanto maiores os valores apresentados para estes rácios também não nos parece correcto. A detenção de demasiados activos circulantes, a menos que haja para tal uma determinada estratégia definida, pode indiciar uma gestão menos acertada do fundo de maneo, desperdiçando oportunidades de investimento em activos mais rentáveis.

Valores desejáveis para as Federações. Nas Federações desportivas é normal que exista, na generalidade, um valor de *stocks* que se pode considerar diminuto, por vezes mesmo inexistente como no caso da Federação Portuguesa de Golfe. Nestas organizações, a detenção de stocks visa atender a necessidades de carácter administrativo, a apoio de centros de treino ou, pontualmente, à organização de eventos desportivos.

Pelo exposto, afigura-se-nos exagerado um valor de 2 para ser tomado como referência para o rácio de liquidez geral. Propomos, por isso, que a situação financeira seja aferida com base no valor mínimo de 1, tanto para o rácio de liquidez geral, como para o de liquidez reduzida.

¹¹ Saias, Luís; Carvalho, Rui de; Amaral, Maria do Céu (1999), *Instrumentos Fundamentais de Gestão Financeira*, 3.^a ed., Universidade Católica Editora, Lisboa, pp. 550-551.

QUADRO 2
Cálculo dos Rátios de Liquidez

€: Euros	FP Ténis						FP Golfe			
	1999	2000	2001	2002	1999	2000	2001	2002		
Activo de Curto Prazo										
Total do Activo	268408,00	301229,00	276922,00	362974,00	675698,46	1110691,80	1060139,87	1181236,34		
Activo Fixo	156513,00	155097,00	150926,00	167788,00	220934,88	685436,01	676429,74	685000,07		
Total do Activo de Curto Prazo	111895,00	146132,00	125996,00	195186,00	454763,58	425255,79	383710,13	496236,27		
Passivo de Curto Prazo										
Total do Passivo	89584,00	216493,00	279077,00	471802,00	115328,86	652361,36	766409,48	786836,07		
Passivo de Médio e Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	292079,51	371684,39	349797,5		
Total do Passivo de Curto Prazo	89584,00	216493,00	279077,00	471802,00	115328,86	360281,85	394725,09	437058,57		
Rácio de Liquidez Geral	1,25	0,67	0,45	0,41	3,94	1,18	0,97	1,14		
Activo de CP - Existências										
Total do Activo de Curto Prazo	111895,00	146132,00	125996,00	195186,00	454763,58	425255,79	383710,13	496236,27		
Existências	6549,00	13906,00	15577,00	10113,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Total do Activo CP - Existências	105346,00	132226,00	110419,00	185073,00	454763,58	425255,79	383710,13	496236,27		
Total do Passivo de Curto Prazo	89584,00	216493,00	279077,00	471802,00	115328,86	360281,85	394725,09	437058,57		
Rácio de Liquidez Reduzida	1,18	0,61	0,40	0,39	3,94	1,18	0,97	1,14		
Disponibilidades										
Títulos Neg. e O. Ap. Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00	158507,52	209468,29	230158,75	236224,84		
Provisões Aplicações Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00	-537,07	0,00	-2961,59	-6717,06		
Depósitos Bancários e Caixa	25249,00	17493,00	29030,00	16502,00	78295,83	127313,85	78192,76	128657,46		
Total de Disponibilidades	25249,00	17493,00	29030,00	16502,00	236266,28	336782,14	303589,92	358165,24		
Total do Passivo de Curto Prazo	89584,00	216493,00	279077,00	471802,00	115328,86	360281,85	394725,09	437058,57		
Rácio de Liquidez Imediata	0,28	0,08	0,10	0,03	2,05	0,93	0,77	0,82		
Total das Disponibilidades	25249,00	17493,00	29030,00	16502,00	236266,28	336782,14	303589,92	358165,24		
Total do Activo de Curto Prazo	111895,00	146132,00	125996,00	195186,00	454763,58	425255,79	383710,13	496236,27		
Peso Disponibilidades no Activo CP	0,23		0,23	0,08	0,52	0,79	0,80	0,72		

Análise dos rácios de liquidez das Federações. Mais uma vez, a situação financeira das duas federações é perfeitamente antagónica (ver Quadro 2 – Cálculo dos Rácios de Liquidez). A FP Ténis, que apresenta níveis percentuais de liquidez muito aceitáveis para o ano de 1999, evolui no sentido negativo até ao ano de 2002. Demonstra, de acordo com esta teoria e para o período de 2000 a 2002, uma escassez de liquidez para fazer face aos compromissos assumidos pelo seu passivo de curto prazo, encontrando-se, portanto, numa situação de desequilíbrio financeiro claramente revelada pelos resultados de qualquer um dos rácios calculados.

Note-se que as conclusões a que agora chegamos estão em perfeita consonância com as assumidas anteriormente para o Fundo de Maneio. Assim, em situações de liquidez geral e reduzida insuficientes, os capitais permanentes mostram-se insuficientes para o financiamento do activo fixo, pelo que o Fundo de Maneio se revela negativo. O mesmo é dizer que a FP Ténis se encontra perante uma crise financeira, não dispondo de dinheiro no futuro imediato para satisfazer as suas responsabilidades de curto prazo à medida que as mesmas se vencem.

No caso da FP Golfe, os rácios de liquidez geral e reduzida apresentam para os anos de 2000 a 2002 valores francamente reveladores de uma situação financeira equilibrada.

Em relação à evolução positiva do primeiro para o segundo ano em análise, dado que consideramos os valores assumidos pelos rácios de liquidez no ano de 1999 uma manifestação exagerada de liquidez, podemos explicá-la como sendo uma consequência da combinação de duas situações ocorridas. A primeira e mais preponderante, tem a ver com a possibilidade da FP Golfe ter estado a preparar-se para efectuar um investimento no ano 2000, o que detectámos ser uma realidade pela aquisição da nova sede nesse ano, consubstanciando-se no elemento que mais contribuiu para um aumento do valor do activo fixo em cerca de três vezes. Este aumento teve um reflexo imediato na diminuição do Fundo de Maneio, reduzindo-se também o rácio de liquidez.

Para além desta atitude voluntária, houve uma outra, de carácter involuntário, pela verificação de resultados líquidos do exercício negativos no mesmo ano em que realizou o investimento em imobilizado corpóreo, o que faz também diminuir o Fundo de Maneio por via da redução dos capitais permanentes, reduzindo assim, ainda mais os diferentes rácios de liquidez.

Apesar da FP Golfe estar numa situação financeira equilibrada, não podemos deixar de realçar o peso excessivo dos valores líquidos de disponibilidades no total do activo circulante, fazendo com que o rácio de liquidez imediata obtenha resultados pouco inferiores aos de liquidez geral. Revela, portanto, uma situação de má gestão de tesouraria.

3.1.3. Os rácios de financiamento

Numa organização não devemos centrar a nossa atenção apenas nas dívidas de curto prazo. Antes, devemos complementar a análise da liquidez procedendo a uma avaliação da capacidade organizacional de solver os seus compromissos a médio e longo prazo. Ora, os rácios de financiamento que estabelecem, no essencial, comparações entre os capitais alheios (passivo), os capitais próprios e os capitais totais (activo) ¹², orientam-nos nessa avaliação.

Tipos de rácios de financiamento. Utilizaremos seis tipos de rácios de financiamento, a saber: rácio de endividamento, rácio de solvabilidade, rácio de estrutura do endividamento (a curto prazo e a médio e longo prazo), rácio de cobertura dos encargos financeiros, rácio de estrutura dos capitais estáveis e o período de reembolso.

O *rácio de endividamento*, denominado como *rácio de autonomia* por alguns autores, é calculado pelo quociente entre o total do passivo e o total do activo, expressando assim o peso dos capitais alheios no financiamento da organização. Este rácio é considerado como uma medida fundamental das finanças organizacionais, uma vez que nos dá uma ideia geral do risco financeiro, o qual cresce com o aumento da sua percentagem.

Quando uma organização assume a obrigação de pagar uma dívida, por exemplo, um empréstimo, cria um fluxo de saída de caixa certo durante um determinado período de tempo. Como os fluxos de caixa de sentido inverso são sempre envolvidos por um certo grau de incerteza, o risco financeiro aumenta sempre que se cria uma dívida a pagar. O risco financeiro é tanto maior, quanto maior forem o montante dessa dívida e o grau de incerteza relativo à entrada dos fluxos de caixa previstos ¹³.

A apreciação a ser feita para o resultado deste rácio deve estar de acordo com aquilo que considerarmos como sendo um valor mínimo que não coloque em causa a questão crucial da autonomia financeira. Esse valor de referência é diferente de país para país e mesmo num dado ponto geográfico, varia consoante os sectores económicos. Contudo, uma abordagem conservadora e mais cautelosa fazem com que apreciemos este rácio num limite máximo de 70 por cento ¹⁴.

¹² Saias, Luís; Carvalho, Rui de; Amaral, Maria do Céu (1999), *Instrumentos Fundamentais de Gestão Financeira*, 3.^a ed., Universidade Católica Editora, Lisboa, p. 546.

¹³ Poder-se-á então perguntar, porque razão as organizações se endividam? Para além da razão óbvia da indisponibilidade eventual de capitais próprios numa dada data, existe uma outra, na maioria das vezes muito mais forte: o aumento do endividamento não se reflecte apenas numa maior exposição ao risco financeiro mas, em situações em que o seu custo é menor que o do capital próprio, aumenta também a lucratividade da organização. Assim, quem arrisca mais pode ter, por força da relatividade dos custos, uma maior expectativa de lucro. Efeito este que se denomina de alavancagem financeira. Ver Walsh (1999), *op. cit.*, pp. 150-153.

¹⁴ A análise do rácio de endividamento/activo total por país e por sector é ilustrada por Walsh (1999), *op. cit.*, p. 151.

Na mesma linha de orientação do rácio anterior, temos o *rácio de solvabilidade* que é calculado pela divisão entre o capital próprio e a totalidade do passivo ¹⁵. Através da leitura deste rácio verificamos em que medida o capital próprio cobre o passivo da organização. A autonomia financeira é tanto maior quanto for a proporção do capital próprio em relação ao passivo, ou seja, o seu resultado.

Os *rácios de estrutura de endividamento* são úteis para conhecermos o grau de exigibilidade do passivo. Podemos calcular o peso do passivo exigível a menos de um ano no passivo total, obtendo desse modo a *estrutura de endividamento a curto prazo* ou, em alternativa, o *peso do endividamento a médio e longo prazo*, pelo quociente entre os capitais alheios de médio e longo prazo e a totalidade do passivo. A análise da evolução de qualquer um destes rácios permite-nos concluir se a organização sofrerá, a curto prazo, pressões elevadas de tesouraria, situação vivida quando a estrutura de endividamento expressa um crescente peso do endividamento de curto prazo face ao de longo prazo.

Evidenciamos também o *rácio de cobertura dos encargos financeiros* ¹⁶, dado pelo quociente entre o excedente bruto de exploração (soma dos resultados operacionais com as amortizações e provisões do exercício) e os encargos financeiros suportados pela organização. Este rácio mostra-nos, assim, em que grau é que a exploração da organização consegue gerar meios suficientes para cobrir os seus encargos financeiros. A organização terá maiores problemas com o pagamento dos juros se o valor assumido por este rácio for inferior a 1.

Interessa-nos também saber qual o peso do endividamento a longo prazo em relação à totalidade dos capitais permanentes à disposição da organização, isto é, o valor do *rácio da estrutura dos capitais estáveis*, que é calculado pelo quociente entre o endividamento estável e o total dos recursos estáveis.

Por último, calculamos ainda o *rácio período de reembolso*, através do quociente entre a totalidade do endividamento a médio e longo prazo e o autofinanciamento. Este rácio expressa o número de períodos económicos necessários para que, com o nível de autofinanciamento organizacional apurado, se consiga cobrir o total das dívidas a médio e longo prazo contraídas. Pode-se assim, efectuar uma prospectiva relativamente à capacidade da organização para pagar o seu financiamento alheio estável. A *margem de autofinanciamento* tem como objectivo poder comparar os níveis de autofinanciamento das Federações para os diversos anos, importante na análise da capacidade das organizações em gerar meios através das suas operações.

¹⁵ Carvalho das Neves, João (2000), *Análise Financeira. Vol. I: Técnicas Fundamentais*, Texto Editora, Lisboa, p. 125.

¹⁶ Há autores que calculam este rácio tendo como numerador apenas os resultados operacionais. Optámos por utilizar o Excedente Bruto de Exploração pelo facto das amortizações e provisões serem custos que não representam fluxos de saída de caixa.

QUADRO 3
Cálculo dos Rátiós de Financiamento

€: Euros	FP TGNIS				FP Golfc			
	1999	2000	2001	2002	1999	2000	2001	2002
Total do Passivo	89584,00	216493,00	279077,00	471802,00	115328,86	652361,36	766409,48	786856,07
Total do Activo	268408,00	301229,00	276922,00	362974,00	675698,46	1110691,80	1060139,87	1181236,34
Rácio de Endividamento	0,33	0,72	1,01	1,30	0,17	0,59	0,72	0,67
Capital Próprio	178824,00	84736,00	-2155,00	-108828,00	560369,60	458330,44	293730,39	394380,27
Total do Passivo	89584,00	216493,00	279077,00	471802,00	115328,86	652361,36	766409,48	786856,07
Rácio de Solvabilidade	2,00	0,39	-0,01	-0,23	4,86	0,70	0,38	0,50
Total do Passivo de Curto Prazo	89584,00	216493,00	279077,00	471802,00	115328,86	360281,85	394725,09	437058,57
Total do Passivo	89584,00	216493,00	279077,00	471802,00	115328,86	652361,36	766409,48	786856,07
Estrutura de Endividamento a CP	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,55	0,52	0,56
Total do Passivo ML Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	292079,51	371684,39	349797,50
Total do Passivo	89584,00	216493,00	279077,00	471802,00	115328,86	652361,36	766409,48	786856,07
Peso do Endividamento a MLP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,45	0,48	0,44
Excedente Bruto de Exploração								
Resultados Operacionais	25703,00	-58888,00	-71658,00	-72746,00	-142429,24	-73774,06	-141327,72	104509,98
Amortizações do Exercício	2813,00	2663,00	4384,00	11469,00	34921,06	47355,72	52861,60	41661,88
Provisões do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Excedente Bruto Exploração	28516,00	-56225,00	-67274,00	-61277,00	-107508,18	-26418,34	-88466,12	146171,86
Total dos Encargos Financeiros	628,00	903,00	1626,00	3020,00	2992,24	43129,74	31249,85	25555,81
Rácio Cobertura Encargos Financeiros	45,41	-62,26	-41,37	-20,29	-35,93	-0,61	-2,83	5,72
Capitais Permanentes								
Endividamento Estável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	292079,51	371684,39	349797,50
Capitais Próprios	178824,00	84736,00	-2155,00	-108828,00	560369,60	458330,44	293730,39	394380,27
Total Capitais Permanentes	178824,00	84736,00	-2155,00	-108828,00	560369,60	750409,95	665414,78	744177,77
Total do Endividamento Estável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	292079,51	371684,39	349797,50
Estrutura dos Capitais Estáveis	0%	0%	0%	0%	0%	39%	56%	47%
Autofinanciamento								
Resultado Líquido do Exercício	28561,00	-94093,00	-86886,00	-106674,00	-124210,08	-102039,16	-164600,05	100649,88
Amortizações do Exercício	2813,00	2663,00	4384,00	11469,00	34921,06	47355,72	52861,60	41661,88
Provisões do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Autofinanciamento	31374,00	-91430,00	-82502,00	-95205,00	-89289,02	-54683,44	-111738,45	142311,76
Total dos Proventos Operacionais	965408,00	960680,00	928726,00	913051,00	1047297,13	968651,00	911700,16	1187698,02
Margem de Autofinanciamento	3,2%	-9,5%	-8,9%	-10,4%	-8,5%	-5,6%	-12,3%	12,0%
Total do Endividamento Estável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	292079,51	371684,39	349797,50
Período de Recombolso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5,34	-3,33	2,46

Análise dos rácios de financiamento das Federações. A análise financeira segundo a avaliação dos rácios de financiamento calculados para as duas Federações revela, uma vez mais, situações perfeitamente divergentes (ver Quadro 3 – Cálculo dos Rácios de Financiamento).

Iniciando a análise destes rácios pela FP Ténis, podemos dizer que não utiliza no financiamento da sua actividade, em nenhum ano, o recurso a endividamento estável, razão pela qual a pressão sobre a tesouraria é sempre mais elevada do que na FP Golfe. Nesta última, à excepção do ano de 1999, o peso do endividamento a curto prazo e a médio e longo prazo difere, grosso modo, numa décima percentual, o que significa que a maturidade do passivo está distribuída de forma quase idêntica. Assim, a tesouraria fica aliviada porque nem todas as dívidas a pagar se concentram no prazo máximo de um ano.

Em relação ao rácio de endividamento, a evolução da FP Ténis não poderia ser mais desastrosa. Apresentava, em 1999, um valor de 33 por cento, garantindo uma autonomia financeira bastante confortável face aos limites máximos geralmente aceitáveis num intervalo de 50 a 70 por cento. Em 2001, o resultado do rácio já demonstra que a FP Ténis não possui capitais próprios para o financiamento da sua actividade e em 2002, o passivo total excede o activo total em 30 por cento, evidenciando a presença de capitais próprios negativos. Este resultado tem como base a acumulação de prejuízos nos sucessivos exercícios económicos, ou seja, desde o ano 2000 até ao ano de 2002.

O rácio de solvabilidade também evolui no mesmo sentido, tal como era de esperar face à análise dos resultados do rácio anterior. Parte de uma situação financeira muito segura, em 1999, em que o valor dos capitais próprios era o dobro do valor do total do passivo, chegando a um valor de 23 por cento negativo, em 2002, em virtude do aumento do valor do passivo e, em simultâneo, de uma deterioração exponencial do capital próprio.

A FP Golfe, pelo contrário, apresenta valores aceitáveis para ambos os rácios: de endividamento e de solvabilidade. Podemos mesmo afirmar que, em relação ao ano de 1999, os rácios apresentavam resultados demasiadamente seguros, denunciando a falta de oportunidade no aproveitamento de capitais alheios. A situação foi corrigida nos anos posteriores, em muito devido ao recurso ao endividamento estável, no ano 2000, por parte desta Federação. No último ano, temos um capital próprio que cobre o total do passivo em cerca de 50 por cento e um passivo que financia a organização em cerca de 67 por cento, não reveladores de situações perigosas em termos de risco financeiro.

Em relação ao rácio de cobertura dos encargos financeiros, só em dois anos é que encontramos uma cobertura adequada, um para cada Federação. Assim, é apenas no ano de 1999 que a FP Ténis demonstra ter uma capacidade extraordinariamente elevada de gerar resultados operacionais suficientes para pagar os encargos financeiros. A partir do ano 2000, a FP Ténis passa drasticamente para a situação absolutamente oposta, mostrando uma nítida incapacidade de fazer face aos encargos financeiros através da sua exploração.

Os resultados de exploração da FP Golfe demonstravam, até ao ano 2001, ser incapazes de suportar os respectivos encargos financeiros, situação que evoluiu muito favoravelmente do ano 2001 para o ano 2002. Tal evolução deve-se à obtenção de resultados operacionais positivos no último ano, ao contrário dos anos anteriores onde se registaram prejuízos operacionais, ao mesmo tempo em que se registou um desagravamento dos encargos financeiros.

Por último, analisamos os resultados dos rácios da estrutura dos capitais estáveis e do período de reembolso que, em relação à FP Ténis, assumem sempre um valor nulo, como aliás não poderia deixar de ser, uma vez que esta Federação não recorre, em nenhum ano do período em estudo, a financiamento alheio de médio e longo prazo. Ao analisarmos o autofinanciamento verificamos que, à excepção do ano de 1999, a FP Ténis é incapaz de gerar meios através das suas próprias operações, na medida em que o autofinanciamento é sempre negativo. Se compararmos a margem de autofinanciamento das duas Federações, concluímos que houve uma clara evolução negativa do autofinanciamento da FP Ténis, enquanto que na FP Golfe sempre se verificou uma evolução positiva, com uma única excepção em relação ao ano 2001. Nesta última Federação, há ainda a salientar o facto de apresentarem no ano de 2002 um bom valor de 12 por cento para este indicador.

Os resultados do rácio da estrutura de capitais estáveis da FP Golfe revelam que existe um equilíbrio no financiamento a longo prazo entre o endividamento estável e os capitais próprios. O período de reembolso, embora seja negativo para os anos de 2000 e 2001, indicando uma incapacidade de geração de fundos pelas próprias operações para solver os compromissos financeiros de médio e longo prazo, evolui de forma muito positiva no ano de 2002, para um período de tempo ligeiramente inferior a dois anos e meio.

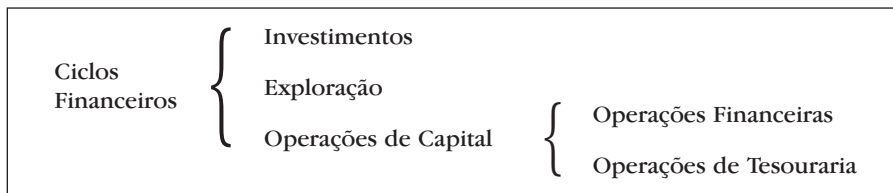
3.2. *A teoria funcional*

A teoria funcional está mais preocupada com o equilíbrio funcional entre as origens e as aplicações de fundos, razão pela qual é necessário estudar a relação existente entre si para cada ciclo financeiro da organização. Toda esta análise é feita com base na construção do Balanço Funcional.

3.2.1. *Os ciclos financeiros*

Os ciclos financeiros organizacionais são a consequência financeira das decisões tomadas pela gestão, aos seus diversos níveis: estratégico, operacional e financeiro. A classificação utilizada para os ciclos financeiros distingue o ciclo das operações de investimento, o ciclo das operações de exploração e o ciclo das operações financeiras, encontrando-se este último subdividido em operações de capital e operações de tesouraria, de acordo com o seguinte esquema¹⁷:

¹⁷ Adaptado de Neto de Carvalho, Cristina; Magalhães, Gioconda (2002), *op. cit.*, p. 154.



Ciclo de Investimento. O ciclo de investimento integra o conjunto de decisões que visam definir os tipos de investimento (ou desinvestimento) efectuados pela organização, consubstanciando-se, em geral, nos valores do imobilizado líquido do balanço contabilístico. Contudo, a correcta elaboração desta rubrica no Balanço Funcional, o *Activo Fixo*, pode assentar em considerações extra contabilísticas. Por exemplo, deveríamos admitir que a posse de aprovisionamentos estratégicos de existências (para utilização a médio ou longo prazo) fosse parte integrante do Activo Fixo e não uma aplicação de exploração, como seria, em princípio, a situação mais corrente relativamente às existências.

Ciclo das Operações de Exploração. O ciclo das operações de exploração engloba todas as decisões que têm a ver com o desenvolvimento corrente da actividade da organização e resultam assim, nos *recursos cíclicos* evidenciados no lado direito do balanço contabilístico (fornecedores, outros credores de exploração, Estado, Segurança Social, etc.) e, por outro lado, nas *necessidades cíclicas*, como as enquadradas no activo circulante que implicam necessidades de financiamento (como exemplos, clientes, existências, outros devedores de exploração, adiantamentos a fornecedores, etc.).

Mais uma vez, o analista financeiro deve confirmar que estes saldos só comportam valores considerados de exploração, bem como, quais os valores que, apesar de não constarem nos respectivos saldos, deveriam ser considerados de exploração. Por exemplo, em relação ao saldo de clientes, dever-se-á adicionar o montante das letras a receber não vencidas, embora já tenham sido descontadas. Só assim se analisa com a fidelidade necessária as necessidades de financiamento de exploração. A verdade é que, se o gestor financeiro não tivesse tomado a decisão de financiar a organização através do desconto bancário de letras, esse valor ainda estaria no saldo da conta de clientes.

Ciclo das Operações Financeiras. Por último, temos o ciclo das operações financeiras, fruto das decisões sobre a obtenção de fundos apropriados quer ao financiamento dos investimentos, quer às necessidades de financiamento do ciclo de exploração. Assim, no *ciclo das operações de capital* visa-se a aquisição e a gestão optimizada de *capitais permanentes* (ou estáveis, tais como o endividamento a médio e longo prazo e os capitais próprios) adequados ao financiamento do activo fixo. O *ciclo das operações de tesouraria* tem por finalidade gerir os

meios líquidos ou quase líquidos detidos pela organização (em geral, os valores que compõem a *tesouraria activa*, as disponibilidades, os depósitos bancários e os títulos negociáveis), e em simultâneo, a obtenção de fundos financeiros de curto prazo para fazer face a eventuais situações de insuficiência nos fluxos de caixa (*tesouraria passiva*).

Tal como realçámos para as outras grandezas, também aqui o analista financeiro tem de estar atento a informações que podem alterar os valores das contas do balanço contabilístico. A título de exemplo, referimos o caso dos títulos negociáveis. O analista externo tem de saber se a carteira de títulos é efectivamente, ou não, com facilidade convertível em dinheiro. No caso em que os títulos negociáveis forem dificilmente transaccionáveis, dever-se-ão incluir no Activo Fixo e não na Tesouraria Activa. Poder-se-á também dar o caso em que, mesmo sendo facilmente transaccionáveis, o preço de mercado possa estar aquém do preço contabilístico, devendo, por isso, o analista financeiro considerar o primeiro em detrimento do segundo, pois o que está em causa é a situação financeira da organização.

3.2.2. O balanço funcional

Construído a partir das componentes dos três ciclos financeiros acima descritos, o Balanço Funcional surge como um instrumento fundamental para analisar o equilíbrio financeiro de uma organização, podendo ser representada a sua arquitectura da seguinte forma ¹⁸:

Balanço Funcional

CICLO	APLICAÇÕES	RECURSOS	CICLO
Investimento	Activo Fixo	Recursos Estáveis	Operações de Capital
Exploração	Necessidades Cíclicas	Recursos Cíclicos	Exploração
Operações de Tesouraria	Tesouraria Activa	Tesouraria Passiva	Operações de Tesouraria

Do esquema apresentado sobressai a forma pela qual o Balanço Funcional é estruturado, ou seja, em torno de três eixos fundamentais para a aferição do equilíbrio financeiro:

Em primeiro lugar, o *Fundo de Maneio Funcional (FMF)*, dado pela comparação entre o activo fixo e os recursos estáveis, que não é mais do que o resultado

¹⁸ Fonte: Neto de Carvalho, Cristina; Magalhães, Gioconda (2002), *op. cit.*, p. 154.

das decisões conjuntas do ciclo de investimento e do ciclo das operações de capital, ou seja, delineadas pelas políticas de investimento e de financiamento a médio e longo prazo, respectivamente.

Se o resultado do FMF for **positivo**, representa a parte dos capitais permanentes excedentária ao financiamento do activo fixo. Significando que existe uma parte dos recursos estáveis que está a financiar o ciclo de exploração.

Pelo contrário, se o FMF se revelar **negativo**, implica que existe uma parte do activo fixo que não é financiada por capitais permanentes, logo, representa a parte dos recursos não estáveis que está a financiar o activo fixo.

Em segundo lugar, as *Necessidades de Fundo de Maneio (NFM)* que, sendo calculadas pela diferença entre as necessidades e os recursos cíclicos, resultam das decisões tomadas no ciclo de exploração.

Sendo positivas, as NFM representam as necessidades de financiamento do ciclo de exploração, uma vez que os recursos cíclicos não são suficientes para financiar as necessidades cíclicas da organização.

Sendo negativas, as NFM significam exactamente o contrário: tratam-se de excedentes financeiros libertos do ciclo de exploração, dado que os recursos cíclicos são superiores às necessidades cíclicas.

Por último, a **Situação de Tesouraria Líquida (STL)**, obtida a partir da diferença dos valores da tesouraria activa e da tesouraria passiva, é o efeito das decisões tomadas no ciclo das operações de tesouraria.

3.2.3. *O equilíbrio financeiro*

A avaliação do **equilíbrio financeiro** organizacional resulta, segundo esta teoria, do confronto entre os dois primeiros eixos do Balanço Funcional, isto é, do Fundo de Maneio Funcional e das Necessidades de Fundo de Maneio, cuja diferença se preconiza no valor assumido para a Situação de Tesouraria Líquida. Isto é, existe equilíbrio financeiro se e só se:

$$\text{FMF} - \text{NFM} = \text{STL} > \text{ou} = 0$$

Esta relação quantifica e caracteriza de uma forma muito rigorosa um princípio muito conhecido em análise financeira, o da *compatibilidade*¹⁹, que considera que os investimentos permanentes devem ser financiados por fontes permanentes e os investimentos temporários, por fontes temporárias.

Uma vez que o FMF é a parte das fontes permanentes que fica disponível para financiar outros investimentos de carácter permanente, para além do activo fixo, e como as NFM são um investimento permanente, podemos, então, concluir que

¹⁹ Carvalho das Neves, João (2000), *op. cit.*, p. 132.

existe equilíbrio financeiro sempre que o FMF for suficiente para cobrir as NFM. Como a STL é o resultado da diferença entre o FMF e as NFM, uma organização estará equilibrada financeiramente desde que a STL seja positiva.

É fácil detectar, assim, que mesmo tendo um FMF positivo, uma organização pode estar desequilibrada do ponto de vista financeiro, sempre que aquele não seja suficiente para financiar as necessidades de exploração. Em geral, as organizações que têm ciclos de exploração mais longos são aquelas em que as necessidades do seu financiamento são mais volumosas.

Podemos também detectar a situação contrária. Isto é, perante um FMF negativo e NFM ainda mais negativas, pode uma organização encontrar-se em equilíbrio financeiro. É sinal que o ciclo de exploração liberta excedentes financeiros suficientes para cobrir não só as necessidades de financiamento deste, como o financiamento da parte do activo fixo que não é coberta pelos recursos estáveis. Em geral, verifica-se um valor negativo das NFM nas organizações cujos clientes pagam a pronto pagamento e em que o ciclo de exploração é financiado pelos seus fornecedores.

Pelo exposto, fica ciente que há alguns pontos divergentes entre as duas teorias abordadas, a tradicional e a funcional, para a avaliação do equilíbrio financeiro organizacional. Em resumo, enquanto que na teoria clássica a existência de um fundo de maneo positivo é uma condição indispensável para o equilíbrio financeiro, na teoria funcional podemos ter equilíbrio financeiro perante um fundo de maneo positivo ou negativo. Imprescindível é que, sendo positivo, o fundo de maneo consiga cobrir as necessidades em fundo de maneo. Ou, sendo negativo, haja excedentes financeiros criados pelo ciclo de exploração capazes de financiar a parte do activo fixo não coberta por fontes de financiamento de médio e longo prazo.

3.2.4. Análise do equilíbrio financeiro das Federações segundo a teoria funcional

Os balanços funcionais e os indicadores de estrutura deles resultantes das Federações em estudo estão elaborados no Quadro 4 e no Quadro 5, respectivamente.

A observação dos valores obtidos para as Necessidades de Fundo de Maneio das duas Federações, à excepção do ano de 1999 para a FP Golfe, sendo sempre negativos, traduz a capacidade do ciclo de exploração libertar excedentes financeiros, devido à superação das necessidades cíclicas pelos recursos cíclicos. Assim sendo, para que haja equilíbrio financeiro, o Fundo de Maneio pode apresentar-se negativo, mas apenas até ao limite proporcionado pelas respectivas Necessidades de Fundo de Maneio.

Em relação à FP Golfe, verificamos para todos os anos uma Situação de Tesouraria positiva, indicando a existência de equilíbrio financeiro em todo o

QUADRO 4
Construção dos Balanços Funcionais

€: Euros	FP Ténis					FP Golfe				
	1999	2000	2001	2002	1999	2000	2001	2002	1999	2002
Activo Funcional										
Activo Fixo	156513,00	155097,00	150926,00	167788,00	220934,88	685436,01	676429,74	685000,07		
Necessidades Cíclicas	87498,00	128557,00	96966,00	178684,00	218497,30	88473,65	78320,21	138071,03		
Tesouraria Activa	25249,00	17575,00	29030,00	16502,00	236266,28	336782,14	305389,92	358165,24		
Total do Activo Funcional	269260,00	301229,00	276922,00	362974,00	675698,46	1110691,80	1060139,87	1181236,34		
Passivo Funcional										
Capitais Próprios	178824,00	84736,00	-2155,00	-108828,00	560369,60	458330,44	293730,39	394380,27		
Endividamento Estável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	392079,51	371684,39	349797,5		
Recursos Cíclicos	90436,00	216493,00	276623,00	385043,00	110715,95	339781,26	374224,5	406557,97		
Tesouraria Passiva	0,00	0,00	2454,00	86759,00	4612,91	20500,59	20500,59	30500,6		
Total do Passivo Funcional	269260,00	301229,00	276922,00	362974,00	675698,46	1110691,80	1060139,87	1181236,34		

QUADRO 5
Construção dos Indicadores de Estrutura

€: Euros	FP Ténis					FP Golfe				
	1999	2000	2001	2002	1999	2000	2001	2002	1999	2002
Capitais Permanentes										
Endividamento Estável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	292079,51	371684,39	349797,50		
Capitais Próprios	178824,00	84736,00	-2155,00	-108828,00	560369,60	458330,44	293730,39	394380,27		
Total dos Capitais Permanentes	178824,00	84736,00	-2155,00	-108828,00	560369,60	750409,95	665414,78	744177,77		
Total do Activo Fixo	156513,00	155097,00	150926,00	167788,00	220934,88	685436,01	676429,74	685000,07		
Fundo de Maneto Funcional	22311,00	-70361,00	-153081,00	-276616,00	339434,72	64973,94	-11014,96	59177,70		
Necessidades Fundo de Maneto										
Necessidades Cíclicas	87498,00	128557,00	96966,00	178684,00	218497,30	88473,65	78320,21	138071,03		
Recursos Cíclicos	90436,00	216493,00	276623,00	385043,00	110715,95	339781,26	374224,5	406557,97		
Situação de Tesouraria Líquida	-2938,00	-87936,00	-179657,00	-206359,00	107781,35	-251307,61	-295904,29	-268486,94		
Tesouraria Activa	25249,00	17575,00	29030,00	16502,00	236266,28	336782,14	305389,92	358165,24		
Tesouraria Passiva	0,00	0,00	2454,00	86759,00	4612,91	20500,59	20500,59	30500,60		
Situação de Tesouraria Líquida	25249,00	17575,00	26576,00	-70257,00	231653,37	316281,55	284889,33	327664,64		
Fundo de Maneto Funcional	22311,00	-70361,00	-153081,00	-276616,00	339434,72	64973,94	-11014,96	59177,70		
Necessidades Fundo de Maneto	-2938,00	-87936,00	-179657,00	-206359,00	107781,35	-251307,61	-295904,29	-268486,94		
Situação de Tesouraria Líquida	25249,00	17575,00	26576,00	-70257,00	231653,37	316281,55	284889,33	327664,64		

período em análise. A teoria funcional vem, deste modo, contrariar a teoria clássica que apontava, para o ano de 2001, um pequeno desequilíbrio financeiro na FP Golfe.

Em relação à FP Ténis, apesar de as Necessidades de Fundo de Maneio se apresentarem sempre negativas, não são, em 2002, suficientes para financiarem os investimentos a médio e longo prazo não cobertos por capitais permanentes. Por esta razão, a Situação de Tesouraria Líquida se torna negativa no último ano, caracterizando a situação financeira da FP Ténis como desequilibrada.

Exige-se aqui uma análise complementar relativamente à situação financeira da FP Ténis, sobre a qual a teoria clássica já apontava um conjunto de problemas graves a partir do ano 2000, embora tal diagnóstico financeiro só viesse a ter uma confirmação inquestionável por parte da teoria funcional no ano 2002.

Apesar de tal confirmação poder parecer tardia, as dificuldades que se adivinhavam em relação à situação financeira da FP Ténis foram indubitavelmente identificadas pela teoria funcional, logo a partir do ano 2000. Assim, nos anos 2000 e 2001, temos um cenário de Fundo de Maneio negativo, Necessidades de Fundo de Maneio negativas, com Situação de Tesouraria ainda positiva, perante o qual existe uma situação de risco, caso o ciclo de exploração não consiga realizar meios ao ritmo da exigibilidade das dívidas a pagar²⁰. Risco esse que se veio a confirmar no ano 2002, uma vez que, dada a insuficiência de excedentes de exploração libertos face ao volume que seria necessário, na medida em que com um Fundo de Maneio Funcional negativo a FP Ténis não detinha qualquer margem de segurança, a alternativa que restou foi o recurso a empréstimos de curto prazo, o que arrastou para o desequilíbrio da Situação de Tesouraria Líquida.

4. Uma interligação de dados desportivos e económico-financeiros

Tal como já anteriormente sublinhámos, o objectivo principal de uma Federação desportiva não se confunde com aquele que é normalmente prosseguido por uma empresa, o de efectuar uma gestão capaz de obter o máximo possível de resultados económicos no final de cada exercício. Aliás, nem poderia sê-lo, tratando-se as Federações de organizações desportivas sem fins lucrativos. Não obstante esta característica fundamental, terão sempre de procurar efectuar uma gestão eficiente dos recursos disponíveis, de assegurar a existência de equilíbrio financeiro e de não acumular prejuízos ao longo de vários anos, de forma a garantir o desenvolvimento saudável das suas actividades.

Uma vez estudada a situação financeira das duas Federações no terceiro capítulo, iremos agora proceder a duas outras análises, constituindo-se a primeira

²⁰ Carvalho das Neves, João (2000), *op. cit.*, p. 134.

como necessária à preparação da segunda. Assim, iniciaremos este capítulo pela observação das estruturas de custos e das principais origens de proveitos em ambas as Federações e, posteriormente, efectuaremos o cruzamento de indicadores económico-financeiros com outros de natureza desportiva, a fim de conhecermos a eficiência e a rentabilidade económico-desportiva das Federações.

Os dados que iremos utilizar são predominantemente referentes à FP Ténis. Em indicadores pontuais, recorreremos também a dados da FP Golfe.

4.1. A evolução dos custos e dos proveitos das Federações

O conhecimento da estrutura de afectação de custos e das proveniências dos proveitos de uma organização, ao longo de um determinado período de tempo, é importante porque nos dá uma ideia geral da evolução da sua rentabilidade. Estes dados são retirados da Demonstração de Resultados por Natureza, mapa que evidencia a forma através da qual são obtidos os resultados organizacionais. Para muitas análises efectuadas, foi necessário recorrer à Demonstração de Resultados por Funções, documento obtido pela contabilidade analítica.

Evolução dos custos e proveitos totais das Federações. O Quadro 6 descreve a evolução da totalidade dos custos e dos proveitos para as Federações de Ténis e de Golfe. As variações mais expressivas detectadas são, ao nível da subida de custos, 12 por cento, na FP Ténis, do ano 1999 para o ano 2000 e, ao nível da subida de proveitos, quase 31 por cento, na FP Golfe, do ano 2001 para o ano 2002.

No ano 2000, a subida de custos verificada na FP Ténis surge agravada por uma descida dos proveitos, em quase 1 por cento, o que acentua a deterioração dos resultados obtidos. Deparamo-nos também com uma situação invulgar de quebras anuais de proveitos consecutivas, evolução esta perfeitamente divergente da dos custos, os quais só diminuem entre os anos 2000 e 2001.

No caso da FP Golfe, só entre os anos 2000 e 2001 é que os custos evoluíram negativamente, em termos percentuais, de forma mais acentuada do que os proveitos. Em todos os outros anos encontramos um aumento percentual dos proveitos superior ao dos custos. Em particular, no ano 2002, a subida de aproximadamente 31 por cento dos proveitos é muito maior do que a registada nos custos, de apenas 2 por cento, o que se reflecte positivamente nos resultados obtidos.

Peso da contribuição da APD nos proveitos das Federações. Vejamos de seguida qual a importância que assume nos proveitos totais das duas Federações o montante transferido anualmente, por parte da Administração Pública Desportiva (APD), para financiamento das suas actividades (ver Quadro 7 – Peso dos Fundos Provenientes da APD).

Podemos facilmente constatar que o grau de dependência das duas Federações relativamente aos fundos disponibilizados pela Administração Pública Desportiva é completamente desigual. Assim, enquanto que na FP Ténis o peso

QUADRO 6
Evolução dos Custos e dos Proveitos

€: Euros	FP Ténis					FP Golfe				
	1999	2000	2001	2002		1999	2000	2001	2002	
Custos Totais	942523,00	1056703,00	1023428,00	1026691,00		1194570,11	1093654,66	1097274,76	1120484,32	
Varição percentual		12,1%	-3,1%	0,3%			-8,4%	0,3%	2,1%	
Proveitos Totais	971084,00	962610,00	936542,00	920017,00		1070360,03	991615,50	932674,71	1221134,20	
Varição percentual		-0,9%	-2,7%	-1,8%			-7,4%	-5,9%	30,9%	

QUADRO 7
Peso dos Fundos Provenientes da APD

€ Euros	FP Ténis					FP Golfe				
	1999	2000	2001	2002		1999	2000	2001	2002	
Proveitos Totais	971084,00	962610,00	936542,00	920017,00		1070360,03	991615,50	932674,71	1221134,20	
Parcela proveniente da APD	635050,00	611566,00	594422,00	656428,00		279327,00	280574,00	301199,00	329279,00	
Peso da APD	65,4%	63,5%	63,5%	71,3%		26,1%	28,3%	32,3%	27,0%	

relativo destes fundos é na ordem dos dois terços, sendo até ligeiramente maior no ano de 2002, na FP Golfe esse peso nunca chega a atingir o patamar de um terço.

As percentagens obtidas para as duas Federações em análise apresentam, no entanto, valores inferiores à situação habitualmente verificada em organizações similares. Segundo Vítor Pataco²¹, os proveitos destas organizações dependem, geralmente, em mais de 80 por cento da Administração Pública Desportiva Central.

A FP Ténis é, do ponto de vista financeiro, muito mais dependente da APD do que a FP Golfe. No entanto, se tivermos em linha de conta a análise financeira efectuada em capítulo anterior, sabemos que, apesar da situação financeira da FP Ténis estar completamente desequilibrada, ao contrário da FP Golfe, que se encontra financeiramente saudável, é mais premiada pelos fundos públicos. Isto leva-nos à confirmação de que a situação financeira das Federações desportivas não é sequer examinada aquando da celebração de contratos-programa com a Administração Pública Desportiva.

Em relação às questões que faltam ainda analisar no presente estudo, utilizaremos apenas os dados correspondentes à FP Ténis, uma vez que não temos disponíveis mais dados da FP Golfe para além daqueles já referenciados.

Peso dos Proveitos Associativos na FP Ténis. Conhecidos que são os proveitos oriundos da Administração Pública Desportiva, torna-se relevante conhecer o valor obtido com os proveitos associativos. Devemos, para tal, consultar o Quadro 8 – Peso dos Proveitos Associativos.

Os proveitos inerentes às filiações são a principal fonte de proveitos associativos. Contudo, não podemos deixar de sublinhar que este valor está extremamente subvalorizado, uma vez que, em Assembleia-geral, as Associações Regionais tomaram a decisão de que 70 por cento do montante global referente às filiações passaria a ficar retido, não só por elas, como também pelos clubes, não estando, por isso, contabilizados na Federação. Para que se possa ter uma ideia do valor que pode estar em causa convém referir que num artigo apresentado na Revista de Ténis²², constatou-se que o total de proveitos associativos em 1998 seria de 45.462 mil escudos (correspondendo a 17,2 por cento dos proveitos totais) e não de 14.932 mil escudos (condizendo a menos de um terço do valor verdadeiro), como surge na contabilidade desse ano.

Face aos resultados consagrados no Quadro 8, percebemos facilmente que os proveitos associativos totais não são uma fonte de recursos expressiva para a FP Ténis, oscilando de 1999 a 2001 entre os 5 e os 6 por cento, sensivelmente.

²¹ Pataco, Vítor (1998), «Financiamento público no movimento associativo», in *Revista Desporto*, n.º 5, Abril, p. 16.

²² Andrade, Paulo (2000), «Os recursos financeiros em 1998», in *Revista de Ténis*, n.º 2, p. 8.

QUADRO 8
Peso dos Proveitos Associativos

€: Euros	FP Ténis			
	1999	2000	2001	2002
Proveitos Totais				
Proveitos Totais	635050,00	611566,00	594422,00	656428,00
Proveitos Associativos Totais	36784,00	37916,00	31530,00	33450,00
Peso dos Proveitos Associativos	5,8%	6,2%	5,3%	5,1%

Evolução dos custos com a Alta Competição na FP Ténis. Analisemos agora a evolução de uma das componentes mais importantes dos custos totais de uma Federação, a que respeita à Alta Competição, cujos resultados se encontram no Quadro 9 – Evolução dos Custos e dos Proveitos com a Alta Competição.

As variações anuais do total dos custos com a Alta Competição não acompanharam as já analisadas com os custos totais da FP Ténis. Assim, logo entre os dois primeiros anos, enquanto que os custos totais aumentaram em 12,1 por cento, os custos relativos à Alta Competição aumentaram mais do dobro, ou seja, 24,6 por cento. Embora entre os anos 2000 e 2001 tenhamos assistido a um decréscimo em percentagem semelhante, o ocorrido com os custos totais, foi, ainda assim, ligeiramente maior do que o da Alta Competição. Por último, entre 2001 e 2002, enquanto que os custos totais se mantiveram praticamente estáveis, os relativos à Alta Competição cresceram 8 por cento.

A desproporcionalidade verificada na evolução dos custos com a Alta Competição face aos custos totais da Federação, reflectiu-se naturalmente no peso dos custos com a Alta Competição nos custos totais, que foi incrementado em todos os anos. Enquanto que em 1999, representavam 35,3 por cento dos custos totais, no ano 2002, esse peso passou a ser de 42,5 por cento.

Dada a sua importância, justifica-se que se efectue uma análise particular aos custos suportados com o Centro Nacional de Treino. Os resultados do Quadro 9 indicam-nos que foram crescendo até 2001. Só no último ano é que diminuíram, quando a situação financeira da FP Ténis já estava em fase de grande deterioração.

Evolução dos proveitos com a Alta Competição na FP Ténis. Verifiquemos agora como é que variaram os proveitos directamente relacionados com a Alta Competição (ver Quadro 9).

Os proveitos directamente angariados todos os anos com a Alta Competição evoluíram de forma muito negativa entre 1999 e 2002. Concomitantemente à queda dos proveitos desta natureza de 1999 para 2000 de quase 12 por cento, os custos com a Alta Competição agravaram-se, como já tínhamos visto anteriormente, em cerca de 25 por cento. A evolução de 2000 para 2001 também não foi

QUADRO 9

Evolução dos Custos e dos Proveitos com a Alta Competição

:€ Euros	FP Ténis			
	1999	2000	2001	2002
Custos Alta Competição				
Equipas Nacionais	152442,00	171001,00	87726,00	171357,00
Competições Internacionais	6372,00	19582,00	52636,00	15444,00
Centro Nacional de Treino	174235,00	224518,00	225169,00	211303,00
Departamento Técnico	0,00	0,00	38118,00	37941,00
Total Custos Alta Competição	333049,00	415101,00	403649,00	436045,00
Variação percentual		24,6%	-2,8%	8,0%
Custos Totais	942523,00	1056703,00	1023428,00	1026691,00
Peso Alta Competição nos CT	35,3%	39,3%	39,4%	42,5%
Peso CN Treino nos Custos AC	52,3%	54,1%	55,8%	48,5%
Proveitos Alta Competição				
IND - Alta Competição	288470,00	249399,00	209495,00	149640,00
International Tennis Federation	61199,00	77258,00	69978,00	49718,00
Autarquias	94772,00	65358,00	59856,00	44892,00
Total Proveitos Alta Competição	444441,00	392015,00	339329,00	244250,00
Variação percentual		-11,8%	-13,4%	-28,0%
Total Custos Alta Competição	333049,00	415101,00	403649,00	436045,00
Cobertura Custos / Proveitos	1,33	0,94	0,84	0,56

menos desastrosa: enquanto que os proveitos com a Alta Competição diminuíram em 28 por cento, os respectivos custos aumentaram em 8 por cento. Ou seja, a evolução dos custos não só não acompanhou a dos proveitos, como foi, nestes dois anos, em sentido contrário.

Em consonância com a análise anterior, como era de prever, a evolução do rácio da cobertura de custos pelos proveitos, de Alta Competição, não podia deixar de realçar-se como negativa. Enquanto que, em 1999, os proveitos superavam os custos em 33 por cento, no ano 2002, só cerca de metade dos custos é que são cobertos pelos respectivos proveitos da Alta Competição. Uma implicação directa desta evolução consubstanciou-se na obrigação de angariação de proveitos noutros domínios, por parte da Federação, para conseguir suportar os custos com a Alta Competição.

A evolução dos custos com as Associações Regionais na FP Ténis. Independentemente da capacidade de desenvolverem, ou não, uma actividade com

repercussões positivas no desenvolvimento da modalidade, as Associações Regionais surgem, graças aos 75 por cento de votos que possuem na Assembleia-Geral da Federação, como o grande centro de poder. Torna-se, portanto, interessante analisar os montantes que recebem da respectiva Federação, bem como, em que medida é que tais quantias foram afectadas pelas dificuldades financeiras com que a organização se foi debatendo ao longo do período de tempo que temos vindo a estudar (ver Quadro 10 – Evolução das Participações às Associações Regionais) ²³.

QUADRO 10
Evolução das Participações às Associações Regionais

€: Euros	FP Ténis			
	1999	2000	2001	2002
Associações Regionais				
Comparticipações da Federação	148111,00	177580,00	198603,00	198860,00
Variação percentual		19,9%	11,8%	0,1%
Custos Totais	942523,00	1056703,00	1023428,00	1026691,00
Peso Associações Regionais	15,7%	16,8%	19,4%	19,4%

Não deixa de ser surpreendente a evolução constatada. De facto, independentemente de termos vindo a assistir a uma diminuição dos proveitos federativos durante todo o período em análise, a participação financeira da Federação relativamente às Associações Regionais não deixou de se apresentar de forma continuamente crescente, de 1999 a 2002. Reconhecimento este que se torna ainda mais gravoso porque estes valores estão subavaliados face à realidade. De facto, há ainda a considerar o valor da taxa de filiação que, tal como foi já explicado anteriormente, fica retido nas Associações. Se utilizarmos, uma vez mais, os dados recolhidos no artigo publicado na Revista de Ténis já mencionado ²⁴, apuramos que em 1998 as Associações Regionais constituíram o principal centro de custos da Federação, totalizando cerca de 76.670 mil escudos, o que fez 29,9 por cento dos custos totais, quando na respectiva contabilidade só se encontravam registados 29.000 mil escudos.

²³ A participação da FP Ténis para as Associações Regionais é superior ao valor que surge na contabilidade federativa. De facto, por decisão da Assembleia-geral desta Federação, uma parte dos proveitos federativos fica retida tanto ao nível das Associações como dos clubes, não sendo, por isso, contabilizada pela Federação. Eis, portanto, mais uma situação que deveria merecer uma intervenção da Administração Pública Desportiva, a fim de garantir que a contabilidade da Federação mostrasse de uma forma clara **todos** os seus proveitos e custos.

²⁴ Andrade, Paulo (2000), op. cit., in *Revista de Ténis* n.º 2, p. 8.

Atendendo ao aumento anual do número de filiados verificado entre 1999 e 2002, o valor das taxas de filiação contribuiu seguramente para um incremento percentual de participações às Associações superior ao apresentado no Quadro 10. Num período de crise financeira para a Federação, seria de esperar outro tipo de atitude e solidariedade institucional.

A explicação para esta situação tecnicamente anómala, parece-nos incontornável: uma falta de sensibilidade aliada a uma insuficiente formação técnica para os cargos desempenhados por parte dos dirigentes regionais e uma passividade inaceitável por parte da Administração Pública Desportiva perante um cenário perfeitamente insustentável.

QUADRO 11
Evolução dos Proveitos face ao Número de Filiados

€: Euros	FP Ténis			
	1999	2000	2001	2002
Proveitos por Filiado				
Proveitos Totais	971084,00	962610,00	936542,00	920017,00
Número de Filiados	9185	10204	11442	12438
Proveitos por Filiado	105,72	94,34	81,85	73,97
Proveitos por Filiado (sem A C)				
Proveitos Totais	971084,00	962610,00	936542,00	920017,00
Proveitos Alta Competição	444441,00	392015,00	339329,00	244250,00
Proveitos sem Alta Competição	526643,00	570595,00	597213,00	675767,00
Número de Filiados	9185	10204	11442	12438
Proveitos sem A C por Filiado	57,34	55,92	52,19	54,33

A evolução dos proveitos face ao número de filiados. No Quadro 11 – Evolução dos Proveitos face ao Número de Filiados, começa-se por estabelecer uma ligação entre o número de filiados que a FP Ténis tinha no final de cada um dos anos em estudo e os proveitos totais. Consegue-se, desta forma, conhecer como evoluiu o valor dos proveitos por filiados.

Da análise do valor obtido, confere-se que os proveitos por filiados têm, desde 1999, seguido uma curva de diminuição permanente. Entre 1999 e 2002, assistiu-se a uma quebra de 30 por cento.

Atendendo à especificidade dos proveitos angariados para a Alta Competição, calculámos um segundo indicador onde se retiravam aos proveitos totais o montante directamente relacionado com a elite. Neste caso, a situação surge um pouco alterada, havendo mesmo depois de uma queda nos três primeiros anos, uma ligeira recuperação em 2002. A diferença encontrada entre 1999 e 2002 cifrou-se apenas em 5,3 por cento. Atendendo a que os proveitos foram sempre diminuindo de ano para ano, as pequenas alterações encontradas reflectem o facto de ter aumentado o número total de filiados.

A evolução dos custos face ao número de filiados. Uma vez efectuada uma

QUADRO 12
Evolução dos Custos face ao Número de Filiados

€: Euros	FP Ténis			
	1999	2000	2001	2002
Custos por Filiado				
Custos Totais	942523,00	1056703,00	1023428,00	1026691,00
Número de Filiados	9185	10204	11442	12438
Custos por Filiado	102,62	103,56	89,44	82,54
Proveitos por Filiado (sem A C)				
Custos Totais	942523,00	1056703,00	1023428,00	1026691,00
Custos Alta Competição	333049,00	415101,00	403649,00	436045,00
Custos sem Alta Competição	609474,00	641602,00	619779,00	590646,00
Número de Filiados	9185	10204	11442	12438
Custos sem Alta Competição	66,36	62,88	54,17	47,49

análise da evolução sofrida pelos proveitos por filiado, justifica-se agora uma outra, referente ao cruzamento dos custos com o número de filiados. No Quadro 12 – Evolução dos Custos face ao Número de Filiados, ficamos a conhecer o custo por filiado, construído segundo os mesmos critérios estabelecidos para o quadro anterior.

Tendo como base os custos totais, concluímos que se verificou apenas um aumento de custo por filiado entre 1999 e 2000. No todo, entre 1999 e 2002, houve uma quebra de 19,6 por cento.

Retirando aos custos totais a parcela correspondente aos da Alta Competição, há uma alteração da tendência acima verificada, entre os dois primeiros anos. De facto, desde 1999 até 2002, foi sempre diminuindo o custo por filiado, cifrando-se em 28,4 por cento a queda total no período em análise.

Da análise conjunta dos dois últimos quadros, pode-se concluir que a diminuição percentual dos custos por filiado foi maior do que o decréscimo de proveitos no mesmo período.

4.2. *Um ensaio para a criação de indicadores de rendibilidade e de eficiência económico-desportiva*

A maximização do lucro não é, tal como já foi atrás referenciado, um objectivo das organizações desportivas sem fins lucrativos. Torna-se evidente portanto, que existe uma necessidade premente de criar um conjunto de indicadores capazes de aferir sobre a eficiência e a rendibilidade dos resultados destas organizações, designadamente os obtidos pelas Federações desportivas, representantes oficiais das respectivas modalidades a nível nacional e consumidoras de fundos financeiros públicos.

Tais resultados devem ser apreciados através de um cruzamento entre dois vectores indispensáveis; um primeiro vector, respeitante aos resultados alcançados a nível desportivo, dada a natureza dos objectivos traçados para a

existência das Federações. Um segundo vector terá de assentar nos resultados económico-financeiros, uma vez que, para além da evidente escassez destes recursos, a sua proveniência, sendo pública, obriga a uma transparência e a um rigor acrescidos da sua gestão.

A urgência da adopção de um sistema de contabilidade analítica. Para que os resultados obtidos sejam rigorosos haverá necessidade de, com carácter obrigatório, possuímos ao nível das Federações e Associações Regionais, um sistema de informação contabilística capaz de relevar todos os aspectos económico-financeiros que derivam da actividade destas organizações.

A implementação do Plano Oficial de Contas para as Federações desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes foi, sem dúvida alguma, um primeiro passo. Contudo, há ainda mais um passo importante a dar: para que possamos vir a criar indicadores fiáveis e comparáveis anualmente, teremos de exigir a estas organizações a criação de um sistema de contabilidade analítica com centros de custos para as principais áreas, para as quais pretendemos medir não só a rentabilidade, como também a eficiência. Designadamente, estamos a referir-nos à Alta Competição dividida pelas respectivas categorias, aos centros de treino, ao fomento da modalidade, à formação dos recursos humanos (dirigentes, treinadores e árbitros), aos eventos organizados, etc.

Só após ter sido acolhida esta iniciativa por parte de todas as Federações, é que iremos poder, finalmente, apercebermo-nos melhor da realidade da acção federativa no desporto.

A vertente dos resultados desportivos. A avaliação dos resultados desportivos pode ser feita segundo diversas ópticas: o fomento e o desenvolvimento da modalidade verificados, o impacto da prática da modalidade junto da população (nomeadamente, pela organização de eventos desportivos de promoção da modalidade) e, entre outros, as classificações obtidas pelos atletas da modalidade nas provas internacionais.

Para o presente ensaio decidimos eleger os resultados obtidos na Alta Competição do Ténis como primeiro vector, com o intuito de os cruzar com determinadas grandezas de custos e de proveitos, o segundo vector, tornando possível a efectivação da avaliação que pretendemos, ou seja, a do desempenho económico e desportivo da respectiva Federação.

Contudo, deparámo-nos com um conjunto de interrogações: quais as categorias da Alta Competição que iremos utilizar? Os seniores? Os juniores? Os cadetes? Todos? Femininos e Masculinos? É que, muito simplesmente, a avaliação só apresentaria uma base mais sólida, na medida em que, para cada categoria da Alta Competição eleita para o efeito, estivesse disponível a correspondente vertente nos dados económico-financeiros da Federação.

A não contemplação, em termos de centros de custos, das diferentes categorias da Alta Competição pelo sistema contabilístico da FP Ténis, levou-nos a optar

por considerar os resultados desportivos da mesma como um todo, criando assim, um *Índice de Alta Competição para Ténis*.

Note-se que, só é possível construir o tipo de indicadores que iremos apresentar porque na FP Ténis foi implementado no final da década de 90 um sistema de contabilidade analítica. Nessa altura, não se pensava na utilização desses dados para este tipo de indicadores. Razão pela qual existe a necessidade de proceder a ligeiras alterações na sua estrutura, a fim de conseguirmos obter de forma célere todos os elementos de que carecemos.

4.2.1. A construção do índice da Alta Competição do Ténis

Dada a dificuldade na construção de um Índice de Alta Competição que não seja de algum modo contestável, agradando a uns e desprezado por outros, não poderíamos deixar de referir que há muitas outras hipóteses de aproximação ao problema, tratando-se a presente de um primeiro ensaio. Competirá às autoridades das diferentes modalidades desportivas a criação de índices com o propósito de avaliar os resultados dessas modalidades.

Alinhamento adoptado para a criação do Índice. Passemos, então, a explicar como foi alcançado o Índice de Alta Competição para o Ténis apresentado no Quadro 13.

QUADRO 13
Índice de Alta Competição para o Ténis

Classificações	FP Ténis	
	2001	2002
Média de tenistas por categoria		
Séniore masculinos	40,2	49,2
Séniore femininos	45,4	48,8
Júniore masculinos	14,1	20,3
Júniore femininos	45,0	39,6
Cadetes masculinos	4,5	18,2
Cadetes femininos	6,5	16,1
Índice Alta Competição do Ténis	25,95	32,03
1 - Índice A C do Ténis	74,05	67,97

Em primeiro lugar, foi-nos entregue pela Federação um levantamento das classificações anuais, no plano internacional, dos tenistas portugueses, masculinos e femininos, nas categorias de cadetes, juniores e seniores, baseando-nos nas qualificações da *Tennis Europe*, da *International Tennis Federation*, da *Associa-*

tion of Tennis Professionals e da Women Tennis Association. Como os rankings estabelecidos por estas instituições internacionais têm um número variável de tenistas, transpusemos as classificações obtidas pelos tenistas portugueses para uma base 100, assumindo-se que este número corresponderia ao pior classificado do ranking.

Em segundo lugar, para podermos determinar a classificação dos tenistas portugueses por categoria, considerámos os quatro melhores classificados, masculinos e femininos, em cada uma delas, referenciados na base 100 e calculámos a respectiva média. Por último, para alcançarmos o Índice de Alta Competição para toda a modalidade, obtivemos a média de todas as categorias.

Assim, o Índice Global anual da Alta Competição da FP Ténis apresenta-se como a média de todos os índices, um para cada categoria. A confrontação de dificuldades em obter mais elementos das classificações acima referidas, resultou na impossibilidade de apresentação do Índice para os anos de 1999 e 2000, só tendo sido alcançado para os dois últimos anos.

Os valores assumidos pelo Índice. Os resultados obtidos para o Índice de Alta Competição para o Ténis são de 25,95 e de 32,03 para os anos 2001 e 2002, respectivamente (ver Quadro 13). Significando, portanto, que os quatro melhores tenistas portugueses por categoria ficaram, em média, melhor classificados no primeiro ano do que no segundo.

4.2.2. Indicadores de rendibilidade económico-desportiva

Como se pode observar no Quadro 14 – Indicadores de Rendibilidade Económico-desportiva, estudámos dois tipos de indicadores desta natureza, um Geral da Alta Competição e outro, da Alta Competição sem a Administração Pública Desportiva.

QUADRO 14
Indicadores de Rendibilidade Económico-Desportiva

€: Euros	FP Ténis			
	1999	2000	2001	2002
Rendibilidade Económico-Desportiva				
Total Proveitos da Alta Competição	444441,00	392015,00	339329,00	244250,00
Índice Alta Competição do Ténis			25,95	32,03
Indicador Rendibilidade Econ-Desp AC			13076,26	7624,87
Proveitos Alta Competição sem IND				
Total Proveitos da Alta Competição	444441,00	392015,00	339329,00	244250,00
IND-Alta Competição	288470,00	249399,00	209495,00	149640,00
Proveitos Totais sem APD	155971,00	142616,00	129834,00	94610,00
Índice Alta Competição Ténis			25,95	32,03
Indicador Rendibilidade Econ-Desp sem APD			5003,24	2953,49

Quanto >, mais rentável

Indicador de rentabilidade económico-desportiva geral da Alta Competição. Em numerador, considerámos o total dos proveitos oriundos da Alta Competição e, como denominador, o índice de Alta Competição. Assim, quanto maior for o seu resultado, mais rentável se apresenta a Alta Competição para a FP Ténis, dos pontos de vista económico e desportivo, conjuntamente analisados.

Da análise dos resultados obtidos para os dois anos em que o Índice foi construído, concluímos que houve uma queda muito acentuada de 2001 para 2002, ou seja, a FP Ténis foi claramente mais rentável em 2001, tendo o indicador caído em 2002 cerca de 42 por cento. Esta evolução depreciativa encontra justificação tanto na enorme diminuição de proveitos da alta competição (caíram 28 por cento de 2001 para 2002), como na pior classificação a nível mundial obtida pelos tenistas portugueses em 2002 relativamente ao ano anterior.

Indicador de rentabilidade económico-desportiva da Alta Competição sem APD. Através deste indicador, identificamos a forma pela qual evoluiu o resultado entre os proveitos respeitantes à Alta Competição sem a participação da Administração Pública Administrativa e o Índice de Alta Competição.

A tendência já detectada no indicador anterior persiste na verificação do presente, apresentando este último um decréscimo de cerca de 41 por cento, o que denota uma grande semelhança relativamente ao primeiro. A queda de 27 por cento dos proveitos da Alta Competição líquidos da contribuição da APD, a par do decréscimo dos resultados desportivos obtidos pela FP Ténis, está na base da depreciação deste indicador.

4.2.3. *Indicadores de eficiência económico-desportiva*

A observação do Quadro 15 (pág. seguinte) – Indicadores de Eficiência Económico-desportiva, permite-nos identificar em que sentido é que a eficiência económico-desportiva da Alta Competição evoluiu, entre os anos 2000 e 2001, tanto para a FP Ténis, como para a Administração Pública Desportiva, por via das participações financeiras efectuadas para a vertente de Alta Competição do Ténis.

Indicador de eficiência económico-desportiva geral da Alta Competição. Para calcularmos este indicador utilizámos, por um lado, o total dos custos suportados pela Federação Portuguesa de Ténis com a Alta Competição e, por outro, o Índice invertido da Alta Competição. A inversão do Índice foi feita de modo a facilitar a compreensão dos resultados do indicador em análise. Deste modo, quanto maior for o resultado do Índice, melhor classificados foram os tenistas portugueses nos *rankings* internacionais. Ao mesmo tempo, quanto menos recursos forem absorvidos para a obtenção desses resultados, mais eficiente se torna a FP Ténis. Na medida em que o indicador é melhor se diminuir o numerador, ou aumentar o denominador, a organização mostrar-se-á mais eficiente quanto mais baixo for o resultado do mesmo.

QUADRO 15
Indicadores de Eficiência Económico-Desportiva da Alta Competição

€: Euros	FP Ténis			
	1999	2000	2001	2002
Eficiência Económico-Desportiva				
Total de Custos com a Alta Competição	333049,00	415101,00	403649,00	436045,00
1 - Índice Alta Competição do Ténis			74,05	67,97
Indicador Eficiência Econ-Desp AC			5451,03	6415,57
Eficiência Econ-Desp Investimento Público				
Comparticipação IND-Alta Competição	288470,00	249399,00	209495,00	149640,00
1 - Índice Alta Competição do Ténis			74,05	67,97
Indicador Eficiência Econ-Desp Inv APD			2829,10	2201,67

Os resultados apurados para este indicador, mostram-nos que a FP Ténis foi menos eficiente no ano 2002 do que em 2001, tendo o mesmo sido agravado em 17,7 por cento. A perda de eficiência verificada surge pela contribuição sincrónica de dois factores essenciais, tendo-se assistido a um aumento de custos e a uma depreciação dos resultados desportivos dos tenistas portugueses.

Indicador de eficiência económico-desportiva do investimento da APD na Alta Competição. Para a estimativa deste indicador, considerámos o montante transferido pela Administração Pública Desportiva para a Alta Competição do Ténis e o Índice invertido da Alta Competição.

Neste caso, deparamo-nos com uma clara melhoria do indicador, em 22,2 por cento. Tal aumento de eficiência tem por base o decréscimo substancial de 28,6 por cento do montante transferido pela APD para a Alta Competição, não compensado por um decréscimo na mesma proporção dos resultados desportivos alcançados pelos tenistas portugueses.

Cuidados especiais a ter em conta na apreciação destes indicadores. Uma nota final não pode deixar de ser ainda efectuada. A interpretação destes indicadores terá sempre de ter em consideração que a obtenção de resultados desportivos não decorre apenas da actividade desenvolvida no ano que se está a analisar. Eles reflectem, acima de tudo, o investimento feito durante um período longo de tempo na modalidade. Não podemos, portanto, deixar de sublinhar que se torna indispensável a comparação dos resultados para períodos muito superiores a dois anos, de molde a garantir a apresentação de conclusões credíveis.

Dito por outra forma, situações de desequilíbrio financeiro como a observada para a FP Ténis irão, inquestionavelmente, repercutir-se, a médio prazo, nos respectivos resultados desportivos.

Realçamos assim, uma vez mais, que com esta iniciativa pretendemos apenas dar um primeiro passo num processo que, efectuado ao longo de vários anos,

poderá, seguramente, contribuir para uma análise do fenómeno desportivo numa vertente até agora negligenciada.

5. Conclusões e recomendações finais

A existência de estabilidade financeira tem de se constituir, definitivamente, como um vector indispensável para a prossecução da missão de uma organização desportiva sem fins lucrativos, o desenvolvimento da prática desportiva nas suas variadas vertentes. Garantir aturadamente o equilíbrio financeiro destas organizações é fundamental, tendo em vista uma **mudança de atitude** que conduza a uma **acção preventiva** de carácter permanente. Esta é indubitavelmente a conclusão mais importante a retirar do nosso trabalho.

Das duas Federações desportivas analisadas, facilmente detectámos que se numa delas tivesse havido o cuidado de proceder a um controlo financeiro dos documentos contabilísticos anualmente apresentados, ter-se-iam rapidamente apercebido, dirigentes associativos e responsáveis da Administração Pública Central, que se caminhará para o abismo se não fossem tomadas medidas correctivas desse rumo.

Torna-se pois, perfeitamente claro que quem tem a seu cargo a distribuição de dinheiros públicos, não pode deixar de efectuar um acompanhamento anual da evolução financeira das organizações que os recebem. Ignorar tal evolução assume um nível tal de incúria, que tem de ser devidamente sancionado pelos responsáveis governamentais com a tutela do desporto.

Mas uma outra importante conclusão tem igualmente de ser equacionada. A verificação da situação financeira da Federação Portuguesa de Ténis, sendo negativa, não deve ser interpretada somente dessa forma. O nosso estudo identificou um caso concreto, porventura no seio de tantos outros, que carece urgentemente de uma resolução efectiva. Num futuro que não pode ser muito longínquo, ter-se-ão de definir **programas de saneamento financeiro** para as organizações desportivas em dificuldades, devidamente controlados pela Administração Pública Central, paralelamente à distribuição dos habituais subsídios para a prática desportiva. Se não assistirmos a tal procedimento, estar-se-á a contribuir para que os fundos públicos não sejam aplicados nas áreas previstas nos Contratos-programa mas, seguramente, no mero pagamento de dívidas em atraso.

Gostaríamos ainda de apresentar algumas *recomendações* que decorrem naturalmente do trabalho que agora terminamos. Assim, da parte que compete à *Administração Pública Desportiva Central* seria desejável assistirmos:

- a) A um maior empenhamento com a premente necessidade de melhorar a formação técnica dos dirigentes desportivos para a gestão de organizações desportivas;

- b) À definição da obrigatoriedade de observância da utilização de critérios contabilísticos capazes de assegurar uma transparente identificação de custos e de proveitos em determinadas áreas específicas como, por exemplos, a Alta Competição, o fomento, a formação, os eventos organizados, a qual pode ser levada a cabo através da adopção de um sistema de contabilidade analítica em que estas áreas sejam consagradas como centros de custo específicos;
- c) A um controlo rigoroso não só das Federações, como também das Associações Regionais, que beneficiem de recursos públicos através da efectivação de auditorias pontuais;
- d) À alteração da legislação de forma a possibilitar aos responsáveis federativos a introdução de uma reforma profunda no movimento associativo, garantindo o escape à total e inteira dependência relativamente às Associações, normalmente avessas a qualquer decisão que lhes retire o poder actual. Nomeadamente, para evitar o poder exagerado das Associações Regionais na actuação das respectivas Federações, impõe-se que se lhes atribua um limite máximo percentual de votos nas Assembleias-gerais federativas, de tal forma que, por si só, não tenham a maioria.

No que concerne ao *poder autárquico*, deverá ser exigido um maior rigor na distribuição de apoios a organizações desportivas, designadamente por meio de um controlo prévio da sua situação financeira antes da concessão desses subsídios.

Finalmente, ao *movimento associativo recomendamos*:

- a) Um maior empenhamento na procura de recursos próprios; a enorme dependência de fundos públicos retira não só autonomia de gestão, como também condiciona fortemente qualquer estratégia de desenvolvimento desportivo a médio ou longo prazo, a qual ficará sempre refém de eventuais restrições orçamentais que o Governo entenda dever assumir na administração das finanças públicas.
- b) A definição de tabelas, pelas diversas Federações, sujeita a aprovação pelo Instituto de Desporto de Portugal, que permitam a obtenção de um índice que facilmente ilustre o nível competitivo das respectivas modalidades;
- c) Um esforço de investigação, por parte das Federações, no âmbito da avaliação da sua acção, nos outros domínios, para além da Alta Competição;
- d) A introdução de uma contabilidade analítica com centros de custo que evidenciem a estrutura evolutiva de custos e proveitos das áreas mais importantes da acção federativa;
- e) Finalmente, mas não menos importante, um forte investimento não apenas na formação de treinadores e árbitros, como também dos dirigentes.

Esperamos, com o nosso trabalho, ter estimulado a atenção para uma das áreas mais importantes da gestão do desporto, a área financeira. Desprezar esta área é um erro que pode trazer terríveis consequências: as decisões financeiras têm reflexos nas decisões de todas as outras áreas da gestão do desporto e, concomitantemente, são condicionadas por elas.

Com o estudo que agora terminamos, pretendemos dar uma pequena contribuição para que haja um maior grau de profissionalismo na gestão das organizações desportivas, base do desenvolvimento do desporto nacional. E ainda que tivéssemos utilizado a título de exemplo a situação de duas Federações, temos em mente que o movimento associativo tem na sua essência o trabalho desenvolvido pelas organizações desportivas de base, mormente pelos milhares de clubes espalhados por Portugal. Foi também pensando neles que trabalhamos.

Na recta final do nosso trabalho abordámos matéria que, do nosso ponto de vista, pode contribuir para um melhor conhecimento da evolução do desempenho das organizações desportivas. Os novos indicadores apresentados irão proporcionar um debate indispensável para que melhorias possam vir no futuro a ser introduzidas. Pretendemos apenas lançar a discussão sobre um tema que, julgamos, terá de merecer uma outra atenção no mundo do desporto, que todos desejamos mais profissional e menos carregado de amadorismos perniciosos, frequentemente mais associados à vontade de notoriedade do que à pretensão legítima de colaborar no processo de desenvolvimento do Desporto Português.

MEDIÇÃO DA PRODUTIVIDADE TOTAL NAS ACTIVIDADES DE FORMAÇÃO DAS FEDERAÇÕES DESPORTIVAS PORTUGUESAS COM O INDICE DE MALMQUIST

*Carlos Pestana Barros **

1. Introdução

As Federações desportivas Portuguesas são organizações que se posicionam hierarquicamente na estrutura organizacional do desporto português coordenando as associações regionais numa base nacional. No sentido de aumentar a participação das populações nas actividades de desporto e a competitividade das diferentes modalidades desportivas, o Estado apoia a actividade desportiva, financiado as actividades de formação, de treinadores e gestores, desenvolvidas pelas Federações.

As Federações desenvolvem actividades de formação contribuindo assim para os objectivos da política pública. No desenvolvimento das actividades de formação, as Federações adoptam procedimentos de gestão que afectam as escolhas de *inputs* e *outputs* da actividade de formação e a eficiência da formação.

O objectivo deste artigo é o de analisar a eficiência das actividades de formação das Federações e hierarquizá-las em função de uma fronteira de eficiência, desagregando a produtividade total em eficiência técnica e progresso técnico.

A eficiência em actividades de formação de federações desportivas foi analisada por Barros ¹ (2003) e Barros e Santos (2003) ².

O artigo encontra-se organizado da seguinte forma: na secção 2 caracteriza-se o contexto institucional, referindo as actividades de formação das Federações Desportivas. Na secção 3 apresenta-se o modelo teórico. Na secção 4 apresentam-se os dados. No capítulo 5 apresentam-se os resultados. Termina-se no capítulo 6 com a conclusão.

* Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.

¹ Barros, C. P. (2003), «Incentive regulation and efficiency in Sport Organizational activities», in *Sport Management Review*, 6,1,33-52.

² Barros, C. P.; Santos, A. (2003), «Productivity in Sport Organisational Training Activities: A DEA Study», in *European Sport Management Quarterly*, 3, pp. 46-65.

Este estudo contribui para a literatura desportiva em dois aspectos. Primeiro, analisando a eficiência com o método DEA e segundo, analisando a actividade de formação das federações de desportos distintos.

2. A Estrutura e Actividade de Formação das Federações Desportivas Portuguesas

O sector desportivo Português é composto de diversas instituições organizadas em ligas desportivas. A estrutura organizacional é vertical, com o Ministério do Desporto no topo. Abaixo, sem ligação formal está a Confederação do Desporto, que serve principalmente como organização de *lobby* e interlocutor entre as suas 67 federações associadas e o governo. A seguir na hierarquia, estão as federações de cada desporto, subdivididas em associações regionais, que cobrem o espaço nacional. As associações servem de *interface* para os clubes regionais e os indivíduos envolvidos no respectivo desporto. O governo financia as federações em duas bases, no contexto olímpico, no sentido de aumentar a respectiva competitividade e participação olímpica, e numa base anual, no sentido de melhorar a sua organização e gestão. O financiamento é feito com base num programa anual, no qual as actividades desportivas são listadas e quantificadas. As actividades são apenas parcialmente financiadas, mas é suficiente para as federações desenvolverem as suas actividades. A auditoria das actividades desportivas é imperfeita, por forma que o Governo se encontra insuficientemente informado sobre o desempenho das federações. Baseada nesta situação conclui-se que as federações podem fixar livremente a sua agenda, sem levar em consideração os objectivos do governo. No quadro 1, apresentam-se os fundos afectados às federações desportivas pelo Instituto do Desporto, o instituto que regula a actividade desportiva. Existem em Portugal 90 federações desportivas, das quais 67 concorrem aos fundos públicos de formação desportiva. No quadro 1 apresentam-se as federações que concorreram sucessivamente de 1999 a 2001. O valor unitário para a Federação de Xadrez em 2001 significa que esta federação não concorreu nesse ano.

QUADRO 1
Fundos Públicos afectados a Federações Desportivas (1999 a 2001)
(un: Euros)

Federações	1999	2000	2001
Handball	24,939.89	21,049.27	49,879.79
Athletismo	77,563.07	62,349.74	67,337.72
Badminton	11,023.43	8,514.48	12,469.95
Basketball	90,920.88	82,281.70	94,771.60
Ciclismo	44,393.01	39,903.83	27,299.21
Gymnastica	20,670.18	34,915.85	39,903.83
Judo	64,933.51	62,349.74	62,115.30
Natação	62,504.36	42,313.03	62,274.92
Orientação	12,469.95	7,935.87	14,629.74
Kockey em Patins	34,915.85	42,253.17	43,599.92
Remo	34,915.85	34,791.15	34,287.37
Rugby	13,058.53	14,963.94	17,457.93
Tenis	37,464.71	32,132.56	33,274.81
Tenis de mesa	22,435.93	24,939.89	14,694.59
Triathlo	14,445.19	12,469.95	10,803.96
Volleyball	50,029.43	29,593.68	35,045.54
Xadrez	2,493.99	26,78.54	1

Os fundos públicos afectos à actividade desportiva levantam duas questões: primeiro, a necessidade de analisar a eficiência das federações desportivas na utilização dos fundos. Segundo, a necessidade do Instituto do Desporto analisar a eficiência da sua política pública. Estes dois objectivos são relevantes no momento em que o país se encontra envolvido num esforço de modernização da Administração Pública. A modernização significa, medir e premiar a federação com melhor performance. A *performance* relevante não é apenas a desportiva, mas também a financeira.

3. Produtividade, Eficiência Técnica e Progresso Tecnológico

As análises de produtividade segmentam-se em dois grandes campos: (i) no campo da teoria do crescimento onde a produtividade total é desagregada em produtividade do trabalho, produtividade do capital e progresso técnico, na tra-

dição de Solow (1957)³; e (ii) no campo microeconómico das organizações, em que a produtividade total se desagrega em progresso técnico e progresso tecnológico na linha de Farrell (1957)⁴.

A tradição de Farrell (1957) é a mais dinâmica, já que tendem a aparecer artigos sobre o crescimento aplicando esta metodologia, como Fecher e Perelman (1992)⁵, Taskin e Zaim (1997)⁶ e Maudos *et al* (2000)⁷. Na tradição de Farrell (1957) existem dois métodos de análise da eficiência, o método econométrico e o método não paramétrico (DEA). Estes dois métodos têm as suas vantagens e inconvenientes, usualmente referidos pelos autores que optam por um ou outro método. Por exemplo o DEA considera a hipótese de que os desvios entre o *output* observado e o *output* potencial observado na fronteira se deve à ineficiência, ignorando a possibilidade desta diferença se poder dever a choques estocásticos e a erros de medida. Choques estocásticos como efeitos ambientais e meteorológicos podem explicar a diferença entre o *output* observado e a fronteira; erros nas variáveis podem constituir outra explicação possível. O método confunde assim ruído com ineficiência. Acresce a estes aspectos que os coeficientes estatísticos estimados no método DEA não possuem propriedades estatísticas.

Em contrapartida o método econométrico postula uma relação estatística funcional entre *inputs* e *outputs* que constitui a imposição de uma estrutura aos dados, estrutura esta que não está presente na realidade; mais ainda, o método econométrico opta quase sempre por modelos uni-equacionais restringindo o número de variáveis independentes e finalmente o método econométrico assume hipóteses restritivas sobre a distribuição do termo independente.

Tendo em consideração estas limitações de um e outro método a literatura considera que nenhum deles é superior ao outro, sendo a opção por um ou outro método determinado pela disponibilidade de dados e pelo interesse do investigador.

³ Solow, R. (1957), «Technical Change and the Aggregate Production Function», in *Review of Economic and Statistics*, 39, pp. 312-320.

⁴ Farrell, M. J. (1957), «Measurement of Productive Efficiency», in *Journal of the Royal Statistical Society*, Series A, 120, 3, pp. 253-290.

⁵ Fecher, F.; Perelman, S. (1992), «Productivity Growth and Technical Efficiency», in OCDE Industrial activities. In R. Caves (edit) *Industrial Efficiency in Six Nations*. Chap. 12.

⁶ Taskin, F.; Zaim, O. (1997), «Catching-Up and Innovations in High and Low Income Countries», in *Economic Letters*, 54, pp. 95-100.

⁷ Maudos, J.; Pastor, J. M.; Serrano, L. (2000), «Convergence in OECD countries: Technical change, Efficiency and Productivity», in *Applied Economics*, 326, pp. 757-765.

3.1. Eficiência nas Actividades de Formação das Federações Desportivas

São escassos os estudos sobre a eficiência do sector desportivos utilizando os métodos derivados de Farrell (1957). De entre os artigos conhecidos refere-se Scully (1994)⁸ que analisou a eficiência dos gestores desportivos, Ruggiero, Hadley e Gustafson (1996)⁹ que analisaram a eficiência das equipas de basebal dos EUA com dados panel; Hoffer e Payne (1997)¹⁰ que analisaram a eficiência na NBA (basketball), e Dawson, Dobson e Gerrard (2000)¹¹ que analisaram a eficiência dos gestores desportivos da primeira liga inglesa. Todos estes estudos usaram o método econométrico. Estudos usando o método DEA, na linha da presente investigação são: Haas (2003)¹², Barros e Santos (2003), Barros (2003), Fizel e D'Itri (1996¹³, 1997¹⁴) e Porter e Scully (1982)¹⁵.

Verifica-se assim que os estudos de análise da eficiência na área desportiva utilizaram o método econométrico e que se centram na análise da eficiência das equipas de uma liga desportiva. A avaliação da eficiência de equipas de uma liga desportiva possui uma natureza redundante na medida em que o *ranking* tenderá a replicar o resultado do campeonato, que constitui o *ranking* de mercado da liga, a não ser que se utilize múltiplos *outputs*, que combinem aspectos desportivos com aspectos financeiros, Haas (2003).

3.2. A Estrutura Analítica

Considerando as federações desportivas um monopólio que explora o desporto no mercado desportivo respectivo, as actividades de formação utilizam quantidades de *input* que parecem ser as variáveis de decisão, e a questão que se

⁸ Scully, G. W. (1994), «Managerial Efficiency and Survivability Team Sports», in *Managerial and Decision Economics*, 15, pp. 403-411.

⁹ Ruggiero, J.; Hardley, L.; Gustafson, E. (1996), «Efficiency Estimation and Error Decomposition in the Stochastic Frontier Model: A Monte Carlo Analysis», in *European Journal of Operation Research*, 115, pp. 555-563.

¹⁰ Hoffer, R. A.; Payne, J. E. (1997), «Measurement of Efficiency in the National Basketball Association», in *Economic Letters*, 55, pp. 293-299.

¹¹ Dawson, P. Dobson, S.; Gerrard, B. (2000), «Estimating Coaching Efficiency in Professional Team Sports: Evidence from English Association Football», in *Scottish Journal of Political Economy*, 47,4, pp. 399-421.

¹² Haas, D. J. (2003), «Technical Efficiency in the Major League Soccer», in *Journal of Sport Economics*, 4,3, pp. 203-215.

¹³ Fizel, J. L.; D'itri, M. P. (1996), «Estimating Managerial Efficiency: The case of college bas-ketball coaches», *Journal of Sport Management*, 10, 4, pp. 435-445.

¹⁴ Fizel, J. L.; D'itri, M. P. (1997), «Managerial Efficiency, Managerial Succession and Organizational Performance», in *Managerial and Decision Economics*, 18,4, pp. 295-308.

¹⁵ Porter, P.; Scully, G.W. (1982), «Measuring Managerial Efficiency: The case of baseball», in *Southern Economic Journal*, 48, pp. 642-650.

coloca à organização é o de saber em quanto pode reduzir os *inputs* sem alterar a quantidade de *output* produzido, pelo que a medida de eficiência relevante é uma medida de *input*. Naturalmente que para organizações concorrenciais, a análise na óptica do *output* pode ser relevante, porque as quantidades de *output* parecem ser as variáveis de decisão, na medida em que a questão que se coloca a estas organizações é o de saber em quanto podem expandir o *output* sem alterar as quantidades de *inputs* utilizadas. Com rendimentos constantes à escala a abordagem pelo *input* dá o mesmo resultado que a abordagem pelo *output*, mas o resultado é distinto com rendimentos crescentes à escala.

A existência de uma base de dados de 1999 a 2001 relativa a *inputs* e *outputs* permite estimar a produtividade total e desagregá-la em eficiência técnica e progresso tecnológico, utilizando o índice de Malmquist. A eficiência técnica é por sua vez desagregável em eficiência técnica pura e eficiência de escala. Naturalmente que esta base não possui os graus de liberdade que permitiriam o uso de fronteiras econométricas.

Na linha de Farrell (1957) os investigadores passaram a estimar da fronteira de eficiência representada por uma tecnologia com uma função limitada que reflecte a produção «best-practice production» definida em termos do mínimo *input* real tecnologicamente possível para produzir um determinado nível de *outputs*.

Para estabelecer a cena da medida de produtividade que adoptamos descreveremos graficamente o conceito num universo com um *input* (x) que assegura o máximo *output* (y). Na figura 1 apresentam-se duas observações da produção $z(t)$ e $z(t+1)$ no período t e $t+1$ no espaço dos *inputs* (x) e *outputs* (y). O objectivo é medir o crescimento da produtividade entre t e $t+1$ em termos da variação nos cabazes *input-output* z .

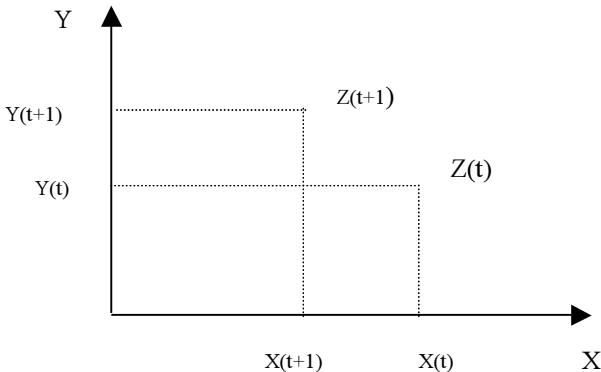


Gráfico 1

A medição da produtividade faz-se através da fronteira de *inputs* potenciais que se impõem no cabaz de consumo na figura 2. A fronteira representa as combinações de *inputs* eficientes (x) que dão origem ao máximo *output* (y).

Considere-se uma federação que produz de acordo com uma tecnologia respectiva. Se a federação é tecnicamente eficiente no período t produz ao longo da respectiva fronteira. O ponto $z(t)$ na figura 2, corresponde a uma federação tecnicamente ineficiente que utiliza mais *input* do que é necessário para produzir $z(t)$ de acordo com a fronteira. A utilização de *inputs* da federação ineficiente pode ser reduzida no *ratio* da distância horizontal ON/OS por forma a tornar a produção eficiente.

O deslocamento da fronteira devido a investimento de $z(t)$ para $z(t+1)$ faz com que a nova produção eficiente se desloque para cima (produz-se mais *output* para o mesmo *input*). Admita-se que a federação ineficiente produz em $t+1$ no ponto P , a utilização de *inputs* pode ser reduzida no *ratio* da distância horizontal $=OQ/OP$. Como a fronteira deslocou-se, $z(t+1)$ é tecnicamente ineficiente em $t+1$. Por forma a $z(t+1)$ se tornar eficiente no período $t+1$, deve reduzir a actividade na distância horizontal $0P/0Q$.

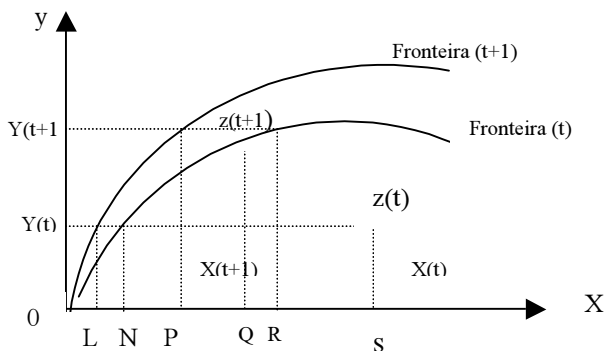


Gráfico 2

O movimento relativo da produção observado ao longo do tempo pode dever-se ao facto das federações estarem a recuperar relativamente à sua fronteira ou porque a fronteira está a deslocar-se.

O índice de Malmquist de crescimento da produtividade é o *ratio* das duas distâncias no período t e $t+1$. Para decompor o índice de Malmquist (M) em eficiência técnica (ET) e progresso técnico (PT) temos de re-escalar M multiplicando

$$\begin{aligned}
 M &= \frac{OR}{OQ} \cdot \frac{ON}{OS} \\
 &= \frac{OP}{OQ} \cdot \frac{ON}{OS} * \frac{OR}{OP} \quad (1) \\
 &= ET * PT
 \end{aligned}$$

Verifica-se que o progresso técnico é medido pela distância relativa de cada observação em relação à respectiva fronteira. O progresso técnico é medido pela distância relativa entre as fronteiras $z(t)$ e $z(t+1)$. Este *benchmark* permite apreender graficamente a decomposição da fronteira.

Caves, Christensen and Diewert (1982)¹⁶ mostraram que o crescimento da produtividade pode ser medido pelo índice multi-input multi-output de Malmquist quando dados sobre *inputs* e *outputs* estão disponíveis em termos físicos e não existem problemas de índice de preços. Estes autores argumentam que a função distância $d(x,y)$ pode ser usada para construir o índice de Malmquist. Neste artigo o índice de Malmquist é calculado no recíproco da função distância $q(x,y)=[1/d(x,y)]$. Este valor recíproco da função distância nos *inputs* é o menor valor do *ratio* pelo qual um cabaz de *input* pode ser multiplicado e ainda ser capaz de assegurar o nível de *output* dado. A função de distância recíproca é equivalente à medida de eficiência técnica de Farrell (1957) e é a base dos *ratios* de distância eficiente usados na análise do gráfico 2.

Quando se utiliza a medida de Farrell de eficiência técnica (o recíproco da distância de *input* ou *output*) para construir o índice de Malmquist obtém-se o crescimento da produtividade se $M>1$ e regressão da produtividade se $M<1$.

A eficiência técnica numa perspectiva dinâmica é a variação na eficiência (difusão) e ocorre devido a um ou mais dos seguintes factores: (i) factores de rigidez estrutural associados ao padrão da propriedade (estatuto público vs. estatuto privado) das federações que dá origem ao problema do principal-agente; (ii) rigidez estrutural associada ao mercado de trabalho; (iii) desigual acesso à informação das diferentes federações; (iv) desfazamentos temporais na aprendizagem de novas tecnologias; (v) sistemas de incentivos distintos; (vi) factores organizativos como a eficiência X ; (vii) aspectos organizativos associados ao capital humano como a ausência de incentivos para melhorar a eficiência; (viii) aspectos dimensionais associadas a economias de escala. Devido a estes factores as organizações produzem muitas vezes abaixo do seu *output* potencial que é o máximo possível dado o ambiente de produção da indústria.

O progresso tecnológico (inovação) deve-se à acumulação de capital que conduz à adopção de tecnologias por empresas «best practice» que desloca a fronteira tecnológica.

Neste artigo aplica-se o método DEA desenvolvido por Charnes, Cooper e Rhodes (1978)¹⁷ para adequar uma fronteira aos pontos mais baixos de $F(t)$. Com os dados disponíveis estima-se o índice de produtividade total (IPT) também designado índice de Malmquist.

¹⁶ Caves, D. W.; Christensen, L. R.; Diewert, W. E. (1982), «The Economic Theory of Index Numbers and the Measurement of Input, Output and Productivity», in *Econometrica*, 50, pp. 1393-414.

¹⁷ Charnes, A.; Cooper, W. W.; Rhodes, E. (1978), «Measuring the Efficiency of Decision-Making Units», in *European Journal of Operations Research*, 2, pp. 429-444.

Fare *et all* (1994) especificou o índice de produtividade de Malmquist para os períodos t e $t+1$ como média geométrica dos *inputs* nos dois períodos.

$$M_0(y_{t+1}, x_{t+1}, y_t, x_t) = \frac{d_0^t(x_{t+1}, y_{t+1})}{d_0^t(x_t, y_t)} x \frac{d_0^{t+1}(x_{t+1}, y_{t+1})}{d_0^{t+1}(x_t, y_t)}^{1/2} \quad (2)$$

Esta medida representa os pontos de produtividade (x_{t+1}, y_{t+1}) relativamente aos pontos (x_t, y_t). Um valor superior à unidade indica um crescimento do IPT por analogia ao crescimento do índice de Malmquist. O índice de Malmquist (Malmquist, 1957)¹⁸ permite particionar a variação na produtividade em eficiência técnica e progresso técnico.

5. Dados

Os dados utilizados no presente estudo foram obtidos no Centro de Estudos e Formação Desportiva, para os anos de 1999-2001 relativamente a actividade de formação de todas as Federações Desportivas que concorreram ao programa.

QUADRO 2
Estatísticas dos inputs e outputs em 1999-2001

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Outputs				
Número de Cursos	1	27	7,79	6,96
Nº de participantes por curso	5	697	162,92	180,96
Nº de aprovações por curso	5	522	138,89	146,63
Nº Acções de formação	1	128	14,68	24,33
Nº de participantes em acções de formação	21	2850	356,82	568,34
Inputs				
Nº de formadores cursos	1	133	34,29	32,71
Nº de formadores acções de formação	1	281	36,11	67,51
Custo com formadores (contos)	257300	13036366	4427100,95	3704448,72
Custo logística (contos)	105953	7518770	1807063,05	1596747,41
Custo formandos (contos)	1	7783457	2069088,11	1952949,62
Custo estrutura (d direcção e secretariado) (contos)	1	1487520	395100,26	353150,13

¹⁸ Malmquist, S. (1953), «Index Numbers and Indifference Surfaces», in *Trabajos de Estadística*, 4, pp. 209-42.

Verifica-se que existe uma elevada dispersão nos dados, que denota heterogeneidade da amostra. Interpretação dos resultados deve fazer-se tendo em conta esta dispersão.

6. Resultados

No quadro abaixo apresenta-se o índice de Malmquist para as federações Portuguesas no período de 1999 a 2001 O índice de Malmquist também designado índice de Produtividade Total, decompõe-se em variação na eficiência técnica e variação no progresso técnico (também designado variação no progresso tecnológico). A variação na eficiência técnica é decomposta por sua vez em variação na eficiência técnica pura e variação na eficiência de escala.

QUADRO 3
Variação no índice de produtividade total de 1999 a 2001
 (O índice de Malmquist é uma média geométrica)

Federações	Variação na eficiência técnica	Variação no progresso técnico	Variação na eficiência técnica pura	Variação na eficiência de escala	Índice de produtividade total (Malmquist)
Andebol	1,000	0,396	1,000	1,000	0,396
Atletismo	1,250	1,454	1,000	1,250	1,818
Badminton	0,878	1,243	1,296	0,678	1,092
Basquetebol	1,000	1,735	1,000	1,000	1,735
Ciclismo	0,608	0,497	0,636	0,956	0,302
Corfebol	1,000	2,615	1,000	1,000	2,615
Ginástica	0,567	0,965	0,825	0,687	0,547
Judo	0,891	0,935	1,000	0,891	0,833
Lutas Amadoras	0,922	0,558	1,000	0,922	0,514
Natação	1,373	0,631	0,821	1,672	0,866
Orientação	0,677	1,215	0,728	0,931	0,823
Patinagem	1,000	0,000	1,000	1,000	0,000
Remo	1,000	0,000	1,000	1,000	0,000
Rugby	0,769	0,696	0,784	0,981	0,536
Ténis	1,421	1,237	1,000	1,421	1,757
Ténis de Mesa	1,564	0,686	1,000	1,564	1,072
Triatlo	1,563	2,607	1,207	1,295	4,075
Voleibol	1,481	0,583	1,048	1,412	0,864
Xadrez	1,000	0,000	1,000	1,000	0,000

A partir do quadro verifica-se que o índice de produtividade total é menor que a unidade para muitas federações evidenciando que para essas federações não existiram ganhos de produtividade na actividade de formação entre 1999 e 2001.

A variação na eficiência técnica é atribuível à experiência, à gestão e à organização das federações e verificamos que o índice é maior que a unidade para a maioria delas evidenciando que o domínio ou difusão de tecnologias «best-practice» para a formação desportiva melhorou no período. Para as federações onde o índice é inferior à unidade verificou-se a situação contrária.

A variação na eficiência técnica é desagregável em variação na eficiência técnica pura e variação na eficiência de escala (ganhos na eficiência associados ao aumento da escala de actividade), verifica-se que existem situações muito distintas, com federações onde se verificaram ganhos na eficiência técnica pura e simultaneamente ganhos na eficiência de escala, e situações em que só se verificaram ganhos só num dos items.

O progresso técnico ou tecnológico é consequência de inovação ou adopção de novas tecnologias por federações eficientes. Verifica-se que existem federações com ganhos no progresso tecnológico, coexistindo com degradação da eficiência técnica, assim como existem tecnologias com ganhos simultâneos de eficiência técnica e progresso tecnológico.

Em termos sintéticos verifica: (i) Ganhos simultâneos na eficiência técnica e no progresso técnico para as seguintes federações: Atletismo, Basquetebol, Corfébol, Ténis de Trialto. Estas federações constituem neste período as organizações com gestão de excelência na formação. (ii) Ganhos de eficiência técnica e perdas no progresso tecnológico para as seguintes federações: Andebol, Natação, Patinagem, Remo, Ténis de mesa, Voleibol e Xadrez. (iii) Ganhos no progresso técnico e perdas na eficiência técnica para as seguintes federações: Badminton e Orientação. (iv) Perdas na eficiência técnica e perdas no progresso técnico para as seguintes federações: Ciclismo, Ginástica, Judo, Lutas Amadoras e Rugby.

12 em 19 federações evidenciam ganhos de eficiência técnica e 7 em 19 federações evidenciam ganhos de progresso técnico. 7 em 19 federações evidenciam ganhos de produtividade global. Conclui-se que existem problemas de eficiência na actividade de formação desportiva, bem assim como problemas de progresso tecnológico. As federações com eficiência técnica pura positiva e eficiência de escala negativa são: Badminton, Judo e Lutas Amadoras. Esta situação significa que nestas federações a ineficiência está associada à baixa dimensão dos cursos de formação.

Federações com eficiência técnica pura negativa e eficiência de escala positiva são: Natação. Esta situação significa que nesta federação a ineficiência está associada a aspectos puros inerentes à gestão dos cursos de formação, que não à escala da actividade. 7 em 19 federações exibem variação na produtividade global positiva.

7. Conclusão

As conclusões do estudo são as seguintes: a produtividade total constitui um aspecto da actividade de formação da máxima importância para o progresso e desenvolvimento sustentado desta actividade, mormente em contextos de restrições orçamentais. O controlo actualmente existente é um controle da execução da actividade de formação através de indicadores e de procedimentos de *benchmark* heurísticos. Com o presente estudo sugere-se a introdução de modernas técnicas de gestão na análise da produtividade das actividades de formação das federações desportivas. Seria desejável que se juntasse ao controle que actualmente se faz na óptica da oferta, um controle na óptica da procura, no sentido de avaliar o desempenho individual dos formandos após o processo de formação e a utilidade da formação desportiva proporcionada pelas federações.

As federações desportivas que desenvolveram actividade em 1999 e 2001 evidenciam uma evolução muito variada, configurando quer situações de aumento da produtividade da actividade de formação, quer situações de diminuição da produtividade da formação. A desagregação da produtividade total em eficiência técnica e progresso técnico permite analisar em maior pormenor as dinâmicas subjacentes à evolução da produtividade no período. A desagregação da eficiência técnica em eficiência técnica pura e eficiência de escala permite analisar a componente eficiência técnica com maior acuidade. Sendo a componente eficiência técnica a mais importante no curto prazo, a análise da eficiência técnica para os anos de 1999 a 2001 permite esclarecer quais são os *inputs* usados com desperdício pelas federações ineficientes, bem assim como os *outputs* produzidos abaixo do nível óptimo pelas referidas federações. Esta identificação permite identificar as federações ineficientes e propor alterações no sentido de convergirem para a fronteira de eficiência económica. Identificam-se os padrões de custo e resultado para as diferentes federações ineficientes, que permitem ao instituto regulador fixar os subsídios de formação e atribuí-los de forma científica, condicionando o subsídio à condição das federações adoptarem procedimentos eficientes, de acordo com as propostas do presente estudo. As federações objecto de análise podem num primeiro nível identificar a sua situação no contexto nacional, e num segundo nível, identificar a natureza da sua ineficiência (eficiência técnica ou progresso tecnológico). Num terceiro nível as federações com ineficiência técnica podem identificar as alterações que devem prosseguir, quer adoptem uma estratégia de diminuição dos *inputs* ou aumento dos *outputs*. Uma comparação internacional no contexto Europeu é o caminho a seguir para se convergir no espaço em que nos inserimos.

Que política desportiva sugere o presente estudo? Em primeiro lugar uma política em que os subsídios sejam suportados na *performance* passada, e não em procedimentos burocráticos que configuram comportamentos de cronismo e *rent-seeking*. Em segundo lugar, os subsídios têm de ser objecto de avaliação transparente e não de critérios burocráticos de espírito legalista, sem fundamento

científico. Em terceiro lugar, a gestão do desporto Portuguesa tem de efectuar um esforço de aumento das suas classificações, e a identificação de critérios mínimos de conhecimento, a adopção de métodos modernos de gestão, pois é inaceitável que em termos desportivos se continue a exhibir nos foros internacionais, comportamentos ultrapassados, falta de literacia estrutural, falta de numeracia estrutural, que resulta na falta de competitividade.

OS DESAFIOS DA PEDAGOGIA DO DESPORTO

*Pedro Sarmento **
*e António Rosado ***

Introdução

Este documento pretende situar o valor das práticas pedagógicas no seio do Desporto, entendendo que o Desporto, com raízes históricas comuns ao movimento gímnic e à Educação Física, está em constante evolução. Reconheça-se, simultaneamente, que os saberes pedagógicos também evoluem; a reflexão, a investigação e as práticas pedagógicas são algumas das origens dessa evolução. A evolução arrasta consigo, necessariamente, a evolução pedagógica e a do próprio desporto, construindo-se, nesta interação, um corpo diverso e dinâmico de conhecimentos e de práticas.

A Pedagogia do Desporto pretende contribuir, neste ambiente, para o desenvolvimento do Desporto, querendo ser um interlocutor válido não só no estudo científico deste domínio mas, também, no estudo das suas aplicações. De facto, a actuação teórico-prática do treinador desportivo, a par do professor de educação física e de outros profissionais de actividades físicas, tem sido sempre referenciada a uma doutrina de exercício profissional assente na Pedagogia. É indiscutível que a dimensão «espiritual» do desporto, materializada no seu contributo para o desenvolvimento humano e de educação para os valores, constitui uma das suas mais poderosas fontes de legitimação. Torna-se, portanto, necessário olhar, repetidamente, e de perspectivas renovadas, para a aprendizagem e o ensino do Desporto, nas suas novas e diversas formas, garantindo uma reflexão cuidada sobre a sua evolução e os seus limites.

* Professor Catedrático da Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa.

** Professor Associado da Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa.

A Pedagogia do Corpo no Desporto

A educação nem sempre logrou entender que o corpo e a pessoa são uma e a mesma unidade. O corpo tem sido, muitas vezes, irradiado do processo educativo, ignorando-se que a experiência corporal é uma das experiências mais importantes na formação do Homem. A experiência corporal pode traduzir-se em diversas actividades motoras, entre as quais, as desportivas e substantiva um Corpo, reflectindo, na prática, o corpo que temos, a pessoa que somos e o indivíduo que procuramos ser.

É neste sentido que o desporto enaltece a actividade corporal e lhe dá uma nova identidade. Se vivemos o desporto como ultrapassagem dos próprios limites do ser humano é porque o corpo nele se substancia, em exercício renovado, garantindo a concretização de ideais pedagógicos, no âmbito da Educação do Belo e do Positivo, algo que não pode ser afastado da prática do desporto (Sarmiento, 2000) ¹.

Importa referir, ainda, que a reflexão pedagógica sobre o desporto se deve situar numa ideia de desporto plural, envolvendo muitos desportos e muitas atitudes perante este fenómeno social e cultural ². A reflexão sobre o Corpo, de cariz filosófico, é uma das fontes de conhecimento em Pedagogia do Desporto. A reflexão de carácter mais sociológico não lhe deve, também, ser indiferente. Assim, vemos facilmente que o Desporto se transformou num «parceiro» de sistemas políticos, económicos e culturais: é um instrumento da Política e é usado com propósitos políticos (ao serviço de ideologias, de regimes, de diversas concepções de Homem e de Sociedade) com níveis de legitimidade variáveis. Hoje, as nações revêm-se politicamente nos feitos desportivos; vejam-se as manifestações do último campeonato mundial de futebol em França e, entre nós, os resultados desportivos no Hóquei em Patins e no Atletismo (ou como Portugal se serve, hoje, do «Euro 2004»). Se a Política descobriu o desenvolvimento desportivo como uma «força» que garante o «ganho» (e o gasto) de bens públicos, o desporto não pode ser entendido, exclusivamente, como mais um instrumento de que uma certa política (ou políticos) se servem. Ele é, também, fonte de formação e desenvolvimento pessoal e social, integrando o que há de mais sublime nas práticas corporais: a expressão individual, a interacção social, a solidariedade e o desenvolvimento humano. O Desporto é, acima de tudo, para o praticante e, para ele, que o consome, é mais que uma exibição, mais que um espectáculo, como bem frisou Noronha Feio.

¹ Sarmiento, P. (2000), «Desporto e Desenvolvimento Humano», in *Formação de Treinadores Desportivos*, ESDRM, Instituto Politécnico de Santarém.

² Bento, J. (1989), «À procura de referências para uma ética do Desporto», in *Desporto Ética e Sociedade*. Actas do Fórum Desporto, Ética e Sociedade, Universidade do Porto, 5, 6 e 7 de Dez. pp. 23-35.

*Consumi um espectáculo? Assim seja. Mas participo porque faço desporto e, portanto, penso além do espectáculo.*³

De facto, a prática desportiva está para além do espectáculo, é uma atitude perante a vida e, nessa medida, é um pensamento, um conhecimento, um valor; é uma forma de comportamento humano, de integração e fruição cultural, com o seu lado reprodutivo e criativo, de produção de novas técnicas e táticas, de novos padrões motores e de novas actividades, traduzindo-se, pela expansão das disciplinas desportivas, em novas oportunidades para o Corpo.

A prática desportiva revê-se no «bem-estar» do Corpo. Bem-estar que exige que não se ignore a manifestação desportiva que lhe empresta criação artística e contemplação estética, dimensão que aclara o seu factor de valorização humana.

O desporto está ao serviço do Homem como Prática, é de todos e para todos, e é nessa qualidade que se apresenta como Cultura. Nesse sentido, não deixa de permanecer, sobretudo, como uma Pedagogia, como matéria e como material de formação, como bem cultural inestimável a transmitir e a fruir.

Hoje, o Desporto faz parte da carta universal dos direitos do homem e integra os manifestos da UNESCO no âmbito do desenvolvimento dos povos. Também por isso é, actualmente, objecto de actividade científica. Estudá-lo ao pormenor parece ser a «condenação» que a sociedade atribui às Ciências do Desporto, numa exigência que resulta de uma grande valorização da sua prática e dos seus efeitos. Estes efeitos, sendo, naturalmente, distintos de qualquer outra prática social, não permitem escamotear a questão científica própria de fenómenos «particulares». O desporto e/ou o jogo é uma «coisa» para ganhar a própria actividade e para o jogador, o praticante, se rever, realizar, converter em algo mais do que até ali. É a actividade desportiva, recheada de componente lúdica, inseparável nos módulos sociais, educativos e de saúde que comporta, que nos leva a afirmar que separar, retirar ou afastar a teoria do jogo das Ciências do Desporto, da análise científica do desporto, é algo que lhe *arrepia* o sentido de estudo. As Ciências do Desporto reflectem, também, sobre as formas lúdicas e as acções de jogo, passíveis de ser analisadas sob múltiplos critérios, por exemplo, antropológicos ou de desenvolvimento (cognitivo, motor ou emocional) em que a explicação do fenómeno do jogo se reforça por contribuição interdisciplinar e de integração dos diversos campos específicos da teoria do jogo, numa subordinação a três orientações essenciais: à acção do «jogador», à relação entre jogadores e envolvimento e entre desenvolvimento do jogo e do indivíduo. A competição desportiva determina que pessoas de diferentes idades se empenhem, se treinem, para alcançar o máximo de desempenho, para se sentirem mais aptos... dando

³ Morais, I. (1991), «Homenagem a Noronha Feio», in *As Ciências do Desporto e a Prática Desportiva*. In, Jorge e António Marques (Eds). Actas do II Congresso de Educação Física dos Países de Língua Portuguesa: As Ciências do Desporto e a Prática Desportiva no Espaço de Língua Portuguesa. 30, 31 Janeiro, 1, 2 de Fevereiro. Vol 1. Universidade do Porto.

voz à velha máxima (mas nem por isso fora de moda) de *mais longe, mais alto, mais forte*. O treino, enquanto repetição sistematicamente orientada para um objectivo, desenvolve-se com preocupações claras de estimular o próprio desenvolvimento humano, consubstanciado na aprendizagem e melhoria de capacidades. Neste sentido, vemos o papel que cabe à Pedagogia do Desporto quando nela se incluem os elementos cognitivos e motores e o desenvolvimento das capacidades de desempenho desportivo. É assim que entendemos que as áreas do domínio motor, tal como as habilidades sensoriais, condicionais, coordenativas, experiências corporais, técnicas e táticas, são um dos objectos de reflexão educativa. É neste ambiente distintivo que se tem sentido a Pedagogia do Desporto que, como âmbito pedagógico, somente tem existência no seio das práticas desportivas.

Neste contexto, podemos dizer que a Pedagogia do Desporto é, hoje, chamada a enfrentar velhos e novos desafios, numa sociedade sempre diferente, em evolução constante, onde muitas novas questões se colocam aos processos formativos que podem resultar das práticas desportivas. Não será, no entanto, como assinalámos, só de inovação que se fará a pedagogia do futuro, mas de muitos saberes pedagógicos, acumulados no repertório que a Pedagogia representa e que continuam a não ter uma tradução satisfatória nas práticas pedagógicas quotidianas, estando longe de concretizar velhos ideais pedagógicos que, apesar da voragem dos tempos, permanecem no nosso ideário enquanto indivíduos e enquanto sociedade. É sempre necessário fazer balanços, projectar os futuros possíveis e os desejáveis, sonhar os novos caminhos. Mas, como qualquer bom caminhar sabe, muitas vezes, as velhas botas são as que melhor se ajustam aos trilhos mais montanhosos.

Assim, a Pedagogia é sempre um projecto de futuro, um caminhar de inovação e renovação de velhas questões da educação e da educação desportiva, que, não sendo novas, renovam-se em novos contextos, no plano dos ideários, no plano filosófico e ideológico e no plano da acção pedagógica e didáctica, sem que um plano tenha que ser particularmente mais importante do que o outro.

Uma nova visão da Pedagogia (?)

Entendemos a Pedagogia do Desporto como uma teoria e uma prática, como reflexão e como pesquisa, sendo a teoria o resultado dessa pesquisa e dessa reflexão e daí resultando, em interacção, a prática, entendida como um trabalho permanente de transformação do indivíduo e, nessa medida, a Pedagogia é um saber e um saber-fazer, uma ciência, uma tecnologia e uma arte (Patrício, 1986)⁴.

⁴ Patrício, M. (1986), *Anotações Didácticas sobre a Educação Nova*. Pub. Universidade de Évora, n.º 1. Évora.

Fundando-se no legado da Pedagogia, a Pedagogia do Desporto pretende reflectir sobre o Homem na sua condição de actor do Desporto e sobre o Desporto na sua condição de instrumento educativo e de realização do Homem e será, sempre, em primeiro lugar, um projecto axiológico, pois, na realidade, não há meios que o sejam senão para atingir um fim, não se tratando, tão-somente de ensinar bem mas de ensinar para o bem.

Neste sentido, a Pedagogia do Desporto é humanista, de configuração antropológica, fundada na reflexão filosófica sobre o Homem e com a missão de fundar todos os contextos intencionais ou potencialmente educativos como oficinas de humanidade (de humanização dos humanos), partilhando, assim, do ideal comeniano da educação universal ou «pampaedia» (Bento, 1996) ⁵. Como refere Naul (1999) ⁶, ela pode ser identificada como a teoria da prática, da prática da educação física, das práticas desportivas, de competição e recreação e no domínio da saúde, alargadas as preocupações pedagógicas, éticas e morais, em cujos contextos é um desafio maior, contrariando a visão de que só diz respeito às crianças e aos jovens, envolvendo adultos e pessoas idosas, em variadas situações, as pessoas doentes e as pessoas deficientes, as que fazem desporto ou que o deviam fazer. Este entendimento lato de pedagogia é um combate actual no plano da reflexão epistemológica sobre a Pedagogia do Desporto. É, afinal, um velho desafio. Por outro lado, a Pedagogia do Desporto não pode ser vista, exclusivamente, como um conjunto de acções intencionais e planificadas porque também estendemos o conceito de Educação a processos informais e de efeitos não-planeados e não intencionais, fruto da socialização e das circunstâncias, ocorrendo, portanto, também, nas práticas informais. Os novos processos formativos, por exemplo, menos formalizados, como a formação à distância, as plataformas de e-learning, o recurso aos novos meios de comunicação e o avanço tecnológico na área da comunicação são desafios para a pedagogia, para a acção profissional e para a investigação.

O Corpo de conhecimentos da Pedagogia do Desporto

Na reflexão epistemológica, a procura das áreas de intersecção, de interdisciplinaridade e de transdisciplinaridade, são alguns dos desafios do futuro. A Pedagogia do Desporto reúne e sistematiza a informação provinda das mais diversas áreas científicas e culturais, susceptíveis de esclarecer os processos de educação nas actividades físicas e desportivas, envolvendo a integração de conhecimentos de diversas disciplinas.

⁵ Bento, J. (1996), *Pedagogia do Desporto. Contexto e Perspectivas*. I Simposium de Desporto. I.PV-E.S.E.

⁶ Naul, R. (1999), Sport Pedagogy. *International Journal of Physical Education*. Volume XXXVI, Issue 4, 4.º Quarter.

Como área científica, a Pedagogia do Desporto é uma especificação da Pedagogia focalizada nas Ciências do Desporto. É, assim, uma ciência social com a função de melhorar a prática de indivíduos e grupos, em ambientes organizados (como escolas, clubes e outras organizações desportivas) ou informais. O seu corpo de conhecimentos não é só doutrinário ou filosófico ou exclusivamente científico e tecnológico; legitima-se na preparação, condução e avaliação do ensino e do treino das actividades físicas e desportivas, numa perspectiva histórica, presente e futura, tendo em conta características locais, regionais, nacionais e internacionais e incluindo pessoas de todas as idades e género, dotadas, normais ou com deficiências.

O seu corpo de conhecimentos pode estender-se a sub-disciplinas que incorporam outros campos das Ciências do Desporto (como História do Desporto, Filosofia do Desporto, Psicologia do Desporto, Sociologia do Desporto), dando origem a corpos de conhecimento como Desporto Adaptado, Desporto Comparado, Desporto e Ecologia, Formação de Professores e Treinadores, Desporto e Recreação, Desporto e Olimpismo, Desporto e Reabilitação, Currículo Desportivo, Ensino e Avaliação em Desporto, Socialização e Desporto, etc.

A Pedagogia não vive, por outro lado, sem uma Didáctica e uma Metodologia, como não existe instrumento que não sirva uma intenção. Na realidade, a didáctica e as suas metodologias respondem às questões da condução do processo educativo, esclarecendo o melhor caminho para que as intenções se possam concretizar plenamente. Se ela é um Fazer, não é, certamente um Fazer Cego. A Didáctica dos Desportos é uma parte da Pedagogia do Desporto, aquela que procura encontrar as soluções »técnicas«, os melhores meios de educar. Na realidade, a especificidade do ensino/treino de cada desporto, naquilo que permanece de irreduzível, de não generalizável, constitui objecto de reflexão da Pedagogia do Desporto através da sua(s) Didáctica(s).

Esta responsabilidade pela acção implica, ainda, a reabilitação da dimensão «artística» da Pedagogia do Desporto. Na realidade, a acção humana é regulada, também, pela intuição, pelo bom-senso, pela subjectividade pessoal, de onde não se arreda a emoção como instrumento da Pedagogia. De facto, não se educa sem emoção, embora seja ainda necessário percorrer algum caminho para termos mais segurança na educação das emoções. Muitas vezes não é de técnica que se faz a competência mas de coração. Que saberes dão corpo à Sabedoria? Perdoar-se-á ao pedagogo não ser poeta?

A investigação pedagógica em Ciências do Desporto

Tendo em conta que o método científico é o processo de interrogar a natureza, determinando os factos e ordenando-os em relações lógicas, coerentes e objectivas, o Desporto, facto humano, torna-se um objecto científico. Por isso, esta prática foi merecendo, ao longo dos tempos, o contributo sábio de «uns tantos»,

em estudo e organização, tornando-se parte integrante da Ciência, transformando as dúvidas sistemáticas em hipóteses de pesquisa e em teorias que aprofundam o conhecimento do Desporto como ele é: uma exteriorização da natureza dos Homens e das Sociedades, que se explica por sinais externos e internos, pelas leis dos nossos sistemas orgânicos e pelas regularidades sócio-culturais, numa visão científica única do movimento humano.

A quantidade e variedade formal de reflexões que a Ciência permite conduz a amplas e variadas análises, a contribuições científicas que formam, cada uma delas, sistemas de conhecimento de diferentes significados, cujo conjunto teórico representa uma colecção de conhecimentos científicos em ordem a serem aplicados a diversos campos de aplicação das Ciências do Desporto. Investigação e aplicação que têm tempos próprios, contradições, que não estão isoladas nem «correm» só por si próprias, como, aliás, deixou bem explicado Bento de Jesus Caraça⁷:

«... a ciência pode ser encarada sob dois aspectos diferentes. Ou se olha para ela tal como vem exposta nos livros de ensino, como coisa criada, e o aspecto é de tom harmonioso, onde os capítulos se encadeiam em ordem, sem contradições. Ou se procura acompanhá-la no seu desenvolvimento progressivo, assistir à maneira como foi elaborada, e o aspecto é totalmente diferente – descobrem-se hesitações, dúvidas, contradições, que só longo trabalho de reflexão e apuramento consegue eliminar, para que logo surjam outras hesitações, outras dúvidas, outras contradições. Descobre-se ainda qualquer coisa mais importante e mais interessante: no primeiro caso, a ciência parece bastar-se a si própria, a necessidades internas; no segundo caso, pelo contrário, vê-se toda (?) a influência que o ambiente e a vida social exerce sobre a criação da ciência»

Este enunciado faz-nos equacionar a investigação em Pedagogia do Desporto (olhando a «bússula» da Pedagogia que se perde nos tempos) e as dificuldades que foi enfrentando na sua assunção científica. Segundo Reis Monteiro (1977), a Sorbonne, só em 1833 a aceita, com a expressão de «Ciência da Educação» e nem o facto da Pedagogia se tornar experimental, uniformizou as suas denominações (Pedagogia Geral, Pedagogia Teórica, Teoria da Educação, Teoria do Ensino, Pedagogia Aplicada), sendo na sequência de controvérsias intelectuais que nasce, sob a confluência de ideias de Jean Chateau, Maurice Debesse e Gaston Mialaret, a designação de «Ciências da Educação», como tentativa de encontrar um denominador comum a todas as ciências interferentes na educação⁸.

A Pedagogia continua, até aos nossos dias, a assumir-se como a disciplina do ensino e da aprendizagem, balizada por conceitos, valores, conhecimentos e

⁷ Formosinho, S. B.; Branco, J. (1997), *O Brotar da Criação – Um Olhar Dinâmico pela Ciência, a Filosofia e a Teologia*, Universidade Católica Editora, p. 15.

⁸ Loius Not defende um modelo interdisciplinar com outras ciências, chamando-lhe Educiência enquanto Decroly aceita o termo de Pedologia no Congresso Internacional de Pedologia de Bruxelas (1880).

necessidades do seu tempo, não sendo, certamente, a sua característica hermenêutico-argumentativa que invalidará o seu campo experimental⁹. Daqui que a Pedagogia do Desporto colha enriquecimentos de algumas áreas disciplinares, aspecto bem referido por Sobral (1993, p. 11)¹⁰ quando define que as instâncias fundamentais da problemática da formação desportiva são referidas aos «*factores condicionais, às ciências do contexto e à pedagogia do desporto*», acrescentando que «*ela reúne intenções e processos de intervenção que visam otimizar o desempenho desportivo a partir de uma relação pedagógica cientificamente orientada*».

Para Cheffers (1988)¹¹ a função de «pedagogo» continua a ser a de um mentor, um professor, uma vez que a «*Pedagogia é ensino e a Pedagogia do Desporto é o ensino do Desporto*», deixando clara a sua abrangência ao ensino da Educação Física, bem como ao Treino Desportivo. É assim que este autor considera que o campo da Pedagogia do Desporto se alarga às áreas da investigação do processo de comunicação e intervém onde é necessário corrigir e melhorar o desempenho.

Maurice Piéron (1983)¹² refere que os primeiros estudos científicos apareceram nos anos 60 e que o Congresso Pré-Olímpico realizado em Quebec City, Canadá, incluiu, pela primeira vez, uma secção intitulada Pedagogia do Desporto (Sport Pedagogy) para designar o «ensino da Educação Física», estudando o comportamento do professor e a interacção professor-aluno, bem como o comportamento do aluno em classe.

Para Cheffers (1988), a «Pedagogia do Desporto», hoje aceite internacionalmente, abarca, também, outras designações (nos Estados Unidos e em Inglaterra envolve as áreas de ensino, currículo, instrução, formação de professores, investigação em ensino)¹³, o que não lhe retira o essencial e que o leva a afirmar que:

«... a melhor definição de Pedagogia do Desporto se encontra nesta disparidade de termos, uma vez que eles abrangem não só o desporto de elite como as actividades físicas e desportivas, mesmo de natureza recreativa e mantêm as preocupações fundamentais no âmbito da Pedagogia, pois que a aprendizagem implica que haja ensino, de algum modo e em algum grau, com a influência de alguém ou do envolvimento, incluindo as percepções consideradas pelos professores, dando lugar à introspecção ou auto-aprendizagem como acção pedagógica».

⁹ Porque argumentar é uma experiência intersubjectiva de validação de opiniões-hipóteses fundamentadas em observações, experiências e conhecimentos, obtidos por diferentes métodos e técnicas de recolha de dados.

¹⁰ Sobral, F. (1993), *Sobre a atitude e o método em Ciências do Desporto*. Departamento de Ciências do Desporto, Faculdade de Motricidade Humana.

¹¹ Cheffers, J.(1988), *A Dialogue on Sport Pedagogy*. Newsletter, March, Nr.3. International Committee of Sport Pedagogy.

¹² Piéron, M. (1983), *Research in School Physical Education*, The Proceedings of the International Symposium in School Physical Education, AIESEP, Jyväskylä, Finland.

¹³ Teaching, curriculum, instruction, teacher preparation, research in teaching.

É neste contexto que surgem os primeiros estudos descritivos sobre as interacções professor-aluno, descrevendo os seus comportamentos específicos, identificando as variáveis do comportamento dos alunos e as principais técnicas de ensino bem como a repercussão que manifestam, inúmeras vezes, sobre a eficácia e a eficiência do ensino das actividades físicas (Bookhout, 1967; Barrett, 1971; Fishman e Anderson, 1971) ¹⁴.

Trabalhos de Batchelder e Cheffers (1978), de Brunelle, Talbot, Tousignant, Hubert e Ouellet (1978) ¹⁵ e de Piéron (1978) ¹⁶, entre muitos outros, apresentam dados de comportamentos de professores e treinadores e de interacção professor-aluno, utilizando metodologias de observação sistemática e propondo diversas sugestões sobre a condução do ensino quer no envolvimento escolar quer no treino desportivo. Estes trabalhos, pioneiros na utilização de metodologias científicas de observação no estudo da Pedagogia do Desporto, deram início aos estudos relacionadas com a forma de melhor ensinar em contextos diferenciados.

Mais recentemente começou a perceber-se que havia necessidade de ir mais longe, de chegar a outras variáveis (normalmente «invisíveis»), até aí pouco estudadas, e que podiam ser responsáveis por uma parte substancial da diferença em ensinar: as que se medem com mais dificuldade e que determinam, de facto, as diferenças individuais na aprendizagem e ditam o valor da «competência pedagógica» (o que pensam, o que fazem e o que sentem) destes profissionais (professores e treinadores). Por isso, hoje, a investigação pedagógica em Desporto não envolve, somente, um mero uso de modelos nomotéticos, mas estende-se a outros modelos de investigação que dão novas respostas à profundidade humanista exigível, por definição, à Pedagogia. Aliás, se assim não fosse, poderíamos correr o risco de permitir que a sua orientação científica se centrasse fora do seu contexto («actividades físicas e desportivas») ou se tornasse de tal forma hermética que não chegasse, sequer, a concretizar-se no terreno. Pelo contrário, vemos que não só os investigadores, também os práticos, trazem consigo estas preocupações para a formação de professores/treinadores, insistindo, cada vez mais,

¹⁴ Bookhout, E. (1967), «Teaching behaviour in relation to the socio-emotional climate of physical education classes», in *Research Quarterly*, pp. 38, 336-347. Barrett, K. (1971), «The structure of movement tasks – a means for gaining insight into the nature of problem – solving techniques», in *Quest*, 15, 22-31. Fishman, S.; Anderson, W. (1971). «Developing a system for describing teaching», in *Quest*, 15, 9-16.

¹⁵ Batchelder, A.; Cheffers, J. (1978), *CAFIAS: an interaction analysis instrument for observational verbal and non-verbal behaviors in learning settings*. International congress of physical activity sciences, Miami, Symposia specialists, vol. 7, pp. 443-442. Brunelle, J.; Talbot, S.; Tousignant, M.; Hubert, M.; Ouellet, C. (1978), *Inventaire du comportement pédagogique des instructeurs de hockey en situation d'enseignement dans une perspective de supervision*. International congress of physical activity sciences, Miami, Symposia specialists, vol. 10, pp. 133-138.

¹⁶ Piéron, M. (1978). *Variation du comportement verbal d'enseignements selon la spécialité sportive pratiqué*. International congress of physical activity sciences, Miami, Symposia specialists, vol. 7, pp. 443-449.

para que se investigue e se ensine melhor, para que, perante os seus alunos/ atletas, haja maior eficiência e maior eficácia.

A investigação sobre o treinador, em particular, tem percorrido um caminho próprio, explorando questões decorrentes da própria natureza da prática, mas utilizando, muitas vezes, instrumentos e metodologias já aplicadas no ensino (da educação física e não só), como é o caso do estudo pioneiro de Tharp e Galimore (1976)¹⁷, sobre o comportamento de John Wooden (treinador americano de Basquetebol).

Estes paradigmas de estudo em contexto, ecologicamente referenciados, assentam, basicamente, na observação dos comportamentos, das atitudes, dos conhecimentos e dos valores dos seus intervenientes mais directos (treinadores e atletas), sendo já possível, por referência a critérios de eficácia, aceder a alguma generalização de resultados, destacando-se «o tempo de empenhamento motor, as intervenções correctivas frequentes e apropriadas, o controlo e a organização das sessões e dos participantes sem recorrer a métodos coercivos ou punitivos e o clima positivo de aprendizagem» (Piéron, 1999)¹⁸.

De uma maneira geral e do ponto de vista científico, as metodologias de investigação em Pedagogia do Desporto estão de acordo com as abordagens da «Pedagogia Geral», nos seus diversos paradigmas, envolvendo métodos quantitativos e qualitativos, desde a tradição positivista ou empírico-analítica, passando pelas abordagens fenomenológicas e hermenêuticas, utilizando a grande diversidade de paradigmas e metodologias de investigação em ciências humanas e sociais. Nos últimos anos, a pesquisa de natureza qualitativa ou interpretativa tem assumido um maior peso na investigação nesta área, embora a grande maioria dos trabalhos se enquadre nos modelos de «Descrição – Correlação – Experimentação» ou «Presságio – Processo – Produto», descrito, inicialmente, por Mitzel (1960)¹⁹, no quadro da relação educativa para o ensino em geral e adaptado e especificado por diversos autores ao nível do processo de ensino da Educação Física e do Desporto. Mais recentemente, assiste-se a uma diversificação dos modelos de pesquisa, surgindo trabalhos no âmbito da pesquisa etnográfica e no paradigma dos processos mediadores, assim como a pesquisa sobre os «experts» que tem atravessado todos estes paradigmas na intenção de destacar os comportamentos de excelência nas diversas dimensões do ensino e do treino.

As seguintes linhas da investigação em Pedagogia do Desporto podem ser destacadas:

- O estudo das funções pedagógicas dos intervenientes (treinadores, atletas, dirigentes, pais, juizes, etc.) reflectindo o estudo das variáveis comporta-

¹⁷ Tharp, R.; Galimore, R. (1976), «What a coach can teach a teacher», in *Psychology today*, Jan.

¹⁸ Piéron, M. (1999). *Para una enseñanza eficaz de las actividades físico-deportivas*. INDE, Barcelona.

¹⁹ Mitzel (1960), «Teacher effectiveness», in C.Harris (Eds), *Encyclopaedia of educational research*, McMillan, New York.

- mentais, cognitivas e afectivas, nos diversos momentos da relação pedagógica (pré-interacção; interacção; pós-interacção);
- O estudo das condições de execução e de eficácia técnica e tática dos conteúdos desportivos, estudando os indicadores de execução dos intervenientes no treino e na competição, perspectivando a sua eficácia e a recolha de informação para o sucesso pedagógico;
 - A análise das expectativas, das concepções e dos valores dos intervenientes (treinadores, atletas, dirigentes, pais, juizes, etc.), realizando estudos descritivos, comparativos e correlacionais nos diversos contextos específicos do Desporto;
 - A investigação das decisões pedagógicas dos intervenientes (treinadores, atletas, dirigentes, pais, juizes, etc.), focalizando-se na metodologia de estudos de caso, por vezes longitudinais, acompanhando as tomadas de decisão dos diversos intervenientes no processo desportivo.

À guisa de conclusão, poderemos afirmar que a investigação pedagógica em Desporto se encontra num estágio de desenvolvimento acelerado e que solicita aos investigadores uma preocupação constante de aperfeiçoamento e actualização. No entanto, considerada globalmente, a pesquisa em Pedagogia do Desporto está muito pouco desenvolvida (e valorizada) comparativamente com os paradigmas de abordagem biológica e afins. Uma revalorização da abordagem do Desporto na perspectiva das ciências humanas e sociais é um desafio para os próximos anos. Uma aproximação por via de abordagens científicas ditas qualitativas ou interpretativas é, também, fundamental, face à cegueira das aproximações exclusivamente positivistas.

Por outro lado, os diversos agentes desportivos devem ser chamados a ter um papel activo não só na reprodução de bens culturais, que o ensino/treino em boa medida constitui, mas, também, na produção de novos conhecimentos, envolvendo-se na pesquisa, em particular, mas, não exclusivamente, na investigação-acção, dando corpo a novos saberes profissionais.

Novos desafios para a Pedagogia do Desporto

Os desafios da Pedagogia do Desporto são, hoje, como ontem, criar condições para a realização de um projecto de desenvolvimento humano através do desporto. Uma ideia simples que, todavia, não criou as satisfatórias raízes. Numa sociedade marcada por profundas mudanças sociais e económicas, o desporto e a actividade física são chamados, mais do que nunca, a cumprir uma missão, cuja importância não se circunscreve, hoje, somente, ao domínio das aquisições físicas e motoras, ao desporto de alto-rendimento (que, naturalmente, não aliena), pro-longando-se, necessariamente, nas questões éticas e estéticas,

afectivas e sociais prevalecentes em contextos de prática caracterizados pela diversidade e pluralidade de vivências pessoais e sociais, tanto por parte de quem ensina como de quem aprende (Mesquita, 2003) ²⁰.

As práticas desportivas nos clubes (como noutras ambientes) terão, também, de se basear na prestação de um serviço mais educativo aos seus participantes, concebendo o Desporto numa perspectiva, também, educativa, distinguindo claramente entre acção educativa e educação escolar, termos que, demasiadas vezes, se confundem.

As novas concepções para a prática desportiva incluem as preocupações antigas, do Desporto para Todos, do Desporto para a Saúde, do Desporto como factor de produção e participação cultural, de encontro de culturas, como projecto de formação do carácter, como processo de recreação e de lazer, como modo de dar significado e riqueza à vida das pessoas de qualquer idade. O desporto para a 3.^a idade é, por exemplo, um grande desafio para as tradicionais organizações desportivas e para uma nova Pedagogia do Desporto, conscientes de que a sociedade actual está num processo de crescente globalização, de inevitável encontro entre culturas e povos, reconhecendo ao «sistema desportivo» um papel de construção societária, numa dimensão de Educação Intercultural.

A integração da diferença nas práticas desportivas é um desafio maior da Pedagogia do Desporto, não ignorando a coexistência da diversidade socio-cultural dos praticantes e as suas necessidades como única forma de atender verdadeiramente à igualdade de oportunidades entre indivíduos (Mesquita, 2003) ²¹.

Para corresponder a este novo desafio imposto pelas características da sociedade hodierna urge desenvolver uma nova postura profissional, uma nova visão do desporto, o qual deve ser abrangente e plural em referência aos conteúdos que comporta, às estratégias de ensino-aprendizagem (e treino) que integra (Jones, R. e Cheetham, R. 2001; Kirk, D. 2001) ²², lutando contra uma concepção redutora do desporto, onde predominam padrões atitudinais e comportamentais que o afastam significativamente da missão pedagógica que poderia (e deve) ter.

Nesta perspectiva, o Desporto deve ser entendido, também, como um projecto de mudança social. A reflexão, a investigação e a acção deverão permitir combater as diversas formas de exclusão e alienação que as actividades desportivas encerram: combater a violência, a corrupção e a dopagem, exige referências pedagógicas importantes na organização e gestão das práticas desportivas. Combater o sexismo, o racismo e as diversas formas de xenofobia, as formas alienantes

^{20,21} Mesquita, I. (2003), «A importância da intervenção do treinador: elogiar para formar e treinar melhor», in *Horizonte*, Vol. XVIII, n.º 108, pp. 3-8.

²² Jones, R.; Cheetham, R. (2001), «Physical educations in the national curriculum: Its purpose and meaning for final year secondary school students», in *European Journal of Physical Education*, 6, pp.81-100. Kirk, D. (2001). Special issue: Physical educations and sporting excellence», in *European Physical Education Review*, 6(2), pp. 115-117, 2001.

de cultivo de certas imagens e configurações corporais, são, entre outros, desafios do passado e do futuro (Rosado, 1998) ²³.

Vemos, então, o Desporto com novos contornos éticos, cumprindo as metas, há muito prometidas, e regularmente desmentidas, de instrumento ao serviço da formação do carácter, do desenvolvimento moral, ético, do desportivismo e do *fair-play*. Os valores essenciais do Olimpismo continuam a ser um referencial, um saber-estar, decisivo no envolvimento em desporto. Estender a reflexão e a acção ética a todos os intervenientes do fenómeno desportivo é um desafio antigo, mas ainda por cumprir. Importa, neste contexto, proceder ao estudo sistemático dos valores no desporto e equacionar, empiricamente, as questões da formação moral em desporto, dos seus antecedentes e consequentes. A reflexão e a investigação sobre a Estética no Desporto parece-nos, também, essencial: o Belo e o Bem caminham a par na construção do Homem.

Outra dimensão importante da Pedagogia é a reflexão sobre os modelos de formação de agentes desportivos que se envolvem nas múltiplas missões acima enunciadas. A Pedagogia do Desporto tem de olhar para os modelos de formação, para a definição das bases fundamentais da formação, para as práticas de formação dos profissionais (e dos amadores ou voluntários), no âmbito das diversas organizações ligadas ao desporto. Deve dar apoio à definição dos perfis profissionais e aos currículos de formação dos técnicos de desporto para determinar novos modelos de formação de professores e de treinadores; deve olhar, seriamente, para a formação de médicos, fisioterapeutas, massagistas e jornalistas desportivos; deve olhar para a formação de árbitros e juizes; deve cuidar, seriamente, da selecção e formação dos seus dirigentes; deve olhar para os públicos desportivos e considerá-los, também, objectos de educação; deve olhar para o desporto como um bem de consumo e desmontar estruturas alienantes que lhe possam estar subjacentes. A formação inicial, a indução profissional e a formação contínua são desafios decisivos, devendo as organizações da formação merecer uma atenção especial da Pedagogia do Desporto.

Estrela (1991) ²⁴ refere, a propósito, uma rotura entre o mundo da formação e o da actuação prática onde abundam as desqualificações mútuas, em nada favoráveis à necessidade de articulação entre o ensino teórico e a formação prática. Alguma desconfiança relativamente a práticas, acusadas de falta de reflexão, de obstaculizarem até, por via de uma imersão excessiva na acção, a formulação de perguntas no que respeita a questões práticas e teóricas, tem sido, também, evidenciada. Importa, portanto, encontrar mecanismos de integração da teoria e da prática. Esta articulação é ainda mais importante no sistema desportivo, onde os modelos e as práticas de formação avançadas começam a dar os primeiros passos.

²³ Rosado, A. (1998), *Nas Margens da Educação Física*, Faculdade de Motricidade Humana.

²⁴ Estrela, A. (1991), *A Observação de Classes*, Fundação Calouste Gulbenkian.

A formação em regime de supervisão, de coaching, de mentoring, etc., centrada na aquisição de competências do formando é uma questão central de forma a tornar a intervenção mais facilitada, mais concreta, mais real, com o intuito de proporcionar uma maior competência pedagógica. O regime de supervisão, de aconselhamento pedagógico, aliado a uma experimentação constante por parte do formando, tem sido utilizado, fundamentalmente em formação de professores, para consciencializar as dificuldades reais do ensino, confrontando-o com os seus próprios comportamentos, valores, atitudes e crenças.

A formação é um espaço onde, na realidade, muitos dos saberes já construídos nesta área ainda não cabem. A formação de técnicos desportivos é particularmente frágil no nosso país; as condições de formação resumem-se a conteúdos técnico-metodológicos elementares, sendo escassa a formação em Pedagogia do Desporto, frágil a reflexão sobre questões ético-morais e sobre formação pessoal e social dos praticantes. A própria formação didáctica, nos seus aspectos mais elementares, não é suficiente na formação de professores e treinadores. Para o cabal exercício das suas funções defendemos que os treinadores desportivos devem ser formados com base numa abordagem que privilegie uma formação tecnológica mas, também, científica, cultural, humanista e personalista, num percurso de formação eclético com valências equilibradas em todas estas dimensões (Rosado, 2000)²⁵. Acreditamos, ainda, que a formação de competências da dimensão pessoal e cultural deve ser tão importante quanto a formação técnica. Uma formação superior apresentará sempre horizontes mais razoáveis de profissionalização, a começar por uma regulamentação do acesso, exigência ditada pela necessidade de qualificação e legitimação dessas práticas profissionais que urge ser tratada com a dignidade que os novos tempos determinam. Tal exige uma Pedagogia Organizacional do Desporto, um novo olhar da Pedagogia, não exclusivamente para o indivíduo (em geral, o praticante) ou para o grupo (em geral, a equipa), mas, de igual modo, para a organização, para as culturas organizacionais, para o comportamento organizacional.

A Pedagogia do Desporto tem de investigar e dar resposta a problemas colocados pela estrutura organizacional, os efeitos que os indivíduos e os grupos têm sobre o comportamento das organizações desportivas e o efeito que estas têm sobre os indivíduos. Os velhos problemas de eficácia e de eficiência colocam-se de novos modos: a ênfase nas variáveis ao nível do indivíduo e do grupo, embora presentes, não podem fazer esquecer, o nível do grupo e o nível organizacional. Falta-nos uma Pedagogia Organizacional: a escola, as redes de escolas, o clube, a associação de clubes, as federações, são mais do que a soma dos grupos e das organizações que as compõem.

²⁵ Rosado, A. (2000), «Um perfil de competências do Treinador Desportivo», in *A Formação de Treinadores Desportivos*. Edições ESDRM. ESDRM-IPS. Rio Maior.

A Pedagogia do Desporto terá de enfrentar, finalmente, o problema da Cultura, da cultura em geral e da cultura desportiva em particular, reconhecer-se como uma reflexão, numa perspectiva de pedagogia antropológica e social que significa, apenas, que a pedagogia também estuda a sociedade, na procura da sua compreensão, para melhor cumprir a sua missão educativa. As culturas e os ambientes, o estudo dos valores e das atitudes, dos povos e das suas diversas organizações (desportivas mas não só) é uma pedra de toque em qualquer projecto de Educação Desportiva.

Que não se esqueça, também, a Política na obra de reflexão dos pedagogos desportivos; que não se duvide da sua pertinência na vida das organizações, das escolas, dos clubes, como dos países. Como olham os pedagogos para as questões do poder, da influência, dos conflitos, da sua negociação? Como se decide da sua legitimidade? Os valores, as metas e os interesses de todos e dos diferentes grupos merecem vigilância crítica, numa atitude própria da pedagogia, de reflexão sobre si própria, de uma vigilância também de si mesma. Uma meta-pedagogia?

Conclusão

Em termos de conclusão, diremos que poucas coisas são absolutas em Pedagogia. Poucos princípios são simples e universais (se é que efectivamente existem) e é difícil fazer generalizações simples e precisas; a reflexão terá de ser situada, contextualizada.

Não podemos falar em leis como o fazem, muitas vezes, os nossos colegas das ditas ciências exactas, mas talvez possamos falar em regularidades, o que é duvidoso. Para além desta dificuldade, outra é decisiva: um dos desafios mais importantes parece-nos ser o da adaptação à diversidade, à diferença entre as pessoas e à diferença entre os grupos. Outra, ainda, tem a ver com a forma como os pedagogos encaram a mudança constante na esfera social e como a interpretam na acção educativa, uma vez que lidar com esta complexidade é lidar com a mudança constante, numa imprevisibilidade, caracterizada por exigências cada vez maiores de flexibilidade e de inovação. Uma nova ética sustentará, necessariamente, novas competências, concretizadas num novo eixo pedagógico-didático do conhecimento.

Quais são, hoje, os modelos, as estratégias, os métodos e os procedimentos de ensino que respondem a estas dificuldades? Que sociedade queremos construir? Alguém ainda se lembra da palavra utopia? Que sonhos ainda faltam sonhar?

Eis, portanto, algumas perguntas para o novo século. Não nos faltará certamente caminho para trilhar.

SÍNTESE DA HISTÓRIA DO DESPORTO

*Fernando Ferreira **

O Desporto emanou do jogo e acompanhou, ainda que com sobressaltos, o desenvolvimento civilizacional da Humanidade. Isto é, ao princípio era o jogo, simples e primitivo, com regras elementares, evidentemente não escritas.

Os jogos passavam, por tradição, de geração em geração, nasciam de acções instintivas ou inspiravam-se em factos da vida corrente dos tempos mais recuados da história do homem. A este propósito, transcreve-se uma adaptação de um texto de um autor chinês:

«A História do Homem diz respeito ao homem como animal social, à sua inter-relação com os seus semelhantes e com os grupos; à sua civilização e cultura e, especialmente, aos seus jogos. Na pré-história, as suas ocupações primitivas continham como que um aspecto embrionário de competição desportiva, tais como caçar, pescar e lutar enfim, actividades consideradas hoje como actividades desportivas.

No decorrer do tempo, o Homem foi inventando jogos e desportos, como meios de conviver com os seus semelhantes, para demonstrar habilidades, proezas e destrezas de índole física e, também, para divertimento de outrém, provocando, por vezes, estados de exaltação.

Muitos jogos envolvem alguma forma de corrida, lançamento e salto, graças a formas básicas das acções empregues, principalmente, no tipo primitivo de caça. Com a evolução civilizacional, o tipo de vida tribal migratório e de caça predadora, transformou-se em cultura agrária, esbatendo-se as acções cinegéticas conduzindo ao aparecimento dos primeiros jogos, os quais, no rodar dos tempos, se tornaram tradicionais.

Muitas culturas da Antiguidade, como as dos índios aztecas e dos gregos, incorporaram elementos religiosos e políticos nos seus jogos, mas a característica recreativa manteve-se e prevaleceu. Foi esta que, provavelmente, conduziu à codificação desse tipo de jogos dos primeiros tempos e originou a criação de outros.

* Professor de Educação Física aposentado. Antigo Dirigente Olímpico Nacional.

Em virtude do homem primitivo ter dependido da corrida para caçar as suas presas, ou para fugir dos animais que constituíam perigo para ele, desenvolveu-se mais o pedestrianismo, formalizado no decorrer dos séculos, nas competições de estrada e pista. Com o aparecimento das bolas, tacos e bastões, a corrida tornou-se o elemento básico de um leque variado de modernas modalidades desportivas como o futebol, o basquetebol, o andebol, o basebol, o hóquei em campo e o lacrosse. Todavia, nenhum desporto de equipa se baseia essencialmente no salto. Este é solicitado, frequentemente, como acção complementar, no basquetebol e no voleibol.

O estudo dos jogos primitivos, observados segundo a maneira de viver e os rituais dos primeiros séculos das vivências do Homem em sociedade, permitem compreender a transformação das actividades lúdicas e desportivas desde a pré-história. Tal observação constitui uma imagem elucidativa da marcha da civilização no plano histórico».

A actividade mais ou menos desportiva será, provavelmente, tão velha como o Mundo. Figuras de baixos relevos provam que os egípcios já praticavam competições de luta, remo e de justas aquáticas, de três a quatro mil anos antes da Era Cristã. Também existem elementos provando que na China, na Índia e na Pérsia as actividades lúdico-desportivas remontam a milhares de anos. Porém, e segundo Fabrizio Valserra na sua «Historia del Deporte», foi na Grécia Antiga onde, pela primeira vez na História da Humanidade, os exercícios físicos e os jogos atléticos se converteram em instituição, em algo que, integrando-se nos costumes e na vida nacional, adquiriu um carácter educativo, religioso e estético.

Passou-se, assim, das práticas desportivas – provavelmente, pois não se encontram descrições dessas actividades mais antigas antes dos gregos – às primeiras competições devidamente organizadas, em períodos bem determinados, com regras definidas e sob o controlo de juizes. Ainda anteriormente ao avanço registado nas cidades-estado gregas, referência para o jiu-jitsu, antecedente do judo, no Japão, para os jogos que antecederam o polo a cavalo na Pérsia e no Tibete, para o «tlatchhli» jogo típico no México, e para as corridas, pugilato e habilidades com touros na Ilha de Creta.

Fins utilitários, preparação guerreira e reverências religiosas, para além das celebrações festivas, caracterizaram, nomeadamente, os períodos iniciais da prática dos exercícios físicos. Ainda não era o Desporto, como aconteceu na Grécia, nem como o conhecemos hoje. Poderemos talvez classificar essas actividades com a designação genérica de «jogos tradicionais».

As práticas desportivas sem carácter obrigatório ou no cumprimento de compromissos voluntariamente aceites, portanto como livre expressão dos indivíduos, dependem da existência de tempos livres, de lazeres ou ócios, os quais, nos tempos primitivos eram reduzidos. Segundo Bernard Gillet, «O facto de se pedir ao Desporto que seja apenas uma distração, uma ocupação dos tempos livres, não diminui a sua importância, antes pelo contrário». Por sua vez, Bernard

Guillemain, no seu livro «Le sport et l'éducation», afirma também o seguinte: «Assim, para que haja Desporto torna-se necessário que o lazer tenha um lugar na existência dos indivíduos, entre os valores sociais».

Ora a organização social dos gregos da Antiguidade proporcionou às classes mais elevadas, os senhores, nobres e proprietários de terras, esses tempos livres, o que permitiu a sua dedicação às ciências, às artes, à filosofia, e dos seus descendentes mais jovens aos exercícios físicos. Claro que, com o evoluir dos séculos, e ainda na Antiguidade, as práticas desportivas tomaram cambiantes diferentes.

A par de todo o extraordinário desenvolvimento cultural (escultura, literatura, música, teatro, arquitectura, etc.) e científico (matemática, medicina, astrologia) além da filosofia, cujos expoentes máximos foram Sócrates, Platão e Aristóteles, os gregos dedicaram enorme importância aos exercícios físicos e às competições desportivas. De facto, os helenos, como eram designados os gregos da Antiguidade, tinham o verdadeiro culto da Educação Integral, intelectual, moral e física.

Evidentemente que, já naquele tempo, os exercícios físicos e as competições desportivas não poderiam desligar-se completamente da preparação militar pois as guerras, quer entre as próprias cidades-estado, como contra os invasores persas, vindos da Ásia Menor, eram periódicas. Todavia, foi ainda Valserra quem escreveu: «Foi na Grécia Antiga que, pela primeira vez na História da Humanidade, os desportos se converteram em algo que, incorporando-se nos costumes e em toda a vida das cidades-estado, adquiriram um significado educativo, estético e religioso».

No apogeu da civilização helénica, diz-se que os dias festivos, na maior parte integrando competições desportivas, chegaram a somar, em cada ano, um total de 175. As mais importantes, para além dos Jogos Panatinaicos, efectuados em Atenas, em honra de Palas Ateneia, deusa protectora da cidade, portanto de carácter local, eram as quatro grandes competições abertas a representantes de todas as cidades-estado e mesmo das colónias gregas estabelecidas em Itália e no Norte de África, desde que helenos de nascimento e que nunca tivessem sofrido condenações nos tribunais, a saber:

JOGOS OLÍMPICOS, celebrados em Olímpia de 4 em 4 anos, em honra de Zeus, deus dos deuses, tendo os vencedores, por prémio, uma coroa de ramos de oliveira.

JOGOS PÍTICOS, efectuados em Delfos, de 5 em 5 anos, em honra de Apolo, sendo os vencedores coroados com ramos de loureiro.

JOGOS ÍSTMICOS, tendo lugar no Istmo de Corinto, de 2 em 2 anos, sendo os vencedores coroados com ramos de pinheiro.

JOGOS NEMEUS, celebrados na Nemeia, de 3 em 3 anos, recebendo os vencedores coroas de aipo.

Os Jogos Olímpicos tiveram a mais longa duração e a maior repercussão no mundo helénico. Julga-se que se iniciaram em 884 A.C. mas não foram encontrados registos do facto. Calcula-se terem sido interrompidos por guerras entre as cidades-estado, e a designação, na altura, até nem fosse aquela, porquanto as primeiras manifestações atléticas gregas estavam envoltas no mito e na lenda, com os seus deuses, semi-deuses e heróis.

O primeiro registo histórico concreto consta de uma inscrição gravada em pedra do nome *Koroebus*, vencedor da corrida do estádio, única prova dos Jogos dos tempos mais recuados. Vicissitudes várias, contendas frequentes entre as cidades-estado e uma peste que assolou a região do Peloponeso interrompeu a continuidade das competições. Tal facto levou Iphitos, rei da Elida, zona onde se situa Olímpia, a pedir conselho aos deuses, dirigindo-se ao santuário de Apolo, em Delfos, rogando à sacerdotisa Pithia para interrogar a divindade pedindo-lhe conselho sobre o que fazer para conjurar aqueles males. O oráculo – conselho dos deuses respondendo às interrogações postas interpretado pela sacerdotisa foi de que deviam prosseguir as competições desportivas em honra de Zeus, deus dos deuses.

De volta à sua Elida, Iphitos promoveu acordos com todas as cidades-estado, em especial com Licurgo, rei de Esparta, os espartanos eram o povo mais belicoso da Grécia Antiga, ficando gravado num disco de ferro (conhecido por disco de Iphitos), que durante as competições desportivas de Olímpia, efectuadas de 4 em 4 anos, vigoraria a *trégua sagrada* e a zona era inviolável, nela não se podendo entrar armado. Segundo dados mais precisos e, certamente, aperfeiçoada a organização com o decorrer do tempo, a *trégua sagrada* durava três meses, marcado o seu início pelo anúncio de mensageiros visitando todas as cidades e dando conhecimento da realização dos Jogos Olímpicos.

Se, ao princípio, o programa incluía apenas a *corrida do estádio* (192 metros correspondentes aos iniciais 600 pés de Heracles) outras provas foram sendo adicionadas, a saber:

- *Diaulos* (384 metros correspondentes a dois estádios, corridos ida-e-volta).
O estádio tinha a designação de *dromos*.
- *Dolicos* (24 estádios, correspondentes a 12 idas-e-voltas, perfazendo 4.608 metros).
- *Lançamento do dardo*.
- *Lançamento do disco*.
- *Salto em comprimento*.
- *Luta*.
- *Pancrácio*.
- *Pentatlo* (conjunto de 5 provas formado pela corrida do estádio, os dois lançamentos, o salto e a luta).
- *Corrida de obstáculos com equipamento militar*.

Os dias de provas eram cinco, as competições começavam após um dia de oferendas aos deuses com estátuas no Altis Sagrado, aos quais eram prestadas homenagens no encerramento dos Jogos, com o sacrifício de animais, depois preparados e passados pelo fogo e comidos no banquete final.

Nos períodos áureos da civilização helénica, para além das provas desportivas, efectuavam-se manifestações culturais com a presença dos grandes nomes do conhecimento e da arte, com destaque para a oratória e a música. Olímpia, para além do estádio, dispunha de um hipódromo (estádio = dromos para cavalos = hipo), onde se disputavam as corridas de carros (bigas puxadas a dois cavalos e quadrigas a quatro), era um lugar de culto e de peregrinação, com dois templos principais, o de Zeus, contendo a sua estátua com 13 metros de altura chapeada a ouro e marfim (criselefantina), de autoria do celeberrimo escultor Fídias, e de Hera, sua mulher, deusa da sabedoria e da Família. Espalhadas em todo o recinto existiam as instalações, misto do que se designa hoje como um «centro de estágio» e uma «Aldeia Olímpica», onde os atletas participantes e os seus treinadores se tinham de concentrar durante um mês até ao início das competições, depois de garantirem terem-se preparado por um período de 10 meses.

Somente os gregos de nascimento, do sexo masculino e que nunca tivessem sido punidos por qualquer crime, podiam participar nos Jogos Olímpicos. Às mulheres era proibido, inclusivamente, a presença na assistência salvo à sacerdotisa Demeter Chaminé com lugar destacado num dos lados do estádio oposto ao da tribuna dos juizes. No entanto, houve épocas em que se efectuaram jogos para mulheres, sem continuação, e, ainda, competições para juvenis masculinos, também sem continuidade.

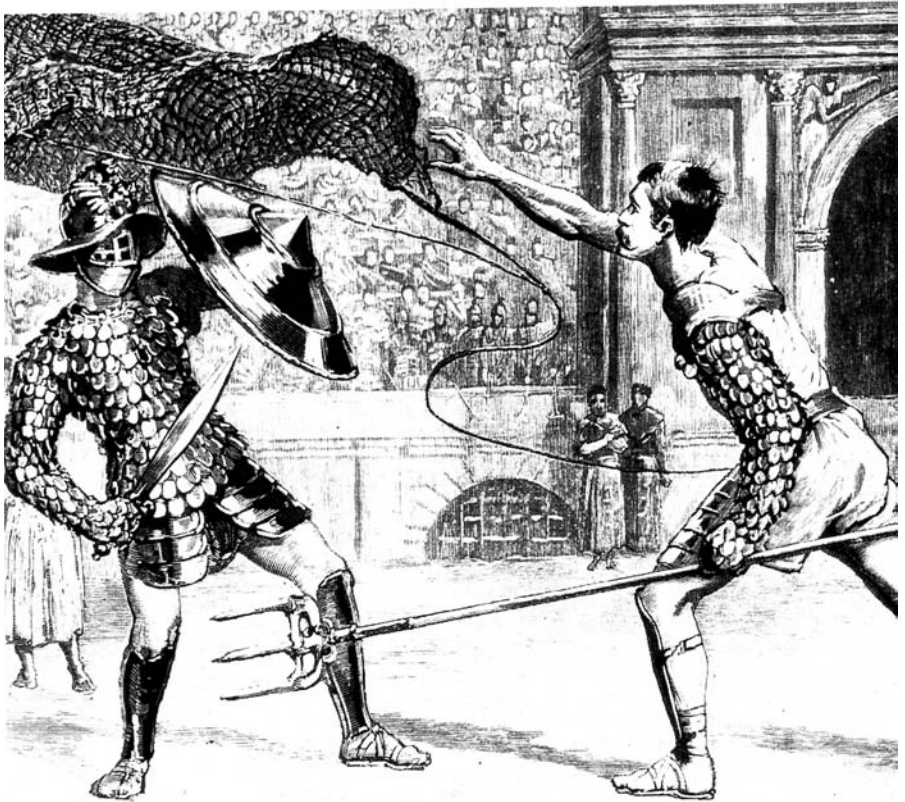
Apesar de toda a conotação religiosa e o rigor das regras e dos juizes, a história assinala casos de corrupção, atletas recebendo dinheiro para facilitarem as vitórias de adversários. Estes casos, quando descobertos, eram assinalados por pequenas estatuetas em bronze representando Zeus e chamadas *zanes*, colocadas em pedestais com inscrição do nome dos faltosos à entrada do túnel conduzindo ao estádio, onde forçosamente passavam todos os concorrentes às provas, quando do desfile inaugural de cada edição dos Jogos Olímpicos. Os vencedores, por «favor dos deuses», como então era entendido, embora apenas recebessem, como prémio, uma coroa de ramos de oliveira, de volta às respectivas cidades-estado, eram cumulados de honrarias e benesses de vária ordem.

No campo político-militar, as eternas lutas entre os gregos das diferentes cidades-estado, ligas e repúblicas, suscitaram a intervenção de Roma que havia implementado um forte poder guerreiro, e a Grécia, invadida, passou a constituir uma província romana no ano 146 antes de Cristo. No entanto, o desenvolvimento cultural e científico helénico penetrou a vida e os costumes dos italianos, levando o escritor Horácio a opinar que «A Grécia, conquistada, conquistou, por sua vez, o seu rude conquistador». Décadas e décadas decorreram e palestras também passaram a funcionar em Roma. Porém, além dos jogos tradicionais com

bolas, sem competições institucionalizadas, o prazer dos romanos das classes privilegiadas ia para o tempo passado nos balneários e termas, algumas enormes e luxuosas, onde os banhos, o convívio e a conversação ocupavam os ócios. Os exercícios físicos continuando, como sempre, exigência da preparação militar, tornaram-se, por outro lado, espectáculo preferencial para divertir as multidões, esquecendo-se a sua finalidade de sistema complementar da instrução.

A degradação das competições desportivas acentuou-se. Os grandes favores do público iam para as corridas de cavalos, e sobretudo de quadrigas nos hipódromos. O estádio grego transformou-se em circo romano. A designação não condiz com a forma que, geralmente, era elíptica, com escadarias distribuídas em vários anéis para melhor visibilidade e comodidade dos espectadores.

Para além das competições hípicas e evoluções de conjuntos de montadas, chamadas «carroceis troianos», as práticas apresentadas nos circos constavam



Reconstituição de um combate de gladiadores no Coliseu de Roma. Usavam-se utensílios e equipamentos diferentes. O competidor da direita, sem protecções, procura manietar o seu adversário com a rede para depois o atacar com o tridente

essencialmente de combates de gladiadores, estes recrutados entre escravos e prisioneiros de guerra, especialmente treinados, e revestindo várias formas, dependentes dos equipamentos, armas e outros utensílios usados para a defesa e para o ataque.

Todavia, sem constituírem espectáculo nem integrados em competições institucionalizadas, os jogos de bola continuaram a praticar-se, com esféricos maiores ou mais pequenos, leves ou pesados, como o «harpastum», com características primitivas do raguebi actual, o «follis», batendo no ar uma bola leve, e o «trigon», bola batida dando ares ao «basebol».

Entretanto, a realização dos Jogos Olímpicos, em Olímpia, continuou, embora apresentando sinais de decadência, mantendo-se a periodicidade quadrienal, enquanto em Roma se propagava o Cristianismo, perseguidos os seus aderentes por contrários à religião politeísta pagã reinante, chegando a ser lançados às feras nos circos.

A propagação crescente da religião cristã, face a uma sociedade cruel e corrupta, levou a que o imperador Teodósio, se tivesse convertido ao Cristianismo e, em consequência do massacre de 300 mil helenos revoltados contra Roma, pedisse perdão ao bispo de Milão. Este, na ocasião, insistiu para que se acabasse com os Jogos Olímpicos. Teodósio acedeu e, por decreto, suprimiu-os no ano de 393 D.C. Com o advento do Cristianismo, ao qual Teodósio se converteu, findaram, igualmente, as cruéis lutas circenses.

Do que fica para trás pode concluir-se:

- Na Grécia as motivações eram religiosas, educativas, estéticas e, também militares.
- Em Roma, espectaculares e militares.

A cada vez maior implantação do catolicismo, inicialmente virado para privilegiar a alma, o espírito, e condenando o corpo, a carne, como razão de todos os males, tendo na memória os cruéis horrores dos espectáculos circenses, fez passar a plano muitíssimo secundário os exercícios físicos.

A todas as divergências de ordem política foi-se sobrepondo a cada vez maior unidade religiosa, ganhando enorme importância o poder papal. As classes sociais aumentaram em número, desde o senhor feudal ao escravo, as terras subdividiram-se. Grandes desigualdades e instabilidade social com leis e costumes a alterarem-se constantemente segundo as directivas dos dominadores do momento.

Neste ambiente, como se compreende, impossível seria existir desporto, quando muito alguns jogos tradicionais, nos raros tempos livres dessas épocas. Por sobre toda essa desordem, o culto religioso foi impondo as suas doutrinas humanitárias e de pacificação e construindo igrejas, mosteiros e conventos, autênticos centros de meditação e de estudo. Ainda, em parte devido à pressão eclesiástica, as lutas entre os senhores feudais, coligados uns contra outros, acabaram

nas organizações monárquicas. A vida das sociedades tornou-se melhor e, para além dos servos da gleba, surgiram os artesãos e mercadores. Institucionalizaram-se as profissões militares e liberais.

Com tempos livres, os nobres, afastadas as guerras constantes, começaram a dedicar-se à equitação e manejo das armas, em aprendizagens sistematizadas, embora e ainda, prevendo a hipótese de futuras batalhas. A *montaria* e a *falcoaria* passaram a actividade de certo carácter desportivo, o mesmo acontecendo com o simulacro de combates, usando a espada, então larga e pesada, a lança, a adaga e o escudo. O treino no manejo das armas levou, em tempos de paz, nos ócios dos nobres e grandes senhores mais jovens, ao advento das *justas* e *torneios*, competições simulando combates, que estiveram em moda durante um certo período da Idade Média, um pouco por toda a Europa.

As *justas* e os *torneios*, devido aos perigos deles decorrentes, começaram a ser criticados e mesmo condenados – lembre-se que o Papa Inocência III lhes chamou «festas satânicas» – acabando por cair em desuso. Em Inglaterra, especialmente, foram sendo substituídos pelas corridas de cavalos.

As classes desfavorecidas mantinham os jogos *populares tradicionais*. Poucos a não serem os nobres e a burguesia endinheirada dispunham de meios para possuir cavalos, armaduras e armas.

Os jogos com bolas foram seguindo a sua evolução iniciada na Grécia e em Roma. Em França, a *pela* (paume) teve um desenvolvimento e expansão enormes para o tempo. Jogada, inicialmente batendo a bola (aproximadamente do tamanho da do ténis actual) com a mão, fazendo-a passar de um lado para o outro de uma linha traçada no chão, ao ar livre. Também jogada nos pátios das catedrais e dos castelos, ou ao abrigo das muralhas rodeando as povoações, a *pela* tornou-se, nos princípios do século XIV, um jogo de interior. Construíram-se salas cobertas, com uma área de cerca de 30 por 12 metros, com galeria de um dos lados para a assistência.

Para baterem a bola, os jogadores passaram a usar luvas, depois um batedor primitivo e, mais tarde raquetas de cabo curto. Seguindo esta evolução, o fabrico de bolas também se aperfeiçoou com o emprego de diferentes materiais chegando o Rei Luís XI a decretar, regulamentando o seu fabrico com crina recoberta com pele de ovelha. Enquanto a *pela* longa jogada no campo e em outros locais, com vários jogadores de cada lado, perdia influência, a *pela* curta, praticada nos recintos cobertos, chamados «tripots», ganhava adeptos de tal modo que, no final do século XVI existiam em Paris 250 salas, 40 em Orleans e 22 em Poitiers. Em Paris, no ano de 1596, o jogo da *pela* dava trabalho a 7 mil pessoas, fabricantes de bolas e de raquetas, guardas e empregadas de limpeza dos recintos, marcadores dos jogos, etc. Começou a jogar-se a dinheiro: alguns reis o fizeram praticando o jogo ou assistindo às partidas, e os espectadores apostavam sobre os resultados.

Em Portugal, entretanto, o Rei D. Duarte escrevia «A arte de bem cavalgar toda a sela», mas a cavalaria não registou o desenvolvimento verificado noutros países.

Em Inglaterra, no século XIV, um dos desportos preferidos era o *tiro com arco*, embora decorrente da preparação guerreira. O facto deu vantagem às tropas



O jogo da pela teve grande aura em França, com muito incremento em Paris e Orleans. Depois esmoreceu. Importado pelos ingleses viria a tornar-se o jogo do Ténis



Os «torneios», um dos desportos de combate da Idade Média disputavam-se entre cavaleiros protegidos, por vezes, com armaduras, usando lanças embotadas, o que nem sempre protegiam os que eram atingidos.

inglesas nas guerras com a França, porém, como o povo perdesse o entusiasmo por tal prática dedicando-se a outros jogos, o Rei Eduardo III, em 1363, entendeu por bem mandar publicar um decreto, cuja tradução nos informa sobre outras práticas desportivas do tempo:

– «Tomando em consideração que o povo do nosso reino praticava até ao presente, para seu prazer, o *tiro com arco*, e todos sabem que daí resultaram grandes honras e vantagens no que concerne à guerra, com a ajuda e assistência de Deus, e que, presentemente, essa arte foi abandonada, e que os jovens se divertem a *lançar pedras*, a *jogar aos paulitos* e mesmo ao «*hurling at goales*», à *luta* e a organizar *combates de galos*, outros ainda a jogos ignóbeis, tanto inúteis como malsãos; razões pelas quais o reino inteiro ficará quase desprovido de arceiros dentro de pouco tempo, o que Deus condena. Nós, desejando aplicar uma medida conveniente, ordenamos que todos os homens, são de corpo, deverão servir-se dos arcos, dardos e flechas em todos os dias de festa. Ficam proibidos o lançamento de pedras, o *jogo da malha*, o «*mail*», o «*hurling at goales*» ou outros jogos estúpidos como estes, que não têm qualquer utilidade, sob pena de prisão.»

Facto semelhante verificou-se em França no reinado de Carlos V em decreto datado de Abril de 1369.

As reminiscências do «*harpastum*» greco-romano não se perderam aparecendo na França sob o nome de «*soule*», na Inglaterra como o «*hurling over country*», primeiro, depois transformado em «*hurling at goales*» e na Itália designado por «*calcio*». No «*hurling*» («*hurl*» significa acção de atirar, arremessar e também tumulto, confusão), as bolas eram fabricadas com bexigas de porco, seleccionando-se as menos irregulares quanto à esfericidade e, depois insufladas e recobertas com cabedal. Este processo constituía já uma evolução em relação às bolas pesadas do «*harpastum*» (invólucros de couro cheios de sementes) e dos primórdios do «*hurling over country*» (odres cheios com sêneas).

Os grupos adversários eram formados por dezenas de jogadores no «*hurling over country*», por vezes todos os habitantes jovens masculinos de duas povoações, consistindo em impelir a bola com as mãos ou com os pés, para além das linhas de golo traçada a toda a largura nas cabeceiras de cada campo.

Em França, a «*soule*» jogava-se nos campos em ocasiões festivas (dias de Natal e Ano Novo, na Quaresma, no Carnaval, etc.) com um odre cheio de sêneas ou farelo, preferentemente tendo lugar na província. Os cidadãos preferiam a «*pela*». A «*soule*» assemelhava-se ao «*hurling over country*» e, de ambos resultou o raguebi actual, cuja implantação se iniciou justamente na Grã-Bretanha e na França. Segundo descrições de então, apenas era jogada à mão, procurando-se transportar a bola até um ponto determinado do campo adversário, ou fazê-la passar entre duas estacas. À «*soule*» jogada em grandes espaços, sucedeu a «*soule curta*», praticada em terrenos à volta de 100 metros de comprido.

Também o «*hurling over country*» deu lugar ao «*hurling at goales*» jogado por equipas de 30, 20, 15 jogadores em terrenos de dimensões de cerca de 100 metros. As balizas eram constituídas por pequenos molhos de lenha separados 3 a 4 metros. Como a «*soule*», era um jogo violento, porque os adversários se atiravam ao possuidor da bola, ou aos que pretendiam jogá-la, quer para a arrebatarem, quer para impedir as jogadas. O rei D. João I da Inglaterra (1603-1625) recomendava ao seu filho Henrique a prática do salto, da luta, da equitação e da pela, com exclusão do «*hurling at goales*». Jogo que, no entanto, se popularizou chegando a jogar-se entre rapazes nas praças e ruas de Londres. Como curiosidade refira-se que um escritor inglês ataca este jogo na obra «*Anatomia dos abusos*» (1583) classificando-o de «*sanguinário*» e «*mortífero*».



O lançamento da pedra, antecedente do lançamento do peso, efectuava-se integrado com outras provas (corridas, saltos e lançamento do martelo de ferreiro) em finais do século dezassete, princípios do século dezoito, na Escócia durante os tradicionais Highland Games.

Passando à Itália de épocas aproximadas, afirmam os historiadores que foi em Florença, no ano de 1530, que nasceu o jogo do «*calcio*» como e ainda, tendo origem no «*Harpastum*» greco-romano. Equipas formadas por 27 jogadores, já compartimentadas por sectores (avançados, médios, três quartos e defesas).

No entanto, em fins da Idade Média, na Itália, os jogos de bola eram variados, agrupando-se em quatro tipos: um jogado ao punho, outro usando braçadeiras ou braçais, o terceiro usando um batedor e o quarto ao pontapé ou à mão. Este último era o «*calcio*», denominação que não tem a ver com o «*calcio*» actual em Itália, que é um desporto importado da Inglaterra.

Para além dos jogos com bolas, os povos britânicos dedicaram-se a tipos de lançamento primitivos, da pedra, do martelo de ferreiro, e também às corridas e aos saltos, os quais, no entanto, existiam mais como actividades tradicionais. A luta viveu, tanto na Inglaterra como na França, e os próprios reis não desdenhavam a sua prática. Mas o conjunto de jogos com bola («*esférica*») manteve-se influente do Japão à América do Sul, derivados de uma característica comum, a forma esférica, a única que não tem lados nem bases, podendo rolar em qualquer direcção desde que convenientemente impulsionada.

Uma referência, ainda, para o «*mail*», um jogo semelhante à «choca» portuguesa, que despontou tanto em Inglaterra, como em França, jogado com um pequeno maço de forma cilíndrica, provido de um cabo, batendo-se uma bola pequena, geralmente do tamanho da actual bola de hóquei. Outro jogo semelhante foi o «crosse», nome derivado do taco ou «stick», cabo alongado curvo na extremidade com o qual se batia uma bola pequena. Também na Escócia se praticava este jogo, ali denominado «shinty», o qual passou a Inglaterra dando origem ao hóquei em campo actual. Do «crosse» derivou o golfe.

Reduzidos os poderes dos senhores feudais, fortalecidas as monarquias absolutas, a vida da corte trouxe novos hábitos, as classes mais favorecidas sedentarizaram-se, tendo caído em desuso as justas e os torneios. Os reis já não jogavam a pela. Fazia-se vida de salão, incrementando-se os jogos de interior como o bilhar, o xadrez e as damas. Os trajes ricos abundam, com rendas, folhos, cintas e corpetes, e também as perucas. Divertiam-se assim os cortesãos.

Com a progressiva implantação da instrução, e porque nos colégios, geralmente de índole religiosa, os estudos eram prolongados e a disciplina rígida, foi despertada a atenção dos pensadores, filósofos e pedagogos para a educação incompleta proporcionada aos jovens, pela falta de jogos e de exercícios físicos em geral, nos locais de ensino. Os franceses Montaigne e Rabelais, e o filósofo inglês Locke, defenderam em textos incisivos a prática dos exercícios físicos pela juventude. O último escreveu: «Não é uma alma, não é um corpo que se educa, é um homem». Criticando a disciplina demasiado rígida dos colégios, defendeu um programa em que «os jogos e os exercícios físicos sejam uma boa parte do estudo». Era a reaparição da cultura integral dos gregos antigos.

Durante largo período a esgrima e a equitação constituíram as únicas actividades de carácter desportivo, tendo proliferado, para as respectivas aprendizagens, as salas de armas e os picadeiros. A esgrima moderna esboça-se no século XVII, porquanto a espada deixou de servir para os fins porque era usada com o aparecimento das armas de fogo.

Surgiram, entretanto, no Reino Unido e na sequência de jogos mais primitivos, os primórdios do *golfe* e do *criquete*, desportos que, com o decorrer do tempo viriam a granjear grande popularidade nas Ilhas Britânicas, sobretudo o segundo. A plebe dedicava-se à luta e às corridas pedestres, nos dias de festa tradicionais, especialmente. O golfe, mais praticado na Escócia viu o seu *primeiro clube formado em 1608*. Terá sido, talvez, o primeiro sinal de associativismo desportivo.

Para os estudiosos e pedagogos, perante o desenvolvimento crescente da escolaridade, reacendeu-se o problema de contrabalançar as muitas horas passadas pelas crianças e jovens sentados nos bancos das escolas. Filósofos, médicos e sociólogos juntaram-se-lhes também na defesa da utilidade dos exercícios físicos para uma educação mais completa e equilibrada.

O reverendo Kingsley, também em Inglaterra, e possivelmente na época dos escritos de Montaigne e Rabelais, iniciou na imprensa do tempo, uma campanha a favor das práticas desportivas nas escolas, como reacção ao imobilismo e a certas depravações dos internatos. O movimento designou-se «muscular christians» (cristãos musculados) e levantou muitas polémicas, tendo-se sustentado que tais práticas fariam baixar o nível de estudos e desmoralizariam a juventude, desvirtuando as suas características próprias.

Na sequência das teorias defendidas pelos pensadores, surgem os práticos, aqueles que puseram em execução nos campos e nos ginásios, aquilo que aqueles vinham propondo. Foram quatro os primeiros grandes percursores da Educação Física Moderna, a saber:

- *Amorós* (1769), militar espanhol que se estabeleceu em França, onde criou um ginásio modelo, subsidiado pelo estado francês, e equipado com aparelhos fixos e portáteis. Defendia um sistema variado e utilitário de exercícios, em que incluía as corridas, os saltos e destrezas várias.
- *Ling* (1776), sueco, dedicado à poesia e à prática da esgrima, elaborou um sistema de ginástica, que se tornou mundialmente conhecida por «ginástica sueca», essencialmente adaptável e correctivo, que se podia aplicar tanto aos jovens como aos adultos. Era um tanto estático e foi sofrendo modificações.
- *Jahn* (1778), patriota alemão, pensava que as derrotas militares do seu país se deviam à debilidade da juventude. Lançou os alicerces do que mais tarde viria a ser a ginástica desportiva, de aparelhos ou olímpica. Visava tornar os jovens homens fortes e robustos. Utilizava, como aparelhagem, as paralelas, a barra fixa, e o «cavalo», mas não desdenhava as corridas, os saltos e a esgrima. As práticas e os grandes festivais, que organizava periodicamente, efectuavam-se ao ar livre, nas «turnplatz», uma espécie de polidesportivo ou de ginásio descoberto.
- *Thomas Arnold* (1795-1842), inglês, clérigo e reitor da «public-school de Rugby. Introduziu as práticas desportivas no sistema escolar dos internatos ingleses, entregando a organização das competições aos próprios alunos, deste modo afastando-os de práticas menos correctas (jogos de cartas, libações, etc.) durante os tempos livres na vida do internato. O esquema resultou plenamente e depois foi imitado por outras escolas. Os alunos, depois entrados nas universidades já motivados pelo desporto, desenvolveram e expandiram a sua prática, e quando licenciados e docentes em outros colégios do país, propagaram as competições desportivas. O meio escolar, como é evidente, levou à elaboração mais meticulosa das regras e ao respeito pelo seu cumprimento e pelos adversários. O «fair-play» (espí-

rito desportivo), e o «sportmanship» (desportivismo) incrustaram-se firmemente no desporto inglês da época.

O século XVIII como que preparou a enorme expansão do desporto que se veio a verificar no século seguinte. Tanto na Grã-Bretanha como na França, nobres e burgueses passaram a interessar-se mais pelos desportos, mas mais para ver do que para praticar. A caça à raposa torna-se privilégio da classe alta. As corridas de cavalos, nos hipódromos, concitam a atenção de multidões, institucionalizando-se as apostas. Em 1750 funda-se o Jockey Club. Surge o boxe, praticado primeiro a punhos nus pelas gentes do povo, mas patrocinado pelos «gentlemen», e as corridas pedestres percorrendo-se longos quilómetros em estrada, um e outras suscitando, igualmente o negócio das apostas.

Os pedestrianistas, na falta de pistas próprias, corriam e competiam nas estradas e nos hipódromos e, inicialmente, equipavam-se como os jóqueis. As salas de armas proliferavam. As provas em voga eram as corridas de longa distância. Assim, em 1788, o público acorreu ao hipódromo de Newmarket para ver correr o pedestrianista Evans que ia tentar bater o recorde da hora, pertença de Thomas Carlisle, o qual, em 1740 percorrera 17 quilómetros e 300 metros nos 60 minutos. Escreveram os cronistas do tempo, que se apostou na hipótese de êxito de Evans como se se tratasse de um cavalo. Ao fim e ao cabo o recorde foi batido por 100 metros. Também motivado pelo acicate das apostas e dos prémios para os competidores, outro pedestrianista, Foster Powel, correu as 50 milhas (80 kms e 850 metros) de Londres a Bristol, em menos de 7 horas.

Os pedestrianistas do tempo eram profissionais ou semi-profissionais. Surgiram, posteriormente, as competições em distâncias mais curtas, na milha (1.609m.) e no quarto de milha (440 jardas = 402,160m).

O boxe, a punhos nus, praticava-se nas salas situadas nas traseiras dos «pubs». Um certo James Figg foi proclamado campeão em 1719. Mais tarde, Jack Broughton, antigo barqueiro do Tamisa, fundou então uma academia, misto, inicialmente, de sala de boxe e de armas, onde se ensinava a «nobre arte da defesa pessoal». Como a esgrima caísse em desuso, quando se inventaram as armas de fogo, só o boxe continuou. Em 1747, Broughton iniciou o uso das luvas de boxe, não para atenuar a violência dos golpes recebidos, mas sim para proteger as mãos dos que esmurravam.

As referências portuguesas a respeito das práticas desportivas são escassas. O rei D. Duarte (séc. XV) versado em autores da Antiguidade e conhecedor dos doutores da Igreja, cognominado o Eloquentes, escreveu «O Leal Conselheiro», além do já citado «Livro de ensinança de bem cavalgar toda a sela». As montarias foram, também entretenimento dos nobres.

As ideias da educação integral a germinar nos países europeus mais avançados tiveram, possivelmente, algum eco em Portugal e, no tempo do rei D. José (1781) o «Real Colégio dos Nobres» dispunha de três professores para as actividades de

esgrima, equitação e dança. Eram, ainda, resquícios dos tempos dos fins da Idade Média e princípios da Renascença, provindos da França e da Inglaterra.

No campo desportivo, o século XVIII foi marcado pelo grande avanço verificado na Grã-Bretanha. Certamente que a Revolução Industrial, o começo da Era da Máquina, trouxe a redução das horas de trabalho e, portanto, mais tempo livre, lazeres.

Os primeiros clubes desportivos nasceram nas universidades inglesas e, ao princípio, as modalidades praticadas eram o «hurling at goales», o corta-mato (cross-country=corrida através do campo), o «cricket» e o remo, onde existissem planos de água.

Mas não só nas universidades e nas «public-schools» se praticava o desporto. A igreja também favorecia essa via e clubes houve originados nas actividades culturais das paróquias, podendo citar-se o caso do Aston Villa, clube de futebol. O atletismo, desconhecido praticamente, na Idade Média, foi reencontrado pelos ingleses, certamente inspirados nas corridas e concursos da Antiguidade.

No século XIX vai registar-se um ainda maior incremento desportivo, estruturando-se a sua prática e alargada a várias classes sociais, embora vencendo dificuldades. Formam-se clubes, codificam-se regras e surgem os primeiros encontros entre as Universidades de Oxford e Cambridge, com a primeira competição de Atletismo efectuada em 1864.

A meio do século XIX as práticas desportivas apresentavam os seguintes três aspectos:

– *Desporto Profissional*: Hipismo, Boxe e Corridas Pedestres.

Com características vincadas de espectáculo, dando sempre lugar a apostas quanto ao resultado das competições. No pedestrianismo chegaram a disputar-se corridas de seis dias.

– *Desporto Escolar*: «Public-schools» e Universidades.

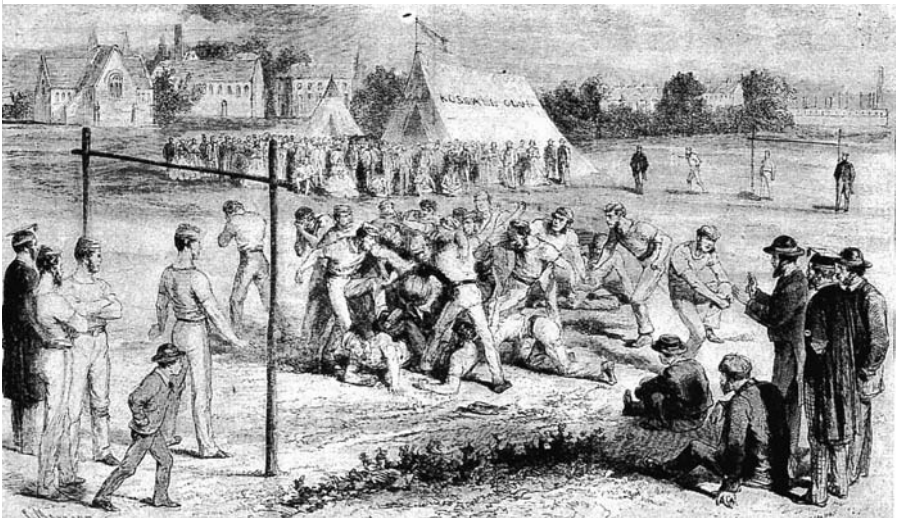
– *Desporto Selectivo Amador*: Raguebi, Criqueete, Remo, Golf, Atletismo e Esgrima.

Praticados em competições por assim dizer oficiais, pelos «gentlemen» e burgueses. O futebol, fora do âmbito escolar, começou a enveredar por um sistema híbrido, nos meios civis operários em que já havia indemnizações por salários perdidos.

Mas a defesa de um amadorismo intransigente levou o organismo que pontificava no Remo, resolução também aplicada pelo Atletismo a estipular draconianamente:

– «É amador todo o «gentlemen» que nunca tenha participado em competições públicas abertas a toda a gente, ou para ganhar dinheiro proveniente dos bilhetes de ingresso ou doutras origens; ou tenha competido com profissionais por um prémio ou por dinheiro das receitas de bilheteira; que nunca tenha sido professor ou monitor de exercícios desportivos para ganhar a vida; que não seja nem operário, artífice ou jornaleiro».

Quanto a Portugal, em meados do século XIX, devem ter chegado os ecos do movimento desportivo que grassava nos países europeus mais desenvolvidos. Ainda em relação às instituições militares, refira-se que a ginástica é introduzida na Escola Militar em 1863, na Escola Naval em 1866 e no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, também em 1866. No entanto, os ginásios instalados em alguns liceus só surgiriam em 1908. Mas a actividade desportiva no meio civil, com tentativas esparsas de competições de Vela e de Remo, existiam desde 1852, o que levou, com a aprovação e apoio da Casa Real, à formação do clube náutico *Real Associação Naval*, aprovada na primeira assembleia geral, em acta de 6 de Abril de 1856. Em 1875 nascia o segundo clube nacional, o *Real Ginásio Clube Português*, primeiramente dedicado à ginástica, com influência dos artistas que se exibiam no «Circo Price». Este clube viria a tornar-se de grande eclectismo e de enorme influência no desenvolvimento do desporto português, alargando a prática dos seus associados à esgrima, ciclismo, tiro, equitação e outras modalidades.



Nas primeiras décadas do século dezanove, nos grandes colégios ingleses, com a assistência de professores, processava-se, assim, a transição de «hurling at goales» para o futebol, distinguindo-o do raguebi

A introdução do futebol em Portugal tem duas versões. Uns atribuem o evento ao inglês Harry Hilton, o qual teria organizado um jogo no Funchal, em 1875. Julga-se que essa acção não terá tido continuidade, não passando de um caso isolado, esporádico. Outros reportam-se à acção dos três irmãos Pinto Basto. Eduardo e Frederico a estudar em Inglaterra, praticaram ali o jogo, e quando regressaram a Portugal trouxeram bolas e botas. O seu irmão mais velho, Guilherme, entusiasmou-se pelo jogo, tendo organizado num domingo de Outubro de 1888, no Jardim da Parada, em Cascais, o primeiro encontro de futebol. Essa exibição só teve continuidade em desafio efectuada a 22 de Janeiro de 1889, nos terrenos onde mais tarde foi construída a Praças de Touros do Campo Pequeno. À boa maneira inglesa, as equipas foram formadas por jovens da alta sociedade e burguesia endinheirada de então.

Na Inglaterra, e a partir do «hurling at goales», gerou-se controvérsia quando das primeiras tentativas para regulamentação do jogo que tinha entrado nas práticas dos alunos sobre os relvados que circundavam as «public-schools» e as universidades. Na altura, embora se pudesse parar a bola com as mãos, os pés, ou qualquer outra parte do corpo, só com os pés se poderia fazer avançá-la no terreno, tudo no meio de grande barafunda, de empurrões e de placagens. Em 1823, um aluno de Rugby, W. Elis, de 16 anos, tomou a bola nas mãos e correu direito à linha de golo adversária. Foi, segundo a norma de então, uma falta. A ideia, no entanto, germinou, e o transporte da bola passou a ser admitido, mas não o passe mão-a-mão. Como o jogador na posse da bola podia ser placado, empurrado e rasteirado, o jogo tornou-se sobremodo violento, não sendo raras as fracturas graves.

Pouco a pouco, em certos meios, a prática tomou um caminho diferente, pois determinava-se que apenas se podia fazer progredir a bola, no campo adversário, com os pés. Era o chamado «dribbling game» ou o «simple-play». Foi desta controvérsia e com as formações das federações inglesas de «Foot-ball Rugby» e de «Foot-ball Association» respectivamente em 1871 e 1863, que nasceram o que apenas se veio a designar mais tarde, simplesmente por raguebi e futebol. Só que o primeiro esteve, desde o início restrito aos clubes de índole escolar e universitário, de carácter estritamente amador. O raguebi, então disputado entre equipas de 20 jogadores, viu este efectivo ser reduzido para 15, o qual se manteve até hoje. No seu seio, uma facção popular que pretendeu admitir o semiprofissionalismo, com indemnizações por salários perdidos e pagamento das deslocações, não foi admitida, acabando por desligar-se e formar uma União de Raguebi de 13 jogadores da características profissionais, que ainda hoje existe tanto na Grã-Bretanha como na França, todavia sem o impacto, longe disso, do raguebi de 15.

O futebol, menos intransigente, com muitos clubes desligados da influência universitária, *aceitou reconbecer o profissionalismo em 1885*. Três anos depois formou-se a Liga Inglesa de Futebol, embora estritamente em conexão com a

Federação de Futebol, e sugeriu que os seus clubes se transformassem em sociedades anónimas. Assim se fez, e a partir de 1892, a Liga contava 28 clubes-sociedades para um campeonato com duas divisões.

Os ingleses acolheram, também, os princípios do jogo da pela, até a contagem dos pontos, e o major Wingfield inventou o *ténis*, registando oficialmente as suas regras em 1874. A bola em «caoutchou» existia já desde 1870. As regras do jogo, como aconteceu com todos os desportos, foram modificadas mais tarde (1875). Relembre-se que a célebre competição da «Taça Davis», que continua nos nossos dias, se iniciou em 1900.

Outro jogo de raqueta, o «*badmington*», teve origem em jogo indiano e também como no jogo da pela, batendo à mão não uma bola, mas uma meia-bola, incrustada de penas, pelo lado contrário. Foram oficiais britânicos regressados da Índia, então colónia inglesa, que introduziram o jogo na Europa, por volta de 1873. Chegaram-se a utilizar rolhas de garrafas de champanhe, onde se implantavam penas longas. Inicialmente foram utilizadas as raquetas do jogo da pela.

O «*ping-pong*», ou *ténis de mesa*, considerado um jogo de sala inglês, existiu desde 1880, mas só foi codificado 40 anos mais tarde, começando a verdadeira expansão mundial quando surgiram as raquetas com revestimento de borracha.

Como no caso do atletismo, a *natação*, nos seus primórdios, consistiu em provas de longa distância, efectuadas nos rios, lagos e no mar. Relembre-se que as competições dos primeiros Jogos Olímpicos Modernos (1896) tiveram lugar nas águas do porto do Pireu, em Atenas. Em Inglaterra, os clubes a ela dedicados agruparam-se desde 1869, começando a competir em provas de distâncias mais curtas, facto igualmente ocorrido no atletismo.

Os Estados Unidos seguiram a tradição escolar e universitária inglesa. Dois desportos, críquete e raguebi, sofreram modificações radicais, passando a constituir modalidades completamente diferentes, o «*basebol*», e o «*futebol americano*». Em 1891, um professor de Educação Física do Colégio de Springfield, acedendo ao pedido do respectivo director para que criasse um jogo de interior, sem brutalidades, para ser jogado no Inverno ao abrigo das intempéries, inventou o *basquetebol* (traduzido do inglês «bola ao cesto»), porque tendo requisitado duas caixas lhe forneceram dois cestos («baskets») da apanha de pêssegos. Dois anos mais tarde (1893), um educador de outro Colégio Y.M.C.A. (Youth Men Christian Association), em Portugal (Associação Cristã da Mocidade), imaginou separar duas equipas por uma rede larga e alta, batendo-se uma bola leve, com as mãos, de um para outro lado. Estava inventado o *voleibol*, modalidade que não seduziu os norte-americanos, como no caso do basquetebol.

Claro que o *ciclismo* nasceu com a invenção da bicicleta. Ao princípio, em França, consistia apenas numa trave sobre duas rodas alinhadas, isto em 1790. Só em 1855 se introduziram os pedais, passando então o engenho a constituir verdadeiramente uma bicicleta, ou biciclo. Em 1868 efectuou-se a primeira competição, escolhendo-se o percurso entre Paris e Rouen (123 kms). Dos concorrentes, 200 à partida, apenas chegaram 50. O vencedor gastou o incrível tempo

de 10 horas e 34 minutos. Ao tempo, a bicicleta tinha uma roda dianteira enorme em cujo eixo se aplicavam os pedais, com 1,20m de diâmetro, e a traseira com apenas 40 centímetros.

Tanto em França, como na Inglaterra, especialmente neste país, os primeiros clubes desportivos formaram-se nos estabelecimentos de ensino. Os encontros inter-clubes generalizaram-se. O primeiro Oxford-Cambridge universitário de atletismo, em provas de pista, teve lugar em 1864. Os saídos das universidades, diplomados ou não, foram incentivando a criação de mais clubes em meios sociais já por si também entusiasmados com as competições desportivas.

Em 1873, em França, formou-se a União das Sociedades de Ginástica, imitando os «Turn» alemães surgidos na sequência da acção iniciada por Jahn, e teve a melhor colaboração dos monitores formados na Escola de Joinville, instituída em 1852. Outros organismos se foram criando, agrupando por modalidades os clubes existentes. Era o começo do que hoje se designa por *desporto federado*, nessa altura, e por larguíssimas décadas, sem interferência dos poderes políticos.

O movimento desportivo infiltrou-se, pouco a pouco, na sociedade em geral, organizando-se civilmente, fora da égide dos governos dos vários países. Prolife-

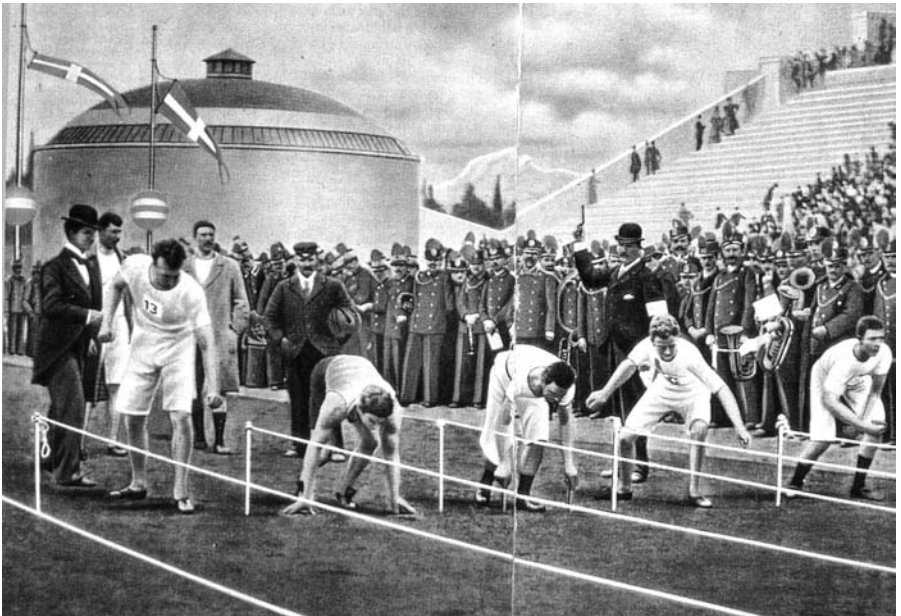


O biciclo, nos meados do século dezanove, todo em ferro, com diâmetros desproporcionados das rodas e os pedais inseridos no eixo da roda dianteira

rando os clubes, elegeram-se associações regionais e federações nacionais, o que não acontecera na Idade Média e nos dois ou três séculos seguintes. Na verdade, o século XIX constituiu o período do arranque definitivo do Desporto Moderno. Foram surgindo as estruturas físicas e aparelhagens. Para além dos ginásios e hipódromos, construíram-se terrenos para o futebol e o raguebi, as pistas para o atletismo com caixas de salto e círculos de lançamento, e, ainda, as piscinas e os velódromos, com a bicicleta a conquistar razoável implementação. Outros desportos que também continuaram na senda do desenvolvimento foram o boxe, a luta, seguidos pela halterofilia.

Por essa época, descobrira-se, na Grécia, o local onde se efectuavam os Jogos Olímpicos Antigos que, evidentemente, se sabia existir, mas não onde, tendo-se começado as escavações, primeiro pelos franceses, depois pelos alemães em 1875. Tal facto despertou muito interesse nos meios desportivos dos vários países, e motivou, por certo, um jovem dirigente francês, Pierre de Coubertin, para a ideia de instituir os Jogos Olímpicos da Era Moderna.

Tendo estudado, e viajado, na Inglaterra, Coubertin sofreu a influência das práticas desportivas inglesas lançadas por Thomas Arnold nas «public-schools»,



A partida da final da corrida dos 100 metros nos primeiros Jogos Olímpicos Modernos efectuados no ano de 1896, em Atenas. Pistas demarcadas por cordas e partidas em vários estilos, com o norte-americano Burke, o vencedor, a usar a partida agachado, então novidade, que ainda hoje é usada nas provas de velocidade.

arvorando-se em defensor acérrimo da educação física escolar em França, bem como do desporto ético, imbuído daquilo que os ingleses designaram por «fair-play» (jogo limpo) e «sportmanship» (desportivismo). Viajou, ainda, para os Estados Unidos, e outra vez para Inglaterra, países onde manteve contactos com os meios desportivos e universitários ligados ao desporto.

Sendo então secretário, aos 27 anos, da União Francesa dos Desportos Atlético, Coubertin organizou uma competição de Atletismo França-Inglaterra (1890). Por essas alturas, uma equipa universitária dos Estados Unidos efectuou uma digressão por alguns países europeus.

Entretanto, Pierre de Coubertin lançou publicamente, e pela primeira vez, numa conferência proferida em Paris no ano de 1892, a ideia da Renovação dos Jogos Olímpicos Antigos. O assunto não entusiasmou a assistência e até se registaram críticas. Mas o jovem e rico Coubertin não esmoreceu nos seus intentos e, taticamente, organizou em 1894 um Congresso Mundial do Desporto, basicamente para tratar e discutir a querela entre o amadorismo e o profissionalismo nas práticas desportivas, e para o qual conseguiu a presença de personalidades inglesas e norte-americanas, que sabia «navegarem nas suas águas». À última hora, Coubertin acrescentou aos itens do Congresso um outro: «Da possibilidade da Renovação dos Jogos Olímpicos Antigos». Finalmente, a 23 de Junho desse ano de 1894, no grande Anfiteatro da Sorbonne, a proposta foi aprovada, depois de escolhida a constituição do primeiro Comité Olímpico Internacional e, após certa discussão, marcada a realização dos primeiros Jogos Olímpicos Modernos para o ano de 1896, em Atenas, como homenagem à pátria dos Jogos Antigos. Presidiu a esse comité o grego Vikelas, ficando Coubertin com o lugar de secretário.

De facto, tratava-se de um «sonho» pois ao tempo da efectivação desses primeiros J.O. somente existiam três Federações Internacionais (F.I.). Como é de calcular, ao tempo os meios de comunicação, bem como os transportes, eram incipientes e lentos, os clubes desportivos poucos e as federações nacionais por modalidades ainda raras.

Esses primeiros J.O. tiveram apenas a participação de 295 atletas, todos homens, representando somente 13 países, competindo em 10 modalidades.

Nos jogos de 1900 participaram, pela primeira vez, as mulheres, em número de 11. Este número ascendeu a 2.481 nos Jogos de Seul, em 1988, onde os países participantes foram 160, o total de atletas masculinos de 7.218, o de modalidades 26 e o de competições disputadas 237.

Hoje, a panóplia do Desporto Mundial, congrega, contando com entidades afins, 175 Federações Internacionais, milhões de clubes e biliões de praticantes federados ou ocasionais.

Numa visão de conjunto das actividades recreativas sócio-culturais e de espectáculo, terá de admitir-se a seguinte opinião de um abalizado autor: «O Desporto é, hoje, a maior paixão da Humanidade, constituindo as suas exhibições os maiores espectáculos do Mundo, designação que, decénios atrás, se applicava aos espectáculos de circo».

Modernamente, o aumento dos tempos livres (ócios-lazeres), as facilidades dos transportes, a proliferação (não em todos os países) das instalações gimno-desportivas, conduziram a uma maior expansão das práticas desportivas, todavia condicionada não só pelas condições sócio-económicas, como pelo temperamento e disponibilidades mentais e culturais das populações.

Com a importância do desporto sempre em crescendo, começaram a surgir, há várias décadas, nos países mais desenvolvidos, departamentos estatais para apoio, geralmente financeiro e logístico, ao desporto. Tal conduziu a uma tutela parcial ou total (caso, ao tempo, dos países de Leste) das práticas desportivas por parte dos respectivos governos. No entanto, o movimento do Desporto Federado tem mantido na maior parte dos países uma independência, mais ou menos alargada, característica advinda desde o início do desenvolvimento do Desporto Moderno, nos séculos XVIII e XIX.

A sucessiva criação das muitas F.I. trouxe, a cada uma das modalidades, ordem e unidade. A jurisdição de cada uma sobre os países praticantes e nelas filiados, impôs disciplina, códigos e regulamentos. Tal permite as competições em qualquer ponto do globo, entre regiões e países, sem discrepâncias. Foi o universalismo desportivo propugnado por Pierre de Coubertin.

O intenso desenvolvimento desportivo das últimas décadas, levou por um lado, ao aperfeiçoamento dos métodos de treino, ao emprego de novos e sofisticados materiais – pistas de atletismo em polieuretano, barcos a remos em fibra de carbono, varas para salto em fibra de vidro – por outro, ao controlo científico das qualidades e dos progressos dos atletas por intermédio de aparelhagem aperfeiçoada, nos centros de medicina desportiva. É a ciência do Desporto, o desporto tecnológico.

Por fim, a cada vez maior importância concedida aos resultados vitoriosos, aos títulos conquistados, aos quais, no profissionalismo estão adreces elevadas verbas, conduziram ao que se considera as chagas do Desporto Moderno, que são a indisciplina, a violência, a corrupção e o «doping».

1. Liderança? Superação!

Superação, meta a alcançar

Tema investigado e estudado até à exaustão. Causador das maiores dúvidas e interrogações. Onde muitas das receitas apresentadas tipo «*a superação, em vinte sessões*» têm fracassado de modo evidente. O que hoje resulta, amanhã já não, bastando para isso que algo se altere no contexto em que decorre a acção de treinadores e gestores. Agravado ainda por cima pelo facto de quem lidera e de quem é liderado serem humanos. Tal como por um meio ambiente complexo, sempre em mudança e turbulento, com constantes apelos à gestão do inesperado.

Pressão, exigência, adversidade

Na vida em geral e no desporto em particular, aprendemos que para haver superação, tem de existir pressão, exigência, aqui e ali, mesmo adversidade. Quase sempre, é na dificuldade que nos transcendemos na busca da concretização de objectivos. O que nos deve levar a concluir que para conseguirmos a superação dos que trabalham connosco, o meio ambiente deve ser exigente e adverso. Sob pena que, se assim não acontecer, entre de imediato em funcionamento o velho ditado que afirma que, «*Se podemos estar deitados, para quê estar sentados? Se podemos estar sentados, para quê estar de pé?*».

* Managing Partner. Team Work Consultores.

Liderança emocionalmente inteligente, liderança situacional

Entre o muito que ultimamente se tem dito acerca da superação, ressalta a necessidade de uma liderança emocionalmente inteligente e de, por vezes, para além do líder formal, emergirem líderes situacionais.

No que respeita à primeira, no sentido de uma autoridade reconhecida, mais do que imposta. Onde quem lidera, para além de estar preparado para o que é esperado, seja capaz de gerir de modo criativo a complexidade do dia a dia. Envolvendo tudo e todos com os objectivos colectivos a serem alcançados. Compatibilizando ambições individuais e colectivas, pois ninguém, ao serviço do colectivo, abandona as suas expectativas e ambições individuais. Gerindo de modo correcto as expectativas e as ambições individuais de cada um dos membros das suas equipas de trabalho. Responsabilizando por via de uma constante participação na definição dos objectivos a atingir e no planeamento necessário para o conseguirem.

Quanto à liderança situacional, deve ser entendida como a existência no interior das equipas de especialistas diversos, consoante as necessidades que a realidade imponha, capazes de em determinadas circunstâncias serem eles os verdadeiros líderes das equipas, em substituição do líder formal.

Liderança (por vezes...) desastrosa

Mas as dificuldades não ficam por aqui. Demasiadas vezes, alguma da liderança que por aí vamos vendo, tem efeitos desastrosos nas atitudes e comportamentos dos que são dirigidos. O que significa que afinal, nem sempre as dificuldades que se verificam no âmbito do exercício da liderança têm a ver em exclusivo com a falta de motivação daqueles que dirigimos. A falta de preparação que aqui e ali revela quem lidera, inquina (envenena mesmo!), o ambiente de trabalho das equipas. Com o tempo e a experiência percebemos como é importante o tipo de enquadramento que fornecemos àqueles que dirigimos, para que estes se motivem.

Compromisso emocional

No que à motivação diz respeito, trata-se acima de tudo de um verdadeiro compromisso emocional. Onde existam objectivos e interesses comuns. Se complementem objectivos individuais e colectivos. Se definam regras da vida colectiva (disciplina assumida) e tarefas, (o quê, quando, como). Participação, responsabilização e envolvimento de tudo e de todos. Adaptação à tarefa e gostar do que se faz, retornos intrínsecos e extrínsecos, gestão das expectativas. Distinção e reconhecimento quanto baste. Existência de Modelos, cuja capacidade de superação constitua exemplo a seguir.

Que os desafios de quem lidera, sejam assumidos pelos que são liderados

Ao longo de trinta e cinco anos de carreira aprendi que os jogadores só eram capazes de assumir os maiores desafios, desde que estes fossem os seus desafios. A comprová-lo, recentemente, Henrique Vieira, treinador da equipa profissional de basquetebol da Oliveirense derrotada na Final da Liga profissional confirmou-o ao afirmar após o jogo em que se consumou a respectiva derrota, «*Acreditei sempre. Os jogadores é que não.*»

A capacidade de superação que tanto perseguimos, depende por isso e acima de tudo de, enquanto líderes, conseguirmos que os nossos desafios também sejam os daqueles que dirigimos. Envolvendo-os num projecto colectivo, onde os desafios a enfrentar sejam assumidos por todos sem excepção. Para que haja superação, os desafios das organizações têm de ser os das pessoas que as compõem, numa profunda identificação colectiva em que o todo seja maior que a soma das partes.

Servir, mais que servir-se

Quem lidera não pode nem deve situar-se ou sentir-se como o centro das atenções, mais preocupado consigo que com aqueles com quem trabalha.

Urge que compreenda que tem de servir, mais do que servir-se. Preocupar-se com os outros. Estar disponível para ajudar os que consigo trabalham, melhorar as suas competências de modo continuado. Mais do que saber, saber ensinar.

Comunicação

Comunicar! Perceber que mais do que aquilo que dizemos, é fundamental o modo como nos fazemos (ou não!) entender. E principalmente que comunicar não subentende tão só falar. Podemos fazê-lo através de expressões corporais quantas vezes bem mais elucidativas a nível comunicacional que as palavras que sejamos capazes de proferir. Ou até mesmo através de silêncios expressivos de uma atenção e escuta particularmente interessada. No âmbito da comunicação não nos devemos satisfazer com o simples facto de termos dito. É fundamental ter a certeza que aquilo que dissemos, foi entendido tal como pretendíamos. Tal como precisamos entender que também se comunica muitas vezes, sabendo ouvir, mais do que falando. Ouvir, como forma de comunicar.

Coaching

O *coaching* como meio ao serviço de um fundamental aprender a fazer, fazendo. *Coaching* para os dirigidos, *coaching* para quem dirige. Constantes *feed back*, não só para quem é dirigido, mas também para os que dirigem. Os «Trei-

nadores do treinador», («Coach do Coach») apresentam-se hoje como alguém cuja colaboração se torna imprescindível.

Para que o erro constitua meio de aprendizagem, por via de uma reflexão constante acerca das suas razões. E o *feed back*, um utensílio decisivo para a nossa melhoria de competências.

Quem joga são os jogadores

Não pode haver ilusões quanto à importância de, desde o momento do recrutamento termos claro que, se quem joga são os jogadores, estes requerem reunir um conjunto de qualidades. John Wooden, treinador de basquetebol norte americano, sintetizou bastante bem o que é fundamental ter em linha de conta no recrutamento. Disse ele vezes sem conta nas preleções que foi efectuando um pouco por todo o Mundo, *«mais do que jogadores altos, quero saber a que altura querem jogar.»* Numa clara alusão à importância de no momento do recrutamento detectarmos a ambição individual e respectivos objectivos e expectativas de carreira daqueles que recrutamos. Acrescentando que, *«mais do que jogadores fortes fisicamente, prefiro buscar aqueles cuja agressividade mental os distinga dos restantes.»* e que, *«mais do que jogadores rápidos em termos de deslocamento, opto sempre pelos que revelam maior rapidez em termos de tomada de decisão.»*

Recrutar com o mínimo de erros possível

Será que no momento de recrutamento, seleccionamos tomando como referência a realidade profissional em que o quadro respectivo se vai integrar? Informamo-nos sobre o currículo respectivo, a experiência, a habilitação académica, sujeitamo-los a testes psico-técnicos, entrevistas, etc. Mas e o que fazemos quanto a ver esses quadros, sob pressão, demonstrarem se possuem ou não, as capacidades pretendidas? Dir-me-ão que é hoje prática comum nas empresas sujeitar os quadros à experiência a um período de estágio determinado. Será no entanto esta a melhor forma de proceder? No desporto profissional norte americano, já muito poucos clubes assim procedem. Cada vez mais, empresas e empresários relacionadas com a colocação de jogadores, promovem no período de transição entre épocas desportivas, treinos e competições entre equipas formadas por candidatos a jogadores profissionais, que decorrem com a duração aproximada de uma semana sob a observação meticolosa de treinadores e dirigentes das diferentes equipas profissionais interessadas em recrutar. Defendem esta via como muito mais interessante desportiva e financeiramente.

Concluíram que os estágios do tipo daqueles que ainda hoje decorrem nas empresas, era uma perda de tempo e dinheiro injustificável, sempre que os quadros à experiência cedo revelavam não possuir as capacidades necessárias.

E achamos sinceramente que têm toda a razão. Algo há que fazer para intervir a este nível e modificar o actual processo de recrutamento.

Confiança

A ser estabelecida entre quem dirige e quem é dirigido. Confiança e respeito mútuos, assentes em aspectos bem objectivos de uma necessariamente cada vez mais profunda inter relação pessoal.

Competência técnica e acima de tudo comportamental. Quem lidera requer nos tempos de hoje adquirir competências no âmbito do domínio de tudo aquilo que se refira à área comportamental. Em relação ao conhecimento daqueles com quem trabalha, mas não só.

Também no que diz respeito ao auto conhecimento e identificação dos seus próprios defeitos e virtudes. À auto estima que lhe permita ser confiável.

Conheço-te, porque me conheço

O respeito pela individualidade dos outros, começa afinal no modo como aprofundamos o nosso auto conhecimento.

Também na necessária honestidade nas palavras e coerência das acções que levamos a cabo enquanto líderes. Quem mente ou é incoerente relativamente ao que diz defender, não é naturalmente confiável. Tal como na preocupação que evidenciamos com os outros, como forma de demonstrar ser capaz de estar para além do nosso próprio umbigo.

Tomar decisões

Tomar decisões e as melhor possíveis, eis afinal o grande desafio que se depara aos gestores e aos treinadores que pretendem alcançar a superação daqueles que dirigem. Ao fim e ao cabo, decidiremos sempre melhor se tivermos uma ideia clara acerca de qual o tipo de equipa ou empresa a constituir e dos modelos de colaboradores que necessitamos para atingir o sucesso pretendido. Tomar decisões significa para o gestor ou o treinador, assumir o que de mais nobre contém a sua função. Será sempre através dessas tomadas de decisão que irão liderar o processo de preparação do grupo de colaboradores sob a sua responsabilidade. Partilhando com estes as suas virtudes e defeitos, ajudando-os a perceber que acima de tudo estão os interesses colectivos. Decidindo sem nunca esquecer que se o fazemos de modo injusto, egoísta ou sem sentido aparente face às regras colectivas que estabelecemos, arriscamo-nos a estar a fazê-lo «contra» a equipa e não a seu favor.

Mesmo em casos em que as decisões tomadas sejam disciplinarmente duras, se forem coerentes com tudo aquilo que esteja definido ao nível das regras funda-

mentais que regem a vida colectiva, podem os gestores e os treinadores ter a certeza que os seus colaboradores serão os primeiros a aceitar tal decisão como «a favor» do interesse colectivo.

Já o mesmo não diremos, sempre que tomem decisões incoerentes com o que já disseram ou defenderam anteriormente, ou pura e simplesmente o façam para «*branquear*» falhas suas. Uma tomada de decisão necessita ser assumida com um passado e um futuro bem definidos. Deve integrar tudo aquilo que do passado possa ajudar a ser uma decisão justa e coerente, bem como antecipar ao serviço de quê estará essa decisão no futuro próximo. Ao gestor e ao treinador pertence ganhar a confiança daqueles que consigo colaboram e, para tal, necessitam mostrar trabalho, (ninguém confia em incompetentes!), ser honestos nas palavras, coerente nas acções e preocuparem-se com os problemas e dificuldades dos que os rodeiam.

A coesão de uma equipa não tem que passar forçosamente pela existência de um clima fraternal entre os seus componentes

Na hora da verdade, o que importa é a luta pelos objectivos comuns e a defesa dos interesses colectivos. A cooperação e o respeito mútuo entre os seus componentes. O amadurecimento individual e colectivo que proporcione condições para que cada componente da equipa se conheça melhor a si próprio e aos outros.

Uma clara definição de tarefas. Tudo isto levado a cabo com o sentido que o todo seja maior que a soma das partes. Procurando o empenhamento total de cada componente da equipa e o sacrificio dos interesses individuais a favor do sucesso da equipa. Para que o rendimento desportivo seja o melhor possível. Por ele lutamos e somos capazes dos maiores sacrificios. Congratulamo-nos quando o alcançamos e temos sucesso. Lamentamos quando por vezes se revela tão difícil conseguir atingi-lo.

As soluções encontradas hoje para uma determinada equipa, dificilmente servirão amanhã, com outros intérpretes e em diferentes circunstâncias.

Quanto às vitórias asseguradas, desiludam-se os que ainda acreditam que isso é possível. E desconfiem daqueles que as prometem. Não há milagres. Com uma excepção. O que sempre acontece quando os colaboradores se motivam e responsabilizam ao redor da conquista de determinados objectivos e interesses comuns. Nesse momento sim. O milagre acontece. Diria mesmo que esse é o verdadeiro interruptor que uma vez accionado conduz ao sucesso e ao rendimento na sua expressão mais profunda. Por melhor que seja a metodologia prosseguida pelo gestor, sem essa vontade própria dos colaboradores, expressa através de uma superação constante, não haverá progresso.

Gerir o sucesso, dificuldade acrescida

No que respeita ao sucesso que todos buscamos, muitas vezes ao alcançá-lo, esquecemos o sofrimento sempre presente na hora das derrotas. Desaprendemos como ultrapassámos as dificuldades que sentimos nos momentos de insucesso. E afinal é muitas vezes na derrota que mais e melhor estamos disponíveis para aprender. Demasiadas vezes, o sucesso torna-nos insensíveis à necessidade de não esquecermos as razões que nos conduziram ao topo. De continuarmos um caminho que só foi positivo, porque na altura certa soubemos decidir de modo conforme com aquilo que cada situação exigia.

Identificação colectiva face aos objectivos a alcançar, grande comunhão de interesses individuais e colectivos

As equipas de sucesso, são as que têm as ideias mais claras quanto ao que pretendem atingir e que melhor definem em devido tempo quais os meios que requerem para o conseguirem. Segundo uma feliz imagem do famoso treinador de basquetebol norte americano Mike Krzyzewski, os membros de uma equipa devem ser encarados como os cinco dedos da mão. Temos mãos com dedos mais pequenos que se juntam com facilidade e se transformam em poderosos punhos fechados. Outras, com dedos por vezes bem maiores, têm dificuldades em se juntarem de modo a formarem punhos minimamente fortes. E acima de tudo raramente se juntam como um punho. Quando assim acontece, as mãos com dedos mais pequenos conseguem formar punhos mais fortes que as outras. O mesmo se passa com as equipas. Quantas vezes vencem equipas cujos componentes à partida não se apresentavam como os mais destacados?

Se no basquetebol, cinco talentosos jogadores não actuam como uma equipa, quase de certeza que não serão tão fortes como cinco jogadores menos talentosos, mas capazes de se juntarem e trabalharem colectivamente ao serviço dos interesses e objectivos da equipa.

As equipas com sucesso, têm habitualmente cinco características fundamentais: Comunicação, Confiança, Responsabilidade colectiva, Preocupação com os outros e Orgulho

Cada uma destas características é como um dedo da mão. São importantes individualmente, mas invencíveis quando juntas sob a forma de um punho cerrado.

Comunicação. Primeira qualidade a salvaguardar. No acto de liderar não há qualidade mais importante que a comunicação. Todos os membros da equipa devem comunicar por via da fala. Olhos nos olhos. É fundamental falar e pensar

alto no decurso do trabalho de equipa, como via de decisiva importância para aumentar os níveis de comunicação entre os membros do colectivo. Para isso é fundamental antes do mais falar verdade. E se para falar verdade no momento próprio, tiver de haver confrontação, assim seja.

A confrontação quando necessária constitui um meio decisivo para o estabelecimento do necessário clima de confiança e respeito mútuos. A equipa reagirá tanto mais rápido às diferentes situações que se lhe deparam, quanto mais a comunicação entre todos os seus membros seja efectiva e eficaz.

Confiança. Sem confiança mútua, dificilmente o processo de comunicação atingirá níveis muito elevados. Ninguém confia entretanto em incompetentes.

Logo a competência revelada naquilo que se faz no dia a dia, constitui um aspecto decisivo para a necessária criação de um clima de trabalho onde exista confiança entre os diferentes membros de uma equipa. Um líder competente, terá por isso muito mais hipótese de estabelecer relações de confiança com aqueles com quem colabora. O mesmo quanto a ser sempre honesto naquilo que diz e coerente nas acções que vai levando a cabo.

Responsabilidade colectiva. Qualquer tipo de erro ou falha, deve ser assumido por todos. Nada de acusações ou desculpas. Num punho cerrado, não deve haver dedos apontados a quem falha ou erra, pois isso enfraquece declaradamente a sua coesão. Perdemos ou ganhamos juntos. A responsabilidade deve por isso ser sempre assumida colectivamente.

Preocupação com os outros. Depois de um erro ou de uma falha é fundamental que todos os membros da equipa se preocupem com aqueles que erraram ou falharam. Cada membro da equipa deve preocupar-se não só com os colegas a nível individual e com a equipa, mas também consigo próprio, procurando ser o melhor possível.

Orgulho. Fazer o melhor possível, ter orgulho no que fazemos. Tudo o que fazemos leva a nossa assinatura, razão mais do que suficiente para fomentarmos o necessário orgulho na obra que produzimos, no passe que fazemos ou no lançamento que concretizamos.

A busca da excelência impõe-nos o reconhecimento da complexidade contida no facto de lidarmos com pessoas

E de estas, por conhecedoras e habilitadas que sejam, dependerem por vezes bem mais da capacidade de superação que possuam e do modo como são lideradas, que propriamente do seu saber e experiência.

O «interruptor» do sucesso

A nível individual e colectivo buscamos o sucesso e o reconhecimento social como um suporte motivacional de decisiva importância. Para o conseguirmos, lançamo-nos dia a dia na procura de eventuais panaceias que nos conduzam ao êxito que almejamos. Até que descobrimos que não existem receitas verdadeiramente capazes de nos proporcionarem o sucesso. Mas sim um caminho que devemos prosseguir paulatina e obstinadamente. Onde a estratégia que utilizamos, a liderança que exercemos e o trabalho de equipa que formos capazes de desenvolver desempenham uma acção decisiva.

Trata-se de primeiro encontrar na realidade as referências e os modelos que nos permitam delinear uma necessária estratégia de acção. Depois encontrar um princípio estratégico mobilizador de tudo e de todos, o guia orientador da intervenção da generalidade dos membros da organização a que pertencemos. Juntar-lhe valores, cultura quanto baste.

Por fim levar à prática formas de liderança capazes de respeitarem questões decisivas em tudo o que se refira ao trabalho com pessoas. Quem joga são os jogadores, logo é por eles e para eles que tudo deve ser feito. No caso das empresas ou dos clubes, os respectivos quadros. No que se refere aos Partidos que concorrem a eleições, o eleitorado. Que requerem ser envolvidos, responsabilizados, mobilizados ao redor de objectivos e interesses comuns. Dando oportunidade a que o todo seja maior que a soma das partes. Quem é dirigido precisa de adquirir confiança em quem o lidera. Por via de uma autoridade reconhecida mais que imposta.

Competência, honestidade e coerência. Seja qual for a organização, requer perceber de uma vez por todas que os resultados a obter dependem acima de tudo da mobilização de tudo e de todos ao redor de objectivos e interesses comuns. Uma estratégia de acção conforme com a realidade social vigente, o respeito pela cultura e os valores daqueles a quem nos dirigimos e uma liderança onde dia a dia seja reconhecido que quem joga são os jogadores. E que é por eles e para eles que tudo deve ser feito. Sejam eles quadros de empresa, atletas de um clube, militantes de um Partido, eleitorado, etc. Numa interacção turbulenta, dinâmica e o mais flexível possível. Respeitadora da necessidade de quadros cada vez mais criativos e autónomos. Capazes de gerirem o inesperado. E formados segundo a tese que, se jogamos conforme treinamos, temos de treinar como se joga.

2. Superação, meta a atingir

Estamos longe de ter descoberto o interruptor capaz de, uma vez activado, fazer com que treinadores e gestores, atletas e quadros de empresa se superem todos os dias. No entanto e apesar dessa dificuldade, somos hoje capazes de,

mesmo assim, conseguir identificar alguns dos aspectos decisivos para que essa superação aconteça.

Paixão, gostar daquilo que se faz

Quem lidera, deve ser um modelo quanto à paixão que revela em todos os seus desempenhos e conseguir transmitir a todos os que o rodeiam a noção que o seu trabalho faz sentido e tem objectivos que valem a pena. As pessoas têm de acreditar no que estão a fazer e ter confiança umas nas outras.

Visão

Ter uma visão clara acerca do que se pretende atingir. Quais os modelos de jogo (realidade), equipa (empresa) e jogador (quadro) que perseguimos e os objectivos a alcançar a curto, médio e longo prazo.

Estratégia

Definir antecipadamente e face à realidade com que nos vamos defrontar, qual a estratégia e o princípio estratégico que pretendemos vir a seguir, de modo a surpreender tudo e todos e a fazer a diferença necessária. Quando o treinador do FCPorto José Mourinho anunciou contra tudo e todos no decurso da época 2001/2002 que pretendia ser campeão na época seguinte, definiu desde logo uma actuação estratégica que viria a ter influência decisiva em tudo aquilo que posteriormente aconteceu. Idem no que se refere ao famoso princípio estratégico definido pelos parques da Disneylândia, «*vendemos um sorriso*». Quem em Paris e em Orlando não sentiu já, na prática, o impacto contido nesta afirmação? Aquilo que definimos de um ponto de vista estratégico, fará, ou não a diferença, a partir de um determinado momento.

Objectivo, otimizar o rendimento daqueles que dirigimos

Eliminar, o mais possível, tudo aquilo que de pessoal ou ambiental possa ser lesivo do atingir do máximo das possibilidades da generalidade dos colaboradores. Estar atentos à importância decisiva que cada vez mais assumem aspectos como sejam, o sentido de carreira, a ambição permanente de querer ir mais longe e saber com clareza o que se quer atingir, a capacidade de resistir à frustração do insucesso, à fadiga e à dor, a manifestação de uma constante responsabilização no processo de preparação.

O que é afinal a otimização do rendimento?

Optimizar o rendimento, por um lado exige saber potenciar o que de melhor possuímos tendo em vista a superação que buscamos. Pelo outro, que tudo o que acontece ao nosso redor em termos da cultura e valores existentes, da estratégia definida, da liderança e trabalho de equipa levadas a cabo, contribua para essa mesma otimização. Por melhores que sejam a formação ou o treino a que nos sujeitemos, caso algo falhe no plano individual ou em relação a tudo o que nos envolve, é óbvio que se reduzem de modo significativo as condições necessárias para que a superação seja conseguida.

Também não basta o domínio do conhecimento científico cada vez mais evoluído. É preciso que nos envolvam em tudo o que à preparação diga respeito, nos responsabilizem por tudo o que a partir daí venha a acontecer.

Optimizar o rendimento, pressupõe uma constante melhoria de competências

Que nos ajude gradualmente a reflectir sobre a relação existente entre as informações constantes que o ambiente e o exercício da sua actividade nos vão transmitindo, a energia necessária para atingir os objectivos a que nos propomos e as capacidades volitivas que nos disponibilizem para ultrapassar as muitas dificuldades com que iremos deparar. O conhecimento técnico, o saber previamente adquirido é importante, mas não é suficiente! Fundamental é saber fazer, aprender a fazer fazendo, apoiado em constantes retornos de informação que utilizem o erro como meio pedagógico fundamental.

Respeitar a cultura e os valores

A procura da superação é um caminho, onde a cultura e valores vigentes exercem uma extrema influência. Quem lidera deve por isso respeitá-las e, caso pretenda alterar algo, necessita envolver todos os que consigo colaboram, ganhá-los para a construção de um sonho conjunto.

É por via dessa cultura e valores que a cada um de nós nos são apontados os modelos que precisamos e os comportamentos e as atitudes mais adequadas.

É ou não verdade que um dos maiores problemas com que nos defrontamos reside precisamente na nossa bem evidente falta de hábitos culturais de base e na nociva noção que liminarmente nos vai sendo dada, que o sucesso é possível sem grande esforço e dedicação? Ou pior ainda, que para o alcançar é necessário «atropelar» tudo e todos, se necessário, «matar o pai e a mãe, para ir ao baile do orfanato»? Ou ainda pior! Que não vale a pena, pois a superação é algo de inatingível?

Atenção aos critérios utilizados e à coerência com que se reconhece alguém face à cultura e aos valores vigentes.

Distinguir é apontar modelos!

Já repararam os efeitos perversos de um reconhecimento público de alguém que não corresponde em nada aos valores que se pretendem exaltar? O efeito será precisamente o inverso daquele que se pretende atingir! Em vez de motivar a busca da excelência, estamos a dizer a tudo e a todos que não vale a pena o esforço!

Distinção e reconhecimento

Saber distinguir e reconhecer os colaboradores que assim o justifiquem, (retornos positivos, referências elogiosas, prémios, bónus, promoções, etc.).

No decurso do dia a dia de uma equipa ou empresa, é fundamental sermos capazes de apontar como modelos aqueles que melhor se identificam com a visão que defendemos. Tal como conseguirmos ajudar a organização no seu todo a criar uma identificação colectiva que ajude cada um dos seus membros a perceber quais as tarefas que lhe pertencem tendo em vista ajudar a concretizar os objectivos apontados.

Organização e disciplina

Quando se trata de ambicionar a excelência, também a organização e a disciplina têm uma palavra a dizer. No âmbito da disciplina, uma vez estabelecidas as regras iniciais, ela deve decorrer sem dramas. Ou seja, quem prevarica sabe os riscos que corre e as sanções respectivas que lhe são inerentes. Quem cumpre, vê permanentemente distinguido o seu modo de proceder.

Quanto à organização, não me esqueço de ainda em 1977 nos EUA América, ter reparado que, ao contrário do que acontecia entre nós, no princípio da preparação de jogadores e equipas, nunca se verificava a tradicional carga da então chamada «preparação física». Questionei então o treinador responsável. A resposta não podia ser mais elucidativa:

«Esse não é um problema meu. No final da época passada, todos os jogadores foram testados e os respectivos resultados devidamente registados. Neste princípio de actividade, tal como está previsto no Regulamento de Disciplina, limitamo-nos a controlar se o jogador se apresenta ou não nas mesmas condições em que terminou a época anterior. Se sim, tudo bem. Se não, é multado conforme o Regulamento e perde logicamente a posição relativa que ocupava na equipa.»

Disciplina assumida, auto-preparação, responsabilização individual, ingredientes que afinal ilustram o porquê de diferenças culturais cuja influência posterior nos jovens é extremamente grande

E tudo isto a começar o mais cedo possível. Em casa, junto da Família, na Escola, no Clube. Cumprimento de horários e das regras da vida colectiva previamente estabelecidas. Modo de vestir ou equipar, o respeito que é devido a companheiros e adversários, etc. Organização, disciplina assumida, autoridade reconhecida, eis mais um «segredo» a caminho da excelência. Individual e colectivamente, constante apelo a uma atitude e comportamentos disciplinados, melhoria constante através de determinado tipo de trabalho extra de auto-preparação.

Confronto e oposição, factores de progresso

Devemos confrontar opiniões e saber respeitar eventuais oposições. Não temer o confronto de ideias e ter a noção objectiva que a oposição é um factor de progresso. Quem joga são os jogadores e não os treinadores. É por isso fundamental conseguir que eles se transformem em parceiros activos da sua própria formação e desenvolvimento. E não que, como tantas vezes acontece, sejam meros receptores de uma orientação que não os envolve e responsabiliza.

São seres humanos, logo pensam, interpretam, emocionam-se. Erram, aqui e ali. Por vezes até acontece serem preguiçosos ou pouco ambiciosos. Razões mais do que suficientes para que os estimulemos quanto basta, a ponto de conseguir que se superem permanentemente a caminho da excelência. Ensinando-os desde muito cedo a gerir de modo adequado os seus recursos, nas diferentes situações que se lhes deparem. Bem como a combinarem adequadamente esses recursos com as fontes energéticas requeridas pelas actividades a que se dedicam.

Quem não viu já o modo desordenado e extremamente cansativo em termos de gasto energético com que um iniciado aborda um gesto desportivo? É ou não profundamente diferente do modo económico e eficaz como procede um atleta de alto rendimento? Bastante!

O que significa que, para otimizar o rendimento, é fundamental um aumento gradual de conhecimentos dos atletas ou dos quadros de empresa, transformando-os em verdadeiros especialistas na leitura antecipada das situações que se lhes deparam. Tal como no modo como conseguem concentrar-se naquilo que verdadeiramente importa para alcançar o resultado pretendido e no modo como gerem a sua actividade profissional.

A busca da superação, não é uma meta impossível

Pelo contrário! É a única alternativa para quem pretenda ter sucesso. Perante a complexidade e as dificuldades contidas na realidade com que nos confron-

tamos, ou nos superamos, ou ficamos muito aquém da afirmação profissional pretendida. E atenção que não basta para isso estar preparado para o esperado. Ter habilitações académicas quanto basta. É fundamental também, sermos capazes de gerir o inesperado e a turbulência do dia a dia. Aprender a fazer, fazendo. Sem receitas determinadas previamente. As soluções de hoje, tendem a rapidamente deixar de o ser.

***Procurar a superação, não é o mesmo que dizer
que temos de vencer a todo custo!***

Competir envolve perder e ganhar e é fundamental que, quer num caso, quer noutra, esteja sempre presente a intenção de aprender, de desenvolvimento pessoal e colectivo.

Na constante busca dos melhores e piores, dos mais e dos menos capazes, não pode nem deve desaparecer nunca a solidariedade necessária para que a vitória momentânea de uns, tenha de representar necessariamente o esmagamento dos outros. Bem pelo contrário! É de decisiva importância saber implementar uma fundamental preocupação com quem competimos. Quer sejam companheiros de equipa ou adversários. Cujas melhorias gradual constituirá o incentivo que necessitamos tendo em vista os progressos que almejamos alcançar.

Vencer a todo o custo não conduz ao desenvolvimento pretendido, pois assenta desde logo numa enorme falta de respeito e consideração por aqueles que conosco competem. Conduz à natural desmobilização dos derrotados. Muitas vezes à sua desistência. E dessa postura dificilmente resulta progresso e desenvolvimento.

Vencer a todo o custo? Não! Ser cada vez melhor ao serviço da equipa? Sim! Perceber que, afinal, quanto maior a oposição que se nos depara, melhores condições temos para o desenvolvimento das nossas capacidades.

***Nos Clubes e nas Empresas, competir representa
perder e ganhar; insucesso e sucesso***

Exige a clarificação entre os melhores e os piores. Os mais e os menos capazes. Sem a competição sempre presente no nosso dia a dia, onde iríamos buscar o apelo constante à superação e à necessidade de atingirmos a excelência? Buscar o sucesso, significa dar o nosso melhor, tentar ser excelente quanto possível. Sem esquecer que se passa o mesmo com aqueles que conosco competem. E com os que fazendo parte da nossa equipa, juntam o seu esforço ao nosso.

Os nossos adversários e o esforço que desenvolvem para nos ultrapassar, bem como a cooperação dos componentes da nossa equipa, proporcionam-nos as condições necessárias para nos superarmos. Sem adversários, não há oposição.

Sem oposição, não há progresso. Sem o apelo constante a objectivos mais exigentes, não haverá superação!

Que não se confunda o que acabamos de dizer, com aquilo que por vezes alguns defendem. Não se trata de obter sucesso a todo o custo. Muito menos aceitar a tese que no desporto ou na empresa, se trata de vencer, ou morrer! Que vale tudo, desde que se obtenha sucesso! Mas, por favor, não aceitem também o oposto! Que não importa ter sucesso, que ganhar e perder é a mesma coisa! Se for assim, então para quê competir? E se não competirmos, onde vamos encontrar os estímulos que nos fazem falta? Existe afinal um ponto intermédio. O de sermos capazes de valorizar a participação na competição fazendo ressaltar acima de tudo o esforço que desenvolvemos todos os dias no sentido de alcançarmos o sucesso que almejamos.

Até porque a qualidade da competição requer de todos nós um enorme grau de empenhamento!

Ter sucesso é realmente importante

Logo participar de modo de empenhado na busca desse sucesso não tem nada de negativo! A busca do nosso melhor só é possível por via da competição com alguém. Exige trabalho árduo, determinação, treino. Requer talento. Sem trabalho, não há predestinados que resistam. Só o talento, nada resolve. Grandes atletas, treinadores, músicos, escritores, empresários, há muito que nos dizem que mais do que de inspiração, o que lhes valeu foi a transpiração inerente à sua entrega de corpo e alma na busca da excelência.

Eis porque não há que ter medo da competição e muito menos abdicar de todos os dias procurarmos ser melhores. Termos sucesso. Tal como é importante reconhecer que, sem companheiros de equipa que conosco cooperem e adversários que nos confrontem e desafiem, seria praticamente impossível atingirmos a excelência. Precisamos uns dos outros! Sem adversários, não há competição. Sem companheiros de equipa, dificilmente atingiremos o sucesso. Quanto maior a oposição, melhor! Impõe-se assim respeitar não só os nossos adversários, como os nossos companheiros de equipa, criando por essa via as melhores condições para alcançarmos os objectivos a que nos propusemos.

E atenção! Quando dizemos que devemos respeitar os adversários, não nos referimos a ser gentis ao ponto de não lutarmos até à exaustão para os vencer! Tudo o que seja inferior ao esforço máximo que temos de desenvolver para ter sucesso, significa não respeitar os que conosco competem! Devemos aos nossos adversários, o nosso melhor! Respeito pelo adversário, não pode nem deve significar perda de competitividade.

Não se compete entretanto só com os adversários. A competição interna, com os próprios companheiros de equipa é algo de fundamental. Respeitar os companheiros de equipa, está para além de cooperarmos com eles.

Sem a oposição interna representada no facto de possuírmos companheiros de equipa que permanentemente possam pôr em causa os cargos e as funções que ocupamos, alguém duvida dos perigos contidos em nos acomodarmos?

Oposição externa e interna, cooperação e respeito mútuos, eis afinal os ingredientes base que nos impulsionam para a necessidade de melhorarmos continuamente as nossas competências.

Liderança? Superação!

*Jorge Vilela de Carvalho **

I. De Olímpia a Roma

Durante mais de mil anos, entre o ano 776 antes de cristo (a.C.) e 397 depois de cristo (d.C.), o povo helénico convergia, de quatro em quatro anos, para a Olímpia, uma cidade da Grécia, para «participarem» na maior manifestação desportiva e cultural da época, onde os melhores atletas competiam e como recompensa recebiam coroas feitas de oliveira silvestre.

As competições atléticas, hoje universalmente designadas por desporto, eram um instrumento e veículo para a paz e o diálogo entre os povos; ritualmente decorriam, esses jogos, de quatro em quatro anos, na cidade que deu origem à designação Olímpicos, considerado como um espaço sagrado que não poderia ser profanado como garante para a preservação das regras a que estavam sujeitos não só os actores activos mas também os que de uma forma directa se encontravam ligados quer à preparação quer à competição dos atletas, nomeadamente os treinadores, os juízes. Até mesmo o público não poderia ser portador de qualquer instrumento que pudesse subverter as normas estabelecidas.

O mito criado em torno desse acontecimento, também transposto para os atletas, demonstrava por um lado o reconhecimento face às limitações humanas em que só alguns conseguiam a superação, por outro revelava a crença dos gregos, em que, o aperfeiçoamento do ser humano levaria à transcendência, à comunicação com um ente superior. Esta visão holística do homem como unidade espiritual e material requeria, conseqüentemente, não só uma preparação do «físico» bem como dos factores condicionantes à capacidade de prestação atlética ao mais alto nível. Como também eram cuidados outros valores humanos que se prendiam com as artes, nomeadamente concursos de música, de poesia, de teatro e outras manifestações culturais.

* Chefe de Missão Paralímpica Atenas 2004.

Poderemos considerar que, a esses conjuntos de valores, estava subjacente a cultura com toda a sua complexidade veiculada de uma forma universal e massificante através dos Jogos Olímpicos da Antiguidade pondo em interacção participantes, uns mais activos e outros menos, todos se revendo nos diferentes símbolos, sendo glória e celebração a atribuição da coroa Olímpica.

Hoje o prémio, a coroa de oliveira, foi substituída pela medalha e por outros bens materiais que os atletas recebem e também se acabou com o amadorismo, abriu-se a competição aos profissionais do desporto, mas continua a magia e o sonho que encanta muitos como foi o exemplo do «Dream Team», a equipa de basquetebol americana. Apesar das inúmeras vitórias, manifestaram que o maior sonho que possuíam era o de participarem nos Jogos Olímpicos.

Criados em 776 a.C. por dois reis, Lícurgo, de Esparta e Ífitos, de Élide para pôr fim a uma guerra entre Elis e Pisa os Jogos Olímpicos da Antiguidade Clássica foram cancelados pelo imperador romano, Teodósio I, no ano 393 da nossa era, por considerar que já se encontravam adulterados sem o valor e fins para as quais foram criados. Mil e quinhentos anos mais tarde, é atribuído ao francês, Baron, Pierre de Coubertin o mérito de ter restaurado os Jogos Olímpicos da Era Moderna os quais tiveram a sua estreia na cidade grega de Atenas em 1896. Um século depois, eis o regresso em 2004 para celebrar dois Jogos, Olímpicos e os Paralímpicos.

A Grécia que até já teve quatro jogos; para além de Olímpia, existiam os Jogos Píticos, os Nemeus e os Istmicos, constituindo-se numa criação ímpar na evolução da Humanidade.

Mais de meio século após o relançamento dos Jogos da Era Moderna, estrearam-se em 1960 os Jogos Paralímpicos criados pelo neurocirurgião Sir David Guttmann como um meio dos atletas com a condição de deficiência restaurarem a sua conexão com o mundo exterior.

Os Jogos Paralímpicos como um paralelo aos Olímpicos pretendem promover a cultura de direitos humanos, uma cultura da inclusão por oposição a todas as formas de discriminação e exclusão social; por outro lado o desporto é utilizado como instrumento para a (Re-)habilitação, para a melhoria da imagem, sobretudo para tornar as pessoas com a condição de deficiência sujeitos intervenientes neste planeta cada vez mais global e diversificado.

Portugal, no contexto das relações internacionais, não poderia, de modo algum, permanecer indiferente a este movimento mundial, que no entanto só começou a acompanhar doze anos mais tarde, isto é, em 1972 para dois anos depois ver o trajecto ser interrompido pela alteração política que ocorreu no nosso país com as consequentes mudanças políticas, sociais e culturais, nomeadamente o desenvolvimento do associativismo donde despontaram as organizações de e para deficientes que possibilitaram, catorze anos mais tarde a participação de Portugal nos Jogos Paralímpicos de 1984 em Nova York, nos Estados Unidos da América.

Na sociedade hodierna vive-se, cada vez mais, um Tempo de Desporto em busca de uma nova significação e de valores para a sociedade. É a Organização

Mundial de Saúde que vem veiculando o papel do desporto na promoção da Saúde, é a UNESCO que realça a sua importância na Educação, é também a UEFA que promove campanhas contra a discriminação racial, é a Fundação FIA e a Federação Internacional do Desporto Automóvel (FIA) que lança uma campanha de prevenção rodoviária. São os Chefes de Estado e de Governo que em Nice reconheceram o desporto enquanto Actividade Humana que incorpora valores: Culturais, Sociais e Educativos.

Ao Ano Europeu de Educação pelo Desporto 2004, aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2004 em Atenas, ao EURO 2004 em Portugal seguir-se-á o Ano Internacional do Desporto 2005 da ONU, entre muitas outras iniciativas desportivas em vários pontos do globo um conjunto que irá lembrar-nos, a semelhança dos primórdios dos Jogos, o papel e importância que o desporto poderá desempenhar para desenvolver nos cidadãos a autonomia, a capacidade de utilizar as novas tecnologias e de saber interagir numa sociedade global cada vez mais diversificada e multicultural, conforme prevê por exemplo a OCDE como principais competências para o cidadão do futuro.

Pretendemos, assim, subordinado ao tema «Missão Paralímpica Atenas 2004», efectuar um percurso num tempo cultural evolutivo, articulando linhas de desenvolvimento, entre o passado o estado actual e as perspectivas futuras, efectuando uma abordagem detalhada dos Jogos Paralímpicos através da análise comparativa com os Olímpicos para que nos ajude a entender aquele fenómeno desportivo para atletas «com a condição de deficiência» e também nos leve a compreender, a aceitar e a sermos parte do processo de inclusão das pessoas diferentes.

Assim, estruturado em quatro partes, «De Olímpia a Roma» contextualizamos a génese do Movimento Olímpico e Paralímpico, analisamos de seguida os «Jogos Paralímpicos», para depois falarmos da realidade portuguesa na «Missão Paralímpica Atenas». Por fim, ensaiaremos repensar e projectarmos o futuro, da «Educação para a Cultura através do Desporto».

II. Jogos Paralímpicos

Três semanas após o encerramento oficial dos Jogos Olímpicos, irá ter lugar de 17 a 28 de Setembro a XII Edição dos Jogos Paralímpicos, destinado aos melhores atletas de cada país participante do que é considerado, o segundo maior evento desportivo mundial, logo a seguir aos Olímpicos, quando comparados em termos de duração, da dimensão, da complexidade, e do número de pessoas e provas envolvidas.

Prevê-se, em Atenas 2004, a presença de 130 países de todos os continentes, a participação de 4000 atletas a competirem em 18 desportos, enquadrados por 2000 membros do *staff*, 950 oficiais técnicos, 2500 membros da família paralímpica, 15000 voluntários e a cobertura jornalística efectuada por 3000 profissionais da comunicação social.

1. Significado e Origem de «Paralímpicos»

A designação oficial em língua inglesa é «Paralympic Games», cujo prefixo «para» da palavra «Paralympic» exprime a ideia de aproximação ou é paralelo segundo a palavra grega «para» (cerca de). Trata-se, de facto, de uns Jogos Olímpicos para Deficientes, mas como sabemos, a própria Carta Olímpica protege e possui normas restritas quanto ao uso dos símbolos Olímpicos.

Chegou-se a atribuir, inicialmente, a origem do termo Paralímpico à composição das palavras paraplégicos e olímpicos (para + olímpicos) uma vez que os lesionados medulares (geralmente designados por paraplégicos e tetraplégicos) foram as únicas categorias desportivas de deficiência que participaram nas quatro primeiras edições. Mas também é sabido que os gregos utilizam a palavra «paraplegikós» para paraplégicos ou «paraplegia» para significar paralisia parcial, donde se conclui que a origem não está na etimologia da palavra que se relaciona com a tipologia da deficiência.

A palavra «Paralímpada» foi utilizada pela primeira vez por um paraplégico hospitalizado em Stoke Mandeville num artigo (1951), publicado no «The Cord» periódico dos paraplégicos, intitulado «Alice at the Paralympiad».

Embora se considere, oficialmente, a data de 1960 como a da realização dos primeiros Jogos Olímpicos para Deficientes, esta designação nunca foi aceite pelo Comité Olímpico Internacional (COI) que só em 1985 em reunião com o organismo do desporto para deficientes, Comité Coordenador Internacional (ICC – International Coordinating Committee) aceitou, evitar utilizar a denominação «Jogos Olímpicos para deficientes» passando a designar-se «Jogos Paralímpicos» e em troca receberia apoio do COI que inclusive nomeou Walther Troeger como delegado junto dos paralímpicos.

Nunca se pretendeu fundir os Jogos Paralímpicos nos Olímpicos, salvo um número restrito de atletas que se organizaram nesse sentido nos inícios dos anos noventa, mas sempre se defendeu a preservação de uma identidade que é própria do desporto para atletas deficientes; também nunca se pretendeu isolar os atletas deficientes do desporto regular, antes pelo contrário, defendeu-se sempre a inclusão.

Hoje já existe estreita cooperação entre o COI e o desporto para deficientes, sobretudo com os três grandes movimentos desportivos mundiais (entre os quatro existentes) para deficientes, tendo originado a autorização para a utilização do termo Olímpico, no Special Olympics International (SOI), nos Jogos da Special Olympics para a deficiência mental em geral, no Deaflympics, Jogos Olímpicos para surdos e no Paralympic Games. É preciso observar, mormente nos dois últimos casos, a omissão da letra «O», uma restrição imposta pelo COI.

Para a língua portuguesa a tradução adoptada, pelo movimento desportivo português para deficientes foi, Jogos Paralímpicos, embora na actual proposta de alteração da Lei de Bases do Sistema Desportivo, de Dezembro de 2003, se fale no Comité Paraolímpico de Portugal. É uma palavra que, para além do que impõe a

Carta Olímpica, deverá merecer uma análise por parte da Sociedade de Língua Portuguesa, do Comité Olímpico de Portugal (COP) e do movimento desportivo para deficientes para que passe a constar a denominação aceite no vocabulário da língua portuguesa e no dicionário.

2. *Vós sois o Coubertin dos Deficientes*

Assim se dirigiu o Papa João XXIII, da varanda da Cidade de Vaticano perante os 400 atletas em cadeira de rodas participantes em Roma 1960, referindo-se ao Dr.º Ludwig Guttmann por ter sido o pioneiro do desporto para deficientes nos programas de reabilitação em 1944 no Hospital de Stoke Mandeville de Aylesbury, em Buckinghamshire, Inglaterra, ao organizar em Inglaterra em 1948 os primeiros Jogos Nacionais de Stoke Mandeville e em 1952 os primeiros Internacionais que deram origem aos primeiros Jogos Paralímpicos de 1960.

O eminente médico Dr.º Guttmann, alemão, judeu, especializado em reabilitação de militares deficientes causados pela II Guerra Mundial, fugiu da Alemanha para a Inglaterra onde, a convite do Governo Britânico, fundou um centro para a recuperação dos lesionados medulares e também os denominados «estorpiados» de guerra, ou seja os amputados e outras deficiências físico-motoras.

Guttmann, à semelhança de Coubertin foi um Homem, de Sonho, de um Ideal, veiculado através do Desporto, materializado num acontecimento universal que são os Jogos, sustentados por uma Organização.

Guttmann procurou sempre a convergência com os Olímpicos, primeiro fazendo coincidir as competições em 1948 com a XIII Olimpíada de Londres, em 1952 com a de Helsínquia e em 1960 com o de Roma. Outro exemplo foi o emblema, para os Jogos, criado pelo Guttmann, consistia em três rodas (da cadeira de rodas) entrelaçadas com o lema «Amizade, União e Desportivismo».

Sir Ludwig Guttmann faleceu antes dos Jogos Paralímpicos de Arnhem, na Holanda, isto é, em Março de 1980, mas teve a oportunidade de assistir a realização de cinco Jogos Paralímpicos. Fundou e foi presidente da Federação Internacional dos Jogos de Stoke Mandeville (ISMGF – International Stoke Mandeville Games Federation), assistiu ainda à criação da Organização Internacional de Desporto para Deficientes (ISOD – International Sports Organizations for Disabled) e da Associação Internacional de Desporto e Recreação para a Paralisia Cerebral (CP-ISRA – Cerebral Palsy International Sports and Recreation Association).

3. *Olímpismo e Paralímpismo*

Neste contexto Fernand Landry numa comunicação, apresentada no I Congresso Paralímpico Barcelona '92 questionava se o «Olímpismo, Olímpicos, Paralímpismo, Paralímpicos: São convergentes ou divergentes as noções e os percursos em véspera do terceiro milénio?».

Antecipando-nos a Landry podemos afirmar, apesar da especificidade e da autonomia que se deve respeitar de cada movimento, os Olímpicos e os Paralímpicos que são convergentes. Senão vejamos o que nos diz o especialista em estudos Olímpicos, o primeiro no COI a ocupar-se da temática dos Paralímpicos:

- Primeiro, refere-se, a própria terminologia, apesar de diversas denominações adoptadas na evolução dos Paralímpicos, desde da sua génese, até ao consenso conseguido com o COI.
- Este reconhecimento do COI, que também o é por parte da comunidade internacional, demonstra a maturação e o empenho do próprio Movimento Paralímpico em melhorar a qualidade dos seus serviços e produtos.
- Considera coincidentes a visão do Guttmann e de Coubertin quanto à missão do Olímpismo e do Paralímpismo, expressas na divisa Olímpica «Citius, Altius, Fortius» em que o «altius» pretende significar os valores imateriais e morais da mensagem social, cultural e educativa do desporto, ou seja, o dever de uma procura constante de aperfeiçoamento interior, para a qual se torna necessário ultrapassar obstáculos, subjectivos e objectivos, que à partida parecem intransponíveis mas que só é conseguido com vigor e rigor de espírito.
- O Papa João XXIII conseguiu sintetizar essa Missão dizendo aos atletas paralímpicos «Sois a demonstração viva das maravilhas que pode atingir à virtude da energia. Haveis dado um grande exemplo, para o qual gostaríamos de enfatizar, porque pode ser um guia para todos nós: haveis demonstrado o que um espírito enérgico pode conseguir, apesar dos obstáculos aparentemente insuperáveis impostos pelo corpo».
- Esta busca da excelência desportiva pela elite Olímpica e Paralímpica, o aperfeiçoamento e a transformação no símbolo da eficiência na deficiência relançou quer os Olímpicos quer os Paralímpicos para o sistema mundial, como uma imagem de marca, atraindo os políticos, a comunicação social, os empresários, dando assim, uma nova dimensão do desporto na economia social.

Poderíamos neste caso continuar a tecer os pontos de convergência, ressaltando as particularidades, o que não é oportuno no momento, mas deixamos para posterior reflexão e para os mais interessados, a análise dos programas de âmbito mundial, de comum intervenção de ambas as organizações.

4. Ciclo Paralímpico

O Ciclo Paralímpico, o mesmo dos Jogos da Antiguidade, decorre de quatro em quatro anos durante o Verão, desde de 1960, para os Jogos Paralímpicos de Verão e a partir de 1976 para os Jogos Paralímpicos de Inverno.

Segundo o princípio do paralelismo em relação aos Olímpicos, para os Jogos de Verão, devem ter lugar a seguir aos Jogos Olímpicos, e sempre que possível deverão realizar-se no mesmo país, na mesma cidade, utilizar as mesmas infraestruturas, desportivas e logísticas. Os recursos humanos e o Comité Organizador devem ser partilhados. O Comité Organizador dos Olímpicos deve prestar apoio financeiro aos Paralímpicos o mesmo também se recomenda ao Governo do país anfitrião bem como aos patrocinadores.

Em doze Jogos Paralímpicos, de Roma, 1960 a Atenas, 2004, 10 edições coincidem com o mesmo país, exceptuando duas, a primeira em 1968 e a segunda em 1980 em que os países foram, respectivamente, México e ex-União Soviética. São 7 as cidades Olímpicas sede dos Jogos Paralímpicos, 5 não acolheram os Paralímpicos, duas já sabemos que foram México e Moscovo e as restantes 3 foram Munique em 1972, Montreal em 1976 e Los Angeles em 1984.

Quanto às infraestruturas utilizaram-se, em Seul, 1988, pela primeira vez as mesmas instalações desportivas; em 1992 a mesma aldeia Olímpica serviu ambos os Jogos e um único comité organizador foi COOB'92 em Barcelona e é ATHOC para Atenas 2004.

Barcelona '92, para além de os Olímpicos e os Paralímpicos terem tido em comum o país, a cidade, as instalações desportivas, a aldeia olímpica, mas pelo facto do comité organizador e dos recursos humanos terem sido partilhados, os Jogos Paralímpicos foram considerados os Jogos da Integração.

Grécia, a cidade de Atenas, a organização ATHOC, e os próprios gregos, ficarão também na história dos Paralímpicos como já afirmam, em virtude de, à semelhança dos Olímpicos, os atletas paralímpicos e o respectivo staff não pagarem uma taxa de inscrição.

5. Elegibilidade e Classificação Desportiva

Os Jogos da Antiguidade apenas admitiam o sexo masculino daí que, e para evitar fraudes, os homens competiam nus. Na Era Moderna foram autorizadas, pontualmente, as presenças femininas nas provas de Ténis e Golfe (1900), de Tiro com Arco (1904) mas só a partir de 1912 em Estocolmo é que as mulheres foram admitidas contrariamente à posição de Coubertin que foi sempre contra a presença feminina. Deste modo, para além da divisão das provas para homens e mulheres, existem outros critérios de diferenciação como são os escalões etários, as categorias por pesos corporais como na luta, no judo e no boxe, etc.

No caso dos paralímpicos, não é condição suficiente possuir uma deficiência, é requerida, regra geral e com especificidade própria de cada desporto, ter uma

deficiência considerada mínima para ser elegível para participar no desporto de competição para deficientes e em particular nos Jogos Paralímpicos.

Daí que, segundo as normas internacionais e da Organização Mundial da Saúde (OMS), se requer, não só, possuir um diagnóstico que ateste a deficiência mas que a sua manifestação seja observável e testada sem recurso aos meios de diagnóstico e terapêutica. A causa poderá originar lesões e/ou anomalia, de natureza congénita ou adquirida, isto é, antes, durante e após o nascimento, de carácter não regressivo cuja manifestação se traduza numa evidente desvantagem, neste caso no desporto, numa situação de competição em relação aos atletas considerados normais.

Assim, de acordo com a localização topográfica da lesão ou da anomalia provocada na estrutura e/ou na dinâmica do corpo humano, temos quatro grandes áreas de deficiência, a saber: mental, sensorial, físico-motora e orgânica.

Cada área possui subdivisões quanto ao tipo de deficiência, para o nosso caso, importa saber que da área mental o tipo da deficiência é a mental/intelectual, da área físico-motora temos quatro tipos, os amputados, a paralisia cerebral, os lesionados medulares e «les autres», da área sensorial são a deficiência visual e a auditiva, não participando este último tipo de deficiência nos Paralímpicos mas sim nos Surdolímpicos.

6. As Regras e os Desportos Paralímpicos

Regula o desporto para deficientes, pese embora os factores inerentes ao conceito de desporto adaptado, um princípio fundante que é o do atleta ser autónomo na execução de qualquer gesto desportivo. Quer isto dizer, de acordo com a natureza da sua prática, a estrutura e a dinâmica da modalidade, podem sofrer alterações em relação ao que se encontra padronizado para o desporto dito normal, os aspectos normativos são adaptados, aos praticantes é autorizado, quando justificado, o recurso as ajudas técnicas e dispositivos de compensação e poderá ainda o atleta recorrer ao apoio de uma terceira pessoa.

Quer isto dizer, para o caso de ténis em cadeira de rodas que o(s) jogador(es) utilizam uma cadeira de rodas para competirem, em toda a regra existe apenas uma alteração que permite devolver a bola ao segundo toque no solo e todo o resto mantém-se inalterável. No caso de um cego no atletismo corre com um acompanhante ao lado que se designa por guia, um amputado poderá utilizar uma prótese para poder competir, etc.

As regras para o desporto são as dos organismos internacionais do desporto regular, com as tais alterações permitidas, como da FIFA para o futebol, da FIBA para o basquetebol, da FINA para a natação, da IAAF para o atletismo. Existem, naturalmente, regras específicas para desportos como goalball para cegos, boccia para a paralisia cerebral e que não encontram paralelo no desporto regular.

Os desportos do programa paralímpico para Atenas 2004 são 18: atletismo, basquetebol, boccia, ciclismo, equitação, esgrima, futebol, goalball, halterofilia, judo, natação, ténis de mesa, ténis, rãguebi, tiro com arco, tiro, vela e voleibol.

7. A Tecnologia e a Acessibilidade

Em Estocolmo, 1912 registou-se não só a estreia feminina nos Jogos Olímpicos como também a inovação tecnológica com a utilização pela primeira vez do foto-finish e da cronometragem electrónica em vez da manual.

O desporto paralímpico para além de acompanhar e beneficiar da evolução tecnológica do desporto regular e paralímpico em particular, começou por utilizar as cadeiras de rodas nos primeiros Jogos em Roma 1960, e não mais parou com a evolução das próteses, das ortóteses e demais ajudas técnicas e dispositivos de compensação, não só desportivas, como as destinadas às actividades da vida diária (alimentação, higiene, vestir, etc) numa constante procura da evolução para a autonomia, para uma vida com qualidade e dignidade.

Neste âmbito, o conceito de acessibilidade, não se restringe tão somente a eliminação das barreiras e/ou obstáculos físicos relacionados com a mobilidade e a acessibilidade, significa sobretudo, criar um ambiente favorável que viabilize o acesso de todos a todos os sectores da sociedade em igualdade de oportunidade, começando pela informação, comunicação e que se deve estender às actividades de lazer, recreação, tempos livres e desporto.

8. O juramento do Atleta Paralímpico

O juramento Paralímpico é lido, em nome de todos os atletas paralímpicos participantes, por um atleta paralímpico do país organizador publicamente na cerimónia de Abertura dos Jogos.

O juramento diz o seguinte *«Em nome de todos os competidores / Eu prometo que nós iremos tomar parte / nestes Jogos Paralímpicos / respeitando e em obediência as regras que os regem / com um espírito desportivo / pela glória do desporto / e honra das nossas equipas.*

O juramento Olímpico tem lugar desde dos Jogos da Antuérpia em 1920.

9. O Hino Paralímpico

Intitulado o «Hino do Futuro», foi o francês Thierry Damis quem compôs em Março de 1996 o Hino Paralímpico, mas em Outubro de 2001 o Comité de Gestão do Comité Paralímpico Internacional aprovou uma nova versão.

10. A Chama Paralímpica

É uma tradição, que remonta aos Jogos da Antiguidade, acender a Chama Olímpica que teve a sua estreia em 1928 na IX Olimpíada em Amesterdão, mas somente foi institucionalizada na XI Olimpíada, em Berlim em 1936 e que é seguida nos Jogos Paralímpicos. Nos Jogos Olímpicos de Barcelona '92 a Chama Olímpica, colocada num pontos cimeiros do Estádio, foi acesa com uma pontaria certa de um arqueiro espanhol deficiente que também acendeu a Chama Paralímpica.

11. A Tocha Paralímpica

Um ritual dos Olímpicos, a Tocha Paralímpica, também é utilizada para sensibilizar a população para a problemática da deficiência recorrendo a diversas iniciativas e inclusivé associando os líderes da opinião pública. O Presidente dos Estados Unidos da América, Bill Clinton, foi o primeiro porta Tocha Paralímpica, participando num percurso de 1660 quilómetros que teve início na Casa Branca, atravessou mais de 100 cidades e foi transportado por 1000 participantes. Nos últimos Jogos, realizados em Sydney, a Tocha Paralímpica teve início na capital, em Camberra, percorreu vários Estados e cidades para depois terminar no Estádio Olímpico de Sydney, em Nova Gales do Sul.

III. Missão Paralímpica Atenas 2004

Prevê-se que a Missão Portuguesa aos Jogos Paralímpicos de Atenas 2004 seja constituída por cerca de 39 atletas e que venham a tomar parte em seis desportos: atletismo, basquetebol, boccia, ciclismo, equitação e natação. A concretizar-se a presença da equitação será a nossa estreia nesta modalidade.

O nosso país já esteve presente em 6 edições dos Jogos Paralímpicos com um total de 155 atletas que conquistaram 64 medalhas (22 de ouro, 19 de prata e 23 de bronze) em 7 desportos: atletismo, basquetebol, boccia, ciclismo, futebol, natação e ténis de mesa.

Em Sydney 2000, ficamos classificados em 26.º lugar entre os 125 países participantes, com 53 atletas a disputarem 7 desportos, conquistámos, o melhor resultado de sempre, que foram 15 medalhas sendo 6 de ouro, 5 de prata e 4 de bronze.

Participámos pela primeira vez na IV Edição dos Jogos Paralímpicos, antes de Abril de 1974, em Heidelberg, Alemanha com uma equipa de basquetebol em cadeira de rodas constituída pelos utentes do Centro de Medicina Física e Reabilitação do Hospital de Alcoitão (Estoril) e do Hospital Ortopédico de Santana (Carcavelos). Na altura não existia nenhuma estrutura de enquadramento orgâ-

nico do desporto para deficientes, muito menos se verificava uma prática desportiva regular que estivesse dotada de um quadro competitivo próprio e nem o desporto regular oferecia essa possibilidade aos atletas deficientes.

A revolução de Abril interrompeu a nossa participação internacional que foi retomada somente doze anos depois, em 1984 em Nova York, seguindo-se-lhe Seul em 1988. Estas duas participações foram da responsabilidade da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (APPC). Posteriormente, já sob os auspícios da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes (FPDD) tomámos parte em Barcelona '92, Atlanta'96 e Sydney 2000 e será também o caso de Atenas 2004.

Pós setenta e quatro houve, entretanto, alguns sinais de abertura política por parte do Governo com a criação, em 1977, de um Sector de Desporto para Deficientes na Administração Pública Desportiva, a instituição do Secretariado Nacional para a Reabilitação, e a realização de um Seminário Internacional de Desporto e Tempos Livres para deficientes.

Estes esforços não foram frutíferos, e não o são ainda hoje, por falta de conhecimento, sobretudo muita falta de interesse, por parte dos agentes da Administração Pública acerca da realidade internacional e das especificidades deste fenómeno desportivo. Na altura devido também a uma má cooperação entre o Estado e o movimento associativo para deficientes, revelou-se uma acentuada falta de entendimento quanto às responsabilidades das partes envolvidas sobre a verdadeira essência e finalidade do desporto para deficientes. O projecto foi abandonado, na época, com graves consequências que se fazem sentir ainda hoje, tanto para a sociedade em geral como para os nossos concidadãos com a condição de deficiência.

Dezasseis anos depois, surge a primeira iniciativa legislativa que contempla, com as «devidas adaptações», o desporto para deficientes na Lei de Bases do Sistema Desportivo (LBSD /1990), três anos após foi aprovado o Regime Jurídico das Federações Desportivas (1993), permitindo a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes adquirir o estatuto de Utilidade Pública Desportiva (UPD) em 1995, neste mesmo ano, o Regime de Alta Competição é extensível aos atletas deficientes, em 1997, uma Portaria vem reconhecer e conceder prémios aos atletas pelas medalhas conquistadas, nos desportos, disciplinas, especialidades e provas paralímpicas, nos Campeonatos da Europa, do Mundo e Jogos Paralímpicos.

A recém aprovada alteração à Lei de Bases do Sistema Desportivo (2003, Dezembro) consagra a criação do «Comité Paraolímpico de Portugal» que, consideramos nós, é uma medida estruturante para o futuro do desporto para deficientes, dependendo os benefícios que daí poderão resultar, por um lado do modelo de organização que vier a ser adoptado pelo movimento associativo desportivo, por outro lado do grau de envolvimento do Estado, e dos vários Sistemas e Sectores da Administração Pública Central e Local.

Apesar da abrangência e da importância da LBSD são, de facto, as medidas de apoio aos atletas de elite integrados no regime de alta competição, sobretudo

os do Projecto Paralímpico 1995-1996 é que vieram provocar, a par do Projecto Super-Atleta Sydney 2000, significativos ganhos, e de uma forma directa e indirecta, provocaram profundas alterações quer no subsistema desportivo para deficientes quer no desporto português em geral.

Em 1996, no âmbito do Projecto Atlanta, verificou-se uma melhor cooperação entre a Missão Paralímpica e Olímpica, com o apoio do Comité Olímpico de Portugal (COP) tendo-se concretizado pela primeira vez as medidas de apoio ao Plano de Preparação e de Participação Paralímpica, que tinha sido assinado entre o COP, a Confederação de Desporto de Portugal (CDP) e o Instituto de Desporto.

Em 1997 deu-se o início, mais cedo, à implementação do Contrato-Programa, embora com significativa redução dos apoios financeiros, ao Projecto Sydney e ao lançamento de um primeiro plano estruturado de *marketing* desportivo baseado na imagem de marca do «Super-Atleta» no âmbito da campanha pró-bono da empresa Young & Rubican.

O certo é que em trinta anos de história do nosso desporto, o Estado e o Governo português estiveram quase sempre ausentes, apesar da alteração da consciência política e social, reflectindo-se, deste modo, essa apatia estatal, consequentemente, num desinteresse por parte de diferentes sectores da nossa sociedade, apesar dos resultados de mérito e de excelência desportiva dos nossos atletas, e do reconhecimento internacional da qualidade e prestígio dos nossos recursos humanos. Bem como do alto nível organizativo dos grandes eventos internacionais realizados no país.

A título de exemplo passaram despercebidas para o nosso país as profundas alterações operadas no cenário desportivo internacional sobretudo entre 1985-1992, mesmo as que ocorreram no seio da União Europeia no período de 1993-2001. No domínio da Cooperação Internacional, em 1983, iniciámos a cooperação com a Europa, os nossos agentes desportivos e organismos nacionais foram convidados a intervir não só na Europa, como na América Latina, na Ásia. Em 1989 iniciámos a Cooperação com o Brasil, e com os PALOP's.

Todas estas iniciativas, não foram ou estão sendo devidamente acompanhadas e apoiadas. Inclusive a Carta do Desporto dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) não faz referência aos atletas deficientes, os próprios Jogos até hoje não incluíram provas para os atletas deficientes. Foi anunciado, no final do ano de 2003, que os próximos Jogos dos Países de Língua Portuguesa, a ter lugar em Angola em 2005, terão provas para deficientes. Só no início do ano 2000 é que os projectos de cooperação com os PALOP's começaram a ser apoiados, ainda que, de uma forma tímida.

Ainda no plano nacional não se verificaram mais valias para o sector económico, a nossa indústria não investiu nem na produção das ajudas técnicas e dispositivos de compensação, nem nos materiais e apetrechos desportivos. Ao nível de comércio não houve a preocupação de pensar neste mercado, os nossos empresários e as empresas, de um modo geral, tiveram sempre o receio de associarem a sua marca à imagem dos atletas deficientes e aos paralímpicos. O projecto

Super-Atleta Sydney 2000 trouxe algumas mudanças na área dos patrocínios o que já é mais expressivo com a adesão ao projecto Atenas 2004.

Nas áreas da Educação e Saúde, consideradas por nós como sendo dois sectores chaves, não foi devidamente correspondida a nossa intervenção, continuando a manter-se o *status quo* mínimo das dispensas às aulas de educação física e da utopia do desporto escolar com a exclusão dos alunos com necessidades educativas especiais NEE's. Os agentes de saúde, uma grande maioria, continuam apavorados com o desporto e manifestam, para com os deficientes e seus familiares, o fantasma do agravamento da patologia, evitando, deste modo, que o deficiente, no desporto, se transforme em atleta.

Quanto aos actuais responsáveis pelo desporto escolar estão cheios de boas intenções para que os cerca de oitenta mil alunos com NEE's possam realizar, em primeiro lugar o direito à opção em função da informação e da formação a receber e em segundo a praticar desporto. No âmbito da saúde é preciso apostar na filosofia da habilitação preconizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de se implementar uma estratégia, através de equipas multidisciplinares, de despiste, aconselhamento e encaminhamento para a prática da actividade física desportiva.

A Investigação, para as diversas Entidades Públicas e Privadas com intervenção neste sector, continua a não ser uma prioridade, muito menos nos ajudam a esclarecer o que é isto do desporto para deficientes, da actividade motora adaptada, da actividade física adaptada, do desporto terapia, do desporto, etc. Torna-se necessário apoiar a investigação, a produção de conhecimentos técnico-científicos, desenvolvimento das novas tecnologias no âmbito das ajudas técnicas e dispositivos de compensação, a produção de manuais, de material em suporte digital e a implementação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) associadas ao desporto.

A Comunicação Social, para além de tratar mal, mau tem sido o serviço prestado e devido ao desporto para deficientes. Até hoje, nenhuma estação de televisão fez uma transmissão em directo de Jogos Paralímpicos e da participação portuguesa. Esperamos que em Atenas venha acontecer pela primeira vez. Em Sydney no entanto já tivemos, no âmbito do projecto Super-Atleta, uma cobertura diária por parte de jornalistas e repórteres fotográficos da imprensa escrita e agência de notícias.

As Autarquias locais permanecem um eco silencioso da administração central. Umaz dizem que fazem, mas não assumem os deficientes no pelouro do desporto, remetendo-os para a acção social, muitas outras mantêm-se em silêncio. Das 308 Câmaras Municipais, 4252 Juntas de Freguesia, apenas o exemplo de umas poucas alimentam-nos todavia a esperança que outras se seguirão em 2004.

O próprio Sistema e Subsistemas desportivos e Sectoriais continuam passivos à inclusão. Já nos referimos às autarquias, mas temos o desporto para trabalhadores, as colectividades de cultura e recreio, o desporto universitário, o próprio associativismo desportivo com mais de setenta federações e cerca de oito mil

clubes. Mas quantos são afinal os exemplos? Julgo que o associativismo desportivo para deficientes atingiu, em 1994, o limite das suas capacidades com três mil atletas e duzentos clubes. O projecto da constituição do Comité Paralímpico de Portugal poderá contudo ser um catalizador, não só para o processo de inclusão nas estruturas regulares mas sobretudo para promover a massificação, a diversificação de oferta em termos de modalidades. E ainda de muitas outras vantagens.

Os nossos governantes e políticos, demasiado tempo, ignoraram os nossos atletas, só em Sydney 2000 tivemos pela primeira vez a presença de membros do governo, da administração pública desportiva e da reabilitação e do Comité Olímpico de Portugal. Com o Projecto Super-Atleta Atenas 2004 já temos desta vez o apoio do Primeiro Ministro, e um maior envolvimento dos membros do Governo. Outra conquista deveras importante é o envolvimento do Presidente da Assembleia da República e conseqüentemente de alguns deputados.

O apoio político, aos atletas deficientes, trouxe actualmente, directa e indirectamente, significativas mais valias ao desporto para deficientes em geral e em particular aos paralímpicos, pelo que o futuro com certeza será melhor dimensionado.

É tempo de pensar no futuro, não só mediato mas também a longo prazo, não só, já, em Pequim 2008 mas nas futuras Missões 2012, 2020 como expressão da vontade em realizar o presente, antecipando o futuro ao presente. E simultaneamente construir um património como legado para as gerações vindouras que seja não só de esperança num futuro melhor mas antes de tudo de uma nova humanidade, com qualidade de vida, tolerância, de respeito pelas diferenças.

IV. Educação para a Cultura através do Desporto

Os europeus, num estudo da Comissão Europeia publicada pela «Eurobaromètre» de Novembro de 2003, consideram em primeiro lugar, que o desporto favorece o diálogo entre as diferentes culturas (81%), em segundo o desporto permite lutar contra toda a forma de discriminação (59%) e 42% entende que a amizade é um valor desenvolvido pelo desporto. Acresce que para além de terem manifestado o gosto pelo desporto, associam-no a valores positivos e realçam ainda o ensejo para que o desporto tenha um papel e importância maior enquanto instrumento educativo e social.

Daí que, a propósito do Ano Europeu proclamado pela União Europeia para 2004, somos levados a defender o paradigma de que deveria ser mais: a Educação para a Cultura Através do Desporto do que apenas a Educação pelo Desporto porque, o próprio desporto, já é um acto educativo e transcendente.

João Boaventura, ao tratar de «Olímpismo e Cultura Desportiva», no livro *Olímpismo, Desporto e Educação* (Edições Universitárias Lusófonas, 1998, p. 44) fala-nos de, «[...] a educação para a paz através do Desporto» face à acessibilidade e à linguagem universal do desporto.

Precisamos de facto, do desporto, como um instrumento massificante, com uma linguagem universal e acessível a todos e capaz de veicular valores positivos por forma a contribuir na formação do cidadão do futuro: tolerante que saiba compreender a diversidade e de interagir numa sociedade cada vez mais multi-cultural.

Nesta perspectiva, «A educação deve contribuir para a auto formação da pessoa (aprender e assumir a condição humana, aprender a viver) e aprender a tornar-se cidadão» como nos refere Morin, na sua obra *Reformar o Pensamento* (Edições Piaget, 2002, p.71), para uma «aprendizagem cidadã». Ou seja: «Os cidadãos devem estar conscientes da sua dupla pertença: nacional e planetária. Entre estes dois termos existem cidadanias intermediárias, por exemplo, a europeia» conforme ele refere igualmente na Reforma do Pensamento e da Educação no Século XXI (*As Chaves do Século XXI*, Edições Piaget, 2002, p. 291).

Os Jogos Olímpicos, da Antiguidade Clássica e da Era Moderna, foram e são considerados um instrumento universal, com todos os seus simbolismos representando um equilíbrio da diversidade multicultural porque foram e são capazes de «sintetizar um código de cultura universal com um código de cultura particular», como afirma Neise Abreu no seu texto «Olympic multiculturalism: proclaimed universal values versus cultural relativism» na publicação *Olympic Studies* (Editora Gama Filho, 2002, p. 223). Esta transculturalidade é salientada por Anibal Justiniano no seu trabalho, *O Olimpismo Como Projecto Cultural Social* (Edições Universitárias Lusófonas, 1998, p. 19), ao dizer-nos que «A universalidade dos Jogos Olímpicos Modernos começou, saindo das fronteiras condicionadas na antiguidade pelo mundo grego para um caminho que se estendeu a todas as nações do mundo civilizado actual».

Por conseguinte pretendemos ver reconhecido neste tempo e mundo, considerado como civilizado, o movimento paralímpico como uma expressão de vontade e dos direitos que assistem às pessoas com a condição de deficiência. No passado a pessoa, considerada um cego, ou um amputado, era pura e simplesmente eliminado em Esparta. Hoje em dia, felizmente, o mesmo já não se passa, a mesma pessoa é considerada com capacidade ao invés de inválido, sendo capaz de se tornar um símbolo da eficiência apesar da sua deficiência pelo que importa valorizar o que ainda resta e não o que se perdeu.

Lenta e longa tem sido a evolução histórica do conceito e estatuto da pessoa com deficiência na sociedade, para se chegar à conclusão, ainda não partilhada por todos, que a «deficiência não existe» porque «A deficiência não é uma constante» como nos explica Hesbeen no livro *A Reabilitação* (Lusociência, 2002, XVI).

Assistimos ao «Fim das certezas, aparecimento da pluralidade de futuros» numa inequívoca afirmação de Prigogine que mais adiante acrescenta: «Num universo que deixou de ser um universo de certezas, restabelecemos também a noção de *valor*», na sua obra intitulada *Flecha do Tempo e Fim das Certezas* (*As Chaves do Século XXI*, Edições Piaget, 2002, pp. 26 e 28).

Se à concepção da deficiência aplicarmos a ideia do fim das certezas e a pluralidade de futuros, o mesmo poderíamos fazer em relação *homo faber* porque, quando «toda a Europa vestiu o fato-macaco», conforme nota introdutória de Steiner à obra de Huizinga (*Homo Ludens*, Edições 70, p.10), a qual acrescenta: «Daí em diante, o que predominou na civilização foi ter consciência social, aspirações educacionais, juízo científico. Esta sobrevalorização grotesca do factor foi condicionada pela nossa veneração do progresso tecnológico, ele próprio fruto do racionalismo e do utilitarismo depois destes terem aniquilado os mistérios e libertado o homem da culpa e do pecado».

Já antes a visão holística do homem fora recusada, no século XVII, por Descartes que entendia o organismo humano como uma máquina, ao dividir o ser humano em duas substâncias diferentes, a *res cogitans* e a *res extensa* alimentando a ideia do carácter não produtivo e não utilitário do *Homo Ludens* defendendo que o *Homo* seria apenas *Sapiens* e *Faber*.

Ao concluirmos importa salientar que vivemos um novo Tempo de Desporto, que é assumido como uma necessidade para a nossa civilização, vital não apenas em termos de uma qualidade material mas enquanto veículo de um novo código de valores, que é simultaneamente meio e fim, como o é a própria cultura.

Não poderíamos deixar de incluir, mesmo após termos concluído o nosso trabalho, a informação sobre a expedição «quebram o gelo» (Breaking the Ice), inserta no jornal PÚBLICO, página 36, de 5 de Janeiro do corrente ano, sobre a iniciativa de quatro israelitas e quatro palestinianos que «quiseram integrar uma expedição à Antárctida, para mostrar que é possível uma cooperação entre os dois povos», considerando eles que, «É uma espécie de exercício para aumentar o espírito de equipa, num ambiente cheio de situações de perigo» pretendendo com este gesto «[...] dar um muito bom exemplo de como diferentes povos podem viver e cooperar, juntos» possibilitando assim, «[...] a povos que não se conhecem uma oportunidade para ter uma ideia menos estereotipada do outro».

A metáfora é magnífica pelo que ousamos dizer que é tempo de recuarmos apenas três mil anos atrás, perceber os gestos dos reis, Licurgo, de Esparta, e Ífitos, de Élide, por forma a reforçarmos ainda mais a vontade da maioria dos povos europeus que defendem novos valores para o desporto, nomeadamente o de favorecer o diálogo entre todas as diferentes culturas existentes no planeta. De oriente a ocidente, do norte a sul.

ANTROPOLOGIA DO DESPORTO: O REENCONTRO COM HERMES

Rui Proença Garcia *

Nota prévia

Como professor da disciplina de Antropologia do Desporto no curso de licenciatura da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto, perguntamos todos os anos aos nossos alunos, logo na primeira aula, que ideia é que têm sobre esta disciplina. Invariavelmente as respostas convergem para o estudo das culturas do passado, do exótico, das actividades associadas ao mundo rural e para o estudo dos jogos tradicionais. Quase ninguém associa a Antropologia do Desporto ao estudo do homem que pratica desporto. Admitimos que para a criação daquela ideia contribuam algumas capas de livros, justamente intitulados de Antropologia do Desporto, escritos em diversas línguas, que invocam o exotismo, por vezes conotado correcta ou incorrectamente com o «primitivo», para se revelarem ¹.

Normalmente os alunos associam o estudo do passado a-histórico ao antropólogo, o passado histórico ao historiador e ao sociólogo associam o estudo das sociedades modernas, em especial a abordagem àquilo que decorre nas cidades, no quotidiano.

Poucos são os alunos, mesmo dos cursos de mestrado ², que vêem a antropologia como uma ciência (ou conhecimento) do homem e não apenas como uma visão do passado intemporal, quiçá arquétipo, com contornos narrativos ou fabulosos, fatalmente desprovidos de valor científico.

* Professor Catedrático da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto.

¹ Um exemplo, entre outros, é o livro *Antropologia del Deporte*, de Kendall Blanchard e Alyce Cheska, Barcelona: Ediciones Bellaterra, 1985, em cuja capa se apresenta uma fotografia de dois homens lutando e muitos outros assistindo, talvez tirada numa qualquer povoação africana.

² A Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto lecciona no presente momento seis cursos de mestrado, dos quais cinco comportam a disciplina de Antropologia do Desporto ou afim, o que revela a enorme importância atribuída à análise cultural para a consecução da superior missão da Faculdade.

Porém, o tempo muda e com ele mudam-se, com rapidez³, algumas concepções que grassaram no estudo do desporto. Hoje, e tal visão é pacífica, a Antropologia do Desporto volta-se decisivamente para as pessoas, sejam elas do mundo da ruralidade sejam, e cada vez o são mais, do mundo urbano. A antropologia entrou sem receios na cidade, no *shopping center* – verdadeiro *ágora*⁴ da con-temporaneidade –, nas sofisticadas academias onde se cultua o corpo, e nos estádios – autênticas catedrais do desporto moderno⁵. Porém, nesta diversidade topográfica, a Antropologia do Desporto não abandona a compreensão do passado, pois este é o garante da nossa condição humana que se expressa numa identidade constantemente renovada, mas, qual paradoxo, assente em valores comuns que importam preservar. E aqui é da mais elementar justiça relembrar nomes de ilustres investigadores que olhando para o passado souberam, e sabem, projectar o futuro, casos do saudoso Professor Noronha Feio e do Doutor Mário Cameira Serra, que lá no interior serrano, na cidade da Guarda, tem conseguido dar vida a este pensamento. Por outro lado, é curial referir o nome do Doutor Jorge Crespo, sem dúvida alguém que ajudou a credibilizar a antropologia *sobre as coisas* do desporto.

Finalmente, para concluir este breve intróito, urge afirmar que a antropologia não está sozinha no papel de conferir um significado humano ao desporto. Se uma das exigências da modernidade⁶ foi o esboroar do homem (um discurso em estilhaços, nas palavras de Baczkó⁷) em áreas de estudo para que assim melhor pudesse ser explicado e compreendido, actualmente uma das tarefas mais gratificantes que se coloca ao investigador é o de proceder a sínteses integradoras do ser humano, pelo que antropologia, sociologia, filosofia e mesmo pedagogia dão as mãos entre si, projectando-as para outras áreas, com o fito de sustentarem uma ideia de *pessoa praticante de desporto*.

A Antropologia do Desporto, longe dos grilhões impostos por visões parcelares do ser humano, convoca outros saberes para tentar essa ciclópica e infinita

³ Se a mudança é uma constante das sociedades humanas (como nos canta Camões: *Mudam-se os tempos / Mudam-se as vontades / Muda-se o ser / Muda-se a confiança / Todo o mundo é composto de mudança / Tomando sempre novas qualidades*), o que particulariza o nosso tempo é a velocidade com que ela se desenvolve.

⁴ Do grego *agorá*, sendo o grande centro cívico das cidades gregas, onde as pessoas se reuniam para o comércio, convívio, manifestações sociais e religiosas, etc. (de acordo com a *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura, Edição Século XXI*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 1, pp. 843-844).

⁵ É bem recente, Outubro/Novembro de 2003, a discussão emotiva sobre qual é a verdadeira catedral do futebol português, polémica essa veiculada pela comunicação social, particularmente pela imprensa desportiva.

⁶ Julián Marías considera que a filosofia ocidental conserva esta fragmentação, sendo já visível, provavelmente mesmo proveniente, na Grécia Antiga. *El Tema del Hombre*. Madrid: Espasa Calpe, 1996, pp. 12 e 13.

⁷ Baczkó, Bronislaw, «Homem», in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 42. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000, pp. 384-404.

tarefa da nossa própria compreensão. Não será uma compreensão abstracta mas na acção desportiva, pelo que todos os elementos constantes desta acção são sujeitos da antropologia. Atletas, desde os de alta competição até àqueles mais esporádicos, treinadores, público, professores e alunos de Educação Física, passando pelos investigadores, jornalistas e muitos outros, todos se assumem como elementos fundamentais para o correcto entendimento de um dos mais mediáticos e concorridos fenómenos do nosso tempo.

Uma história sem importância

Durante alguns anos calcorreei uma boa parte da floresta amazónica brasileira⁸, satisfazendo a exigência que um trabalho de campo de cariz antropológico sobre povos que habitam a imensidão verde, impõe aos seus autores. Desloquei-me dentro da floresta de avião, avioneta, em canoas de alumínio com motores extremamente potentes, em canoas escavadas em árvores e movidas à custa dos vigorosos braços de «índios», a pé, enfim, numa multiplicidade de meios que me levaram a locais onde a realidade excede o sonho maravilhoso. Fui presenteado com paisagens inarráveis, com cores que nenhuma paleta de pintor conseguirá reproduzir com exactidão, com momentos mágicos que não se repetirão. Vi cenários que nunca tinha presenciado e deixei de ver muito daquilo que no nosso quotidiano está sempre presente. Afastei-me do trivial, daquelas coisas que enchem as nossas vidas, revivendo o drama inicial de Jacinto, do queirociano romance *A Cidade e as Serras*.

Mas, um pouco por todo o lado, fui confrontado com a existência de pequenos e mal acabados campos de futebol, com as suas balizas, por sinal bastante toscas, bem erguidas ao alto, igualando-se às naturais árvores amazónicas, num claro desafio axiológico entre civilizações⁹. O desporto, neste caso o futebol, a assumir a categoria de um autêntico universal antropológico, contribuindo um pouco para a compreensão do tremendo mistério inerente ao ser humano.

Poderão dizer os mais cépticos que estamos perante fenómenos de hegemonia cultural, sendo o futebol uma expressão desse rolo compressor que é a «cultura do branco» em relação àquela outra tradicional dos povos autóctones da floresta. Porém, também é legítimo pensar que estamos frente a um fenómeno muito mais profundo que a simples cópia submissa, em algo inserido no próprio ser, pelo que as práticas desportivas poderão ser entendidas como expressões

⁸ Ver Garcia, Rui; Jurema, Jefferson, «A importância social das brincadeiras das crianças da etnia Tukana da Amazônia brasileira», in *Vértice* (84): 88-93, 1998.

⁹ A este respeito ver Garcia, Rui; Jefferson, Jurema, «Futebol indígena: jogo de (re)criação», in *A Amazônia entre o Esporte e a Cultura*. Manaus, Editora Valer, 2002, pp. 261-266.

contextuais de valores humanos. A isso damos o nome de fundamentos antropológicos que legitimam o desporto na essência do próprio ser.

Desporto, destarte, inscreve-se no homem, tornando necessária a compreensão do mesmo para compreender, depois, aquilo que é praticado, assistido, discutido, investigado ou pensado.

Partamos, então,

Em busca de uma fundamentação antropológica do desporto

No dia a dia somos confrontados com pequenos acontecimentos a que damos uma atenção reduzida ou mesmo nula. Tal acontece pela nossa proximidade com esses momentos (gestos, palavras, rotinas) e porque muito daquilo que se passa em nosso redor nem sempre merece a atenção devida. É provável que sejamos poucos a pensar na monstruosidade probabilística que é o facto de todas as células do corpo humano funcionarem com a harmonia com que o fazem habitualmente. Talvez ninguém se empenhe a pensar que, como exclama Heschel, é um autêntico milagre que entre tantas centenas de milhões de rostos não haja dois exactamente iguais. Talvez também ninguém perca demasiado tempo a reflectir no facto de existirem, desde tempos imemoriais, manifestações humanas que podem expressar, sem custo, a ideia do *nosso* desporto.

É óbvio que não estamos a falar de actividades decalcáveis com as actuais, mas de actividades onde é possível verificar a existência dos grandes valores intrínsecos ao desporto. Para isso basta *ler* com profundidade essas acções humanas, e nada melhor que a hermenêutica moderna para revelar os sentidos profundamente humanos *escondidos* nas práticas desportivas.

Torna-se evidente que a atribuição de sentidos ao desporto pressupõe uma inevitável interpretação, encontrando-se esta prisioneira de um determinado contexto cultural que lhe possibilita, qual redução, um horizonte temporal e topográfico.

Assim, qualquer interpretação sobre o desporto não deve reduzir-se ao imediatismo da prática em si mesma, mas tentar compreender o praticante de desporto, invariavelmente o ser humano, sendo este o grande desígnio da Antropologia do Desporto.

Fruto dos tempos, a racionalidade cognitivo-instrumental¹⁰ tem-se imposto no areópago do desporto, deixando de lado um outro tipo de pensamento, mais de cariz contemplativo, e que agora importa recuperar. As narrativas não têm que ser menos verdadeiras que os «papers» dos congressos científicos. São elementos

¹⁰ A respeito das diversas racionalidades seguimos Boaventura Sousa Santos, no seu livro *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, Porto, Edições Afrontamento, 1996, 5.ª ed., pp. 193-196.

de domínios diferentes e só com a justa reunião entre as várias racionalidades é que será possível aquilatar da enorme dimensão da vida humana.

A antropologia, pelo menos dentro da perspectiva em que a concebemos ¹¹, deve tentar aproximar-se da pessoa humana, daquilo que é inerente a essa condição, seguindo o veio da compreensão, indagando os *porquê* e *para quê* do desporto ¹², do seu significado mais profundo, observando o desporto a partir da pessoa, entendendo-o sempre como um meio e nunca como um fim em si mesmo.

A *nossa* Antropologia do Desporto concretiza, desta forma, o incisivo apelo do Vaticano II, para quem as instituições têm que estar sempre ao serviço do homem e nunca a situação inversa. O homem é, e tem que ser, a medida de todas as coisas, sendo esta a mensagem humanista que queremos transmitir através de um corpo de saberes devidamente estruturado.

Santo Agostinho, sem sombra de dúvida uma das maiores personagens do cristianismo, ao questionar-se sobre o homem (*magna quaestio*), utiliza a primeira pessoa do singular para designar o sujeito e o objecto em questão ¹³. O homem interior surge assim em toda a plenitude e é, em grande parte, esta concepção que nos interessa desenvolver no desporto. Nesta perspectiva, o desporto ao fundamentar-se no homem, em cada homem, obriga-nos a buscar, sem cessar, o sentido encerrado nas suas manifestações. Então, a reflexão sobre o próprio ser humano constitui-se como a agostiniana questão maior da Antropologia do Desporto. Para além do homem se constituir como fundamento do desporto, assume-se também como a sua finalidade (*telos*), numa clara perspectiva teleológica que não cabe abordar neste simples ensaio.

Desporto e Pessoa Humana

A pergunta feita a Édipo «o que é o homem?» é universal, tendo percorrido grande parte da história da nossa existência ¹⁴. Desde os pré-socráticos até aos autores contemporâneos, esta questão tem sido colocada e continua por responder de maneira inequívoca. Das teorias biológicas até às teorias mais esotéricas, de tudo um pouco tem sido convocado para definir este impressionante ser.

¹¹ É óbvio que a disciplina de Antropologia do Desporto leccionada no curso de licenciatura da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto, corresponde exactamente à nossa visão sobre o que deve ser esta área de conhecimento no âmbito do desporto.

¹² Para esta concepção invocamos Teixeira de Pascoaes, qual musa inspiradora, especialmente o livro *O Homem Universal e Outros Escritos*, Lisboa, Assírio & Alvim, p. 72.

¹³ A este respeito seguimos de perto Santo Agostinho, em *Confissões*, São Paulo, Martin Claret, ed. 2002, e Reale, Giovanni; Antiseri, Dario, *Historia del Pensamiento Filosófico y Científico*, Barcelona, Editorial Herder, 1991, vol. 1, pp. 371-400.

¹⁴ Segundo Julián Marías, a reflexão sobre o homem é posterior à reflexão sobre as coisas, sendo tardia na metafísica ocidental. *Ob. Cit.*, pp. 11-12.

Para Aristóteles o homem é um animal político. Platão vê-o como um bípede sem penas. Os estóicos-escolásticos definem-no como um animal racional. Para Séneca é uma realidade sagrada. Descartes defendeu que o homem é um ser que pensa. Muitos outros autores, como Pascal, Marx, Engels, Nietzsche, Scheler, Bergson, Huizinga, com o famoso *homo ludens*, e Edgar Morin, também intentaram as suas versões, mas este tem resistido à prisão que uma definição encerra¹⁵. E não é pelo facto de ser algo dificilmente traduzível por palavras que o homem deixa de o ser. Mais importante que a sua definição é, sem dúvida, a sua plena existência.

A filosofia tem consciência da dificuldade que é compartimentar por palavras o ser humano, pelo que não será estranho que uma actividade profundamente humana, caso do desporto, também não se atrele a definições ligeiras.

Uma definição, seja de homem ou, mais prosaicamente, de desporto, tem que possuir duas características primárias: ser abrangente e, qual paradoxo, limitativa. Abrangente pois deve considerar tudo aquilo que lhe diz respeito. Limitativa dado que tem que excluir do seu enunciado tudo que não faça parte do seu próprio universo. Esta tarefa parece-nos imensa, uma vez que a universalidade da definição nunca nos é formalmente garantida, pelo menos para além de um breve horizonte espaço-temporal.

André-Comte Sponville pensou que teria encontrado para o homem um enunciado com aquelas duas características, afirmando que ser humano é qualquer ser nascido de dois seres humanos. A possível técnica de clonagem, de forma arrepiante, mostra-nos que tal pode não ser assim¹⁶.

Se para a questão «o que é o homem?» a solução não é fácil, para responder à pergunta «quem é o homem?» o problema avoluma-se. Como alude Delfim Santos¹⁷ (p. 274) «posto o problema em referência ao «quem», não interessa conhecer a enumeração dos ingredientes constituintes do homem», mas aquilo que é exclusivamente humano, irreproduzível, «intransferível e conformado ao próprio objecto da pergunta» (idem).

Manuel Ferreira Patrício¹⁸, no respeitante à educação, vai ainda mais longe, indagando «o que é o homem que nos cumpre formar em cada um dos homens?», sendo possível projectarmos este questionamento para a nossa área de intervenção.

As ciências da natureza, indiscutivelmente aquelas a quem mais se tem recorrido para a construção dos saberes do desporto, não têm capacidade para iden-

¹⁵ Encontramos em Anselmo Borges em «Introdução» à edição portuguesa do livro de Pedro Laín Entralgo, uma excelente resenha sobre a evolução da tentativa de resposta à questão «o que é o homem?» que, com o devido respeito, aproveitámos para referir neste breve ensaio. *O que é o Homem*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002, pp. 7-20.

¹⁶ Ver nota anterior.

¹⁷ Santos, Delfim, *Obras Completas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, vol. 3.

¹⁸ Patrício, Manuel Ferreira, *A Escola Cultural: horizonte decisivo da Reforma Educativa*, Lisboa, Texto Editora, 1996, 3.^a ed.

tificar um ser que busca a transcendência da sua própria natureza. E o desporto é, acima de tudo, uma forma de o homem se transcender e expressar esse seu desejo¹⁹. O desporto, mais que uma manifestação (bio)física, é o sentido de uma vontade própria.

Retomando as questões anteriores, frise-se que o «que» se reporta a uma realidade estática, momentânea, enquanto que o «quem» invoca uma dinâmica e novas situações do homem perante a sua própria existência. O homem é o ser que se constrói no tempo e no espaço, pelo que não nos é difícil aceitá-lo como um ser situado temporal e topograficamente²⁰.

Temporal pois há um tempo no qual e mediante o qual o homem se realiza. Topográfico porque se concretiza num lugar próprio, *topos* esse que lhe imprime determinadas características, mesmo morfológicas²¹. Marcel Mauss dizia que distinguia, só pelo caminhar, um inglês de um francês²², como todos nós conseguimos, com relativa facilidade, distinguir pela morfologia um jogador de uma modalidade de um outro que pratique outra coisa, numa clara relação dialéctica entre causa e efeito.

Desta forma torna-se evidente a importância que a antropologia tem para a compreensão do desporto. Sem reflectir o homem, sem analisar a sua situação e o seu contexto cultural, tornamos insuficiente qualquer teorização sobre o desporto. A afirmação do praticante deve sobrepor-se ao praticado, pelo que deveremos renunciar a discursos «coisificantes» do ou sobre o homem. Nesta conformidade, uma qualquer definição e/ou fundamentação de desporto, deverá estar referenciada ao homem na perspectiva dinâmica sugerida pelo «quem é», evitando a referência estática, cristalizada no tempo.

O desporto vive o mesmo drama de temporalidade ou da dinâmica incutida pelo tempo. Aquilo que *ontem* era entendido como verdade, *hoje* pode parecer ultrapassado. Basta lembrar que em tempos não muito idos, início do século XX, aconteceram competições muito estranhas, como a de cuspir em distância. Nessa altura esse gesto foi «desportivizado». Era uma actividade tão legítima para o movimento desportivo como qualquer arremesso ou salto em comprimento.

Por todas as razões, ou «não-razões», atrás apresentadas, a nossa *definição de desporto* tem presente o sentido humano que é dado às diferentes manifestações.

¹⁹ Já tivemos o ensejo de expor o nosso pensamento sobre a transcendência no desporto em «Educação Física: em nome do rendimento ou em busca da excelência», aquando da Conferência de Abertura da II *Convenção das Escolas de Educação Física do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 21 de Novembro de 2002.

²⁰ Temos estes conceitos devidamente aprofundados em «Da desportivização à somatização da sociedade», in *Contextos da Pedagogia do Desporto*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, pp. 113-163.

²¹ Em tempos apresentámos a tese da morfogénese cultural do corpo humano, onde defendemos a ideia que a própria forma do corpo está muito dependente do local onde o processo de vida decorre. *Provas de Agregação*, Porto, Universidade do Porto, 1998.

²² Mauss, Marcel, *Sociologie e Anthropologie*, Paris, PUF, 1989, pp. 365-386.

Assim, **desporto é tudo aquilo que em cada momento se considera ser desporto**. Sabemos que estamos perante uma *impossibilidade* dado que não se pode definir algo por si mesmo, mas não conseguimos melhor do que isto. Sabemos que a tentação para o relativismo axiológico é enorme, mas temos que conseguir aparar os excessos impostos por esse relativismo.

O desporto configura-se e reconfigura-se em função da visão que temos de homem, ou seja, está dependente da nossa cosmovisão. E esta, indiscutivelmente, posiciona o ser humano no centro de onde tem que irradiar todo o pensamento, mesmo sobre o desporto.

Quando reflectimos sobre a Educação Física, consignada que está na nossa concepção ao espaço e ao tempo da Escola, o nosso sentimento mantém-se inalterável. A educação, para o ser, tem que considerar o ser humano, aquele e não outro ser humano, para levar adiante a sua superior tarefa *anagógica*²³, isto é, da elevação da pessoa.

A educação, neste caso particular a Educação Física, não pode desligar-se da criança que lhe é presente, nem do contexto cultural onde está inserida, nem, tão pouco, da matriz que lhe dá forma e sentido, inequivocamente o desporto, no seu mais amplo polimorfismo. Também na Educação Física a diversidade humana se patenteia, pelo que só através de uma esclarecida visão de pessoa humana poderemos ser consequentes e, por isso, educadores.

Mas se o homem é o fundamento dos fundamentos do desporto, também é legítimo pensar noutros *fundamentos*, quiçá mais ligeiros e pragmáticos, para melhor circunscrever a mais impressionante actividade cultural dos nossos tempos.

Consideremos, então, o desporto nos seus aspectos exteriores, facilmente observáveis por todos aqueles que resolverem olhar com cuidado para as suas múltiplas expressões.

Desporto e elementos motores

Ao longo dos últimos anos temos assistido metódica e sistematicamente²⁴ a práticas desportivas, quer aquelas mais simples quer aquelas mais complexas como são, inevitavelmente, as grandes competições mundiais. Temos visto crianças, jovens, adultos jovens e menos jovens, idosos, pessoas com ou sem deficiências, homens e mulheres, quer nos recintos desportivos tradicionais como nos novos locais de prática, caso das novéis academias, nas Escolas – aulas e recreio –, quer ainda em locais mais informais. Também estamos a tentar perceber os valores justificativos destas práticas recentes, ligadas que estão a ideais de

²³ Patrício, Manuel Ferreira, *A Pedagogia de Leonardo Coimbra*, Porto, Porto Editora, 1992, p. 461.

²⁴ Não será fácil contabilizar em horas as centenas de cassetes de vídeo assistidas, nem as observações directas efectuadas nos diversos recintos desportivos.

beleza, de juventude e de saúde, e em todas conseguimos isolar determinados elementos motores ou afins que, ao combinar-se, dão origem às diferentes modalidades ou práticas desportivas. São eles:

- iii) *deslocamentos*. Correr, caminhar, nadar e mesmo voar são elementos universais a que nenhuma prática desportiva em rigor se furta;
- iii) *saltos*. Caso particular de um deslocamento que, com um propósito ou outro, é também muito frequente, seja naquelas modalidades mais «energéticas», seja naquelas de cariz mais expressivo;
- iii) *arremessos*. A ideia de arremessar ou de lançar está patente num sem número de actividades, associando-se muitas vezes às anteriores. Em algumas ocasiões é o próprio corpo ou um seu segmento que é arremessado; e
- iv) *lutas*. Quer na sua forma simbólica ou real, lutar é uma atitude natural do homem, sendo o desporto uma expressão moderna do ideal agónico que há muito é percebido e discutido.

É evidente que estes quatro elementos não têm que se encontrar em todas as modalidades em simultâneo, nem têm que aparecer com o mesmo grau de importância relativa. Se algumas modalidades desportivas enfatizam mais, por exemplo, a corrida, outras, naturalmente, orientam-se em direcção à luta. Podemos ilustrar esta última situação com o judo, onde, ao agarrar o adversário, se luta de verdade, recorrendo-se a deslocamentos específicos, na tentativa de projectar alguém para vencer a prova. Por outro lado, se tomarmos como exemplo o futebol, verificamos que todos estes elementos estão presentes em elevada percentagem, sendo difícil, ou impossível, imaginar um jogo sem a existência de qualquer uma destas simples estruturas motoras.

Contudo, nenhum destes elementos é especificamente humano, nem cada um *per se* ou em forma associada legitimam o desporto. Correr (aqui apresentado apenas como um exemplo de deslocação) é uma actividade natural de muitos animais, não sendo exclusiva do homem. Este, ao mais elevado nível, consegue percorrer pequenas distâncias (até 200 metros) a uma velocidade próxima dos 37 Km/h. Um elefante, com todo o volume corporal que o caracteriza, fá-lo a mais de 40 Km/h. Um lobo pode deslocar-se a uma velocidade análoga ao recordista mundial dos 100 metros durante várias horas, sem nenhuma paragem para descanso.

A capacidade de salto de um canguru faz corar de vergonha o melhor saltador mundial, bem como a precisão de arremesso de alguns peixes que conseguem cuspir a distâncias proporcionalmente notáveis, a fim de derrubarem das árvores insectos de que se alimentam. Note-se que os erros de paralaxe motivados pelas diferenças de meio, não constituem nenhum problema para estes pequenos animais.

Quando vemos um falcão peregrino a voar, qual aríete, para a sua presa a uma velocidade superior a 200 Km/h e a acertar no alvo, o que pressupõe uma extraordinária capacidade para perceber trajectórias, verificamos quão longe estamos destas *performances*, pelo que temos que nos interrogar sobre aquilo que é o desporto. Este não pode ser apenas o conjunto destes elementos, mas algo mais que isso. Não pode ser somente o resultado desses elementos providos de um corpo de regras, pois existem inúmeras actividades humanas normalizadas que os combinam mas que se afastam totalmente do conceito de desporto.

Então o que é o desporto? E para esta resposta as teorias ou definições de cultura formuladas por Kröeber²⁵ e Kluckhohn²⁶ dão-nos uma extraordinária ajuda. Desporto é aquilo que nós acrescentamos à natureza. Se correr, saltar, arremessar e lutar são actividades «naturais» (é evidente que temos que ter alguma reserva na formulação desta concepção), desporto é aquilo que acrescentamos a esses gestos e/ou condutas. Desporto, qual acréscimo, é o sentido cultural, mesmo axiológico, que o homem a cada momento atribui a esses elementos motores constitutivos do património natural. Correr por si só não é desporto, excepto se o superior sentido atribuído a essa corrida for o desportivo, pelo que assumimos a definição já enunciada: «desporto é tudo aquilo que em cada momento se considera ser desporto». Desporto, por este conjunto de argumentos, é uma estrutura de sentido proporcionado pela cultura que atribui determinados significados e valores aos diferentes movimentos humanos, numa clara inter-relação entre os planos individual e social.

Importa salientar que não é condição suficiente para que determinada actividade ou atitude assuma a condição de desporto, a simples afirmação da vontade individual mas a sua plena aceitação por parte da sociedade ou grupo a que se pertence. Kluckhohn, mais uma vez, *está* bem presente nesta perspectiva.

Assim, entendemos que não é propriamente o acto de se movimentar, mesmo que conscientemente – isto é, a motricidade humana –, que é significativo e legitimador das Ciências do Desporto, mas a atitude do homem em cada momento perante o movimento desenvolvido que, desta forma, vai configurando e reconfigurando práticas, podendo estas ascender ao estatuto de desporto.

Temos plena consciência da tautologia da proposição atrás apresentada, mas, como já indicíamos, não conseguimos ultrapassar esta circularidade do conceito de desporto. Vemos o desporto moderno como uma contextualização axiológica temporal e localmente estabelecida de gestos ou actividades bastante simples que se complexificam ao gosto de cada sociedade e de cada época histórica.

²⁵ Para Kröeber cultura é um acréscimo à natureza. Ver *A Natureza da Cultura*, Lisboa, Edições 70, 1993.

²⁶ Para Clyde Kluckhohn «cultura é um conjunto de modelos normativos compartilhados pelos membros de determinado grupo, e esses modelos servem para regular a conduta do grupo, estando acompanhados por sanções, em caso de incumprimento das normas», in Reale, Giovanni; Antiseri, Dario, *Op. Cit.*, vol. 3, p. 785. Agora, caro Leitor, substitua a palavra cultura por desporto e leia, na íntegra, a anterior definição. A similitude de conceitos não é pura coincidência.

Se durante longos períodos de tempo se procurou a «verdade» isoladamente em cada uma das áreas científicas, num quase autismo intelectual, actualmente importa encetar diálogos profícuos, devendo a Antropologia do Desporto proceder a sínteses, tentando compreender os dados de outras áreas do saber humano, proporcionando-lhes determinados significados que nem sempre os números conseguem estabelecer. É o caso, por sinal bem recente, da leitura do metafórico livro da vida.

O homem já tem capacidade para fazer o ADN expor muitos dos seus segredos mais íntimos, revelando mistérios insondáveis, tornando o utópico em real, o imaginário em algo tangível.

Essa leitura da vida, no entanto, deu azo a sentimentos paradoxais. Sabemos agora como é a nossa estrutura mais sensível e, ao mesmo tempo, tomámos consciência que, afinal, não somos muito diferentes do resto dos seres vivos. Ao que parece, ao nível do ADN, a diferença entre um animal e nós pode não chegar sequer a um por cento.

Em tempos Galileu e Copérnico provaram que não somos o centro do universo. Depois Freud demonstrou que nós, seres racionais, nos comportamos muitas vezes de forma inconsciente. E agora vêm-nos dizer que não somos muito diferentes de alguns animais. É justo, então, que perguntemos: o que é que virá a seguir para que a nossa auto-estima se atrofie ainda mais?

Pensemos nesse 1%, essa minúscula percentagem que pouco ou nenhum significado estatístico terá quando falamos em milhões e milhões de degraus que compõem a nossa escada helicoidal. Mas é exactamente essa mísera diferença que nos faz transcender em relação às outras formas de vida, sejam elas quais forem. É esse 1% que permite que uma sinfonia seja composta, um poema seja escrito, uma catedral seja erguida e que permite que se transforme uma actividade física (comum à de muitos animais) numa tremenda manifestação de cultura. É que esse 1% permite configurar um gesto, uma actividade, uma conduta animalesca em algo provido de sentido humano ou cultural, pleno de valores.

No fim de contas, o desporto é a transformação, por esse ínfimo diferencial, de deslocamentos, saltos, arremessos e/ou lutas em algo inequivocamente humano, revelador de sentidos, mesmo ontológicos, por onde o homem se revela como ser, inclusive de cariz sagrado. O *homo religiosus*, tantas vezes referido por Mircea Eliade, encontra no desporto mais uma ocasião para se mostrar.

Desporto e elementos humanos

Agora, mais do que nunca, torna-se necessário ver o homem na sua globalidade, em claro contraste com a visão fragmentada de outros tempos. Do mesmo modo, o desporto terá que ser percebido enquanto prática humana, não ficando circunscrito a um momento único das nossas vidas. Se em tempos o desporto era um atributo de uma determinada sociedade, de um bem definido escalão etário,

jovens e adultos jovens, e quase confinado ao sexo masculino, hoje é de todos, desde praticamente o nascimento até aos últimos momentos de vida, sem distinção sexual, estendendo-se à globalidade dos povos do mundo, numa clara afirmação de universalidade.

Então, o que é que poderá haver de comum entre povos culturalmente distantes, entre idades tão diversas, entre modelos pessoais de prática tão diferenciados ou entre objectivos aparentemente tão díspares?

Para tentar responder a estas questões encetámos variados trabalhos, com o objectivo de estabelecer um fio condutor para a compreensão deste fenómeno.

Estivemos, como já referimos, em povos submetidos a culturas bem diferentes da nossa, mais propriamente da Amazónia brasileira, cuja lógica de vida pouco ou nada tem de comparável à nossa ²⁷. Fomos à Escola tentar perceber aquilo que é desenvolvido na disciplina de Educação Física, tanto na visão dos programas, dos professores como, naturalmente, dos alunos ²⁸. Através da bibliografia geral, tentámos perceber as actividades desenvolvidas pelos povos europeus ao longo dos séculos, com realce para a idade média, renascimento e idade moderna, naquilo que se constituem os jogos tradicionais e formas de preparação guerreira ²⁹. Visitámos, como é evidente, a competição do mais elevado nível ³⁰. Viajámos ainda pelo desporto para pessoas com deficiências, sensorial, motora, mental ou múltiplas ³¹. E não nos esquecemos do desporto para pessoas idosas ³², nem das inúmeras práticas ocorridas em academias da moda ³³.

²⁷ Garcia, Rui; Jurema, Jefferson, *A Amazônia entre o Esporte e a Cultura*, Manaus, Editora Valer, 2002; Jurema, Jefferson, «O Universo Mítico-Ritual do Povo Tukano: análise centrada nas actividades lúdicas», *Dissertação de Doutoramento*, Porto, Universidade do Povo, 1999; Soares, Artémis, «O Corpo do Índio Amazónico: estudo centrado no ritual Worecu do povo Tikuna», *Dissertação de Doutoramento*, Porto, Universidade do Porto, 1999.

²⁸ Garcia, Rui; Queirós, Paula, «L'Education Physique Scolaire et les nouvelles valeurs: la comprehension de l'Education Physique à la lumière des mutations axiologiques de notre société en cette fin de millénaire», in *Actas do Congrès International Quelle Education Physique dans quelle École?* Bussard, Jean-Claude; Rooth, Frédéric (eds.), Neuchâtel, 1999, pp. 149-152; Queirós, Paula, «O corpo na Educação Física: leitura axiológica à luz de práticas e discursos», *Dissertação de Doutoramento*, Porto, Universidade do Porto, 2002.

²⁹ Garcia, Rui, «A Corrida: da origem aos nossos dias. Estudo sobre a evolução do conceito e do valor da corrida através dos tempos», in *Dissertação apresentada às Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica*, Porto, Universidade do Porto, 1990.

³⁰ Garcia, Rui, «O Desporto no Universo Mítico-Religioso: os modelos existenciais revelados pela corrida da maratona», *Dissertação de Doutoramento*, Porto, Universidade do Porto, 1993.

³¹ Garcia, Rui, «Contributo para uma conceptualização do tempo livre para pessoas com deficiências», in *Actas do Seminário A Recreação e Lazer da População com Necessidades Especiais*, Porto, FCDEF e CMP, 2000, pp. 49-55.

³² Santiago, Leonéa, «Os valores orientadores das práticas desportivas em grupos emergentes da terceira idade: um estudo sobre as suas construções simbólicas», in *Dissertação de Doutoramento*, Porto, Universidade do Porto, 1999.

³³ Pereira, Ana Luísa, «Considerações acerca da relação corpo e desporto numa perspectiva ecológica», in *Dissertação de Mestrado*, Porto, Universidade do Porto, 1998.

Ora, em todas estas pesquisas levadas a efeito por nós próprios ou elaboradas sob nossa (co) responsabilidade, verificámos a existência de traços comuns, que apenas se distinguem uns dos outros pela forma externa que, na nossa forma de ver, se assumem como verdadeiras categorias que fundamentam o desporto.

Assim, observámos a existência de três grandes ideias, a saber:

i) *lúdico*. Em todas as actividades analisadas ressaltou a ideia do lúdico. A alegria, o prazer e até mesmo um certo sentimento de brincadeira, existem na totalidade destas actividades, variando apenas no seu grau de intensidade relativa em cada uma delas. Se não há grandes dúvidas sobre a existência desta categoria numa brincadeira de crianças, já no desporto de alta-competição poderá haver resistência à sua identificação. No entanto, se percebermos lúdico como o faz Kretchmar³⁴, onde a satisfação associada ao prazer são os elementos caracterizadores, concluímos que mesmo o desporto de mais elevado nível de rendimento e realizado no local mais estandardizado, não é indiferente a esta categoria. Aliás as declarações ou quaisquer outros tipos de manifestações dos atletas, evidenciam bem a existência do lúdico nesta forma de desporto;

ii) *rendimento*. Parece-nos que o rendimento é um valor de extrema importância no homem. A actividade humana encontra-se fortemente marcada por este valor, sendo difícil conceptualizar uma vida sem rendimento³⁵. Surge como uma verdadeira condição humana, pelo que terá que ser desenvolvido numa perspectiva humanista. A consciência da importância do rendimento não é recente, nem poderá ser atribuída em exclusividade a qualquer corrente filosófica, ideológica ou política, mas um valor que perpassa todos os homens e, por tal, inscrita na humanidade. O desporto moderno, bem como outras manifestações consideradas como partes integrantes do discurso do desporto, não são mais que formas contextualizadas à luz do quadro axiológico da modernidade para exprimir esta categoria humana. Pela simplicidade da linguagem – percebida por todos – o desporto denominado (erradamente, pois todos o são) de competição ganhou assim uma visibilidade na expressão da categoria rendimento, mas de forma alguma se poderá imputar-lhe a génese dessa categoria. Esta é intrínseca ao ser humano e revela-se através de um sem número de formas, inclusive as desportivas;

iii) *superação*. Intimamente ligado ao rendimento, encontramos o terceiro destes fundamentos do desporto. O ir mais depressa, mais longe ou mais alto, no fim de contas a trilogia do desporto moderno preconizada por Pierre de Coubertin³⁶, constitui-se num autêntico imperativo ético da vida humana, naquilo que

³⁴ Conferir Kretchmar, R. Scott, *Practical Philosophy of Sport*, Illinois, Human Kinetics, 1994.

³⁵ Conferir nota n.º 19.

³⁶ Referimo-nos à expressão *citius, altius, fortius*.

consideramos ser a eterna aspiração à transcendência. Com efeito, transcender a condição humana parece ser um desígnio proveniente dos tempos imemoriais, estando devidamente comprovado pelos relatos etnográficos³⁷ e pela literatura universal. Quem não se lembra dos grandes heróis míticos do passado que, de uma forma ou outra, se projectaram para além da condição humana, superando mesmo o tempo?

Ao longo dos tempos estes eixos que vectorizam o desporto, foram sendo contextualizados à luz dos diversos quadros axiológicos por onde as diferentes sociedades se orientavam e orientam. Naturalmente que as actividades se diferenciam de povo para povo, de época para época, mas, a nosso ver, mantêm intactas as categorias referidas, não havendo verdadeiras rupturas entre elas.

Sabemos que diversos autores, e aqui salientamos dois que durante muito tempo trabalharam em conjunto, Norbert Elias e Eric Dunning³⁸, vêm o desporto moderno como uma séria ruptura com as práticas anteriores, considerando assim o desporto como algo de novo e recente na história da humanidade.

É evidente que não é nosso propósito analisar aqui profundamente as teses destes dois importantes autores, mas tão somente apresentar uma outra visão, esta nascida dos estudos realizados e já citados neste texto.

Durante as nossas deambulações pela Amazónia brasileira³⁹, tivemos a ocasião de observar o decurso de variados rituais, especialmente relacionados com a passagem das crianças para a vida adulta. Assistimos a verdadeiras provas físicas onde o elemento superação é central. Só se entra na vida adulta após a superação de determinadas provas, não havendo, muitas vezes, qualquer outra oportunidade. Porém, quando observamos as brincadeiras das crianças dessas comunidades, verificamos que são constituídas por elementos verdadeiramente preparatórios para a ultrapassagem das dificuldades inerentes ao ritual a que, inevitavelmente, elas serão sujeitas um dia. Repare-se que é através de simples brincadeiras que se consegue um desenvolvimento harmonioso do corpo e das qualidades volitivas, que assim permitirão superar a violência intrínseca do ritual iniciático, acontecimento este que possibilitará a ascensão da criança a um mundo até então interdito, qual seja, o mundo dos adultos.

Lúdico, rendimento e superação entrelaçam-se naturalmente na existência destes povos e imbuídos de um determinado sentido.

Por outro lado, quando analisamos as práticas físico-recreativas dos diversos períodos da história da cultura ocidental, verificamos mais uma vez a existência daqueles três eixos fundamentais. É difícil afirmar que as justas ou os torneios

³⁷ Conferir Eliade, Mircea, *Tratado de História das Religiões*, Lisboa, Edições Cosmos, 1990.

³⁸ Ver, destes autores, *A Busca da Excitação*, Lisboa, Difel, 1992.

³⁹ Garcia, Rui; Jurema, Jefferson; Jurema, Jefferson; Soares, Artémis. Conferir notas n.º 8 e n.º 27.

medievais não comportam uma função lúdica. E também não nos esqueçamos que essas lutas simuladas se constituíam como autênticas formas de preparação para as batalhas futuras.

Os jogos tradicionais, que muitos costumam contrapor ao desporto, também evidenciam as características atrás apontadas. É lógico que a dimensão lúdica estará mais patente que as outras, mas aquelas mais próximas da ideia de competição não são para desprezar ⁴⁰.

O discurso circulante em grupos de idosos praticantes de actividades desportivas, associa, não poucas vezes, uma ideia de vida com qualidade à capacidade de se superar determinados imperativos que o tempo provocou. E de certa forma conseguem este importante desígnio. Spirduso ⁴¹ não parece ter dúvidas em afirmar que um idoso fisicamente activo, possui níveis de força maiores que adultos sedentários. Ora, para nós, superação e rendimento coexistem nesta forma particularizada de desporto, que se desenvolve com uma forte componente lúdica, ou seja, através de brincadeiras, quase, infantis. Envelhecer «mais lentamente», como sugere Spirduso, é uma manifestação de rendimento. Ser activo durante mais tempo é superar as naturais agruras impostas pela coordenada antropológica temporal.

Em todos estes exemplos, que se poderiam multiplicar quase até ao infinito, percebemos uma impressionante continuidade de alguns elementos, que apenas se distinguem pela expressão histórica que tomam e/ou pelo nome atribuído nas diversas sociedades. Haverá assim tanta diferença entre um ritual de puberdade, um jogo tradicional e o desporto moderno? Não estaremos perante o mesmo tipo de fenómeno mas em tempos e quadros axiológicos distintos? A nossa percepção impele-nos para aceitarmos a possibilidade de uma resposta positiva a estas questões, embora conscientes das diferenças apontadas por alguns investigadores ⁴².

Face ao exposto estamos perante dois conjuntos de elementos. O primeiro conjunto, formado pela capacidade de deslocamento, de saltar, de arremessar e de lutar – condições externas –, elucida-nos sobre as acções desenvolvidas no desporto.

O segundo conjunto – valores intrínsecos ao homem –, o lúdico, o rendimento e o ideal de superação, fornece-nos uma pista sobre alguns dos *porquê* e *para quê* do desporto.

⁴⁰ Serra, Mário Cameira, em *O Jogo e o Trabalho: episódios lúdico-festivos das antigas ocupações agrícolas e pastoris colectivas*, alude com frequência a estas dimensões. Por exemplo, na página 95, escreve «findo o dia de trabalho, os rapazes iam para junto do Rio Douro, tomavam banho e organizavam competições [...]», Lisboa, Colibri, INATEL, 2001.

⁴¹ Spirduso, W., *Physical Dimensions of Aging*, Illinois, Human Kinetics, 1995.

⁴² Por exemplo, Lévi-Strauss diferenciava estas práticas afirmando que na primeira se entra diferente e se sai igual, enquanto que no desporto se entra igual e se sai diferenciado. De forma alguma partilhámos esta posição que, a nosso ver, é redutora em demasia.

Do cruzamento destes dois conjuntos elementares, associado àquilo que a sociedade aceita como sendo valores do desporto, surge, então, esta importante actividade, realçando-se assim muito mais a dimensão do praticante e bastante menos, mas sem desprezar, aquilo que é executado.

Por outro lado, considera-se o desporto como sendo um fenómeno temporal e topográfico, constituindo-se numa actividade enraizada em determinado tempo e em determinado local. As teorias únicas, talvez hegemónicas e indiscutíveis, dão assim lugar a uma perspectiva mais de acordo com o nosso tempo, onde o homem tem que ser entendido como o fim e nunca como um meio, estando o desporto ao serviço deste e nunca o inverso. Desta forma, uma teoria sobre o desporto deverá levar em consideração a diversidade humana, considerando-se ela mesma diversa, indiciando possibilidades várias sem estigmatizar situações ou atitudes.

O futuro da Antropologia do Desporto: o reencontro com Hermes

Não é fácil articular um discurso relevante sobre o futuro, neste caso sobre o devir da Antropologia do Desporto. O futuro desta disciplina, ou deste conhecimento sobre o binómio homem-desporto, liga-se, qual cordão umbilical, ao futuro do ser humano que está em constante risco e mutação. Mesmo cónscios da apropriação do pensamento de outrem, ocorre-nos, neste momento, o título genérico de um ciclo de conferências promovidas no âmbito do *Porto 2001, Capital Europeia da Cultura*, «O Futuro do Futuro».

Realmente, não sabemos qual o futuro da própria ideia de futuro, pelo que qualquer discussão passa sempre por uma especulação que repousa numa determinada visão de homem e de sociedade que, neste caso, se vai expressar no (ou pelo) desporto.

Concordamos com Karl Popper quando afirma que o futuro está aberto, numa clara alusão à imprevisibilidade dos nossos tempos. Mas, tal e qual um cientista ao formular as hipóteses, nós temos crenças, pelo que é possível antever algo para o futuro do conhecimento antropológico referente ao desporto.

Assim, e em forma de credo,

1. Cremos na necessidade da constante afirmação do ser humano pelo e no desporto.

Ao longo dos últimos tempos o desporto tem sido implacavelmente atacado por muitos que projectam nele todas as contradições existentes na sociedade. É a violência, são os negócios, é a corrupção, é o espectáculo desmedido ou a dopagem. Em todos estes casos há um claro esquecimento dos valores positivos inerentes à prática do desporto e que dificilmente poderão ser vividos através de outras práticas. A antropologia, enquanto conhecimento do homem, poderá desempenhar um papel de primeira água ao evidenciar o primado do ser humano

na prática desportiva. Se muito já está feito, falta ainda realizar bastante mais. Ainda não percebemos na sua máxima extensão a acentuação do homem no desporto, continuando as estéreis discussões sobre temas periféricos, num claro esquecimento do cerne do problema da prática desportiva. Por isso,

2. *Cremos no desporto centrado no homem na sua globalidade e não parcelado a uma idade, ou condição.*

Manuel Ferreira Patrício tem defendido com uma justa insistência, o conceito de *antropagogia*⁴³, fazendo ver que a educação diz respeito ao homem na sua globalidade em vez de ficar restrita a uma idade, invariavelmente ligada à juventude. Esta posição assume-se, de certa maneira, como uma clara ruptura com a ideia clássica de pedagogia que invoca o acto de educar crianças. Se para a educação há já a consciência da pessoa como um ser que se concretiza ao longo de toda a sua existência, também o desporto terá que aprofundar esta visão, não se remetendo, nem deixando que o remetam, apenas para uma idade, para uma determinada condição ou para um modelo absoluto e inquestionável. O futuro da Antropologia do Desporto passa, então, pela consciência *antropagógica* do desporto, isto é, que o desporto é um assunto respeitante ao *antropos*, não estando limitado por qualquer critério redutor da condição humana. Esta crença remete-nos para a seguinte, em que

3. *Cremos na Antropologia em perfeita consonância com outros conhecimentos.*

A antropologia, tal como nos é apresentada por variados autores, convoca outros saberes que se situam entre os dados da biofísica e o modo de pensar da filosofia, chegando mesmo à religião e à teologia, na tentativa de concretizar o seu ciclópico papel de conhecimento integrador do homem que faz desporto. Assim, a antropologia deverá saber situar-se na vanguarda da compreensão do desporto, fazendo convergir para esta interpretação os saberes mais diversos, sem ter receios de perder a sua identidade nem de tentar absolutizar um seu domínio sobre os restantes. Assim,

4. *Cremos no desporto como a concretização de um projecto antropológico.*

Sobre o desporto há vários níveis de intervenção, que se situam desde o domínio da política até à concretização prática do mesmo. Temos sérias, quiçá

⁴³ Patrício, Manuel Ferreira, *A Pedagogia de Leonardo Coimbra*, pp. 461-462.

⁴⁴ Ver nota n.º 18.

fundamentadas, dúvidas se alguma vez se discutiu ou se quis saber «o que é o homem que se quer realizar em cada desportista»⁴⁴. Receamos que na superior formação dos profissionais de Desporto e de Educação Física, a *magna quaestio* nem seja colocada aos alunos. A Antropologia do Desporto tem que reivindicar um espaço para levar todos aqueles que amanhã são os educadores deste país, a reflectir sobre o sujeito que pratica desporto ou que é sujeito das aulas de Educação Física. O desporto não pode continuar a ser órfão desta reflexão, ficando refém de perspectivas conjunturais, olvidando o fundamental que é, como temos vindo a defender, o próprio ser humano. As Faculdades, Institutos, Escolas Superiores ou outras instituições responsáveis pela formação superior em Desporto e áreas correlatas, deverão, antes de tudo, reflectir sobre o homem, antecipando uma visão – cosmovisão – e a partir daí lutar para que cada disciplina, cada grupo disciplinar ou cada curso contribua para a concretização desse ideal. Sem uma visão global de homem a formação destes profissionais pecará por falta de sentido. Cabe à Antropologia do Desporto, embora não em exclusividade, esse papel. Sejamos capazes de o concretizar, situando o pensamento nos diversos contextos, pelo que

5. *Cremos num desporto referenciado à(s) cultura(s).*

Vivemos numa época que balança entre valores globais e valores locais. Nunca como agora os acontecimentos ocorridos nos antípodas se ligam tanto ao nosso quotidiano, mas, como nos cantou Fernando Pessoa, *De minha aldeia contemplo o mundo*. Há um mundo enorme à nossa frente mas é daqui que eu o vou contemplar. A antropologia, ao querer ver o homem praticante de desporto, não pode alhear-se das condições reais inerentes ao *seu* homem. Não cremos no homem genérico que, de alguma forma, está sugerido em Karl Marx nas *Teses sobre Feuerbach*, mas no homem situado, também, culturalmente, pelo que a Antropologia do Desporto terá que saber situar o praticante desportivo no respectivo contexto cultural. É evidente que não se pode cair na facilidade, quiçá politicamente correcta, do relativismo axiológico, mas ter consciência dos valores inescrutáveis do ser humano. Assim, a cultura local deve assumir-se como um contexto extremamente importante para a concretização do homem, sujeito inegável do desporto. Nesta mesma linha, cremos na diversidade antropológica ou cultural, pelo que se torna imperioso levar os que têm funções de responsabilidade no desporto, a considerar a cultura local como um bem a preservar e não como algo a desprezar por ser de valor inferior. Em conformidade, os jogos tradicionais, mais do que simples actividades domingueiras, identificam e dão carácter a diferentes povos e culturas, são um bem a preservar e a necessitar de um aprofundamento dos seus significados, mesmo existenciais, pelo que se constituem como um património da Antropologia do Desporto. Sugestionados pela relevância do valor cultural,

6. *Creemos num aprofundamento do significado antropológico das variadas manifestações desportivas.*

Por vezes nas nossas discussões sobre temas actuais, somos submetidos à terrível tentação de convocar para o nosso seio palavras ou expressões de outras áreas do conhecimento, sem explicitarmos os seus sentidos mais profundos. É um pouco como construir castelos de areia, lindos, sem sombra de dúvida, mas que à primeira investida oceânica se desmoronam rapidamente. Nem sempre temos o cuidado de reflectir sobre algumas palavras ou expressões que, amiúde, utilizamos no nosso quotidiano, inclusive no meio universitário. Apenas como breves exemplos, que carecem de outras reflexões mais aturadas, podemos apontar expressões como *qualidade de vida*, onde a palavra vida não é minimamente considerada, *tempo livre*, mesmo que nunca tenhamos pensado no que é o tempo ou em que é que se constitui a liberdade deste, *estilo de vida*, expressão sugerida por Max Weber com uma determinada intenção, hoje totalmente esquecida, até ignorada, ou ainda da palavra *saúde* associada ao desporto, ficando-se depois pela visão instrumental desta, esquecendo o sentido profundamente antropológico que repousa neste nobre conceito. A antropologia, no seu papel de possibilitar um tempo reflexivo e contemplativo, deverá aprofundar estes conceitos à luz do ser humano, considerando-o tal como somos e não enquistados numa perspectiva efémera, como, infelizmente, parece acontecer com regularidade. Assim, finalmente,

7. *Creemos numa Antropologia do Desporto para reencantar o homem.*

A modernidade levou o homem para um autêntico beco existencial. Vivemos num mundo carente de valores, onde a mesquinhez axiológica se impõe, onde tudo vale, onde as regras são vistas como algo para ser ultrapassado, onde o homem aparece sem limites. Ora, todos estes aspectos pessimistas poderão ser facilmente observados no desporto, pelo que urge reencantar o ser humano, dotá-lo de um projecto de vida, de uma visão positiva do futuro, podendo o desporto cumprir, naquela fracção que lhe é devida, essa importante missão axiológica. Para isso, torna-se imperioso reencontrar a tradição hermenêutica da antropologia, dotando o desporto de valores profundos, levando todos a compreendê-lo como alguma coisa muito para além do golo, do minuto, do metro ou do ponto. Hermes terá que ser invocado, qual musa inspiradora, para nos ajudar a compreender o verdadeiro sentido humano que perdura no desporto, seja a luta leal e inequívoca pela vitória, seja a aceitação da superioridade do outro. A Antropologia do Desporto deverá também levar-nos a pensar que esta actividade, antes de todo o resto, é uma actividade que só tem significado porque é praticada por pessoas e que, por isso mesmo, tem sentidos culturais que importam interpretar. Buscando esses sentidos profundos revelados pelo desporto estamos a interpretar a nossa própria existência, tornando significativo aquilo que

externamente se assemelha a actividades animais. Assim, a leitura profunda do desporto não é mais que um magnífico momento para que melhor nos possamos compreender, restituindo ao homem de hoje um quadro de valores que em tempos foi colocado em dúvida.

Epílogo

O ano de 2004, para além da realização dentro de portas do Campeonato Europeu de Futebol, marca o fim de mais uma olimpíada, culminando nos Jogos de Atenas. A par da final do campeonato mundial de futebol, algumas finais olímpicas têm das mais impressionantes assistências desde que há registo televisivo. Milhões e milhões de pessoas distribuídas pelos 6 continentes e pelas 24 horas do dia, assistem em simultâneo e em directo a alguns momentos desportivos. Que outra manifestação humana tem capacidade para reunir tal plateia? Cremos que nenhuma.

Os campeões, mais que vencedores olímpicos, transformam-se em heróis com quem milhões de pessoas se gostariam de igualar. São exemplos para os mais jovens, são triunfos para os mais velhos que ao aproveitar as virtudes inerentes ao campeão, poderão concretizar o antigo, mas sempre actual e renovado, ideal da *Paidea*. A Antropologia do Desporto também se revê neste ideal porque se trata de uma mensagem de elevação do ser humano. Mais uma vez, antropologia e pedagogia cruzam-se para concretizarem os seus objectivos. Assim, não será estranho afirmarmos que se o desporto e a pedagogia dessem as mãos estaríamos cumprindo os sonhos de António Aleixo e de Fernando Pessoa ⁴⁵, tornando este Ano Europeu da Educação pelo Desporto mais efectivo.

Dedicatória

Dedicamos o esforço, talvez não concretizado, desta escrita ao Doutor Manuel Ferreira Patrício que nos ensinou a pensar a Pessoa Humana.

⁴⁵ De Fernando Pessoa destacamos o livro muito pouco conhecido pelas gentes do desporto, «Exórdio em Prol da Filantropia e da Educação Física», in *Páginas Desconhecidas*, Porto, Editorial Cultura, 1956.

SOCIEDADES DESPORTIVAS EM PORTUGAL: PASSADO E FUTURO DA GESTÃO DO DESPORTO PROFISSIONAL

*José Alfredo Pinto Correia **

Antecedentes históricos do Desporto Profissional

Quem acompanhou a evolução do desporto nos últimos 30 anos no mundo em geral, mas muito especialmente na Europa e nos Estados Unidos, deu-se conta da extrema importância que o mesmo assumiu no formatar específico da matriz cultural, emocional e mesmo económica dessas sociedades. O designado fenómeno desportivo amplificou-se, abrangeu um maior e mais diversificado universo de actores e públicos intervenientes e permeou pela sociedade em todos os seus estratos sociais, chegando em casos conhecidos a influenciar a própria actuação dos agentes político-governativos.

Mais do que considerar, por conseguinte, o desporto como um mero espectáculo e competição, ele é um catalizador de manifestações, de atitudes, de emoções e até mesmo um incentivador de opções económico-sociais e políticas.

Ora, em Portugal, nas modalidades de maior paixão popular e mais amplamente difundidas pelos media, aquelas características essenciais do desporto e da fenomenologia que se lhe associa são exemplarmente reconhecíveis.

A expressão lidima e mais impressiva daquela caracterização é atingida, por isso mesmo, no desporto de maior atracção e paixão nacional que é o futebol profissional.

Todavia, essa amplificação dos efeitos do futebol profissional na sociedade, a sua sobredeterminância no desporto nacional, nunca teve correspondência organizacional e institucional que pudesse corresponder eficazmente, e de uma forma cabalmente responsável, quer aos desafios gestionários, quer aos correspondentes encargos e constrangimentos competitivos nacionais e internacionais.

À complexidade imensa do «negócio desportivo futebolístico», à sua crescente e inexorável internacionalização e globalização, à vultuosidade da sua componente financeira e de «marketing», que impunham dinâmicas de adaptação e

* Assistente convidado da Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa.

capacitação organizacional-estratégica e de liderança transformacional, continuaram por mais tempo do que o possível a corresponder estruturas, sistemas, processos e pessoas de outras «épocas e eras» do fenómeno.

A solução das Sociedades Desportivas

Este desajustamento estratégico-organizacional, que era perceptível poderá ter estado na base da solução legislativa encontrada em 1997 da criação das denominadas sociedades desportivas, adoptando a figura de sociedades anónimas. Tentava encontrar-se, para um fenómeno como anteriormente se descreveu, uma solução organizacional que procurasse responder aos desafios globais do desporto profissional, dando-lhe para tal uma resposta empresarial.

Ou seja, procurava-se um ajustamento tendencialmente adequado da «organização/sistema» à natureza específica e complexa que o fenómeno desportivo assumira evolutivamente e que provavelmente se acentuaria ainda mais no futuro.

A empresarialização dos clubes desportivos a que tal solução correspondia, se por um lado procurava um «ajustamento ao propósito» do negócio desportivo profissional, impunha desde logo patamares de extrema exigência de concepção e desenho organizativo-estrutural e de enorme transparência, responsabilidade gestonária e rigor económico-financeiro das empresas (Sad) criadas.

Ora esse era e será um caminho de construção de novos paradigmas mentais e sistémicos que só um conjunto de vontades muito determinadas e empenhadas em os implantar num determinado horizonte temporal (cinco anos, no mínimo) poderá (poderia) conseguir.

Pressupostos da racionalidade empresarial: criação de valor

Ora, a racionalidade que vai estar subjacente a uma empresa desportiva que é responsável pela gestão eficaz e eficiente de um «negócio desportivo» de cariz profissional tem obviamente de assentar num determinado tipo de pressupostos e instrumentos que contraditam um anterior «tipo de racionalidade» de cariz mais associativo-emocional, este próprio de entidades organizativas não empresariais.

Ou seja, a transformação legal operada vai introduzir na gestão de topo do fenómeno desportivo uma «lógica de raciocínio» que necessariamente será divergente das lógicas anteriores que vigoravam durante muitas décadas.

As empresas criadas terão indubitavelmente de responder gestonariamente, quer em concretização de estratégias e objectivos, quer nos resultados financeiros e económicos, perante os seus «stakeholders», entre os quais se encontram agora os seus financiadores por excelência, isto é, os seus accionistas («shareholders».).

E estes, quaisquer que eles sejam, terão sempre no seu íntimo grande sensibilidade aos resultados económico-financeiros das respectivas sociedades (anónimas) desportivas em que se envolveram como provedores de capital.

De uma certa forma, e com alguma maior determinância no futuro, os gestores das sociedades desportivas serão também nestas sociedades os «agentes» dos respectivos accionistas, e não meros gestores do seu próprio interesse e objectivos específicos.

Pressupostos do Clube de Associados: o valor da competição em si-mesma

Quando se alude ao facto inelutável de existir uma contradição entre a lógica empresarial destas novas sociedades e a lógica tradicional dos clubes de associados há que explicitar essa diferença.

Assim, agora e no futuro, as sociedades desportivas privilegiarão os resultados organizacionais e económico-financeiros pelos quais responderão objectivamente perante os accionistas quaisquer que estes sejam ou venham a ser. No passado, as direcções dos clubes de associados respondiam por uma lógica imanente à própria competição em si-mesma; ou seja, os resultados competitivos das equipas só por si eram substância bastante pois eles esgotavam o valor que interessava material e emocionalmente para os associados do clube.

Esta diferença que é fundamental não significa contudo que para uma sociedade desportiva o valor da competição em si-mesma não seja também muito relevante; significa apenas que ao lado deste valor haverá um outro conjunto de avaliações que terão tanta, ou mesmo mais, importância e apreço para os principais «stakeholders» da sociedade desportiva, os seus accionistas e os respectivos «agentes-gestores».

Pensamento estratégico, estratégia e gestão de tipo empresarial

Adoptada a noção de sociedades desportivas que anteriormente se expôs, faz todo o sentido que as mesmas incorporem em todos os seus momentos de vida organizacional os fundamentos e modelos de enquadramento próprios do pensamento estratégico, do planeamento e da gestão corporativa estratégica.

E naquele pensamento estratégico deve estar desde logo subjacente a determinação da «visão» de alcance largo daquilo que a sociedade desportiva ambiciona vir a ser num determinado horizonte temporal de latitude ampla. Essa visão que é portadora do futuro desejado e a criar inspirará as escolhas de meios e instrumentos, de afectações de recursos, bem como moldará valores, princípios e atitudes, que em ambos os casos podem e devem ter expressão clara e objectiva em termos da competição em si-mesma. Não será, portanto, de excluir que a sociedade entenda adequado prosseguir uma estratégia de médio prazo (3 a 5 anos) que lhe permita obter recursos e capacidades, humanas, técnicas e físicas, que lhe possibilitem o alcance de resultados desportivos previamente determinados.

A visão dará um enquadramento do caminho a trilhar, a estratégia detalhará os meios, os instrumentos, as escolhas, os objectivos prioritizados, e tudo isso em conjunto determinará o percurso da instituição desportiva, enquanto empresa responsável perante os seus accionistas, por um lado, e os restantes interessados («stakeholders»), por outro.

Mas este desenho estratégico-organizativo é uma revolução nos modelos de gestão da «vaga organizacional» antecedente e só será possível com elevados graus de profissionalização das estruturas e com uma adequada selectividade dos quadros de apoio e dos gestores de topo das sociedades desportivas.

Estratégia global/corporativa e estratégias funcionais e competitivas

A incorporação organizacional do pensamento estratégico impõe, desde logo, uma concepção da estratégia global, também designada corporativa, da sociedade desportiva. Trata-se de fazer corresponder a visão institucional com as capacidades e recursos organizacionais nos diferentes domínios, de forma consolidada e avaliada por grandes objectivos e realizações.

Mas ao mesmo tempo que a sociedade desportiva tem de ser capaz de criar essa macro-estratégia que empenha e envolve a organização no seu todo, deve desenvolver pelas diversas áreas funcionais, em que se desdobra estruturalmente, as diferentes estratégias específicas.

Surgirão, assim, naturalmente as importantíssimas estratégias financeira, de «marketing» e de «recursos humanos», esta última com particular incidência e destaque no que concerne aos respectivos praticantes desportivos da modalidade profissional em causa.

E sabe-se que deverá existir uma extraordinária consonância e interpretação entre a estratégia financeira e a de recursos humanos dos praticantes, pois que da sinergia máxima entre ambas poderão resultar objectivamente os resultados competitivos da própria sociedade desportiva.

Acresce ainda que a sociedade desportiva tem de ser capaz de extrair dessas estratégias funcionais, especialmente da matriz de sinergia resultante das de cariz financeiro e de recursos humanos de praticantes, uma «estratégia competitiva em si-mesma» que permita estabelecer os objectivos temporalizados dos próprios resultados desportivos da sociedade desportiva, pelos quais ela mesma também será evidentemente responsável e responsabilizável perante os respectivos accionistas, nos momentos adequados para a sua avaliação efectiva.

«A estratégia é o grande trabalho da organização. Em situações de vida ou de morte, ela é o Tao da sobrevivência ou da extinção», como disse e bem Sun Tzu há milhares de anos. E ela, mais do que um plano detalhado deve ser um tema unificador que promova a coerência e o sentido claro de cada acção ou decisão individual ou da organização como um todo unificado.

A estratégia é em termos sistémicos a corrente de ligação entre a empresa / organização / sociedade desportiva e o ambiente envolvente, numa perspectiva de interface aberto, simultaneamente constrangedor e selectivo (darwinismo social) e munificente (amigável e acolhedor).

E isso no pressuposto evidente de que o ambiente envolvente de qualquer organização pode ser extremamente selectivo em concorrência aberta, seleccionando os mais capazes e adaptados; pois como disse Alfred Sloan Jr. «o propósito estratégico de um negócio é o de obter um retorno do capital, e se em qualquer caso o retorno a longo prazo não for satisfatório, então essa deficiência deverá ser corrigida ou a actividade abandonada em favor de outra mais compensatória.»

Análise competitiva e posicionamento estratégico

A própria conceptualização estratégica deve ter presente uma avaliação da capacidade concorrencial de entidades desportivas similares, isto é, de uma análise da concorrência mais pertinente. Nesta análise devem poder prefigurar-se os «**grupos estratégicos**» envolvidos, de modo a que a avaliação possa referenciar-se a entidades que apresentem características dimensionais e competitivas / desportivas similares, bem como capacidades de captação de recursos materiais ou humanos objectivamente competitivos.

Assim, da análise da «indústria» podem resultar para um determinado quadro competitivo profissional vários grupos estratégicos que decorrem da afinidade dimensional e competitiva, por um lado, ou da concorrencialidade por relevantes recursos do «negócio desportivo» em apreço (p. ex: o futebol profissional da 1.^a liga).

A situação/estratégia financeira macro-constrangimento ou constrangimento ultrapassável?

Tudo aquilo que se vem referenciando corresponde a um quadro teórico-analítico e aplicacional desejável, o qual, no entanto, tendo presente a actual situação portuguesa do futebol profissional se apresenta enormemente constrangido pela dimensão da crise financeira da maior parte dos clubes profissionais.

Atente-se no quadro seguinte que exprime a situação financeira do exercício de 2001/2002 (Fonte: Anuário do Futebol, citado no Jornal de Negócios de 24 de Outubro de 2003):

Situação das SAD (exercício de 2001/2002)

	Capital	Reservas (transitado)	Resultados líquidos	Capitais Próprios
Benfica	75 000	- 37 063	- 4 711	33 347
Sporting	54 890	- 12 888	- 22 715	- 10 713
F.C. Porto	75 000	- 24 598	- 15 924	34 739
Boavista	11 000	- 3 338	- 7 554	108
Braga	5 000	- 6 985	298	- 1 687

(Unidade: Milhar de euros).

A situação financeira sinteticamente apresentada, que já se sabe tem vindo até a agravar-se nos tempos mais recentes, é demonstrativa quer da incapacidade de as sociedades desportivas gerarem resultados líquidos positivos, quer desse mesmo facto já se evidenciar desde há vários anos, o que se traduz em perdas significativas dos capitais próprios (negativos no caso do Sporting).

Por outro lado, também se sabe que as despesas com pessoal (jogadores, técnicos e dirigentes) chegam a ultrapassar os 80% dos custos totais, o que em qualquer «negócio» é em si só um indicador extremamente preocupante e insustentável. E, do lado da procura efectiva também se conhecem dados extremamente débeis, já que a assistência média nos estádios da 1.^a liga não ultrapassará as 7.000 pessoas.

Este «estado de coisas» impõe, assim, um enormíssimo constrangimento financeiro às sociedades desportivas mais importantes e pode, só em si, impossibilitar a sobrevivência a prazo de algumas delas ou uma situação de extrema gravidade em prazo não muito longo. Pode, por isso, nas circunstâncias legais actuais vir a estar em causa a curto prazo a própria sobrevivência do actual quadro organizativo do futebol profissional, com hipóteses de falência de sociedades desportivas, da sua aquisição, fusão ou mesmo liquidação.

A permanência organizacional das actuais sociedades anónimas desportivas passa, por isso, por uma autêntica «revolução financeira» que imponha diminuição assinalável dos custos de pessoal, por um lado, e um aumento substancial de receitas.

Esta nova captação de receitas impõe não somente uma actuação pertinaz no aumento da afluência aos recintos desportivos, como um conjunto diversificado de actividades conexas com o espectáculo desportivo que aumentam quer o «portfólio de oferta» quer uma integração de outras actividades na «cadeia de valor» da competição/espectáculo desportivo. E neste último adensamento da oferta a «função de marketing» das sociedades desportivas terá de ter um impulso instrumental e de capacitação, interna e/ou por «outsourcing», assinaláveis.

Esta tendência de acréscimo de receitas, fruto de novas iniciativas, parcerias e produtos, será tanto mais decisiva para a rentabilidade e sobrevivência das sociedades desportivas quanto é de esperar no futuro uma diminuição acentuada de apoios públicos, quer da administração central, quer da autárquica. Não será compreensível e aceitável que, dados os níveis cada vez maiores de exigência de reprodutividade social dos recursos públicos, financeiros e infraestruturáveis, seja possível continuar a assistir à afectação desses recursos às sociedades desportivas, as quais têm obviamente uma substância e natureza eminentemente comercial e privada.

As lógicas empresarial e desportiva: convergência ou divergência?

Tem havido alguma tendência para se considerarem antagónicas, ou no mínimo conflituais, as lógicas que subjazem à empresarialização do fenómeno desportivo profissional, que tem tradução na criação das sociedades desportivas, e as mais tradicionais, anteriormente prevaletentes, que seriam clubísticas ou, melhor, «estritamente desportivas».

À luz deste entendimento conceptual, a lógica presente na criação das sociedades desportivas veria o desporto profissional fundamentalmente como uma actividade económico-comercial, geradora de resultados financeiros para os accionistas em presença, desbaratando o capital emocional, o culto tradicional do desporto em si-mesmo e os seus resultados desportivos por excelência. À mística clubística suceder-se-ia, assim, nesta linha de raciocínio, um fetiche mercadológico-financeiro; à rentabilidade desportiva seguir-se-ia uma rentabilidade meramente económico-financeira.

Esta abordagem padece, todavia, de um unilateralismo de visão, o qual se exprime na presunção de antagonismo absoluto entre as «duas lógicas». Todavia, tal como em qualquer outra sociedade comercial, em qualquer outro negócio, no «negócio desportivo» poderão coexistir em complementaridade e sinergia os índices de rentabilidade económico-financeira, garantes da sobrevivência e independência da entidade, com os indicadores de êxito desportivo-competitivo que garantam a componente afectivo-clubística (associativa) e contribuam, ao seu modo, para a perpetuação da própria instituição desportiva, enquanto sociedade com vivência simultaneamente económico-financeira e desportiva.

Gestão profissional das Sociedades Desportivas

O ambiente extraordinariamente complexo e exigente que envolve o desporto profissional na actualidade, a sua crescente internacionalização / globalização, os agentes nele envolvidos, os recursos físicos, humanos e financeiros que o

compõem, tornam inquestionável a profissionalização e o refinamento da gestão das sociedades desportivas.

Só com uma gestão absolutamente dedicada e com preparação científica e técnica de gabarito indiscutível poderão as sociedades desportivas corresponder às modernas exigências que o desporto profissional coloca, às responsabilidades perante os respectivos accionistas que impõem rentabilidade dos respectivos capitais, à concepção e formulação de estratégias corporativas e desportivas que concretizem a prazo a visão da liderança. Acresce que essa gestão deverá também corresponder às exigências legais do estado, com transparência, governação eticamente irrepreensível e, no limite, apresentar elevados padrões de responsabilidade social que se expressem em práticas desportivo-competitivas valorizadas pelos cidadãos-clientes do fenómeno desportivo e pela sociedade em geral (por exemplo em competições internacionais).

Como referem Warren Bennis e B. Nanus ¹: «Para escolher um caminho, um líder deverá ter desenvolvido primeiramente uma imagem mental de um possível e desejável estado futuro da organização [...] aquilo a que nós chamamos visão. Uma visão articula uma perspectiva de um futuro realista, credível e atraente para a organização [...].

Com uma visão, o líder fornece uma ponte de extrema importância entre o presente e o futuro».

¹ Bennis, Warren; Nanus, B., *Leaders: The Strategies for Taking Charge*, New York, Harper and Row, 1985.

DESPORTO E TURISMO: MODELOS E TENDÊNCIAS

Elsa Pereira *
João Carvalho **

Introdução

A relação entre o Desporto e Turismo sempre existiu, sempre se praticou natação nas praias, se fez passeios nas montanhas durante as férias. O que sem dúvida constitui novidade é a oferta e a prática de novos desportos durante as férias, a planificação das práticas desportivas para o período de férias, o *slogan* de férias activas ser completamente impensável sem práticas desportivas, as pessoas elegerem um destino turístico em particular devido às suas possibilidades e instalações desportivas (De Knop, 1990) ¹.

No entanto, foi na década de 60 que surgiram os primeiros artigos que abordam a problemática do desporto e turismo. Em 1963, McIntosh ², estabelecia algumas relações entre o desporto e o turismo, apontando que a instauração das férias pagas e dos fins-de-semana deu aos indivíduos a possibilidade de usufruírem de determinadas práticas desportivas que não se conseguiam realizar num final de dia ou num feriado de meio-dia.

Com o aparecimento de novas tendências nomeadamente as ligadas aos conceitos de desenvolvimento pessoal, de prazer e de diversão, o desporto nas férias tornou-se mais popular. Contudo apenas nos anos 90 começou a existir uma oferta mais concertada, começaram a aparecer pacotes turísticos com um cariz eminentemente desportivo, facto que veio que favorecer a consolidação do conceito DESPORTO e TURISMO.

O termo Desporto e Turismo tem vindo a ganhar cada vez mais expressão. Em 1990 foi fundado o *Sports Tourism International Council (STIC)* ³, organização que se dedica exclusivamente a esta problemática e conta já com mais de

* Professora Adjunta da Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve.

** Professor Adjunto da Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve.

¹ De Knop, P. (1990), «Deporte para Todos y Turismo Activo», in *Boletín de Información y Documentación Unisport*, (13), 21-42.

² McIntosh, P. (1963), *Sport in Society*. London, C. A. Watts and Company.

³ Vide <http://www.sptourism.net>.

2000 membros. Esta organização criou o primeiro jornal dedicado ao Desporto e Turismo intitulado *Journal of Sport Tourism*, que começou a ser publicado em Outubro de 1993 ⁴.

De uma maneira geral as primeiras referências que nos surgem sobre o tema debruçam-se sobre o impacto dos grandes eventos desportivos e sua relação com o turismo. Facto que, aliás, julgamos ter despoletado o interesse pelo tema do Desporto e Turismo.

De facto, não existem dúvidas quanto ao enorme impacto económico que os grandes eventos desportivos provocam ao nível de todo o sistema turístico da região onde decorrem. Estes sempre foram indutores de uma relação com o turismo; recorde-se, por exemplo, os Jogos Olímpicos da Antiguidade que constituíam um pólo de atracção, fazendo com que os diferentes povos se deslocassem a Olimpo para poderem assistir.

No entanto, nem só esta perspectiva de análise foi aprofundada, pois, diferentes autores constataram a importância do desporto como *prática de participação* ⁵ e não apenas como mero espectáculo. Na bibliografia ligada ao turismo, já é dado ênfase ao mercado do turismo desportivo como um segmento de mercado com características muito próprias, que reclama a necessidade de ser aprofundado.

Por outro lado, já é visível a sensibilidade e o despertar da comunidade empresarial para a oferta no âmbito do Desporto e Turismo. Vejam-se os programas de turismo activo da nossa vizinha Espanha, ou os operadores turísticos especializados em turismo activo ou em estágios desportivos.

Esta tendência torna-se cada vez mais notória ao nível dos consumidores, por exemplo, 32 dos 58 milhões de alemães realizaram práticas desportivas durante as suas férias no estrangeiro (OMT; COI, 2001) ⁶. Já em 1990 mais de 6 milhões de alemães afirmavam que a existência de oferta desportiva é um factor preponderante na escolha do local de férias (Smith e Jenner, 1990) ⁷.

O aumento do significado social e económico do Desporto e Turismo tornou-se cada vez mais evidente e em 2001 a *Organização Mundial de Turismo (OMT)* e o *Comité Olímpico Internacional (COI)* organizaram conjuntamente a primeira *Conferência Mundial de Desporto e Turismo*, com o intuito de debater as várias vertentes deste fenómeno e de reflectir sobre estratégias de desenvolvimento ⁸.

⁴ Vide www.tandf.co.uk/journals.

⁵ Esta pode constituir-se, também, como um pólo gerador de fluxos turísticos; veja-se por exemplo o caso do golfe.

⁶ Organização Mundial de Turismo; Comité Olímpico Internacional (2001), *Actividades Deportivas de los alemanes, holandeses y franceses en sus vacaciones al extranjero*, Espanha, OMT/COI.

⁷ Smith, C.; Jenner, P. (1990), «Activity Holidays in Europe», *Travel and Tourism Analyst*, 5, 58-78.

⁸ Peter, K. (2001), *Conferencia Mundial sobre Deporte y Turismo: informe introductorio*, Espanha, OMT.

O interesse mundial por este fenómeno é também evidente pelo aumento de produção literária nesta área. Em 1999 foi editado o primeiro livro, *Sport Tourism* de Standeven e De Knop⁹ onde, após a contextualização do Desporto e Turismo, os autores fazem uma profunda abordagem aos impactos dando ênfase ao impacto económico. Desde esta data várias tem sido as publicações editadas, nomeadamente: *Sport Tourism* de Turco *et al.* (2002)¹⁰ em que o enfoque é fundamentalmente ao nível dos aspectos económicos e dos grandes eventos; *Sport and Adventure Tourism* de Hudson (2003)¹¹ em que o autor faz uma abordagem por produtos específicos, como por exemplo o produto neve, o produto marinas, o produto aventura, o produto Spa¹² e o produto golfe; *Sports Tourism: participants, policy and providers* de Weed e Bull (2004)¹³ em que o focus é na análise do comportamento dos diferentes actores envolvidos no fenómeno mais especificamente nos participantes, decisores políticos e fornecedores.

Parece não haver dúvidas de que o Desporto e Turismo é uma nova área de intervenção profissional, que reclama um corpo de conhecimento conceptualmente coerente que afirme a sua individualidade. Neste sentido, e com o objectivo de contribuir para uma melhor compreensão deste fenómeno emergente que é o Desporto e Turismo, propomo-nos, nesta primeira análise, tentar precisar alguns conceitos que lhe estão associados, apresentar em traços gerais os principais modelos explicativos das relações e dinâmicas que se podem estabelecer e equacionar algumas das suas tendências de evolução.

Conceitos

De acordo com a Carta Europeia do Desporto (1992)¹⁴ «entende-se por «desporto» todas as formas de actividade física que, através de uma participação organizada ou não, têm por objectivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis» (p. 2).

O desporto nesta perspectiva privilegia o enfoque na actividade física, na multiplicidade das experiências relacionadas com a prática da actividade física.

O turismo pode ser entendido como «fenómeno sócio-cultural que se baseia na deslocação das pessoas, para locais diferentes da sua residência habitual, onde

⁹ Standeven, J.; De Knop, P. (1999), *Sport Tourism*, USA, Human Kinetics.

¹⁰ Turco, D. *et al.* (2002), *Sport Tourism*, USA, Fitness Information Technology.

¹¹ Hudson, S. (2003), *Sport and Adventure Tourism*, N.Y., The Haworth Hospitality Press.

¹² Spa tourism – é uma componente do turismo de saúde que se relaciona com a existência de facilidades específicas ao nível da saúde e destinos que tradicionalmente incluem a oferta de águas medicinais, mas também pode ser referente a *resorts* turísticas que integrem facilidades de saúde e alojamento (Hudson, 2003).

¹³ Weed, M.; Bull, C. (2004), *Sports Tourism: participants, policy and providers*, U.K., Elsevier.

¹⁴ Conselho da Europa (1992), *Carta Europeia do Desporto*, Rhodes, CE.

permanecem por períodos superiores a 24 horas, com objectivos de lazer, utilizando as facilidades de alojamento, alimentação e outras oportunidades oferecidas no destino» (Domingues, 1990: 279) ¹⁵.

O turismo, de acordo com esta concepção, valoriza a viagem e a estadia, e as experiências relacionadas com viajar e alojar.

O turismo é, sem dúvida, a maior indústria mundial, geradora de benefícios económicos crescentes. O desporto, por sua vez, tornou-se no maior fenómeno cultural deste virar de século. Sem dúvida que o fenómeno desportivo assume cada vez mais significado nos estilos de vida actuais, numa perspectiva que se afasta da standardização que o caracterizou em tempos passados. O desporto, nos dias de hoje constitui, assim, um factor acrescido quando falamos de oferta turística, da qualidade e diversidade dessa oferta, ou quando falamos das necessidades e motivações dos turistas, da captação ou fidelização dos mesmos.

Estas duas dinâmicas sociais, quando associadas apresentam características distintivas dando origem a uma nova realidade que tem vindo a emergir à escala mundial, o Desporto e Turismo.

As mudanças ao nível do mercado turístico ao nível internacional, nomeadamente o aumento do tipo de turistas, suas motivações e padrões de consumo, fez com que as férias activas e férias aventura se tornassem um segmento cada vez mais importante da indústria turística; por outro lado, um dos segmentos que progressivamente tem vindo a ganhar importância ao nível da indústria turística tem sido as férias vocacionadas para os cuidados de saúde e cuidados com o corpo, proporcionados fundamentalmente pelas Spas, onde o desporto assume um papel essencialmente terapêutico; os grandes eventos desportivos que movimentam não só desportistas profissionais, que são os actores do espectáculo desportivo, como também os espectadores que viajam para assistir aos eventos. De uma maneira geral o desporto está cada vez mais integrado no negócio da hotelaria (Standeven; De Knop, 1999) ¹⁶.

Desporto e Turismo pode ser entendido, segundo Standeven e De Knop (1999:12) ¹⁷, como «todas as formas de envolvimento passivo ou activo na actividade desportiva, quer seja através de uma participação casual ou organizada por razões não comerciais ou de negócios/comerciais, que implicam viajar para fora do local de habitação ou do local de trabalho».

Para Augustyn (1996:438) ¹⁸ Desporto e Turismo é «an activity that occurs when people travel to another place for leisure – either to express / improve their

¹⁵ Domingues, C. (1990), *Dicionário Técnico de Turismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

¹⁶ Standeven, J.; De Knop, P. (1999), *Sport Tourism*, USA, Human Kinetics.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Augustyn, M. (1996), «Opportunities for Cooperative Sport Tourism Marketing», in EASM (Ed.), *Actas do 4.º Congresso Europeu de Gestão do Desporto (436-454)*, Montpellier, European Association for Sport Management.

fitness, to attain good frame of mind or to create social ties through sport – and who stay there for at least twenty four hours but less than one year. In other words, sport tourism is a form of sport that involves mobility».

De uma maneira geral as definições de desporto e turismo assentam e são caracterizadas por três factores que funcionando em conjunto, marcam o campo do desporto e turismo (Pigeassou *et al.*, 2003) ¹⁹:

- numa estadia que combina duas variáveis: uma viagem e uma duração;
- um elo de subordinação ao contexto social;
- um conjunto de fenómenos relacionados com o desporto.

Em nosso entender, definimos o Desporto e Turismo como as dinâmicas que se estabelecem entre as práticas desportivas e o sistema turístico, tanto na vertente do lazer como da competição, onde invariavelmente se deve equacionar as práticas (Practice), as pessoas (People) e os locais (Place):

$$\textit{Sport Tourism} = 3'P = \textit{Practice/People/Place}$$

Modelos conceptuais

Neste ponto procuramos apresentar vários modelos que pelo seu contributo particular possam concorrer para uma melhor apreensão da realidade. Pensamos que a heterogeneidade do tipo de relações entre o Desporto e Turismo torna difícil a criação de um modelo simples e útil.

O modelo da autoria de Standeven e De Knop (1999:64) ²⁰ procura ilustrar uma relação funcional entre o desporto e a actividade turística usando dois critérios. Por um lado a natureza da experiência desportiva (ambiental ou interpessoal), por outro lado, a natureza da experiência turística (como a experiência cultural de um lugar, natural ou artificial de acordo com os diferentes ambientes em que se pode desenrolar, nomeadamente: zonas costeiras, zonas rurais, zonas históricas, zonas culturais e de entretenimento).

Ou seja, a natureza do Desporto e Turismo corresponde a uma experiência cultural de actividade física vinculada a uma experiência cultural do local. Desta forma, dos critérios estabelecidos desenvolvem uma grelha com oito segmentos. Cada um dos segmentos da grelha corresponde a uma experiência particular ao nível do Desporto e Turismo, localizada num cenário turístico particular. A grelha criada permite-lhes colocar diferentes actividades desportivas em diferentes cenários.

¹⁹ Pigeassou *et al.*, 2003, «Epistemological Issues on Sport Tourism: Challenge for a scientific field», in *Journal of Sport Tourism*, 8 (1), 27-34.

²⁰ Standeven, J.; De Knop, P. (1999), *Sport Tourism*, USA, Human Kinetics.

rios turísticos de acordo com a natureza das actividades e dos recursos geográficos em que estas actividades se desenrolam.

Estes autores falam ainda das formas de turismo, na óptica bidimensional das férias e não férias que corresponde ao segmento de mercado de negócios em que o Desporto e Turismo pode ser passivo (ou seja, viajam como observadores do fenómeno desportivo e temos os observadores casuais e os conhecedores), ou activo («Sport activities holiday»: desporto é o motor; «Holiday sport activities»: desporto é accidental) (p.13).

		Touristic Experience						
		Natural			Manmade			
Sport Experience	Environmental	COASTAL		LANDSCAPE		HISTORIC Trips to historic sites (e.g., Olympia)	CULTURAL/ ENTERTAINMENT	
		Natural	Surfing Fishing Sailing Yachting Land yachting	Boardsailing Scuba diving Swimming Snorkeling	Walking / hiking Cycling Skiing Rowing Triathlon Sky diving Ballooning Caving Hunting Kite flying Ratting		Climbing Canoeing Angling Jogging Orienteering Abseiling Hang gliding Horse riding Canyoning Hot springs	
	Artificial	Water skiing Jet skiing Paragliding		Equestrian — 3-day event Ski jumping Luge Bobsleigh Tobogganing	Sports museums Halls of fame Historic sports buildings	Athletics Gymnastics Fitness retreats Bungee jumping Artificial climbing Weight lifting	Trampolining Health farms	
	Inter-personal	Combat			Jousting	Fencing Judo Karate	Boxing Wrestling Stick fighting (Indonesia)	
Contest	Beach volleyball Boules		Traditional games Road bows (Ireland) Tira del bola (Spain) Street football (England) Palla (Italy) Street hockey	Tennis	Football Tennis Baseball Cricket Badminton Croquet Ice hockey Rauquetball Squash Table tennis	Hockey Golf Bowls Handball Volleyball Archery Curling Lacrosse Tenpin Softball Tug of war Pool/billiards/snooker		

Figura 1. Modelo conceptual de classificação do Desporto e Turismo de Standeven e De Knop (1999).

O modelo apresentado por Kurtzman e Zauhar (2003)²¹ pretende representar o Desporto e Turismo como um fenómeno em movimento ao longo do tempo, «estrada ondulante» (wavy roadway) (p.45), na qual cada desportista-turista pode ajustar e adaptar de acordo com as suas necessidades, interesses e desejos.

Este modelo ilustra os aspectos filosóficos e integrantes do Desporto e Turismo mais visíveis na sociedade:

²¹ Kurtzman, J.; Zauhar, J. (2003), «A Wave in Time: the Sports Tourism phenomena», in *Journal of Sport Tourism*, 8 (1), 35-47.

- no centro, o desporto, representa o principal foco do Desporto e Turismo, à volta do qual coexistem diferentes tipos de práticas desportivas, sejam recreativas, competitivas ou ambas;
- os raios da roda demonstram as cinco categorias do Desporto e Turismo, de acordo com as dinâmicas empreendedoras específicas do turismo;
- os espaços entre os raios da roda ilustram os cinco potenciais ambientes, nos quais as actividades do Desporto e Turismo, tanto para os participantes como para os espectadores ou ambos, podem ocorrer;
- do lado de fora do roda estão indicados diferentes áreas que podem e dão contributos para o desenvolvimento do Desporto e Turismo;
- a estrada sugere as motivações que impelem os turistas, sejam eles participantes espectadores ou ambos, a vários níveis e em diferentes direcções podem estar envolvidos em específicas oportunidades e ofertas desportivas.

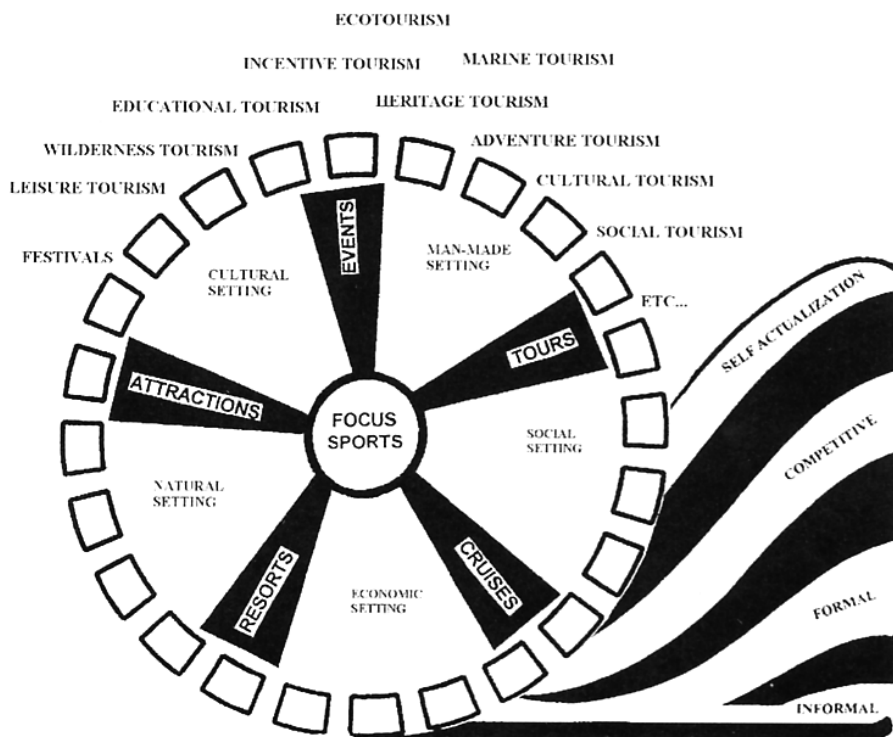


Figura 2. «A Wave in time» – Modelo de representação do fenómeno Desporto e Turismo de Kurtzman e Zauhar (2003).

Assim neste modelo são definidas cinco categorias distintas para classificar as actividades do Desporto e Turismo:

- «Sports Tourism Events» – incluem nesta categoria os Jogos Olímpicos, os Campeonatos do Mundo, nacionais, regionais, etc. De uma maneira geral, referem-se a todas as práticas desportivas de cariz competitivo ou de espectáculo atraindo não só os atletas e sua equipa técnica como também e maioritariamente espectadores;
- «Sports Tourism Attractions» – museus desportivos, conferências desportivas, parques temáticos desportivos, festivais e demonstrações desportivas, etc.;
- «Sports Tourism Tours» – viagens de aventura desportiva, expedições «outdoor», viagens de equipas profissionais para participar em jogos, ou em estágios, etc.;
- «Sports Tourism Resorts» – locais especializados numa prática desportiva, por exemplo, golfe, ténis, *fitness*, ou mesmo locais que oferecem práticas desportivas diversas;
- «Sports Tourism Cruises» – cruzeiros especializados numa prática desportiva, ou em várias e em conferências desportivas. Uma das estratégias para atrair turistas é o convite a celebridades desportivas como atracção.

O modelo criado por Gammon e Robinson (2003)²² acenta num eixo bidireccional que diferencia por um lado «Sports Tourism» (Desporto e Turismo), onde o desporto é a primeira motivação para viajar, e por outro «Tourism Sport» (Turismo e Desporto), em que as férias são a primeira motivação para viajar (p.23). As divisões criadas pelos eixos são ainda subdivididas em duas categorias, a «hard» e a «soft», que dão origem a quatro áreas distintas:

- «Sports Tourism» – o critério adoptado é que o desporto é a primeira motivação para viajar, sendo que os elementos turísticos contribuem para reforçar a experiência global. Nesta categoria existem duas sub-categorias:
- «hard definiton» – corresponde à participação activa ou passiva num evento de desporto de competição. A existência de competição desportiva é o factor fulcral;
- «soft definiton» – inclui aqueles que viajam com o objectivo primeiro de estar envolvido em práticas desportivas de lazer. Os aspectos da prática desportiva activa na óptica do lazer são o factor de distinção;
- «Tourism Sport» – o critério adoptado é que as férias ou a visita são o primeiro motivo para viajar. Nesta categoria os turistas participam de forma

²² Gammon, S.; Robinson, T. (2003), «Sport and Tourism: a conceptual framework», in *Journal of Sport Tourism*, 8 (1), 21-26.

- passiva ou activa, numa prática desportiva de recreação ou competição como actividade secundária. Os autores apresentam duas sub-categorias:
- «hard definition» – nesta sub-categoria apesar de as férias constituírem o primeiro motivo para viajar, os turistas também pretendem participar em algum desporto, numa perspectiva passiva ou activa, na óptica do lazer ou da competição. Desta forma o desporto actua como um reforço secundário nas férias;
 - «soft definition» – inclui os turistas que como componente minoritária e acidental das suas férias participam numa determinada prática desportiva.

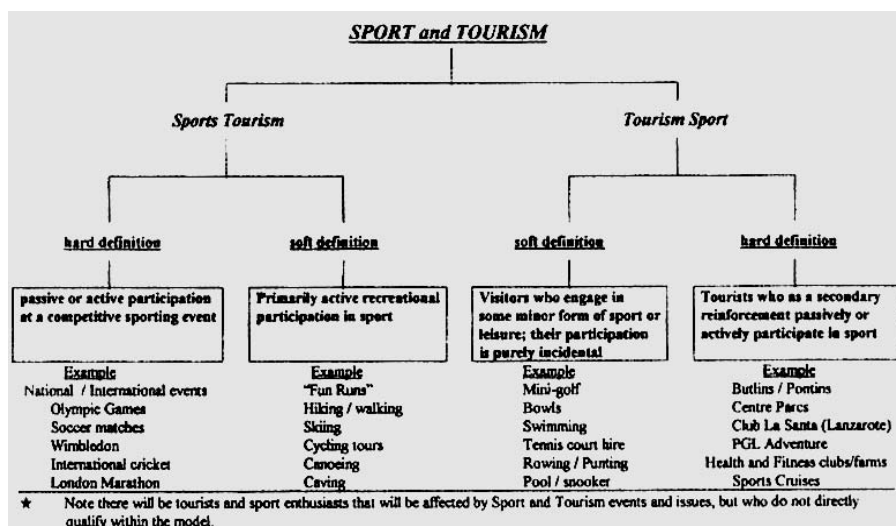


Figura 3. Modelo conceptual de classificação do Desporto e Turismo de Gammon e Robinson (2003).

Weed e Bull (2004)²³ procuram representar as relações entre o Desporto e Turismo através do «Sport Tourism Participation Mode». Este é um modelo dinâmico que pretende desenvolver uma compreensão dos comportamentos dos desportistas-turistas no que se refere ao nível de participação desportiva (que vai aumentando ao longo do eixo horizontal, desde a participação desportiva acidental nas férias às férias desportivas) como também ao nível de importância atribuído à viagem de desporto e turismo pelos indivíduos (eixo vertical). O modelo define ainda a categoria dos «intenders» como aqueles que apesar de não praticarem desporto assistem ao espectáculo desportivo.

²³ Weed, M.; Bull, C. (2004), *Sports Tourism: participants, policy and providers*, UK, Elsevier.

O modelo demonstra que apesar de existir uma participação meramente acidental, o nível de importância atribuído pode ser bastante elevado. Evidencia também o facto dos participantes no fenómeno Desporto e Turismo poderem participar numa multiplicidade de actividades, apesar do modelo ilustrar duas actividades, pode ser analisado a três dimensões com um número potencial infinito de actividades. Por exemplo um atleta de elite de determinada modalidade em estágio (categoria «driven»), pode participar esporadicamente noutra actividade com o objectivo de relaxação (categoria «ocasional»), e relativamente a outras modalidades não passar de espectador (categoria «intenders»).

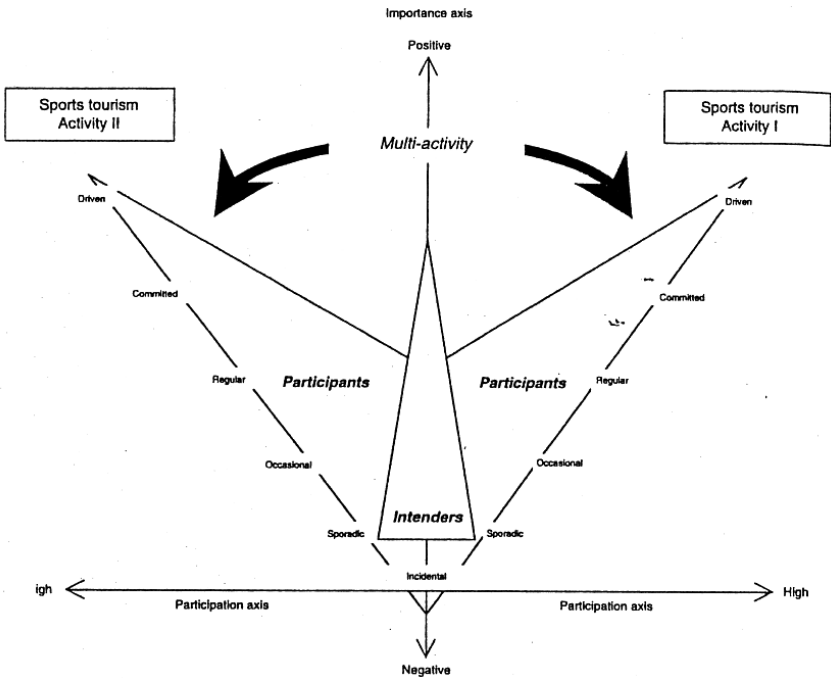


Figura 4. Modelo representativo do tipo de participação em Desporto e Turismo de Weed e Bull (2004)

Em nosso entender, e de acordo com Pereira (1999 e 2001)²⁴, um modelo explicativo do fenómeno do Desporto e Turismo deve ser conceptualizado do

²⁴ Pereira, E. (1999), *Desporto e Turismo: análise estratégica dos meios de alojamento de categoria média e superior da região do Algarve*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre em Gestão do Desporto, Lisboa, FMH/UTL.

Pereira, E. (2001), «Desporto e Turismo: dinâmicas de desenvolvimento», in Racial Clube (Ed.), *Actas do 11.º Congresso do Algarve (717-720)*, Albufeira, Racial Clube.

ponto de vista dos participantes de modo a permitir a definição de diferentes segmentos de mercado para posterior concertação de produtos.

De acordo com o factor que desencadeia a necessidade de viajar, o Desporto e Turismo pode assumir duas vertentes distintas que podem dar origem a diferentes segmentos de mercado:

– *Vertente eminentemente turística*, onde o sistema turístico é o motor deste binómio. A procura de práticas desportivas, por parte dos turistas, centra-se essencialmente na óptica do lazer. Em função das motivações e necessidades dos turistas, pois o que consideramos decisivo é aquilo que o turista pretende. Esta vertente pode integrar dois segmentos diferenciados:

– *Turismo activo/desporto integrador* – em que os turistas procuram determinado destino ou unidade de alojamento, devido não só às características gerais que apresentam, mas também à oferta desportiva diversificada, proporcionando a prática de várias modalidades. Nesta categoria o desporto é importante mas também é importante toda a experiência relacionada com as férias ou com a viagem, ou seja o *après* desporto. Neste caso a prática é importante mas integrada nas experiências relacionadas com as pessoas e com os locais. No entanto, em termos globais a participação nas diferentes práticas desportivas não condiciona as motivações ao nível do conhecimento do destino, dos aspectos distintivos e únicos que possam ser interessantes visitar. É característico neste tipo de turistas a eleição de «pacotes integrados» (práticas desportivas+outros produtos associados). Um dos exemplos elucidativos deste tipo de pacotes são as fórmulas *clube*, entre as quais o *Club Med* é um dos mais conhecidos. Existem, também, determinados destinos que estabelecem estratégias concertadas entre entidades públicas e privadas no sentido de dotar a região em que estão inseridos de um aporte significativo ao nível das facilidades para a prática de desportos. A Espanha é um bom exemplo deste tipo de concertação estratégica no que diz respeito à organização das diferentes regiões turísticas;

– *Turismo passivo/desporto complementar* – neste tipo de turismo, a oferta desportiva não é equacionada aquando da selecção do destino ou da unidade de alojamento, ou seja, não determina a decisão do turista, no entanto, condiciona a imagem *a posteriori*, assim como possíveis viagens de retorno ao destino. O desporto pode até surgir como algo accidental ou ocasional, não sendo o objectivo da viagem. Corresponde ao denominado turismo de massas, ou turismo de sol e praia. O perfil destes participantes é na maioria dos casos famílias ou grupos de jovens. Habitualmente designada de animação desportiva e fazendo parte integrante da oferta de animação do destino ou unidade de alojamento, esta, desempenha um papel fundamental como componente do pacote turístico, sendo que a existência de facilidades desportivas começa a ser cada vez mais importante. Neste caso, o ênfase é dado fundamentalmente nas pessoas e nos locais mas tendencialmente as práticas desportivas irão desempenhar um papel

cada vez mais significativo. Mesmo que a participação seja ocasional pode ser um elemento importante na viagem de retorno, no imaginário do turista. A oferta desportiva pode apresentar várias características, como sejam, práticas não formais ou informais, vocacionadas para a terceira idade, para crianças, para famílias, para grupos, para o turismo de negócios, para o turismo de congressos e incentivos, para a melhoria da condição física, para o convívio, para a relaxação, para o contacto com a natureza, etc. Dependendo, fundamentalmente, do tipo de clientes actuais e/ou potenciais de determinado destino ou unidade de alojamento e respectivas motivações, assim deve ser a oferta proporcionada.

– *Vertente eminentemente desportiva*, pois é o sistema desportivo o motor deste binómio. De acordo com as necessidades do sistema desportivo, onde as pessoas se deslocam para determinado destino tendo como principal objectivo o desporto e não o turismo, que serve fundamentalmente de suporte às actividades, podemos diferenciar dois segmentos:

– *Desporto turístico/desporto condicionador* – em que se procura determinado destino turístico ou unidade de alojamento, devido às condições óptimas ou ideais para a prática de determinada modalidade desportiva. As características deste segmento são bastante específicas, pois a natureza da maioria destes desportos faz com que os participantes não as possam realizar na sua área de residência, porque dependem na maioria das vezes de recursos naturais. Assim o viajar é uma parte necessária para a realização das práticas desportivas, sendo o local, e nomeadamente a qualidade de facilidades desportivas para a prática da modalidade uma das componentes principais das suas experiências. Devido ao facto deste segmento não poder participar nas actividades na sua área de residência faz com que realizem este tipo de férias desportivas entre uma vez por mês e 4 vezes por ano. Para muitos destes desportistas-turistas o deslocarem-se para diferentes locais que proporcionem o tipo de práticas que desejam realizar é uma das características do seu comportamento. Dirigem-se a um destino fundamentalmente para prática de uma determinada modalidade desportiva na óptica do lazer. Podemos dividir em subcategorias distintas de acordo com o tipo de desporto que os turistas procuram e temos como principais, o turismo do golfe, o turismo náutico, o turismo de aventura, o turismo de contacto com a natureza, o turismo do esquí, o turismo do fitness/Spa, etc.;

– *Estágios desportivos* – em que os indivíduos ou equipas, amadores ou profissionais do desporto, se deslocam a determinado destino devido às condições ideais que este proporciona para a prática de determinada modalidade desportiva, na óptica da competição, com o objectivo da manutenção e/ou melhoria da *performance*. Neste caso, é importante a existência de um conjunto de infra-estruturas desportivas de qualidade que dê resposta às necessidades inerentes às modalidades desportivas assim como a possibilidade de haver elevado nível de treino/competição com outros atletas ou equipas. Os desportistas que realizam

este tipo de estágios são normalmente turistas passivos, pois o tempo livre é reduzido e na maioria das vezes utilizado para recuperação/relaxação dos períodos de treino;

– *Eventos desportivos* – nesta categoria integramos tanto as competições desportivas como os espectáculos desportivos, tanto os desportistas, principais actores do fenómeno desportivo, como os espectadores que se deslocam devido ao evento, temos assim:

– *Desportistas profissionais* – o tempo de permanência em determinado destino é exclusivamente dedicado à prática desportiva de alta competição, logo, a componente turística circunscreve-se, essencialmente, à utilização das unidades de alojamento e de restauração, dando origem a uma prática turística de características passivas;

– *Espectadores desportivos* – aqueles que pretendem assistir aos eventos desportivos, são motivados pelo desporto-espectáculo a deslocarem-se a determinado destino. Este tipo de turistas dispõe de algum tempo livre (após ou entre os espectáculos desportivos) para conhecer o destino onde se encontra, no entanto, o tipo de turismo apresenta, ainda, características passivas, pois é condicionado pelos horários do espectáculo desportivo.

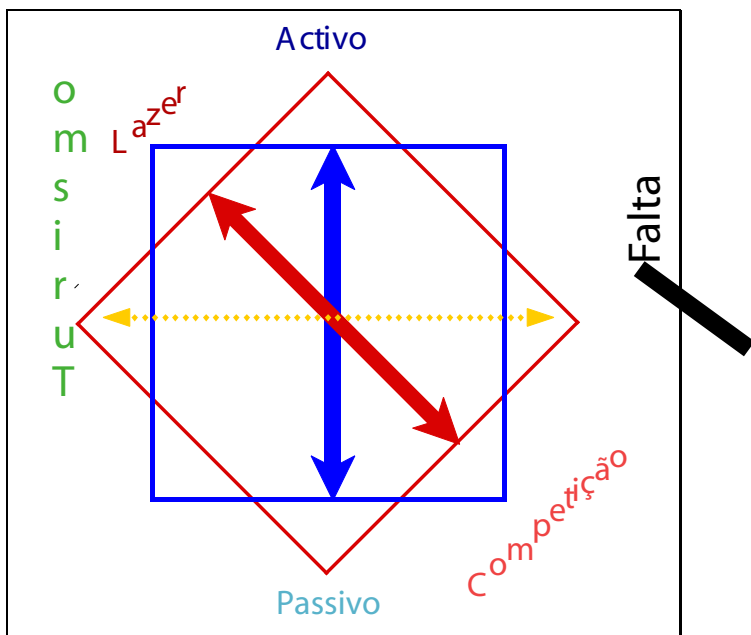


Figura 5. Modelo explicativo do fenómeno Desporto e Turismo de Pereira e Carvalho

Tendências de evolução

De uma maneira geral o Desporto e Turismo demonstra sinais de franca expansão. A população mundial está a crescer exponencialmente, facto que só por si promove o aumento do número de viagens. Prevê-se que em 2020 cerca de 1.6 biliões de pessoas visite outros países, o que representa o triplo do número de pessoas que viajaram internacionalmente em 1996, e gastar-se-á cerca de cinco vezes mais dinheiro (OMT, 1997) ²⁵.

Segundo dados da *Eurostat*, a população europeia com mais de 65 anos passará de 45.6 milhões em 1987 para 57.4 milhões no ano 2000 e a população com idade igual ou superior a 55 anos será de 168 milhões. Neste quadro serão a Alemanha, o Reino Unido e a Itália os países que darão um contributo mais significativo. Estas tendências verificam-se de uma forma generalizada nos países industrializados, como por exemplo o Japão e os Estados Unidos, e têm tendência para continuar a acentuar-se até 2025 (OMT, 1990) ²⁶. O envelhecimento da população terá fortes repercussões ao nível dos produtos e serviços, pois é um segmento do mercado com características específicas.

A globalização actua directamente sobre todas as esferas sociais, padronizando e homogeneizando. De facto podemos actualmente falar de um estilo de vida global, caracterizado por padrões mais activos e que visam uma maior satisfação individual. Estes factores são visíveis nas formas cada vez mais activas de estar no lazer e em particular no Desporto e Turismo, no qual os níveis de participação têm vindo a aumentar.

De acordo com o panorama geral parece-nos razoável sugerir que entre 10 a 20% da população dos países civilizados que faz férias está interessada em ter práticas desportivas nas férias todos os anos. Quando falamos da participação em práticas desportivas em que o desporto não é o principal motor das férias mas que ocorre como algo de accidental, as percentagens sobem entre os 25 e os 80%. Os alemães são dos povos que apresentam participações mais elevadas (80%). Estes factores permitem-nos concluir que o número de pessoas que procura férias mais recreativas, não tão desportivas, é bastante elevado e continua a subir, sendo que a tendência é a prática de várias modalidades, a procura de variedade o que focaliza a importância na animação desportiva (Standeven; De Knop, 1999) ²⁷.

Haverá uma necessidade de pacotes de serviços não standardizados, em que a procura de férias de aventura, de actividades de contacto com a natureza e «health trips» terão um forte crescimento na quota de mercado (Schwaninger, 1984) ²⁸.

²⁵ www.world-tourism.org-newslett/nov97/travel.htm

²⁶ OMT (1990), *Tourism to the year 2000 : qualitative aspects affecting global growth*, Madrid, OMT.

²⁷ Standeven, J.; De Knop, P. (1999), *Sport Tourism*, USA, Human Kinetics.

²⁸ Schwaninger, M. (1984), «Forecasting Leisure and Tourism: scenario projections for 2000-2010», in *Tourism Management*, 5 (4), 250-257.

O espectro das facilidades e oportunidades educacionais tem-se enriquecido constantemente permitindo um nível cultural base mais elevado. O sistema educacional irá ensinar não só para o trabalho mas também para o lazer. Mais do que a melhoria do nível de vida, a elevação dos níveis de formação explica hoje a intensificação das actividades de lazer, assim como uma gestão diferente das férias, pois o crescimento do nível cultural das novas gerações fará com que as motivações turísticas sejam cada vez menos estandardizadas e se enquadrem, cada vez mais, em ofertas criativas, ao ponto de se inventarem novas formas de lazer e modelos de férias até agora inexistentes, constituídos por conceitos inovadores. Neste âmbito surge a necessidade de novas atracções, novas experiências, e a necessidade de descobrir cenários e locais desconhecidos, prevendo-se mesmo que nos próximos anos haja um aumento crescente da procura de práticas desportivas radicais e que envolvam maior risco. Esta tendência exigirá maior formação e qualificação dos técnicos que enquadrem estas práticas.

Por outro lado a preocupação e a consciencialização ecológica está a crescer e expressa-se na preservação do ambiente, devido a uma série de alterações ambientais, como a destruição da camada do ozono, as chuvas ácidas, a macro poluição, entre outras. Desenvolve-se assim uma consciência ambiental que imporá limites ao crescimento e provocará impacto tanto ao nível do desporto e turismo. O interesse por actividades de ar livre e de contacto com a natureza desenvolverá formas de turismo ecológico, veja-se por exemplo a existência de organizações como *Ecotourism Society*, ou o facto de 275.000 pessoas anualmente decidirem fazer canoagem nos afluentes do rio Arkansas, ou a existência de 9 milhões de donos de BTT nos Estados Unidos (Popcorn e Marigold, 1997) ²⁹.

Raynouard (1989) ³⁰ fala-nos da procura da vitalidade e da saúde como uma das principais tendências ao nível dos lazeres. Em França, o *Centre de Communication Avancée* no seu estudo sobre estilos de vida aponta como comportamentos dominantes da sociedade actual a «remise en forme» e a «mise au vert». De acordo com o *Henley Centre for Leisure Forecastings* «Awareness and participation in sports related activities as increased in the last decade [...]» (O'Brien, 1990:26) ³¹. Esta tendência irá também ter repercussões ao nível do turismo. De acordo com Schwaninger (1984) ³² a maior parte dos hotéis tradicionais terão que desenvolver estratégias de novos produtos, para conquistar a crescente procura de férias mais activas. No relatório *Internacional Tourism Forecasts to*

²⁹ Popcorn, F.; Marigold, L. (1997), *Click*. Rio de Janeiro, Editora Campus.

³⁰ Raynouard, Y. (1989), «Les Loisirs de Proximité : nouvelles tendances», in *Espaces*, (96), 38-41.

³¹ O'Brien, K. (1990), «The UK Tourism and Leisure Market: special report n.º 2010», in *The Economist Intelligence Unit Limited*.

³² Schwaninger, M. (1984), «Forecasting Leisure and Tourism: scenario projections for 2000-2010», in *Tourism Management*, 5 (4), 250-257.

2005, as atitudes relacionadas com «healthier living and personal fitness» são apontadas como influenciadoras na escolha das férias (Edwards, 1992) ³³.

Os papéis do homem e mulher estão a mudar significativamente. A importância das mulheres no mercado de trabalho é crescente. Esta mudança permite não só uma independência monetária da mulher, possibilitando-lhe ter ocupações no seu tempo de lazer distintas das tradicionais, como também contribui para um aumento do *per capita* do agregado familiar. Gostaríamos ainda de referir as implicações que acarreta esta alteração dos papéis sociais no que diz respeito ao ciclo de vida familiar, nomeadamente na média da idade do casamento e do nascimento do primeiro filho que se prolonga para mais tarde. Aumentará assim o número de pessoas solteiras e também o número de casais sem filhos.

Estas tendências sociais ganham expressão quando associadas ao factor económico, onde se prevê um aumento do *Personal Discretionary Disposable Income (PDDI)*, que permite uma verba disponível acrescida para os lazeres, entre eles, o turismo, o desporto (Schwaninger, 1984) ³⁴.

As novas tecnologias têm permitido avanços ao nível dos transportes tornando-os mais rápidos, mais baratos e mais acessíveis. A evolução informática e das comunicações permitiu que facilmente tivéssemos acesso à comunicação à escala global, através da *Internet*, seleccionando por exemplo os destinos turísticos que mais nos agradam, os pacotes para esses destinos, as respectivas reservas. Por outro lado, permitiu também o acesso a viagens virtuais, possibilitando viajar sem sair do lugar. As evoluções em termos da comunicações, ao aproximarem os povos e as nações, têm influenciado a expansão das competições desportivas. Novas tecnologias permitem não só que os desportos se tornem cada vez mais seguros como o aparecimento de novos desportos e de novas facilidades desportivas. A título de exemplo veja-se a existência em Tóquio de uma pista de esqui coberta, preparada para receber 9.600 pessoas por hora, ou a existência de piscinas com ondas artificiais que permitem a prática de *surf* e *body-board*.

Os factores apontados, conjuntamente com muitos outros que não referimos, irão obrigar os gestores dos lazeres Desportivo-turísticos a repensarem as premissas de actuação, pois o Desporto e Turismo no futuro caracterizar-se-à por uma dinâmica mais comercial, será mais acessível e fará cada vez mais parte da realidade contemporânea.

³³ Edwards, A. (1992), «International Tourism Forecasts to 2005: special report n.º 2454», in *The Economist Intelligence Unit Limited*.

³⁴ Schwaninger, M. (1984), «Forecasting Leisure and Tourism: scenario projections for 2000-2010», in *Tourism Management*, 5 (4), 250-257.

O DESPORTO NO *FUNDAMENTAL*: UM VALOR LUSÓFONO

*José Manuel Meirim **

1. *Introdução.* É inegável a pujança do desporto, como facto social total, nas actuais sociedades.

A sedimentação na sociedade de um *valor do desporto* conduziu a que, em alguns países, os textos constitucionais dedicassem espaço a essa dimensão da vida humana.

Nessa *constitucionalização do desporto*, Portugal, os países africanos de expressão oficial portuguesa e o Brasil, ocupam um lugar ímpar no contexto internacional.

A *constitucionalização* do desporto operou-se, numa moldura democrática, em primeiro lugar no nosso país e, paulatinamente nos outros textos fundamentais dos países que consideramos ¹.

Bem se pode dizer, em suma, que o acesso ao desporto encarado como direito fundamental, representa um *acquis* lusófono ².

* Doutor em Ciências do Desporto. Assessor do gabinete dos juizes do Tribunal Constitucional e Professor Auxiliar convidado da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.

¹ Essa *constitucionalização*, não se limitou, porém, a esse grupo de países.

Também no centro e leste da Europa se assistiu ao mesmo «movimento»: Bulgária (1991), artigo 52.º, n.º 3, Croácia (1990), artigo 68.º, Lituânia (1992), artigo 53.º parágrafo terceiro, Macedónia (1991), artigo 47.º, parágrafo quinto e Rússia (1993), artigo 41.º, n.º 2.

² Como é evidente não se pode desvalorizar todos os contributos que, em tempo anterior, foram sendo expressos ao nível de diferentes textos internacionais que sublinharam as valências da actividade desportiva para o homem. Cf., entre os principais, a Carta do Desporto para Todos, do Conselho da Europa, de 1976 (aí, no seu artigo 1.º, afirma-se que «todos têm o direito de praticar desporto»), a Carta Europeia do Desporto, também do Conselho da Europa, de 24 de Setembro de 1992, revista em 2001, que apresenta como objectivos fundamentais, o de dar a cada indivíduo a possibilidade de praticar desporto e o de proteger e desenvolver as bases morais e éticas do desporto, bem como a dignidade humana e a segurança daqueles que participam em actividades desportivas (artigo 1.º) e a Carta Internacional da Educação Física e do Desporto, adoptada pela Conferência Geral da UNESCO, em 21 de Novembro de 1978, onde, no artigo 1.º, n.º 1, se estabelece que todo o ser humano tem o direito fundamental de aceder à educação física e ao desporto, que são indispensáveis ao desenvolvimento da sua personalidade.

Oferecemos, neste artigo, um breve registo de como se encontra estabelecido o direito ao desporto nas leis básicas lusófonas.

2.1. *A Constituição da República Portuguesa de 1976 e o direito ao desporto*³. O texto vigente do artigo 79.º da Constituição, sob a epígrafe «Cultura física e desporto», exprime-se, assim, nos seguintes termos:

1. Todos têm direito à cultura física e ao desporto.
2. Incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto.

Inserido na Parte I (Direitos e deveres fundamentais), Título III (Direitos e deveres económicos, sociais e culturais), no seu Capítulo III (Direitos e deveres culturais), o referido normativo constitucional representa a mais importante expressão da relevância do desporto no quadro do texto constitucional.

Esta afirmação constitucional não passou despercebida aos *homens do desporto*. Bem pode afirmar-se a naturalidade desta atenção. Contudo, não se limitaram, esses especiais observadores, como à primeira vista podia supor-se, a transformar o direito ao desporto numa mera bandeira de afirmação, assistindo-se, isso sim, a uma leitura crítica e densificadora do conceito constitucional, de que muito tem a beneficiar o jurista.

Como afirma JORGE CRESPO⁴, esse direito [...] *permitirá a oferta de possibilidades de realizar essa prática onde cada um desejar, de acordo com as suas preferências e motivações próprias*.

Gustavo Pires⁵, discorrendo sobre o desenvolvimento do desporto moderno encontra diferentes modelos de organização das práticas desportivas (formal, não formal e informal). Para o autor, o cumprimento do direito constitucional à cultura física e ao desporto não pode ficar-se pela resposta formal.

As actividades não formais e informais, as primeiras caracterizadas, do ponto de vista organizativo, pela co-gestão, e as segundas, pela autogestão, acabam por oferecer um conteúdo mais alargado, diríamos mesmo consentâneo com a sua

³ Para uma análise de maior espaço da localização do desporto na lei fundamental, pode consultar-se o nosso trabalho *As federações desportivas como sujeito público do sistema desportivo*, Coimbra, Coimbra Editora, 2002, pp. 127-174.

⁴ Cfr. *O Desenvolvimento do Desporto em Portugal – Um Acto Político*, Edições ISEF, 1976, p. 18.

⁵ Cfr. «As áreas organizacionais do processo desportivo (da nova visão global às linhas estratégicas)», *Horizonte*, Volume IV, n.º 23, Janeiro-Fevereiro 1988, pp. 149-152.

natureza, ao direito ao desporto, naquilo de que ele se reveste de satisfação de necessidades sociais.

O desporto, e as suas fórmulas organizativas, não se encontram pré-definidos ou, pelo menos, proibidas de evoluir. Da mesma forma, denotando abertura suficiente ao futuro, deve olhar-se a fórmula constitucional do direito ao desporto ⁶.

Numa outra perspectiva, Jorge Olímpio Bento recolhe – *no século dos direitos humanos* – o direito ao desporto como um postulado ético, como um imperativo social ⁷. Encontramo-nos perante [...] *um convite a ser cidadão por inteiro, a demonstrar uma expressão actualizada e abrangente de cidadania*.

O desporto é, em breve, uma forma de conquista da cidade e da cidadania.

2.2. Uma análise mais cuidada dos preceitos constitucionais leva-nos a ver no desporto um *valor constitucional*.

Com isto pretende-se afirmar que o desporto, também de uma forma implícita e ainda por força da sua colocação sistemática, adquire projecções que, numa primeira leitura, não são imediatamente perceptíveis.

O *valor constitucional do desporto* não se baseia, pois, apenas na sua configuração como direito fundamental: patenteia-se na vida de outros direitos fundamentais, adquire, pela sistemática constitucional, projecções ao nível dos princípios fundamentais e das tarefas fundamentais do Estado.

Vejam, agora, apenas as projecções expressas desse valor constitucional.

2.3. A primeira delas localiza-se no *encontro* entre o desporto e o direito à protecção da saúde.

Nos termos do artigo 64.º, n.º 1, todos têm direito à protecção da saúde.

Este direito é realizado também pela promoção da cultura física e desportiva [n.º 2, alínea b)].

Assim, e como precipitação desta afirmação constitucional, poderemos recolher na Lei de Bases da Saúde, Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto, sua Base VI, n.º 3 – responsabilidade do Estado –, que todos os departamentos, especialmente os que actuam nas áreas específicas da segurança e bem-estar social, da educação, do emprego e do desporto, devem ser envolvidos na promoção da saúde.

A projecção da política desportiva era, aliás, já sublinhada na própria Lei de Bases do Sistema Desportivo (LBSD) – Lei n.º 1/90, de 13 de Janeiro [artigo 2.º, n.º 2, alínea a)] ⁸.

⁶ Cfr. ainda do autor que agora acompanhamos, *A Estrutura e a Política Desportivas: o Caso Português. Estudo da Intervenção do Aparelho Estatal no Sistema Desportivo Português*, ISEF, 1989, pp. 140 e 141.

⁷ Cfr. *O Outro Lado do Desporto. Vivências e Reflexões Pedagógicas*, Porto, Campo de Letras, 1995, p. 236.

⁸ Sobre o papel da medicina desportiva, veja-se o artigo 17.º da LSD e o seu desenvolvimento normativo corporizado pela Lei n.º 119/99, de 11 de Agosto e pelo Decreto-Lei n.º 345/99, de 27 de Agosto.

2.4. Também no quadro constitucional dedicado à juventude se reafirma a importância do desporto.

É que os jovens gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente na educação física e no desporto [artigo 70.º, n.º 1, alínea *d*)].

A política da juventude tem como um dos objectivos prioritários o desenvolvimento da personalidade dos jovens, cabendo ao Estado, em colaboração com outras entidades, fomentar e apoiar as organizações juvenis na promoção daquele objectivo.

Para além de tudo o que é possível registar no domínio das relações entre o desporto e a escola, assinala-se agora não só a reafirmação da projecção do desporto na política de juventude [artigo 2.º, n.º 2, alínea *a*), da LSBD], como a expressão orgânica dessa política e o espaço dos jovens na própria organização das actividades desportivas.

Quanto ao primeiro aspecto, encontra-se nas atribuições do Instituto Português da Juventude ⁹ o estimular e apoiar a participação dos jovens em actividades de carácter desportivo bem como incentivar as actividades promovidas ou desenvolvidas por associações ou agrupamentos juvenis.

No que concerne ao segundo momento, destaque-se o reconhecimento da responsabilidade do associativismo estudantil, em sede de organização e desenvolvimento da prática do desporto no âmbito do ensino superior ¹⁰.

2.4. Destaquemos de seguida alguns traços essenciais que podemos retirar do discurso constitucional sobre o desporto no *fundamental*.

Estamos, desde logo, perante um *direito de carácter universal* – é um direito *de todos* a certas prestações ¹¹, consistindo como a maioria dos direitos sociais, num direito positivo, como se pode ver pela própria estrutura: *todos têm o direito*, seguindo-se a enumeração das obrigações do Estado.

A fórmula utilizada precipita nesta norma o *princípio da universalidade*, primeiro dos princípios gerais dos direitos fundamentais, estabelecido no artigo 12.º da Constituição ¹².

⁹ Cuja lei orgânica foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 333/93, de 29 de Setembro (cfr., artigo 2.º, n.º 1).

¹⁰ Artigo 7.º, n.º 2, da LSBD. Ver ainda os direitos atribuídos às associações de estudantes, do ensino não superior e do ensino superior, pela Lei n.º 33/87, de 11 de Julho, respectivamente pelos artigos 15.º, n.ºs 1, alínea *d*), e 2 e 16.º, 21.º e 24.º

¹¹ CANOTILHO, J. J. Gomes; MOREIRA, Vital, *Fundamentos da Constituição*, Coimbra, Coimbra Editora, 1991, p. 113.

¹² Sobre o princípio da universalidade veja-se CANOTILHO, J. J. Gomes, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 3.ª edição, Coimbra, Almedina, 1999, pp. 390-391 e MIRANDA, Jorge, *Manual de Direito Constitucional*, 2.ª edição (reimpressão), Coimbra, Coimbra Editora, 1998, Tomo IV, Direitos fundamentais, pp. 193-196.

Quer isto dizer, desde logo, que a afirmação colhe os cidadãos nacionais ¹³. Quanto aos estrangeiros valerá a cláusula geral estabelecida no artigo 15.º, n.º 1 do texto fundamental ¹⁴.

2.5. O desporto na Constituição surge, em nosso entender, com as características de liberdade, democracia e pluralismo que, aliás, são fundamentos do texto constitucional de 1976.

O *direito ao desporto* abarcará, em consequência, quer o *desporto recreação* quer o *desporto rendimento* e de *alta competição*; quer o *desporto finalística-mente* dirigido à prossecução de um melhor quadro de saúde e ambiente de vida do cidadão quer o *desporto profissional*.

O desporto é variável, como diferentes são os homens ¹⁵.

Qualquer aproximação reducionista arrisca-se a violar o texto constitucional ¹⁶.

Contudo, a mensagem constitucional, sem apelar ao jogo das normas e princípios localizados para além do *espaço desportivo*, parece valorizar preferencialmente, com projecção natural na acção dos poderes públicos, as ligações entre o desporto e o direito à protecção da saúde e os direitos dos jovens.

É bem nítida como tivemos oportunidade de verificar, a relação de intimidade axiológica que o texto constitucional apresenta neste domínio.

2.6. Se traçarmos um esboço comparativo, ao nível constitucional sobre a consagração do desporto em diferentes ordenamentos jurídicos, uma leitura imediata dessas normas permite-nos constatar a nítida diferença qualitativa entre a norma da Constituição Portuguesa e, por exemplo, as soluções obtidas no quadro de países como a Espanha ou a França.

As normas constantes do nosso artigo 79.º apresentam, indubitavelmente, uma maior *vertente publicista do desporto* quando contrapostas com as restantes.

¹³ Cobrindo mesmo os não residentes em território nacional, conforme o artigo 14.º do texto constitucional.

¹⁴ Segundo o qual os que se encontrem ou residam em Portugal gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres do cidadão português.

¹⁵ Cfr., CARNEIRO, Roberto, «As portas do terceiro milénio», in *O Desporto no Século XXI, Os novos desafios*, Câmara Municipal de Oeiras, s/data, p. 16.

¹⁶ Anote-se, a finalizar, que o artigo 79.º diferencia claramente o *desporto da cultura física*. Este conceito de *cultura física*, encarado no sentido individual, *traduz a posse de uma colecção de conhecimentos de ordem prática e teórica, relativas a uma multiplicidade de técnicas corporais de diversa índole*, indica FRANCISCO SOBRAL, como na nota 177, p. 52.

Para este autor, *é por via desta definição que a educação física inclui conteúdos como as danças populares e os jogos tradicionais e que procura dotar os jovens com os conhecimentos que favoreçam a melhor integração nas práticas desportivas da comunidade*.

Um registo do debate doutrinal dos conceitos de *desporto* e *cultura física*, e suas interconexões, pode ver-se em TUBIRNO, M. J. Gomes, *Esporte e Cultura Física*, São Paulo, IBRASA, 1992, pp. 83-93.

Não obstante este dado, que se nos afigura inquestionável, presentemente, o confronto das ordens jurídicas ao nível da legislação ordinária parece apresentar um quadro que, tendo por referência a intervenção pública no desporto, se poderia exprimir do seguinte modo: uns, com o menos fizeram o mais, e outros – como é o caso português –, com o mais, estabeleceram um quadro normativo não maximalista.

Certo é, contudo, que se aditarmos a esta referência, as restantes projecções constitucionais do desporto, bem como as atribuições públicas recolhidas pelo legislador ¹⁷, dificilmente se pode fugir à ideia de que o desporto é, hoje em dia, *matéria de interesse público*.

2.7. Considerar o desporto como matéria dotada de forte tonalidade de interesse público, não é o mesmo do que afirmar que o desporto é ou deva ser *estatizado*.

A isso se opõe, desde logo, o próprio texto constitucional, da forma como estabelece as incumbências do Estado, no n.º 2 do artigo 79.º (*Em colaboração com as escolas, associações e colectividades desportivas*).

O dever do Estado surge-nos acompanhado de uma forma compulsória de o levar a efeito: é necessário que as condutas públicas apresentem um laço de colaboração com um núcleo preferencial de entidades ¹⁸.

A não ser assim, estaremos perante uma desconformidade constitucional.

É este especial modo de proceder do Estado que nos permite afastar a ideia de um *desporto estatizado* ¹⁹.

Todo o sistema desportivo, em qualquer das suas valências, tem que ter a participação dessas outras entidades, públicas (é o caso de grande parte das escolas) e privadas (federações desportivas, associações desportivas, clubes desportivos, etc.).

¹⁷ Cite-se, por exemplo, para além das múltiplas valias reflectidas na LBSD, o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, Lei n.º 9/87, de 26 de Março, na redacção da Lei n.º 61/98, de 27 de Agosto [artigo 8.º, alínea m)], concebendo o desporto como matéria de interesse específico, solução igualmente adoptada pelo Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, Lei n.º 13/91, de 5 de Junho, na redacção da Lei n.º 130/99, de 21 de Agosto [artigo 40.º, alínea s)].

Por seu turno, a Lei Quadro das Regiões Administrativas, Lei n.º 56/91, de 13 de Agosto, artigo 17.º, alínea g), estabelece o desporto como atribuição dessas autarquias locais, o mesmo sucedendo relativamente aos municípios e freguesias, nos termos da lei que estabelece o quadro de transferências de atribuições e competências para as autarquias locais, Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, respectivamente, no artigo 13.º, n.º1, alínea f) e 14.º, n.º1, alínea d).

¹⁸ AUGUSTO BAGANHA fala em *modelo de tipo colaborativo* preconizado pelo texto constitucional. Cfr., *A estrutura e a dinâmica dos financiamentos públicos às federações desportivas. Construção de um modelo quantitativo de distribuição dos recursos financeiros do Estado atribuídos ao sistema desportivo federado*, FMH, 1997, p. 4.

¹⁹ Cfr. Jorge Miranda, como na nota 166, p. 348, exemplifica com este preceito – a par de outros – quando se refere à colaboração de particulares ou de associações de particulares com o Estado.

Esta regra constitucional vê-se reafirmada na LBSD.

Segundo o seu artigo 2.º, que estabelece os princípios fundamentais do sistema desportivo nacional, este fomenta a prática desportiva para todos, em *colaboração prioritária com as escolas* e ainda em conjugação com *as associações, as colectividades desportivas e autarquias locais*.

3.1. *Os textos constitucionais dos países africanos lusófonos*. Vejamos então as respostas que esses países dão à valência da actividade desportiva.

A Constituição da República Democrática de S. Tomé e Príncipe ²⁰ alberga o desporto no quadro dos direitos fundamentais ²¹.

Com efeito, dispõe o artigo 55.º, n.º 3 – sob a epígrafe «Cultura e desporto» ²² –, que incumbe ao Estado encorajar e promover a prática e difusão dos desportos e da cultura física.

3.2. Por sua vez, o texto fundamental da República de Angola ²³, também no espaço dos direitos (e deveres) fundamentais ²⁴, determina que o Estado promove o acesso de todos os cidadãos à instrução, à cultura e ao desporto, garantindo a participação dos diversos agentes particulares na sua efectivação, nos termos da lei (artigo 49.º, n.º 1).

3.3. No que respeita a Cabo Verde ²⁵, a cultura física e o desporto apresentam autonomia no âmbito da consagração dos direitos e deveres económicos, sociais e culturais.

Estabelece o artigo 79.º, sob a epígrafe «Direito à cultura física e ao desporto»:

1. A todos é reconhecido o direito à cultura física e ao desporto.
2. Para garantir o direito à cultura física e ao desporto, aos poderes públicos em colaboração com as associações, colectividades desportivas, escolas e demais agentes desportivos incumbe designadamente:
 - a) Estimular a formação de associações e colectividades desportivas;
 - b) Promover a infra-estruturação desportiva do país;

²⁰ De 20 de Setembro de 1990.

²¹ Mais precisamente na Parte II – Direitos fundamentais e ordem social.

²² Inserido no Título III, da referida Parte II, respeitante aos direitos sociais e ordem económica, social e cultural.

²³ De 16 de Setembro de 1992.

²⁴ Título II da Lei Constitucional.

²⁵ O seu texto constitucional foi por último revisto em 1999, pela Lei Constitucional n.º 1/V/99, de 23 de Novembro.

- c) Estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto;
- d) Prevenir a violência no desporto.

3.4. A Constituição da República de Moçambique²⁶, navegando ainda no âmbito dos direitos e deveres sociais²⁷, tem de igual modo uma menção autónoma no artigo 93.º :

- 1. Os cidadãos têm direito à educação física e ao desporto.
- 2. O Estado promove, através das instituições desportivas e escolares, a prática e a difusão da educação física e do desporto.

3.5. Por último, o registo da solução da República da Guiné-Bissau²⁸.

Aqui, num «ambiente cultural», o artigo 17.º, n.º 3, estabelece que incumbe ao Estado encorajar a prática e difusão dos desportos e da cultura física²⁹.

4.1. *O texto constitucional brasileiro.* Merece uma atenção especial o texto da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

São três as normas onde a actividade desportiva recolhe tratamento próprio.

A primeira, no domínio dos direitos e deveres individuais e colectivos – artigo 5.º, inciso XXVIII, alínea *a*) – assegura, nos termos da lei, «a protecção às participações individuais em obras colectivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas actividades desportivas.

A segunda respeita à competência legislativa. Nos termos do artigo 24.º, inciso IX, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a educação, cultura, ensino e desporto.

Por último, vejamos o importante artigo 217.º, inserido no Capítulo III – Da educação, da cultura e do desporto – do Título VIII – Da ordem social.

Dispõe a norma:

É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

- I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto à sua organização e funcionamento;

²⁶ De 30 de Novembro de 1990, tendo sido revista pela Lei n.º 11/92, de 8 de Outubro e pela Lei n.º 12/92, de 9 de Outubro.

²⁷ Capítulo III do Título II (Direitos, deveres e liberdades fundamentais).

²⁸ Constituição de 26 de Fevereiro de 1993.

²⁹ Sublinhe-se que este preceito se situa no Título I (Princípio fundamentais – Da natureza e fundamentos do Estado).

III – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento;

III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;

IV – a protecção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1.º O Poder Judiciário só admitirá acções relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2.º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3.º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

4.2. É ÁLVARO MELO FILHO o autor brasileiro que mais contribui para o apreender da mensagem constitucional brasileira ³⁰.

Numa das suas obras ³¹, o autor dedica espaço autónomo à constitucionalização do desporto, legitimando a inclusão desse fenómeno social na *Lex Magna* e, depois, escalpeliza os comandos constitucionais brasileiros no domínio em causa.

Em seu entender, destacando agora nós dois aspectos que se nos afiguram de particular relevância, o dispositivo constitucional sobre o desporto, ao mencionar o *dever do Estado*, fá-lo com o significado de obrigação jurídica.

Colocar o desporto como *dever do Estado* concomitantemente garante o exercício do direito ao desporto e o direito de cada um às práticas desportivas ³².

Mais adiante, em moldes conclusivos:

Desse modo, se o Estado está obrigado, pela Lei Maior, a fomentar as práticas desportivas, nenhuma norma infraconstitucional pode derruir ou desfazer tal concreção, na medida em que o desporto foi reconhecido como actividade de inigualável utilidade pública e parte integrante e indissociada de um

³⁰ Um percurso da «constitucionalização do desporto» pode ser empreendido a partir dos seus artigos «Desporto e Constituinte», *Revista Forense*, Volume 293, ano 82, Janeiro-Março de 1986, pp. 455-460, «Dimensões jurídicas da autonomia desportiva na Constituição de 1988», *Revista de Informação Legislativa*, Janeiro-Março 1989, Ano 26, n.º 101, pp. 207-236 e «Desporto constitucionalizado», *Revista de Informação Legislativa*, Abril-Junho 1990, ano 27, n.º 106, pp. 295-306.

³¹ Cfr. *O Desporto na ordem jurídica constitucional brasileira*, São Paulo, Malheiros Editores, 1995, pp. 34-62.

³² Ob. cit., p. 42.

conjunto de elementos voltados para melhorar a qualidade de vida cotidiana dos brasileiros ³³.

Por outro lado, no que respeita à *autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações quanto à sua organização e funcionamento*, Álvaro Melo Filho apressa-se a desfazer uma possível confusão do conceito de autonomia com o de independência, realçando que tal autonomia não tem o [...] *condão de derruir nem afetar a competência constitucional da função legislativa sobre o desporto* ³⁴.

5. *Um corolário do desporto no fundamental: A Carta do Desporto dos Países de Língua Portuguesa* ³⁵. Num espaço de cooperação internacional muito específico também se veio a afirmar, sem tibiezas, o valor fundamental do desporto.

É assim que, na Carta do Desporto dos Países de Língua Portuguesa, se estabelece no seu artigo 1.º:

Tendo em vista a promoção e o desenvolvimento do desporto, os países adotarão as medidas necessárias para levar a efeito as disposições da Presente carta com o objectivo de:

1) *Tornar a prática do desporto tão acessível quanto possível às suas populações, assegurando àqueles que manifestem o desejo e possuam as aptidões necessárias a possibilidade de melhorar o seu nível de prática e realizar o seu potencial de desenvolvimento pessoal, alcançando níveis qualitativos publicamente reconhecidos;*

2) [...];

Por outro lado, enfatizando o carácter universal da prática desportiva, o artigo 4.º, n.º1, dispõe que o acesso ao desporto e às instalações desportivas deve ser assegurado sem distinção de sexo, raça, etnia, religião, opção política, nacionalidade, situação económica ou qualquer outra forma de discriminação, designadamente física e mental.

6. *Conclusão*. O intuito destas linhas é bem modesto ao pretender reunir as menções que, no quadro dos países lusófonos, recortam o valor do desporto para as respectivas sociedades.

No entanto, esse registo, permite-nos ganhar a convicção de que não estamos perante meras afirmações programáticas que, por mero efeito do acaso, se viram plasmadas nas leis fundamentais desses países.

Com efeito, é possível sustentar, com segurança, que o *desporto no funda-*

³³ Ob. cit., p. 44.

³⁴ Ob. cit., p. 48.

³⁵ Concluída em Bissau, em 1993, e aprovada pelo artigo 2.º do Decreto n.º 32/95, de 26 de Agosto. A Carta é subscrita por Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

mental é já um traço identificador dos países lusófonos, uma realidade que, por força da sua expressão constitucional, demanda dos poderes públicos um certo grau de densificação.

E se do discurso constitucional à crueza da vida não se torna difícil encontrar significativas dissonâncias, algumas mesmo chocantes, não se deve, contudo, desvalorizar as referências constitucionais, colocando-as ao nível de qualquer projecto de «boas intenções».

Como direito fundamental, o direito ao desporto comporta efeitos jurídicos que não devem ser subestimados, desde logo pelo cidadão.

Compete-lhe, também a ele, num exercício de cidadania *jogar mão* das normas constitucionais e *operacionalizá-las*, desde logo perante os poderes públicos.

DESPORTO INFANTO-JUVENIL: AS PRÁTICAS COMPETITIVAS, A FORMAÇÃO E A EDUCAÇÃO DOS MAIS JOVENS

António Marques *

O desporto só será para a criança a coisa mais importante do mundo quando formos capazes de o construir à medida das suas necessidades, possibilidades e expectativas.

1. Educação, desporto e competição

Muitos pedagogos têm oposto uma séria resistência à adopção do desporto como um modelo de educação e de formação dos mais jovens.

Na origem desta atitude estaria a competição, que se constituiria como o aspecto mais perverso do desporto. O fundamento da rejeição residiria no facto de o desporto, pelas suas características agónicas, promover na formação da juventude valores exacerbados de concorrência e de individualismo, em prejuízo dos valores da igualdade e da solidariedade.

Este viés pedagogicista pode aliás perceber-se numa orientação mais geral de uma certa escola que visa anular toda e qualquer iniciativa pedagógica sustentada na valorização do esforço e do mérito. Como se a promoção das condições de equidade, de solidariedade e de igualdade de oportunidades se fizesse nivelando por baixo. Como se todos tivessem o mesmo valor e as mesmas capacidades.

Não se trata de fomentar uma cultura da concorrência que promova a acentuação das manifestações de exclusão que existem na sociedade. Queremos, pelo contrário, que o desporto seja um instrumento de aproximação, de cooperação e de diálogo entre todos. E, por isso, parece-nos não apenas importante apoiar a formação da criança com competências adequadas para a sua prática, mas também dotá-la de uma correcta visão sobre o desporto. Sem o sacralizar, já que sendo uma criação do Homem não é por isso perfeito.

* Professor Catedrático, Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Universidade do Porto.

A linguagem do corpo é o instrumento de comunicação privilegiado pela criança. Todos os que viveram a infância, sem limites, sem constrangimentos, o compreendem.

O desporto é uma das manifestações mais interessantes e representativas da cultura do corpo. Por isso tem um grande significado para nós e um interesse particular para os mais jovens.

Que sentido teria o desporto para a criança sem competição? Será possível pensar o desporto à margem da competição, isto é, imaginar um desporto sem actividade competitiva? Duas questões que importa esclarecer, tantos são os equívocos que sobre elas existem.

Competição e desporto confundem-se no entendimento da criança sobre o significado da prática. O sentido primordial do desporto para a criança é assim o jogo. É a competição.

É a possibilidade que esta lhe oferece de avaliar as suas próprias capacidades, comparando-as com as dos outros e consigo própria. De mostrar aos outros aquilo de que é capaz, de obter sucesso, de se superar. De criar junto dos amigos, dos pares, de terceiros uma boa imagem social. De adquirir e desenvolver valores para a sua futura vida em sociedade.

O treino, a exercitação, enquanto tempo e actividade de preparação da participação competitiva, só mais tarde começa a ganhar significado para a criança.

Não faz por isso sentido pensar o desporto da criança excluindo deste a competição. E ainda que o fizesse não o poderíamos fazer. A competição é a essência do desporto, sem a qual este próprio deixa de o ser, de existir.

Não se trata, por isso, de suprimir a competição no desporto, de criar um desporto sem competição, como alguns têm pretendido na ignorância do sentido substantivo desta actividade humana, mas de a pensar mais à medida dos interesses, expectativas e necessidades da criança. De construir uma competição que não apenas corresponda à sua vontade de manifestar as suas capacidades, mas seja também compatível com as suas aptidões e competências.

Nem o desporto, nem a competição que lhe é imanente se constituem em si mesmos como determinantes na perspectiva da educação da criança. O desporto e a competição são apenas instrumentos. São sobretudo os princípios e valores associados à competição, a forma como esta é utilizada e as experiências vividas durante a actividade que conferem, ou não, às práticas desportivas o seu valor educativo. Mas este valor pode, indiscutivelmente, ser associado às actividades competitivas.

Adoptemos então o seguinte princípio, assentemos num pressuposto: a competição – o jogo – é o elemento mais estruturante de toda a formação desportiva da criança e um aspecto determinante da sua educação, na sua preparação para a vida. Porque, não nos iludamos sobre isso, as sociedades são competitivas, sempre o foram.

A competição não é nova na vida do Homem. Não apareceu com a criação do desporto moderno, nem com a revolução industrial. Na sua relação com a

natureza, na relação consigo próprio, sempre o Homem percebeu a competição como um factor de humanização e de progresso. Ainda que nem sempre o tenha conseguido.

Thomas Arnold, o criador do desporto moderno apenas aproveitou a competição desportiva, as características agónicas desta prática, no desenvolvimento de uma filosofia educativa que promovesse o confronto e a aceitação dos antagonismos, que aproveitasse a energia destes.

2. Novas práticas competitivas num desporto mais conforme à criança

Saber competir, estar preparado para o fazer, é pois condição de preparação para a vida que não devemos esquecer na formação e educação dos mais jovens e que a escola deve inscrever, de forma descomplexada, nas suas finalidades educativas.

A aceitação deste princípio obriga-nos a um continuado esforço de qualificação da prática, numa exigência de valorização de um modelo de intervenção pedagógica que pense a competição da criança à imagem da sua prontidão e não esqueça os seus interesses e necessidades. Isto é, que a tenha como sujeito.

O que ganha hoje um significado acrescido. Porque durante muitos anos esta questão nos passou completamente ao lado.

Anos e anos a fio pensámos toda a organização do desporto da criança não cuidando de saber qual a relação que existe entre o treino e a competição nas diferentes fases da preparação. Concebemos o treino, em cada uma das suas fases, ajustando-o às possibilidades da criança e dos adolescentes em desenvolvimento, esquecendo que o mesmo deveria ter sido feito relativamente à competição.

A adopção dos modelos evoluídos de competição do desporto de alto rendimento na preparação desportiva dos mais jovens foi um grave erro que cometemos durante muitos anos e de que só agora começamos a ressarcir-nos.

Devemos pois comprometer-nos com a construção de modelos de competição que em cada fase da preparação se identifiquem coerentemente com as possibilidades dos mais jovens e com as propostas de treino que desenvolvemos.

Continuar a persistir na utilização de um sistema de competições dos mais jovens à imagem dos modelos mais evoluídos da prática desportiva nos seus contornos e substância é não perceber o que é a criança. É não perceber que nem o quadro de aprendizagem que lhe podemos proporcionar, nem o seu apetrechamento biológico, motor, cognitivo, psíquico e social lhe permitem responder da forma adequada a tão grandes e complexas exigências. Gerando assim situações não apenas frustrantes para a criança, mas absolutamente contra-indicadas no plano pedagógico.

Não é com a adopção dos modelos de alto nível, não é com a rápida evolução para os modelos mais evoluídos da prática que se assegura o quadro que sustentará condições de resposta mais efectivas e rápidas. O tempo de aprendizagem

faz-se de experiências ricas, significantes e adquiridas pacientemente, ou não se cumpre adequadamente.

À imagem do que fizemos com o treino, teremos que «desconstruir» os modelos de competição mais evoluídos, sem receio de os descaracterizar. É preciso chegar a novas construções, que sem perderem de vista o sentido e os objectivos da formação desportiva, isto é, o estádio a que queremos chegar, lhe estejam mais adequadas.

O importante é que as propostas de formação – para a actividade de treino e para a actividade de competição – sejam coerentes e consequentes. O que deve pretender-se da formação desportiva dos mais jovens não é que estes interpretem as práticas evoluídas, mas prepará-los para o virem a fazer.

Faria algum sentido que um professor de matemática, quando ensina os primeiros números, confrontasse a criança em situações de avaliação com problemas muito complexos? Ou que um professor de português, ensinando as primeiras letras, pretendesse como resultado a escrita de um romance?

Porque pretendemos então no Futebol – e outros exemplos haveria –, quando se aprendem os primeiros pontapés e se ensaiam em interações simples os princípios básicos do jogo, que as crianças joguem o 11x11? Como tanto tempo fizemos...

A relação treino/competição no desporto dos mais jovens não deve então ser estabelecida da direita para a esquerda, isto é da competição para o treino, como se faz no desporto de alto nível, em que o modelo de treino é organizado a partir do modelo de actividade competitiva, mas da esquerda para a direita, do treino para a competição, isto é, numa relação de continuidade e complemento dos objectivos de formação que se promovem no treino.

Não por qualquer fundamento teórico, mas por razões estratégicas. O sistema de treino atingiu já níveis de desenvolvimento aceitáveis, mas o sistema de competições é ainda muito tradicional, isto é, uma réplica à escala dos modelos evoluídos.

Ter a competição como estruturante do treino só será correcto quando a primeira corresponder a um modelo mais adequado, quando a competição for modelada pelos princípios e pressupostos do treino de jovens. Então, a actividade competitiva não será apenas um prolongamento e extensão do treino, mas ela própria um factor estruturante da formação, a dar sentido e direcção a toda a preparação. Consagrando assim uma maior harmonia entre os objectivos da formação desportiva e as expectativas que as crianças estabelecem para a participação competitiva e possibilitando-lhes a satisfação das suas necessidades e a afirmação de competências e capacidades em quadros competitivos ajustados à sua personalidade e nível de desenvolvimento.

O que não acontece ainda. A actual situação promove uma subversão nas lógicas da formação, dando prioridade aos resultados. O que não é bom para a formação. De facto os resultados iniciais não parecem predizer os resultados futuros, bem pelo contrário.

Num estudo de mestrado que tem vindo a desenvolver e que será em breve presente a defesa pública na Universidade do Porto (por este motivo não entraremos em grande detalhe sobre os resultados), a estudante Cristina Cafruni estudou 161 atletas brasileiros que nas suas modalidades – Ginástica Olímpica, Ginástica Rítmica Desportiva, Futsal, Natação, Ténis e Voleibol – atingiram resultados de elevada expressão nas fases de alto rendimento. Entre os objectivos do estudo incluía-se a compreensão do tipo de relação que existe entre os resultados das competições durante o processo de formação e nas fases de alto nível. Apesar do estudo não ser absolutamente conclusivo, mostra de forma clara que os atletas estudados não obtiveram bons resultados desportivos na primeira fase da sua preparação desportiva de longo prazo.

3. A competição como elemento estruturante de toda a formação desportiva

Um dos equívocos da formação da criança reside na concepção pedagogista de que o desporto poderia ser útil à educação e formação da criança desde que não tivesse competição. Ou, ainda, o absurdo do enquadramento doutrinário da competição a partir de princípios do tipo «participar é o importante», sendo que perder ou vencer seria tudo a mesma coisa. Subestimando o sentido que a própria criança atribui ao desporto. Não se percebendo que o que deve questionar-se não é nem a competição nem os resultados na competição, mas a sua sobrevalorização, o seu favorecimento e promoção à margem de um enquadramento adequado.

Uma valorização excessiva dos resultados na competição terá inevitavelmente como consequência um aumento inapropriado do volume e intensidade das cargas e uma rápida especialização dos exercícios e métodos de treino. O que prejudica a formação. Mas a competição não é prejudicial à formação e educação da criança. Bem pelo contrário, desde que utilizada adequadamente.

A ideia de que ganhar ou perder é irrelevante, que a única coisa importante é a actividade, a participação na actividade, é um erro em que incorremos com frequência, um excesso pedagogista. Que põe em causa o sentido de um modelo que valoriza a expressão dos resultados e se pretende possa constituir-se em estímulo quer para os que ganham, quer para os que perdem. Pretender ignorar o significado da avaliação que a actividade proporciona à criança é reduzir o desporto a uma coisa acultural, quase biológica, sem o sentido primordial que ela lhe atribui.

Poderemos dizer que se trata de um modelo cultural que os adultos construíram. Sem dúvida. Como outros. A cultura é, afinal, uma das coisas que nos distingue dos animais na superação desta condição. É para a integração na sociedade, embora não necessariamente para a reproduzir inteiramente nos seus vícios, que preparamos a criança. Mas não podemos contrapor à cultura do Homem acti-

vidades sem expressão ou sentido cultural. A pretexto de valores que é preciso promover e que o desporto não estimula.

Nada mais falso. A própria ideia de que o desporto seria o principal promotor da competição na sociedade – ainda que não desprimorosa para o desporto – é um erro. O desporto é ele próprio a expressão de uma civilização em que a competição é um motor. Hoje como sempre.

Uma coisa é querer desdramatizar as derrotas, relativizar as vitórias, ensinando uma adequada relação com a competição. Outra coisa é iludir a questão.

A competição pode ser estruturante da formação da criança. Nas vitórias como nas derrotas. A derrota é tão ou mais importante que a vitória na formação dos mais jovens. As vitórias imediatas podem comprometer mais o futuro do que as derrotas.

Isto não invalida que os treinadores procurem fazer com que um maior número de crianças ganhem. Reforçando o interesse pela prática, criando motivações para continuar. Desporto sem competição é que não faz sentido. Porque é coisa que não existe, por muito que o não queiramos perceber.

A competição e a vitória devem ter regras e princípios, e estes devem estar ajustados aos modelos de formação. A criança terá dificuldade em rever-se num modelo de desporto sem vencedores nem vencidos, que não se habituou a identificar na relação com os seus ídolos.

Sem vitórias e sem derrotas não se aproveitam as potencialidades educativas do desporto. A aceitação da derrota, a nobreza na vitória é um código de conduta que preceitua as relações no desporto e tem sentido para a vida.

Se a vitória é uma natural aspiração dos jovens desportistas, ao treinador cumpre aproveitar a derrota para melhor os preparar. No desporto como na vida, o que todos temos por mais certo são os momentos de insucesso, de derrota; que teremos que reverter ou pelos menos aspirar a isso.

A derrota também tem um sentido pedagógico e moral no desporto. Muitos grandes desportistas foram mal sucedidos nas suas carreiras porque só foram preparados para vencer, porque não foram ajudados a superar os constrangimentos do insucesso.

4. O número e a frequência das participações competitivas

Um aspecto importante do enquadramento da prática diz respeito ao número de competições em que a criança deve participar. Sempre pensámos antes que a condição de impreparação da criança era o motivo que justificava a sua participação num reduzido número de competições. Sabemos hoje, ao contrário, que as participações competitivas se devem fazer em maior número nas primeiras fases da preparação. O que se revela paradoxal.

Retomando a posição, já atrás apresentada, de que a competição desportiva tem exigências que estão muitas vezes para além das possibilidades dos mais

jovens, que razões poderão justificar agora a afirmação do contrário? Não constitui isto um paradoxo? Não é verdade, como dizíamos, que o número de competições deve ser proporcional ao nível e às condições de preparação?

É verdade, pois claro. Onde então a contradição? Na natureza das competições. As competições de que falamos não são apenas os modelos formais, os modelos evoluídos do desporto de alto nível. As competições de que falamos são também os pequenos jogos, as pequenas competições, menos estruturadas, simplificadas, diversificadas, que são as formas de aprendizagem por excelência. Isto é o jogo, nas suas múltiplas formas.

Ora, as competições oferecidas aos mais jovens reportam-se ainda a um quadro muito tradicional de competições especializadas e próximas nos seus objectivos das do desporto de alto nível.

Aqui se estabelece o viés. Que interessa eliminar. As crianças devem participar num grande número de actividades competitivas, desde que estas estejam ajustadas às suas possibilidades.

As competições, ou melhor as formas competitivas, são fundamentais na formação. Por isso, e muito particularmente nas fases iniciais da formação desportiva, isto é no chamado Estádio de Treino de Base, devem ser utilizadas na preparação ao longo de toda a época desportiva de uma forma sistemática e regular porque constituem parte essencial do treino. Sem constituírem um objectivo em si mesmas. Pelo menos para os treinadores, já que se pode compreender que o sejam para a criança.

Assim, se se proporcionar à criança a possibilidade de participar num quadro numeroso e diversificado de jogos, competições e torneios desportivos, criam-se possibilidades de sucesso mais frequente a um maior número de indivíduos e equipas, contribuindo desta forma para uma organização desportiva mais conforme às necessidades e possibilidades da criança.

Em contraste com isto, muitas das competições oficiais que ainda hoje adoptamos possuem grandes exigências «técnicas», psíquicas e físicas. O que recomenda que o seu número e frequência não sejam muito elevados. Por isso, o aumento do número de competições e a possibilidade de oferecer oportunidades de participação competitiva a um maior número de crianças – lembre-se que muitos treinadores na busca obsessiva de resultados nas competições deixam de fora com frequência crianças que parecem ser menos dotadas para a prática – remete para a necessidade de novas formas organizativas e novos modelos de práticas competitivas.

Os modelos actuais apresentam características que não parecem coadunar-se nem com as características e particularidades da criança, nem com as necessidades da formação.

Num estudo realizado sobre as competições de crianças e jovens em Portugal, Andrade (1995) analisa os quadros de participação em competições oficiais no escalão de infantis durante uma época desportiva (quadro 1).

QUADRO 1
Número e frequência de participações competitivas numa época desportiva de crianças portuguesas

	Idades	Número Competições		Dias entre Competições	
		Meninos	Meninas	Meninos	Meninas
Andebol	10-12	32	28	8.1	9.0
Atletismo	11-12	16	16	9.4	9.4
Basquetebol	11-13	27	–	9.1	–
Ciclismo	11-12	23	23	6.6	6.6
Futebol	10-11	45	–	5.3	–
Ginástica Olímpica	7-9	6	4	45.3	91.3
Voleibol	10-12	31	29	5.6	6.1

Veja-se que dentro da mesma categoria de formação (infantis) o quadro de participação é muito heterogéneo:

- os meninos participam normalmente num maior número de competições que as meninas;
- nos desportos ditos individuais o número de participações é menor que nos colectivos;
- os números mínimo e máximo de participações anuais variam entre as 6 competições na Ginástica Olímpica e as 45 no Futebol.

Porquê? Haverá alguma justificação para isto, para uma tal heterogeneidade entre modalidades e sexos? São assim tão diferentes as crianças dos dois sexos, nesta fase da infância? Para além das características próprias de cada modalidade e que naturalmente remetem para a observação de particularidades específicas de formação, são assim tão diferenciados os enquadramento da formação nestas fases da preparação desportiva?

Julgamos que não. Pelo menos no entendimento que temos sobre o que devem ser o desporto e as competições da criança. Parece-nos, pelo contrário, que o quadro que se estabelece está muito referenciado à cultura de cada modalidade e aos seus modelos organizativos nas fases mais avançadas.

Em relação com o aspecto anterior está a frequência de participações competitivas numa época desportiva, isto é o número de dias que antecedem a participação em cada nova competição.

A leitura do quadro revela-nos claramente uma lógica própria dos quadros muito organizados, próxima da do desporto de alto nível. O que nos parece desajustado.

As competições são ainda muito próximas, nos seus objectivos, estrutura, regulamentos e conteúdos dos modelos mais evoluídos. E a situação agrava-se se este quadro tradicional não for compensado com um quadro mais informal.

O que pode justificar que uma criança (na ginástica) participe em competições apenas a cada 90 dias? Pode alguém encontrar motivação para treinar num quadro de participação semelhante a este?

Pode uma criança treinar tanto e competir tão pouco? Não representa isto, nestas idades, uma clara inversão da importância social que a criança atribui às actividades de treino e de competição?

Num estudo feito anteriormente (Marques, 1993), procurámos também estabelecer a relação entre o número de treinos e o número de competições de jovens desportistas dos escalões de infantis e de iniciados, isto é, sensivelmente no intervalo de idades 10 – 14 anos.

QUADRO 2

Número de treinos, número de competições e frequência de participações competitivas numa época de jovens desportistas portugueses dos escalões de infantis e iniciados

Modalidade	Escalão	N.º Treinos.	N.º Comp.	Trei. vs. Comp.
Andebol	Iniciados	135	39.7	3.4/1
Basquete	Inf. e Iniciados	122.3	24.7	5.0/1
Futebol	Inf. e Iniciados	76.3	32.7	2.3/1
Voleibol	Iniciados	116.6	27.6	4.2/1

Os resultados permitem evidenciar, relativamente ao número de competições e à frequência de participação competitiva, que são notórias as diferenças entre cada modalidade, sendo que no caso de Futebol se chega a um quase extremo de 1 competição a cada 2.3 treinos, o que seria até interessante, não se tratasse dos modelos tradicionais de competição, isto é de Futebol de 11.

Todos os números que apresentámos anteriormente dizem respeito ao quadro formal oficial, organizado no âmbito de associações e federações desportivas. Ora nem o quadro da formação motora e desportiva da criança se esgota nos centros de preparação desportiva e na participação em quadros competitivos federados, nem as condições em que a preparação se processa, incluindo a participação em competições, impõe um quadro competitivo tão tradicional, particularmente durante as fases da infância.

É a jogar que a criança aprende, e aprende competindo consigo e com os outros. A pretender ser o primeiro. Na rua, na escola, nos clubes. Ou não será assim? Observemos o jogo da criança, nas suas manifestações mais espontâneas.

O que significa que a intervenção pedagógica não pode subverter esta lógica. Antes deve aproveitá-la em benefício do projecto pedagógico. Oferecendo a todas as crianças um grande número de situações de avaliação das suas capacidades, em confronto com os outros e consigo própria. Mas possibilitando-lhes também situações no treino e na competição em que o divertimento e o prazer na actividade estejam frequentemente presentes, em oposição ao que acontece no desporto

de alto nível em que a necessidade de eficácia determina o aumento de rotinas. Ora estas rotinas sistemáticas não são compatíveis com a personalidade da criança, diminuindo a motivação e interesse pela actividade e aumentando o abandono.

Segundo os especialistas da Psicologia do Desporto é na rotina das actividades, no desinteresse que suscitam, que deve encontrar-se a mais importante razão para o *drop out*.

5. A natureza das competições – algumas propostas

É por isso urgente alterar este quadro, oferecendo actividades mais interessantes e à medida das possibilidades dos mais jovens. Ou seja, torna-se necessário modificar a natureza das competições. Na sua estrutura, nos regulamentos e nos conteúdos, conformando as práticas competitivas aos objectivos dos programas de formação e às condições que promovam uma maior participação de crianças e adolescentes.

Partindo de preocupações deste tipo, as autoridades desportivas australianas vêm desenvolvendo nos últimos anos um grande esforço de adaptação do desporto dos mais jovens, com base em 6 princípios fundamentais (Lee & Smith, 1993): (i) A ênfase deve ser posta sobre o divertimento, a participação, o sucesso e o desenvolvimento da auto-estima; (ii) o desporto deve ser entendido como um instrumento de desenvolvimento da cooperação e do trabalho em equipa; (iii) a avaliação deve ser centrada na aquisição e desenvolvimento dos fundamentos técnicos do desporto; (iv) as crianças desenvolvem-se de forma diferenciada; (v) o desporto deve ser modificado, tendo em conta as limitações fisiológicas e psicomotoras das crianças; e (vi) os objectivos das competições devem diferir dos dos adultos, não estando tão orientados para os resultados.

As crianças não estão ainda preparadas para responder de forma adequada às exigências das competições especializadas, que são ainda grandes. Assim, até à entrada na escola (cerca dos 6 anos) não se justifica ainda a existência de quadros competitivos formais, que devem ser substituídos com vantagem por actividades auto-organizadas e espontâneas.

Com o início da primeira fase da escolaridade podem ter lugar os primeiros quadros competitivos organizados, os quais até cerca dos 12 anos devem ter uma organização simplificada, pluridesportiva e basearem-se em competições internas e torneios locais. A organização deve incluir a participação das próprias crianças, às quais são atribuídas tarefas particulares (Lima, 1981).

As preocupações que atrás explicitámos ganham um sentido acrescido no âmbito do desporto escolar mas não se esgotam nele.

É claro que estas medidas, designadamente as que propõem a alteração dos conteúdos das competições através do recurso a propostas de actividade mais diversificadas, justificam-se sobretudo nas fases iniciais da formação desportiva, quando os processos de especialização ainda não se aprofundaram. Ou seja, numa

altura em que o primado da multilateralidade das cargas no treino e nas competições se afirma, justificando que escola e clubes concorram para a formação motora e desportiva das crianças através de formas de colaboração mais estreitas.

Assim, uma das nossas principais preocupações deverá ser a alteração do sistema de competições dos mais jovens, seja no âmbito do desporto na escola, seja no âmbito do desporto federado.

Na organização das competições desportivas das crianças e na sua adaptação às particularidades dos jovens desportistas devem ser observados os seguintes princípios (Lima, 1987):

1. As competições devem ser adaptadas ao talento da criança, às suas habilidades e ao seu grau de desenvolvimento;
2. O tempo dedicado à competição não deve impedir a criança de participar em outras actividades e ocupações fora do desporto;
3. Os eventos competitivos devem ocorrer maioritariamente dentro de limites locais e regionais;
4. As competições em equipa devem ser especialmente encorajadas e as participações individuais em competições, que acontecem já em algumas modalidades desportivas durante a infância, devem ser criteriosamente consideradas.

Já anteriormente, em reflexões sobre este tema (cf. Marques, 1997), nos reportámos a alguns princípios e propostas de modificação das práticas competitivas apresentadas por algumas federações desportivas de países mais avançados no desporto juvenil. Novas experiências têm vindo a ser ensaiadas em vários países – mesmo em Portugal e no Brasil – as quais devem constituir para nós um bom motivo de reflexão.

Na parte final destas reflexões apresentaremos alguns exemplos de práticas competitivas de crianças utilizadas na Alemanha e em Portugal.

Na Alemanha existe uma competição de desporto escolar a nível federal – *A juventude treina para Olímpia* (Jugend trainiert für Olympia) – que pretende envolver o maior número de alunos e permitir um trabalho de colaboração cada vez mais forte entre os clubes e a escola. Trata-se de um sistema de competição aberto a todas as escolas dos 16 estados da Alemanha. A participação é livre, mas só possível a equipas de escolas.

Atente-se que as práticas competitivas se fazem sempre em equipa, o que é particularmente relevante nos desportos ditos individuais. A intenção é minimizar o impacto psicológico, isto é, a ansiedade que a participação em competições sempre gera, a qual segundo os especialistas da Psicologia do Desporto é maior nos desportos individuais (Gould & Eklund, 1996).

Igualmente importante se torna considerar o número de jovens desportistas que integram cada equipa. Pretende-se que o número de desportistas por equipa

não seja muito alargado. Desta circunstância resultará a possibilidade de constituição de um maior número de equipas e a participação de um número mais alargado de desportistas durante mais tempo na actividade.

A seguir são apresentadas algumas propostas escolhidas pelas autoridades alemãs (cf. Thüringer Landesverwaltungsamt, 1994) para enquadrar as práticas competitivas das crianças.

Ginástica Artística

Categoria de idades: dos 10-12 anos.

As equipas podem ser mistas, femininas e masculinas. Uma equipa é constituída por 8 meninos/meninas. É recomendado que no início seja privilegiada a constituição de equipas mistas, com o mesmo número de meninos e meninas.

Todos os meninos e meninas participam em todos os complexos de provas por aparelhos (por rotações) e depois em estafetas por equipas. O resultado é dado pela soma total das pontuações de todos os atletas em todas as provas.

Estrutura da competição: competições de equipas num combinado de 4 provas – 3 complexos de provas por aparelhos e 1 corrida de estafetas.

Os complexos de provas por aparelhos são:

Complexo 1: Barra, solo, cavalo

Complexo 2: Trave, solo, paralelas

Complexo 3: Solo, banco sueco, solo (exercícios com parceiros)

Estafeta: 2x18 metros (linhas limite do campo de Volei).

Hóquei de sala

Categoria de idades: 10-12 anos

As equipas podem ser mistas, femininas e masculinas.

Estrutura da competição: provas combinadas de hóquei, consistindo de um jogo de hóquei e um programa adicional – estafetas por equipas integrando corrida de *sprint* em pêndulo, percurso em *slalon* e corrida de obstáculos.

Sprint em pêndulo: 2x4 metros + 2x8 metros (No hóquei uma elevada percentagem dos deslocamentos fazem-se sobre distâncias curtas – 0 a 15 metros – com grande velocidade e acelerações e travagens em sequências imprevisíveis).

Corrida de estafetas em *slalon* com *stick* e bola.

Corrida de estafetas com obstáculos.

Atletismo

Categoria de idades: 12-14 anos

Equipas femininas ou masculinas, integrando 6 alunos por equipa.

Estrutura da competição: competições combinadas por equipas.

Corrida de estafetas (75 metros), salto em altura, salto em comprimento, lançamento da bola (200 gr) ou arremesso do peso (4 Kg meninos e 3Kg meninas); 1000 metros (meninos) ou 800 metros (meninas).

Natação

Categoria de idades: 12 – 14 anos

Cada equipa integrando 10 meninos ou 10 meninas.

Estrutura da competição:

Estafetas de 8x25 estilo livre, 4x25 bruços, 8x25 costas; 4x25 estilos.

Natação de resistência: 10 minutos.

Estafetas de estilos para 7 participantes: 25 m mariposa + 25 m costas + 25 m livres + 100 m estilos + 50 m livres + 25 m bruços + 25 m costas.

Voleibol

Categoria de idades: 10-12 anos

As equipas podem ser mistas, femininas e masculinas.

Estrutura da competição:

Em forma de torneio com duas competições parciais – estafeta de coordenação com exigências técnico-coordenativas com bola e jogo de volei 4x4.

Em Portugal, também algumas federações têm experimentado alguma evolução a este nível nos últimos anos. No entanto, como se perceberá, na estrutura e nos regulamentos da actividade de algumas federações – numas mais do que noutras – cohabitam ainda preocupações pedagógicas com orientações próximas da lógica das competições no desporto de rendimento.

Voleibol (Federação Portuguesa de Voleibol)

Categoria de idades: 8-10 anos.

As equipas são mistas.

Estrutura da competição:

Há dois tipos de competição – o Mini-Volei e o Gira-Volei.

Mini-Voleibol: jogo 3x3, nos clubes. O jogo tem duas partes, sendo que em cada uma delas as equipas têm que mudar todos os jogadores.

O Gira-Volei (2x2) decorre num contexto mais abrangente: municípios, escolas, associações recreativas e culturais, condomínios. Os clubes podem também organizar competições de Gira-Volei, mas as crianças só podem participar numa das competições – Mini-Volei ou Gira-Volei.

Categoria de idades: 10-12 anos.

As equipas são masculinas e femininas.

Estrutura da competição: Há os mesmos dois tipos de competição – o Mini-Volei e o Gira-Volei.

No Mini-Voleibol o jogo é feito nos clubes, mas em situação de 4x4. Tal como na categoria anterior, o jogo tem duas partes e obriga à mudança de todos os jogadores da equipa em cada uma das duas partes do jogo.

O Gira-Volei (2x2) processa-se exactamente nas mesmas condições já anteriormente descritas.

Atletismo (Federação Portuguesa de Atletismo)

Categoria de idades: 7-11 anos (Benjamins).

Equipas masculinas e femininas. Competições a nível de clubes e escolas.

Estrutura da competição: A participação dos desportistas Benjamins A (7-9 anos) e Benjamins B (10-11 anos) tem características lúdicas e concretiza-se através de formas jogadas e festas e convívios a nível local e distrital. As actividades destes escalões não incluem a participação em torneios formais de pista, corta-mato e de estrada (FPA, 2002).

Benjamins A:

São organizadas competições em sala e competições ao ar livre.

Em sala: «Atletismo Jogo».

Ar livre: corrida e marcha de precisão; corridas de *skate* e patins; estafeta de 4x50 metros; estafeta de salto em comprimento; lançamento de precisão; corridas em circuito.

Benjamins B:

Práticas pré-desportivas de carácter lúdico com predominância de participação em grupo em festas, convívios e torneios a nível local e distrital.

Em sala: «Atletismo Jogo» e «Jogos Colectivos».

Ar livre: corrida de orientação (2000 metros); corrida de precisão (800 metros); marcha de precisão (800 metros); percurso em circuito; 50 metros; 50 metros barreiras; salto em altura; salto em comprimento sem tábua; lançamento do dardo em precisão; lançamento do peso; salto em comprimento com vara; duatlos de clube; triatlo.

Categoria de idades: 12 a 13 anos (Infantis)

Estrutura da competição:

«Triatlo Técnico Jovem em Sala» (Competição técnica) e «Torneio Atleta Completo».

Triatlo Técnico Jovem em Sala: Torneio de provas combinadas aberto a clubes, escolas, outras colectividades e atletas individuais. Integra as seguintes provas:

Masculinos: 60 m Bar., Peso (3 Kg.), Comprimento.

Femininos: 60 m Bar., Peso (2 Kg.), Comprimento.

Torneio Atleta Completo: A competição engloba uma fase distrital, uma fase de zona e uma fase nacional.

Masculinos: Tetratlo – 60 m barreiras; altura; peso (3 kg.); 1000 metros.

Femininos: Tetratlo – 60 m barreiras; altura; peso (2 kg.); 1000 metros.

Andebol (Federação Portuguesa de Andebol)

Categoria de idades: 7-10 anos. Bambis (7-9) e Minis (9-10 anos)

Equipas mistas com 5 a 8 jogadores.

Estrutura da competição: Jogo de 5×5 em campo reduzido.

Categoria de idades: 10-12 anos (Infantis)

Equipas masculinas e femininas com 8 jogadores. Existem quadros competitivos escolares e federados.

Estrutura da competição:

Competições escolares: Jogo de 5×5 em campo reduzido. O jogo tem quatro períodos de 10 minutos. Cada jogador não pode jogar mais de 3 e menos de 1 período.

Competições federadas: Jogo de 7×7 em campo de Andebol. Cada equipa tem 14 jogadores. As equipas são masculinas e femininas.

Basquetebol (Associação de Basquetebol do Porto)

Categoria de idades: 8-12 anos. Minis A (8-10) e Minis B (10-12 anos)

Equipas mistas, equipas masculinas e equipas femininas com 12 jogadores.

Estrutura da competição:

Concentrações: Jogos 5×5 em concentrações de 6 a 8 equipas, a nível regional, onde nem os resultados nem as classificações são considerados. Os jogos têm 4 períodos e cada jogador tem de jogar pelo menos 2 períodos.

Torneios 3×3: As equipas podem ainda ser mistas, femininas ou masculinas e cada jogador tem de jogar pelo menos 2 períodos. Torneios organizados pela Associação.

Torneios particulares: organizados pelos clubes.

Festa final: Organizada pela Federação Portuguesa de Basquetebol. Inclui o concurso «O melhor lançador» em lance livre, lançamento na passada e lançamento de distância.

Jogos de Basquete 5×5: os jogadores que constituem cada equipa são provenientes de vários clubes, isto é, não jogam pelas suas equipas habituais.

Em paralelo com os jogos e o concurso de melhor lançador, a FPB organiza um *jamboree* nacional que inclui outras actividades como escalada e actividades aquáticas.

Natação (Associação de Natação do Norte de Portugal)

Categoria de idades: 7-11 anos.

Escalão 4: Meninas (7-8 anos) e meninos (8-9 anos). As competições são feitas individualmente e em estafetas. Não há pódios, mas apenas medalhas de presença para todos. Não há classificações colectivas, isto é, de clubes.

Estrutura da competição:

Competições de ênfase técnica sobre distâncias curtas – 25 e 50 metros – e em várias técnicas: alternadas, simultâneas e combinadas.

As competições são feitas apenas a nível regional.

Escalão 3: Meninas (9-10 anos) e meninos (10-11 anos). As competições são feitas individualmente e em estafetas.

Estrutura da competição:

Competições mais organizadas e formais com provas de incidência técnica nas várias técnicas de nado e uma prova de incidência aeróbia – uma prova de distância mais curta (100 a 200 metros), uma de estilos e uma mais longa (400 a 800 metros). As competições são feitas ainda a nível regional e englobam provas de estafetas e provas individuais.

6. Síntese

A situação actual é caracterizada por um experimentalismo pedagógico muito grande, em busca de propostas competitivas que melhor se adequem às características das crianças e às necessidades da formação. Percebemos hoje melhor o que não queremos do que sabemos quais as soluções mais adequadas para qualificar a competição.

Em vários países ensaiam-se propostas e desenvolvem-se novos modelos, dentro de limites muito abertos. A observância estrita dos regulamentos que caracteriza a participação em competições de alto nível faz-se desnecessária aqui. É injustificada.

Porque as competições servem a formação, trata-se sobretudo de encontrar as propostas mais adequadas para o efeito, em fases do processo de desenvolvimento muito dinâmicas e pouco compatíveis com as exigências dos modelos de competição mais evoluídos. Percebe-se hoje que se trata mais de criar compe-

tições para as crianças e adolescentes, do que introduzir os mais jovens nos modelos competitivos mais evoluídos.

E se não dispomos ainda de uma teoria da competição que nos permita organizar de forma mais conveniente as práticas competitivas de crianças e adolescentes, os contributos científicos, empíricos e normativos que vêm sendo dados para o debate deste tema são nos últimos anos em cada vez maior número.

Não são porém suficientes. É preciso convocar todos os especialistas e em particular os académicos para o aprofundamento do tema. Não conhecemos, por exemplo, nenhuma tese de doutoramento elaborada neste domínio. Um primeiro estudo de fôlego, que encontrará concretização numa tese, tem vindo a ser feito na Universidade do Porto por um estudante de doutoramento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Muitos são os tópicos a tratar e os problemas a merecerem resposta. Aqui fica o desafio.

Bibliografia

- ANDRADE, M. G. (1995), *Para uma teoria das competições desportivas em crianças e jovens*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Universidade do Porto.
- FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ATLETISMO (2002), *Manual de Competições 2002*, Lisboa: FPA.
- GOULD, D.; EKLUND, R. (1996), «Emotional Stress and Anxiety in the Child and Adolescent Athlete», in O. BAR-OR (Editor) *The Child and Adolescent Athlete*, Oxford, Blackwell Science, pp. 383-398..
- LEE, M.; SMITH, R. (1993), «Making sport fit the children», in M. LEE (Ed.) *Coaching Children in Sport*, London, E & FN Spon.
- LIMA, T. (1981), *Alta competição – Desporto de dimensões humanas?*, Lisboa, Livros Horizonte.
- LIMA, T. (1987), «Competições para jovens», in *Treino Desportivo II Série*, 6:32-39, Lisboa, DGD.
- MARQUES, A. (1993), «A periodização do treino em crianças e jovens. Resultados de um estudo nos centros experimentais de treino da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto», in, J. Bento e A. Marques (Eds), *A Ciência do Desporto, a Cultura e o Homem*, Porto, Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto, Câmara Municipal do Porto, pp. 243-258.
- MARQUES A (1997), «A preparação desportiva de crianças e jovens. O sistema de competições», in: O. GUEDES (Org.), *Atividade Física: uma abordagem multidimensional*, João Pessoa, Ideia, pp. 157-169.
- THÜRINGER LANDESVERWALTUNGSAMT (1994), *Schulsportwettbewerbe in Thüringen. Schuljahr 1994/95*, Alemanha, Thüringer Kultusministerium.

NO ANO EUROPEU DA EDUCAÇÃO PELO DESPORTO

A URGÊNCIA DE UMA REFORMULAÇÃO ORGANIZACIONAL E PROGRAMÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA CURRICULAR IMPLICA: CRIATIVIDADE, INOVAÇÃO E QUALIDADE PEDAGÓGICA

*André Escórcio **

*[...] Considero ser necessário avançar
para um novo paradigma organizacional da Escola
que contrarie as lógicas do passado,
numa incessante busca de soluções personalizadas
à medida de cada comunidade, de cada escola e de cada jovem.
Só por aí poder-se-á dispor, no futuro,
de uma população que assuma o desporto como bem cultural.*

Nota prévia

É com entusiasmo que participo nesta edição de *Povos e Culturas*. Por três razões essenciais. Desde logo porque constitui uma oportunidade de reflexão sobre o modelo português caracterizador da Educação Física e Desportiva Escolar; depois, porque busco uma práxis educativa alicerçada nos valores do desporto enquanto potente instrumento de educação e de desenvolvimento; finalmente, porque constitui um contributo, embora modesto, para a compreensão de um tempo novo que exige mudanças de mentalidade, diria tão radicais quanto aquelas que traduziram o choque civilizacional da vaga agrícola para a vaga industrial. Mas há mais.

Na longa carreira docente, culminada, na década de noventa, ao nível universitário, tive a oportunidade de, por um lado, contribuir para a formação de muitos licenciados, transmitindo e convidando à reflexão múltiplos e apaixonantes temas que a profissão de Professor de Educação Física e Desporto encerra; por outro, de escutar e interpretar angústias, contradições e expectativas quanto ao futuro. E desse contacto, confesso, que sempre me deixou perplexo, sobretudo nos diálogos informais, o antagonismo patenteado entre a motivação vocacional que a muitos conduziu ao curso de Educação Física e o sensível e paradoxal desejo de

* Mestre em Gestão do Desporto (FMH/UTL). Docente na Escola B+S Gonçalves Zarco, Funchal.

abandonar o meio escolar à primeira oportunidade. Buscando as razões mais profundas de tal sentimento, encontro uma causa que explica, se não no todo pelo menos em grande parte, a desmotivação e a fuga para outros ambientes porventura mais estimulantes e gratificantes. A causa está, indisfarçadamente, na desadequação organizacional das instituições e na concomitante incapacidade de resposta da Escola aos interesses de quem a frequenta quer como docente quer como aluno. Aliás, recordo que este não é um sintoma novo. Já no longínquo ano de 1969, enquanto estudante, recordo-me e não me canso de amiudadas vezes repetir pela profundidade das palavras, no decorrer de uma aula, julgo de Psicopedagogia, o Jubilado Doutor Paula Brito dizer qualquer coisa como isto: «*como pode uma escola sempre igual competir com a vida que é sempre diferente. O desencontro é inevitável*». Esta expressão de uma atitude estratégica, eu diria, insubmissa na época, exprimia e continua, grosso modo e apesar das mudanças introduzidas nos sistemas educativo e desportivo, a caracterizar a ausência de uma desejável sintonia entre o microcosmos escolar e um mundo que, como bem cantou António Gedeão, «*pula e avança como bola colorida entre as mãos de uma criança*». É esse desencontro, esse desfasamento, gerador de uma incontável angústia pela incapacidade de transformar, que está a conduzir e a estrangular vontades múltiplas no despontar de uma prática educativa escolar na qual, através do desporto, «*cada um se sinta bem dentro da sua pele*» como sintetizou Christian Pociello.

De facto, a Escola continua a não responder de forma eficaz. A Escola pró-activa continua distante. A sua autonomia coarctada ¹. Consequentemente, o seu projecto educativo continua mais próximo das rotinas do passado do que das exigências que a conquista do futuro convida, pese embora, reconheça, as notáveis excepções resultantes do entusiasmado esforço militante de muitos professores. Daí que, a Educação Física, porque não constitui uma ilha dentro da sociedade e da Escola, como corolário, sofra duplamente: primeiro, pelo próprio ambiente interno, demasiadamente condicionador e dependente; segundo, pelo

¹ Diz o Professor Doutor Licínio Lima, docente da Universidade do Minho: «A *autonomia*, palavra-chave, um conceito e uma ideia relevante na luta por uma escola mais democrática, vem sendo hoje reconceptualizada como um mero elogio da diversidade da execução periférica das decisões centrais. É uma ideia do género: *sejam autónomos na execução das decisões que nós já tomámos por vós...*

Não é esta a autonomia pela qual o pensamento pedagógico, crítico e democrático se vem batendo há muitas décadas. Temo-nos batido por uma autonomia em sentido forte. Paulo Freire falava de uma autonomia como *ingerência*, como capacidade de participar nas decisões, como co-autoria na governação e na decisão, isto é, uma autonomia compatível com o conceito de escola governante que, idealmente, mesmo que utopicamente, faz o caminho para o seu autogoverno ou, pelo menos, para o governo em co-autoria, em co-responsabilidade com outras instâncias de âmbito nacional, uma autonomia verdadeira, conferindo a capacidade de participar nas decisões. Uma outra autonomia, completamente distinta desta, é a autonomia como simples participação subordinada à gerência dos outros, compatível com um conceito de escola governada, não compatível com a autonomia mas com a heteronomia».

desadequado sentido organizacional, de gestão e de conteúdos que caracteriza aquela área curricular.

Daí que me pareça evidente que a Educação Física precise de ser desaco- rentada, liberta das amarras trituradoras de qualquer veleidade. Ora, este despre- tensioso texto visa, portanto, um contributo no desmantelamento de uma engrenagem velha e ferrugenta, a caminho de um paradigma desenvolvimentista assente em pressupostos de «*valorização pessoal e social do ecossistema despor- tivo*», como caracterizou e bem o Doutor Gustavo Pires, no livro *Da Educação Física ao Alto Rendimento*. Apenas um contributo, repito, e não mais do que isso.

Introdução

«Vive-se uma época de mudança explosiva. [...] Velhas maneiras de pensar, velhas fórmulas, velhos dogmas e velhas ideologias, por muito queridos ou úteis que tenham sido no passado, já não se coadunam com os factos. [...] Não podemos meter à força o mundo embrionário de amanhã nos cubículos convencionais de ontem».

ALVIN TOFFLER

1. *A emergência de um novo paradigma*

Questionarão muitos professores, fundamentalmente, mas também políticos e outros agentes desportivos, afinal, o que tem a ver, no essencial, a citação de Toffler com o problema, isto é, com a Educação Física e o Desporto? Diria que tudo, se partirmos do pressuposto que, no mundo que estamos a viver, se tornar indispensável olhar para os Sistemas Educativo e Desportivo como sistemas que interagem entre si e com todos os restantes. Há, como sempre existiu ao longo da História, a necessidade de um esforço colectivo no sentido de uma permanente interrogação, na perspectiva de, tendencialmente, fazer ajustar a actividade profissional aos novos ritmos que a vida impõe. Parafraseando Carlos Fuentes, citado por Toffler (1984), impõe-se questionarmo-nos se «*estamos a morrer ou a nascer?*». Melhor dizendo, numa aproximação a este contexto, se a Educação Física está a morrer ou a renascer? Trata-se de uma questão essencial, isto é, se a tendência é aferrolhar esta área de desempenho social ou, pelo contrário, libertá-la dando largas à imaginação criando uma Educação Desportiva geradora de felicidade para quem a pratica e recompensadora, no plano da satisfação pro- fissional, para quem a orienta ².

² Sempre que me reporto a estas matérias, trago em memória o posicionamento, de longa data mas sempre actual, do filósofo Doutor Manuel Sérgio: [...] Por mim sou em crer que se a Educação

É este o dilema perante o qual a Escola e as instituições políticas estão confrontadas. São muitas as interrogações: por que razão os jovens terão de se subordinar a programas estandardizados e desadequados, que pouco ou nada têm a ver com a sua maneira de ser e com as suas expectativas? Programas baseados numa taxonomia discutível, repetitiva, desmotivadora e discordante das necessidades do seu corpo, da sua saúde, da sua inteligência e da sua cultura? Porquê estarem sujeitos à estandardização que nega, a partir de um determinado estádio, o direito à opção e à livre escolha? Programas que os agridem em regimes de coeducação, que são de uma chocante artificialidade e que não respeitam a estrutura da cadência da organização do tempo da sociedade actual? Há, sus-tentamos, pertinência nestas questões. Elas derivam da prática. É por isso que considero ser necessário avançar para um paradigma organizacional que contrarie as lógicas do passado, numa incessante busca de soluções personalizadas à medida de cada comunidade, de cada escola e de cada jovem. Só por aí poder-se-á dispor, no futuro, de uma população que aceite e pratique o desporto como bem cultural.

É este o sentimento que me acompanha depois de muitos anos de permanente reflexão sobre o que ficou como residual de uma docência de mais de três décadas. Carrego, hoje, como resultado, o amargo sentimento que pouco contribui, na escola, para a formação integral dos meus alunos, por melhor planeadas as aulas e por mais que tivesse, amiudadas vezes, introduzido correcções pedagógicas. Foram alguns milhares que passaram por mim, em turmas sempre diferentes, e que o próprio sistema impediu a lógica da continuidade. Pelo contrário, na área associativa, particularmente no sector federado, senti-me, sempre, um educador e, perdoem-me a lisonja, com bons resultados desportivos aos níveis regional, nacional e internacional para meu gáudio, dos jovens e dos pais.

Aliás, na escola apercebi-me sempre nos subtis sinais que brotavam dos grupos um certo desencanto dos alunos, desencanto esse crescente e que se avolumava à medida que atingiam o final do secundário. A heterogeneidade na constituição das turmas, o facto de serem mistas³, o excessivo número de alunos, as características dos horários escolares e os próprios conteúdos foram sempre motivos geradores de desilusão. Depois, há uma outra justificação que se consubstancia na existência de uma crónica disfunção entre o paradigma organizacional e de oferta da prática desportiva fora da escola e aquele que caracteriza o mundo escolar. Disfunção que, convenhamos, é provocadora de desinteresse, inclusive, na participação docente, é fulcro de uma má qualidade pedagógica e é, conseqüentemente, favorecedora do abandono precoce da prática física regular.

Física, se se deixa aferrolhar na torre de marfim onde virginalmente querem escondê-la, roubando-lhe o acto fecundante do contacto com as ciências do Homem, não crescerá a mediania [...]. *A Prática e a Educação Física*, 1985, pág. 11.

³ Para que não subsistam dúvidas saliento que a minha oposição às turmas mistas circunscreve-se às aulas de Educação Desportiva, hoje, designadas por Educação Física.

Citei Toffler⁴ como poderia enunciar outros visionários. Certo é que há muito que abandonámos as vagas agrícola e industrial. Não me parece lógico que no quadro das vagas que se sucedem se continue a utilizar, grosso modo, os mesmos instrumentos, a mesma conceptualização das práticas físicas dos séculos XIX e XX. Infelizmente, predominam, em cadeia, resistências à mudança no sentido do que nos parece evidente, isto é, de uma Educação Desportiva que acompanhe os novos tempos.

De facto, a mudança sempre incomodou consciências adormecidas por anos a fio de rotinas. E se é normal que tal aconteça, também é normal que surjam momentos em que se agitem ideias, se troquem opiniões e se divulguem experiências, de forma a que tudo possa ser reequacionado de novo. Para que tudo possa renascer. Por isso, questionar, hoje, a Educação Física é, antes de mais, criar as condições para que ela possa renascer. Trata-se de um trabalho a ser partilhado por todos, dos professores aos políticos, sem dogmas, sem preconceitos, já que aquilo que está em jogo é mais importante que as clivagens de opinião. Todas são bem vindas. Um projecto com futuro constrói-se na diversidade das ideias e no pluralismo das opiniões. Um posicionamento destes relega, portanto, o isolamento por ausência de debate. Porque o isolamento apenas conduz à repetição das soluções do passado. É por isso que se impõe uma cruzada de criatividade a caminho de novas soluções concordantes com o sentido das mudanças⁵.

2. *Um problema de qualidade*

Trata-se de um problema de qualidade⁶. E é preciso que se assuma que o actual quadro que configura a Educação Física Escolar é, genericamente, de péssima qualidade. E a vida e a sociedade exigem qualidade. Aliás, nunca antes se

⁴ A *Terceira Vaga* foi editada, em Portugal, há vinte anos.

⁵ A este propósito, o Doutor Olímpio Bento (2001), sobre a crise da Educação Física, resume: «[...] para a reconstrução da Educação Física assume particular relevância a revolução operada nos conceitos de corpo, de saúde e de estilo de vida activa e na educação ambiental. Mais, essa reconstrução é ditada por duas ordens de razões incontornáveis: 1. pela necessidade de renovação da própria escola, no tocante à sua configuração enquanto polo de cultura e de humanidade; 2. pela necessidade de influenciar o desporto institucionalizado que hoje ostenta as máculas de um paradoxo, ao afastar-se da cultura, da formação, da educação, do humanismo. Isto é, encontra-se em rota de colisão com princípios e valores que o fundaram como um sistema moralmente bom e resvala, cada vez mais, para a imoralidade, para o analfabetismo, para a incultura e para a trapaça. Sendo através desta área escolar que as crianças e jovens acedem ao contacto com o desporto, a escola não pode eximir-se da responsabilidade que lhe cabe nesta matéria».

⁶ A proclamação do princípio da qualidade traz no seu bojo a *emergência da pessoa*, sendo que a vinda desta acarreta repercussões de tomo na renovação do entendimento e da prática da educação. Com efeito o conceito de educar está intimamente ligado ao de pessoa. E se este sofre variações aquele não fica indiferente – salienta, ainda, o Doutor Olímpio Bento, no livro *Da Educação Física ao Alto Rendimento*, pág. 75.

falou tanto de qualidade. Era natural que tal viesse a acontecer e que hoje, também ao nível da Escola, a palavra qualidade constituísse uma palavra-chave na gestão do processo educativo. Porque a palavra qualidade está, indissociavelmente, ligada às exigências e necessidades do consumidor. E hoje, na Escola, não me causa qualquer embaraço que a noção de aluno possa corresponder à noção de «cliente»⁷. Em termos de gestão do processo educativo o aluno é, simultaneamente, um «cliente». Fundamentalmente, porque ele consome produtos educativos que a escola lhe oferece. Não deve haver receio de situar o problema neste contexto e com esta terminologia, todavia, enquadrada no significado de *persona protegida*⁸.

⁷ Na edição de Outubro de 2000, do *Le Monde Diplomatique*, li um excelente artigo assinado por Riccardo Petrella, Conselheiro na Comissão Europeia e Professor na Universidade Católica de Louvain (Bélgica). Falava o autor das cinco armadilhas para a educação e de uma cultura de guerra, a saber:

1. «*A crescente instrumentalização da educação ao serviço da formação dos recursos humanos*». Isto é, o recurso humano, habilmente, passou a ser considerado como uma mercadoria económica. Melhor dizendo, direitos a um canto, porque o que interessa é o rendimento do Homem ao serviço da economia;
2. «*A passagem da educação do campo do não mercador para o do mercador*». É a educação considerada como um grande mercado. Não é por acaso que, nos Estados Unidos, por exemplo, se fala em mercado dos produtos e serviços pedagógicos, em *business* da educação, em mercado dos professores e alunos;
3. Terceira armadilha: a educação «*é apresentada como um instrumento-chave da sobrevivência de cada indivíduo [...] nesta era da competitividade mundial*». No essencial, dir-se-á que a escola está transformada no lugar onde, subtilmente, «se aprende uma cultura de guerra»;
4. Quarta armadilha: a da «*subordinação da educação à tecnologia*». Ora, a mundialização é filha do processo tecnológico pelo que resta à educação fornecer os instrumentos de adaptação ao pensamento único;
5. Finalmente, «*a utilização do sistema educativo enquanto meio de legitimação de novas formas de divisão social*», isto é, uma sociedade dividida entre «qualificados e não qualificados», entre os que dominam o conhecimento e os excluídos desse acesso. Estamos a falar do «e-comércio», da «e-educação», da «e-empresa» e do «e-trabalhador».

Pois bem, misturemos todos estes ingredientes e interroguemo-nos se não estaremos num campo armadilhado, minado e perante uma cultura de guerra? Interroguemo-nos sobre o espaço que resta para uma educação onde o conhecimento se compagine com os princípios e os valores, a disciplina, o rigor, a partilha, a aprendizagem da solidariedade e dos direitos de cidadania, etc.? Interroguemo-nos se não estaremos a conduzir a educação para o salve-se quem puder, cabendo à escola, apenas, a função de remediadora social? Portanto, a questão da violência (e o desporto está cheio dela) apresenta-se-nos, assim, muito mais complexa do que, aparentemente, sugere. Para além do assustador crescimento de todo o género de dependências, do sensível leque de constrangimentos sociais que por aí proliferam e dos preocupantes níveis de criminalidade, temos de olhar para as consequências deste complexo barco do hiperconsumo onde, intencionalmente, nos obrigam a entrar e a navegar. Como corolário: democratizaram a escola mas ao serviço de um mercado de educação. Na feliz expressão dos sociólogos Sandrine Garcia e Franck Poupeau estamos perante uma dicotomia entre a «violência na escola e a violência da escola». Daqui resulta que, quando falo de «cliente» subordino a palavra ao significado de «*persona protegida*» e não no sentido de uma relação ao serviço de interesses económicos e outros que nada têm a ver com a gestão e administração do processo educativo.

⁸ A palavra «cliente» não pode, assim, na Escola, estar associada à dinâmica económica. A este propósito, o Doutor Licínio Lima (Universidade do Minho), numa entrevista que subscrevo na íntegra, recentemente publicada no Jornal do Sindicato de Professores da Zona Sul, sobre a Educação transfor-

Mas podemos ir mais longe. Segundo Joseph Juran, consultor de organizações e autor de mais de uma vintena de livros, a qualidade pode ser definida segundo dois eixos: pela óptica dos resultados e pela dos custos. Segundo a óptica dos resultados, a qualidade consiste nas características do produto ou dos produtos que satisfazem as necessidades do cliente e geram lucros. Dir-se-á que, na escola, os produtos educativos são múltiplos. Na área disciplinar do Desporto pode dispor de uma significativa variedade de modalidades desportivas. E o problema é este: ou adaptam-se e satisfazem as necessidades dos clientes (leia-se alunos) e geram lucros (leia-se maior mobilização da comunidade educativa numa prática desportiva para a vida) ou, então, perante a actual configuração, a taxa de participação desportiva manter-se-á aos níveis insignificantes e dramáticos que conhecemos ⁹.

Mas a qualidade pode também ser vista pela óptica dos custos. Neste âmbito significa ausência de defeitos. Logo, se para uma empresa alta qualidade significa menos encargos financeiros, na lógica da Escola, alta qualidade poderá significar uma função docente de excelência, ela própria ganhadora em termos de projecto para a vida. A este respeito Philip Crosby foi o autor que desenvolveu o conceito de «zero defeitos». Produziu o livro, «Quality is free», traduzido em quinze línguas com uma venda de dois milhões e meio de cópias. Crosby diz-nos que zero defeitos deverá ser um *standart* de desempenho da gestão e não apenas um *slogan*. E assume que os responsáveis pela falta de qualidade são os gestores (no contexto em que escrevo, os políticos e os professores com responsabilidades de gestão) pois, de acordo com o seu posicionamento, a qualidade deve vir de cima para baixo. E diz mais: que as técnicas não preventivas tais como a inspecção, o teste e o controlo são muito pouco eficazes. Antes prefere prescrever uma vacina preventiva que contenha três ingredientes: determinação, formação e liderança. Julgo ser esta a vacina que falta à Educação Física Escolar. Falta-lhe

mada num problema económico, refere que «[...] são teorias que, especialmente a partir dos anos 80, emergiram com grande força e que se baseiam numa crença essencial que é a de que *o privado é superior* em racionalidade e em capacidade de inovação ao sector público; de certa forma, falar em organização é falar em empresa e, portanto, a própria ideia de uma organização pública e de um sistema público entram em crise. Teorias que se baseiam na defesa da performatividade competitiva – escolas contra escolas, alunos contra alunos, turmas contra turmas – criando mercados internos concorrenciais no interior da própria administração educativa. Teorias que se baseiam no processo de «fabricação» de *escolas eficazes* (expressão feliz do nosso colega inglês Stephen Ball) submetendo os actores escolares, especialmente os professores e os educadores, aos «terrores» da emulação, da competitividade, do *marketing*, da publicidade».

⁹ O último estudo da autoria da Dr.^a Salomé Marivoet (FMH/UTL), publicado em Janeiro de 2000, sobre o comportamento da população face ao desporto (1988/1998), no intervalo 15/74 anos, apenas 23% da população afirmou ter uma prática desportiva com alguma regularidade. Valor que coloca os portugueses na cauda da Europa quanto à taxa de participação desportiva. Embora, certamente, com um outro protocolo, em 1997, um estudo publicado na edição de 25 de Janeiro do semanário Expresso, indicava que vinte em cada cem portugueses eram fumadores, trinta bebiam vinho e apenas seis praticavam desporto.

determinação no sentido de novos enquadramentos em função das lógicas em que o mundo está dissolvido, o que exige um novo olhar para a dicotomia aluno-«cliente»; falta formação no que concerne a um debate mais profundo que a todos desperte e envolva num projecto que rompa com o passado; falta liderança, porque um projecto de mudança implica capacidade para orientar de um forma consistente. A todos os níveis, obviamente.

De resto, a qualidade não significa luxo ou notoriedade. Não significa algo intangível e não mensurável. Pelo contrário, a qualidade é um processo e não um programa. Um processo de construção contínua, de aprendizagem no terreno mas também de destruição de barreiras que impedem a própria mudança. De um aspecto podemos estar certos: se o século XX foi o da produtividade, o século XXI será o da qualidade, afirma a generalidade dos autores. E será o século da qualidade porque os níveis de exigência serão cada vez maiores. Ora, o Sistema Educativo não constituindo, repito, uma ilha dentro da sociedade, pois sofre e beneficia das influências positivas ou negativas dos outros sistemas, pode-se então deduzir que a Escola e a Educação Física que lá se pratica terá, assim, que corresponder a esse desígnio de qualidade perante um cliente (aluno) cada vez melhor informado e exigente.

É curiosa a forma como Tom Peters ¹⁰, considerado guru da gestão, sintetiza os caminhos para a excelência. Numa aproximação ao contexto que desenvolvo, tal significaria seguir cinco pontos fundamentais:

- **A obsessão.** Isto é, os produtos que a Escola tem para oferecer, no âmbito do seu projecto educativo, têm de ser vistos com beleza e com o orgulho de os possuímos. Genericamente, não são.
- **A estrutura.** As organizações escolares com futuro devem ser planas, abertas, maleáveis, permitindo que o aluno entre, participe nela e desenvolva a sua capacidade crítica.
- **Os sistemas.** A existência de programas de incentivo e de prémios de excelência através da hierarquia superior onde se inclui a questão da formação dos recursos humanos.
- **Visão do Mundo.** A correcta percepção sobre as grandes transformações que estão a acontecer por via do desenvolvimento tecnológico.
- **Coragem.** Isto é, disponibilidade intelectual para rever tudo.

Há, portanto, uma necessidade de gerar uma cruzada pela inovação e pela criatividade. Blanton Godfrey, que esteve em Portugal a convite da Egor Sistemas de Qualidade, deixou a mensagem: [...] «*as organizações exemplares são tão inovadoras e criativas como empenhadas na qualidade. Qualquer organização*

¹⁰ Revista *Executiv Digest*. Dezembro/1996, p. 102.

para ter sucesso precisa destas três componentes: criatividade, inovação e qualidade». Simplesmente porque a criatividade gera ideias e, por isso, delas precisamos para melhorar a qualidade da oferta da Escola ¹¹. Em consequência, a inovação é necessária para transformar as ideias em produtos e serviços úteis, consumidos com agrado pela comunidade educativa.

Porém, paradoxalmente, o que tenho vindo a constatar é o vazio de ideias e uma atitude cómoda que tem conduzido ao cumprimento de um programa hermético, criado em gabinetes, distante da realidade social e cultural dos novos tempos. Um programa curricular eivado de rotinas e sem alma porque não é debatido na perspectiva de novos desenhos. Apenas se cumpre o que está superiormente definido e poucos são aqueles que se preocupam em estimular as escolas, enquanto organizações, para um debate sério, profundo e gerador de novas ideias. Talvez pela existência de barreiras à criatividade como salienta James Adams ¹². Segundo este autor há barreiras à criatividade as quais, numa aproximação à Educação Física e ao Desporto, eu diria que se traduzem em:

- **Barreiras de percepção:** a dificuldade em isolar o problema. Adams adianta que podemos passar horas sem ver o óbvio. Quando, finalmente, vemos a solução, não acreditamos que era tão fácil.
- **Barreiras culturais e ambientais:** são os tabus onde se defende que a tradição é preferível à mudança. No caso ambiental pode-se aqui colocar a falta de cooperação e de confiança entre colegas.
- **Barreiras emocionais.** Isto é, muitas vezes as pessoas não partilham as ideias com medo do ridículo. São barreiras que levam a ter medo de cometer erros.
- Finalmente, as **barreiras intelectuais e de expressão.** Aquelas relacionadas com a incapacidade de escolher eficientemente as táticas mentais. E isto conduz, inevitavelmente, à incapacidade de comunicação entre nós e os outros.

Estas são as barreiras da criatividade apontadas por James Adams que, embora contextualizadas num olhar sobre o sistema empresarial, permitem fazer uma aproximação e enquadrá-las naquilo que se passa na Educação Física e no Desporto.

¹¹ Ainda do Doutor Licínio Lima: «[...] Creio que uma boa parte dos problemas da escola pública se prende com problemas de governação democrática, isto é, problemas de busca de novos ordenamentos próprios, autónomos, de perspectivas de autogoverno, de consagração e realização efectiva dos princípios da participação e da autonomia. Isto não significa que as questões organizativas, de administração e de gestão sejam irrelevantes ou indiferentes». E a qualidade depende deste tipo de concepção.

¹² Docente da Universidade de Standford. Autor do livro *Conceptual Blockbusting*.

Regresso a Toffler e a uma sua curiosa entrevista publicada na revista *Executiv Digest* (Janeiro de 2001, p. 23) quando se refere às escolas (leia-se universidades): «[...] o sistema educativo assemelha-se a uma fábrica que produz informações obsoletas de forma obsoleta; não por não ter os manuais académicos actualizados, mas porque, simplesmente, não estão relacionados com o futuro dos estudantes. Se o modelo de produção que lhes é ensinado é a produção em linha, eles ficarão preparados para trabalhar em processos de rotina, repetitivos, que ignoram o indivíduo. Já foi moda, mas nos últimos 100 a 150 anos». E diz mais: quando iniciou a sua actividade profissional o seu chefe «não queria o seu cérebro mas sim os seus músculos». Compaginada com esta asserção, afirmou Tom Peters: «bem vindos ao mundo do soft e da massa cinzenta».

Há, por tudo isto, muitas questões que deverão ser debatidas e esclarecidas. Por exemplo:

- Afinal, que paradigma organizacional escolar poderá satisfazer os direitos e anseios educativos mais legítimos dos alunos, dos docentes e dos encarregados de educação?
- Qual a responsabilidade da Escola no cumprimento do Artigo 79.º da Constituição da República que salienta, no ponto 1): «*Todos têm direito à prática do desporto*»?
- Qual a responsabilidade da Escola no percurso para o alto rendimento, sendo certo que a excelência é um direito constitucionalmente assumido?
- Justificar-se-á, face às características da prática desportiva formal, a manutenção de turmas mistas nas aulas de Educação Desportiva?
- Qual o futuro das práticas físicas na Escola face ao desenvolvimento dos vários sectores e áreas de actividade, a um melhor esclarecimento das pessoas e à prevalência do informal sobre o formal?
- E para que serve, relativamente ao aluno, o processo de avaliação nas aulas de Educação Física?
- Por que motivo se assiste a uma clara disfunção entre os Sistemas Educativo e o Desportivo?
- Relativamente à substância do planeamento, qual a vocação e missão, que objectivos ou metas, que estratégias, que políticas e que procedimentos devem ser assumidos pelos governos e pela Escola?

A real irrealdade

Joana ¹³ teve uma mão cheia de cinco mas, na Educação Física, o nível foi um três «*muito fraquinho*»; Francisco precisou que outros professores votassem o nível de Educação Física para entrar no quadro de honra da escola; José obteve nível dois porque é um «*desajeitado, coitado!*»; Fernando, porque é «*obeso e descoordenado*» viu um implacável dois na pauta; Teresa, idem, porque «*não gosta*» e conheço o caso da Luísa, estudante de nível cinco, de excelentes predicados nas atitudes e valores, esguia, flexível, de uma grande disponibilidade corporal, expoente no *ballet* mas, ironizo eu, certamente porque, em três meses de futebol, não conseguiu acertar com a baliza ou porque teve um teste fraco, também não foi além do três. Ao lado destes casos, entre muitos que me chegam ao conhecimento, há também o daquela turma que, recentemente, registou cerca de 80% de negativas em Educação Física. Ao fim e ao cabo, situações que dão para pensar sobre o fundamentalismo, dito pedagógico, que por aí anda, desvirtuador da vocação primeira desta disciplina curricular e provocador de um enorme rasto de frustração.

Ora, é por estas e múltiplas outras razões que defendo, há muitos anos, a morte da Educação Física e o nascimento da área curricular denominada por Educação Desportiva que se abrigue num quadro científico mais vasto e sustentado. Razão tem, pois, o Doutor Manuel Sérgio, ele, um filósofo, que melhor que ninguém neste país sabe interpretar e sintetizar as correntes filosóficas, sociais e o pensamento pedagógico ao longo dos tempos, ao assumir que «*[...] nem científica nem pedagogicamente existe qualquer educação de físicos [...] que a expressão Educação Física se acaba incrustada numa ambiência social onde o estudo desta matéria não é conhecido [...] e que a Educação Física deve morrer o mais rapidamente possível para surgir em seu lugar uma nova área científica que mereça dos homens de ciência credibilidade, respeito e admiração*» (O Desporto Madeira, 27.06.03) ¹⁴.

Trata-se, de facto, de uma luta contra um lóbi corporativista, obsoleto e medíocre, entrincheirado nas universidades e em posições estratégicas de decisão política, que não consegue entender que as respostas encontradas nos anos 30 e substancialmente melhoradas a partir da década de 70 já não se adequam, por um lado, ao actual conhecimento científico, por outro, às expectativas que o desenvolvimento determinou. Daí que não me espante nem me cause qualquer embaraço que aqueles que consideram que a mudança de paradigma terá de ser

¹³ Todos os nomes são fictícios.

¹⁴ É no quadro da Ciência da Motricidade Humana que o filósofo fala de «uma nova Renascença, de uma época de construção de novas ciências, que procura encontrar a teoria da prática dos professores de Educação Física. Que [...] há que compreender como Heidegger, que existir humanamente é ser tempo. De facto, tudo é tempo e a Educação Física já teve o seu» – Manuel Sérgio, *Da Educação Física à Motricidade Humana* (2002).

operada, sejam bastas vezes visados com graves dislates os quais, penso eu, não são mais do que o estertor de quem perdeu os argumentos e, naturalmente, sente que os alunos, paulatinamente, os das universidades e outros de idades mais jovens, estão a voltar-lhes as costas por sentirem que há um mundo novo de possibilidades de prática que não se restringe ao espaço de uma Educação Física bafenta, repetitiva e sem futuro¹⁵. Não compreendem, nem fazem um esforço por compreender, que a razão da existência de professores está hoje determinada pela necessidade de educar através do desporto e que isso implica, necessariamente, a mudança organizacional dos estabelecimentos de ensino, a completa rotura com os actuais programas, melhor formação universitária dos docentes e a assunção de uma nova mentalidade pedagógica. Metaforicamente, costume sublinhar, basta de sopa fria, igual para todos e repetidamente servida. Ofereça-se, pois, o doce mais apetecido: a prática educativa do desporto¹⁶, no pleno respeito pelas diferenças de ambos os sexos e pela segmentação de interesses existentes no meio escolar. Não está, portanto, em causa, beliscar a importância desta área obrigatória dos diversos currículos. Pelo contrário, o que está em causa é, através da mudança, ir ao encontro dos jovens, formando-os com princípios e valores para a vida, possibilitando, inclusive, o inegável direito à excelência através do Desporto Escolar¹⁷. A própria União Europeia percebeu que a via

¹⁵ «[...] Esse estado dá hoje muito que pensar. Com efeito a análise dos dados levantados por várias investigações, bem como as declarações e tomadas de posição de organizações internacionais tornam evidente que esta área disciplinar vive, desde há alguns anos, uma *crise* sem precedentes na sua história. Esta crise traduz-se num declínio acentuado do seu estatuto, em reduções de tempo no horário escolar, em inadequação de recursos materiais e pessoais, em erosão dos padrões de qualidade e profissionalismo [...] Mas... como configura a Educação Física as suas relações com o corpo e com o desporto? Como é possível que a Educação Física esteja em crise, se o desporto nunca viveu uma fase de tamanha expansão e crescimento e se estamos a assistir a uma conjuntura corporal, a um regresso festivo do corpo trazido pela valorização da imagem, da estética e dos estilos de vida? Como é possível tal crise, se vivemos numa sociedade que nos ensina a valorizar o corpo como nenhuma outra antes dela e se já entrámos numa era que se funda não mais no trabalho, mas antes no lazer e no ócio criativo e em que será cada vez mais nestas referências que se firmará a nova identidade do indivíduo? Estas perguntas encaminham-nos para a necessidade de reconstruir a educação física à luz de novas e actuais premissas. [...] Para manter a sua presença no sistema educativo a área da Educação Física precisa de renovar argumentos que reforcem a sua real importância. E carece de agregar forças capazes de sustentarem que ela é parte genuína e indispensável da educação. Para tanto deverá começar por lançar pontes de cooperação entre a escola e o envolvimento familiar». – Olímpio Bento, *Da Educação Física ao Alto Rendimento*, pp. 79 e seg..

¹⁶ Salienta o Doutor Gustavo Pires no livro *Desporto e Política – Paradoxos e Realidades*, pág. 352 e 353: «[...] O sistema de valores, os símbolos, a estética, o espaço e a estrutura do tempo são portadores de novas ideias e pensamentos que devem originar outras soluções organizacionais quando se trata de organizar actividades lúdicas, culturais, recreativas e formativas, em ambiente escolar. [...] Defender a Educação Física não é, por isso, insistir nos modelos e nas soluções do passado. Defender a Educação Física é sermos capazes de encontrar soluções de acordo com as realidades do nosso tempo. Numa dinâmica de futuro. E o futuro é o ensino do desporto».

¹⁷ No livro *Da Educação Física à Motricidade Humana* (2002), editado pelo O Desporto Madeira, pode ler-se, na pág. 36, a seguinte passagem do Doutor Olímpio Bento: «[...] é, portanto, curial

portadora de futuro é esta, não sendo por acaso que 2004 constitui o «Ano Europeu da Educação pelo Desporto».

Regressando às notas ou níveis que se atribuem aos alunos, eu diria que um professor não se afirma (se se trata de uma afirmação no contexto das restantes disciplinas) no seu mister por essa via. Afirma-se pelo estudo, pela capacidade cultural e crítica, pelo conhecimento, pela qualidade, pela capacidade de resposta aos interesses dos educandos, pelas dinâmicas que é capaz de operar no espaço escolar e pelo gosto que desperta, neste caso, por uma prática desportiva regular. Ao contrário de procurar a igualdade com as outras disciplinas, o professor de Educação Desportiva deve procurar a diferença. Simplesmente porque os graus académicos sendo iguais (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento) a sua prática é substancialmente diferente. De resto, não há Jogos Olímpicos, Campeonatos do Mundo ou da Europa de Português, de Ciências ou de História. Mas eles existem no desporto, plenos de beleza estética, de festa, de superação individual e que impelem e influenciam uma prática a qualquer nível. Sendo assim, enquanto uma bola saltitar frente aos olhos de um jovem, jamais alguém precisará de, muitas vezes, «castigar» os alunos com sistemas retrógrados de avaliação, pelo facto da dita bola, volto a ironizar, por um desajeitado pontapé, não ter entrado na baliza, no quadro dos superiores objectivos definidos na complexa Unidade Didáctico-pedagógica. Pois bem, *morra* a Educação Física que hoje constitui uma monumental fraude e viva a Educação Desportiva Curricular¹⁸.

1. De uma Educação Física Anémica à Educação Desportiva Curricular

Em síntese, aquilo com que hoje, genericamente, os portugueses se confrontam é com uma Educação Física travestida de desporto, sustentada em desadequados programas, vagos e elaborados sem qualquer proximidade à realidade; com turmas excessivamente numerosas, mistas e desequilibradas que impedem uma aprendizagem consequente; com uma irracional avaliação dos alunos como se isso fosse determinante para a participação e êxito do processo ensino-aprendizagem; e, no meio disto, repito, com um fundamentalismo sem

reconstruir esta área à luz de um lema como este: **escolarizar o desporto – desportivizar a escola e a vida**». Mas atenção, como também salienta o Doutor Manuel Sérgio, desportivizar a escola e a vida num projecto que combata uma prática que constitui «uma das grandes alienações do nosso tempo». Isto é, «para além do desenvolvimento desportivo, é preciso criar um desporto ao serviço do desenvolvimento». E a Escola, neste aspecto, é determinante essencialmente porque é futuro.

¹⁸ Em 1999 foi divulgado um relatório conduzido por K. Hardeman, da Universidade de Manchester, patrocinado pelo Conselho Internacional de Ciências do Desporto e Educação Física e suportado pelo Comité Internacional Olímpico, que teve por objectivo investigar a situação mundial da Educação Física. As respostas ao questionário, aplicado em 126 países, alertou para o facto da Educação Física se encontrar numa profunda crise de identidade e de credibilidade social.

sentido, onde se teima em considerar a Educação Física ¹⁹ uma disciplina igual às restantes do leque curricular, quando ela não é nem mais nem menos importante, apenas é diferente. E é na diferença que deve procurar o seu espaço de intervenção embora, logicamente, enquadrada no desenho do projecto educativo da escola.

Portanto, é nos vectores que denomino por organização estratégica do estabelecimento de ensino (projecto educativo), constituição das turmas, programas, processo de avaliação e associativismo escolar que, em primeiríssimo lugar, as grandes mudanças terão de ser implementadas. Se a mudança não acontecer aí, julgo que se cairá no erro de introduzir alguns aperfeiçoamentos marginais que não alterarão a extensão e complexidade do problema. Mas vamos por partes, relativamente aos cinco pontos que considero fundamentais:

1.1. *Organização Estratégica dos Estabelecimentos de Ensino*

Do Pré-Escolar ao último ano do Ensino Secundário, de uma forma sequencial e por ciclos, há que assumir a educação motora (pré-escolar), as actividades pré-desportivas curriculares (1.º ciclo), a iniciação desportiva (2.º ciclo), a orientação desportiva (3.º ciclo) e a especialização desportiva (secundário) ²⁰. Uma opção destas implica, óbvia e necessariamente, uma mudança organizacional e faseada nos estabelecimentos de ensino que reflecta um projecto educativo sustentado, assente em três princípios fundamentais do desenvolvimento: o da prioridade estrutural, o da transformação graduada e o da continuidade funcional. Esta opção implica uma nova perspectiva na organização dos horários escolares que vá de encontro ao projecto educativo e não aos múltiplos interesses particulares que subsistem no interior da comunidade escolar.

¹⁹ «[...] A dita Educação Física, porque é física não pode ser raiz do conhecimento, dado que isola o físico do intelectual e moral e, assim, não é uma categoria gnosiológica, nem uma categoria sociológica – é um conglomerado de técnicas, sem qualquer tipo de fundamento válido. Não basta uma prática, precisa é de uma compreensão da prática, ou seja, a unidade prática-teoria: teoria essa que pretende interpretar e projectar a prática». Mais adiante: «[...] Educação Física: libertação ou alienação? Será alienação enquanto for física, pois que esta palavra apresenta uma clara significação ideológica. Na realidade, a Educação Física pode levar a uma definição de homem conformista, imobilizado no tempo [...] sem um projecto global de humanidade». SÉRGIO, Manuel, *Algumas Teses Sobre o Desporto*, pp. 65-66.

²⁰ O modelo organizacional proposto, recentemente, pelo Doutor Gustavo Pires é o que mais se adequa ao que aqui venho desenvolvendo e que, no essencial, há muito defendo.

Modelo Organizacional

Anos		Ensino	Cursos	Educação Desportiva							
Idade	Escol			Curricular	Extra-Curricular						
		Superior		X	Desporto para a Vida						
18					Secundário		Especialização Desportiva	Universitário			
17	12							Básico	3º Ciclo	Orientação Desportiva	Federado
16	11										2º Ciclo
15	10	Básico	1º Ciclo	Jogos Pré Desportivos Curriculares	Quadro Competitivo						
14	9				3º Ciclo	Orientação Desportiva	Quadro Competitivo				
13	8						2º Ciclo	Iniciação Desportiva	Quadro Competitivo		
12	7		1º Ciclo	Jogos Pré Desportivos Curriculares					Jogos Pré Desportivos Extra Curriculares		
11	6				Pré Escolar	Educação Motora			Jogos e Jogos Pré desportivos		
10	5						Pré Escolar	Educação Motora		Jogos e Jogos Pré desportivos	
9	4	Pré Escolar	Educação Motora	Jogos e Jogos Pré desportivos							
8	3				Pré Escolar	Educação Motora			Jogos e Jogos Pré desportivos		
7	2						Pré Escolar	Educação Motora		Jogos e Jogos Pré desportivos	
6	1	Pré Escolar	Educação Motora	Jogos e Jogos Pré desportivos							
5					Pré Escolar	Educação Motora			Jogos e Jogos Pré desportivos		
4							Pré Escolar	Educação Motora		Jogos e Jogos Pré desportivos	
3		Pré Escolar	Educação Motora	Jogos e Jogos Pré desportivos							

Modelo organizacional proposto pelo Doutor Gustavo Pires.

1.2. Constituição de turmas

Ao iniciar o segundo ciclo do Ensino Básico não fazem sentido as turmas mistas nas aulas de Educação Desportiva nem a manutenção de uma actividade generalista e, por razões várias, normalmente repetitiva ao longo dos anos. Os interesses e motivações dos alunos (e dos professores, obviamente) são diferentes, tendencialmente os estádios de maturação dos sexos não são iguais e, no plano da prática desportiva competitiva formal, não existem modalidades desportivas mistas. De resto, o que actualmente se passa não favorece a coeducação ²¹. Deve assim caber à escola a definição da oferta desportiva curricular de carácter obrigatório e, aos alunos, a opção da modalidade que desejam praticar com rigor educativo e, obviamente, qualidade técnica ²². Aliás, é confrangedor o nível médio

²¹ Um crescente número de países, depois de alguns anos de experiência, acabaram por regressar ao modelo inicial, como foi o caso da Austrália, narrado por MacDonald (1989), sobretudo «para acabar com as desvantagens das raparigas nas classes mistas». Um outro exemplo, vem de Berlim, onde um recente estudo empreendido por Ide Krausse demonstrou que, em 598 alunos interrogados, a esmagadora maioria rejeitou a coeducação nas aulas de Educação Física. Penso também que, tal como afirma J. Evans (1989) no seu livro «Equality and opportunity in the physical education curriculum», que só a mudança de organização no interior das escolas poderá dar «acesso a actividades comuns. Mas essa mudança para ter êxito terá de ser suportada por uma profunda alteração curricular e pedagógica».

²² Após nove anos de formação motora básica (da educação motora à iniciação desportiva: pré-escolar ao 2.º ciclo), a minha proposta é que os alunos, entre o 7.º e o 9.º ano, optem por uma prática

das aprendizagens básicas demonstrado pelos alunos do Secundário em qualquer modalidade desportiva. Destacam-se aqueles que, fora da escola, no clube, praticam a sua modalidade de eleição. Isto significa que a escola, ao longo de doze anos de formação, não tem sido capaz de educar, de favorecer e de consolidar, inclusive, as aprendizagens técnicas fundamentais.

Por outro lado, as turmas não devem ultrapassar os vinte alunos, mesmo nos casos das designadas turmas de interesses generalistas, isto é, formadas por alunos que não desejam a opção específica por uma qualquer modalidade ou, por razões de saúde, deficiência e outras, devidamente diagnosticadas e avaliadas, tenham de cumprir programas especiais. A Escola tem o dever, também, de ir ao encontro desses alunos.

1.3. *Programas*

Ao Ministério da Educação deverá competir, apenas, a definição dos princípios orientadores da Educação Motora e Desportiva desde o Pré-Escolar ao Ensino Secundário. No âmbito da autonomia, administração e gestão de cada estabelecimento de ensino, de acordo com o seu paradigma organizacional, projecto educativo e, ainda, com os recursos humanos e materiais que dispõe, deverão ser os professores os responsáveis pela elaboração dos objectivos, programas e metodologias, no pleno respeito pela segmentação de interesses existentes no seio da comunidade escolar.

1.4. *Processo de avaliação*

O controlo constitui uma necessidade de aferição ao trabalho planeado e concretizado. A esse nível ele deve existir, por anos e no final de cada ciclo, para assegurar não só os comportamentos desejáveis mas também uma adaptação da organização ao meio envolvente. Já ao nível dos alunos, no quadro em que a avaliação actualmente se inscreve, parece-me dispensável e muito pouco recomendável que conte para a progressão/retenção do aluno. O essencial é educar pelo desporto e para a vida, com qualidade e não para o cumprimento rotineiro e inconsequente de uma qualquer taxonomia sujeita a um nível ou uma nota que nada transferem para o futuro²³. Em muitos casos, inclusive, a actual avaliação torna-se estigmatizante e desmotivadora. Mas também entendo que faz sentido a

desportiva que se coadune com os seus interesses e motivações. Ao longo do actual terceiro ciclo deverão, no máximo, viver a experiência de duas modalidades. Os anos lectivos do Secundário (10.º, 11.º e 12.º) deverão ser orientados para a especialização.

²³ A actual situação é tão ridícula que os alunos repetentes do Secundário, que obtiveram nota positiva no ano anterior não desfrutam da obrigatoriedade da frequência da aula de Educação Física no ano seguinte. Como ridículo é exigir-se aos alunos que se autopropõem a exame, realizem um teste teórico e uma avaliação prática na disciplina de Educação Física.

existência de uma caderneta desportiva do aluno onde sejam registados não só a actividade realizada, as dificuldades e êxitos, bem como os resultados desportivos obtidos ao longo do processo educativo.

1.5. *Associativismo Escolar*

Actuando, paulatinamente e em segurança, na génese do problema, tudo o resto virá por acréscimo: o clube escolar com toda a dinâmica competitiva interna e externa e de formação de dirigentes e árbitros²⁴, a associação concelhia do desporto escolar, a federação regional do desporto escolar, a própria especialização dos professores por áreas de interesse, uma nova motivação nas aulas, uma maior e mais consistente regularidade competitiva e, por extensão, a necessária e importante interface com o Sistema Desportivo. Mas atenção, uma interface com o Sistema Desportivo para os que desejam o caminho da excelência e não como consequência de uma Escola que centra o seu projecto educativo ao serviço de uma pedagogia competitiva, isto é, de uma pedagogia contra o outro, baseada apenas na ideia do sucesso individual.

Por aí, pela Educação Desportiva, enquanto disciplina que ensina o desporto de uma forma consistente e todos os seus valores, acredito que o Desporto Escolar, inclusive, como actividade de complemento curricular, venha a ganhar uma nova dimensão quantitativa e qualitativa. Assim queiram os decisores políticos. Só que isso implica que o Desporto Escolar, do ponto de vista do financiamento disponha de meios ao contrário do que tem sido prática comum, onde é mais tolerado do que apoiado. Aliás, tem sido crónica a irresponsabilidade do Estado nesta matéria.

Conclusão

Vive-se um mundo veloz e dissolvido em arreliaadores mediatismos que passam ao lado do essencial e do prioritário. Um mundo onde o desporto serve de palco a processos sociais que não se compaginam com a generalização da sua prática enquanto potente meio de integração social. Era provável que tal viesse a suceder. Basta reflectirmos na perspectiva do sociólogo Jean Marie Bhrom (1976) quando refere que o estudo do desporto conduz-nos, inevitavelmente, à caracterização da própria sociedade. De facto, o desporto reflecte hoje, de forma nítida, o modo como a sociedade está organizada. Ora, numa abordagem genérica, se a sociedade produz, produtos (mercadorias), o desporto, por ausência de uma matriz ideológica, produz também os seus que, no fundo, são os campeões, os

²⁴ «[...] Porque sem dirigentes capazes nunca poderemos ter um desporto capaz» – PIRES, Gustavo (1996), *Desporto e Política*, p. 289.

espectáculos, os recordes e as performances. Pouco mais do que isso. Dir-se-á que é o modo de produção a influenciar e a determinar o comportamento de todas as outras práticas. E vive-se disso, numa gritaria diária alimentada pelo jornalismo da especialidade²⁵, de políticos que não param para reflectir sobre o pântano onde se atolam governantes, dirigentes e autarcas sem escrúpulos ou sem visão, mais preocupados com a eleição seguinte do que propriamente com as gerações seguintes. Já em meados da década de setenta, o Dr. José Esteves, na obra *O Desporto e as Estruturas Sociais*, num raciocínio convergente com o de Bhrom, salientava, logo nas primeiras linhas: «Só há uma forma de entender o fenómeno desportivo: na perspectiva das estruturas sociais. O que há de característico e fundamental, no desporto, é, justamente, o que define e caracteriza a sociedade em que ele se realiza. No actual tipo de relações humanas, o desporto é, naturalmente, um fenómeno de alienação [...]». Era assim há quarenta, cinquenta anos e, infelizmente, para o Estado, continua a prevalecer o predomínio da prática desportiva selectiva e de alto rendimento, onde a lógica do sistema se incorpora na relação do Homem com o seu corpo.

São estes valores distorcidos que a Escola, de forma inconsciente ou talvez não, continua a assumir e a reflectir e que impedem o desenvolvimento de estratégias portadoras de futuro, de um desporto entendido como bem cultural²⁶ e direito constitucional, susceptível de arrancar o País da cauda da Europa no que

²⁵ Independentemente do poder da imprensa escrita, consubstanciada, em Portugal, na edição diária de três títulos de grande tiragem nacional e de um infindável número de intervenções proporcionadas pelas rádios nacionais e locais, sobretudo os operadores de televisão têm sido determinantes, pela negativa, quanto à abordagem do desporto. Jorge de Campos, in *A Caixa Negra*, cita Jacques Piveteau: «o espectacular transformou-se numa droga cujos efeitos não podem acalmar-se senão através do consumo sempre acrescido de doses cada vez maiores». A este propósito, K. Popper e J. Condry, no livro *Televisão – um perigo para a democracia*, alertam para o facto da televisão ser, hoje, «incapaz de ensinar às crianças o que é necessário à sua evolução». Por seu turno, Umberto Eco, in *Apocalípticos e Integrados*, adverte que a «civilização democrática salvar-se-á se da linguagem da imagem se fizer um estímulo à reflexão crítica e não um convite à hipnose». O que porém acontece é que, sobretudo os programas desportivos, na linha de pensamento de Aor da Cunha, servem para «moldar, esticar ou comprimir imagens com textos que reproduzam a vida política, social, cultural e económica à sua maneira, conforme os critérios ideológicos e particulares do momento não só dos jornalistas, mas também segundo os proprietários de emissores [...]».

²⁶ Diz o Doutor Manuel Sérgio: «[...] O desporto é, acima de tudo, um processo de criação cultural». E dirigindo-se ao desportista, sublinha: «Considera o desporto, sobretudo como um factor educativo insubstituível, que visa tanto a saúde como a promoção e a libertação dos agentes do desporto; que procura tanto o lazer e a reabilitação, como a construção de um espaço onde seja possível educar para a cidadania. Se na prática do desporto encontrares graves inconvenientes, encaminha-te (nesta sociedade, que vivemos, da informação e do saber) para normas, valores, produtos e símbolos culturais da sociedade. Verás, aí, com nitidez, as causas das causas das anomalias do desporto. [...] O desporto é parte integrante da cultura (a cultura nasce sob a forma de jogo, disse Huizinga): fundamenta-se na ciência, alimenta-se dos princípios que consubstanciam o humanismo contemporâneo, pode exercitar as liberdades fundamentais da pessoa, ajuda a um troca fecunda entre as várias culturas [...]» – *Algumas Teses Sobre o Desporto*, pp. 25 e 28.

à taxa de participação desportiva diz respeito. O «*canibalismo desportivo*»²⁷, essa loucura pelo resultado a qualquer preço, o endeusamento do praticante de alto rendimento, os milhões que correm em muitas modalidades, desproporcionais às capacidades do país e do associativismo desportivo, a imagem pública dos dirigentes, a dopagem e a violência estão, colateralmente, a corromper e a corroer os princípios e os valores mais puros e essenciais do desporto educativo. Grave é o facto da escola não se constituir como o contraponto necessário à perigosa, porque deseducativa, mentalidade dominante. Pelo contrário, a Escola tem-se colado e, tendencialmente, repetido a imagem do sistema²⁸. Os sucessivos governos, distantes de um pensamento acerca do futuro não compreenderam, ainda, que a grande obra desportiva não está, por exemplo, na construção ou remodelação de dez novos estádios, por mais agradáveis que por agora sejam em todos os aspectos (arquitectónicos, estéticos, funcionalidade, comodidade e até de monumentalidade), mas num Povo culto, menos sedentário e mais fisicamente activo.

O próprio documento do actual Governo designado por *Jogar pelo futuro: medidas e metas para a década* continua, aliás, a fazer jus ao fraco desempenho do Ministério da Educação. É politicamente inaceitável que o Ministério, por uma questão de rigor, no mínimo, não se tivesse interrogado sobre os posicionamentos estratégicos anteriores e sobre os porquês do sucessivo fracasso das políticas. Trata-se de um documento onde não é perceptível que se deseja romper com a irresponsabilidade histórica vivida na Escola e, inclusive, no seio do desporto escolar, consubstanciada na arrepiante fragilidade dos sucessivos programas de governo e nas trocas e baldrocas que o fizeram deambular, anos a fio, segundo os interesses, entre os Sistemas Educativo e o Desportivo. O anúncio de dez vagas *medidas e metas*, desarticuladas de uma política global que implicaria, necessária e prioritariamente, a **reformulação organizacional e programática da própria Educação Física curricular**, o que me traz à cabeça é que, de facto, o desporto, todo ele, em todos os sectores de prática organizada, continua entregue, salvo excepções, a políticos e dirigentes desportivos sem qualificação e estratégia. Apenas o utilizam como um apetecido bolo em que os

²⁷ Eduardo Galeano escreve, no *Le Monde*, edição 593, Agosto de 2003, um oportuno artigo subordinado ao título: *Futebol – Une industrie cannibale*. Compaginada com as posições de E. Galeano, o Doutor Manuel Sérgio, sintetiza na edição de *O Desporto Madeira* de 27.11.03: «[...] O interesse do capitalismo vigente é querer democratizar na medida em que quer vender. O desporto como mercadoria, a cultura como produto vendável, segundo as leis do mercado, é tudo quanto o capitalismo sabe de cultura e desporto [...]».

²⁸ Tome-se em consideração, por exemplo, a atitude dos jovens futebolistas portugueses (sub-21) que, no final do encontro com a França para o Europeu (18.11.03), destruíram, parcialmente, o balneário do Estádio Gabriel-Montpied, em Clermont-Ferrand. Pergunta-se: qual a sua formação desportiva básica dos jogadores e qual a formação dos dirigentes e técnicos que os acompanharam?. Não aprenderam, certamente, que, no espaço de jogo, lutando até à exaustão, se ganha com generosidade e que se deve manter o bom humor na derrota.

convivas tentam retirar a melhor fatia, borrifando-se, obviamente, para os interesses da população em geral e os dos jovens em particular.

Quando se vê Portugal gastar (não considero um investimento e a factura, pós 2004, prová-lo-á) milhões de Euros no Europeu de Futebol de 2004²⁹ e em tantas organizações desportivas de carácter internacional que muito pouco ou, na maioria das vezes, nada deixam, iniciativas essas desfasadas de um plano global de desenvolvimento, realizadas por pressão e para gáudio de uns quantos e, ao lado, o país confronta-se com uma situação interna que não só é da cauda da Europa na taxa de participação desportiva, mas também de permanente desastre na participação olímpica, eu diria que são inconsequentes as medidas anunciadas³⁰. Elas exprimem que o Ministério continua a não aprender com o passado e não tem noção do que é uma efectiva política de *educação pelo desporto*, da base ao topo e em todos os sectores, áreas e domínios, para que, a prazo, se cumpra o preceito constitucional: «[...] *Todos têm direito à prática do desporto*»³¹.

Por outro lado, é um paliativo, destinado a confundir incautos, o discurso político que acompanhou o anúncio de tais medidas e que colocou, em alternativa, mais desporto ou mais toxicodependência. A prova que assim não é, de resto exemplar pela negativa, está na Região Autónoma da Madeira, onde apesar do significativo aumento do parque infra-estrutural desportivo e de, nos últimos dez anos, terem sido disponibilizados cerca de 450 milhões de Euros de subsídios

²⁹ Dez novos estádios (alguns remodelados) quando, segundo os números apurados pela Deloitte & Touche, a média de espectadores na Liga Portuguesa, por jogo, é de 4.639 (época de 1999/00) e a taxa de ocupação é de, aproximadamente, 23% face a uma capacidade média de 20.364 lugares.

³⁰ O Secretário de Estado do Desporto afirmou, no decorrer do Congresso «O Futuro do Desporto em Portugal» – Maia, 21.11.03, que «[...] o modelo do desporto português está esgotado e já não serve os interesses do desporto moderno e de uma sociedade evoluída [...]». Se, por um lado, é positivo o reconhecimento da situação dramática do desporto português, por outro, não deixa de ser preocupante o facto do governante não assumir que a mudança não está apenas na alteração da Lei de Bases do Desporto, ela própria que continua a defender a Educação Física na Escola e não a Educação Desportiva (Artigo 51.º). E a prova disso está no texto constitucional português que, segundo o Doutor José Manuel Meirim – texto apresentado no Funchal a 04.05.01 – «[...] ser uma das primeiras referências – se não mesmo a primeira – em ambiente democrático, a recolher expressamente, no domínio dos direitos económicos, sociais e culturais, o direito à cultura física e ao desporto». E cita Lopez Garrido, na obra colectiva *Derecho del Deporte* (1992), pág. 39, que salienta o facto da Constituição Portuguesa garantir, pela primeira vez, o direito ao desporto «com o alcance de um verdadeiro direito do Homem». Não é, portanto, pela ausência de consagração de direitos e de uma extensa e complexa legislação sobre o desporto, que Portugal continua sem um rumo e muito distante dos patamares aceitáveis no contexto dos Estados Europeus.

³¹ A mudança de mentalidade está na Escola e não em meras, pontuais e voluntaristas acções, promovidas pelo associativismo, a que costumam designar por «desporto para todos». Não basta um *slogan*, por exemplo, «mexa-se pela sua saúde», quando o problema assume contornos mais vastos, mormente, de desenvolvimento económico e cultural. E que, apesar dos vários constrangimentos, só a Escola poderá ser o motor da mudança, também da mentalidade, e não as meras e pontuais acções promovidas pelo associativismo. Quanto muito deverão ser complementares de uma política e nunca o centro de uma atitude política.

ao associativismo desportivo e a um órgão de comunicação social, a toxicodependência não tenha sido erradicada ou, no mínimo, atenuada. Pelo contrário, tal como o alcoolismo e a criminalidade, disparou para números extremamente preocupantes³². Os problemas são, portanto, outros, são de natureza ideológica, organizacional, económica, social e cultural.

Tudo isto acontece porque o planeamento tem sido secundarizado e não tem existido uma preocupação em determinar uma estrutura lógica de tarefas no tempo, com as suas interdependências sistémicas, os tempos de execução e os sistemas de controlo. Pelo contrário, porque se desrespeitam os princípios do desenvolvimento, o resultado não poderia ser outro, isto é, Portugal, que pela pequenez do espaço territorial deveria ser um exemplo, não se consegue libertar da cauda da Europa³³. Lamentavelmente, o desporto enquanto bem cultural, direito constitucional e produto social e económico foi substituído por um desporto ao serviço de alguns, mormente, de políticos e empresários. Esbanjaram-se e esbanjam-se recursos financeiros e, hoje, continuamos muito longe de uma população desperta para as questões do corpo e da saúde, para as questões estéticas, do belo e da solidariedade, desperta para um desporto criador de hábitos para a vida e promotor, até, da excelência, porque temos também direito ao espectáculo e à representação no quadro das nações, em qualidade e como um dos pressupostos da nossa própria auto-estima.

³² É interessante constatar e motivo para reflexão algumas contradições entre o financiamento ao desporto na RAM e os resultados de natureza social: numa população estimada em 245.011 pessoas (Censos de 2001 – Direcção Regional de Estatística da Madeira), segundo estudos realizados, existem 35.000 alcoólicos, o que significa, aproximadamente, 21,2% se considerarmos o intervalo 15-64 anos ou 17,6% se dilatarmos o intervalo entre os 15 e os que têm mais de 64 anos. No que concerne aos dependentes ou consumidores de drogas, o número eleva-se a cerca de 900 em tratamento num universo de, aproximadamente, 4.000. Por outro lado, não se pode dissociar o volume do financiamento dos indicadores que provam a existência de graves bolsas de pobreza comprovada no facto de vários concelhos se encontrarem entre os vinte mais pobres de Portugal. E que apesar desse quadro, visando a representação da Região aos níveis nacional e internacional, a demografia federada, correspondente ao ano 2001-2002, refira a presença e inscrição de 295 atletas oriundos de Portugal Continental e de outros 30 países, distribuídos pelas modalidades de futebol, andebol, atletismo, badminton, basquetebol, hóquei em patins, ténis, ténis de mesa e voleibol.

³³ O inquérito às razões para o facto de não praticarem desporto, 60% considera por falta de tempo, 45% por não gostar, 30% por ausência de motivação e 25% devido à idade. Estes valores dão que pensar.

A ACTIVIDADE FÍSICA E AS «CULTURAS DE INFÂNCIA»: ASPECTO NEGLIGENCIADO NO MODELO DE FORMAÇÃO DESPORTIVA

Carlos Neto *

Razões de ordem histórica que radicam na biologia humana e psicologia do desenvolvimento, permitem identificar uma grande evolução nos últimos 20-30 anos na emancipação disciplinar do estudo da motricidade em termos evolutivos, o que confere à área disciplinar do *desenvolvimento motor* uma importância científica assinalável em termos nacionais e internacionais.

O estudo relacionado com o desenvolvimento morfológico, estabilidade e mudança de padrões motores, evolução de ajustamentos perceptivo-motores, desenvolvimento de capacidades físicas e a compreensão da influência de factores de natureza sociocultural, são apenas alguns exemplos de tópicos de estudo do comportamento motor em termos de observação e avaliação. A contribuição destas pesquisas tem permitido a construção progressiva de saberes úteis em diversos planos de intervenção profissional: contexto produtivo (Ergonomia), contexto terapêutico (Educação Especial e Reabilitação), contexto artístico (Dança), contexto escolar (Educação Física e Desporto Escolar), contexto de superação motora (Treino Desportivo) e contexto de promoção da saúde (Exercício e Saúde). De forma mais particular, são conhecidas as vantagens em delimitar estratégias de estimulação lúdica e motora (directas e indirectas) desde muito cedo, e as vantagens dessas aprendizagens básicas na futura participação desportiva de jovens e adultos. *A educação física e desporto deve começar mais cedo*, através de políticas integradas e respeitando as características de desenvolvimento da infância.

1. O Estudo do Desenvolvimento Humano

O estudo do desenvolvimento humano seja qual for a faceta considerada (aspecto motor, cognitivo, linguístico, afectivo/emocional, e social) apresenta-se como um fenómeno complexo e global. Principalmente em relação aos primeiros

* Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa.

níveis de desenvolvimento a fundamentação científica é vasta e por vezes dispersa, devido à existência de múltiplos pontos de vista teóricos (1); multiplicidade de abordagens e linhas de investigação (2); dificuldade em estabelecer relações lógicas entre áreas de desenvolvimento humano, compreender o fenómeno da maturação biológica e psicológica e por outro lado o efeito da experiência (prática organizada ou ocasional) (3); e compreensão das modificações e transformações ocorridas ao longo da idade, considerando a estrutura e significado, em paralelo com as alterações do contexto social e cultural que lhe serve de quadro de referência (4). Quando estudamos o desenvolvimento numa perspectiva geral, interessa questionar certos aspectos relacionados com a estabilidade e mudança das aquisições. A este propósito importa referir algumas reflexões sobre diversas metodologias de estudo que se podem sistematizar em diversos pressupostos teóricos sobre o desenvolvimento humano. Segundo Asendorf & Valsiner¹ (1992), podemos destacar algumas destas posições:

- a) a *perspectiva diferencial* considerando as diferenças e assimetrias individuais no plano biológico e cultural;
- b) a *estabilidade versus mudança intra e inter-individual* considerando os ritmos de evolução ou regressão, de acordo com a dinâmica dos sistemas internos e externos implicados;
- c) a *análise centrada no produto versus mecanismos implicados*, considerando as relações de coerência entre comandos centrais e periféricos;
- d) a análise focada no *sujeito, no envolvimento ou no sujeito-envolvimento*, considerando as relações entre nível de rigor, precisão e conceito de validade ecológica.

Quando o objectivo é o estudo da dimensão diferencial, procura-se descrever e interpretar o significado das diferenças inter-individuais, o estudo de populações particulares (grupos, culturas, etc.) e de casos individuais. Se o objectivo é verificar a estabilidade ou mudança de aquisição, os estudos procuram verificar as diferenças entre indivíduos através das mudanças ocorridas em parâmetros do desenvolvimento, focar a direcção da estabilidade ou a direcção da mudança, entender a estabilidade das diferenças individuais e analisar as alterações e mudanças, mas também os fenómenos de regressão ou decréscimo de desenvolvimento. Por outro lado, se o objectivo de estudo do desenvolvimento é centrar a atenção no produto ou nos mecanismos implicados (processo), pretende-se esclarecer por vezes algumas dinâmicas contraditórias; perspectiva descritiva ou explicativa do desenvolvimento e por outro lado a compreensão do comporta-

¹ Asendorf, J.; Valsiner, J. (1992), «Introduction: three dimensions of developmental perspectives», in J. Asendorf; J. Valsiner (Ed.), *Stability and Change in Development*, London, Sage Publications.

mento observável ou dos mecanismos subjacentes que têm lugar no processo. A perspectiva centrada no produto apenas regista as mudanças de desenvolvimento assim que elas têm lugar, não explicando como as novas funções aparecem. Quanto à perspectiva centrada no processo (mecanismos) procura-se entender as noções de equilíbrio, diferenciação e regularidade do comportamento fazendo apelo às relações existentes no jogo de sistemas. Habitualmente as pesquisas centram-se nos estudos de tipo micro-genético. Em último lugar, interessa referir o facto do foco no estudo do sujeito ter dominado o pensamento das pesquisas realizadas em desenvolvimento na maior parte dos casos. São raros os estudos em que se relaciona a idade com a mudança do envolvimento, admitindo-se a dificuldade no controlo das variáveis em presença. O estudo da relação sujeito-envolvimento é praticamente raro e difícil de controlo. Um problema deve ser então colocado segundo esta perspectiva de abordagem do desenvolvimento humano: «é óbvio que a unidade de desenvolvimento é por natureza claramente de índole relacional, mas a análise tende a ser centrada no estudo do sujeito».

É nossa convicção que o estudo do desenvolvimento humano, seja qual for a dimensão ou parâmetro considerado, deve visualizar o indivíduo como um sistema complexo e organizado e vivendo em relações de circunstância num contexto físico e sociocultural. Recentemente uma abordagem do desenvolvimento designada de Teoria Bio-ecológica ou Teoria Ecológica dos Sistemas Dinâmicos; (Bronfenbrenner & Morris, 1999 ²; Krebs, 1995 ³; Bronfenbrenner, 1992 ⁴), tem vindo a demonstrar a importância de se estudar estas mudanças de desenvolvimento baseadas numa visão não linear do processo, uma abordagem não determinista e baseada na compreensão mais exacta dos comportamentos numa perspectiva interactiva e em contextos de vida real.

2. O Estudo do Desenvolvimento Motor

A dimensão do desenvolvimento humano é essencial na fundamentação da ciência (?) da motricidade humana, considerada nas suas vertentes de referência biológica e sociocultural. Deve assinalar-se o aparecimento no fim dos anos 70 e princípios da década de 80, de tendências internacionais particularmente em universidades dos EUA, Canadá e Países Anglo-Saxónicos, na emancipação do comportamento motor como disciplina independente, delimitados os campos do

² Bronfenbrenner, U.; Morris, P. (1999), «The ecology of development process», in J. Gomes Pedro, *Stress e Violência na Criança e no Jovem*, Lisboa, Departamento de Educação Médica e Clínica Universitária de Pediatria, Faculdade de Medicina de Lisboa-UCL.

³ Krebs, R. (1997), *Teoria dos Sistemas Ecológicos. Um Paradigma para o Desenvolvimento infantil*, Santa Maria (Brasil), Universidade Federal de Santa Maria.

⁴ Bronfenbrenner, U. (1992), «Ecological systems theory, in *Six Theories of Child Development. Revised Formulations and Current Issues*, London, Jessica Kingsley Publishers, pp.187-249.

Desenvolvimento Motor, Aprendizagem Motora, Controlo e Performance. Esta mesma perspectiva pode ser visualizada na produção científica através de revistas e manuais da especialidade, nos currículos dos cursos pré e pós-graduados de diferentes Universidades de Educação Física e nas orientações delimitadas pela «Aliança Americana de Educação Física, Recreação e Desporto» (Naspe Motor Development Academy) quanto à importância do desenvolvimento motor como área disciplinar de formação e investigação.

2.1. A Definição Conceptual

O estudo do desenvolvimento motor pretende descrever e explicar a observação das modificações do comportamento motor ao longo da vida (Life Span Motor Development), (Haywood, 1993) ⁵. Apesar de todas as dificuldades de natureza conceptual, entendemos por Desenvolvimento Motor o aspecto do comportamento motor e do controlo motor que está directamente relacionado com o estudo das mudanças ou transformações na «performance motora» durante os diferentes momentos da evolução da vida do indivíduo. Procura-se compreender as alterações progressivas do controlo motor (como decorre de forma evolutiva a mobilização dos mecanismos prévios à acção motora) e comportamento motor (apuramento das modificações – estabilidade e mudanças produtivas nos padrões motores) através da maturação e experiência ao longo da vida (Neto, 1985) ⁶. Várias controversias têm sido desenvolvidas a propósito da definição de Desenvolvimento Motor. Por um lado considera-se as mudanças observadas no comportamento motor de acordo com as diferenças de idade, por outro lado entende-se o Desenvolvimento Motor como um processo em que os sujeitos fazem a aquisição de padrões motores maduros. Esta questão aparentemente contraditória entre as duas definições (relação processo *versus* produto), parece ter vindo a ser resolvida de forma progressiva ao nível conceptual e metodológico nos últimos anos. A definição mais consensual foi apresentada por Clark & Withall (1989)⁷ «Desenvolvimento Motor são as mudanças do comportamento motor ao longo da vida e os processos que lhe estão subjacentes» «e dos factores que afectam essas mudanças» acrescentado por Payne & Isaacs (2001) ⁸.

Quando se estuda o Desenvolvimento Motor (quadro 1), procura-se uma explicação integrada de acordo com o conceito chave de «adaptação», através do estudo das manifestações, mecanismos e factores influentes nas relações entre

⁵ Haywood, K. (1993), *Life span motor development*, 2.^a Ed., Champaign, Human Kinetics Publishers.

⁶ Neto, C. (1985), «Desenvolvimento motor – introdução», in *Ludens*, 9, 2, 1.

⁷ Clark, J. E.; Whitall, J. (1989). What is motor development? The Lessons of history. *Quest*, 41, 183-202.

⁸ Payne, V. G.; Isaacs, L. D. (2001), *Human Motor Development: a Lifespan Approach*, Mayfield, Mountain View, CA.

desenvolvimento e aprendizagem, ecologia e crescimento, génese dos padrões motores e jogo e desenvolvimento, através da evolução de uma visão fragmentada, dispersa e prescritiva para uma convergência multidisciplinar com coerência interpretativa e explicativa.

Esta convergência é necessária e prioritária para verificar o impacto recente no desenvolvimento motor de variadas influências sociais e culturais, considerando as grandes mudanças que se têm verificado nos últimos anos (contexto familiar, contexto escolar e contexto social) nas Sociedades Modernas. Neste sentido, o estudo do Desenvolvimento Motor procura aproximações no âmbito das Ciências Sociais, através do modo como os quotidianos de vida e a vivência do território (vida activa) influenciam de forma decisiva a aquisição de repertórios motores.

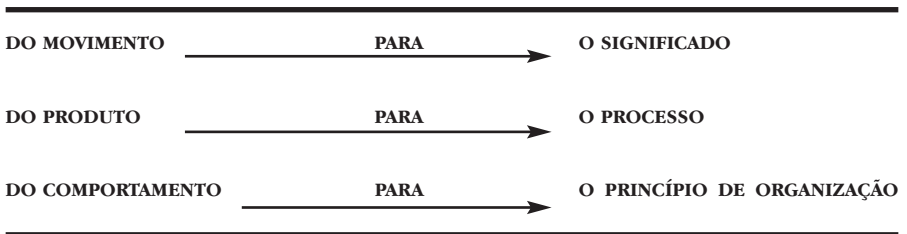
QUADRO 1
Caracterização de Dimensões de Estudo em Desenvolvimento Motor

ESTUDA	
<ul style="list-style-type: none"> • As Manifestações do Desenvolvimento • Os Mecanismos do Desenvolvimento Motor • Os Factores Relevantes do Desenvolvimento 	
INVESTIGA	
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento e Aprendizagem • Ecologia e Crescimento • Génese dos Padrões Motores • Jogo e Desenvolvimento 	
EVOLUI DE UMA	
VISÃO.....PARA	
<ul style="list-style-type: none"> • Fragmentada em Grandes Áreas do Conhecimento 	<ul style="list-style-type: none"> • Convergência Multidisciplinar
<ul style="list-style-type: none"> • Dispersa em Múltiplos Aspectos de Desenvolvimento 	<ul style="list-style-type: none"> • Coerência Interpretativa
<ul style="list-style-type: none"> • Descritiva/Prescritiva 	<ul style="list-style-type: none"> • Descritiva/Explicativa

Nesta perspectiva, o desenvolvimento da motricidade é o conjunto das transformações de resposta, entendidas numa base diacrónica, e constatáveis ao nível dos movimentos, das qualidades físicas e motoras e das actividades humanas na adaptação às variações do meio físico e social. É um processo decididamente dependente da maturação, do crescimento e da aprendizagem.

2.2. O Objecto e Âmbito de Estudo

Os cursos técnicos e universitários relacionados com a formação, investigação e intervenção profissional no âmbito da *mobilidade corporal e adaptação ao meio físico e social*, estudam o Desenvolvimento Humano através da motricidade, na interacção dos mecanismos biológicos com os valores socioculturais. São em mais detalhe, estudados os mecanismos adaptativos que podem ser identificados ao nível morfológico, maturacional, lúdico e motor, numa abordagem diacrónica. O objectivo de estudo do desenvolvimento motor (sentido amplo do termo) tem a ambição de situar os vectores nucleares da ontogénese do «Homo Sapiens», esclarecendo o significado dos padrões de mudança e de estabilidade que ocorrem em função das variações inter e intraindividuais (Vansant, 1989)⁹. Em sentido mais restrito, verifica-se uma tendência evolutiva do estudo do desenvolvimento motor mais centrada na compreensão do significado do movimento, do processo por relação ao produto e do princípio de organização na análise do comportamento.



3. O Estudo da Infância : A Paixão dos Investigadores

Se é certo que nas primeiras idades o desenvolvimento se processa a partir de uma estimulação casual, explicado como parte de um processo maturacional que resulta da imitação, tentativa e erro e liberdade de movimento, é também verdade que as crianças, quando expostas a uma estimulação organizada, em que as circunstâncias sejam apropriadamente encorajadoras, as suas capacidades e habilidades motoras tendem a desenvolver-se para além do que é normalmente esperado (Lopes, 1997¹⁰; Neto & Piéron, 1993¹¹; Neto, 1987¹²). No âmbito da

⁹ Vansant, A. (1989), «A lifespan concept of motor development», in *Quest*, Vol. 41, pp. 224-234.

¹⁰ Lopes, V. (1997), *Análise dos efeitos de dois programas distintos de educação física na expressão da aptidão física, coordenação e habilidades motoras em crianças do ensino primário*, Porto, UP, Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Tese de Doutoramento.

¹¹ Neto, C.; Piéron, M. (1993), «Apprentissage et comportement d'enfants dans des situations visant l'acquisition d'habiletés motrices fondamentales», in *Revue de L'education Physique*, 1, pp. 27-36.

¹² Neto, C. (1987), *Motricidade e desenvolvimento: estudo do comportamento de crianças de 5-6 anos relativo à influência de diferentes estímulos pedagógicos na aquisição de habilidades*

motricidade infantil os anos críticos para a aprendizagem das habilidades motoras situam-se entre os 3 e os 9/10 anos de idade. Depois, talvez nada do que nós aprendemos seja completamente novo. Os anos seguintes são a continuação do processo de evolução dos «standards» da maturação (Pangrazi, Chmokos & Massoney, 1981) ¹³.

Tendo em atenção as características do crescimento e desenvolvimento motor nestes níveis de escolaridade (3 aos 10 anos), a literatura científica produzida até ao momento, indica-nos várias áreas do desenvolvimento humano em que a prática de actividades motoras (através dos efeitos produzidos pelo exercício físico, jogo ou habilidades motoras) têm um efeito evidente: no *desenvolvimento físico* (ósseo, muscular, cárdio-vascular e controlo da obesidade); no desenvolvimento de *habilidades não-locomotoras* (posturais), *locomotoras* (transporte do corpo) e *manipulativas* (controlo e transporte de objectos); no *desenvolvimento perceptivo-motor* (imagem corporal, direcionalidade, afinamento perceptivo e estruturação espacial e temporal); no *desenvolvimento do autoconceito* (físico, académico, estima pessoal, etc.) e no *desenvolvimento psico-social, estético e moral*, referente à melhoria do ajustamento social e da estabilidade emocional (Williams, 1983 ¹⁴; Cratty, 1986 ¹⁵; Haubenstricker & Seefeldt, 1986 ¹⁶; Malina & Bouchard, 1991 ¹⁷; Neto, 1996 ¹⁸; Gallahue & Ozmun, 1995 ¹⁹; Gabbard, 1996 ²⁰).

Considerando as áreas anteriormente referidas, é possível conceber programas que incluam uma grande diversidade de actividades motoras e desportivas direccionadas para os primeiros níveis de escolaridade, apesar das diferenças (interesses e motivações, género, grau de desempenho motor, etc.) competências e constrangimentos sociais existentes. A implementação da Educação Física e Desporto na Escola, com particular relevo para as primeiras idades, reveste-se de uma enorme importância para a formação das crianças, num momento intrigante deste fim de século em que assistimos a uma progressiva restrição de experiências lúdicas e motoras nesta fase crucial do desenvolvimento humano.

fundamentais de manipulação, Tese de Doutoramento, Lisboa, UTL, Instituto Superior de Educação Física.

¹³ Pangrazi, B.; Chmokos, N.; Massoney, D. (1981), «From theory to practice», in A. Morris «Motor Development, Theory into Practice. *Quest*, pp. 67-71.

¹⁴ Williams, H. G. (1983). *Perceptual and motor development*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall.

¹⁵ Cratty, B. J. (1986), *Perceptual and motor development in infants and children*, Englewood Cliffs, NJ, Prentice Hall.

¹⁶ Haubenstricker, J.; Seefeldt, V. (1986), «Acquisition of motor skills during childhood», in V. Seefeldt (Ed.), *Physical Activity and Well-Being*, Reston, VA, AAHPERD.

¹⁷ Malina, R.; Bouchard, C. (1991), *Growth, maturation, and physical activity*, Champaign, Human Kinetics.

¹⁸ Neto, C. (1996), *Motricidade e jogo na infância*, Rio de Janeiro, Editora Sprint.

¹⁹ Gallahue, D.; Ozmun, J. (1995), *Understanding motor development*, 3.^a Ed. Brown; Benchmark.

²⁰ Gabbard, C. P. (1996), *Lifelong motor development*, 2.^a Ed., Brown & Benchmark.

O estudo da evolução de acções motoras coloca-se como o domínio de investigação mais tentador à compreensão dos factores diversos que influenciam o processo evolutivo da criança em relação ao seu contexto social e cultural de vida. Pretende-se a compreensão das razões que presidem à estruturação progressiva da motricidade ao longo do tempo e o conjunto de factores que influenciam tal processo em termos qualitativos e quantitativos. É dado um relevo especial ao desenvolvimento de habilidades motoras (movimentos reflexos, rudimentares, fundamentais, de transição e específicos) de acordo com no modelo desenvolvido por Gallahue (1995)²¹. Considerando-se importante os conceitos de estádio e transição de fase, podem ser descritas com bastante segurança as sequências evolutivas dos movimentos desde a fase intra-uterina até à senescência. Uma particular atenção tem sido dada à evolução da aquisição da marcha e evolução das formas de preensão, e a sua estruturação posterior em padrões motores mais maduros (movimentos posturais, locomotores e manipulativos). Estas habilidades motoras fundamentais são estudadas do ponto de vista quantitativo ou produto (score) e qualitativo ou processo (forma), identificando-se os seus níveis evolutivos. É possível utilizar hoje em dia instrumentação robusta através de diversos métodos de análise e sistemas de observação dos movimentos quanto ao «processo»: por componentes separadas (Roberton, 1985²²), por avaliação global (Haubenstricker & Seefeldt, 1986)²³, avaliação por níveis (McClenaghan & Gallahue, 1985)²⁴ e avaliação de erros mais comuns (Neto, 1987)²⁵. Os aspectos relacionados com o controlo e aprendizagem e ensino de actividades físicas, apresentam também um largo campo de investigação internacional.

O estudo do desenvolvimento perceptivo-motor é também uma matéria importante para se compreender como estas aquisições motoras evoluem, visto estarem dependentes e relacionadas com a possibilidade de tratamento de informação e com os processos sensoriais, cognitivos e perceptivos (Barreiros, Melo, & Sardinha, 2000²⁶; Barreiros & Sardinha, 1996²⁷; Barreiros, 1995²⁸). Um inte-

²¹ Gallahue, D. L. (1995), «Motor Development», in J. Winnick (Ed.), *Adapted Physical Education and Sports*, Champaign, IL, Human Kinetics.

²² Roberton, M. A. (1985), «Changing motor patterns during childhood», in J. K. Thomas (Ed.), *Motor Development During Childhood and Adolescence*, Minneapolis, Burgess.

²³ Haubenstricker, J.; Seefeldt, V. (1986), «Acquisition of motor skills during childhood», in V. Seefeldt (Ed.), *Physical Activity and Well-Being*, Reston, VA, AAHPERD.

²⁴ Mc Clenaghan, B.; Gallahue, D. (1985), *Movimientos fundamentales: su desarrollo y rehabilitación*, Buenos Aires, Editorial Médica Panamericana.

²⁵ Neto, C. (1987), *Motricidade e desenvolvimento: estudo do comportamento de crianças de 5-6 anos relativo à influência de diferentes estímulos pedagógicos na aquisição de habilidades fundamentais de manipulação*, Tese de Doutoramento, UTL, Instituto Superior de Educação Física, Lisboa.

²⁶ Barreiros, J.; Melo, J.; Sardinha, L. (2000), *Percepção & Acção III*, Lisboa, Edições FMH.

²⁷ Barreiros, J.; Sardinha, L. (1996), *Percepção & Acção II*, Lisboa, Edições FMH.

²⁸ Barreiros, J. (1995), *Percepção & Acção*, Lisboa, Edições FMH.

resse especial tem sido colocado, no estudo da formação da imagem corporal, evolução da lateralidade, estruturação da percepção espacial / temporal e da percepção de objectos. Assim decorrem diversas teses interpretativas sobre as influências da maturação e aprendizagem no desenvolvimento perceptivo-motor e a descrição e interpretação das várias aquisições de acordo com o aumento da capacidade para tratar e processar informação, e a sua dependência dos processos de maturação nervosa, das alterações da memória e das modificações do sistema sensorial dominante (alterações na hierarquia, capacidade de discriminação e integração). O estudo da percepção visual na organização do movimento é um dado crucial como uma variável decisiva, entre outras, na linha de investigação que tem vindo a ser desenvolvida recentemente no quadro de estudos sobre *percepção & acção* ²⁹.

O estudo da evolução das acções motoras em contextos de jogo (actividade de jogo livre), tem emergido como uma nova linha de investigação, considerando as mudanças ocorridas nas Sociedades Modernas. Nos últimos anos temos vindo a assistir a grandes mudanças sociais e aumento de hábitos sedentários da população, especialmente ao nível dos contextos de vida diários das crianças, devido ao fenómeno da mobilidade social, crescente envolvimento electrónico, implementação de rotinas de vida excessivamente organizadas (agendas!), densidade e tráfego urbano, provocando o aumento da restrição de espaço disponível para as actividades de rua e como consequência a insegurança crescente no meio escolar e habitacional (Neto, 1994 ³⁰, 1997 ³¹). Esta situação tem provocado de forma drástica a diminuição de actividades de jogo livre das crianças por relação à crescente institucionalização de actividades estruturadas do tempo de lazer (escolas paralelas!). A exploração da natureza (mundo natural) e as expe-

²⁹ Desde que J. J. Gibson apresentou os fundamentos de uma concepção directa da percepção, em larga medida a partir de uma abordagem da percepção visual, que se tornou evidente a característica de reciprocidade entre percepção e acção. Esta abordagem pouco ortodoxa para a época permitiu o desenvolvimento de uma razoável quantidade de trabalho experimental, como um incremento interessante em anos mais recentes. De facto a partir dos anos 80 foram publicados alguns artigos fulcrais que procuram encontrar modos mais parcimoniosos de resolução da função perceptiva. São de referir pela sua relevância os trabalhos orientados por Whiting, na Universidade Livre de Amesterdão (Beatrix Vereijken), os trabalhos de David Lee, de Edimburgo e de Warren nos E.U.A. Dois aspectos merecem algum destaque: o papel da visão na organização motora de acções de intercepção, matéria de grande complexidade e que reúne a atenção de diversos investigadores e a questão da noção de *affordance* e de referência de escala corporal (*body-scale references*). A percepção dos limites corporais e das capacidades de acção surge como um elemento essencial para a compreensão da compatibilidade das acções desde a infância. São referências interessantes os estudos sobre a percepção dos declives em planos inclinados, a percepção da altura de degraus ou de cadeiras, para subir ou sentar, a percepção de distâncias ou obstáculos transponíveis, etc.

³⁰ Neto, C. (1994), «A família e a institucionalização dos tempos livres», in *Ludens*, 14,1, pp. 5-10.

³¹ Neto, C. (1997), «Tempo & espaço de jogo para a criança: rotinas & mudanças sociais», in C. Neto (Ed.), *O jogo e o desenvolvimento da criança*, Lisboa, Edições FMH, pp. 10-22.

riências de grupo de amigos em jogos espontâneos e dinâmicas de aventura, são progressivamente mais limitadas e substituídas por outras mais apropriadas ao controlo da corpo e do espaço de acção. O paradoxo parece óbvio: considera-se essencial a necessidade de jogo e actividade física nesta fase de desenvolvimento, visando a criação de hábitos saudáveis para uma vida activa, mas as soluções encontradas passam na maior parte dos casos pela programação rígida da gestão do tempo e espaços de actividade, segundo a oferta de agências especializadas em tempos livres para crianças.

A apreciação das rotinas de vida e independência de mobilidade³² de crianças nos meios urbanos, permitem concluir, que a inactividade física tem vindo a aumentar de forma considerável nos últimos anos (Serrano & Neto, 1997³³; Neto, 2001³⁴; Bogin, 1999³⁵; Piéron, 1999³⁶). Estes estudos confirmam que o nível de «independência de mobilidade» no espaço físico por parte das crianças nos percursos casa-escola, conhecimento das características dos espaços próximos e percepção e memória dos locais de jogo, têm vindo a diminuir largamente quando consideramos «as culturas de vida lúdica das crianças» nas grandes cidades. As actividades de exploração do espaço físico são particularmente importantes no desenvolvimento de representações cognitivas do envolvimento e essenciais para a organização de um sistema coordenado de referências (Kyttä, 1995)³⁷. A ausência destas experiências por parte das crianças, sem capacidade de independência no seu envolvimento físico, leva-nos a suspeitar que muitas delas apresentam um repertório lúdico empobrecido, níveis preocupantes de sedentarismo e uma problemática capacidade de adaptação a novas situações. É sabido que as estratégias de adaptação ao meio físico e social são estruturadas desde muito cedo, através do jogo de actividade física (Physical Activity Play), entendido como uma manifestação do comportamento motor de forma moderada ou intensa, envolvendo uma actividade simbólica ou de jogo de regras e

³² Desenvolvimento ao longo do tempo de uma representação consistente do espaço físico (memória, percepção e identificação) e de liberdade progressiva de acção no espaço quotidiano de vida (Neto, 1999).

³³ Serrano, J.; Neto, C. (1997), «As rotinas de vida diária das crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 10 anos nos meios rural e urbano», in C. Neto (Ed.), *O jogo e o desenvolvimento da criança*, Lisboa, Edições FMH, pp. 207-226.

³⁴ Neto, C. (2001), «Aprendizagem, desenvolvimento e jogo de actividade física», in M. Graça Guedes (Ed.), *Aprendizagem Motora: Problemas e Contextos*, Lisboa, Edições FMH, pp. 193-220.

³⁵ Bogin, B. (1999), «Play and human childhood: their evolution and risks in the modern world», in C. Neto (Ed.), *Play and Community-Play & Physical Activity. Proceedings of XIV IPA World Conference*, Lisboa, Edições FMH (admitido para publicação).

³⁶ Piéron, M. (1999), «Physical activity of youth and games», in C. Neto (Ed.), *The Community of Play. Play & Physical Activity. Proceedings of XIV IPA World Conference*, Lisboa, Edições FMH (no prelo).

³⁷ Kittä, M. (1995), «The affordances of urban, small town, and rural environments». Communication presented in the International Conference, *Building Identities – Gender Perspectives on Children and Urban Space*, Amsterdam: Gender Studies Department of the Royal Dutch Geographical Society.

realizado de forma individual ou colectiva. Nesta perspectiva, o jogo de actividade física apresenta duas dimensões importantes e ao mesmo tempo paradoxais no desenvolvimento humano: exercitação da função e intencionalidade (Pellegrini & Smith, 1998) ³⁸.

Esta progressiva diminuição de estimulação ocasional, coloca um desafio enorme quanto à valorização do jogo em situações educativas, nos recreios escolares, ao redor da habitação e em outros espaços de jogo comunitários. A questão principal reside em compreender o significado das actividades de jogo de actividade física no desenvolvimento da criança, as oportunidades de prática e encorajamento que lhe são oferecidas em função das suas necessidades e a complexidade de estilos de vida a que estão sujeitas no dia a dia. A criação de envolvimento de jogo no desenvolvimento e educação da criança é afectado por uma multiplicidade de variáveis, muitas das quais podem ser manipuladas especialmente por educadores e «designers». A necessidade de promover a qualidade do jogo numa perspectiva ecológica, implica a reformulação e alteração de estratégias em diversos contextos de acção.

Esta é uma questão da maior actualidade na abordagem do estudo do desenvolvimento infantil. Que padrões de sedentarismo e stress caracterizam o perfil dos quotidianos das crianças que vivem hoje nas grandes cidades? Como evoluem, decrescem ou se mantêm os padrões de actividade física ao longo da vida, através de actividades formais e informais? Qual o papel da família, da escola e da comunidade no incentivo de crianças e jovens mais activas e consequentemente mais saudáveis? Que tempo e espaço é disponibilizado no dia-a-dia às crianças e jovens (e também aos pais!!!) para exercitarem esta função biológica e social, como se observa em todas as outras espécies animais? Como conciliar o nível de segurança e a margem de risco corporal nas actividades de jogo informal na cidade? Parece deduzir-se pelos estudos já realizados, que se torna urgente fomentar estilos de vida activos desde a infância (educação para a saúde), criando condições de estimulação oferecidos pela intervenção directa dos pais (interacção parental), pelas escolas (espaços de recreio e educação física e desporto escolar), e pela comunidade (ruas livres de trânsito, espaços verdes, espaços e equipamentos de jogo e recreio, projectos de animação com especialistas ou «Playworkers»).

4. Desenvolvimento Motor, Culturas de Infância e Projectos de Acção

Torna-se urgente *cruzar fronteiras de saberes entre especialistas* ao nível dos conhecimentos pedagógicos, técnicos e científicos, relacionados com o desenvolvimento e aprendizagem humana, de modo a tornar possível um novo

³⁸ Pellegrini, A.; Smith, P. (1998), «Physical activity play: the nature and function of a neglected aspect of play», in *Cbild Development*, 69, 3, pp. 577-598.

entendimento sobre o efeito das mudanças sociais e a emergência de novas estratégias de intervenção na infância e adolescência. Algumas linhas de estudo e intervenção, deveriam no futuro, ser seguidas com o objectivo de esclarecer os obstáculos existentes às possibilidades de acção e desenvolvimento da cultura lúdica e motora na infância, relacionada com o envolvimento físico e social:

- 1) Estudar as relações entre desenvolvimento motor e a qualidade do espaço de jogo. O objectivo será definir uma perspectiva multidimensional para o espaço e equipamento de jogo (perspectiva integrada) através da criação de condições de estimulação sensorial, perceptiva, motora, cognitiva, estética e social, ultrapassando as velhas concepções de espaços tradicionais que se encontram habitualmente num estado de elevada degradação;
- 2) Ouvir as crianças quanto a motivações e expectativas relacionadas com actividades físicas e motoras, considerando os seus quotidianos de vida. O objectivo será definir tipos de iniciativas relativamente aos espaços de jogo e actividade física, seguindo um critério interdisciplinar e científico, considerando a relação entre espaços de jogo contemporâneos e de aventura (Frost & Klein, 1979) ³⁹;
- 3) Caracterizar a tipologia de espaços e equipamentos em relação às formas de exploração lúdica e motora das crianças. O objectivo será definir modelos de espaços de jogo de acordo com objectivos (polivalente), relações sociais, diferenças de idade, exigências funcionais, critérios de uso (durabilidade, quantidade de espaço, e tipo de equipamento) e a capacidade e limite das acções de jogo (avaliação técnica, financeira e médica);
- 4) Avaliar o efeito no comportamento motor e lúdico de equipamentos e materiais naturais, artesanais, industriais e didácticos. O objectivo será definir adequadamente critérios de avaliação do planeamento (objectivo, local, equipamento, modelo de gestão, tipo de actividades e modelos funcionais), a sua execução (construção do equipamento, preparação das superfícies de impacte, implementação das características do espaço físico) de acordo com as normas internacionais de segurança para espaços e equipamentos de jogo e recreio;
- 5) Elaborar estudos sobre o levantamento das rotinas de vida e nível de independência de mobilidade (vivência do território) das crianças e jovens, de acordo com as características sociais e culturais dos contextos

³⁹ Frost, J.; Klein, B. (1979), *Children's play and playgrounds*, Boston, Allyn and Bacon.

em que vivem. O objectivo será procurar com mais precisão: melhores modelos de planeamento urbano, localização dos espaços de jogo (zonas habitacionais, escolares, hospitalares e centros de saúde, de diversão pública, rodoviárias, de jardins públicos, etc.) os factores influentes (sociais e culturais, infra-estruturas e dados topográficos, demografia, clima, tipo de acessos, nível de protecção e segurança, iluminação, tipo de materiais, etc.);

- 6) Estudar os indicadores estratégicos de políticas para a infância no âmbito da promoção de estilos de vida activos e valorização do património motor das crianças. O objectivo será definir a mobilização da comunidade local e participação das estruturas municipais em todas as fases de desenvolvimento dos projectos relacionados aos espaços de jogo, recreação e desporto, não esquecendo a colaboração das crianças e das famílias;
- 7) Realizar estudos de observação sobre a estimulação motora e lúdica dentro de casa (atitudes parentais) e fora de casa (espaços de jogo ao ar livre). O objectivo será compreender como acontece a gestão de tempos, de actividades e espaços e o seu impacto no desenvolvimento motor. Uma atenção especial deve recair nas diferenças de género, de idade, de classe social e de contexto cultural;
- 8) Mobilizar as instituições Universitárias e Não Governamentais na organização de cursos de especialização ou pós-graduados sobre a *criança, jogo & desenvolvimento motor* (especialistas em desenvolvimento motor, animadores lúdicos, educadores do jogo, líderes de jogo, etc.), capazes de assegurar conhecimentos sobre formas de actividade, ocupação de espaços, tipos de animação, concepção e segurança de materiais e equipamentos, fiscalização de espaços de jogo e gestão de projectos lúdicos e recreativos.

A actividade de brincar na infância é, com efeito, um problema essencial nas sociedades contemporâneas ou pós-industriais, nas quais o assunto do espaço disponível e tempo de lazer, deve ser reconsiderado de acordo com as mudanças sociais, e a mobilidade populacional existente nas cidades, vilas, e aldeias. Embora possamos notar uma grande evolução no aparecimento dos «espaços de jogo e lazer temáticos» (disneylândia, parques aquáticos, parques de diversões, etc.) que se enquadram em dinâmicas empresariais de tipo multinacional (perspectiva de negócio do uso do tempo livre), será útil a conciliação com uma abordagem pedagógica em actividades de descoberta, exploração e confronto com o espaço físico natural (risco e aventura) existente e disponível no espaço urbano. Os espaços de jogo e aventura ao ar livre destinado a crianças e jovens devem ser dimensionados de acordo com níveis de decisão em que todos os elementos estejam implicados

no processo (estruturas comunitárias e políticas, especialistas de educação e saúde, arquitectos, economistas e gestores de projectos, pais e crianças, etc.) Nas últimas décadas assiste-se a uma progressiva sensibilidade política e social sobre o significado dos quotidianos de vida e culturas específicas de infância e também a defesa do direito da criança ao jogo, embora não exista de forma satisfatória uma legislação capaz de ultrapassar a dicotomia entre o espaço habitacional e social, de acordo com o crescimento populacional e os problemas relacionados com as dimensões da rede urbana.

5. Conclusão

A interpretação das disposições aprovadas na Convenção dos Direitos da Criança (ONU), bem como a Declaração da Associação Internacional para o Direito de Brincar (Viena, IPA, 1982) ⁴⁰, levam-nos a considerar da necessidade de pensar sobre este tema numa perspectiva universal, bem como especificar a diversidade das suas realidades sociais e culturais. Um olhar atento sobre a defesa destes direitos não pode conviver com soluções corporativas ou conservadoras. A necessidade de espaço e tempo para a criança brincar, de forma livre e espontânea, depende em larga medida da necessidade de tempo e espaço para a família. As características da Sociedade Pós-Industrial (padrões de vida sedentária, «stress» emocional, maus hábitos de vida, e inactividade física) e o nascimento de uma Sociedade de Informação, implica uma estratégia nova na visualização das diferentes estruturas sociais (a família, a escola, o trabalho e a comunidade) a partir de políticas integradas e procurando a harmonização possível, visando a qualidade de vida de todos os cidadãos (Neto, 1998) ⁴¹. Algumas medidas podem ser tomadas neste sentido ⁴².

⁴⁰ International Association for the Children's Right to Play – IPA (1982), *World Conference Resolutions 1964 – 1996*, E.U.A., IPA.

⁴¹ Neto, C. (1998), «O desenvolvimento da criança e a perspectiva ecológica do jogo», in R. Krebs; F. Copetti & T. Beltrame (Eds.), *Discutindo o desenvolvimento infantil*. Livro Annual, Santa Maria, SIEC.

⁴² 1 – Serem redimensionados novos modelos de *construção das áreas residenciais*, procurando na medida do possível, definir condições para as crianças jogarem em liberdade e segurança, e assegurarem os dispositivos de acção que estimulem os parâmetros fundamentais do seu desenvolvimento motor, cognitivo e social.

2 – Aproveitem-se as *potencialidades das escolas e edifícios públicos* para o desenvolvimento lúdico da comunidade. Os espaços de recreio poderiam com a intervenção de especialistas, criar um melhor ambiente com mais jogos construtivos e menos tumultos. Após o período de aulas e durante as férias os espaços de jogo deveriam ser abertos à vizinhança.

3 – O planeamento de espaços de jogo para crianças é um assunto muito sério. A *participação activa das crianças* no planeamento, projecto e direcção do espaço urbano é uma garantia eficaz para a sua frequência, manutenção, e animação quanto ao acesso e participação em grupo.

4 – O futuro do *planeamento urbano* deveria considerar as culturas específicas de infância e de jovens quanto ao acesso aos espaços de jogo perto das áreas residenciais ou de espaços públicos

O êxito de um bom desenvolvimento motor, lúdico e desportivo das crianças não é um problema exclusivo da responsabilidade do trabalho dos profissionais de Educação Física e Desporto (diversos contextos de acção), nem das Agências especializadas em programas estruturados destinados à infância. O problema é mais global e implica uma resposta adequada de políticas para a infância que sejam realistas e capazes de ultrapassar as barreiras sociais actualmente existentes. A questão do desenvolvimento motor na infância passa pelo estudo centrado nos seus actores (compreensão dos seus quotidianos de vida) e da identificação dos constrangimentos biológicos e sociais existentes na Sociedade Moderna. Está ainda por elaborar um *modelo sociológico do desenvolvimento da motricidade*, capaz de dar resposta à diversidade de motivações e necessidades da infância do século XXI. A emergência das políticas centradas na Infância estão na ordem do dia através das decisões de Organizações Não Governamentais e de diversos Países Democráticos defensores dos direitos das Crianças. No entanto, a valorização do estudo das «Culturas de Infância» do ponto de vista da Educação Física e Desporto encontra-se num estado pouco desenvolvido no que respeita à formação de especialistas, à investigação científica e à intervenção pedagógica, terapêutica e artística. Uma visão estratégica do desenvolvimento desportivo, passa por criar as condições de estimulação formal e informal de actividades lúdicas, motoras e recreativas apropriadas a todas as crianças, independente do seu nível de habilidade ou de aptidão física. Assegurar as aprendizagens motoras básicas é uma condição fundamental para o sucesso progressivo de um modelo desportivo consistente e democrático. As crianças necessitam ser compreendidas quanto às suas motivações, interesses e necessidades, quanto a uma vida mais activa e mais participativa na escola, na comunidade e na família.

A independência de mobilidade das crianças nos meios urbanos (Serrano, 2004⁴³; Malho & Neto, 2004⁴⁴; Neto, 1999⁴⁵; O'Brian & Rustin, 2000⁴⁶; Arez &

exclusivamente dedicados à recreação, desporto e tempos livres. Onde não existam espaços de jogo deveriam ser desenvolvidos espaços alternativos como corredores, estradas e baldios, após se assegurar a segurança da criança.

⁴³ Serrano, J. (2004), *Mudanças sociais e estilos de vida no desenvolvimento da criança: estudo do nível de independência de mobilidade e da actividade física nas rotinas de vida quotidiana em crianças de 8, 10 e 12 anos de idade no meio urbano*. Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana.

⁴⁴ Malho, M.; Neto, C. (2004). *A criança e a cidade: rotinas de vida e percepção do espaço urbano*. Comunicação apresentada no 8^{ème} Congrès International des Villes Éducatrices: Une autre ville est possible. L'avenir de la ville comme projet collectif. Genova.

⁴⁵ Neto, C. (1999), «O jogo e os quotidianos de vida da criança», in R. Krebs, F. Copetti; T. Beltram (Eds.), *Perspectivas para o Desenvolvimento Infantil*, Santa Maria (Brasil), Edições SIEC – Santa Maria, pp. 49-66.

⁴⁶ O'Brien, M., Jones, D.; Rustin, M. (2000), «Children's independent spatial mobility in the urban public realm», in *Childhood*, 7, 3, pp. 257-277.

Neto, 1999⁴⁷; Vercesi, 1999⁴⁸; Heurlin-Norinder, 1996⁴⁹; Kittä, 1995⁵⁰; Van Der Spek & Noyon, 1995⁵¹; Neto, 1992⁵²; Hillman & Adams, 1992⁵³; Sandels, 1975⁵⁴) está deste modo, associada a uma série de factores complexos, que passam por uma boa definição de decisões governamentais e municipais sobre políticas centradas na infância. O espaço para brincar com autonomia pessoal na cidade do futuro, inclui a reabilitação da rua como lugar de encontro, a reorganização dos locais de transição com qualidade ambiental e a renovação do espaço de recreio na escola numa perspectiva diferente da actual. Em todas estas situações, é impossível pensar num tempo e espaço padrão como a única alternativa. O futuro é plural e não vejo possível a existência de práticas lúdicas corporais e espaços de acção com uma formatação excessivamente padronizada e obsessiva. É urgente procurar novas linguagens e modelos de referência apropriados ao mundo actual da infância e juventude para compreendermos as necessidades de brincar e jogar ao longo da vida do homem.

⁴⁷ Arez, C.; Neto, C. (1999), *The study of the independent mobility and perception of the physical environment in rural and urban children*, Paper presented in XIV IPA World Conference, «The Community of Play», Lisbon, Faculty of Human Kinetics.

⁴⁸ Vercesi, M. (1999), *Milan: a city at play? A survey of the independent mobility of children*. Paper presented in XIV IPA World Conference «The Community of Play», Lisbon, Faculty of Human Kinetics.

⁴⁹ Heurlin-Norinder, M. (1996), «Children, environment and independent mobility», Study included in the project *Children-Traffic-Environment*, Education Institute of Stockholm.

⁵⁰ Kittä, M. (1995), *The affordances of urban, small town, and rural environments*. Communication presented in the International Conference, «Building Identities – Gender Perspectives on Children and Urban Space», Amsterdam, Gender Studies Department of the Royal Dutch Geographical Society.

⁵¹ Van Der Spek, M.; Noyon, R. (1995), *Children's freedom of movement in the streets*. Communication presented in the International Conference, «Building Identities – Gender Perspectives on Children and Urban Space», Amsterdam, Gender Studies Department of the Royal Dutch Geographical Society.

⁵² Neto, C. (1992), «The present and future perspectives of play and playgrounds in Portugal», in *Ludens*, 12, 3-4, pp. 83-89.

⁵³ Hillman, M.; Adams, J. (1992), «Children's freedom and safety», in *Children's Environments*, 9, 2, pp. 11-22.

⁵⁴ Sandels, S. (1975), *Children in traffic*, Londres, Elek Books.

A ALTA COMPETIÇÃO E A LEI: QUE RELAÇÃO?

Maria José Carvalho *

No âmbito do reforço da dimensão internacional do desporto, o Governo promoverá: a aposta clara no desenvolvimento do desporto de alta competição; o investimento no projecto olímpico e paraolímpico, através de um planeamento que abranja três ciclos olímpicos; o reforço do apoio à preparação e participação de atletas ou equipas de clubes em competições internacionais [...]

Programa do XV Governo Constitucional

1. Introdução

Portugal, com apenas 90 mil K² de território e uma população de pouco mais de dez milhões de habitantes, tem, contudo, assinalado grandes feitos desportivos através da prestação de atletas e equipas internacionalmente excepcionais.

Futebolistas como Eusébio ou Luís Figo, atletas olímpicos medalhados como Carlos Lopes, Rosa Mota ou Fernanda Ribeiro, ciclistas como Joaquim Agostinho, assim como as equipas/selecções de futebol, vela, hipismo, hóquei em patins ou andebol têm, a par de outros exemplos, constituído os arautos da alta competição em Portugal ao longo dos tempos e contribuído para a afirmação do nosso país no panorama desportivo internacional.

Porém, apenas no último terço do século XX é que Portugal revelou uma política desportiva direccionada para a alta competição. Ainda que tenhamos participado pela primeira vez nos Jogos Olímpicos de Estocolmo, em 1912, em tempos de regime republicano, nem este nem o regime que se lhe seguiu, o da ditadura de Salazar que perdurou quase meio século, valorizaram e desenvol-

* Assistente da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto.

veram especialmente o desporto e particularmente a alta competição. Portugal fazia-se representar nas Olimpíadas graças à acção do Comité Olímpico Português, mas sempre com muitas dificuldades, enquanto as federações e os clubes desportivos desenvolviam a prática desportiva nacional, embora sob a tutela muito dirigista e controladora do regime totalitário do Estado Novo.

Foi, indubitavelmente, após a Revolução de Abril de 1974 que do ponto de vista político e jurídico, através dos vários programas dos governos constitucionais e de diversos diplomas específicos, que a prática desportiva de alta competição ganhou relevo e foi assumida como matéria de interesse público, já que até aí reinava a improvisação e a anarquia neste sector da actividade (Carvalho¹, 1976). Ademais, foi com a Constituição da República Portuguesa que o desporto adquiriu a sua legitimidade normativa e a sua magnitude enquanto direito individual, dada a sua inclusão em vários artigos desta lei magna, com especial realce para a menção expressa no seu artigo 79.º com a epígrafe «Direito à cultura física e ao desporto». Este direito de todos os cidadãos ao desporto abarca, naturalmente, a prática desportiva de alta competição dado o sentido plural que encerra o conceito de desporto.

Adiante-se desde já, e para não gerar dúvidas quanto ao seu verdadeiro entendimento, que a alta competição deve ser encarada² como a prática desportiva que, inserida no âmbito do desporto-rendimento, corresponde à evidência de talentos e de vocações de mérito desportivo excepcional, aferindo-se os resultados por padrões internacionais, sendo a respectiva carreira orientada para o êxito na ordem desportiva internacional. Este conceito poderá ser algo restritivo para a compreensão sociológica da alta competição, dado que apenas integra aqueles atletas cujos resultados desportivos se distingam no *ranking* internacional. Exclui, pois, centenas de atletas que apesar de se dedicarem quase, ou totalmente, de forma profissional à sua modalidade e de obterem resultados meritórios a nível nacional ou regional, não atinjam suficiente significado relativamente a padrões internacionais.

No presente trabalho debruçar-nos-emos sobre a relação existente entre a prática desportiva de alta competição e o ordenamento jurídico desportivo. Pretendemos investigar se se trata de um subsistema desportivo dotado de especial regulamentação e sobre que matérias incide tal normatização. Para tal, partindo do primeiro normativo que encontramos respeitante à alta competição e publicado em 1976³ procedemos à recolha legislativa específica a esta prática desportiva até aos tempos actuais.

¹ Carvalho, M. (1976), *Desporto e Revolução. Uma política desportiva*, D.G.D.

² Reportamo-nos ao conceito jurídico ínsito no artigo 15.º n.º 1 da Lei de Bases do Sistema Desportivo e artigo n.º 2 do Decreto-Lei n.º 125/95, de 31 de Maio.

³ Decreto-Lei n.º 559/76, de 16 de Julho. São estabelecidas as normas relativas à requisição ou destacamento de trabalhadores dos sectores público ou privado para participarem em provas desportivas internacionais.

Focaremos a nossa atenção apenas no ordenamento jurídico público, na medida em que a análise dos regulamentos de alta competição específicos a cada modalidade desportiva e elaborados pelas respectivas federações desportivas constitui por si só matéria para um outro tipo de investigação incomportável com a dimensão própria para este trabalho.

2. A inserção da alta competição nos programas dos Governos Constitucionais

Sendo que muita da legislação existente parte da vontade política dos governos, pensamos ser importante investigar se a alta competição tem sido considerada como matéria substantiva da actividade governamental na era pós Revolução de Abril de 1974. Para tal analisámos os programas dos quinze Governos Constitucionais, os quais constituem os documentos onde constarão as principais orientações políticas e medidas a adoptar no domínio deste subsistema desportivo.

Da investigação efectuada aos programas mencionados deparámo-nos com três períodos distintos quanto ao seu conteúdo pelo que decidimos apresentar uma leitura desta intenção política agrupada em três momentos:

*A – do I ao IV Governos Constitucionais*⁴

Neste período, entre 1976 e 1978, época de grande instabilidade política com mudanças sucessivas de governos, a alta competição aparece com referências implícitas que se traduzem no apoio ao desporto federado (I e III GC), surge associada à execução de uma política de instalações desportivas que atenda às suas necessidades (II GC) e surge explicitamente no apoio a estudos na alta competição e definição de critérios de participação internacional (IV GC).

*B – do V ao VII Governos Constitucionais*⁵

Entre 1979 e 1981 os programas governativos não contemplaram, sequer implicitamente, a alta competição.

⁴ Publicados, respectivamente, nos Diários da Assembleia da República, II Série Suplemento ao n.º 17, de 3 de Agosto de 1976; Suplemento ao n.º 34, de 3 de Fevereiro de 1978; n.º 105, de 8 de Setembro de 1978 e n.º 13, de 5 de Dezembro de 1978.

⁵ Publicados, respectivamente, nos Diários da Assembleia da República, II Série n.º 96, de 14 de Agosto de 1979, n.º 11, de 12 de Janeiro de 1980 e n.º 20, de 17 de Janeiro de 1981.

C – do VIII ao XIV Governos Constitucionais ⁶

Após 1981, ultrapassada a fase de grande instabilidade política, a alta competição surge novamente como uma medida programática de carácter explícito traduzida nas seguintes menções:

- a) Lançamento de um sistema de apoio à alta competição (VIII GC);
- b) Incremento e consolidação do apoio aos atletas e equipas portuguesas, especialmente em Campeonatos da Europa, Campeonatos do Mundo e Jogos Olímpicos (IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XV GC);
- c) Reestruturação da medicina desportiva, no sentido de permitir o desenvolvimento da investigação e apoio à alta competição (XI e XIII GC);
- d) Criação de estruturas de apoio específico, os centros de alto rendimento, que respondam às exigências de detecção, formação e acompanhamento dos praticantes de alta competição (XIII GC);
- e) Criação de condições para que as figuras de reconhecido prestígio do desporto português possam continuar a divulgar e a promover o desporto após o termo das suas carreiras desportivas (XIII GC).

Em suma, desde 1976 até aos dias de hoje, as principais medidas governativas ao nível da alta competição focalizam-se no sistema de apoio aos praticantes nas mais representativas competições internacionais, ao nível da medicina desportiva, na criação dos centros de alto rendimento e na constituição de modelos desportivos por parte dos praticantes de maior prestígio do desporto português.

Fundamentalmente a partir de 1981, ou seja, do VIII Governo Constitucional, constatamos que a alta competição passou a figurar de forma explícita e contínua, até aos dias de hoje, nos programas dos Governos Constitucionais.

3. A Lei de Bases do Sistema Desportivo e a Proposta de Lei de Bases do Desporto

Dado o grande interesse público que a prática desportiva de alta competição encerra, facilmente se compreende que este subsistema desportivo se tenha tornado um espaço social revestido de um conjunto de normas gerais e abstractas para regular a sua existência e funcionamento. Estas normas emanam do ordena-

⁶ Publicados, respectivamente, nos Diários da Assembleia da República, II Série n.º 101, de 15 de Setembro de 1981; Suplemento ao n.º 6, de 21 de Junho de 1993; n.º 4, de 16 de Novembro de 1985; Suplemento ao n.º 4, de 28 de Agosto de 1987; II Série-C, n.º 1, de 15 de Novembro de 1991; II Série-A, n.º 2, de 8 de Novembro de 1995; II Série-A, n.º 2, de 6 de Novembro de 1999.

mento jurídico público, para que todos os operadores deste subsistema sejam usufrutuários em plena igualdade do mesmo estatuto, ou seja, se encontrem adstritos aos mesmos direitos e obrigações. Caso contrário, seria um espaço de vida apenas ordenado pelos regulamentos federativos e, conseqüentemente, dependente das decisões e políticas eventualmente diferenciadas das várias modalidades, susceptíveis de criar desigualdades e assimetrias assinaláveis entre atletas que obtivessem resultados idênticos em representações internacionais de carácter similar.

Para além do espaço normativo existente na nossa Constituição, já anteriormente mencionado, temos de fazer referência a um outro diploma que constitui um marco histórico no domínio da regulamentação desportiva portuguesa, a Lei de Bases do Sistema Desportivo (LBSD), Lei n.º 1/90, de 13 de Janeiro, revista em 1996 pela Lei n.º 19/96, de 25 de Junho. O Ministro da Educação de então, o Eng. Roberto Carneiro, considerou mesmo que se existem diplomas que valem uma legislatura este foi, inevitavelmente, um deles ⁷.

Tratando-se de uma lei-quadro, ela própria altera a ordem jurídica estabelecendo as principais linhas politico-jurídicas do sistema desportivo obrigando, no entanto, a ulterior desenvolvimento legislativo. Assim sendo, apareceu na década de 90 uma panóplia de diplomas de desenvolvimento a regulamentarem as várias vertentes do fenómeno desportivo, o que implicou inevitavelmente que o desporto adquirisse um relevante espaço nas normas públicas.

O diploma em análise estabelece o quadro geral do regime jurídico desportivo reportando-se a um vasto conjunto de intervenções legislativas relativo a três grandes sectores: a actividade desportiva, as organizações desportivas e a administração pública desportiva, integrando-se a temática do presente estudo no primeiro sector referido com menção expressa no artigo 15.º com a epígrafe «Alta competição».

Escalpelizando esta lei-quadro, fica claramente evidenciado o interesse e a preocupação do legislador pela alta competição, ao ponto de o leitor mais atento poder ficar com a ideia da prevalência do desporto-rendimento sob outras vertentes da actividade desportiva. Dois níveis de destaque para este subsistema desportivo:

- a) Consagração de uma menção específica, o seu artigo 15.º, conceptualizando e elencando um conjunto de medidas de apoio específicas para esta prática desportiva;
- b) Classificação da participação nas selecções nacionais como missão de interesse público e, como tal, objecto de apoio e de garantia especial por parte do Estado (artigo 26.º).

⁷ Castro, José Ribeiro e (1990), *Lei de Bases do Sistema Desportivo – Anotada e Comentada*, Lisboa, Ministério da Educação, p. 13, Coleção «Direito Desportivo».

Dada a importância da menção expressa do artigo 15.º passamos seguidamente a resumir o conteúdo dos seus quatro números:

- a) A alta competição enquadra-se no âmbito do desporto-rendimento e os padrões desportivos internacionais constituem a sua referência (art.º 15 n.º 1);
- b) Duas razões determinam as medidas de apoio específicas à alta competição: ser um factor de desenvolvimento desportivo e as especiais exigências da preparação dos praticantes (art.º 15 n.º 2);
- c) Enumeração exemplificativa de oito medidas contemplando o praticante desde a fase de detecção até ao termo da sua carreira (art.º 15 n.º 3);
- d) A ética, a verdade desportiva, a saúde e a integridade moral e física dos praticantes são valores pelos quais o Estado, em articulação com o associativismo desportivo, deve zelar (art.º 15 n.º 4).

De forma a regulamentar os princípios ínsitos neste artigo da LBSD surge após sete meses o decreto-lei de desenvolvimento que estabelece as medidas específicas à alta competição, o Decreto-Lei n.º 257/90, de 7 de Agosto. Passado cinco anos este diploma é revogado pelo Decreto-Lei n.º 125/95, de 31 de Maio⁸ que constitui na actualidade o normativo que enquadra o regime jurídico da prática desportiva de alta competição.

3.1. A Proposta de Lei de Bases do Desporto

Percorridos cerca de 14 anos de vigência da Lei de Bases do Sistema Desportivo, apenas com uma alteração ao seu articulado em 1996, instalou-se e difundiu-se no meio desportivo a necessidade de alterar profundamente este lequadro de forma a melhor corresponder à realidade sócio-desportiva dos tempos actuais.

Sendo um dos propósitos programáticos do actual governo proceder à reforma legislativa e sempre escudado no *slogan* de que este sistema desportivo está esgotado, surge por sua iniciativa a Proposta de Lei n.º 80/IX designada por Lei de Bases do Desporto que visa revogar a lei de bases existente. Esta proposta foi discutida e aprovada na generalidade na Assembleia da República encontrando-se em fase de discussão e aprovação na especialidade na comissão parlamentar respectiva.

No que respeita à alta competição deparamo-nos com alusões implícitas e explícitas, em dez dos treze Capítulos que compõem esta proposta de Lei Bases

⁸ Alterado pelo Decreto-Lei n.º 123/96, de 10 de Agosto.

do Desporto. De facto, este subsistema desportivo constitui matéria de vulto em todo o articulado não tendo sido, porém, numa apreciação global, objecto de alterações significativas ao consignado na LBSD.

Fazendo uma incursão na proposta de lei, logo na exposição de motivos deste documento, no seu ponto 9.º, o legislador revela a importância que é dada à alta competição destacando-a como um dos objectivos estratégicos do Programa do Governo no âmbito desportivo: o progresso técnico e a melhoria da qualidade competitiva no plano internacional. Percorrendo as normas desta proposta de lei, as matérias relativas à descentralização, à organização do desporto, à intervenção dos recursos humanos, à investigação científica, ao desporto e juventude, ao controlo médico-desportivo, ao seguro desportivo e às selecções nacionais ainda que digam respeito à alta competição não introduzem alterações significativas ao já estatuído.

Destaque para duas inovações, a que classifica a actividade desportiva em não profissional, profissional e de alta competição (artigo 48.º) e a que introduz protecção social adequada aos desportistas de alta competição, sendo a sua integração no sistema de segurança social definida por diploma próprio (artigo 69.º). Se não é muito compreensível a classificação autónoma da actividade de alta competição nem acarreta grandes consequências para o seu desenvolvimento, o mesmo já não poderemos dizer quanto à introdução da segurança social para os desportistas de alta competição. De facto, para atletas que dedicam à prática desportiva muitos dos seus anos de vida e com elevados riscos para a sua integridade física e saúde, é da mais elementar justiça a concretização de protecção social definida nesta proposta de lei. Vejamos como e quando se operará essa concretização.

4. O quadro legislativo da alta competição

Num outro trabalho por nós realizado⁹ apresentamos as referências assim como uma descrição resumida de toda a produção legislativa referente à alta competição desde o ano de 1976. Dos quarenta e cinco diplomas que compõem este acervo legislativo, trinta foram publicados após a existência da LBSD, o que exprime o efeito catalisador normativo que teve a lei de bases e, simultaneamente, a maior preocupação do poder público para com a alta competição na última década do século passado.

Apresentamos seguidamente no Quadro 1 os principais diplomas publicados depois da LBSD, que constituem as referências legislativas da alta competição na actualidade.

⁹ Carvalho, M.J. (2001), *O apoio material à prática desportiva de alta competição: da Lei à realidade*, Instituto Nacional de Formação e Estudos do Desporto.

QUADRO 1
Legislação relativa à alta competição após a Lei de Bases
do Sistema Desportivo

Ano	Diploma Descrição/Resumo
1990	Lei n.º 1/90, de 13 de Janeiro A Assembleia da República decreta a Lei de Bases do Sistema Desportivo que consagra no seu Cap. II, referente à actividade desportiva, princípios específicos para a alta competição (Art.º 15.º).
1991	Portaria n.º 738/91, de 1 de Agosto Institui formas específicas de apoio (bolsas de especialização) aos que desempenham funções no âmbito do subsistema da alta competição.
1991	Portaria n.º 739/91, de 1 de Agosto Define o regime de requisição de técnicos e dirigentes que se dedicam ao subsistema da alta competição.
1995	Decreto-Lei n.º 125/95, de 31 de Maio ¹⁰ O Governo revoga o DL 257/90, de 7 de Agosto e regula as medidas de apoio à prática desportiva de alta competição.
1995	Portaria n.º 947/95, de 1 de Agosto Define os critérios técnicos para a qualificação como praticante desportivo de alta competição e praticante integrado no percurso de alta competição.
1997	Portaria n.º 393/97, de 17 de Junho O Governo fixa os prémios a atribuir aos atletas e respectivos treinadores pela obtenção de medalhas em provas dos Jogos Paraolímpicos e do CM ou CE e da Taça do Mundo de Boccia e também para recordes do Mundo e da Europa.
1998	Portaria n.º 205/98, de 28 de Março Estabelece normas relativas à concessão de bolsas académicas a atletas de alta competição.
1998	Portaria n.º 211/98, de 3 de Abril Revoga a Portaria 953/95, de 4 de Agosto. Procede à actualização dos prémios pecuniários fixando os quantitativos a atribuir aos atletas e respectivos treinadores pela obtenção de medalhas em provas dos JO, CM ou CE em absolutos e também para recordes do Mundo e da Europa.
1998	Portaria n.º 392/98, de 11 de Julho Regulamenta o seguro desportivo especial dos praticantes em regime de alta competição.
1999	Decreto-Lei n.º 393-A/99, de 2 de Outubro Regula os regimes especiais de acesso ao ensino superior, e nos art.º 3.º al. f) e 18.º os atletas com estatuto e integrados no percurso de alta competição são beneficiários deste regime, mesmo que tenham deixado estes estatutos há menos de 2 anos contados a partir da data de apresentação do requerimento da matrícula.
1999	Portaria n.º 854-B/99, de 4 de Outubro Aprova o regulamento dos regimes especiais de acesso ao ensino superior.

¹⁰ Alterado pelo Decreto-Lei n.º 123/96, de 10 de Agosto.

A regulamentação supradescrita incide especialmente sobre as medidas de apoio aos vários tipos de agentes desportivos que participam na alta competição assim como nos aspectos organizativos da mesma, conforme analisamos seguidamente.

5. Os agentes desportivos integrados na alta competição

Sendo os praticantes desportivos os principais protagonistas da alta competição existem, contudo, outros agentes desportivos cuja acção de orientação de treino, direcção e arbitragem é essencial para a actividade de preparação e de competição destes atletas. São eles os treinadores, os dirigentes e os árbitros, juizes, comissários e cronometristas. Todos estes operadores da alta competição são contemplados na legislação específica deste subsistema desportivo, designadamente no Decreto-Lei n.º 125/95, de 31 de Maio, com medidas próprias conforme descrevemos seguidamente.

5.1. Os praticantes desportivos de alta competição

Os atletas que alcançam distinção à escala internacional através dos seus feitos desportivos, ultrapassando os mais elevados níveis de exigência técnica e social na sua carreira desportiva, conquistam um novo estatuto, passam a ser figuras públicas, um referencial e um modelo para os mais jovens e um orgulho para os adultos, aos quais o Estado confere determinados direitos e deveres.

Beamish ¹¹ (1993, p. 197) reportando-se à realidade do Canadá, aponta várias razões de importantes serviços públicos que a alta competição presta aos seus governos, tais como: sentimento de unidade nacional, prestígio internacional, criação de emprego, reforço da cultura popular, motivação para a prática desportiva dos cidadãos. Igualmente o faz Torres ¹² (1999, p. 19) aduzindo razões de interesse público para justificar a isenção dos desportistas de alto nível espanhóis do imposto sobre o rendimento de pessoas físicas.

Entre nós, existindo a argumentação ¹³ que a alta competição constituiu um factor de desenvolvimento desportivo fomentando a sua generalização, mesmo enquanto actividade de recreação, particularmente entre a juventude, que cons-

¹¹ Beamish, R. (1993), «Labour relations in sport: central issues in their emergence and structure in high-performance sport», in *Sport in social development: traditions, transitions and transformations*, Eds. Alan Ingham e John Loy. Human Kinetics Publishers, pp. 187-210.

¹² Torres, A. (1999), «La exención de los deportistas de alto nivel en la nueva Ley Del Impuesto sobre la renta de las Personas Físicas», in *Revista Jurídica Del Deporte*, Editorial Aranzadi.

¹³ Tanto no n.º 2 do artigo 15.º da LBSD como no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 125/95, de 31 de Maio.

titui um factor cultural indispensável na formação da pessoa humana e que a participação nas selecções nacionais é considerada missão de interesse público, é compreensível a existência de apoio público a este subsistema desportivo e consequentemente à concessão de determinado estatuto social e fiscal aos seus praticantes desportivos.

Tendo em conta que estes atletas fazem parte de um registo público existente no Instituto do Desporto de Portugal, procedemos à recolha dos dados relativos ao quantitativo de atletas federados e de atletas integrados no regime de alta competição, ou seja, de praticantes no percurso e com estatuto de alta competição. Determinamos seguidamente o índice de praticantes de alta competição a partir do quociente entre o número de atletas em regime de alta competição e o número de atletas federados para obtermos o número de atletas de alta competição por 1000 atletas federados. A apresentação destes resultados é feita no Quadro 2 e tem 1996 como ano de partida já que apenas com o Decreto-Lei n.º 125/95, de 31 de Maio, o actual diploma que regulamenta as medidas específicas de apoio à prática desportiva de alta competição, foram determinadas estas duas categorias de atletas de alta competição. Este diploma é reforçado por outro do mesmo ano de 1995 que definiu os critérios técnicos para a qualificação como praticante com estatuto de alta competição e praticante integrado no percurso de alta competição, a Portaria n.º 947/95, de 1 de Agosto.

QUADRO 2

Número de atletas federados, número de atletas em regime de alta competição e índice de praticantes de alta competição entre 1996 e 2002

Ano	N.º Atletas Fed. (milhares)	Atletas em regime de alta competição			Índice de praticantes de alta competição (por 1000 atl. fed.)
		Percurso	Estatuto	Total	
1996	271.269	614	178	792	2,92
1997	276.066	569	149	718	2,60
1998	299.397	600	101	701	2,34
1999	293.946	519	129	648	2,20
2000	322.761	441	182	623	1,93
2001	334.968	451	105	556	1,66
2002	363.465	495	180	675	1,86

Fonte: Instituto do Desporto de Portugal.

Ao aumento do número de atletas federados não tem correspondido o aumento de atletas em regime de alta competição. Pelo contrário, assistimos quer à diminuição dos seus valores absolutos quer do índice destes atletas por milhar de atletas federados.

Devemos, contudo, precisar um pouco mais a categorização dos tipos de praticantes¹⁴ de alta competição feita no Decreto-Lei n.º 125/95, de 31 de Maio e que usufruem de apoios específicos:

- praticantes com estatuto de alta competição, não profissionais (art.º 3.º);
- praticantes integrados no percurso de alta competição, não profissionais (art.º 4.º);
- praticantes profissionais em regime de alta competição (art.º 5.º).

Elucidemos agora alguns aspectos relativos ao desporto amador e ao desporto profissional que geram habitualmente confusões quanto ao estatuto desportivo e laboral do praticante desportivo. Na realidade desportiva portuguesa apenas às modalidades de futebol nas competições da I e II Ligas masculinas, basquetebol na competição da I Liga masculina e andebol na competição da I Liga masculina foi reconhecido a natureza profissional de tais competições¹⁵. Contudo, em muitas outras modalidades desportivas em que as suas competições não estão reconhecidas como profissionais, existem praticantes desportivos profissionais (trabalhadores assalariados), ou seja, existem praticantes que se obrigam, mediante retribuição, a prestar actividade desportiva a uma pessoa singular ou colectiva que promova ou participe em actividades desportivas, sob a autoridade e a direcção desta¹⁵. Assim sendo, o praticante desportivo poderá ter um estatuto jurídico-desportivo de amador, ou seja, não integrar competições reconhecidas como profissionais e possuir um estatuto jurídico-laboral de profissional aferido pela existência do seu contrato de trabalho desportivo (Amado¹⁷, 1995).

Neste trabalho ocupar-nos-emos dos atletas com estatuto de alta competição não profissionais, pois trata-se da categoria de atletas deste subsistema desportivo que usufrui na totalidade das medidas de apoio consignadas no DL n.º 125/95, de 31 de Maio.

¹⁴ Ainda existem os praticantes que, não estando formalmente no regime de alta competição, beneficiam de algumas medidas de apoio nele previstas, se integrarem com regularidade selecções ou outras representações nacionais (art.º 39.º). Em virtude do estipulado no artigo 40.º do diploma em estudo aos cidadãos deficientes aplicam-se as disposições do mesmo.

¹⁵ A propósito do processo de reconhecimento da natureza profissional de uma dada competição consultar o DL n.º 303/99, de 6 de Agosto.

¹⁶ Definição de contrato de trabalho desportivo ínsita no artigo 2.º alínea a) da Lei n.º 28/98, de 26 de Junho. Ver também a alínea b) deste mesmo artigo que define o praticante desportivo profissional como sendo aquele que, através de contrato de trabalho desportivo e após a necessária formação técnico-profissional, pratica uma modalidade desportiva como profissão exclusiva ou principal, auferindo por via dela uma retribuição.

¹⁷ Amado, J. (1995), *Contrato de trabalho desportivo* – Anotado, Coimbra Editora.

Importa focar dois importantes pressupostos para a concessão do estatuto de alta competição aos praticantes desportivos:

- 1.º – ser um praticante que corresponda à evidência de talentos e de vocações de mérito desportivo excepcional, aferindo-se os resultados por padrões internacionais, sendo a carreira orientada para o êxito na ordem desportiva internacional (art.º 15.º n.º 1 da Lei de Bases do Sistema Desportivo e art.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 125/95, de 31 de Maio);
- 2.º – cumprir os critérios técnicos consignados na Portaria n.º 947/95, de 1 de Agosto ¹⁸, que permitem aceder a esta qualificação ¹⁹, nas modalidades individuais e nas modalidades colectivas e que se traduzem na obtenção dos seguintes resultados desportivos:

Modalidades desportivas individuais:

- Obtenção de resultados compreendidos no 1.º terço da tabela classificativa em Jogos Olímpicos, Campeonatos do Mundo ou Campeonatos da Europa no escalão absoluto;
- Obtenção de resultados até ao 3.º lugar em competições internacionais de elevado nível ²⁰;
- Obtenção de resultados até ao 3.º classificado em Campeonatos do Mundo ou Campeonatos da Europa no escalão precedente ao absoluto.

Modalidades desportivas colectivas:

- Integração em selecção nacional que obtenha classificação no 1.º terço da tabela classificativa em Jogos Olímpicos ou fases finais de Campeonatos do Mundo ou Campeonatos da Europa no escalão absoluto;
- Integração em selecção nacional que obtenha classificação até ao 3.º lugar em torneios de elevado nível ²¹;
- Integração em selecção nacional que obtenha classificação até ao 3.º lugar em Campeonatos do Mundo ou Campeonatos da Europa no escalão precedente ao absoluto.

¹⁸ Dado o DL n.º 125/95, de 31 de Maio ter diferenciado os atletas em regime de alta competição em praticantes integrados no percurso de alta competição e praticantes com o estatuto de alta competição, foi necessário regulamentar os critérios técnicos para a respectiva qualificação destes atletas através da Portaria referida.

¹⁹ A inclusão do praticante no regime de alta competição é válida pelo período de 18 meses (artigo 6.º).

²⁰ Esta qualificação compete ao Instituto do Desporto de Portugal tendo em consideração o nível daquelas, ouvidas as federações respectivas (artigo 2.º).

²¹ Cfr. nota anterior.

Ainda segundo esta portaria, nas modalidades em que a única forma de avaliação se faça através de *rankings*, o acesso ao estatuto de alta competição será definido por despacho do membro do Governo que tutela o desporto.

Estando o atleta em condições de respeitar os pressupostos indicados seguir-se-á por via administrativa a integração no regime de alta competição através da sua inscrição no registo público do Instituto do Desporto de Portugal, mediante homologação da proposta da respectiva federação, ouvidos o Comité Olímpico de Portugal e a Confederação do Desporto de Portugal (art.ºs 3.º n.º 1 e 6.º do DL n.º 125/95).

Esclarecidos relativamente ao processo burocrático de qualificação e integração no que concerne ao estatuto de alta competição cumpre-nos assinalar as principais medidas que estes atletas podem usufruir de acordo com o Decreto-Lei n.º 125/95:

- *Regime escolar*

Medidas relativas a comunicações; a matrículas e inscrições; ao horário escolar e regime de frequência; à relevação de faltas; à alteração de datas de provas de avaliação; à transferência de estabelecimento de ensino; ao professor acompanhante; a aulas de compensação e a bolsas académicas (artigos 9.º a 16.º e 18.º).

- *Dispensa temporária de funções*

Estando vinculados ao sector público podem beneficiar de licenças extraordinárias pelo período de tempo necessário à sua preparação ou participação nas competições. Trabalhando no sector privado podem ser dispensados da prestação de trabalho pelo tempo necessário à sua preparação ou participação nas competições.

Nas duas situações o pagamento das retribuições é assegurado pelo Instituto do Desporto de Portugal (artigos 19.º e 20.º).

- *Acesso a formação superior, especializada e profissional*

Estes atletas beneficiam de regime especial de acesso ao ensino superior até 2 anos após terem sido titulares do estatuto de alta competição, para além de poderem mudar de curso ou obter transferência de estabelecimento de ensino.

Gozam de preferência na frequência de cursos oficiais de formação de técnicos da sua modalidade e podem usufruir de bolsas para frequentar cursos de formação profissional ou de valorização académica (artigos 27.º, 28.º e 29.º).

- *Apoio material*

Medidas relativas a bolsas de alta competição, utilização de infra-estruturas desportivas, utilização de centros especiais de apoio e atribuição de prémios

monetários²² face a determinados resultados internacionais compõem o leque das medidas de apoio material em sentido restrito (artigos 30.º; 31.º; 32.º e 33.º).

- *Seguro desportivo e apoio médico*

É instituída a obrigatoriedade do seguro desportivo especial e assegurada assistência médica especializada pelos serviços de medicina desportiva (artigos 34.º e 35.º).

No que respeita aos restantes praticantes contemplados neste diploma, registamos que o praticante no percurso de alta competição beneficia de todas as formas de apoio supra-referidas, com excepção da atribuição de bolsas de alta competição (artigo 30.º) e do seguro desportivo especial (artigo 34.º). O praticante profissional em regime de alta competição também usufrui de todas as formas de apoio acima mencionadas com excepção da atribuição de bolsas de alta competição (artigo 30.º).

Para além dos direitos referenciados, existem igualmente obrigações a cumprir por parte dos praticantes em regime de alta competição, designadamente: submeterem-se a exames de carácter aleatório, em competição ou fora dela, tendentes a verificar se se encontram sob efeito de dopagem; observar os planos de preparação apresentados ao Instituto do Desporto e integrar as selecções nacionais quando para elas forem convocados. O incumprimento de tais obrigações pode levar à suspensão e cessação das medidas de apoio usufruídas por estes atletas com garantia dos devidos direitos de defesa e recurso (artigos 36.º e 37.º).

5.2. Os treinadores integrados na alta competição

Relativamente aos treinadores o legislador, no Decerto-Lei n.º 125/95, diferenciou os técnicos que acompanham selecções ou outras representações nacionais e os técnicos que trabalham directamente com praticantes em regime de alta competição. Das medidas que se podem observar no Quadro 3 parece-nos que as restrições aos treinadores que trabalham diariamente com os atletas relativamente aos horários escolares e regime de frequência assim como a relevação de faltas não fazem qualquer sentido devido às necessidades de relacionamento estrito e interdependente com os atletas quer nas actividades de treino diárias quer nos estágios e deslocações. Se estas medidas são concedidas aos técnicos que acompanham selecções nacionais por maioria de razão terão de ser extensíveis aos outros técnicos.

²² Ver a grande discrepância dos montantes dos prémios estabelecidos para os atletas deficientes na Portaria n.º 393/97 em acentuado prejuízo relativamente aos prémios fixados na Portaria n.º 211/98 para os restantes atletas de alta competição.

QUADRO 3

Medidas de apoio a treinadores que acompanham selecções nacionais ou que trabalham directamente com praticantes em regime de alta competição

	Treinadores que acompanham selecções nacionais	Técnicos que trabalham com praticantes em regime de alta competição
Regime escolar	<ul style="list-style-type: none"> - Horário escolar e regime de frequência; - Relevação de faltas; - Alteração de datas de provas de avaliação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Alteração de datas de provas de avaliação.
Dispensa temporária de funções	<ul style="list-style-type: none"> - Quer do sector público quer do sector privado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Quer do sector público quer do sector privado.
Acesso a formação superior e especializada	-	<ul style="list-style-type: none"> - Regime especial de acesso ao ensino superior; - Formação especializada.
Apoio material	-	<ul style="list-style-type: none"> - Atribuição de prémios.

5.3. Os dirigentes integrados na alta competição

Utilizando o mesmo critério diferenciador o legislador, no mesmo diploma, determinou medidas específicas para os dirigentes que se dedicam especialmente ao subsistema de alta competição e para os dirigentes que acompanham as selecções nacionais ou outras representações nacionais. Fazemos a mesma crítica relativamente à não concessão das medidas relativas aos horários escolares e regime de frequência assim como à relevação de faltas para os dirigentes que se dedicam ao subsistema de alta competição. Trata-se de uma matéria a ser revista numa próxima alteração ao Decreto-Lei n.º 125/95.

QUADRO 4

Medidas de apoio a dirigentes que acompanham selecções nacionais ou que se dedicam especialmente ao subsistema de alta competição

	Dirigentes que acompanham selecções nacionais	Dirigentes que se dedicam ao subsistema de alta competição
Regime escolar	<ul style="list-style-type: none"> - Horário escolar e regime de frequência; - Relevação de faltas; - Alteração de datas de provas de avaliação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Alteração de datas de provas de avaliação.
Dispensa temporária de funções	<ul style="list-style-type: none"> - Quer do sector público quer do sector privado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Quer do sector público quer do sector privado.
Acesso a formação especializada	-	<ul style="list-style-type: none"> - Formação especializada.

5.4. *Árbitros, Juízes, Comissários e Cronometristas*

Os árbitros, juízes, comissários e cronometristas, que se desloquem a congressos ou outros eventos de nível internacional, reconhecidos de interesse público pelo membro do Governo que tutela a área do desporto, usufruem de relevação de faltas, alteração de datas de provas de avaliação e dispensa temporária de funções quer do sector público quer do sector privado. Estas medidas são extensíveis aos técnicos e dirigentes que participem igualmente em eventos do tipo acima referido.

6. **A organização do subsistema desportivo da alta competição**

Na década de oitenta do século passado inicia-se um período em que surgem diversas estruturas organizativas com responsabilidades específicas no domínio da alta competição.

Primeiro, é criada a Comissão de Apoio à Alta Competição²³ com atribuições de apreciar os elementos fornecidos pelas federações e propor os atletas a serem abrangidos pelos apoios, acompanhar e controlar a execução das acções e apoios a praticar actos decisórios delegados pelo Secretário de Estado da Juventude e Desportos. A sua composição compreendia um elemento da Direcção Geral de Desportos (DGD), um director do Instituto Nacional do Desporto, um representante do Director-Geral de Apoio Médico, um representante do Comité Olímpico e um representante das federações.

Passado pouco mais de um ano esta organização foi substituída pela Comissão de Apoio ao Desporto de Alta Competição²⁴ que se afirmou como órgão de cooperação técnica e de representação de entidades desportivas junto da DGD, com as mesmas atribuições da comissão anterior, mas com uma composição mais reforçada por elementos das federações que passaram a ser quatro.

Este figurino organizativo é de novo alterado em 1984²⁵ e são criados o Conselho Nacional do Desporto de Alta Competição como órgão consultivo de cooperação técnica e de representação das entidades desportivas junto da DGD, e o Gabinete para a Alta Competição com funções de orientação, apoio e fiscalização a funcionar no âmbito da DGD. Segundo Pataco²⁶ a primeira estrutura não teve relevância no processo de desenvolvimento do desporto de alta competição, nunca tendo sequer realizado qualquer das três reuniões que anualmente

²³ Portaria n.º 730/80, de 26 de Setembro.

²⁴ Portaria n.º 1051/81, de 25 de Novembro.

²⁵ Portaria n.º 809/84, de 15 de Outubro.

²⁶ Pataco, V. (1997), «Alta Competição em Portugal. Passado, Presente e Futuro», in *Revista Horizonte*, XIV (79), pp. 3-10.

deveriam ser convocadas. No entanto, a segunda teve um papel importante na execução da política governamental em matéria de alta competição.

Com a Lei de Bases do Sistema Desportivo e subsequente regulamentação, não mais se constituiu qualquer órgão directamente implicado na organização e desenvolvimento do subsistema de alta competição. Porém, pensamos que a existência de uma estrutura de ligação e cooperação entre a Administração Central e as Federações, com especiais atribuições de definição da política subjacente à alta competição assim como de acompanhamento e avaliação da sua actividade, seria uma mais valia para o desenvolvimento deste subsistema desportivo.

A actual organização desta prática desportiva está repartida pelo Instituto do Desporto de Portugal ao qual compete genericamente a aplicação e o controlo das medidas de apoio e pelas federações desportivas incumbidas do fomento, planeamento e regulamentação da alta competição (artigos 6.º, 7.º do Decreto-Lei n.º 125/95).

Um dos instrumentos importantes no desenvolvimento do desporto de alta competição é a celebração de contratos-programa entre cada uma das federações e a Administração Pública Desportiva visando a concessão de participações financeiras públicas com vista ao alcance dos objectivos desportivos nas diferentes modalidades.

5. Conclusão

A relação existente entre a prática desportiva de alta competição e a lei é de profunda intimidade.

O labor normativo neste sector da actividade, iniciado em 1976, foi regularmente enriquecido e revisto de modo a constatar-mos que na actualidade a alta competição se encontra vinculada a um vasto quadro normativo público. As principais matérias reguladas dizem respeito às medidas de apoio aos vários agentes integrados no subsistema da alta competição e às responsabilidades das federações desportivas e da administração pública neste domínio da prática desportiva.

A vontade política dos vários Governos Constitucionais foi decisiva para tal apuramento legislativo já que, com excepção do V, VI, VII, todos inserem a alta competição nos seus programas, com especial incidência de continuidade a partir do VIII Governo Constitucional.

Dada a complexidade alcançada pelo desporto de alta competição, com as suas tremendas exigências de rendimento físico-desportivo, com os crescentes interesses políticos e económicos e com o elevado nível de atracção que conquistou junto do grande público, é necessário rever e inovar a legislação desta realidade considerada de interesse público. Assim sendo, o normativo referencial das medidas de apoio ao desenvolvimento deste subsistema desportivo, o Decreto-Lei n.º 125/95, de 31 de Maio, necessita de melhorias quer ao nível da técnica legis-

lativa e da organização sistemática quer ao nível de reajustamentos à realidade hodierna dos agentes desportivos de alta competição. Também em termos organizativos seria conveniente equacionar a existência de uma estrutura equidistante das federações desportivas e da administração pública de modo a superentender a política e desenvolvimento deste subsistema desportivo.

Concluindo, para que haja moralidade na exigência das tão famigeradas medalhas nos principais areópagos desportivos, é fundamental esbater as grandes diferenças relativamente às condições de preparação e de vida dos atletas estrangeiros com os quais os nossos praticantes têm de se confrontar. E convenhamos que também aqui a lei tem o seu espaço para ser uma boa amiga.

Gustavo Pires *

Carlos Colaço **

José Pedro Sacramento Rebocho Lopes ***

1. Apresentação

Quando o problema do desenvolvimento do desporto se coloca, muitas vezes, é levantada a questão de saber quais são as razões que podem levar as mais diversas entidades públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, a interessarem-se pela problemática, na medida em que toda a tradição no mundo do desporto tem estado mais relacionada com o «Just do it» e não com a necessidade de, antes de fazê-lo, pensá-lo. Na realidade, em nossa opinião, existe um conjunto de razões que conduz a que o desenvolvimento do desporto deva ser tido em conta, de uma forma pensada, quando se trata do próprio desenvolvimento económico e social dos países e das regiões, sob pena de se desperdiçarem recursos humanos, materiais e financeiros, bem como os esforços daqueles que se dedicam a promovê-lo.

Em conformidade, as questões do desenvolvimento têm, desde logo, a ver com razões morais e éticas, já que sabemos que as condições de acesso à prática desportiva não são iguais para todas as pessoas. Existem dificuldades de ordem social, «quadro condicionante» na terminologia Castejon (1973) ¹, ou «filtros de probabilidade e decisão individual» na terminologia de Roger (1977) ², que determinam o grau de probabilidade que as pessoas têm de poder usufruir de: (1.º) Uma prática desportiva regular; (2.º) De um caminho de acesso ao alto

* Professor Catedrático da Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa.

** Professor Associado da Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa.

*** Professor Associado da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Universidade do Porto.

¹ Paz, Castejon (1973), *La Rationalisation des Choix en Matière de Politique Sportive Esquisse d'une Méthodologie – Les Instruments Conceptuels*, Strasbourg, Conseil de L'Europe. Editado em português (1977) pela Direcção-Geral dos Desportos na col. «Antologia Desportiva», n.º 6.

² Rodgers Brian (1977), *Rationalisation des Choix en Matière de Politique Sportive Le Sport dans son Contexte Social Comparaisons Internationales*, Strasbourg, Conseil de l'Europe, Comité du Sport (CCC/DC (77) 11 – F).

rendimento ou; (3.º) Das condições de usufruto de um bom espectáculo desportivo. Por isso, o desenvolvimento do desporto não se pode abstrair do que é justo ou não, na medida em que, numa sociedade de valores, ele não é, nem pode ser amoral. Em conformidade, devem ser equacionadas as alternativas, avaliados os meios e utilizados os recursos disponíveis, tendo em atenção, as condições das diversas regiões e os respectivos diferentes segmentos sociais³.

O desporto, hoje, é um instrumento que deve ser utilizado de uma forma racional e coerente em matéria de políticas públicas, não só do ponto de vista interno como externo. A nível interno, a promoção de aspectos específicos do fenómeno desportivo, é uma questão de interdependências que determinam os fluxos entre os diversos sectores⁴ e áreas⁵ de desenvolvimento. A nível externo, as relações inter-países são fundamentais, naquilo que diz respeito à sua projecção no mundo, bem como ao desenvolvimento interno das motivações para a prática desportiva e para a construção de uma amálgama de sentimentos identitários, determinantes da auto-estima de um povo.

O desenvolvimento é, também, uma questão educativa. A onda de violência que atinge o desporto é bem um exemplo de quanto tem falhado a dimensão educativa no processo de desenvolvimento do desporto em Portugal. Na realidade, o que temos verificado, ao longo dos últimos anos, é serem privilegiados processos que, de uma maneira geral, ignoram a dinâmica educativa do fenómeno desportivo. Sendo 2004 considerado como o «Ano Europeu da Educação pelo Desporto» parece-nos ser de fundamental importância discutir o fenómeno na sua dimensão global, e não numa perspectiva reducionista que vê a escola exclusivamente em termos desportivos como o local onde se vão buscar os atletas do futuro. Nesta perspectiva, o desporto tem de ser visto como um instrumento de civilidade e inter-acção social.

No quadro da sociedade globalizada o desporto é, também, um factor de cultura popular de importância relativa, que deve estar integrado no processo de

³ Isto significa que as políticas desportivas não podem ser cegas ao ponto de não serem dirigidas para os segmentos sociais mais necessitados, onde o Estado deve tentar, através delas, dissolver as assimetrias e os mais diversos desequilíbrios desportivos.

⁴ Sector: Espaço institucional ocupado por estruturas orgânicas, que gerem actividades dirigidas a grupos alvo próprios e específicos. Entre outros temos o desporto escolar, o desporto universitário, o desporto para os trabalhadores, o desporto federado, o desporto militar, o desporto profissional, o desporto autárquico etc.

⁵ Área organizacional: A formalização e a institucionalização das práticas desportivas, formais, não-formais e informais (Costa Lamartine, 1986), traduzem a necessidade de conseguir diferentes aspectos de eficiência em função dos objectivos que se visam atingir. Assim, podemos verificar que a organização do desporto, através daquilo a que se convencionou chamar de associativismo desportivo, se processou no sentido do informal para o formal passando pelo não-formal. Cada uma destas áreas de organização, porque de áreas organizacionais se trata, em nossa opinião, corresponde, no desporto formal à gestão tradicional, no desporto não formal à co-gestão e no desporto informal à autogestão ou desporto inorganizado na expressão Pociello. Ver: Pociello Ch. (1991), «Nouvelles Approches», in *Sports et Société, Approche Socio-Culturelle des Pratiques*, Paris, Vigot.

desenvolvimento económico e social dos países. Deve ser considerado, como um instrumento de promoção da economia dos países, das regiões e das próprias cidades. Barcelona, é um dos exemplos possíveis das vantagens económicas produzidas numa região, a partir de um grande evento desportivo como foram os Jogos Olímpicos ⁶. No entanto, a candidatura à realização de uns Jogos Olímpicos não pode ser abordada da maneira leviana que tem sido em Portugal, só para se obterem «efeitos de anúncio» ⁷ na medida em que têm sido realizadas sem ser considerada, até à exaustão, a relação custo / benefício de tal empreendimento, quando estão em causa o dispêndio de avultados recursos sem garantia de retorno.

O desenvolvimento, ao traduzir-se, em última análise, no desejo de encontrar soluções justas, razoáveis e racionais do ponto de vista educativo, político, económico ou social, justifica o estudo e investigação do desporto, para além dos circunstancialismos do dia a dia, dos campeonatos nacionais, ou das famigeradas «galas» de distribuição de condecorações, que acabam por não resolver os problemas da base do sistema desportivo. Só assim será possível ultrapassar as meras questões de ordem limitada ou sectorial, de forma a começar-se a entender todo o fenómeno desportivo nas mais diversas vertentes, entre elas as que têm a ver com a utilização do tempo livre, que cada vez mais passará a organizar a dinâmica da vida social.

O tempo de trabalho e as oportunidades de emprego vão continuar a decrescer, pelo que as pessoas cada vez terão mais tempo livre. Em consequência, a organização social, ao contrário daquilo que aconteceu na dinâmica da sociedade industrial, terá de começar a ser considerada, tendo em conta o tempo livre que a generalidade da população tem disponível e não através do tempo comprometido com o trabalho. Nestas circunstâncias, é necessário educar as novas gerações para, no futuro, saberem usufruir do tempo livre que terão à sua disposição, que será em volumes cada vez maiores. Assim, a gestão do tempo de lazer através do desporto, está a transformar-se numa questão crucial no quadro das preocupações sociais dos nossos dias.

Sendo o desporto, uma das vertentes mais fortes da cultura popular do nosso tempo ⁸, que representa um conjunto de valores inestimáveis que são um reposi-

⁶ Ver: Vários (1995), *The Keys to Success – The Social, Sporting, Economic and Communications impact of Barcelona 92*, Barcelona, Centro d'Estudis Olímpics i de l'Esport, Universitat Autònoma de Barcelona.

⁷ O jornal «Público» de 13 de Novembro 1993, anunciou que os dirigentes do PSD, durante a campanha para as autárquicas, logo secundados pelo PS (!) prometeram a realização dos Jogos Olímpicos no Porto! No frenesim louco em que transformaram a campanha eleitoral, poderiam muito bem ter prometido uma excursão à Lua ou o elixir da vida eterna. Seria, em termos práticos, a mesma coisa.

Ainda sob o efeito dos holofotes de Sydney, o ministro do desporto Armando Vara, secundado por Vicente Moura, Presidente do Comité Olímpico de Portugal, deu Luz verde à candidatura da cidade de Lisboa à realização dos Jogos de 2012 (Record, 1/10/00). Em princípios de 2004, o secretário de estado do desporto, Hermínio Loureiro e Vicente Moura começaram a anunciar a possível candidatura à realização dos Jogos de 2016 (Record, 7/1/04).

⁸ Veja-se por exemplo, o Museu Olímpico na cidade de Lausanne, que representa, de facto, uma das jóias da cultura do nosso tempo.

tório da memória colectiva da Humanidade, não pode deixar de estar perfeitamente integrado no processo de desenvolvimento económico e social dos países, pelo que tem também de ser estudado para que a sua gestão deixe de funcionar por impulsos mais ou menos voluntariosos, que não o conduzem a lado nenhum. Em consequência, o presente trabalho, tem por objectivo especular acerca das condições de desenvolvimento do desporto no quadro da sociedade pós industrial. Para o efeito vamos concretizar os seguintes passos: Em primeiro lugar vamos expor uma ideia acerca de desenvolvimento; Em segundo vamos contrapor à ideia de desenvolvimento a ideia de crescimento que lhe está subjacente; Em terceiro lugar vamos aplicar à ideia de desenvolvimento o desenvolvimento do desporto através da exposição de vinte princípios que o devem orientar; Em quarto lugar vamos desenvolver o conceito de situação desportiva; Em quinto vamos definir o conceito de nível desportivo, bem como expor um modelo a (n) dimensões; Finalmente em sexto lugar apresentaremos algumas conclusões.

2. O que é o Desenvolvimento?

O conceito de desenvolvimento deve ser entendido numa perspectiva global, quer dizer, como um processo que visa a melhoria das condições de vida das populações. Nestas circunstâncias, o desporto é um instrumento a ser utilizado em termos políticos em benefício das pessoas. Daqui resulta que o desenvolvimento não tem por objectivo exclusivo satisfazer as necessidades materiais do Homem mas, sobretudo, melhorar as suas condições de vida e contribuir para as suas aspirações em geral. Por isso, é um conceito de ordem qualitativa, de grande complexidade, no qual está integrado o desporto e as suas práticas, como componentes fundamentais, na construção da qualidade de vida das populações e o seu inalienável direito à educação, à saúde, à cultura, ao lazer e à felicidade.

Consequentemente, o desenvolvimento, deve representar uma determinada ideia de mudança de uma dada realidade social, pelo que obriga à definição do tipo de sociedade, que se procura construir. Pressupõe progresso social no sentido de uma sociedade melhor que tem por objectivos alcançar fins que transcendem o económico, na medida em que servem a justiça social, a educação, a saúde, a cultura ou o desporto. Em conformidade, um processo de desenvolvimento deve ser capaz de respeitar as capacidades e competências individuais, proporcionando às pessoas, tanto dos grandes centros como das periferias, o acesso aos bens e aos serviços. Deve garantir, a todos, as oportunidades para satisfação das suas necessidades, entendendo-se também nestas as necessidades de cultura, de lazer e de desporto.

No que diz respeito ao desporto, em Portugal, o direito à sua prática está consignado no artigo 79.º da Constituição da República Portuguesa⁹. Embora

⁹ «O Estado reconhece o direito dos cidadãos à cultura física e ao desporto, como meios de valorização humana, incumbindo-lhe promover, estimular e orientar a sua prática e difusão.»

este direito esteja consignado na constituição, sabemos quanto é difícil transpô-lo para a prática, já que se levantam enormes e variados problemas ao seu cumprimento. Isto porque, o desporto não se produz no vácuo, quer dizer, à margem da sociedade onde está inserido, e, por isso, é confrontado com outros subsistemas sociais, alguns deles até com um grau de prioridade superior. No entanto, também deve ser entendido que a importância progressiva que o desporto vem assumindo na vida das populações, determina que o acesso às suas práticas constitua, só por si, um índice de qualidade de vida, determinante do «bem-estar económico líquido» (Samuelson, 1981) das populações¹⁰. Deste modo, o processo de desenvolvimento do desporto, tem de estar em conformidade com o processo desenvolvimento social de um país, sob pena de se transformar em mais um factor promotor de assimetrias e disparidades sociais. Veja-se a este propósito a questão da realização do Euro 2004 em Portugal. De facto, não se percebe como é possível que os dirigentes políticos e desportivos do país, tenham avançado para a candidatura à realização de tal evento desportivo, sem que estivessem garantidas as condições mínimas necessárias, desde logo o estudo da viabilidade de tal evento no quadro da situação económica, social e desportiva do País¹¹. Foram construídos dez estádios de futebol, que no futuro vão ter uma utilização muito limitada, quando segmentos significativos da população não têm acesso ao desporto, para já não referirmos uma casa decente para habitar. Note-se que quando se diz que o Euro 2004 levará a imagem de Portugal a todos os cantos do Mundo é necessário perceber que tipo de imagem será levada.

Nesta perspectiva, seria bom que se compreendesse que o desenvolvimento, mesmo sendo o do desporto, tem de ser um «processo amigável» que não pode conflitar com os sentimentos e as verdadeiras necessidades das populações. É esta a ideia acerca de desenvolvimento que o Prémio Nobel da economia, do ano de 1998, Amartya Sen (1999)¹², aborda. Para ele, o desenvolvimento humano tem de ser visto como um processo amigável, – *friendly process* – que deve estar intimamente relacionado com a expansão da liberdade para usufruto das pessoas. Esta expansão libertadora, tem um duplo significado na medida em que pode ser vista como: (1) Um fim prioritário, ou (2) o principal meio. Portanto, o desenvolvimento do desporto, quer ele seja promovido pelo Estado ou pelo mercado, só pode ser um processo amigável se for um fim e um meio ao serviço da qualidade de vida da generalidade das pessoas.

A partir de finais dos anos cinquenta até meados dos anos oitenta, o processo de desenvolvimento do desporto adquiriu uma importância em crescendo, nas preocupações do Estado. Contudo, com o fim do «estado providência»¹³, a partir dos anos oitenta, o desenvolvimento do desporto passou a ser reequacionado

¹⁰ Samuelson, Paul (1981), *Economia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

¹¹ Entendemos que o que se quis obter foi um «efeito de anúncio».

¹² Amartya Sen (1999), *Development as Freedom*, New York, Alfred A. Knopf.

¹³ Rosanvallon, Pierre (1984), *A Crise do Estado Providência*, Lisboa, Inquérito.

a partir das dinâmicas da sociedade civil. Esta deslocação do fulcro do desenvolvimento desportivo, veio desencadear profundos desequilíbrios, na medida em que em múltiplas situações se passou de um extremo em que o Estado controlava tudo deixando uma limitada liberdade de intervenção para a sociedade civil, para outra, diametralmente oposta, em que o Estado tem vindo a abdicar das suas responsabilidades em nome de uma liberdade do movimento desportivo, sustentada num novo liberalismo económico. Em consequência, o número de praticantes federados, de uma maneira geral, estagnou tendo, em algumas modalidades desportivas até diminuído consideravelmente (Marivoet, S., 2001)¹⁴, o que significa que estão a ser desencadeados graves desequilíbrios no tecido desportivo, com consequências que podem assumir uma enorme gravidade. Enquanto o Estado procura aligeirar responsabilidades, o próprio desporto em geral e o Movimento Olímpico em particular, estão transformados numa grande indústria, gerida pelas grandes multinacionais patrocinadoras dos Jogos Olímpicos¹⁵. Consequentemente, um considerável número de jovens, por debilidades económicas ou por não renderem em termos desportivos, estão a ser afastados duma prática sistemática e regular de uma qualquer actividade desportiva.

Contudo, o desporto, ao ser uma das grandes instituições do século XX, consegue cada vez mais, e com mais intensidade, cativar o interesse das populações. Por isso, em termos de desenvolvimento, é necessária a existência de um poder político com uma forte cultura desportiva sob pena do desporto se transformar num instrumento ao serviço da conquista de poder, em benefício de uma nova casta de dirigentes desportivos, unicamente interessados num desporto de rendimento, de medida, de recordes, de espectáculo e de profissionalismo precoce, de forma a poderem perpetuar-se anos a fio no poder, corrompendo a tradição democrática do mundo do desporto resultando daí, um grave prejuízo para o desenvolvimento do país.

A responsabilização do Estado, se sustentada numa forte cultura desportiva, obriga-o a restabelecer novos equilíbrios de forma a atenuar não só os excessos como as assimetrias desportivas desencadeadas com o fim do estado providência. Mintzberg (1996)¹⁶, diz-nos que depois do colapso da União Soviética e dos seus satélites, os cidadãos do mundo Ocidental convenceram-se que o capitalismo triunfou. Como supostamente o capitalismo triunfou, o sector privado tornou-se bom e o público mau. Em consequência, o mercado transformou-se no novo deus e o *marketing* numa nova religião. Nesta dinâmica neoliberal, as pessoas passaram a ser consideradas clientes. Contudo, Mintzberg pergunta: «... do you have to call people customers to treat them decently?»

¹⁴ Marivoet, Salomé (2001), *Hábitos Desportivos da População Portuguesa*, Lisboa, Ministério da Juventude e do Desporto.

¹⁵ Lenskyl, Helen (2000), *Inside the Olympic Industry*, New York, State University of New York.

¹⁶ Mintzberg, Henry (1996), «Managing Government, Governing Management», in: *Harvard Business Review*, May-Jun.

De facto, segundo o autor, o capitalismo não triunfou. O que triunfou foi o equilíbrio sobre o desequilíbrio. O problema é que a falsa ideia do triunfo do capitalismo, está a colocar as sociedades ocidentais num novo profundo desequilíbrio de sinal contrário. Hoje, vemos o mercado a tomar conta da sociedade e em consequência do desporto, ao ponto de se verificar um processo de «Coca-Colização»¹⁷ do desporto que chega ao ponto de atingir o próprio desporto escolar¹⁸. Terão as crianças e os jovens dos mais diversos países do mundo de serem obrigados a beber Coca-Cola, ou outra bebida qualquer, para poderem praticar desporto? É evidente, tal como o afirma Mintzberg, antes de sermos clientes somos cidadãos com direitos inalienáveis que não podem ser destruídos por um estado neo-liberal.

O Relatório das Nações Unidas (1997) define desenvolvimento como «The process of expanding people's choices and the level of well-being they achieve are at the core of the notion of human development. Such choices are neither finite nor static. But regardless of the level of development, the three essentials include the ability to lead a long and healthy life, to acquire knowledge, and to have access to the resources needed for a decent standard of living. Human development does not end there, however. People also highly value political, economic and social freedom, opportunities for being creative and productive, self-respect and guaranteed human rights. Income is a means, with human development the end.» Trata-se, portanto, de melhorar as escolhas possíveis com vista ao bem-estar. Nesta perspectiva, não nos parece que melhorar as escolhas das pessoas, sobretudo das que estão em idade escolar, seja colocá-las a promocionar marcas comerciais sejam elas a Coca-Cola ou outra qualquer, como em algumas circunstâncias está a acontecer.

3. Crescimento V. Desenvolvimento

Como já tivemos a oportunidade de referir, podemos dizer que a melhoria das condições de vida das populações é, simultaneamente, condição e fim do processo de desenvolvimento. Daqui resulta que o desenvolvimento não tem por objectivo exclusivo satisfazer as necessidades materiais do Homem mas, sobretudo, melhorar as suas condições de vida, e contribuir para as suas aspirações em geral.

Portanto, o conceito de desenvolvimento deve ser pensado e organizado numa perspectiva de ordem qualitativa. É, por isso, de grande complexidade, por

¹⁷ Pires, G. (1996), *Desporto e Política – Paradoxos e Realidades*, Funchal, O Desporto Madeira.

¹⁸ Neste domínio, não podemos aceitar que o Estado transfira as suas responsabilidades para a Coca-Cola, delegando nesta organização a realização de provas desportivas escolares. (Ver anúncio «Record», 5/1/04, p.2)

oposição ao conceito de crescimento que contém no seu significado uma dimensão exclusivamente quantitativa. O crescimento é uma condição necessária ao processo de desenvolvimento, mas não suficiente. No entanto, não é qualquer crescimento que pode servir ao processo de desenvolvimento do desporto, na medida em que aquele deve estar imbuído de uma dimensão ética e moral, impeditiva de que sejam criados maiores ou novos desequilíbrios (Lopes, 1984)¹⁹. Por isso, o desenvolvimento é um conceito normativo, que representa uma determinada ideia de mudança social, num dado sistema social, referenciado no espaço e no tempo. Obriga à definição do tipo de sociedade, que se procura atingir. Mas, embora o desenvolvimento tenha que ser definido em relação a um tipo ou modelo de sociedade ideal, não deve, contudo, ser considerado como uma utopia. Deve, pelo contrário, ser considerado um projecto consciente para o futuro, na medida em que tem de se manter dentro das expectativas e das possibilidades das pessoas. Por isso, tem de ser capaz de aproveitar as capacidades e competências individuais proporcionando o acesso das pessoas, onde quer que vivam, aos equipamentos que lhes fornecem os bens e serviços e lhes garantem as oportunidades para satisfação das necessidades básicas. É a «ascensão do Homem e de todos os Homens para o mais humano, tanto do ponto de vista biológico, psicológico, ideológico, cultural e espiritual, como económico e financeiro, etc.» (Sérgio, 1986: 26)²⁰. Quer dizer, o desenvolvimento remete-nos para o homem sujeito e agente, para as sociedades humanas, para a sua finalidade e para os seus objectivos manifestamente evoluídos (Perroux, F., 1981)²¹.

Também no desporto se coloca o problema de sabermos em que é que consiste, realmente, o desenvolvimento quando se sabe que existem inúmeras ideias pré-concebidas e, por vezes, mal compreendidas, que determinam ou condicionam a opinião das pessoas. O que entender por desenvolvimento do desporto, quando por detrás de tal ideia, se escondem enormes paixões e interesses legítimos e ilegítimos que, muitas vezes, limitam as possibilidades do fenómeno ser analisado de uma forma fria e objectiva? Na realidade, facilmente podemos constatar que a perspectiva de desenvolvimento do desporto defendida por um presidente de um clube de futebol da 1.^a Liga é, certamente, diferente daquela que poderá ser defendida por um professor interessado no desenvolvimento do desporto escolar e estas duas, da perspectiva de um autarca preocupado com o processo desportivo da sua autarquia, ou ainda a do presidente de uma sociedade anónima desportiva, preocupado em rendibilizar os investimentos dos accionistas.

A perspectiva de desenvolvimento do desporto em Portugal tem sido focalizada no número de praticantes e destes considerados somente aqueles que são

¹⁹ Lopes, Simões (1984), *Desenvolvimento Regional*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2.^a ed.

²⁰ Sérgio, Manuel (1986), *Para um Desporto do Futuro*, Lisboa, Ministério da Educação e Cultura, Direcção-Geral dos Desportos, col. «Desporto e Sociedade» N.º:11.

²¹ Perroux, François (1981), *Ensaio Sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

federados. A própria Administração Pública tem sustentado o processo de atribuição de recursos às Federações Desportivas, quase que exclusivamente no número de praticantes desportivos de cada uma delas. São, por isso, conhecidos os processos inflacionistas provocados por algumas Federações Desportivas no sentido de registarem um cada vez maior número de praticantes e, deste modo, apresentarem uma demografia federada mais favorável. A demografia federada é de fundamental importância, contudo, a contabilidade bem como os fluxos inerentes a uma dada situação desportiva, onde são contabilizados os mais diversos «elementos desportivos» é também de fundamental importância para compreender a dimensão do desenvolvimento no âmbito do desporto. Isto significa também, a necessidade de haver um acesso expedito aos dados e à informação, no sentido de poder ser realizada investigação e produzido conhecimento de suporte ao processo de desenvolvimento. Contudo, quando se avança para processos em que o quantitativo assume uma importância significativa é necessário considerar, que os cálculos matemáticos e estatísticos mais sofisticados devem ser entendidos como mais um instrumento para ajudar a decisão e não para a determinar. Existem valores irreduzíveis à quantificação e à contabilização como, por exemplo, a liberdade (Perroux, F., 1981) ²², pelo que a assunção de um conjunto de princípios relativos ao desenvolvimento do desporto pode ajudar a melhor compreender o fenómeno, para melhor o organizar e gerir.

4. Princípios do Desenvolvimento

Decorre do que foi dito que o desenvolvimento do desporto também é um conceito normativo, que representa uma determinada ideia de mudança social, num dado sistema social, referenciado no espaço e no tempo. Em conformidade, deve obedecer a um conjunto de princípios que passamos a enunciar.

1 – Princípio da Responsabilização do Estado: Uma análise da evolução do papel do Estado desde o início do desporto em Portugal em finais do século passado (Pires, 1987) ²³, revela-nos que, se a princípio era desinteressada, a partir, sobretudo, da década dos anos trinta aumentou significativamente, embora tenha havido cambiantes, de ordem quantitativa, sempre que transformações políticas aconteceram. Quanto a nós, não se trata de haver mais ou menos Estado. Trata-se de ter um Estado com uma focagem certa em relação aos aspectos económicos e sociais da sociedade desportiva onde está a intervir. Neste domínio o Estado não

²² Perroux, François (1981), *Ensaio Sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

²³ Ver: Pires, G. (1987), *Do Associativismo à Orgânica do Estado*, Lisboa, Direcção-Geral dos Desportos, col. «Desporto e Sociedade» n.º 48.

pode ser «amnésico» esquecendo as suas obrigações naquilo que diz respeito à correcção das assimetrias económicas e sociais, nem pode ser «cego» ao ponto de ter uma política desportiva indiferenciada para a generalidade da população ou mesmo promovendo e acentuando as assimetrias do país. O Estado tem de ter uma acção inteligente que se deve traduzir em benefício das populações. Mas, quando é que se justifica a intervenção do Estado? Em nossa opinião, os critérios são quatro: (1.º) Quando o interesse de minorias com capacidade de reivindicação e organizadas em *lobies* se esteja a sobrepor ao interesse das maiorias sem capacidade reivindicativa. Ou, quando minorias desprotegidas estejam a ser ignoradas, no quadro do desenvolvimento do País; (2.º) Quando a sociedade civil não responde, por incapacidade ou desinteresse, às necessidades sociais; (3.º) Quando a boa utilização de dinheiros públicos estiver em jogo; (4.º) Quando o prestígio e a dignidade Nacional estiverem em causa. A este respeito Amartya Sen (1999) pergunta como é que os direitos podem ter qualquer valor senão através da responsabilidade do Estado, enquanto autoridade máxima? Muito embora não se descarte a responsabilidade do Estado garantir o pleno cumprimento dos direitos, há que considerar a perspectiva de que eles podem ser muito melhor cumpridos enquanto considerados um sistema de valores éticos ao serviço da humanidade do que através de normas legais produzidas pelo próprio Estado.

2 – Princípio da Globalidade: O desenvolvimento aplica-se ao todo Humano. O Homem, por um lado, tem de ser entendido na sua globalidade, por outro, como centro do Universo e medida de todas as coisas. O desenvolvimento é, por isso, uma questão de dignidade da pessoa na salvaguarda dos seus direitos de cidadania. Em conformidade, o desenvolvimento representa uma visão de conjunto das dimensões de um todo humano e a diversidade dos aspectos que deve ser assumida nas suas relações, pelo que o termo pode-se aplicar a conjuntos de dimensões e de estruturas diversos tais como nação, região, saúde, cultura, desporto, organismo, clube. Nesta conformidade, não faz sentido pensar-se no desenvolvimento do desporto à margem do desenvolvimento do país, sob pena de, tal como acontecia nos países para lá da «cortina de ferro», o desporto dar origem a uma nova casta que acaba por viver à custa das misérias culturais, económicas e políticas do povo. «Abaixo os privilegiados, artistas e desportistas» eram as palavras que se liam em alguns cartazes em Berlim, aquando da queda do muro.

3 – Princípio da Teleologia Funcional: Sendo a teleologia a ciência que estuda os fins e as finalidades, procura determinar a acção directa que o fim exerce sobre os meios. É necessário conhecer a razão da existência do desporto. Temos de saber para o que é que serve o desporto, isto é, utilizando as palavras de Peter Drucker (1989)²⁴ qual é o «negócio» do desporto, quais os seus objectivos e

²⁴ Drucker, Peter (1989), *Inovação e Gestão – Uma Nova Conceção de Estratégia de Empresa*, Lisboa, Biblioteca de Gestão Moderna.

as suas metas, quais as concepções de ordem filosófica. É que entre colocar o desporto ao serviço do cidadão ou o cidadão ao serviço do desporto vai um mundo de possibilidades que podem configurar as mais diversas ideologias.

4 – Princípio da Autodeterminação: As decisões fundamentais relativas ao desenvolvimento de um sistema não lhe podem ser exteriores. O efeito sinérgico só é conseguido se o sistema mantiver a sua identidade, conseguida através do usufruto de um estatuto de independência. Embora o princípio da integração seja de fundamental importância, há que evitar a possibilidade de todo o processo descambar numa total subordinação do desporto aos demais sub-sistemas. Quer isto dizer, que o desenvolvimento do desporto deve ter sempre presente o quadro desportivo, na medida em que, em quaisquer circunstâncias, ele deve ser prioritário quando se desenvolvem políticas desportivas. Por isso, o desenvolvimento tem de ser endógeno, isto é, cada sistema tem de encontrar as forças internas necessárias para a sua evolução e progresso. Tem de estar sustentado na construção de sinergias internas de sinal positivo de forma a poder sobreviver.

5 – Princípio da Prioridade Estrutural: É necessário conseguir estabelecer alterações na estrutura do sistema. Deste modo, têm de ser previamente identificados os elementos estruturais, estabelecida uma hierarquia de prioridades, no sentido de ser sempre possível, apurarem-se os estrangulamentos e as dificuldades. Não existem sistemas estáveis, no entanto, os limites da sua mobilidade devem ser determinados por princípios de ordem ideológica que o devem orientar: (1) Por finalidades que determinem a razão da sua existência; (2) Por um quadro de metas e objectivos que deve procurar atingir; (3) Pelos meios e os processos de actuação.

6 – Princípio da Transformação Graduada: O futuro está em conseguir idealizar uma solução que, por um lado, não dê continuidade total ao sistema, mas que, por outro, não crie uma ruptura total. Em conformidade, é necessário distinguir três realidades distintas. A primeira diz respeito à necessidade de determinar o que deve ser substituído, a segunda o que deve ser melhorado e a terceira o que deve ser aproveitado. Ora, isto só pode ser conseguido, de uma forma participada e integrada, em cada área, sector e etapa²⁵ do fenómeno desportivo de uma forma progressiva e graduada. É necessário partir de um quadro de princípios para que possam ser definidos objectivos, concebidas estratégias alternativas, formalizadas em políticas e articuladas no tempo.

²⁵ O conceito de «etapa» determina os períodos de tempo entre os diversos momentos da vida de um praticante desportivo, que vão desde a animação, até à recreação à manutenção, à alta competição e ao profissionalismo. Do ponto de vista formal, assumem diversas classificações a depender das modalidades: infantil, iniciado, juvenil, júnior, senior.

7 – Princípio da Continuidade Funcional: O sistema não pode parar. Os cortes processam-se no domínio das ideias. O sistema não permite cortes radicais entre o novo e o velho. As transformações devem ter em conta o sistema existente e em funcionamento. Deve-se procurar uma articulação harmoniosa entre a tradição e a modernidade. Uma via de transformações com um carácter reformista trata de introduzir, em cada local e em cada momento, medidas no sistema que o conduzam a melhorar as suas «performances» e não a substituí-lo. O que se deve procurar, é descobrir as razões disfuncionais do Sistema Desportivo de forma a serem encontradas as soluções ajustadas ao seu desenvolvimento. O maior estrangulamento que hoje pode ser identificado no sistema desportivo é a total incapacidade de uma grande maioria de dirigentes desportivos que se perpetuam no sistema.

8 – Princípio do Equilíbrio: O desenvolvimento do desporto deve processar-se de uma forma equilibrada, tendo em atenção que, no planeamento da distribuição dos recursos, tem de se ter em atenção não só a situação dos diversos segmentos sociais do país, a dimensão espacial do processo de desenvolvimento, bem como uma justa e coerente articulação dos vários programas e projectos entre si, quer dizer, com um posicionamento específico numa dada escala de valores, determinada pela política desportiva do País. Este princípio estabelece uma íntima relação com o princípio da desconcentração e descentralização.

9 – Princípio da Garantia dos Recursos Mínimos: Deve ser conseguida uma boa correspondência entre os objectivos e os recursos para que, em termos temporais e espaciais o desenvolvimento se processe de uma maneira uniforme. O desporto constitui um direito cuja satisfação o Estado deve procurar assegurar, na medida do que é justo e legítimo.

10 – Princípio da Interação: O Sistema Desportivo para sobreviver e desenvolver-se tem de criar mecanismos e projectos de interacção e entreaajuda com todos os outros sistemas sociais. Devem ser estudadas as possibilidades de cooperação com outros sistemas tais como a saúde, a juventude, o trabalho, a justiça, o turismo, etc. Aqui levanta-se outra questão de fundamental importância no âmbito do presente trabalho. Então quem é que tem o dever de suprir um direito, quando não existe um dever perfeito? Para Amartya Sen, a resposta a este direito tem de ser encontrada na sociedade, entre aqueles que estão em posição de poderem ajudar. Desta perspectiva, surgem duas situações distintas. A primeira, caracteriza-se pelos direitos que as pessoas têm mas não são cumpridos. Esta situação ultrapassa o âmbito deste trabalho já que tem a ver com os direitos de cidadania pois o que está em causa é a democraticidade do regime em causa. A segunda, a relativa aos direitos imperfeitos, quer dizer aqueles que embora sejam reconhecidos não são, pelas mais diversas razões supridos, abre, de facto, a possibilidade à intervenção das mais diversas organizações.

11 – Princípio da Integração: Deve existir, a nível da concepção da política global uma articulação e coordenação entre os vários subsistemas sociais que intervêm directa ou indirectamente no processo desportivo. Enquanto que com o princípio da interacção se procurava uma inter ajuda de efeitos benéficos para ambas as partes, com o princípio da integração o que se visa é a construção de políticas desportivas realizadas por diferentes organismos, mas com objectivos comuns. O que se nota, na maioria das vezes, é que não existe uma política desportiva, mas a coexistência de várias políticas desenvolvidas por diversos organismos do sistema desportivo, sem qualquer articulação entre si.

12 – Princípio da Descentralização: O desenvolvimento deve ter como objectivo, por um lado, detectar e corrigir as assimetrias regionais, e, por outro, ter em atenção o quadro cultural de cada região, respeitando as suas normas, os seus valores e as suas tradições e as suas reais capacidades de participar no desenvolvimento. O princípio em causa diz-nos que: É uma injustiça e, ao mesmo tempo, um sério mal e uma perturbação do desenvolvimento, atribuir a uma unidade orgânica de maiores dimensões e dum nível mais alto, aquilo que unidades subordinadas e menores podem, até com vantagens acrescidas, fazer. E é assim, porque toda a actividade social deve, por sua própria natureza, proporcionar uma ajuda aos membros do corpo social e nunca acabar com eles ou absorvê-los (Schumacher, 1980) ²⁶.

13 – Princípio da Optimização de Meios: Sendo o Sistema Desportivo constituído por vários subsistemas, têm que ser idealizados os mecanismos conducentes a uma rentabilização óptima dos recursos disponíveis, no respeito por cada uma das partes. Nenhum sistema pode viver sem as ajudas e sem as contribuições daqueles que, a diversos níveis, podem protagonizar o desenvolvimento. São eles que vão estabelecer as pontes necessárias e, conseqüentemente, a comunicação entre o ambiente burocrático e o poder político. Deste modo, os portadores de conhecimento serão, cada vez mais, os actores que vão funcionar tanto no ambiente burocrático como no ambiente político. São eles que vão reduzir as incertezas e preparar e integrar com sinergia a decisão política. São aquilo que podemos denominar de comissões interactivas, constelações de trabalho de apoio à decisão, ou constelações de conhecimento, que ao integrarem as mais diversificadas e significativas sensibilidades do sistema, garantem o princípio da participação e, conseqüentemente, uma decisão mais ajustada a cada.

14 – Princípio da Participação: O processo de desenvolvimento desportivo tem de proporcionar um mínimo de condições para conduzir os cidadãos a

²⁶ Schumacher, E. (1980), *Small is Beautiful, um estudo de economia em que as pessoas também contam*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1.ª ed. original 1973.

criarem hábitos desportivos e entenderem o seu significado. Consequentemente, a sua participação deve estar sempre garantida, bem como a liberdade fundamental dos indivíduos e grupos, de participarem ou não no desporto, de escolherem a sua modalidade e de se associarem livremente nos mais diversos projectos. A todos os Homens e a cada Homem devem ser proporcionadas condições e oportunidades para um aproveitamento global das suas capacidades segundo as suas próprias aspirações. O desenvolvimento é feito pelas pessoas para as pessoas em particular, e para as comunidades em geral. Deste modo, a dimensão da participação das populações é, em nossa opinião, uma forte componente que separa um processo exclusivamente vocacionado para o crescimento de um outro com objectivos no domínio do desenvolvimento.

15 – Princípio da Responsabilidade: O Sistema Desportivo deverá, através da mediação da organização política, ser responsabilizado perante o Sistema Social. Entenda-se que o Estado também faz parte do Sistema Desportivo e, como tal, tem a sua quota parte de responsabilidade, sobretudo nos domínios do financiamento, da função legislativa, e da função de controlo. A burocracia desportiva configurada pela Administração Pública, terá de dar origem a uma burocracia à qual se deve acrescentar uma visão científica e humanística da problemática desportiva. É ela que deve estar ao serviço dos cidadãos e não estes ao seu serviço.

16 – Princípio da Igualdade e do Direito à Diferença: Este princípio diz-nos que a todos os Homens em geral, e a cada Homem em particular, devem ser proporcionadas condições para o pleno aproveitamento das suas capacidades segundo as suas próprias aspirações (Perroux, 1981). Deste modo, não devem ser estabelecidas discriminações entre os indivíduos. Este princípio conduz-nos ao problema da «igualização de oportunidades», que determina que, para que as oportunidades sejam iguais para todos, não devem ser estabelecidas discriminações entre os indivíduos. Desenvolver é homogeneizar, anular disparidades e desigualdades, isto é, proporcionar às populações igualdades de direitos no acesso aos equipamentos e práticas desportivas. A partir daqui, coloca-se a questão das políticas desportivas desenvolvidas para a generalidade da população e as direccionadas para as elites. Tem de haver uma justa relação, no pressuposto que nem as elites desportivas dependem dos praticantes de base nem os atletas de alta competição podem, ser factores únicos de promoção do desporto. O conceito de «elite correspondente»²⁷, em termos de «ciclos de desen-

²⁷ Segundo Castejon Paz (1972) é necessário distinguir a elite ideal duma elite que se designa por «correspondente». A primeira define-se em relação aos praticantes possíveis: é a elite que corresponde idealmente ao número de praticantes possíveis. Em contrapartida a elite correspondente define-se em relação ao número de praticantes reais. É a elite que deve existir de acordo com o número de praticantes reais. Repare-se que a elite real, a que verdadeiramente existe, pode ser igual, menor ou maior do que a elite correspondente, tirando-se daí as ilações necessárias em termos de política desportiva.

volvimento» do desporto, possibilita a abordagem desta questão de uma forma séria e justa ²⁸.

17 – Princípio do Direito de Livre Escolha: A importância deste princípio relaciona-se com a necessidade do Sistema Desportivo engendrar soluções que garantam a liberdade de participação e de escolha a todos os seus intervenientes. Processos de «desenvolvimento» centrados em políticas desportivas de massas, isto é dirigidas a uma população amálgama e indiferenciada, devem considerar a possibilidade de existirem políticas desportivas centradas na satisfação das necessidades singulares de cada praticante desportivo.

18 – Princípio da Coerência: O Sistema Desportivo na sua diversidade deverá ser organizado, tendo em atenção a sua unidade perante a sociedade, na medida em que as políticas desportivas não podem ser geradoras de novas injustiças. Pelo contrário, devem ser dirigidas, sobretudo quando se trata de apoios substanciais por parte do Estado, àqueles que deles mais têm necessidade e não àqueles que têm capacidade reivindicativa.

19 – Princípio dos Deveres Perfeitos: Os direitos humanos ligam ao desenvolvimento a ideia de que todos são responsáveis por facilitar e melhorar o próprio desenvolvimento humano. A questão está em saber quais as acções estratégicas e os esforços que as diferentes entidades devem empreender para a realização de direitos humanos, projectando-as no sentido de promover o correspondente desenvolvimento. Significa, em suma, uma abertura à responsabilização dos diversos actores e instituições sociais, aqueles que segundo Amartya Sen estão em posição de poderem ajudar, sempre que os direitos humanos e o desenvolvimento continuam por cumprir.

Qualquer direito, em princípio, requer que lhe esteja associado um dever que terá de ser atribuído a alguma entidade. Se não estiver determinado a quem compete o dever de suprir um determinado direito, esse direito não passa de uma ilusão. O RDH 2000, aliás na sequência do que Amartya Sen já explicara, afirma que aqueles que defendem os direitos e deveres, na forma de deveres perfeitos, quer dizer, quando existe entre ambos uma relação biunívoca, tendem a ser, normalmente, bastante intolerantes com o discurso dos «direitos» sem que se indiquem os agentes que têm o dever de assegurar o cumprimento desses

²⁸ A teoria dos ciclos de desenvolvimento do desporto, decorre de um trabalho realizado para o Conselho da Europa por André Van Lierd. Cruzando as conclusões do trabalho de Van Lierd com a obra de Rostow (1978), *As Etapas do Desenvolvimento Económico*, foi possível idealizar um processo idêntico para desporto em que o desenvolvimento se processa segundo um ciclo de três fases a saber: A fase de promoção; A fase de formação; A fase de (re)organização. Nenhuma destas fases funciona só por si já que o seu nome representa exclusivamente uma tendência nos processos organizacionais.

direitos. A não ser assim, os direitos humanos não passam de conversa fiada (*loose talk*).

A ligação entre direitos e deveres, corresponde àquilo que o filósofo Immanuel Kant chamava de dever perfeito. Kant, na *Crítica da Razão Prática* designa por deveres perfeitos, aqueles que estão perfeitamente ligados aos direitos. São deveres pré-definidos, exactos e atribuídos a determinados agentes, pelo que estão próximos dos deveres legais. O dever perfeito não permite qualquer excepção sob pena de se transformar num dever imperfeito. Estes, são deveres gerais e não compulsivos, dado que deixam em aberto quer o modo como podem ser desempenhados quer a sua eficácia. Contudo o não cumprimento de um dever imperfeito não deixa de significar falhas, morais ou políticas, graves.

5. Situação desportiva

A situação desportiva é um conceito base do processo de gestão do desporto, que permite conhecer, analisar e compreender o estado de um dado âmbito desportivo, através da identificação das existências e dos fluxos dos elementos²⁹ que a compõem. O interesse fundamental do conhecimento da situação desportiva deve-se ao facto deste conceito ser a base de sustentação de políticas e de projectos desportivos, já que é a partir da análise da situação desportiva – diagnóstico do desporto – que se pode desencadear um processo de tomada de decisão quanto à organização do futuro, quer ele diga respeito a um estabelecimento de ensino, um clube, uma federação, uma organização não governamental, uma empresa desportiva ou ao próprio País. Organizamos a situação desportiva a partir de três quadros: (1) Quadro desportivo; (2) Quadro para-desportivo; (3) Quadro extra-desportivo.

Para que a análise da situação desportiva seja um instrumento com utilidade prática, tem de partir de estruturas de análise pré determinadas através de processos metodológicos ajustáveis às diferentes realidades dos vários países, das diversas regiões, diferentes organismos ou modalidades desportivas.

²⁹ Elemento é a unidade não decomponível do mundo do desporto. Podem ser organizados em três categorias: (1) Desportivos (quadro desportivo), (2) Para-desportivos (quadro para-desportivo); (3) Extra-desportivos (quadro condicionante). No quadro desportivo organizam-se pessoas (praticantes do desporto, monitores, dirigentes, etc.), coisas (instalações, equipamentos, etc.) ou estruturas de organização (clubes, federações, etc.). No quadro para-desportivo organizam-se todas as entidades que embora não pertencendo ao mundo do desporto podem apoiá-lo caso sejam estimuladas ou solicitadas para tal. Estão neste caso as corporações de bombeiros as agências de comunicação, *marketing* e publicidade, etc. No quadro condicionante organizam-se os elementos que condicionam quer positiva quer negativamente o mundo do desporto. São eles as condições geográficas e climáticas, as características anatómicas e fisiológicas das populações, ou as suas condições económicas.

Nesta conformidade, as políticas devem ser regidas por princípios que configuram um determinado quadro ideológico³⁰, sendo postas em equação a partir dos factores de desenvolvimento do desporto. Em ciências sociais, de uma maneira geral, entende-se por factor um operador que intervém no desenvolvimento de um fenómeno. Castejon Paz (1977) definiu factor de desenvolvimento como «o conjunto de actividades que combinadas em programas, tendem a desenvolver os diversos elementos da situação e a melhorar assim, directa ou indirectamente, o nível desportivo existente». Os factores de desenvolvimento podem ser classificados de diversas maneiras conforme a sua natureza. Assim podemos identificar: (1) Factores materiais, tais como as instalações e os equipamentos; (2) Factores imateriais, tais como o normativo de diversas categorias; (3) Factores financeiros, tais como os investimentos financeiros realizados no domínio do desporto; (4) Factores humanos, tal como toda a gama de quadros humanos que intervém no processo desportivo. Utilizando uma taxonomia que procura responder ao processo de desenvolvimento do desporto em Portugal e avançando mais na desagregação da classificação atrás indicada, têm sido utilizados doze factores de desenvolvimento: Orgânica; Actividades; *Marketing*; Formação; Documentação; Informação; Instalações; Apetrechamento; Quadros humanos; Economia e Finanças; Normativo; Gestão.

6. Nível Desportivo

O conceito de nível desportivo traduz o objectivo global, quer dizer, o objectivo máximo de toda a política desportiva³¹. Nesta conformidade, o nível desportivo é um índice que nos possibilita ter uma visão global do mundo do desporto, através de uma relação, expressa pela razão entre o número de praticantes de base e o número de praticantes de elite.

O nível desportivo cumpre quatro grandes objectivos: (1) Visão estratégica de conjunto; (2) Coordenação eficaz entre as diferentes categorias de objectivos; (3) Possibilidade de se poderem comparar diferentes políticas desportivas; (4) Integração da política de desenvolvimento do desporto na política de desenvolvimento global³².

Pelo que se acabou de referir, compreende-se que a questão do nível desportivo tem de ultrapassar a mera especulação teórica para operacionalizar um processo de análise mais potente. Em consequência, é necessário construir um índice indicador do nível desportivo, através da idealização de um modelo que

³⁰ Ver: Morin, Edgar (1981), *As Grandes Questões do Nosso Tempo*, Lisboa, Editorial Notícias.

³¹ Paz, Castejon (1973). Para este autor o termo de nível desportivo pode ser substituído por uma expressão, análoga, como, por exemplo, desenvolvimento desportivo.

³² Ver: Paz, Castejon (1973), *La Rationalization des Choix en Matière de Politique Sportive Esquisse d'une Metodologie Les Intruments Conceptuels*, Strasbourg, Conseil de L'Europe.

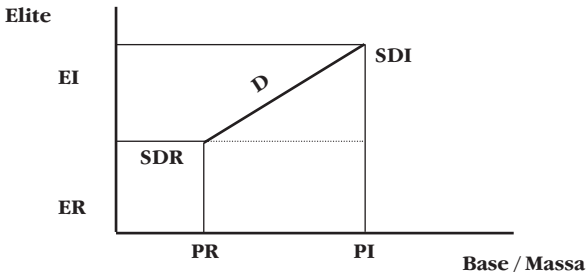
possibilite a comparação entre várias organizações, várias regiões, vários países ou, em termos de planeamento, entre vários momentos, de maneira a ser possível compreender e agir de uma forma mais eficiente. No entanto, se nos baseássemos unicamente nos valores reais, o nível desportivo não seria mais que uma simples fotografia da situação existente. Nesta circunstância, dependeria exclusivamente do índice demográfico de um país, quer dizer, um nível desportivo como um valor absoluto não tem mais importância do que qualquer taxa resultante da análise da situação desportiva.

Em conformidade, interessa-nos considerar o nível desportivo com um valor relativo. Para o efeito é necessário estabelecer em relação aos valores reais dos elementos desportivos em causa, os seus valores ideais. Quer dizer, uma coisa é o número de praticantes desportivos que um país tem, outra é aqueles que poderia ter. Por isso, é preciso ter em conta, a relação entre o número de praticantes existentes e os possíveis (ou desejáveis) e o número de praticantes de elite e aquele que idealmente corresponderia ao número praticantes possíveis. Consequentemente, o nível desportivo será definido como a distância que separa uma situação real de uma ideal, tendo em consideração: Número de praticantes de base reais; Número de praticantes de bases ideais (possíveis); Elite real; Elite ideal. Nesta situação consideram-se só os praticantes de base e de elite, reais e ideais na assumpção de que eles traduzem em termos finais o resultado da situação desportiva. Segundo Castejon Paz (1972) é necessário, ainda, considerar uma elite a que o autor designa por correspondente, que é a elite que deve existir tendo em atenção o número de praticantes reais.

Em conformidade é necessário distinguir três elites: a real, a ideal, e a correspondente. Só as duas primeiras são utilizadas na determinação do nível desportivo. Esta situação, a ideal é obtida por convenção. Por exemplo, entende-se que a relação ideal entre praticantes de base e praticantes de elite é de 4/10000 (Paz, Castejon, 1972) o que significa dizer que para dez mil praticantes de base, a elite correspondente deve ser de 4 atletas de alta competição. Esta relação, ao ser obtida por convenção obriga a ajustamentos quer se trate de modalidades colectivas ou de modalidades individuais. Postos estes considerandos, podemos dizer que o nível desportivo dum clube, duma região ou dum país será tanto maior quanto menor for a distância entre a sua situação desportiva real e a ideal como se pode ver no quadro n.º 1 que determina o nível desportivo em valores absolutos. Para o efeito utilizamos o teorema de Pitágoras. Dados dois pontos referidos a um sistema de eixos cartesianos cujo ângulo seja de 90.º podemos determinar a distância entre os eixos. Quer dizer, num triângulo rectângulo, o quadrado da hipotenusa é igual à soma dos quadrados dos catetos. A partir daqui o objectivo está em fazer com que o nível desportivo seja uma função da distância entre dois pontos ³³.

³³ Paz, Castejon (1978), *La Política Deportiva como Conjunto de Programas de Desarrollo del Deporte*, Madrid, Diplaco.

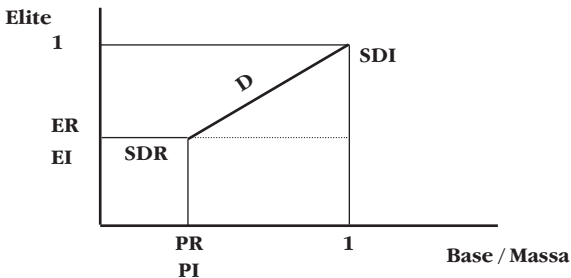
QUADRO N.º 1
Nível desportivo (Valores absolutos)



$$D = \sqrt{(PI - PR)^2 + (EI - ER)^2}$$

Contudo, para que o nível desportivo possa ter um valor relativo, quer dizer, poder comparar diferentes realidades desportivas, há que relativizá-lo como se vê no quadro n.º 2. Para o efeito, estabelecem-se dois rácios considerando os valores ideais e reais, (valor ideal sobre o valor real) que serão sempre menores ou iguais à unidade. Considera-se, ainda, que a situação ideal no sistema de eixos cartesianos é igual à unidade.

QUADRO N.º 2
Nível desportivo (Valores relativos)



$$D = \sqrt{\left(1 - \frac{PR}{PI}\right)^2 + \left(1 - \frac{ER}{EI}\right)^2}$$

A fórmula matemática que melhor expressa o nível desportivo é a que a seguir se apresenta no quadro n.º 3 que simultaneamente explora uma situação de determinação do nível desportivo a duas dimensões.

QUADRO N.º 3
Nível desportivo (Fórmula)

$$ND = \left(1 - \frac{D}{\sqrt{2}}\right) \times 100$$

Se: ER = 0 e EI = 0 temos $D = \sqrt{2}$ e ND = 0

Se: ER = EI e PR = PI temos D = 0 e ND = 100

E - Elite
P - Praticantes
de base
R - Real
I - Ideal

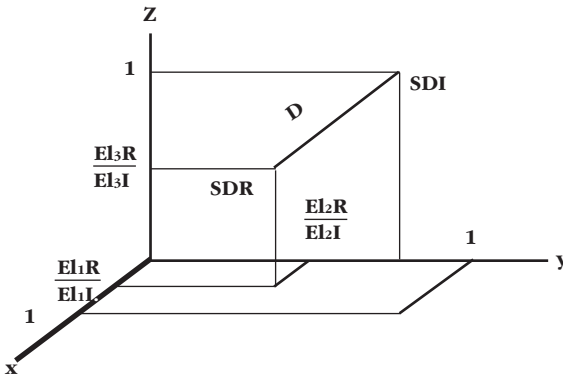
Se o número de praticantes reais (PR) for igual a zero, e o número de elite real for também igual a zero, significa que não existe desporto. A distância (D) é igual a raiz de dois e o nível desportivo (ND) igual a zero.

Se o número de praticantes reais (PR) for igual ao número de praticantes ideais (PI) a distância é igual a zero e o nível desportivo (ND) igual a cem.

No espaço a três dimensões a expressão é análoga, obtendo-se no caso eixos tri-rectangulares, como se pode ver no quadro n.º 4. Nesta situação, podemos considerar três elementos desportivos na determinação do nível desportivo. Por exemplo, para além dos considerados anteriormente, os técnicos direccionados para a elite e os direccionados para a generalização da prática desportiva.

QUADRO N.º 4

Nível desportivo (Fórmula a 3 dimensões)



$$D = \sqrt{\left(1 - \frac{ElR_1}{ElI_1}\right)^2 + \left(1 - \frac{ElR_2}{ElI_2}\right)^2 + \left(1 - \frac{ElR_3}{ElI_3}\right)^2}$$

El - Elemento desportivo
R - Real
I - Ideal

Num espaço a (n) dimensões a expressão generaliza-se conforme se apresenta no quadro n.º 5

QUADRO N.º 5

Nível desportivo (Fórmula a 3 dimensões)

$$D = \sqrt{\left(1 - \frac{El_1R}{El_1I}\right)^2 + \dots + \left(1 - \frac{El_nR}{El_nI}\right)^2}$$

$$ND = \left(1 - \frac{D}{\sqrt{n}}\right) \times 100$$

Se: ER = 0 e EI = 0 temos D = $\sqrt{2}$ e ND = 0
Se: ER = EI e PR = PI temos D = 0 e ND = 100

El - Elemento desportivo
R - Real
I - Ideal

Se o aumento do número de praticantes de base e o número de praticantes de elite é o objectivo da política desportiva, torna-se necessário determinar a relação entre estes dois elementos. Ao fazê-lo, estamos no domínio do conceito de elite correspondente que tem por objectivo aferir o valor da elite real. Quando a elite real é superior à elite correspondente, diz-se que existe um exagero em matéria de política desportiva em relação ao esforço realizado no desporto de rendimento. Pelo contrário, se a elite real for inferior à elite correspondente, então, pode-se concluir que a política desportiva está desequilibrada no sentido do desenvolvimento dos praticantes de base. Se a elite real for igual à elite correspondente, significa que existe um equilíbrio entre a massa e a elite

Sendo a elite correspondente uma relação ou proporção entre o número de praticantes e o número de campeões que deveria existir, é preciso ter em conta variações desta proporção segundo a «lei dos rendimentos decrescentes»³⁴. Em princípio, a elite terá tendência para aumentar rapidamente até um ponto de inflexão em que, em termos relativos, diminuirá. É difícil dizer qual é o ponto de inflexão no desporto, mas não há dúvida que a elite ideal, precisamente porque corresponde ao número de praticantes possíveis (ideais), determina-se de acordo com a «lei dos rendimentos decrescentes». Será, portanto, proporcionalmente inferior à elite que corresponde ao número de praticantes reais.

7. Conclusões

Em termos de desenvolvimento há que iniciar um novo processo de reflexão, já que as condições que estabeleceram as lógicas do passado, configuradas num estado providência, deixaram de ter, em múltiplas situações, nos dias que correm, qualquer lógica. O mercado invadiu o mundo do desporto. O Estado tem-se vindo a retirar ao ponto de, em muitos casos, ter deixado de cumprir as suas responsabilidades. Os *lobbies* que dominam os *media* reivindicam cada vez mais privilégios sem terem o mais pequeno sentido de decência. Esta nova situação significa que estão a ser estabelecidos novos desequilíbrios, que é necessário considerar em termos de desenvolvimento do desporto no quadro do desenvolvimento dos próprios países.

O próprio modelo europeu de desporto, construído tendo por base determinadas premissas que entretanto foram abandonadas, passou a funcionar em roda livre, na maior das promiscuidades, onde se estabelecem as maiores confusões entre o público e o privado. Também aqui é necessário saber o que pertence ao mercado e aquilo que é em termos inalienáveis da competência do Estado.

³⁴ Lei dos rendimentos decrescentes: Ao aplicarem-se acréscimos iguais de um factor variável a uma quantidade constante de um factor fixo, obtém-se uma produção adicional cada vez menor.

Há que encontrar, ou reencontrar o espaço do desporto na sociedade hodierna, em benefício das populações. Em conformidade, há que regressar aos valores do desenvolvimento, e às virtualidades do desporto enquanto actividade de promoção económica dos países e das regiões, de forma a que, os seus aspectos de promoção social, não passem para lugares secundários.

Para o efeito é necessário ter alguns cuidados de planeamento que numa lógica de desenvolvimento permitam que o desporto, em termos de políticas sociais, deixe de navegar à vista para passar a navegar por instrumentos. Para o efeito, desenvolvemos a partir de Castejon Paz (1976) dois instrumentos de medição e prospectiva, que podem e devem continuar a ser tratados em termos de organização do futuro.

PSICOLOGIA DO DESPORTO EM PORTUGAL: PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Duarte Araújo *
Sidónio Serpa **

1. Introdução

A psicologia do desporto como o «*estudo científico das pessoas e dos seus comportamentos nas actividades do desporto e do exercício*»¹, revela que para além dos eventos competitivos, esta disciplina interessa-se pelos contextos não competitivos do exercício e da saúde. De facto a psicologia do desporto é uma disciplina científica, mas também uma área profissional.

Enquanto área profissional, a psicologia do desporto refere-se à prática da psicologia por profissionais que se especializaram no trabalho com atletas ou outros agentes que estejam relacionados com o desporto ou com o exercício. Enquanto disciplina científica, a psicologia do desporto surge do desenvolvimento académico oriundo das universidades relacionadas com as ciências do desporto, motricidade humana, ou educação física. Aqui, o estudo da psicologia do desporto relaciona-se tanto com os factores psicológicos que influenciam a participação no desporto e exercício, como com os efeitos psicológicos derivados dessa participação².

A maior diferença entre as actividades profissionais e as actividades científicas é a de que o primeiro grupo trabalha numa área aplicada – a prática de psicologia nos contextos de actividade desportiva e de exercício – enquanto que o segundo grupo trabalha ao nível da investigação, do desenvolvimento de teorias e, mais recentemente, com a aplicação do conhecimento obtido no «terreno» desportivo. Os especialistas em psicologia do desporto, tanto investigadores como profissio-

* Assistente da Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa.

** Professor Associado da Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa.

¹ Weinberg, R.; Gould, D. (1999), *Foundations of Sport and Exercise Psychology* (2nd Ed). Champaign, Human Kinetics, p. 4, nossa tradução.

² Araújo, D. (2002), «Definição e história da psicologia do desporto», in S. Serpa e D. Araújo (Eds.) *Psicologia do desporto e do exercício. Compreensão e aplicações*, Cruz Quebrada, Portugal, FMH Edições, pp. 9-52.

nais, têm como fim último contribuir para o desenvolvimento pessoal das pessoas com quem trabalham, através da prática do desporto e do exercício³. Além da investigação e da intervenção profissional, um terceiro componente da psicologia do desporto é a educação. A transmissão e ensino de conhecimentos, de princípios e de práticas são levados a cabo sobretudo nas universidades⁴. Podemos, portanto, conceber a psicologia do desporto como um ramo científico independente, que resultou da intercepção entre psicologia, ciências do desporto e do próprio desporto enquanto fenómeno, sendo simultaneamente uma área profissional que olha para o desporto e para o exercício sob uma perspectiva psicológica⁵.

A grande proliferação de diferentes áreas em psicologia permite não só a ampliação dos temas estudados, como propicia que o conhecimento se aprofunde. Deste modo, é ao nível dos objectos, dos métodos e dos contextos que é possível distinguir as diferentes áreas abordadas em cada ciência. Para uma ciência ou área evoluir é necessária a sua divulgação e a sua credibilização, ou seja, não é necessário apenas o desenvolvimento de conteúdos, mas também o desenvolvimento da sua divulgação. É com base nestes aspectos que podemos encontrar os seguintes períodos na evolução internacional da psicologia do desporto⁶:

- 1 – Raízes da psicologia do desporto (até 1919);
- 2 – Antecedentes preparatórios da psicologia do desporto (1920-1945);
- 3 – Emergência da psicologia do desporto (1946-1964);
- 4 – Autonomia da psicologia do desporto (1965-1981);
- 5 – Especificação da psicologia do desporto (1982-1992);
- 6 – Integração da psicologia do desporto (1993-até hoje).

Actualmente, tanto a nível internacional como nacional, procura-se integrar diferentes abordagens da psicologia, e sobretudo diferentes disciplinas (fisiologia, biomecânica, sociologia, etc.) para compreender e influenciar o comportamento. Esta evolução ocasiona não só o alargamento das áreas estudadas pela psicologia do desporto como também o seu aprofundamento.

³ Ibidem.

⁴ Tenenbaum; Morris (2000), «Sport and Exercise Psychology», in *Vade Mecum. Directory of Sport Science*, (2nd Ed.), ICSSPE, CIEPSS, pp.160-178.

⁵ Cf. Araújo, D. (2002), *Op. Cit.*; Brito, A.P. (1996), «A psicologia do desporto como ciência e como prática», in J.Cruz (Ed.), *Manual de Psicologia do desporto*, Braga, S.H.O., pp. 67-77.

⁶ Cf. Araújo, D. (2002), *Op. Cit.*

2. A psicologia do desporto em Portugal

A partir da autonomia da disciplina em 1965, Portugal acompanhou de perto a evolução internacional da psicologia do desporto. Neste sentido, para se analisar a psicologia do desporto em Portugal é necessário analisar as instituições que a ela se dedicam, a investigação realizada no nosso País e a evolução da intervenção no terreno ⁷.

2.1. Instituições

As raízes da psicologia do desporto podem situar-se em 1940, com a fundação do Instituto Nacional de Educação Física (INEF, depois Instituto Superior de Educação Física – ISEF – e actualmente Faculdade de Motricidade Humana – FMH), a primeira escola oficial em Portugal que promoveu a formação superior de professores de educação física ⁸. Desde 1943 que Gonçalves Viana procurava, no INEF, através das cadeiras de Psicologia Geral e mais especificamente de Psicologia Aplicada, discutir aspectos característicos da Educação Física e do Desporto. Com o início do Curso de Instrutores de Educação Física, António Paula Brito cria a disciplina de ‘Psicopedagogia da Educação Física’ para, em 1976, criar especificamente a cadeira de ‘Psicologia do Desporto’. O pioneirismo de Paula Brito permitiu que Portugal estivesse entre os países que iniciavam a expansão da psicologia do desporto no mundo. É, portanto, indiscutível o reconhecimento que lhe é prestado como sendo o «pai da psicologia do Desporto» em Portugal ⁹.

O final dos anos setenta foi fundamental do ponto de vista organizacional. Por um lado, em 1979 constituiu-se o Gabinete de Psicologia do Centro de Medicina Desportiva e no ISEF de Lisboa forma-se, no mesmo ano, o primeiro Laboratório de Psicologia do Desporto nacional, sendo António de Paula Brito responsável por ambos. Foi pela mesma altura que a Sociedade Portuguesa de Psicologia Desportiva viria a ser criada oficialmente. Embora desde 1978 exercesse actividade, a SPPD foi fundada em 1980, com a intenção de ajudar a coordenar os esforços de todos os interessados nesta área e promover a psicologia do desporto de modo mais sistemático no meio desportivo, o que ainda hoje se mantém.

A partir dos anos oitenta, para além da FMH, diversas instituições de ensino superior no domínio das ciências do desporto, com destaque para a Faculdade de Ciências do Desporto e da Educação Física da Universidade do Porto, a segunda mais antiga de Portugal, viriam a incluir a psicologia do desporto nos seus *currícula*. Já em 2003, a Escola Superior de Desporto de Rio Maior (ESDRM), viria a

⁷ *Ibidem*.

⁸ Serpa, S. (1995), «Psicologia do desporto: evolução em Portugal», in *Psicologia*, X, n.º 1-2, 7-14.

⁹ Cf. Araújo, D. (2002), *Op. Cit.*

oferecer uma especialização em psicologia do desporto ao nível de licenciatura em ciências do desporto.

O movimento de aproximação dos psicólogos à psicologia do desporto deu um salto em 1989, quando na APPORT (Associação dos Psicólogos Portugueses) foi criada a respectiva divisão. Até essa data, as faculdades de psicologia mantinham-se desinteressadas do desporto, ainda que durante os anos 80 nalgumas escolas tenham surgido dissertações de licenciatura tratando temas da psicologia do desporto, nomeadamente no Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA) em Lisboa. A primeira pré-especialização neste domínio, numa licenciatura de psicologia, foi criada já nos anos 90 na Universidade do Minho. Esta Universidade iniciou em 1994 o primeiro Mestrado em Psicologia do Desporto. O ISPA oferece desde 1995 um seminário de final de curso que lhe é dedicado, bem como a possibilidade de estágio no contexto desportivo. Também o departamento de psicologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia criou na década de 90 uma especialização ao nível de licenciatura.

Presentemente a FMH vai na quinta edição do Mestrado em Psicologia do Desporto, iniciado em 1996, o qual se integra no Programa do Mestrado Europeu nesta área onde participam diversas universidades europeias e visa uniformizar abordagens na formação dos jovens especialistas em psicologia do desporto e do exercício, bem como promover a cooperação internacional na investigação neste campo científico.

2.2. *Investigação*

No primeiro congresso científico mundial, realizado em Roma em 1965, José Esteves teve o seu trabalho publicado nas respectivas actas, sendo assim o primeiro autor português com uma publicação internacional. Nesse mesmo ano, a Revista *Educação Física, Desportos e Saúde Escolar* viria a publicar um conjunto de artigos de psicologia do desporto dedicados ao Congresso de Roma¹⁰. A partir dos finais dos anos 80, os congressos de Educação Física e de Ciências do Desporto realizados em Portugal incluem a psicologia do desporto como área de relevo, o que um pouco mais tarde passou também a acontecer com os congressos nacionais de Psicologia.

Refira-se que no período que decorreu entre 1963 e 1970 as perspectivas psicológicas das práticas motoras tiveram em Portugal uma grande influência da psicomotricidade a partir das ideias do francês Le Boulch trazidas para Portugal por Nelson Mendes, na altura docente do Instituto Nacional de Educação Física. Gerou-se assim, nesta época, uma salutar controvérsia científica entre os adeptos destas abordagens e os defensores de uma visão clássica que aqueles conside-

¹⁰ Cf. Araújo, D. (2002), *Op. Cit.*

ravam «mecanicistas do comportamento». Curiosamente, esta controvérsia parece ser ainda actual na psicologia do desporto, prolongando-se nos debates entre os seguidores da psicologia ecológica e os seguidores da psicologia cognitiva.

A década de oitenta seria marcada no nosso país por um desenvolvimento da produção científica, não só pelo aumento do número de instituições que passaram a investigar esta área, como também pelo incremento da especialização dos temas investigados ¹¹. A nível das publicações, as revistas de Ciências do Desporto e da Educação Física (e.g., *Ludens*; *Horizonte*; *Agon*; *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*), aumentam o volume de artigos de Psicologia do Desporto. As revistas de psicologia, já nos anos noventa, começaram também a publicar sobre o tema (e.g., *Psicologia*; *Psicologia: teoria, investigação e prática*; *Análise psicológica*).

Em 1993, realizou-se em Lisboa o VIII Congresso Mundial de Psicologia do Desporto que a *International Society of Sport Psychology* (ISSP) atribuiu a Portugal e foi organizado pela Sociedade Portuguesa de Psicologia do Desporto e Faculdade de Motricidade Humana ¹². Para além de um voto de confiança nos portugueses que vinham desenvolvendo trabalho nesta área, foi um marco importante pela promoção pública deste domínio das ciências do desporto. Com efeito, permitiu a aprendizagem por parte do elevado número de participantes nacionais, possibilitou a apresentação de trabalhos realizados em instituições portuguesas, teve consequências na evolução posterior da psicologia do desporto em Portugal e incrementou significativamente o nível das relações internacionais.

As comunicações apresentadas pelos autores portugueses nos congressos mundiais e europeus (quadros 1 e 2) permite constatar a evolução das temáticas investigadas e a quantidade de trabalhos. Se considerarmos que a maioria decorre de investigações de doutoramento e mestrado nas instituições com maior produção científica em psicologia do desporto, podemos concluir sobre a orientação das linhas de investigação.

¹¹ Brito, A. P. (1990), «Psicologia do desporto. Panorâmica: desenvolvimento, principais áreas e aplicações. Investigação a nível internacional e em Portugal», in *Ludens* 12 (2), 5-22.

¹² Serpa, S.; Alves, J.; Ferreira, V; Paula-Brito, A. (1993), *Proceedings of the VIII World Congress of Sport Psychology*, Lisbon, ISSP, SPPD; FMH.

QUADRO 1
**Comunicações de Portugueses em Congressos Mundiais
de Psicologia do Desporto**

CONGRESSO	AUTOR(ES)	TÍTULO DA COMUNICAÇÃO	INSTITUIÇÃO
Copenhaga, 1985	Sidónio Serpa	Motivation and «Gymnastique de maintien»	ISEF Lisboa
Singapura, 1989	José F. Cruz* e Miguel F. Viana**	Motivation in Competitive Team Sports: a study of the Portuguese Volleyball and Handball participants and Dropouts	*Dept Psic. Univ. do Minho **Centro Medic. Desp. de Lisboa
Singapura, 1989	Sidónio Serpa, V. Pataco e F. Santos	Analysis of the leadership behaviour of the handball coaches for the national masculine teams that took part in the world championship of 1988 (group C)	ISEF Lisboa
Lisboa, 1993		Cerca de 40 comunicações – Consultar actas do Congresso (Serpa <i>et al.</i> , 1993)	
Israel, 1997	José Alves, Farinha, H. Jerónimo, J. Paulos, A. Ribeiro*, H. Ribeiro, P. Belga	Mental Training in Motor Learning	*Instituto Politécnico da Guarda
Israel, 1997	Duarte Araújo e Sidónio Serpa	Towards a construction of methodological design to measuring decision making in externally paced sport: the case of sailing	FMH
Israel, 1997	José Carlos Leitão	The relationship between perceived coaching behaviours and group cohesion in soccer teams	FCDEF Coimbra
Israel 1997	Sidónio Serpa	Psychological program, portuguese sailing team	FMH
Israel, 1997	Sidónio Serpa*, A. Paula Brito* & Pierre Lacoste**	Development of the «coach's anxiogenic behaviours inventory» (CABI)	*FMH ** Univ. Trois Rivières, Canadá
Skiathos, Greece, 2001	Duarte Araújo e Sidónio Serpa	The development of expert performance in sailing	FMH
Skiathos, Greece, 2001	Jorge Silvério	Jet lag and sports performance	Dept. Psic. Univ. do Minho
Skiathos, Greece, 2001	Luís Catita* e José Rodrigues**	Psychological intervention influences on behavioural changes of young athletes' coaches	*FMH **ESDRM
Skiathos, Greece, 2001	José C. Leitão, C. Ruela, C. Marques e P. Oliveira	Group dynamics in male and female soccer teams	FCDEF, Coimbra
Skiathos, Greece, 2001	Carlos Silva**/*, C. Borrego**/* e M. Matos**	The influence of body image in sport involvement	*ESDRM **FMH
Skiathos, Greece, 2001	José Penedo e Vitor Ferreira	The relationship between perceived behaviours of leadership and the perceived motivational climate in gymnasts of general gymnastics teams	FMH
Skiathos, Greece, 2001	António Palmeira, Duarte Araújo, e T. Branco	The influence of mood states on the physical self and on its relation with the percent body fat	FMH
Skiathos, Greece, 2001	Paulo Simões* e José Alves**	Imagery training for swimming: mental plan for the 100 meters crawl	*FMH **ESDRM
Skiathos, Greece, 2001	Filipe Silvestre* e José Alves**	Mental visualization in golf	*FMH **ESDRM
Skiathos, Greece, 2001	Cristina Rolo, A. P. Brito e C. Colaço	Psychological training with high level tennis players	FMH
Skiathos, Greece, 2001	Carla Borrego**/*, C. Silva**/* e M. Matos**	Sport influence in school children's violence	*ESDRM **FMH
Skiathos, Greece, 2001	Luis Calmeiro e Margarida Matos	Predicting intention to physical activity participation: the theory of planned behaviour	FMH
Skiathos, Greece, 2001	Sidónio Serpa, J. Leitão, P. Marcolino, N. Faria, S. Ramadas, e C. Reis	Psychological aspects of doping in sports: development of the «questionnaire of attitudes towards doping»	FMH

QUADRO 2
**Comunicações de Portugueses em Congressos Europeus
de Psicologia do Desporto**

CONGRESSO	AUTOR(ES)	TÍTULO DA COMUNICAÇÃO	INSTITUIÇÃO
Colónia, 1991	Sidónio Serpa e A. Valadares	Leadership patterns in Portuguese Judo Coaches	FMH
Bruxelas, 1995	Ana Macara* e R. Vanfraechem**	Relationship between personality traits and self-perception of dancers in performance	*FMH **Universidade Livre de Bruxelas
Bruxelas, 1995	Sidónio Serpa (<i>Key-note speaker</i>)	Relationship coach-athlete: outstanding trends in European research	FMH
Bruxelas, 1995	António Fonseca, A. Monteiro e M.J. Pereira	Coaches perceptions of athlete participation motives	FCDEF Porto
Bruxelas, 1995	António Fonseca e H. Rocha	Coaches' perceptions of athlete preferred leadership styles: a study with a rugby national team	FCDEF Porto
Bruxelas, 1995	Sidónio Serpa	Coach's anxiogenic behaviours and social climate in sports	FMH
Bruxelas, 1995	Luís Rocha, D. Araújo, S. Serpa	Psychological characteristics and decision making in top level sailing	FMH
Bruxelas, 1995	António Fonseca	Perceived competence and attributions for sport outcomes	FCDEF Porto
Praga, 1999	José Alves*, P. Belga** e A.P. Brito**	Mental training and motor learning in volleyball	*Inst. Polit. Guarda **FMH
Praga, 1999	José Alves*, G. Lúcia**, J. Passarinho***	Imagery in basketball – contribution to free throw accuracy	*Inst. Polit. Guarda **FMH ***Univ. Lusófona
Praga, 1999	José Carlos Leitão*, S. Biddle** e S. Serpa***	Leadership behaviour and group cohesion in soccer teams	*FCDEF Coimbra; **U. Loughborough UK ***FMH
Praga, 1999	Duarte Araújo e Sidónio Serpa	Dynamic decision making in sport: expertise in sailing	FMH
Praga, 1999	Pedro Passos,* S. Serpa* e L. Gouveia**	Imagery training with motorcyclists	*FMH **Fac. Farmácia Univ. Lisboa
Praga, 1999	António Palmeira e Sidónio Serpa	Life events, coping skills and personality: A study of their effect on the prediction and rehabilitation of sport injuries.	FMH
Copenhaga, 2003	Duarte Araújo	A dynamical systems approach to decision making in sport	FMH
Copenhaga, 2003	Duarte Araújo*; Bjorn Carlsson** & Els Snauwaert***	European Network of young specialists in sport psychology	*FMH **U. Halmstad, Suécia ***Sport Support, Bélgica
Copenhaga, 2003	Luís Catita* e José Rodrigues**	The psychological intervention as an effective instrument for a different behaviour of coaches	*FMH **ESDRM
Copenhaga, 2003	José P. Ferreira* & K. Fox**	Evidence of a cross-cultural validity and reliability of a Portuguese version of the physical self-perception profile	*FECDEF Coimbra **Univ. Bristol, UK
Copenhaga, 2003	Pedro Gaspar*, L. Perez** e S. Silva*	Cross-cultural validity of a portuguese version of the «cuestionário de estilos de decisión en deporte» (decision making questionnaire for sport)	*FCDEF Coimbra **Univ. de Castilla de la Mancha, Espanha
Copenhaga, 2003	D. Gould, C. Fink, Cristina Rolo, M. Taylor e C. Jannes	Factors affecting the performance of 2000 Mexican Sydney Olympic Games	Univ. North Carolina, EUA
Copenhaga, 2003	Maria Krahe e Sidónio Serpa	The adaptation process of the athletes to the 2000 Olympic Games	FMH
Copenhaga, 2003	Rita Oliveira**/*, Raoul Oudejans* e Mário Godinho**	Perception-action coupling in basketball jump shooting with intermittent viewing	*Univ. Livre de Amsterdam, Holanda **FMH
Copenhaga, 2003	Paulo Picão e A. Palmeira	Individual zone of optimal functioning	Universidade Lusófona

QUADRO 2 (continuação)

CONGRESSO	AUTOR(ES)	TÍTULO DA COMUNICAÇÃO	INSTITUIÇÃO
Copenhaga, 2003	Ricardo Silva e A. Palmeira	Being in first place. A study of the psychological state associated with first position.	Universidade Lusófona
Copenhaga, 2003	Paulo Antunes e A. Palmeira	Motivation for physical education classes and its relations with physical self-perceptions	Universidade Lusófona
Copenhaga, 2003	António Palmeira* e Urban Johnson**	Psychological aspects of athletic injury: A cross-cultural study	*Univ. Lusófona **U. Halmstad, Suécia
Copenhaga, 2003	Pedro Passos, Duarte Araújo e Sidónio Serpa	Dynamical decision making in rugby	FMH
Copenhaga, 2003	Luís Rocha, D. Araújo e S. Serpa	Dynamic decision making at the starting in sailing	FMH
Copenhaga, 2003	Cristina Senra*/** e J. C. Leitão***	Motivation and exercise	*FMH **FCDEF Coimbra ***Univ. Trás-os-montes e Alto Douro
Copenhaga, 2003	Carlos Silva, S. Ranchhod e C. Borrego	Imagery contribution in a strength training programme	ESDRM
Copenhaga, 2003	Filipe Silvestre* e José Alves**	The efficacy of imagery on different levels of performance	*FMH **ESDRAM

Os doutoramentos com incursões na psicologia do desporto, ou especificamente sobre esta disciplina, começaram a despontar em finais da década de 80, afirmando-se nos anos 90¹³. António Paula Brito foi o primeiro psicólogo do desporto português doutorado, na sequência dos seus estudos na Universidade Livre de Bruxelas, com uma tese em que desenvolveu a metodologia de observação do comportamento motor em meio natural, no ano de 1983. Aliás, foi com a observação sistemática de comportamentos e especificamente com «Contributos para o estudo do movimento infantil» (1966)¹⁴ que Paula Brito aplicou em Portugal as concepções da psicologia ecológica de Roger Barker, cujo aprofundamento culminaria no seu doutoramento.

A qualidade da investigação de jovens portugueses tem merecido reconhecimento internacional, de que é exemplo a atribuição a António Palmeira do segundo lugar no *Young Research Awards* pela Federação Europeia de Psicologia do Desporto (FEPSAC) por ocasião do IX Congresso Europeu (1999), em Praga, pela sua investigação intitulada *Life events, coping skills and personality: a study of their effect on the prediction and rehabilitation of sport injuries*, decorrente da tese de mestrado em psicologia do desporto que realizou na FMH. Em 2001, em Colónia, Alemanha, Duarte Araújo obteria o terceiro lugar no *Young Investigators Award* do *European College of Sport Science* com a investigação que desenvolveu a partir da sua tese de mestrado em Psicologia do Desporto na FMH

¹³ Cf. Araújo, D. (2002), *Op. Cit.*

¹⁴ Brito, A.P. alunos do CIEF cursos 1964-66 e 1965-67 (1966), *Contributos para o movimento infantil*. Comunicação e relatório apresentados no IV congresso mundial de Educação Física em Madrid, Lisboa, INEF.

e que originou o trabalho premiado: *Decision dynamics and intentional behaviour in sailing*. Este investigador seria novamente premiado em 2002, desta vez pela *Associations des Chercheurs en Activités Physiques et Sportives*, de França, que lhe atribuiu o primeiro lugar pela investigação *Emergent decision-making in sport: a constraints-led perspective* efectuada no quadro das suas primeiras investigações visando o doutoramento na FMH.

Os congressos organizados regularmente pela Sociedade Portuguesa de Psicologia do Desporto em colaboração com diversas instituições têm contribuído para a manutenção de uma actividade científica consistente que afirme linhas específicas de trabalho como ilustram os congressos «Aprendizagem motora e tomada de decisão», em 1995 na Guarda (com o Instituto Politécnico da Guarda), «Factores psicológicos da relação treinador-atleta», em 1996, em Oeiras (com a FMH), «Psicologia do Exercício», na Cruz Quebrada, em 1998 (com a FMH), «Formação e Rendimento Desportivo» em Azambuja (com a FMH e a Câmara Municipal da Azambuja).

A psicologia ecológica aplicada ao desporto tem vindo a ganhar relevância, o que deu origem a dois *workshops* sobre este tema, numa colaboração SPPD-FMH-Instituto do Desporto de Portugal, que tiveram lugar, respectivamente, em 2001 com a presença de Keith Davids (Grã Bretanha) e em 2003 com o investigador holandês Geert Savelsbergh.

Temáticas mais gerais foram tratadas noutros congressos nacionais. Assim sucedeu em 1997, numa organização conjunta com o Departamento de Psicologia da Universidade Lusófona, que marcou o início da especialização em psicologia do desporto naquela Universidade. Em 1999, Rio Maior acolheu novo congresso coorganizado pela SPPD e Escola Superior de Desporto local, que contou com conferências dos presidentes da FEPSAC (Glyn Roberts), ISSP (Gershon Tenenbaum) e da Federação Espanhola de Psicologia do Desporto (Joan Palmi). Em 2000, a SPPD e o Departamento de Psicologia da Universidade de Évora organizaram o II Congresso Luso-espanhol de Psicologia do Desporto, em Évora (o primeiro tinha sido em 1998 em Mérida), tendo o *III Congreso Hispano-Luso de Psicología del Deporte* tido lugar em Plasencia, Espanha, em 2002, numa organização conjunta da Universidade Nacional de Ensino à Distância de Madrid (UNED) e SPPD.

Fora da actividade da SPPD diversas instituições têm pontualmente realizado eventos científicos dedicados à psicologia do desporto. Por exemplo, em 1989 a Associação de Psicólogos Portugueses (APPOR), o Instituto Superior de Educação Física da Universidade do Porto e a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da mesma universidade organizaram o Seminário «A Psicologia e o Desporto». Em 1995 o Departamento de Psicologia da Universidade do Minho levou a efeito o I Encontro Internacional de Psicologia Aplicada ao Desporto e à Actividade Física que viria a reeditar em 1998. Em 2003 o Instituto Nacional do Desporto da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto, em colaboração com a Faculdade de Motricidade Humana, organizou a Conferência Internacional

«Grandes competições – especificidades psicológicas» que teve como conferencistas alguns treinadores e psicólogos de maior prestígio internacional.

Pela análise dos temas investigados ao longo dos anos em Portugal, podemos constatar que os processos interpessoais são o tópico mais investigado. Contudo, outros temas como a cognição, o controlo e aprendizagem, o treino psicológico e a motivação têm elevada representatividade em todos os congressos. De destacar o interesse crescente na área do exercício e saúde. Como contextos estudados, o desporto na escola e a alta competição têm sido as mais estudadas, embora o desporto infanto-juvenil e o exercício em ginásios e *health clubs*, seja digno de registo. A psicologia do desporto em Portugal segue, portanto, além de uma linha fortemente associada à psicologia social, a tendência da psicologia mundial designada por «revolução cognitiva». É importante destacar o crescente volume de trabalhos no domínio da psicologia ecológica que vão aparecendo em Portugal, embora por vezes englobados na psicologia cognitiva, uma vez que os seus estudos focalizam sobretudo a cognição.

Com base no IV Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia promovido pela Associação Portuguesa de Psicologia (APP), em 1996, Brito-Mendes & Ventura fazendo um *exame do estado da arte da Ciência Psicológica em Portugal* (p. 141)¹⁵, dividem a investigação em psicologia que tem lugar no nosso país em oito áreas, sendo a quarta mais investigada a da psicologia do desporto. Aqui, a FMH é responsável por 60% da investigação nacional, sendo a restante da responsabilidade de outras faculdades, nomeadamente de psicologia. Aliás, Jesuino¹⁶ já antes havia referido a FMH como principal centro português de investigação em Psicologia do Desporto baseado nos trabalhos do Simpósio levado a efeito em 1992. A análise das comunicações apresentadas no V Simpósio realizado em 2003 confirma a tendência das edições anteriores e a crescente representatividade da psicologia do desporto.

As principais linhas de investigação desenvolvidas em Portugal podem ser identificadas a partir das comunicações apresentadas nos principais congressos nacionais e internacionais, bem como nas temáticas dos livros editados. Quanto aos livros, ainda que a produção editorial não seja abundante, podemos incluí-los em três tipos fundamentais, à semelhança do que se passa nos outros países. Assim, encontramos o modelo de manuais e livros de introdução a este domínio do conhecimento, outro tipo é constituído por volumes que concentram trabalhos seleccionados de congressos e, por fim, a tendência internacional mais recente contempla publicações sobre temas específicos, o que exprime a crescente maturidade científica da psicologia do desporto cujos investigadores se vão especializando em áreas diferenciadas.

¹⁵ Brito-Mendes, C.; Ventura, P. (1998), «Apresentação do IV Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia», in *Psicologia*, 12(1), pp. 141-148.

¹⁶ Jesuino, J. (1994), *Psicologia*, Lisboa, Difusão Cultural.

No primeiro tipo acima referido, destacamos *Psicologia Desportiva*, de António Paula Brito editado em 1976 pelo Centro de Documentação e Informação da Direcção Geral dos Desportos (Ministério da Educação e Invetigação Científica – Secretaria do Estado dos Desportos e Acção Social Escolar), na colecção *Cultura e Desporto* (n.º43), que terá sido o primeiro volume especificamente dedicado ao tema. Mais recentemente, em 2001, o mesmo autor publicou *Psicologia do Desporto* (Edições Omniserviços) que é uma versão revista e actualizada da edição de 1994. Note-se a evolução da designação que, recebendo a influência de uma certa tradução literal do inglês *Sport Psychology* foi inicialmente *Psicologia Desportiva*, para se usar actualmente *Psicologia do Desporto* mais adequada por via do conceito associado à psicologia que *estuda o desporto* no âmbito das ciências do desporto e não de uma psicologia que *faz desporto*, como pode ser transmitido pela expressão *psicologia desportiva*. De resto, outros idiomas latinos usam a forma *Psychologie du Sport* ou *Psicologia del Deporte*.

Uma outra obra que teve impacto no panorama editorial nacional foi o *Manual de Psicologia do Desporto* (1996) cujo editor foi José Fernando Cruz da Universidade do Minho, publicado por Sistemas Humanos e Organizacionais (SHO), onde se incluem capítulos de diversos autores portugueses especialistas ou interessados na área.

As obras surgidas a partir das comunicações de congressos, compilando textos de vários domínios e autores, vão aparecendo ao ritmo de eventos científicos mais relevantes. Será, todavia, interessante destacar o primeiro livro editado por portugueses fora do país que foi *International Perspectives on Sport and Exercise Psychology* de Sidónio Serpa, José Alves e Vítor Pataco (1994) da *Fitness Information Technology* (FIT) de Morgantown, Estados Unidos da América, onde se incluem as conferências principais apresentadas no VIII Congresso Mundial de Psicologia do Desporto que se realizou em Lisboa em 1993.

As publicações sobre temas específicos são uma tendência mais recente que expressa uma investigação continuada em determinados centros por alguns investigadores. Em síntese, actualmente destacam-se como linhas mais relevantes a motivação, a relação treinador-atleta e psicologia do *doping*, no domínio geral dos processos psicossociais, bem como a tomada de decisão e processos cognitivos.

O investigador de referência em Portugal sobre os processos motivacionais no desporto é António Fonseca, da Faculdade de Ciências do Desporto e da Educação Física da Universidade do Porto, cuja tese de doutoramento orientada por António Paula Brito *Atribuições em contextos de actividade física ou desportiva: perspectivas, relações e implicações* (FCDEF, 1999), deu continuidade aos trabalhos desenvolvidos na sua dissertação no âmbito das provas de aptidão pedagógica e capacidade científica *A percepção da causalidade subjacente ao resultado desportivo* (FCDEF-UP, 1993) sob a orientação do mesmo académico. Os livros posteriormente publicados *A motivação dos jovens para a prática desportiva federada* de António M. Fonseca e José Maia (2000, Edição do Centro de Estudos e Formação Desportiva do Ministério da Educação e Cultura),

A FCDEF-UP e a psicologia do desporto: estudos sobre motivação (Fonseca, 2001) e *A FCDEF-UP e a psicologia do desporto: as atribuições causais* (Fonseca, 2001) editados pela FCDEF-UP, são expressão da produtividade nesta área que o autor vem tendo na sua instituição universitária.

A linha de trabalho sobre a relação treinador-atleta foi iniciada na Faculdade de Motricidade Humana por Sidónio Serpa cuja tese de doutoramento orientada por António Paula Brito teve o título *A relação interpessoal na díade treinador-atleta* (FMH, 1995). Posteriormente este autor coordenou um número especial do *Portuguese Journal of Human Studies* (FMH, 1999) dedicado a este tema e publicou designadamente *Treinador e atleta: a relação sagrada* que é um desenvolvido capítulo de revisão incluído no livro de Benno Becker (2002) *Psicologia aplicada ao treinador esportivo* (Edições Centro Universitário FEEVALE, Novo Hamburgo, Brasil).

Ainda dentro dos processos psicossociais, o livro *Dopagem e psicologia* de Sidónio Serpa, Nuno Faria, Paulo Marcolino, Cláudia Reis e Sílvia Ramadas (2002, Edição do Centro de Estudos e Formação Desportiva do Ministério da Educação e Cultura), vem de uma recente linha de pesquisa sobre os factores psicológicos do *doping*, criada no Laboratório de Psicologia do Desporto da FMH. Este tema tem sido alvo de investigação inter-cultural por via da participação de estudantes estrangeiros que trabalharam naquele laboratório, no quadro do mestrado europeu em psicologia do desporto, e já resultou em várias teses de mestrado tanto na FMH como na Universidade Católica de Lovaina, Bélgica e na Universidade Livre de Amsterdam, Holanda.

A investigação em psicologia cognitiva do desporto em Portugal teve as suas raízes no artigo de Celestino Marques Pereira *L'activité physique dans la formation des processus symboliques supérieurs*, em 1965, publicado na Revista de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar (n.º 2/3, Abril/Junho, pp.5-7). Mais tarde, em meados dos anos oitenta, José Alves e António Paula Brito, iniciaram no ISEF de Lisboa (mais tarde FMH) um trabalho sistemático nesta área, focando sobretudo a reaccimetria nos praticantes desportivos, culminando na tese de doutoramento do primeiro, orientada por Paula Brito *Inteligência e velocidade de processamento de informação* (FMH, 1990). José Alves continua uma referência nacional neste domínio, a partir da Escola Superior de Desporto de Rio Maior (Instituto Politécnico de Santarém) onde exerce actualmente a sua actividade docente e de investigador. O livro *Processamento da informação e inteligência* (1995), das Edições FMH, surge da sua actividade científica. Todavia, além da reaccimetria, o foco de José Alves e colaboradores alargou-se à imagética na prática desportiva.

A temática da tomada de decisão tem sido alvo de assinalável produção do laboratório de psicologia do desporto da FMH, iniciada com os trabalhos conducentes à dissertação de licenciatura em Ciências de Desporto de Duarte Araújo, orientada por Sidónio Serpa *Proposta de um modelo para o estudo da tomada de decisão na vela*, em 1995, continuada na sua tese de mestrado em que teve o

mesmo orientador *Tomada de decisão dinâmica: níveis de expertise em vela e controlo de situações simuladas*, em 1999 e aprofundada na sua investigação no quadro do doutoramento em curso na FMH sob a orientação de Sidónio Serpa e Keith Davids. Estes trabalhos têm seguido uma perspectiva ecológica enriquecida por concepções oriundas das teorias da complexidade e dos sistemas dinâmicos, dando origem a inúmeros artigos e capítulos publicados em revistas e livros nacionais e internacionais de que é exemplo *Emergence of Sport Skills under Constraints*, capítulo colectivo de D. Araújo, K. Davids, S. Bennett, C. Button, e G. Chapman, publicado em 2004 pelas edições Routledge, Taylor & Francis (Londres), na obra *Skill Acquisition in Sport: Research, Theory and Practice* editada por Mark Williams e Nikki Hodges.

2.3. Intervenção

A actividade pioneira relacionada com a intervenção no terreno teve lugar a partir dos anos 80 no laboratório de psicologia do desporto do ISEF-FMH e no Centro de Medicina Desportiva de Lisboa. Antes, Paula Brito (1970) tinha experimentado a primeira intervenção prolongada e sistemática de assistência psicológica a atletas de alta competição e olímpicos. Não obstante o reduzido número de profissionais actuando no terreno, este trabalho tem sido desenvolvido tanto por psicólogos em regime de consultadoria a nível privado ou em federações, como no âmbito do recente Gabinete de Psicologia do Centro de Alto Rendimento do Jamar, em Lisboa. Actualmente verifica-se uma tendência de aumento do trabalho de profissionais no terreno, quer pela maior consciência dos agentes desportivos, como pela crescente oferta de especialistas oriundos das licenciaturas e mestrados de psicologia do desporto. Aliás, em diversas modalidades, regista-se já um número com algum significado de psicólogos que actuam no seio de clubes ou federações. Em 1989 foi criada a primeira empresa privada de intervenção em Psicologia do Desporto – a *Psicosport* – posteriormente extinta.

É nas seguintes áreas e actividades que tem mais expressão o trabalho dos profissionais:

- Atletas (consultoria e acompanhamento);
- Federações desportivas (consultoria e acompanhamento de selecções nacionais);
- Formação de treinadores;
- Formação de árbitros;
- *Health Clubs*. Ex.: Programas de controlo de peso;
- Divulgação (p.ex., publicações, *media*).

É interessante notar que a nível internacional a psicologia do exercício, apesar de ter perfeitamente identificado um objecto de estudo e um campo profis-

sional diferenciados, mantém-se agregada ao domínio geral da psicologia do desporto, seja nas revistas científicas ou nos congressos. Ao contrário, a psicologia neuromotora (controlo e aprendizagem motora), que foi uma das suas áreas iniciais, conquistou um campo de estudo independente, desenvolvendo os seus próprios congressos e revistas, ainda que a *área-mãe* contemple sempre um lugar para aquela nos eventos científicos. Portanto, a psicologia do desporto é o núcleo que une a psicologia neuromotora, a psicologia do exercício e a psicologia do treino¹⁷. Esta última disciplina diz respeito essencialmente ao contexto desportivo e a todos os processos psicológicos dos seus intervenientes, sendo a área clássica da psicologia do desporto, nomeadamente no que respeita às suas aplicações práticas e à transmissão dos conhecimentos gerados, o que se passa tanto em Portugal como a nível internacional.

2.4. Portugal e as organizações internacionais

A psicologia do desporto iniciou a sua organização internacional em 1965 durante a realização do primeiro congresso mundial em Roma, onde se fundou também a *International Society of Sport Psychology* (ISSP), primeira organização internacional neste domínio científico. Portugal acompanhou a evolução desde esses momentos iniciais, já que não só estiveram presentes alguns representantes do nosso país naquele evento científico, como também António Paula Brito e Alves Vieira integraram desde cedo o *Editorial Board* da *International Journal of Sport Psychology*, primeira revista internacional de psicologia do desporto. Esta revista foi criada a partir dos contactos estabelecidos em Roma por Ferruccio Antonelli que foi igualmente o primeiro presidente da ISSP instituída naquela ocasião. Posteriormente, outros portugueses vieram a ter funções no quadro daquela revista. A ISSP viria também a contar no seu *Managing Council* com representantes portugueses, já que Sidónio Serpa foi eleito em 1993 para *member-at-large* num mandato que terminou em 1997, vindo a ser eleito Secretário Geral da organização para o quadriénio seguinte. Em 2001 foi a vez de Duarte Araújo vir a integrar aquele *Managing Council* para o período 2001-2005.

No contexto europeu, Paula Brito e Alves Vieira assistiram em Vittel, França, em 1969, à reunião que viria a dar origem à *Federação Europeia de Psicologia do Desporto* (FEPSAC), na qual durante alguns anos foram os representantes nacionais portugueses permanentes, tendo o segundo sido substituído por Sidónio Serpa que foi também, entre 1993 e 2000, o elemento de ligação entre a ISSP e a FEPSAC. No início da década de 90 houve uma tentativa de constituição de uma *Rede Latina de Psicologia do Desporto* em cujas reuniões Portugal participou activamente, tendo José Alves sido designado seu primeiro coordenador. Esta rede viria a abortar, em grande parte devido à incapacidade dos países envolvidos

¹⁷ Cf. Araújo, D. (2002), *Op. Cit.*

chegarem a uma conclusão satisfatória quanto ao idioma a utilizar em substituição do inglês, normalmente usado nas reuniões internacionais e cuja supremacia pretendia combater... A heterogeneidade europeia e as diferentes realidades nacionais em que o idioma é um importante elemento de afirmação, foi responsável pela interessante situação que se criou e que inibiu a continuidade do movimento. Ao contrário, actualmente está com forte dinamismo a recém-institucionalizada *Rede Europeia de Jovens Especialistas em Psicologia do Desporto* criada em 1996 por Duarte Araújo que foi o seu primeiro coordenador¹⁸ e é o actual *Past-Coordinator*. O *Managing Council* eleito para o quadriénio 2003-2008 conta com outras duas portuguesas, Rita Oliveira e Cristina Rolo. Curiosamente, o secretário-geral, o sueco Bjorn Carlsson, foi estudante em Portugal na FMH durante o Mestrado Europeu que foi o berço desta rede. Acrescente-se que este mestrado se insere na dinâmica europeia da psicologia do desporto, estimulada pela FEPSAC, e que nele sempre participou Portugal por meio da FMH que integra o movimento no âmbito do Programa Erasmus/Socrates.

Finalmente, é interessante referir que Zhai Qun, especialista chinês em psicologia do desporto e docente desta disciplina no curso chinês da Escola Superior de Desporto do Instituto Politécnico de Macau, no tempo da administração portuguesa daquele Território, e com forte relacionamento com o nosso País, integra actualmente o *Managing Council* da *Asian-Pacific Sport Psychology Association* e que Cristina Rolo, neste momento doutoranda na Universidade de North Carolina nos EUA, é a *student representative* do *Performance Enhancement/Intervention Committee* da *American Association of Applied Sport Psychology* (AAASP). O reconhecimento dos portugueses na cena internacional da psicologia do desporto que se iniciou no ano de 1973, quanto António Paula Brito foi nomeado Membro Honorário da *Sociedad Latinoamericana de Psicología del Deporte*, tem vindo a afirmar-se e permite uma projecção optimista no futuro.

2.5. Perspectivas futuras

O futuro da psicologia do desporto portuguesa parece ser promissor. De facto tem vindo a ganhar consistência e estatuto nas instituições universitárias, tanto no âmbito das ciências do desporto, como da psicologia, possibilitando a melhoria da formação dos profissionais de ambos os campos. A especialização tende a firmar-se nos mestrados oferecidos e nas licenciaturas de psicologia. Ligado a estas circunstâncias, a quantidade e qualidade da investigação tende a consolidar-se, do que decorre a melhoria do conhecimento gerado, o qual é transmitido por meio dos processos de formação e de produção bibliográfica. Do mesmo

¹⁸ Araújo, D. (2001), «La red Europea de jóvenes especialistas en psicología del deporte», in J. Dosal (Ed.), *Aproximación a la Psicología del deporte*, Ourense, España, Ediciones Gersam, pp. 35-49.

modo, a crescente oferta de profissionais especializados na área pressionará o mercado no sentido de se virem a criar mais campos e postos de trabalho, sendo incrementada a intervenção no terreno. Os domínios da psicologia do desporto que terão maior evolução deverão ser a psicologia do treino desportivo, tradicionalmente com mais peso, mas surgirá a afirmação da psicologia do exercício como a grande área de intervenção futura. De facto, esta última, que em número de comunicações apresentadas no recente congresso europeu realizado em 2003 em Copenhaga, ultrapassou todas as outras, terá muito provavelmente semelhante evolução em Portugal, designadamente em actividades de consultoria associada aos programas de exercício e saúde, quer em *health-clubs* dirigidas aos clientes que ali procuram aconselhamento relacionado com a prática, quer também em organizações estatais ou ligadas a seguradoras na perspectiva de levar os cidadãos a aderirem a estilos de vida saudáveis de que o desporto é parte integrante.

Por fim, a forte participação de jovens portugueses nas organizações internacionais, complementar do prestígio de alguns veteranos que há anos vêm consolidando a posição do país no panorama mundial, permitem uma convicção de desenvolvimento da psicologia do desporto em Portugal e nas relações científicas e profissionais com o estrangeiro.

I. O INATEL – Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores

«O INATEL, como Instituto Público, dirige-se especialmente aos trabalhadores e busca, no domínio do aproveitamento dos tempos livres, dar satisfação a reconhecidos direitos económicos, sociais e culturais, visando, com equilíbrio, adequação e por forma generalizada, o seu acesso aos meios e instrumentos de acção cultural, à prática desportiva, à ocupação recreativa, às estruturas económicas de repouso e lazer, de molde a consubstanciar objectivos de preservação de saúde, de melhoria de qualidade de vida, de valorização humana, de coesão e progresso social.»¹

II. Origem

Os antecedentes históricos do *INATEL* reportam-se à Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, *FNAT*², criada pelo Estado Novo em 1935.

A *FNAT* visava promover

*«o aproveitamento do tempo livre dos trabalhadores portugueses por forma a assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral»*³.

Esta organização, a *FNAT*, criada no contexto da política do Estado Novo, com objectivos políticos bem definidos, teve uma forte pressão e controlo político

¹ Decreto-Lei n.º 61/89, de 23 de Fevereiro.

² Decreto-Lei n.º 25 495, de 13 de Junho 1935.

³ *Ibidem*.

e inculcação ideológica, sendo este o seu grande objectivo estratégico até ao início da década de cinquenta, através de iniciativas em que essa finalidade é claramente assumida, como também pelas concepções que, tão discreta como eficazmente, estão subjacentes em actividades de aparência politicamente inócua.

Na área do Desporto, também se vêem objectivos políticos:

*«A cultura física é para nós tida como imprescindível não só com o fim de melhorar a condição física dos trabalhadores portugueses, mas sobretudo para os disciplinar e poder ter sobre eles verdadeiro e efectivo controlo»*⁴

*«[...] é grande aspiração desta Comissão Administrativa possuir em Lisboa uma boa piscina coberta, antecipando-nos às iniciativas dos clubes desportivos neste sentido. Não podemos pensar em controlar desde já outras modalidades desportivas, mas os desportos náuticos que agora começam a interessar o público português, será talvez pena não os canalizar desde o início para nós. [...]»*⁵

No entanto, a FNAT é responsável pela dinamização e desenvolvimento desportivo ao longo do país, com uma estrutura nacional e estável. A título de exemplo, não resistimos a referir alguns acontecimentos:

*«Pelo menos desde Julho de 1940, estarão em actividade classes femininas de ginástica em várias empresas, enquadrando cerca de 400 praticantes»*⁶.

A realização do campeonato de Remo, em 1935; abertura da 1.^a Escola de Natação, em Coimbra, em 1936; 1.^{os} Campeonatos Corporativos Nacionais de Futebol e Tiro, 1.^{os} Torneios de Atletismo e Natação, abertura da 1.^a aula de Ginástica e 1.^o de Educação Física, em 1940; 1.^o Campeonato Nacional de Ténis de Mesa e 1.^o Torneio de Luta de Tracção à Corda, em 1941; 1.^{os} Campeonatos Nacionais de Atletismo e Basquetebol, em 1942; 1.^o Torneio de Voleibol, inauguração do 1.^o Campo de Jogos (Lisboa) e filiação do 1.^o Clube no INATEL (2 de Maio de 1943) fazendo um total de 24 clubes no final do ano, em 1943; 1.^{os} Campeonatos Nacionais de Natação e Voleibol e 1.^o Circuito Ciclo-turístico de Lisboa, em 1944; regista-se em 1948, 188 clubes inscritos; 1.^o Campeonato Nacional de Andebol e 1.^o Festival Internacional de Educação Física Luso-Espanhol, em 1949; de 1950 a 1958, realizaram-se os 1.^{os} Torneios de Hóquei em Patins, Badmington, Damas e Xadrez e o 1.^o Campeonato Nacional de Pesca Desportiva; de 1959 a 1961, 1.^{as} participações internacionais, na Prova Internacional de Atletismo em Vigo e o 1.^o Concurso Peninsular de Pesca Desportiva, e a inauguração do Parque de Jogos 1.^o de Maio em 28 de Junho de 1959; de 1962 a 1965, a 1.^a participação de Ténis de Mesa Internacional; 1.^{os} Jogos Desportivos do Trabalho e a participação

⁴ Carta de 20 de Agosto de 1936, da CA da FNAT para o Subsecretário de Estado das Corporações [Arq.INATEL]

⁵ Carta de 30 de Setembro de 1938, da CA da FNAT para Oliveira Salazar [Arquivo INATEL]

⁶ Valente, José Carlos (1999), *O Estado Novo e Alegria no Trabalho*, Lisboa, Colibri.

no Congresso Internacional «Education Phisique e les Sports dans le Cadre des Loisirs des Travailleures»; de 1966 a 1968, II Jogos Desportivos do Trabalho e o «Colóquio Internacional das Actividades Gimno-Desportivas», no Porto, de 11 a 16 de Outubro de 1966, sob o patrocínio do CIEF, inauguração dos Pavilhões Desportivos da Guarda e Guimarães, e início da construção dos Pavilhões de Cartaxo, Muge, Azinhaga e Salvaterra; de 1969 a 1974, III Jogos Desportivos do Trabalho, 1.º Centro Piloto de Ginástica de Pausa, inauguração do Parque de Jogos de Ramalde, Pavilhões desportivos de Cartaxo, Salvaterra, Muge, Azinhaga e Covilhã, Piscinas do Cabedelo e Costa da Caparica.

III. Da FNAT ao INATEL

Desde essa altura até agora, o «INATEL» sofreu várias reorientações, entre as quais se destaca o diploma de 3 Abril de 1975 ⁷, que fixou a actual designação da organização, Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL); a revisão estatutária que redefiniu os seus objectivos, em 29 de Dezembro de 1979 ⁸, que consistiu essencialmente (Lança, Malveiro e Nóbrega, 2002) ⁹:

- a) no abandono da visão instrumental com que a FNAT encarava as actividades lúdicas e recreativas (isto é, como área privilegiada de intervenção no sentido de disciplinar e controlar os trabalhadores e de garantir a melhoria da sua condição física: «o lazer ao serviço do trabalho»);
- b) e na adopção de uma perspectiva de intervenção social que valoriza o próprio «tempo livre», sem encará-lo como um instrumento ao serviço do «tempo de trabalho».

O actual INATEL e os seus estatutos foram alvo de uma última revisão em 1989, através do Decreto-Lei n.º 61/89, de 23 de Fevereiro, onde se afirma que o instituto público «dirige-se especialmente aos trabalhadores e busca, no domínio do aproveitamento dos tempos livres, dar satisfação a reconhecidos direitos económicos, sociais e culturais, visando, com equilíbrio, adequação e por forma generalizada, o acesso aos meios e instrumentos de acção cultural, à prática desportiva, à ocupação recreativa [...]»

O INATEL, tal como o conhecemos hoje, dirige-se a uma população que beneficia das conquistas sociais das últimas décadas, nomeadamente em termos

⁷ Decreto-Lei n.º 184/75, de 3 de Abril

⁸ Decreto-Lei n.º 519-J2/79, de 29 de Dezembro

⁹ Lança, R.; Malveiro, O.; Nóbrega, S. (2002), *O INATEL e as montanhas*, in Congresso Internacional da Montanha, Desportos e Turismo de Aventura, Estoril, ESHTE.

de redução do tempo laboral (dirige-se a trabalhadores no activo e reformados, mas alarga a sua intervenção, ao procurar criar oportunidades de lazer que mobilizem os vários membros do agregado familiar), dando uma resposta institucional para a ocupação activa e saudável dos tempos livres, em três áreas fundamentais de *lazer social*:

- Desporto
- Cultura
- Turismo

Nos últimos anos, o INATEL tem defendido uma nova perspectiva de acção, que consiste no desenvolvimento de programas integrados, aliando, num mesmo espaço, estas três áreas de lazer (desporto, cultura e turismo), no sentido de corresponder às novas procuras e como forma de contribuir para o desenvolvimento completo do indivíduo.

O INATEL movimenta anualmente centenas de milhares de participações nas suas actividades desportivas, culturais e turísticas, por todo o país, apoiadas em células orgânicas descentralizadas – as Delegações distritais e os Centros de Cultura e Desporto (CCD ¹⁰) filiados. A mediação feita por estas células associativas permite uma relação mais próxima das populações e das especificidades locais.

O Instituto está vocacionado basicamente para os seus associados ¹¹, que podem ser os trabalhadores que exerçam a sua profissão por conta de outrem ou os trabalhadores por conta própria. No entanto, o Instituto contempla um universo bem mais vasto, dinamizando também actividades para os agregados familiares dos associados, os trabalhadores na situação de aposentação ou reforma, os pensionistas por acidente de trabalho ou doença profissional, os desempregados, obedecendo a certas condições. Pode ainda, e de acordo com o art. 5.º, n.º 2 dos actuais estatutos, desenvolver acções adequadas ao aproveitamento dos tempos livres de jovens e deficientes.

¹⁰ Os CCD's são associações ou agrupamentos de trabalhadores de uma empresa, organismo ou instituição, de institutos públicos, de autarquias ou de um ou mais agregados populacionais, com estatutos e órgãos próprios que adoptarão para os efeitos previstos de participação nas actividades do instituto a designação de CCD. Podem promover, por iniciativa própria, actividades desportivas ou participar em provas organizadas pelo INATEL recebendo, num e noutro caso, os apoios estabelecidos. A filiação de um centro depende de normas instituídas pelo INATEL devendo portanto os centros satisfazer certas condições.

¹¹ Associados individuais, no aspecto desportivo, beneficiam de regalias que lhes permitem frequentar, mediante pagamento de taxas reduzidas, diversas classes de ginástica, natação, judo, etc. E participar em provas e campeonatos individuais que são organizados por todo o país.

IV O Lazer e a Actividade Desportiva

Definir lazer é algo tão dúbio pela simples razão de englobar imensas emoções que importa não deixar escapar. É a excitação ou um estímulo agradável de emoções em combinação com um grau relativamente elevado de escolha individual. Embora existam várias teorias sobre o lazer, a ideia que de está associado ao tempo livre e a uma essência qualitativa e não quantitativa, determina a própria ideia que cada um tem do seu tempo de lazer.

Dumazedier (1980)¹² definia-o como um conjunto de ocupações a que um indivíduo se entregava de boa mente para descansar, divertir e desenvolver a sua participação social voluntária, após haver-se libertado de todas as obrigações profissionais, familiares ou sociais.

O lazer, apesar de ter sempre existido de uma forma directa ou indirecta, tornou-se reconhecido como um direito por parte da população, especialmente após a Revolução Industrial e, principalmente, após a 2.^a Guerra Mundial. O movimento associativo, recreativo e também desportivo que se viveu por toda a Europa, teve a sua importância no comportamento de quase toda a população. Nos finais dos anos 50, o crescimento descontrolado da indústria, as implicações do aproveitamento energético causado pela tecnologia e a grande concentração das classes trabalhadoras em pequenos bairros urbanos condicionaram a integração das pessoas na sociedade, originando problemas a vários níveis:

- crises económicas;
- crises de administração de recursos públicos;
- mudanças demográficas e culturais;
- dificuldades de adaptação às novas tecnologias;
- perda da identidade local;
- e um envelhecimento do sistema político.

O conjunto dos problemas causados provocou uma mudança de mentalidade em relação aos tempos livres, surgindo a necessidade de criar actividades de lazer e de prazer, de transformar os tempos livres num conjunto de actividades de recreação que originassem sensações de bem-estar, de diversão e de desenvolvimento pessoal.

Várias correntes apoiaram uma prática desportiva aberta a todos, que, aliada à diminuição do tempo de trabalho, contribuiu para tornar a prática desportiva de lazer numa opção válida para a ocupação dos tempos livres.

A prática desportiva, para além de envolver as classes sociais privilegiadas, surgiu também para as classes trabalhadoras e, posteriormente, para todos, em

¹² Dumazedier, J. *et al* (1980), «Métodos de iniciação», in *Olhares novos sobre o desporto*, Lousã, Compendium.

programas destinados a captar todo o público para uma prática de actividade física e desportiva regular.

Assistiu-se a um enorme crescimento do fenómeno desportivo, revolucionando a fraca estrutura desportiva existente, ao ponto de as ciências do desporto criarem relações dinâmicas com outros campos da sociedade, como a psicologia ou a sociologia.

Com o intuito de dinamizar e de operacionalizar toda a prática desportiva, procuraram-se conhecimentos em várias áreas que permitissem a sua melhoria. Tentou-se especificar as áreas do treino, das instalações desportivas, dos materiais, da segurança e, talvez a mais profunda, a da educação.

O desporto como hábito cultural deixou de ser somente praticado pela classe burguesa, para passar a ser igualmente uma prática de classes operárias que, com menos posses económicas e distintos envolvimento culturais, trouxeram a esse campo novas posturas e valores.

O desporto contemporâneo de elite, com um perfil extremamente regulamentado enquanto actividade específica de competição que prevaleceu numa primeira fase, foi transformado na procura da rentabilização dos tempos de lazer (ao mesmo tempo que decorreu o desenvolvimento da animação), com o aparecimento do chamado «desporto para todos», no âmbito do qual os valores da competição foram substituídos pelos valores relativos à participação e à recreação física (Lança, 2003) ¹³.

V. O INATEL e a Actividade Desportiva

Pelos acontecimentos que tiveram lugar na década de 70, no nosso país, a implementação de um sistema de actividades de lazer e desportivas não foi tão abrangente como em outros países. Mesmo assim, o INATEL promoveu actividades lúdicas, de animação cultural e desportiva, contribuindo para reduzir as tensões sociais originadas pelos desequilíbrios do trabalho. Esta entidade distinguiu-se então por organizar o tempo livre dos trabalhadores, proporcionando-lhes actividades desportivas e outras formas de participação e enquadramento social, que assumiram o carácter de técnicas de evasão à dura realidade quotidiana.

Com a Revolução de 25 de Abril de 1974, extinguíram-se organizações que imprimiam, no dizer dos novos dirigentes, um cunho mais fascizante ao desporto e à educação física – como a Mocidade Portuguesa –, e afastaram-se as linhas gerais de funcionamento do anterior regime que modelava a FNAT, tentando-se implementar um novo rosto e novas ideias na sociedade (Trovão do Rosário, 1996) ¹⁴.

¹³ Lança, R. (2003), *Animação Desportiva e Tempos Livres – Perspectivas de Organização*, Editorial Caminho, Lisboa.

¹⁴ Trovão do Rosário, A. (1996), *O Desporto em Portugal*, Lisboa, Instituto Piaget.

Estes novos valores foram expressos em discursos que atribuíram ao desporto um conjunto de virtualidades, como a contribuição para o bem-estar dos indivíduos, melhorando as condições físicas e de saúde, como um meio de relaxamento e anti-stress.

As transformações ocorridas, especialmente a diminuição de horários de trabalho e as reformas antecipadas, criaram condições para que se efectivasse uma maior adesão às práticas desportivas. Devido aos diferentes domínios das práticas desportivas e às necessidades de vários segmentos sociais, formalizaram-se três campos no que concerne à prática:

- as práticas desportivas formais, ou seja, o sector federado, caracterizado por normas e regulamentos estandardizados;
- as práticas não-formais, que se diferenciam pela descontinuidade em alguns graus de prática, apesar de pressupor também a prática regular;
- as práticas informais, em que a auto-suficiência e a autogestão são as principais características.

No actual Sistema Desportivo, o desporto para trabalhadores é um dos nove sectores que o compõem, sendo o INATEL responsável pela dinamização e organização de actividades e práticas desportivas nesse campo, ao orientar-se essencialmente para os trabalhadores.

Desde da criação da ex-FNAT, o desporto foi sempre parte integrante e fundamental na concretização dos objectivos para que a instituição foi criada. O diploma inicial afirmava que os seus objectivos consistiam especialmente em «aproveitar o tempo livre dos trabalhadores portugueses de forma a assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico». Nos seus estatutos, o art. 4.º mencionava que os seus meios relativamente a um maior desenvolvimento físico eram a criação de «cursos de ginástica e educação física.»

Assim, na década de 30 do século XX, surgia o organismo que organizaria até aos dias de hoje, embora sujeito a várias alterações, quer em termos estatutários, quer em termos da sua terminologia, o desporto para os trabalhadores. A sua importância no sistema desportivo ficaria desde logo assumida ao ter sempre um ou mais técnicos no Conselho Técnico dos Desportos, integrado na Direcção-Geral de Educação Física e Desportos, e ao ser mencionado na Lei n.º 2 046, de 22 de Julho de 1953, acerca da reorganização de educação física nacional.

Claro que à FNAT não cabia somente a valorização humana, social e profissional da população activa, mas a responsabilidade por inteiro de proporcionar o bem-estar e a recreação. Eram desenvolvidas actividades consideradas fundamentais na vida do trabalhador, de modo a evitar a fadiga e para que o equilíbrio físico, mental e social fosse o maior possível (Silva, 1993) ¹⁵.

¹⁵ Silva, H. (1993), «Desporto e Lazer», in *Seminário em Sociologia do Desporto*, Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana.

Nos actuais estatutos, a prática desportiva é referida no art. 5.º, n.º 1, que indica que uma das atribuições da organização é desenvolver acções de carácter desportivo e recreativo, atribuições desportivas, abordadas em especial no art. 7.º, n.º 1:

«1 – No exercício das suas atribuições de carácter desportivo, deve o INATEL estimular o interesse pela cultura física e pelas actividades desportivas como meio polivalente de valorização humana, nomeadamente:

- a) Apoiando a criação e desenvolvimento de grupos desportivos de trabalhadores;
- b) Promovendo provas desportivas entre grupos de trabalhadores e fomentando o intercâmbio desportivo com organizações similares estrangeiras, em particular com as dos países de língua portuguesa.

2 – As atribuições referidas no número anterior são exercidas sem colisão com o regime estabelecido na Lei orgânica da Direcção-Geral dos Desportos.»

Em toda a história dos acontecimentos e das decisões de âmbito desportivo, a FNAT primeiro, e posteriormente o INATEL, assumiram sempre um papel activo na oferta da prática desportiva.

VI. A Prática Desportiva para Trabalhadores na Legislação

A prática desportiva para os trabalhadores aparece consagrada na Constituição da República Portuguesa no art. 59.º, não descurando o art. 79.º que refere no seu n.º 1 «que todos têm direito à cultura física e ao desporto.». O art. 59.º aborda os Direitos dos Trabalhadores, que no n.º1, alínea d), refere o direito «Ao repouso e aos lazeres...», em que podemos englobar a actividade e a prática desportiva.

Já na Lei n.º 1/90 de 13 de Janeiro, designada como a Lei de Bases do Sistema Desportivo, além dos artigos 1.º e 2.º, que abordam o *Objecto* e os *Princípios fundamentais*, respectivamente, e que em alguma parte também incluem o papel do INATEL, existe o artigo 8.º, sobre o *Desporto nos locais de trabalho*, que se apresenta como o artigo que identifica claramente o sector responsável pela dinamização desta população alvo de praticantes.

O artigo referido divide-se em duas partes distintas, sendo que o n.º 1 indica que «São objecto de apoio especial a organização e o desenvolvimento da prática desportiva ao nível da empresa ou de organismo ou serviço nos quais seja exercida profissionalmente uma actividade, como instrumento fundamental de acesso a todos os cidadãos à prática de desporto.». Já o n.º 2 refere apenas que tal prática deve obedecer a uma regulamentação específica.

Apesar de não existir uma obrigatoriedade dos trabalhadores que praticam actividade desportiva o fazerem somente nas provas organizadas e realizadas pelo INATEL, a entidade oferece um conjunto de condições e alternativas de participação destinada principalmente a este público e fá-lo com uma tradição que funciona como elemento determinante para continuar a constituir o pólo aglutinador desse sector em particular.

VII. Enquadramento Desportivo do INATEL

O panorama desportivo do INATEL enquadra-se em várias frentes, organizando práticas desportivas de competição, lúdicas, de natureza, ou seja, possibilitando ao participante uma escolha alargada da actividade desportiva que pretende realizar, existindo sempre a possibilidade de o associado praticar mais do que uma opção simultaneamente.

O Departamento Desportivo, que lidera a execução da política definida pela Direcção e de acordo com o plano de actividades aprovado em Conselho Geral, através de acções de apoio técnico, pedagógico, didáctico e financeiro, oferece aos seus associados uma melhor valorização individual e colectiva no domínio desportivo.

Existem quatro programas desportivos, para além de outras práticas, que oferecem e possibilitam sensações diferentes aos participantes :

- Provas Regulamentares, a prática mais formal que o instituto organiza;
- Actividades Básicas, classes dinamizadas, quer pelas Delegações do INATEL, quer pelos vários CCD's;
- Desporto para Todos, um apoio em várias frentes às Delegações e aos CCD's que pretendem organizar actividades;
- Desporto Aventura, a prática desportiva na Natureza.

1) Provas Regulamentares

As Provas Regulamentares enquadram-se numa prática desportiva formal, com a organização de campeonatos e torneios em variadíssimas modalidades, quer nas colectivas, quer nas individuais.

As provas desenrolam-se segundo um regulamento técnico para cada modalidade e um quadro regulamentar administrativo e de arbitragem que prevê as situações que possam ocorrer durante as provas, sendo que na maioria dos casos, numa primeira fase, existe uma competição ao nível distrital (Delegações), finalizando-se com o apuramento para uma fase final e nacional. As modalidades dinamizadas são as seguintes:

Colectivas

- Andebol
- Basquetebol
- Futebol 11
- Futsal
- Voleibol
- Voleibol de Praia

Individuais

- Atletismo
- Ciclismo
- Damas
- Judo
- Natação
- Pesca
- Ténis de Mesa
- Tiro ao Alvo
- Xadrez

As Provas Regulamentares dinamizam anualmente mais de trinta e três mil praticantes, atingindo no distrito de Lisboa quase dez mil associados. As modalidades de Atletismo e de Futebol de 11 movem por época desportiva mais de nove mil praticantes cada uma, seguindo-se a Pesca com três mil e quinhentos, e a Natação e o Ténis de Mesa com aproximadamente mil e quinhentos ¹⁶.

2) Actividades Básicas

Nas Actividades Básicas, existem dois tipos de enquadramento. O Departamento de Desporto e as Delegações dinamizam e organizam classes nas mais variadas modalidades (Atletismo, Badminton, Damas, Férias Desportivas, Futebol, Ginástica, Judo, Musculação, Natação, Remo, Tai-Chi-Chuan, Taído, Ténis de Campo, Tiro, Yoga, Xadrez, etc.), ou os próprios sócios colectivos, Centro de Cultura e Desporto (CCD's), organizam as classes, responsabilizando técnicos qualificados para o efeito, sendo que o INATEL subsidia com apoios para as respectivas despesas.

No ano de 2002, foram criadas perto de mil classes, que corresponderam a dezassete mil praticantes, com a Ginástica e a Natação a moverem oito e cinco mil praticantes, respectivamente ¹⁷.

¹⁶ *Relatório Anual do Programa de Actividades (2002)*. INATEL.

¹⁷ *Ibidem*.

3) Desporto para Todos

O programa de Desporto para Todos realiza-se numa óptica de colaboração do INATEL com os associados colectivos, na medida em que eles são chamados a participar em eventos organizados pelo Instituto ou a organizar eles próprios esses eventos (muitas vezes em parceria). Estas actividades caracterizam-se essencialmente por serem abertos ao público em geral, isto é, provas cujos participantes não necessitam, neste caso, de ser associados do Instituto.

Esta tipologia de programa abrange a grande maioria das modalidades referidas nos programas anteriores, das individuais às colectivas, as dinamizadas no interior e no exterior, etc. A este nível, são abrangidas mais de cento e sessenta e cinco mil participações, verificando-se a organização ou o apoio a quatro mil e duzentas actividades, destacando-se claramente a modalidade de Atletismo com perto de cinquenta mil participações¹⁸.

4) Desporto Aventura

O Programa de Desporto Aventura desenvolve actividades desportivas (Balo-nismo, BTT, Caminhadas, Canoagem, Canyonning, Escalada, Espeleologia, Kayak-rafting, Orientação, Parapente, Rafting, Tiro com arco, Vela e Multi-actividades) em várias regiões do país, dinamizadas quer pelas Delegações, quer pelos técnicos afectos ao INATEL, apoiados pelas estruturas físicas existentes no país (Instalações Desportivas, Centros de Férias e Centros Integrados de Lazer).

No início dos anos de 80, as primeiras grandes realizações nesta tipologia de prática desportiva foram da autoria do INATEL, que desenvolveu actividades em vários pontos do país, com o objectivo de iniciar uma nova moda desportiva, até à altura, só possível para uma determinada faixa social.

Aos programas de um ou dois dias, juntaram-se actividades que pretendiam dar a conhecer zonas do país com actividades de vários dias, nomeadamente através de projectos no âmbito dos Centros Integrados de Lazer e da Carta do Lazer.

No ano de 1998, o INATEL iniciou um projecto denominado «Carta do Lazer das Aldeias Históricas de Portugal», através do qual se passaram a desenvolver programas de grande importância para o desenvolvimento local e rural, a potencialização dos espaços físicos e o crescimento sustentado do acesso ao lazer a um número cada vez maior de cidadãos.

O projecto «Carta do Lazer das Aldeias Históricas de Portugal» tem inerente, em toda a sua dimensão, uma preocupação ambiental, centrada na sustentabilidade ecológica (minimização dos impactos). Esta sustentabilidade foi também pretendida ao nível social e cultural, no sentido da preservação de valores e identidades. Outra das principais preocupações do INATEL, ao criar este programa, foi

¹⁸ *Relatório Anual do Programa de Actividades (2002)*. INATEL.

o de ser potenciador do desenvolvimento local/regional, gerador de emprego e de oportunidades capazes de dinamizar o tecido económico.

No conjunto de todas as actividades de desporto aventura, o INATEL atinge as vinte e duas mil participações em perto de quatrocentas actividades. As modalidades mais procuradas são o BTT, a Canoagem, a Orientação e o Pedestrianismo ¹⁹.

5) Actividade desportiva internacional

O INATEL mantém anualmente um programa de participações em actividades desportivas internacionais com instituições de outros países, que se regem por objectivos comuns ou semelhantes.

O INATEL possui representação nas assembleias ou comités técnicos de várias organizações, entre as quais se destacam:

- Confédération Sportive Internationale du Travail (CSIT);
- Confédération Européenne Sport Santé;
- International Sport and Culture Association (ISCA);
- International Association Sport Information (IASI).

Participa também activamente em campeonatos e torneios de diferentes modalidades, organizados na sua maioria pela CSIT, sendo que no ano de 2003 decorreram nos seguintes países com a participação de instituições vindas de vários continentes ²⁰:

- Campeonato de Futebol de 11 (Turim, Itália);
- Campeonato de Basquetebol (Secília, Itália);
- Festival dos Balcãs em Ténis de Mesa (Albena, Bulgária);
- Campeonato de Natação (Emília Reggina, Itália);
- Campeonato de Xadrez (Vantaa, Finlândia);
- Campeonato de Voleibol de Praia (Graz, Áustria);
- Campeonato de Provas Combinadas (Viena, Áustria);
- Campeonato de Cross (Scandiano, Itália).

A CSIT é uma organização mundial, criada em 1913 e sediada em Helsínquia. É constituída por órgãos directivos, uma comissão executiva, presidentes técnicos das várias modalidades, sendo que os da modalidade de atletismo e xadrez são técnicos do INATEL. A entidade regula de uma forma geral a oferta e a dinâmica da prática desportiva para os trabalhadores de diversos países, vindos principalmente da Europa e do norte de África.

¹⁹ *Relatório Anual do Programa de Actividades* (2002). INATEL.

²⁰ *Ibidem*.

VIII. Quadro Orgânico de Pessoal

O conjunto de pessoas relacionadas com a organização das actividades e dos eventos que envolvem os milhares de associados é à primeira vista mais complexo do que se poderia supor.

Para além do quadro normal numa organização com esta tipologia de funcionamento, ou seja, uma estrutura com um Director de Departamento ²¹ de toda a actividade desenvolvida de âmbito nacional, dois Chefes de Divisão para as duas áreas mais sensíveis, as actividades desportivas ²², e os equipamentos e as instalações ²³, existem vários tipos de colaboradores.

O quadro técnico ²⁴ é ainda composto por vários coordenadores desportivos, responsáveis pelas modalidades desenvolvidas e pelo regulamento técnico em que os campeonatos e as restantes actividades são desenvolvidos. A estrutura é apoiada por todo um quadro de pessoas operacionais que correspondem ao normal funcionamento do Instituto.

Pelo facto de existirem vinte Delegações ²⁵, para além da Sede localizada em Lisboa onde se encontram os quadros referidos anteriormente, existe um responsável pela área desportiva, o Coordenador Desportivo Distrital, coadjuvado por Animadores Desportivos e, em certos casos, por treinadores de modalidade, que organiza toda a prática desportiva de âmbito distrital e faz o importante elo de ligação entre as decisões nacionais e a realidade nos locais. Esse Coordenador

²¹ Compete ao Director de Departamento estimular os sócios à prática desportiva; apoiar os CCD's na prossecução das suas finalidades no âmbito desportivo; promover a prática do desporto nas modalidades mais adequadas à ocupação dos tempos livres; providenciar a preservação, em boas condições de utilização, das instalações e equipamentos desportivos; promover o intercâmbio com outras organizações nacionais ou estrangeiras.

²² Apoiar e promover organizações de actividades desportivas; elabora e divulga os calendários das provas e assegura a sua realização; organiza os processos de reclamações com fundamento na violação das leis e regulamentos desportivos e faz cumprir as penas disciplinares aplicadas; dá seguimento às acções de intercâmbio com outros organismos nacionais e internacionais no âmbito desportivo.

²³ Mantém actualizado o cadastro das instalações desportivas e respectivo apetrechamento; gere as instalações desportivas que estão à sua responsabilidade; pronuncia-se sobre os pedidos de subsídio relativos a instalações desportivas apresentadas pelos CCD's.

²⁴ Assegura ao Director do Departamento a informação e apoio técnico necessários; planeia a actividade do Departamento; apoia as delegações na programação de actividades desportivas e nas acções de formação técnicas nesse âmbito; elabora os projectos do regulamento das actividades desportivas; coordena as acções de intercâmbio com outros organismos nacionais e internacionais.

²⁵ As Delegações e Subdelegações têm uma organização e serviços adequados para assegurar as actividades desportivas na sua zona de influência. No sector desportivo as Delegações e Subdelegações contam com um coordenador desportivo (professor de Educação Física), sendo de sua responsabilidade toda a organização das actividades desportivas a nível de região, segundo os parâmetros definidos pelo Departamento Desportivo. As Delegações possuem um quadro de diversos animadores desportivos de reconhecida competência técnica nas diversas modalidades e que têm como função dinamizar localmente as actividades, segundo a orientação do Coordenador Desportivo Distrital.

Distrital é também responsável pelo normal funcionamento nas instalações desportivas que existam no território distrital.

O quadro de pessoal afecto ao programa Provas Regulamentares, tão singular, que diferencia a organização de todas as outras em termos de funcionamento, é composto pelas diferentes categorias:

- auxiliar técnico, controlador de toda a organização de árbitros em redor dos jogos das Provas Regulamentares;
- vogal, responsável pela nomeação de árbitros;
- delegado do jogo, que controla o normal funcionamento do jogo propriamente dito;
- animador desportivo, que dinamiza e organiza actividades de modalidades específicas;
- agentes relacionados com a arbitragem (árbitro, auxiliares, cronometrista, juiz, etc.).

IX. O Património de Equipamentos e Instalações Desportivas do INATEL

O INATEL, pela história que construiu ao longo de toda a sua existência, foi adquirindo e construindo uma série de equipamentos e instalações desportivas, que fazem com que actualmente possua um vasto e diversificado património.

As instalações são o local privilegiado para as actividades desportivas organizadas pelo próprio Instituto. O INATEL tem, a este nível, vantagem relativamente a outras entidades e outros sectores desportivos, por dispor de uma diversidade de equipamentos e englobar actividades desportivas e recreativas que são possíveis dinamizar nesses mesmos espaços.

Da longa lista de equipamentos e instalações fazem parte dois complexos desportivos de grandes dimensões: um em Lisboa e outro no Porto. O complexo desportivo de Lisboa – Parque de Jogos «1.º de Maio» – possui um estádio com campo de futebol relvado, uma pista de atletismo com seis corredores, um pavilhão, duas piscinas, dois polidesportivos, campos de ténis, campo de mini-golfe, uma parede de escalada e um circuito de manutenção. O complexo desportivo do Porto – Parque Desportivo de Ramalde – possui um campo de futebol, uma pista de atletismo, campos de ténis e um polidesportivo.

Para além dos dois parques referidos, o INATEL possui dez pavilhões (Cartaxo, Covilhã, Guarda, Guimarães, Lisboa, Mirandela, Muge, Salvaterra, Santarém e Viseu), seis ginásios (Beja, Braga, Évora, Parque de Jogos 1.º de Maio (2) e Mouraria) e quatro piscinas (Angra do Heroísmo, Costa da Caparica, Piódão e Lisboa).

Existe ainda uma série de equipamentos e instalações desportivas nos próprios Centros de Férias (piscinas, campos de ténis, polidesportivos, etc.) e os

Centros Integrados de Lazer, onde se conjuga a actividade desportiva e turística, mais vocacionada para a prática desportiva na natureza.

O Parque de Jogos «1.º de Maio», em Lisboa, é a instalação desportiva mais frequentada, apresentando mais de quatrocentas e sessenta mil entradas anualmente. Os pavilhões e os ginásios desportivos, na sua totalidade, têm perto de duzentas e quarenta mil e setenta e cinco mil entradas, respectivamente. Relativamente à piscina de Angra do Heroísmo, apresenta mais de trinta e cinco mil entradas.

No que concerne à segmentação da população utilizadora das instalações, 58% são do sexo masculino, 64% são trabalhadores e somente 9% o fazem individualmente, preferindo claramente a prática em grupos ou em classes ²⁶.

X. O verdadeiro impacto da prática desportiva para os trabalhadores

Numa época em que o fenómeno desportivo é abordado por inúmeras razões, umas positivas, outras nem tanto, e em que Portugal se assume claramente como potencial organizador de qualquer tipo de prova desportiva, a prática propriamente dita é recordada somente quando, de tempos a tempos, surge a informação de que Portugal é o país da União Europeia com o menor índice de participação desportiva.

Com base nos últimos resultados sobre os hábitos desportivos da população portuguesa dos 15 aos 74 anos, somente 23% da população pratica desporto (participação desportiva), existindo 4% com o desejo de iniciar a sua prática desportiva (procura não satisfeita), o que nos deixa 73% que não apresenta nenhuma disposição para o seu início (Marivoet, 2001) ²⁷.

Apesar da oferta desportiva no nosso país ter crescido em termos qualitativos e quantitativos, existem ainda vários locais do país e segmentos da população que não têm acesso a um local para jogar ou correr, nem uma bola ou um aparelho para brincar, sendo que a participação em Portugal apresenta números que devem ser alvo de preocupação e que nos chama a atenção para a necessidade de se realizarem programas eficientes com o objectivo de aumentar e melhorar a prática (Lança, 2003) ²⁸.

Embora não haja dados relativamente às percentagens de prática por sector desportivo, pelos números existentes, as áreas do desporto federado e do desporto escolar são os sectores que maior número de praticantes possuem. Atente-

²⁶ *Relatório da Divisão de Instalações e Equipamento Desportivo* (2002). INATEL.

²⁷ Marivoet, S. (2001), *Hábitos Desportivos da População Portuguesa*, Lisboa, Instituto Nacional de Formação e Estudos do Desporto.

²⁸ Lança, R. (2003), *Animação Desportiva e Tempos Livres – Perspectivas de Organização*, Lisboa, Editorial Caminho.

-se, no entanto, que uma percentagem elevada dos praticantes «escolares» abandonam por completo a prática assim que deixam a escola ou iniciam a etapa universitária.

Dos nove sectores existentes (Autárquico, Deficientes, Federado, Escolar, Militar, Prisional, Trabalho, Turismo e Universitário), existem alguns que trabalham comumente, de forma a retirar mais dividendos, não só quantitativos, mas também qualitativos.

Se juntarmos todos os praticantes dos diversos programas desportivos (e não participações), as entradas nas instalações desportivas, o apoio do Instituto aos sócios colectivos, etc., o peso dos trabalhadores deste sector no total dos praticantes desportivos é bem mais elevado que à primeira vista possa parecer.

A realidade é que a variedade de oferta de actividades, a existência de uma Delegação em cada distrito, que envolve, neste caso, desportivamente a população, e a existência de várias instalações desportivas, fazem com que o universo de pessoas e potenciais interessados nos programas desportivos do INATEL seja de uma grandeza quase inquantificável.

Não só no caso do sector do trabalho, mas em todos os sectores desportivos, o ideal era existir uma quantificação correcta do número de praticantes. O conhecimento e a avaliação destas realidades são fundamentais para uma correcta intervenção das organizações associadas a cada sector desportivo. O INATEL, pelo seu lado, irá a curto prazo, ter de se adaptar às novas exigências e aos novos concorrentes existentes ou que irão aparecer.

XI. Novos Desafios

No seguimento do anterior capítulo, podemos assumir que o INATEL, como qualquer organização, terá de se adaptar a novos desafios decorrentes das mudanças que ocorrerão na sociedade e do aparecimento de organizações que possam captar os praticantes que normalmente procuram a prática desportiva, e neste caso, o façam no âmbito dos programas daquele Instituto.

O aparecimento de alguma entidade que tenha como objectivo aqueles por que se rege o INATEL não é viável, mas outro tipo de organização oferecerá em moldes diferentes a prática desportiva que preencherá as necessidades dos utentes.

Assim, e ao contrário do procedimento normal e realizado na grande maioria das organizações, quer as desportivas, quer as organizações em geral, o INATEL tem de conseguir «prever» e antecipar-se às dificuldades causadas pelas habituais mutações existentes no simples modo como a população encara este ou aquele assunto.

Utilizando metaforicamente o exemplo desportivo e das equipas que semanalmente enfrentam novos adversários com diferentes argumentos, as equipas de trabalho têm de se standardizar de modo a que as estratégias de acção, as formas

de encarar as dificuldades e os acontecimentos inesperados, sejam alvo de uma abordagem e uma introspecção com mais regularidade e não somente em períodos que chegam a rondar o período anual.

Este será, porventura, o maior desafio: o Instituto manter um serviço que vá ao encontro das necessidades dos associados e continuar a prestar um serviço que parte de uma lógica corporativa de ver o fenómeno desportivo.

Novas dinâmicas irão certamente ser solicitadas, quer de uma forma directa, quer indirectamente, e toda a rentabilização terá de ser também alvo de um olhar crítico: a avaliação entre a relação ou o índice despesas/receitas, custo/benefício, actividade/natureza para o qual o INATEL está vocacionado.

Não sendo o INATEL nem uma associação, nem uma federação de associações, mas um Instituto Público, as suas funções devem acentuar o apoio ao associativismo: um apoio multiforme, técnico e financeiro, numa base de contractualização, que se projecte em programas ou projectos acessíveis ao conjunto dos seus associados.

O cerne da questão encontra-se no desenvolvimento do associativismo e, como tal, no fomento de uma nova forma de relacionamento: o INATEL deve ser um parceiro de desenvolvimento e de revitalização do movimento associativo, deixando de ser apenas um fornecedor de serviços. Para isso será necessário uma maior e melhor qualificação dos seus colaboradores, criação de centro de recursos que possa corresponder às necessidades desse tecido associativo, não se substituindo ao mesmo, mas complementando-o, com o estabelecimento de protocolos e contratos-programa, para que as actividades temporárias ou permanentes, antes asseguradas pelo Instituto, possam passar a sê-lo pelas associações.

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS DIFERENTES ASPECTOS DA DINÂMICA DESPORTIVA

*Odete Graça **

O desporto representou no séc. XX uma importância social de grande relevo e apresenta-se fundamentalmente como um fenómeno associado à vida cultural e económica na sociedade actual. É actualmente assumido e reconhecido o seu significado na vida dos cidadãos e das organizações cuja missão está intimamente ligada aos fenómenos do desporto. O desporto «é importante para a promoção do bem-estar, da saúde, da dimensão cultural e de coesão social» [...] «democracia, igualdade e solidariedade são valores fundamentais do movimento desportivo europeu»¹.

O desporto constitui nos dias de hoje um desafio à cooperação entre os povos e a aproximação entre as culturas através da sua linguagem universal que é o gesto e o movimento, a regra e a disciplina, o acontecimento e a notícia. O desporto ultrapassa a barreira das línguas e das culturas, pretende contribuir para a eliminação dos conflitos e deve fomentar no dia a dia a solidariedade entre os continentes.

Actualmente todos nós nos revemos, com mais ou menos interesse, no entendimento intercultural do desporto enquanto instrumento de inserção do indivíduo e da sua integração na sociedade.

O desporto desempenha cada vez mais uma função múltipla, logo o fenómeno desportivo é indiscutivelmente um processo contínuo de princípios e valores, fruto das sociedades que construímos e nas quais vivemos o nosso dia a dia.

Neste contexto, o desporto possibilita obviamente estudos e avanços no universo do saber e do conhecimento. Os novos desafios da **Tecnologia** permitem em cada minuto uma leitura universal rápida traduzida no gesto e no reflexo das sensações e das motivações das diferentes personagens em campo de jogo. São hoje recriadas as novas vantagens da imagem, do som e da cor à veloci-

* Mestre em Gestão do Desporto. Associação de Municípios do Distrito de Évora

¹ *Conclusions de la Présidence – Les directeurs du sport des États Membres de l'Union Européenne du Sport*, Hénsinquia, 1999.

dade do impulso, quando é cada vez mais evidente o «fomento da linguagem da imagem, nos contactos entre povos e gerações e na promoção do desporto como factor de integração social»².

Aliás o desporto na sua versão moderna sempre acompanhou o desenvolvimento e o crescimento dos diferentes meios de comunicação.

Também a **Imagem**, através dos seus meios audiovisuais, sabe hoje gerir o seu poder de chegar a casa de cada um de nós à velocidade do acontecimento, para nos dar o sonho de ser campeão, associado às motivações e práticas da violência e agressão sem esquecer o modo como nos vendem os produtos e como nos convidam a viver a publicidade. Entretanto, ao longo dos últimos anos e com particular incidência no último quartel, a **Ciência** aprofundou o seu campo de investigação na busca de mais perfeição tendo por objectivo final a melhoria do seu rendimento, de modo a serem obtidos os melhores resultados.

Também a **Economia** de há muito que encontrou no sector desportivo uma oportunidade e importância a que não são alheios as diferentes organizações desportivas. Aliás «a venda de direitos de transmissão televisiva e os patrocínios são hoje responsáveis por 65% – 85% do financiamento das manifestações desportivas, sendo a principal fonte de financiamento do desporto profissional na Europa»³.

Cada evento desportivo está quase (!) sempre subjacente à vertente comercial cujos lucros e ganhos reflectem-se em cada país ou continente, com particular relevo para aqueles que se desenvolvem a nível europeu ou do mundo, como é o caso dos Jogos Olímpicos. São os acontecimentos desportivos associados ao **Marketing** que criam na opinião pública a adesão à marca e a associam ao campeão. É caso para dizer, a visão economicista do desporto ultrapassa em muito a importância da actividade física. É conveniente referir que «o montante dos direitos audiovisuais negociados pelo COI (Comité Olímpico Internacional) passou de 441 milhões de dólares em 1992 nos Jogos de Barcelona para 1.318 milhões previstos para os Jogos Olímpicos realizados em Sidney no ano de 2000»⁴.

Por inerência, a dinâmica do **Turismo** alarga o seu campo de ofertas face à procura do espectador do mundo. São «pacotes» de ofertas, mini férias e circuitos da região que estão em jogo na balança comercial da cidade ou do país.

Também o **Direito** se associou ao fenómeno desportivo criando o enquadramento legal nas relações do mercado, definindo a regra e registando o acordo,

² «O Desporto como factor de integração social», in *XII.º Fórum Europeu do Desporto*, Verona, 2003.

³ Documento de Reflexão da DG X – Comissão Europeia – «O Desporto na Europa», Informação, Comunicação, Cultura e Audiovisual – Política audiovisual, Cultura e Desporto, 1999.

⁴ Resolução do Parlamento Europeu sobre o relatório da Comissão «Na óptica da salvaguarda das actuais estruturas desportivas e da manutenção da função social do desporto no âmbito comunitário» – Relatório de Helsínquia sobre desporto» da Comissão ao Conselho da Europa, 2000.

sempre na salvaguarda de direitos e deveres de cidadania, de vida e de práticas cujos reflexos no fenómeno desportivo é hoje mundialmente indispensável e reconhecido. O Tratado de Amesterdão, com entrada em vigor a 1 Maio de 1999, refere no seu art.º 13 «providência uma base jurídica para tomar medidas necessárias para combater a discriminação do sexo ou orientação sexual»⁵.

É um facto que no campo da **Arte** o «desporto» deu o mote a artistas e pintores, que pela sua mão deram expressão à alegria e à raiz popular do jogo de crianças e adultos como tão bem o soube fazer Pieter Bruegel (1596) na sua pintura «Les jeux d'enfants», retratando jogos infantis e/ou populares ainda hoje vividos pelas crianças. Também entre nós em pleno séc. XX, José Guimarães relembra na sua tela os nossos campeões olímpicos Rosa Mota e Carlos Lopes, e na grande actualidade do Euro-2004 Júlio Resende afirma o seu traço nas paredes dos estádios, sublinhando o entusiasmo e o ambiente da «festa desportiva» através do jogo das formas matizadas pela cor. Também nas **Letras** a palavra está associada à reflexão do fenómeno desportivo e ganha a aproximação entre os povos de todo o mundo, capta outro valor junto dos responsáveis das organizações na Europa e no Mundo, e permite alcançar novas estratégias sociais, culturais e económicas enquanto verdadeiros desafios ao valor social e cultural de um dos fenómenos marcantes na viragem do século.

Mas não foram apenas estas áreas que contribuíram para o tal «realce» do fenómeno desportivo no contexto da sociedade actual. Também outros factores conduzem ou condicionam os nossos comportamentos à imagem do mundo, nomeadamente o que se refere à nossa vida sedentária «cerca de 60% da população portuguesa mantém-se inactiva durante uma se-mana típica» segundo elementos fornecidos pela British Heard Fondation (2000) de Londres e Institute of Food Studies de Dublin citado no *The European Network for Promotion of Health – Enchancing Physical Activity* (2000).

É bom lembrar que a Organização Mundial de Saúde – OMS – também chamou a si o problema da actividade física sob a perspectiva da **Saúde pública** mundial sensibilizando os Estados, organizações e responsáveis políticos de intervenção local, regional e nacional a promoverem programas e acções, sob o lema «**Pela sua saúde ... mexa-se!**» Mas em complemento a este incentivo, também a OMS chamou a atenção para a vida sedentária que actualmente se vive «*a percentagem de adultos que vive uma vida sedentária situa-se entre os 60% e os 85%*»⁶ – nos quais se enquadram determinados sectores específicos da população como são os jovens, os idosos e as mulheres. Neste último «grupo-alvo» a OMS chama particularmente atenção para nove aspectos, tidos como os mais significa-

⁵ «Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres na União Europeia», in *Relatório da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões*, 1999.

tivos na qualidade de vida das mulheres, dos quais salientamos o que particularmente cita «para as mulheres, uma actividade física regular e bons hábitos alimentares são um meio de melhorar a sua saúde e evitar um conjunto de doenças e patologias principais responsáveis por mortes e incapacidades genéricas existentes no mundo inteiro»⁷.

É óbvio que também a **Educação Física** e o **Desporto Escolar** se associam em cooperação internacional, nomeadamente entre a UNESCO e o Comité Olímpico Internacional – COI – quando sublinham a importância da «contribuição da Actividade Física e Desporto para o desenvolvimento cultural, económico e social bem assim como a preservação da saúde»⁸. É um verdadeiro reconhecimento do desporto escolar e universitário da promoção de valores éticos inerentes ao desporto, enquanto acto educativo de capital importância para a formação integral dos jovens, desenvolvendo práticas e modelos de aproximação entre gerações e culturas. Aliás é com este propósito que 2004 foi aprovado pela Comissão Europeia como «**Ano Europeu da Educação pelo Desporto**» tendo a particularidade de chamar a atenção para os valores formativos, éticos e culturais das crianças e jovens dos países da União Europeia.

Por tudo isto, nos últimos anos, o desporto assumiu outros contornos de reconhecimento e valor, fruto de inúmeros debates, conferências e outras iniciativas onde, pela primeira vez, não só se reafirma o papel social do desporto mas também se reconhecem as «suas cinco principais funções: educativa, social, cultura, recreativa e de saúde pública». Podemos mesmo dizer que «o desporto constitui assim uma linguagem universal e ultrapassa a barreira das línguas e das culturas e também em certa medida as barreiras sociais».⁹

Genericamente também podemos afirmar que nos últimos cinco anos o interesse da União Europeia, pela problemática das mulheres no desporto registou uma importância sem precedentes, tendo sido o ano de 1997 marcado por intervenções importantes e muito significativas para o futuro, aliás a referência no Tratado de Amesterdão é um facto digno desse registo.

Contudo, se em termos genéricos, o desporto assumiu, ainda que timidamente, um desempenho de «algum relevo» no panorama europeu e nas grandes agendas, no plano social e político é bom reconhecer que ainda hoje muitos se interrogam sobre a **importância da mulher no desporto actual** e qual o seu papel no contexto das políticas de desenvolvimento desportivo consolidadas nas diferentes áreas de intervenção na vida e na sociedade actual.

⁶ Organização Mundial de Saúde – Mesures en Faveur de l'Activité Physique, 2002.

⁷ Idem.

⁸ Congresso Internacional em Nabeul, 1992.

⁹ XII.º Fórum Europeu do Desporto – «O Desporto como factor de integração social», Verona, Novembro, 2003.

Para uns, pode ser um dado adquirido e já assumido, mas para outros e outras é ainda uma área de intervenção onde as mulheres estão longe de usufruir de uma verdadeira integração, com direitos e deveres já hoje previstos no quadro legal em vigor.

Na realidade, desde há muito, e um pouco por todo o mundo, têm-se realizado colóquios, debates, encontros e conferências onde a problemática das mulheres é o verdadeiro centro de interesse, desde as Artes à Ciência, das Letras à Investigação, da Moda à Tecnologia, do Trabalho ao Lazer, da Educação ao Desporto sem contudo deixar de fixar a sua relação com a família, com as tradições sociais, culturais e económicas que a cercam há longos anos. Mas é também importante registar o empenho e a determinação que as mulheres de todo o mundo têm assumido, ao longo dos tempos, na mobilização das entidades e das pessoas em geral, para os diferentes problemas que as envolvem.

Apesar de se viver, no presente, uma realidade significativamente diferente de há 30 ou 40 anos atrás, é ainda indispensável percorrer um longo caminho para que a generalidade da população feminina usufrua dos mesmos direitos e deveres no trabalho, na educação, no lazer e no desporto.

E aqui entre nós, é bom recordar que não vai assim tão longe o «ano de 1931 quando foi reconhecido à mulher o direito de voto embora apenas às diplomadas com cursos superiores ou secundários, enquanto aos homens esse direito lhes foi conferido desde que soubessem ler e escrever. Porém em 1968, as mulheres conquistavam a igualdade de voto, embora dela se exclua a eleição para as juntas de freguesia, para a qual o direito de voto é limitado aos chefes de família». ¹⁰

Mas se esta realidade ainda nos «espanta» é bom sublinhar que em «1999, e pela primeira vez na sua história, uma mulher foi nomeada para integrar o corpo de 15 juízes do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias». ¹¹ Um outro caso refere-se ao facto de outra mulher ter sido «nomeada para integrar o Tribunal Europeu de Contas, que agora conta com duas mulheres de um total de 15 membros.» ¹²

A luta das mulheres pela igualdade e pela equidade é longa e certamente depende das características da sociedade e da sua evolução.

Todos compreendem que há diferenças significativas entre a população masculina e a feminina. Há causas objectivas e concretas para além do seu carácter cultural e do gosto individual, que se referem às condições de vida e de trabalho, à situação familiar, e às tradições onde a educação também deve surgir como um contributo à sua formação como ser humano.

¹⁰ In, « As Mulheres e o Poder Local », Contribuições para a reflexão e acção, Edições Avante!

¹¹ Relatório da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões – «Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres na União Europeia, 1999.

¹² Idem.

Quanto à participação da mulher nos Jogos Olímpicos é importante referir que na primeira olimpíada ocorrida na era moderna, em 1896, as mulheres não foram autorizadas a participar. Sabemos que Pierre de Coubertin, foi o inspirador dos Jogos da era moderna, mas ele próprio defendia que eles representavam «**uma bênção para o desporto masculino**».

Só quatro anos mais tarde, em 1900, na 2.^a Olimpíada realizada em Paris se verificou pela primeira vez a participação da mulher nos Jogos Olímpicos. No entanto, só em 1986, primeira vez, nos Jogos Olímpicos do México, uma mulher – Enriqueta Basílio Sotel – é convidada a transportar o Facho Olímpico, honra que até então era conferida apenas aos homens.

No momento actual a situação da mulher é consideravelmente diferente – embora ainda não tenha atingido o nível da participação que desejamos – já que na «XXVII.^a Olimpíada de Sidney em 2000, as mulheres participaram em 25 dos 28 desportos que integraram os respectivos Jogos e em 132 provas desportivas que representaram cerca de 44% das provas totais»¹³.

Hoje não temos dúvida que por todo o mundo a mulher pratica cada vez mais desporto e os índices de adesão e a propensão feminina às actividades desportivas crescem sem cessar.

Infelizmente no nosso país não se dispõe de dados seguros e devidamente quantificados para se ficar com uma noção precisa da evolução deste fenómeno. Mas basta a observação empírica e experiência de cada um de nós para nos convenceremos de que, apesar de não ser tão acentuado como nos outros países, também existe entre nós em todas ou quase todas as modalidades desportivas.

Parece ser indiscutível que as mulheres do nosso país, na sua maioria, já não ficam alheias ao desporto, como acontecia num passado ainda não muito longínquo.

A verdade é que, apesar da adesão ao fenómeno desportivo manifestado por muitas mulheres, quer como espectadoras nos estádios quer nas outras actividades desportivas, estamos longe de poder considerar as mulheres portuguesas ... como desportistas!

A nível europeu, é bom relembrar que na 2.^a **Conferência dos Ministros Europeus do Desporto**, realizada em Londres no ano de 1978, o Ministro Irlandês, apresentou uma Moção, que tinha por intenção «apelar a uma maior participação das mulheres nos diferentes aspectos do desporto».

Talvez tenha sido este o marco mais importante no seio da Europa e em presença dos Ministros com responsabilidades políticas no desporto em cada um dos países que então constituíam a União Europeia.

Dois anos mais tarde (1980), na 3.^a **Conferência dos Ministros do Desporto**, foram igualmente aprovadas duas recomendações através das quais se salientava o seguinte:

¹³ Comité Olímpico Internacional, «Les femmes aux Jeux Olympiques», 2003.

- a) [...] «que as autoridades nacionais, regionais e locais revissem os seus métodos de recrutamento na área do desporto, com a intenção de integrar as mulheres no desporto e rentabilizar o seu saber e experiência...»
- b) [...] «que os Governos convidassem as Federações de desporto a reflectir sobre a integração das mulheres nos lugares de decisão a nível local, regional e internacional [...]»

É de facto ao longo da década de 80 que surgem as primeiras disposições internacionais na área do Desporto com reflexos significativamente importantes quer para um novo entendimento global do desporto, enquanto factor de «cultura desportiva», quer como agente de promoção da actividade física da mulher.

Neste âmbito destacam-se iniciativas do Conselho da Europa, aquando da **Conferência de Brighton** sobre «**As Mulheres e o Desporto**» que se realizou no Reino Unido entre 5 e 8 de Maio no ano de 1994, bem assim como as declarações então proferidas pelo Comité Olímpico Internacional.

A **Declaração de Brighton**, acontecimento de inegável importância, foi aprovada por 280 delegações de 82 países, que defenderam uma estratégia mundial traduzida num conjunto de princípios dos quais salientamos: [...] «A equidade e igualdade na sociedade e no desporto [...] referindo-se que os Estados, os Governos deviam envidar esforços para garantir que as instituições e as organizações respeitem as disposições da Carta das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Convenção das Nações Unidas sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres».

Esta declaração revestia-se de grande importância quer pela expressão política dos países ali presentes, quer pela adesão que provocou noutras organizações com responsabilidade no desenvolvimento desportivo e com reflexos a curto e médio prazo na vida social, cultural e económica mundial.

Neste contexto, também o Comité Olímpico Internacional (COI) ao realizar a sua 1.^a Conferência Mundial, em Lausanne, sobre «A Mulher e o Desporto», que decorreu em 1996, fez aprovar recomendações de grande importância a favor da promoção do desporto na mulher. Salientamos a propósito, uma das mais emblemáticas recomendações, cujos objectivos ainda hoje, estão longe de serem atingidos, «[...]«que em 2000 as Federações Internacionais, Federações Nacionais, Organismos Desportivos e outras organizações ligadas ao movimento desportivo fixassem como objectivo para 2002 a participação em 10% das mulheres nos diferentes órgãos de decisão [...] mas esta proporção devia aumentar para 20 % até Dezembro de 2005».

Quatro anos mais tarde (2000) o COI realiza a sua 2.^a Conferência Internacional, que decorre em Paris, e aí reafirma a necessidade destas recomendações se implementarem para que as condições de acesso da mulher ao mundo do desporto possam ser aprovadas, dinamizadas e implementadas.

Estas recomendações eram por demais importantes, porém era também evidente o défice da participação das mulheres dirigentes nos órgãos de decisão do movimento desportivo.

É de realçar que o COI inscreve na sua Carta Olímpica, editada em Março de 2003, logo no Capítulo I, no n.º 5 do 2.º artigo, uma referência «[...]«à promoção das mulheres no desporto a todos os níveis de todas as estruturas e organizações desportivas nacionais ou estrangeiras, dentro do princípio da igualdade dos sexos».

Esta situação, que também se vive no nosso país, dado o baixíssimo número de dirigentes desportivos do sexo feminino existentes em todo o Sistema Desportivo é, do nosso ponto de vista, ainda mais vasta, dada a sua abrangência aos diferentes campos da vida social, cultural e económica.

Na realidade é uma questão que se coloca por todo o mundo e por toda a Europa.

Apesar de sabermos que a percentagem de praticantes é baixa em todas as modalidades, ela não é acompanhada proporcionalmente, bem longe disso, pelo número de dirigentes. Aliás, a recente Resolução do Parlamento Europeu sobre As Mulheres e o Desporto – considerada como uma Resolução de grande importância na vida política do Parlamento Europeu e da história da Mulher no Desporto nos países da União Europeia – chama a atenção para o facto de «somente 16% das mulheres contra os 29.5% dos homens e 63% dos rapazes por oposição aos 37% das raparigas, dos 15 aos 24 anos, declaram que praticam regularmente uma actividade física ou desportiva»¹⁴.

Esta constatação é tanto mais evidente quanto maior – parece ser (!) – o interesse das instituições de grande responsabilidade na construção da nossa União Europeia nomeadamente ao nível do Comité Olímpico Internacional, do Parlamento Europeu e do próprio Conselho da Europa. É evidente que no último Fórum Europeu de Desporto, a que já fizemos referência, foi mencionado numa das suas conclusões que «é imperativo que homens e mulheres desfrutem, a todos os níveis e em todas as fases das suas vidas, de igual acesso ao desporto, independentemente de origens sociais»¹⁵. É óbvio que esta defesa, sob a forma de conclusão, é muito importante, mas isso não nos basta, porque a realidade de hoje ainda marca a diferença de acesso de rapazes e raparigas à vivência cultural e desportiva da sociedade portuguesa e também em muitos países da Europa. Em França, por exemplo, foi realizado um estudo sobre «Les pratiques sportives en France» que refere claramente que, perante um «universo de 1500 jovens entre os 12 e 17 anos, 52% dos jovens faziam desporto (sendo 64% para os rapazes e 44%

¹⁴ Resolução do Parlamento Europeu – «As Mulheres e o Desporto» – Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Oportunidades – Relatora Geneviève Frasse, 2003.

¹⁵ XII Fórum Europeu do Desporto – «O desporto como factor de integração social», Verona, Novembro, 2003.

para as raparigas) cujos pais não possuíam qualquer formação superior, contra 83% (sendo respectivamente 92% para rapazes e 76% para as raparigas) quando pelo menos um dos pais possuía um curso superior»¹⁶.

Salientamos ainda o facto de ser evidente o desnível de participação das raparigas que é claramente inferior aos rapazes com a mesma idade e perante a mesma condição sócio-económica.

Em Portugal, país europeu que apresenta o menor índice de participação feminina no desporto, quer como praticantes quer ao nível da decisão, são evidentes os indicadores oficiais que chamam a atenção para o seguinte: «a prática desportiva das portuguesas é a mais baixa da União Europeia com valores de 14% em 1998 e o abandono da prática desportiva é na ordem dos 70%»¹⁷. E se esta situação se refere às praticantes, também é verdade que ao nível dos órgãos de decisão «em que 97% dos cargos dirigentes são desempenhados por homens nomeadamente nas áreas dos dirigentes das Federações Desportivas»¹⁸.

Naturalmente que a transformação da situação das Mulheres no interior do sistema desportivo, como elementos com real capacidade de intervenção nas decisões e na sua gestão, depende também dos resultados da sua luta.

Ou seja, são as próprias mulheres que têm de tomar consciência do seu papel e afirmá-lo sem qualquer hesitação. Ainda recentemente a Associação Portuguesa «A Mulher e o Desporto» salientava «a necessidade da representação equitativa de mulheres e homens em todos os órgãos sociais das organizações desportivas privadas e nas instâncias públicas de tomada de decisão em matéria de desporto»¹⁹ quando apresentava a seu parecer sobre a nova Lei do Sistema Desportivo.

Em Portugal não houve, até à década de 90, nenhuma iniciativa que promovesse o debate sobre a (des)igualdade da mulher no desporto. Foi só em 1996, com a realização do 1.º Congresso «**A Mulher e o Desporto**», promovido pelo Movimento Democrático das Mulheres, que pela primeira vez a problemática do desporto foi abordada de forma tão ampla e diversificada.

De facto não faz sentido que numa sociedade que se deseja evoluída e em pleno século XXI, a situação das mulheres quanto à sua presença no desporto como praticante, treinadora, juiz, árbitra ou dirigente se assemelhe mais à de um país do terceiro mundo. Certamente que isto que aqui é referido se dirige aos actuais agentes e dirigentes de todos os níveis, no sentido de se realizar um esforço para dar lugar à presença de mulheres. Acreditamos que neste aspecto, é

¹⁶ Estudo «Les pratiques sportives en France» – Ministère des Sports et l'Institut National du Sport et de l'Education Physique.

¹⁷ Mariovet, Salomé – «Hábitos Desportivos da População Portuguesa – Instituto Nacional de Formação e Estudos do Desporto», 2001.

¹⁸ Almeida, Cristina – Revista Desporto, ano III, n.º 3, Secretaria de Estado do Desporto.

¹⁹ Associação Portuguesa «A Mulher e o desporto», 2004.

e será em larga medida a solução do problema, ou pelo menos a sua evolução e integração teria os seus reflexos no futuro.

São diversos os factores que constituem ainda hoje, limitações à participação da mulher na vida associativa, como nos diz Sofia Baltazar no seu artigo na *Revista do Poder Local*:

- As colectividades continuam a ser espaços fundamentalmente masculinos;
- Apesar da sua maior independência é menor o seu tempo livre;
- As colectividades continuam ainda a ter uma imagem pouco receptiva à participação e ao envolvimento da mulher.

Mas, por outro lado, damos conta da adesão da mulher ao movimento associativo e até em alguns casos são elas que têm maior presença nos órgãos directivos das colectividades, porém nem sempre assumem a sua direcção.

É um facto que as mutações sociais, culturais e económicas da nossa sociedade se reflectem naturalmente nas dinâmicas desportivas e por inerência são sobrevalorizadas, ou não, por questões de «moda» ou oportunidade. É evidente que os processos de dinamização desportiva de característica e expressão municipal ou supramunicipal, têm assumido um papel importante na definição de políticas de desenvolvimento desportivo para o Município e para o país. É por demais evidente que as Autarquias têm assumido um papel de grande importância no contexto geral do desenvolvimento desportivo do país. Têm sido os grandes obreiros quer de equipamentos fundamentais à prática desportiva quer na implementação de projectos e programas de valor acrescido à qualidade de vida junto dos diferentes sectores da população. São programas fundamentais à coesão das gentes da região e importantes à revitalização do movimento associativo cultural e desportivo do bairro, da aldeia, da vila ou mesmo das nossas cidades.

Mas ao contrário do que se possa pensar, também não é pelo facto de ser uma Mulher a responsável pelo Pelouro do Desporto, que a situação se altera no que se refere a programas e projectos sobre a actividade física da mulher. O fundamental é que tenha consciência da situação, vontade política e determinação para provocar as sinergias indispensáveis à criação de mudanças políticas, estratégias, planos e acções que tenham por objectivo um maior envolvimento da mulher nos diferentes sectores do desporto.

Contudo não devemos subestimar a presença das mulheres nos órgãos autárquicos, pois ela representa não só um estímulo à participação feminina mas sobretudo reforçar e valorizar a sua prestação e qualidade de intervenção nos diferentes órgãos de gestão.

Um estudo realizado na área da Grande Lisboa veio confirmar-se que «as autarcas ficaram quase sempre, salvo honrosas excepções, responsáveis por áreas que são associadas às suas tradicionais competências ou vocação como

os casos da área social, educação, os idosos, a cultura, e outras de igual nível de intervenção social.»²⁰

Parece fazer crer uma presumível incapacidade das mulheres ao assumirem os cargos políticos com estas áreas de intervenção autárquica. Aliás parece traduzir uma menor representação nos cargos executivos municipais nos quais também é menos o peso das mulheres nos níveis sócio-profissionais embora tenham uma estrutura etária mais baixa.

Esta aparente juventude das «nossas eleitas» pode fazer crer uma maior disponibilidade para a participação das mulheres jovens na vida política e por consequência numa maior consciência das suas capacidades e da sua intervenção nomeadamente nas áreas tidas como as mais pobres do ponto de vista dos recursos financeiros da Autarquia, mas as mais significativas e determinantes na formação dos cidadãos e no fortalecimento das organizações.

Nesta situação, que em particular diz respeito à intervenção da mulher nos órgãos autárquicos, onde se reconhece capacidade de uma maior intervenção junto das diferentes camadas da população, raramente acontece encontrarmos programas específicos que tenham por objectivo a promoção da mulher no desporto, quer ao nível do incentivo da actividade física quer como agente desportivo no desempenho das diferentes funções.

Porém o quadro seguinte mostra-nos ainda uma realidade que nos deve ajudar a reflectir sobre... porquê ainda assim:

QUADRO 1

Participação das mulheres nos diferentes órgãos autárquicos

Órgãos Autárquicos	1982	1989	1993	1997
Câmaras Municipais	3.0	6.0	7.6	10.5
Assembleias Municipais	8.7	11.0	11.2	13.8
Juntas de Freguesia	2.9	5.0	5.2	7.1
Assembleias de Freguesia	4.5	7.0	7.9	11.1
Total dos Órgãos	4.8	7.0	7.7	10.4
Presidências de Câmaras Municipais	2.0	2.0	1.7	4.0
Outros Eleitos	3.2	6.0	8.7	11.7
Presidências de AM	3.7	4.0	5.7	7.5
Outros Eleitos	8.9	11.0	11.4	14.1

Dados retirados do Livro «As Mulheres e o Poder Local – 2003».

²⁰ In, «As Mulheres e o Poder Local», Contribuições para a reflexão e acção. Edições Avante.

Para que estas posições se alterem é necessário em primeiro lugar, que sejam criadas e desenvolvidas estratégias e acções que tenham como princípios os anunciados na **Declaração de Brighton**, nomeadamente «a igualdade de oportunidades na participação no desporto»...«desenvolver políticas, programas e estruturas que aumentem o número de mulheres no desporto através dos diferentes sectores».

Mas o que na realidade acontece é que as recomendações aprovadas pelas diferentes organizações desportivas, de expressão mundial, como são o caso do Comité Olímpico Internacional, Conselho da Europa e outras organizações não governamentais são omitidas das agendas políticas ou preteridas das prioridades governamentais.

E aqui, como é evidente, não podemos desculpar os nossos responsáveis políticos quando ao nível dos diferentes governos, não defendem qualquer estratégia ou projecto que corresponda ou aplique qualquer destes princípios e/ou recomendações aprovadas a nível mundial.

E a propósito refira-se que a Associação de Municípios do Distrito de Évora tem em marcha um Projecto específico sobre «**Mulheres em Movimento**» e a «**Marcha da Saúde**» – integrado nas Olimpíadas Populares, dinamizadas por esta Associação e em colaboração com os 14 Municípios que a integram – que pretende defender e incentivar a participação da mulher na vida desportiva. Este tem-se associado e inspirado mas de modo muito particular às orientações da Organização Mundial de Saúde sobre a importância da actividade física junto das mulheres, jovens e nos idosos. Entre nós e no âmbito dos primeiros **Jogos Transfronteiriços** foram implementadas outras acções como «**Vamos correr... com a diferença!**» e a **Festa do Jogo Popular** em parceria com a Associação de Municípios do Norte Alentejano e a Diputacion de Badajoz.

Perante este mero enunciado de acções que deve ser entendido como referências, ainda que um pouco isoladas, é cada vez mais importante que se analisem com profundidade as causas que se opõem ao acesso de um vasto número de jovens à educação física e ao desporto escolar, ao desporto em geral. São particularmente penalizadoras as que começam a trabalhar e a produzir, as jovens mães, as trabalhadoras sobrecarregadas com as tarefas da casa e dos filhos, as adultas que necessitam de manter intactas as suas capacidades, as idosas e as que sofrem de qualquer deficiência para quem a prática de uma actividade física correctamente orientada constituiria um importante factor de melhoria da qualidade de vida.

Não nos basta ficar pelo reconhecimento das nossas campeãs que felizmente possuímos e que têm sabido afirmar a presença internacional de Portugal, embora elas próprias reconheçam as suas dificuldades e as barreiras da diferença ocorridas sob diversas formas. Necessariamente que aqui também se enquadram as treinadoras, médicas, juizes, árbitras, dirigentes e porque não também as jornalistas.

Por acréscimo, também a **mulher no desporto** não tem tido o apoio merecido e o justo valor da sua prestação nos «mass média» que exercem, de forma

inteligente, as suas influências e procuram transformá-la e/ou desvalorizá-la com a capa de outros interesses às vezes mais publicitários e económicos do que justos perante o valor da sua prestação desportiva.

Contudo, o que está em causa é a contribuição efectiva da actividade desportiva no seu todo, quer pela melhoria da sua condição de vida e saúde quer pelos benefícios que a população feminina possa usufruir desde a juventude à idade adulta e idosa, sem esquecer o papel do desporto na formação das crianças.

Importa, a terminar, ficarmos com esta questão e perante ela avaliarmos o nosso contributo.

– Existe um verdadeiro desporto feminino em Portugal?

Muitos dirão que a questão desportiva não é a mais importante que se coloca na vida das mulheres portuguesas, outros são ainda capazes de pensar que as mulheres têm coisas bem mais úteis para fazer. Certamente são os homens que pensam assim!

Mas é indiscutível que muitas mulheres também concordam com eles!

A verdade é que o fenómeno do desporto português, não pode marginalizar ou ignorar, por mais tempo, mais de metade da população portuguesa.

Isto representa que a Política Desportiva do nosso país deve assumir e clarificar as suas opções quanto ao desenvolvimento do desporto português nos diferentes sectores por que é constituído.

Não nos basta construir Estádios e Pavilhões se as estratégias de incentivo ao movimento associativo e às Escolas não passa pelo fomento da actividade desportiva junto dos escalões mais jovens; não basta termos equipamentos, técnicos e técnicas se a perspectiva não passa pela promoção da actividade física como um benefício para a saúde e formação de todos desde os mais jovens aos idosos passando pelas mulheres e deficientes; não nos basta ter campeãs nesta ou naquela modalidade se por vezes o acesso e incentivo da comunicação social estão na razão directa da importância da marca que patrocinam e não do seu valor e prestação desportiva; não nos basta «fazer campeões» sem meios, estratégias e objectivos de trabalho e preparação se o Desporto Escolar e depois o Desporto Universitário vivem sem meios e com fracos recursos; não nos basta promover Campeonatos, Taças, Meetings e outras provas de nível Europeu – como o Euro – 2004 – se nos falham os meios para a preparação dos nossos atletas olímpicos e o «desporto para todos e para todas» ou «desporto popular» é para muitos e muitas, algo inacessível!

Isto prova que a dimensão do desporto no feminino não pode nem deve ter uma visão unilateral fechando-se em si mesmo!

Só a perspectiva global do desporto que temos e do que gostaríamos de ter nos pode permitir mudar para transformar – **mentalidades, estratégias e opções políticas** – que ajudem a alterar a nossa sociedade.

É cada vez mais evidente a necessidade de ser assumida uma **Política Desportiva** onde os Princípios e Objectivos estejam subjacentes a uma estratégia de

desenvolvimento desportivo para o país. Uma orientação política para o desporto, deve ser organizada consoante os diferentes vectores da vida desportiva mas sobretudo ter presente os grupos e pessoas que se pretende envolver.

As Autarquias também devem convergir os seus interesses e vontades em torno das diferentes dinâmicas do desporto português. Da vida associativa ao lazer, da integração social à promoção da saúde, da qualidade de vida das populações à dinâmica do turismo, do desenvolvimento económico à vida saudável no meio ambiente, do progresso individual à vivência colectiva no bairro, na aldeia e ou na cidade são na realidade factores importantes ao desenvolvimento local, regional ou supra municipal.

Entendemos que estas questões são pertinentes e actuais já que hoje o desporto é cada vez mais um «**motor de desenvolvimento económico**» factor de «**identidade cultural**» e vector importante na «**formação entre gerações**».

Logo a sociedade não se pode desenvolver sem a partilha de interesses e responsabilidades, usufruto de direitos e deveres, encontro de saberes e experiência de cada um e de todos e todas na sociedade que defendemos democrática, aberta e participada.

Sublinhemos a propósito a última «**Proposta de Resolução do Parlamento Europeu**» aprovada a 21 de Maio de 2003, sobre as «Mulheres e o Desporto» que foi desenvolvida pela «Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Oportunidades» à qual já havíamos feito referência. Contudo, para além de se considerar esta tomada de decisão como algo muito importante no percurso em análise, debate e afirmação da mulher no desporto, é deveras significativo e pertinente terminar este artigo com duas citações da referida Resolução:

- «Declara que o desporto feminino é a expressão do direito à igualdade e à liberdade de todas as mulheres disporem do seu corpo e de se inscreverem no espaço público, independentemente da nacionalidade, idade, orientação sexual, religião e deficiências» e
- «[...] o objectivo da igualdade de oportunidades abre caminho à supressão das barreiras entre o desporto dito «masculino» e o desporto dito «feminino», cumprindo favorecer a abertura das modalidades a ambos os sexos e permitir a todas as raparigas e a todos os rapazes a prática da actividade física da sua preferência»

As intenções políticas que agora conhecemos, e afirmadas com determinação por diferentes entidades e organizações, não podem ficar pelas boas palavras e meras vontades de circunstância.

GESTÃO DO DESPORTO

NOVOS DESAFIOS, DIFERENTES SOLUÇÕES

José Pedro Sarmento Rebocho Lopes *
Gustavo Pires **

1. Apresentação

Se atendermos às posições dos diversos autores, Costa ¹, Parkhouse e Ulrich ², Chazaud ³, Chelladurai ⁴, Olafson e Hastings ⁵, Tatarelli ⁶, Zeigler ⁷, Parkhouse ⁸, Slack ⁹, Soucie ¹⁰, Pires e Claudino ¹¹, entre outros, que nos últimos vinte anos se têm dedicado à problemática da Gestão do Desporto, podemos encontrar um conjunto de indicadores que determinam a sua existência como uma nova área de

* Professor Associado da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade do Porto.

** Professor Catedrático da Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa.

¹ Costa, L. (1986), «A Abordagem em Rede de Lazer e do Esporte para Todos: Uma tentativa de revisão epistemológica, taxonômica e organizacional do esporte e da educação física», in: *Comunidade Desportiva*, Rio de Janeiro, 6 v (38) Maio/Junho. Editado em Portugal pelo Ministério da Educação e Cultura – Direcção Geral dos Desportos, col. «Desporto e Sociedade» n.º 28.

² Parkhouse, L.; Ulrich, O. (1979), «Sport Management as a Cross Potetial Cross Discipline: A Paradigm for Theoretical Development, Scientific Inquiry, and Professional Application», in: *Quest*.

³ Chazaud, P. (1983), *Le Sport et la Gestion*, Paris, Vigot.

⁴ Chelladurai, P. (1985), *Sport Management*, London, Canada, Sport Dynamics. Chelladurai, P. (1994), «Sport Management: Defining a Field», in *European Journal for Sport Management*, Vol. 1 – Nr. 1, May 1994.

⁵ Olafson, G; Hastings, D. (1988), «Personal Style and Administrative Behavior in Amateur Sport Organisations», in *Journal of Sport Management*, n. 2.

⁶ Tatarelli, G. (1986), *L'Organizzazione Sportiva – Metodologie*, Roma, CONI, Scuola dello Sport.

⁷ Zeigler, F (1987), «Sport Management: Past, Present, and Future», in *Journal of Sport Management*, n. 1.

⁸ Parkhouse, B. (1996), *The Management of Sport It's Foudation and Aplication*, USA, Mosby.

⁹ Slack, T. (1991), «Sport Management : Some Thoughts on Future Directions», in *Journal of Sport Management*, n. 5. Slack, T. (1998), «Is There Anything Unique About Sport Management?», in *European Journal for Sport Management*, Vol. 5 – Nr. 2, August 1998.

¹⁰ Soucie, D (1994), «The Emergence of Sport Management as a Professional Occupation: A North America Perspective», in *European Journal for Sport Management*, Vol. 1 – Nr. 2, September 1994.

¹¹ Pires, G.; Claudino, R. (1994), *Profissões do Desporto – Perfil de Competências do Treinador e Gestor Desportivo – Estudo de Mercado*, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana, Departamento de Ciências do Desporto, Projecto Apoiado pelo Fundo Social Europeu.

intervenção profissional. De facto, ao sistematizarmos os aspectos mais significativos, podemos desenhar esta nova área de conhecimento tendo em atenção um conjunto de seis ideias que passamos a indicar. Em primeiro lugar, o estado de crise do desporto moderno que determina a necessidade de existirem novas mentalidades no que respeita ao desenvolvimento. Em segundo lugar, a complexificação das práticas desportivas que obriga a uma sistematização das teorias da gestão contextualizadas ao mundo do desporto. Em terceiro lugar, o surgimento de várias organizações relacionadas das mais diversas maneiras, com a gestão do desporto, o que permite a institucionalização não só duma área do conhecimento como, também, de intervenção profissional. A existência de investigação científica na área é o quarto aspecto determinante para o desenvolvimento da Gestão do Desporto. Em quinto lugar, as oportunidades profissionais que estão a surgir num mundo em que os empregos interessantes estão a rarear, demonstram que estamos em presença duma dinâmica de afirmação no quadro das oportunidades de emprego para as novas gerações. Em sexto, a formação inicial de nível superior no âmbito da Gestão do Desporto parece-nos ser uma realidade que vai garantir a nível do sistema a existência duma forte pressão provocada pelas novas gerações acabadas de sair das universidades.

Neste trabalho vamos desenvolver cada uma das ideias atrás expressas de forma a avançarmos para aquilo que consideramos ser o enquadramento institucional da Gestão do Desporto para, de seguida, apresentarmos algumas conclusões e oportunidades futuras.

2. Crise do Desporto Moderno

A crise do desporto moderno parece-nos ser um dos indicadores mais significativos que nos aconselham a reequacionar os modelos tradicionais das organizações desportivas. Tanto o «desporto profissional» como o «desporto educação» estão em profunda crise. Esta crise surge também da desagregação do modelo corporativo do desporto tradicional, que já não responde às dinâmicas da sociedade da nova economia naquilo que esta tem a ver com a indústria do entretenimento associada às novas tecnologias de informação e comunicação e ao desporto.

No desporto, sempre foi mais importante «fazer» do que «saber fazer», ou mesmo até «porque é que se fazia de determinada maneira». O «just do it» da NIKE, representa bem uma atitude que conduziu à maior crise do desporto moderno, que surgiu nos media em inícios de 1999 mas que vai persistir nos próximos anos. Como se sabe, esta crise teve como protagonista mais visível o Comité Internacional Olímpico que se viu envolvido em processos de corrupção relacionados com a escolha das cidades organizadoras dos Jogos. O falso amadorismo dos dirigentes tem de dar lugar a um sistema claro em que o próprio Olimpismo, como património da Humanidade, possa continuar a ter algum sentido para a generalidade das pessoas, por esse mundo fora.

Actualmente, a projecção do desporto na sociedade, obriga a outras estratégias, atitudes e procedimentos, no que concerne ao seu próprio desenvolvimento. Por isso, em matéria de desporto, já não chega só «fazer», é necessário saber «porquê?» para depois se decidir «como» se vai realizar e «qual» a melhor maneira possível de o conseguir, sob pena de, se tudo for deixado ao acaso, o desporto poder vir a transformar-se num mero espectáculo circense gerido por pessoas sem ideias e sem projectos para além dos seus interesses pessoais, e alimentado, em muitas circunstâncias, por massas alienadas pela violência da competição ou por regionalismos exacerbados, que atrairão invariavelmente para as suas causas, políticos e empresários que vão, da pior maneira, aproveitar-se do desporto. Quer isto dizer que, não é qualquer prática que interessa quando se trata de teorizar a Gestão do Desporto. A prática tem de ser susceptível de teorização e isto só é possível se for reflexiva e crítica, porque senão não passa duma mera repetição.

Neste quadro de ideias, a Gestão do Desporto pode justificar-se em duas perspectivas. Na primeira, a que podemos designar de pragmática, a Gestão do Desporto existe porque tem soluções para resolver problemas, quer dizer, estamos perante uma Gestão do Desporto do tipo «chave na mão». Trata-se de gerir rotinas. Toda e qualquer organização tem rotinas para processar e quanto melhor elas forem realizadas mais a organização está disponível para idealizar e desenvolver novos projectos. Noutra perspectiva, a que podemos designar de académica, a Gestão do Desporto também tem razão de existir porque há ou surgem problemas imprevisíveis para os quais é necessário encontrar respostas originais. Para o efeito, utiliza-se aquilo a que se convencionou chamar de funções da gestão ou tarefas do gestor. Nesta segunda perspectiva, estamos perante um sistema em que as soluções são encontradas pela capacidade heurística de construir o algoritmo conducente à solução de determinado problema. É o que se espera dos licenciados ao serem capazes de formular perguntas, problematizar as questões, sistematizar as possíveis soluções e escolher a mais ajustada.

Hoje, o estado de crise, tanto do «desporto profissional» como do «desporto educação» aconselham a que sem descurar os mecanismos normalizados da primeira perspectiva, se aposte também na Gestão do Desporto enquanto instrumento capaz de resolver ou, pelo menos, ajudar a resolver, os estigmas do desporto moderno. Uma coisa parece-nos evidente. É que se continuarmos a utilizar as mesmas soluções para os problemas que existem, não podemos esperar obter resultados muito diferentes daqueles que já foram obtidos no passado. Do mesmo modo, quer-nos parecer que não são as pessoas que estão há oito, dez, doze, dezasseis e mais anos nos vértices estratégicos das organizações desportivas que vão mudar seja o que for, por muito que elas apreçoem a necessidade de mudar mentalidades.

De facto, em nossa opinião, há que transformar a crise do desporto moderno numa oportunidade para as novas gerações, com as mais diversas formações, em busca dum emprego e da conseqüente realização pessoal e profissional, num mundo, como se disse, em que os empregos interessantes estão a rarear.

3. Complexificação da Gestão

No que diz respeito ao terceiro aspecto, salta à vista que, nos últimos anos a gestão tem vindo a complexificar-se. A teoria da gestão em geral tem vindo a desenvolver-se obrigando a um esforço complementar aqueles que, no mundo do desporto, querem acompanhar a evolução. Esta complexificação fica, obviamente, a dever-se à própria complexidade da dinâmica social. A Gestão do Desporto não fugiu a esta regra, tanto na América do Norte como na Europa, pelo que não só a investigação como o próprio ensino têm evoluído numa abordagem pragmática dos problemas para uma perspectiva filosófica e, por isso, teórica dos mesmos. No entanto é bom que se entenda que se a prática só por si não passa dum mera repetição, por outro lado, qualquer teoria que não seja cruzada com a realidade prática, não passa dum simples acto de contemplação. De facto, a teoria para valer alguma coisa, terá sempre de ser testada pela realidade prática.

Vamos analisar este capítulo tendo em atenção três realidades distintas. Em primeiro a norte-americana. Em segundo a europeia. Em terceiro a portuguesa. Finalmente fazemos uma síntese do capítulo.

3.1. América do Norte

Na América do Norte a Gestão do Desporto pode ser analisada a partir das ligas profissionais, por um lado, e o sistema de competição inter colégios e universidades por outro. Em qualquer das situações, todo o sistema desenvolveu-se com uma lógica de negócio. Para Calhoun (1981) «the history of sport is the story of transition from amateurism to professionalism.» No que diz respeito às ligas de acordo com Gallant (1991:122) o seu surgimento aconteceu em 1869 com o baseball: «Organized professional sports leagues in the United States began in 1876, when baseball's National League was formed. Several of its guiding principles have continued throughout the subsequent development of professional sports in this country. Individual clubs began by cooperating with each other regarding the market supply of producers and consumers. The producers were the players, who made the product by playing the games on the field, and the consumers were the fans, whose ticket purchases provided operating expenses and profits.» «Individual clubs within a professional sports league are nominally independent legal entities, free to make or lose money depending upon how they operate their businesses.» «Therefore each member club must be considered as both a private business entity, and a franchise, operated in accordance with the league-wide concerns.» A gestão territorial das ligas é realizada numa base de «conquista de monopólio, sem contudo interferir com o sistema de competição inter colégios e universidades. As competições no âmbito dos colégios e universidades arrancaram sob os auspícios do Presidente Theodore Roosevelt em Dezembro 1905, tendo sido fundada em Dezembro do mesmo ano em New York

City, a «Intercollegiate Athletic Association of the United States», que a partir de 1910 passou a ter a designação de «National Collegiate Athletic Association» (NCAA). Hoje, a estrutura central da NCAA tem sede em Indianapolis – Indiana, e funciona com um quadro humano de apoio de mais de 300 pessoas. Durante vários anos, a NCAA não foi mais do que um «grupo de discussão» no âmbito da estandardização – «rules-making» – dos processos de coordenação e conjugação do trabalho. Em 1921, foi realizado o primeiro campeonato nacional da NCAA em atletismo. A partir de então, novas regras e novos campeonatos foram institucionalizados. De acordo com Berryman (1975) a filosofia dum sistema de competição organizado para pré adolescentes, foi posto em causa pelo sistema educativo nos anos trinta, tendo muitos colégios abandonado a organização de quadros competitivos formais. Em consequência, o livre associativismo composto fundamentalmente por pais e encarregados de educação responsabilizou-se pelo sistema de competições escolares. A partir de finais dos anos trinta, foi organizado um sistema «voluntário» de «Ligas Infantis» com uma estrutura fortemente profissionalizada cuja missão era organizar, numa perspectiva de «gestão de negócio», competições para crianças com menos de 12 anos. É evidente que um sistema deste tipo conduziu aos excessos, hoje, sobejamente conhecidos. Todo o sistema de Gestão do Desporto nos EUA esteve, desde sempre, ligado à necessidade de «fazer dinheiro», pelo que, muitas vezes, os fins justificaram os meios. Por isso, não é de estranhar que, de acordo com Zeigler¹², na década de sessenta, ainda não existissem, estudos significativos, relativos à gestão e administração do desporto. O autor referido, publicou em 1959 *Administration of Physical Education and Athletics* e, posteriormente em 1975, *Administrative Theory and Practice in Physical Education and Athletics*. Em 1971 a «American Association for Health, Physical Education and Recreation» já tinha, também, publicado, *Administration of Athletics in Colleges and Universities*. Do lado americano, estas são as primeiras referências a mencionar.

3.2. Europa

No que diz respeito à Europa, houve acerca da Gestão do Desporto uma atitude mais sociológica e «jurisdicizada» ou até do domínio da economia política¹³. Em conformidade, os primeiros trabalhos tendo em atenção a organização política da Educação Física e Desporto datam já da segunda metade deste século em que os autores de referência, em nossa opinião, podem ser, entre outros, Jean

¹² Como na nota 7.

¹³ Pires, G. (1989), *A Estrutura e a Política Desportivas: O Caso Português, Estudo da Intervenção do Aparelho Estatal no Sistema Desportivo Português*, Lisboa, Instituto Superior de Educação Física, dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Doutor em Motricidade Humana.

Dumazedier (1950) com a obra *Regards Neufs sur le Sport*¹⁴, George Magname (1964) e a obra *Sociologie du Sport Situation du Loisir Sportif dans la Culture Contemporaine*, Jean Meynaud (1966) com *Sport et Politique*¹⁵, Ginette Berthaud, Jean Marie Brohm, François Gantheret, Pierre Laguillaumie (1972) com a obra colectiva *Sport, Culture et Repression*¹⁶ e Bernard Jeu (1972) com *Le Sport, la Mort, la Violence*. Este último autor procurou definir os conceitos, as estruturas e os modelos, em relação ao processo desportivo. O importante desta obra é o facto de, pela primeira vez, partindo da necessidade da «exigência de racionalidade» o autor falar em «definir políticas desportivas», idealizando um conceito com uma dimensão em que procura captar a globalidade do fenómeno. Simultaneamente na Suíça, François Pidoux (1972) publicou *Vers une Politique de Promotion Sportive*¹⁷. O Finlandês Pekka Kiviaho (1973) publicou, através da Universidade de Jyväskylä, o título *Sport Organizations and the Structure of Society*¹⁸. Em 11 de Março de 1973, a culminar todo um trabalho coordenado por Benito Castejon Paz, foi divulgado pelo Conselho da Europa, a obra *La Rationalization des Choix en Matière de Politique Sportive*¹⁹. Entretanto, o grande salto da pedagogia, da economia política e da própria sociologia para a administração dá-se em 1975 através do Comité Internacional Olímpico, ao editar uma obra intitulada *Problemes d'Organisation et d'Administration du Sport*, onde aparecem nomes credenciados no domínio da pedagogia do desporto como era o de J. M. Cagical.

3.3. Portugal

Em Portugal, a obra paradigmática que melhor referencia a necessidade do Estado intervir administrativamente no desporto é a de Eurico Serra (1939) intitulada *Desporto Educação Física e Estado*²⁰. Dizia o autor: «O Chefe do Governo anunciou já que de há muito se lhe afigura necessária qualquer intervenção para suprir o que de outro modo não poder ser feito, para coordenar o que andasse disperso, para subordinar certos individualismos inevitáveis ao alto interesse de todos. [...] A doutrina do Estado não é totalitária quanto à essência, porque o poder encerra na sua origem limites de ordem espiritual e moral» (pag. 50). Em 1967 numa perspectiva ideológica diametralmente oposta José Este-

¹⁴ Paris, Seuil.

¹⁵ Paris, Payot.

¹⁶ Paris, François Maspero.

¹⁷ Birkhäuser Verlag, Basel.

¹⁸ University of Jyväskylä, Department of Sociology and Planning for Physical Culture & Research Institute of Physical Culture and Health.Finland.

¹⁹ Strasbourg, Conseil de L'Europe.

²⁰ Lisboa, Bertrand.

ves, publica *O Desporto e as Estruturas Sociais* ²¹. Sob a coordenação de Protes da Fonseca foi publicado em 1968 *Planeamento da Acção Educativa*, editado pelo Ministério da Educação Nacional ao qual fica também ligado esse nome fundamental da administração pública portuguesa que foi José Maria Noronha Feio. Manuel Sérgio (1974) na obra *Para uma Renovação do Desporto Nacional* ²² dá abertura à discussão política e administrativa da organização do desporto em Portugal, já na vigência do regime democrático. Seguem-se obras como as de Melo de Carvalho (1975) *Desporto e Revolução, Uma Política Desportiva* e a de Jorge Crespo (1976) *O Desenvolvimento do Desporto em Portugal um Acto Político* ²³.

3.4. Síntese

Do exposto, é possível concluir que aquilo que consideramos ser a Gestão do Desporto não nasceu de geração espontânea, já que é o resultado dum processo de evolução longo, do qual, agora, começam a existir as primeiras sínteses reflexivas. Embora por vias distintas, uma norte-americana centrada na base do desporto universitário das ligas e da gestão de negócios e outra europeia, mais preocupada na intervenção política da administração pública e da consequente generalização da prática desportiva através do «Desporto para Todos», o que é facto é que, a actual Gestão do Desporto encontra as suas raízes na pedagogia do desporto em geral e nas acções de lazer e recreação em particular. Nos EUA, na organização das práticas desportivas de competição escolar. Na Europa, nas actividades de lazer e competição organizadas pelos clubes sociais, promovidas e apoiadas pelo próprio Estado.

Na sociedade globalizada que estamos a viver qualquer dos modelos está a ser cada vez mais comercializado pela indústria do entretenimento que vai, no futuro, condicionar o processo de desenvolvimento do desporto e, em consequência a gestão das suas práticas.

4. Organizações

No que diz respeito ao surgimento de organizações relacionadas com a problemática da Gestão do Desporto, na América do Norte a «North América Society for Sport Management» foi fundada em 1985/86 por académicos tanto dos EUA como do Canadá. Na Europa, a European Association for Sport Management, existe desde 1993. Ambas as Associações têm vindo a realizar, respectivamente, os

²¹ Lisboa, Prelo Editora.

²² Lisboa, Moraes.

²³ Lisboa, ISEF.

seus congressos anuais e produzem, cada uma, uma revista com uma regularidade semestral. A *Journal of Sport Management* que começou a ser publicada em 1987 para a América do Norte e a *European Journal for Sport Management*, publicada desde 1994, para a Europa. Embora a associação americana seja de pessoas, a europeia é de pessoas e organizações nacionais. Assim, nesta associação, estão filiadas diversas associações nacionais, entre as quais a Associação Portuguesa de Gestão de Desporto, fundada em 22 de Janeiro de 1996. Na Austrália, Nova Zelândia, Japão e outros países da região existe uma situação semelhante.

Todas estas associações formam uma associação mundial, a «International Alliance for Sport Management», de características informais, que se reúne em congresso mundial de quatro em quatro anos. De facto, a dinâmica social, criada através da institucionalização de organizações de cariz científico e profissional, também nos parece ser uma forte alavanca de desenvolvimento, para esta nova área de conhecimento.

5. Investigação

A investigação parece ser outro aspecto de consenso entre os diversos autores, no que diz respeito ao processo de institucionalização da Gestão do Desporto. É evidente que a investigação não surge de geração espontânea. De facto, a primeira investigação em Gestão do Desporto foi realizada no âmbito da própria Educação Física. Nem outra coisa seria de esperar, já que foi no âmbito da Educação Física que surgiu, duma maneira natural, a investigação na área das Ciências do Desporto. Slack²⁴ da Universidade de Alberta no Canadá, um dos mais prestigiados investigadores no domínio da Gestão do Desporto afirma que «[...] much of the work we have produce has been restricted to studies of physical education or athletic programs, and to a lesser extent professional sport organizations and national sport bodies.» Segundo o autor, nos primeiros 20 números do *Journal of Sport Management*, os trabalhos publicados com uma perspectiva empírica, 65% relacionavam-se com Educação Física ou «athletic programs», 12.5% com organizações desportivas, 10% com «fitness clubes», e 7% com «professional sport franchises». É evidente que há que considerar a tradição que a este respeito reside, em muitas circunstâncias, na própria Educação Física. Por exemplo, em 1971 a «American Association for Health, Physical Education and Recreation»²⁵ proclamava que «the responsibility for directing and managing intercollegiate athletics in the colleges and universities has passed through several

²⁴ Como na nota 9, 1998.

²⁵ In *Administration of Athletics in Colleges and Universities*, Washington, American Association for Health, Physical Education and Recreation.

identifiable phases since the inception of competitive school sports. [...] The director of physical education has the ultimate responsibility for the entire athletic program.» Portanto, como referimos anteriormente, na América do Norte, a tradição da Gestão do Desporto, vem do trabalho desenvolvido no quadro dos programas desportivos nos colégios e universidades.

Na Europa Ocidental, a partir dos anos sessenta, foram desenvolvidos programas de promoção do desporto que obrigaram a uma significativa capacidade de gestão dos grandes movimentos de massas, então iniciados, bem como, em consequência a produção de trabalhos de investigação no âmbito das políticas desportivas e dos padrões de participação nos diversos países. Na realidade, o conceito de «Desporto para Todos», sobejamente conhecido, deu origem a processos de gestão desde as grandes decisões estratégicas, realizadas a nível dos Governos, até ao planeamento operacional dos diversos organismos públicos ou privados que acabaram por ter de as implementar. No âmbito do Conselho da Europa, foi iniciado um trabalho em 1968, por um grupo de planificação, encarregado de definir o conteúdo da ideia de «Desporto para Todos»²⁶. Este trabalho deu origem a que o Comité dos Ministros, em Setembro de 1976, tenha adoptado a resolução «(76) 41» relativa aos princípios de uma política de «Desporto para Todos», tal como foram definidos na Conferência dos Ministros responsáveis pelo desporto realizada em Bruxelas no ano anterior. Estava, assim, lançada a «Carta Europeia de Desporto para Todos»²⁷ que, ao propor que se criassem as condições para que a generalidade da população tivesse acesso à prática desportiva, estava, simultaneamente, a provocar que se utilizassem processos de gestão do desporto mais sofisticados o que por sua vez desencadeou projectos de investigação que funcionaram como «processos de tomada de decisão».

Portanto, não é de admirar que tanto na América do Norte como na Europa, a investigação em Gestão do Desporto ainda mantenha laços muito estreitos com o que se passa no mundo da educação em geral e da Educação Física em particular e toda a dinâmica subjacente às actividades interpessoais e de decisão porque esta é, de facto, a tecnologia que tem de ser gerida. Por outro lado, é compreensível que a produção em matéria de Gestão do Desporto ainda não tenha atingido um volume, por exemplo, comparável ao realizado em fisiologia, pedagogia ou, até, biomecânica, porque se está no início dum processo com uma idiosincrasia própria que surge precisamente da interface do cruzamento da gestão com o desporto contextualizado a um dado ambiente. De resto, veja-se que muito embora a situação esteja a mudar, temos de considerar que também no mundo da própria gestão em geral, a investigação empírica não está muito desenvolvida²⁸. Nestas circunstâncias, em nossa opinião, não podemos ser «mais

²⁶ *Actes de la Conférences des Ministres Europeens Responsables du Sport*, 1975.

²⁷ *Rapport sur les Activités du Conseil de l'Europe*, 1977.

²⁸ Yehouda, S. (1999), «A Institucionalização da Teoria da Gestão: Um Estudo de Séries Temporais», in *Comportamento Organizacional e Gestão*, Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, v 5, n. 1.

papistas do que o Papa» e esperar que no mundo da Gestão do Desporto as coisas sejam muito diferentes daquelas que acontecem na própria gestão. É necessário dar tempo ao tempo e não querer que resultados que outros obtiveram em duzentos ou mais anos de profissão sejam, por nós, obtidos em pouco mais de vinte anos.

No entanto, é bom que se refira que a partir do início dos anos noventa podem ser encontradas perspectivas diferentes de entender o fenómeno de gestão do desporto, não a partir do desenvolvimento dos currículos de Educação Física, mas a partir da própria organização das práticas desportivas no âmbito dos diversos sistemas desportivos. Tanto na América do Norte Parkhouse e Ulrich ²⁹, Chelladurai ³⁰, Paton ³¹, Rail ³², Zeigler ³³, como na Europa, Chazaud ³⁴ e Pires ³⁵ começaram a ser publicados trabalhos em que a estratégia principal começou a situar-se na necessidade de sistematizar o conhecimento tradicional das ciências do desporto, com os ensinamentos que chegavam do domínio da administração e da gestão, tanto na vertente que conduz à problemática da promoção social como à da gestão de negócios.

Os anos noventa ficam também ligados ao arranque dos congressos de gestão do desporto organizados do lado americano pela «North América Society for Sport Management» e do lado europeu pela «European Association for Sport Management».

6. Oportunidades Profissionais

Aquilo que se pode designar por gestão do desporto tem sido investigado por diversos autores sendo hoje já possível começar a desenhar os contornos daquilo que os gestores de desporto fazem. Lambrecht ³⁶, através dum estudo em que consultou 264 gestores desportivos de organizações com diferentes dimensões determinou áreas de competências que tinham inclusivamente a ver com a dimensão das organizações.

²⁹ Como na nota 2.

³⁰ Como na nota 4, 1985.

³¹ Paton, G. (1987), «Sport Management Research: What Progress Has Been Made?», in *Journal of Sport Management*, n.º 1.

³² Rail, G. (1988), «A Theoretical framework for the Study of Complex Sport Organisations», in *Journal of Sport Management*, n. 3.

³³ Zeigler, F. (1989), «Proposed Creed and Code of Professional Ethics for the North America Society for Sport Management», in *Journal of Sport Management*, n.3.

³⁴ Como na nota 3.

³⁵ Como na nota 13.

³⁶ Lambrecht W. (1987), «An Analysis of the Competencies of Sport and Athletic Club Managers», in *Journal of Sport Management*, n. 1.

Kjeldsen³⁷, a partir de 69 questionários, correspondentes à taxa de retorno de 54.8%, de técnicos com formação inicial em gestão do desporto, procurou saber qual o perfil dos postos de trabalho bem como as expectativas de carreira, de forma a que a posteriormente a nível académico os estudantes pudessem ser informados acerca daquilo que se estava a passar no campo profissional.

Parks (1991), reforça a necessidade de saber a colocação e o estatuto profissional daqueles que trabalham no domínio da gestão do desporto no sentido de, posteriormente, melhor organizar a formação inicial. Pelo que foram enviados 167 questionários (taxa de resposta de 63.0%). Os resultados permitiram concluir acerca do nível de formação, estratégia de colocação, posição e salários. O autor conclui pela necessidade de se continuarem a desenvolver trabalhos do tipo «levantamento do perfil do posto profissional no domínio da gestão», mas numa perspectiva interdisciplinar.

De facto, o desporto apresenta-se como um sector de intervenção profissional diversificada com enormes potencialidades, não só no âmbito da economia tradicional como no da emergente economia social. Em conformidade, o desporto tem vindo a criar um crescente número de oportunidades de emprego com tendência para o crescimento. Dos diversos trabalhos realizados é desde já possível concluir que existem a nível dos diversos países:

- Estruturas estatais descentralizadas segundo uma dinâmica territorial mais ou menos orgânica;
- Estruturas profissionais de acolhimento tanto a nível internacional como nacional;
- Estruturas de poder local com capacidade de intervenção no mundo do desporto;
- Um crescente número de federações desportivas internacionais, nacionais e regionais;
- Um número indeterminável de associações de modalidades;
- Milhares de clubes, grandes, médios e pequenos;
- Ginásios e centros de «fitness»;
- Empresas de serviços desportivos;
- Empresas de «marketing» e publicidade interessadas em integrarem a ideia e o produto desporto nos seus projectos;
- Grandes e médias empresas a considerarem o desporto nas suas políticas de recursos humanos;

³⁷ Kjeldsen, M. (1990), «Sport Management Careers: A Descriptive Analysis», in *Journal of Sport Management*, n. 4.

- Milhares de instalações desportivas de diversos tipos que tem de ser geridas por profissionais com formação especializada, podemos avaliar as possibilidades que, quer directa quer indirectamente, o desporto está a abrir.

É de notar que as instituições atrás referidas abriram as portas à participação dum significativo número de pessoas para intervirem no âmbito da gestão do desporto, e, em simultâneo, também foram criando postos de trabalho de perfil pouco esclarecido mas que constituíram o primeiro passo para a institucionalização de carreiras profissionais no âmbito da gestão do desporto. Em conformidade, é hoje possível identificar diversas postos de trabalho na área da gestão do desporto, tais como, entre outros: Directores técnicos; Secretários técnicos; Directores gerais; Técnicos de pelouros desportivos de autarquias; Directores de instalações; Gestores de eventos desportivos; Gestores de produto; Gestores de empresas e de outras organizações ou entidades privadas e públicas; Directores comerciais; Gestores de recursos humanos; Gestores da área de *marketing*; Consultores; Investigadores.

Muito embora nem as oportunidades de trabalho, nem os perfis profissionais estejam bem definidos, estamos em crer que não podemos entrar num processo de contemplação do sistema desportivo aguardando que tudo fique esclarecido antes de se tomar qualquer decisão. Pelo contrário, defendemos que é necessária uma atitude proactiva, quer dizer, como não conseguimos prever o futuro no mundo de mudança constante em que vivemos, só nos resta fazê-lo acontecer. Sabemos o futuro que queremos construir, pelo que, para nós, é clara a necessidade de existir uma especialização generalista em matéria de gestão do desporto, fortemente contextualizada aos diversos ambientes onde se processam actividades desportivas, que respondam, duma forma pragmática, às necessidades que em matéria de desporto, constantemente estão a surgir no sistema social.

No entanto, para que isto seja possível, é necessário, em simultâneo, esclarecer, por um lado, aquilo que se entende por gestão do desporto e, por outro, o perfil de formação necessário ao exercício das funções.

7. Formação em Gestão do Desporto

Desde que o primeiro programa de Gestão do Desporto arrancou em 1968 na Ohio University nos EUA³⁸ este processo nunca mais parou. Hoje existem, só nos EUA, mais de 200 instituições universitárias a oferecerem cursos de Gestão do Desporto e cerca de 50 no âmbito dos diversos países europeus. No que diz respeito a Portugal a Faculdade de Motricidade Humana foi a primeira a iniciar este processo no início dos anos oitenta, tendo actualmente uma licenciatura em

³⁸ Como na nota 8.

Gestão do Desporto no quadro epistemológico das Ciências do Desporto. Desde então outras universidades, tanto públicas como privadas, iniciaram também o ensino de Gestão do Desporto, existindo, com diferentes perfis de formação quatro cursos (formação inicial) institucionalizados (Universidade Técnica de Lisboa, Universidade da Beira Interior, Universidade da Madeira, Instituto Superior da Maia) e um outro, na Universidade de Coimbra a arrancar. Para além destes cursos, tanto a Universidade Técnica de Lisboa como a Universidade do Porto estão empenhadas na realização de Mestrados de Gestão do Desporto e até têm vindo a colaborar neste domínio.

A pergunta que se coloca neste momento é a de sabermos qual a formação inicial necessária para a intervenção no mundo do desporto na área da gestão?

É claro, a nível mundial, que a comunidade académica necessita repensar constantemente todo o processo de ensino da gestão do desporto, de forma a assegurar que os alunos estão a ser devidamente preparados para enfrentarem os desafios do futuro. Desta premissa, resulta um conjunto de questões que é necessário, em cada momento encontrar as respostas necessárias a cada situação.

As questões a que nos referíamos são as seguintes:

- Quais as grandes modificações que, previsivelmente, ocorrerão no domínio da organização do desporto, nos próximos anos, para as quais é necessário preparar respostas?
- Porque é que as referidas transformações fazem com que a gestão seja, cada vez mais e em grande medida a resposta significativa?
- Quais as competências específicas no âmbito da gestão que podem ser objecto duma transferência imediata e, porventura, directa para o domínio do desporto?
- Como é que as competências referidas deverão ser contextualizadas (espiritualizadas) ao mundo do desporto?
- Devem os currículos universitários liderar ou seguir aquilo que se passa nos sistemas desportivos?
- Em que medida deverão os currículos articular o domínio do desenvolvimento de conhecimentos com o da aprendizagem de competências?
- Em que domínios podem ou devem interagir as universidades e o sistema desportivo, no âmbito do ensino da Gestão do Desporto?
- Que qualificações e oportunidades profissionais decorrem da formação em Gestão do Desporto?
- Qual é o desenho curricular mais apropriado para responder à formação inicial em Gestão do Desporto?

É evidente que as respostas a estas questões têm de ser encontradas no âmbito das diversas necessidades sociais que, em matéria de gestão, o desenvol-

vimento do desporto, a nível mundial, está a desencadear. De acordo com Daylchuck³⁹, numa pesquisa entre diversas instituições a nível mundial, as oportunidades de oferta de emprego no âmbito do desporto, nos próximos dez anos, vão evoluir de acordo com os seguintes itens: (1) Turismo; (2) Empreendimentos; (3) Gestão de eventos; (4) Negócios; (5) Especialistas. Fica claro da investigação referida que é necessária uma especialização em Gestão do Desporto, sendo de prever, num futuro próximo, a necessidade de existirem, em áreas como o desporto, especialistas que respondam, com eficiência, às rápidas mudanças sociais. De facto, tem-se constatado que as licenciaturas em Educação Física e/ou Ciências do Desporto já não respondem, como foram capazes de o fazer no passado, às necessidades actuais do processo de desenvolvimento do desporto, nos diversos países do mundo.

Portanto, a pergunta que se coloca neste momento é a de sabermos qual a formação inicial necessária para uma intervenção eficaz, no âmbito da gestão, no domínio do desporto.

É evidente que é necessário encontrar critérios de credibilidade sob pena do enorme esforço conduzido pelas mais diversas instituições poder ser posto em causa. Em conformidade é necessário responder às seguintes questões:

- Qual a intenção subjacente ao desenho do currículo?
- Qual o(s) método(s) pedagógico(s) a implementar?
- Qual o material didáctico a ser utilizado?
- Qual o controlo a exercer no sentido do programa não perder a sua coerência?
- Quais as experiências e trabalhos práticos a implementar?
- Qual a dinâmica a implementar no que diz respeito à sua adaptabilidade ao Sistema Desportivo?
- Qual a estratégia de promoção do curso no futuro?

Foi o que aconteceu através de documentos produzidos por duas instituições de enorme prestígio e credibilidade a nível mundial. Estes documentos, em nossa opinião, marcam a década de noventa naquilo que diz respeito à formação inicial e pós graduada em Gestão do Desporto. O primeiro é o *Standards for Curriculum and Voluntary Accreditation of Sport Management Education Programs*, um documento conjunto da NASPE (North America Society for Physical Education) e da NASSM (North America Society for Sport Management) editado em 1993. Nele foram estabelecidos os critérios mínimos para um currículo de Gestão

³⁹ Danylchuck, K. (1999), «Sport Management as an Academic Discipline in the Next Millenium», in *Proceedings of the 7th Congress of the European Association for Sport Management*. Thessaloniki, September 16 –19, 1999.

do Desporto poder funcionar, não só no que diz respeito às áreas burocráticas e administrativas como científicas. O segundo documento, foi produzido a nível do «Sport Management Committee da European Network of Sport Sciences in Higher Education» e editado em 1995. Nele foram estabelecidos os critérios mínimos respectivamente para atribuir os diplomas de licenciatura e de mestrado a nível das universidades aderentes.

De acordo com Parkhouse ⁴⁰ os aspectos fundamentais que um programa de gestão do desporto deve conter são os seguintes: Domínio das actividades desportivas (behavioral dimensions in sport); Gestão e competências organizacionais em desporto (management and organizational skills in sport); Ética; *Marketing*; Comunicação; Finanças; Economia do desporto; Direito do desporto; Política desportiva; Experiência de terreno.

Mais recentemente, Danylchuck ⁴¹ enfatiza que os programas de gestão do desporto devem evoluir nos próximos anos, em termos estratégicos, tendo em atenção quatro características fundamentais: Envolvimento com as faculdades de economia e gestão; Incrementar diversidade e especialização; Enfatizar os aspectos internacionais e globais; Melhorar a capacidade empreendedora.

Em conformidade, os currículos deverão enfatizar as seguintes áreas do conhecimento: *Marketing*; Turismo; Recursos Humanos; Tecnologias da informação; Relações internacionais; Planeamento estratégico; Gestão de negócios.

8. Gestão do Desporto

Muito embora recusemos qualquer sentimento xenófobo, – já que a ciência e o conhecimento se constroem no trabalho de interface dos diversos especialistas –, somos de opinião que os licenciados em desporto (gestão desportiva) têm um espaço científico de actuação, com um paradigma próprio de intervenção profissional, sem necessidade de subordinação epistemológica a outras especialidades de conhecimento.

Gerir um hospital, uma fábrica ou uma empresa de serviços de limpeza, não é a mesma coisa que gerir uma federação desportiva. Quem disser o contrário está completamente à parte daquilo que se passa no mundo do desporto. Querer encontrar invariantes que se apliquem uniformemente, numa aceção cartesiana e tayloriana do homem e das organizações, às mais diversas situações, sem atender às dinâmicas específicas de cada actividade social, é fazer um exercício de mera inutilidade especulativa. Entre, por exemplo, o *marketing* comercial e o social existem diferenças significativas. Entre o «sponsoring» desportivo e o musical, identificam-se aspectos que os afastam radicalmente. A palavra *marketing*

⁴⁰ Como na nota 8.

⁴¹ Como na nota 29.

está lá em todas as situações, só que com sentidos e aplicações diferentes. Não é a mesma «chave de parafusos» que aperta qualquer parafuso, nem qualquer parafuso serve para qualquer aplicação, muito embora se utilizem para funções diferentes diversas «chaves» e parafusos. Cada ferramenta tem a sua função e dentro dessa função, pode ser utilizada de diversas maneiras, todas elas correctas, em função das circunstâncias e dos circunstancialismos em que estiver a ser utilizada.

As organizações desportivas numa relação biunívoca podem estabelecer relações de mútua troca de ideias e aprendizagem com todas as outras. O que já não nos parece tão evidente é que as organizações desportivas abdicuem dos seus próprios paradigmas organizacionais, para seguirem, em regime de exclusividade, paradigmas alheios, desvirtuando uma dinâmica que encontra as suas raízes na antiga Grécia, já que, em termos meramente operacionais, foi ali o berço da gestão do desporto moderno.

Não se gere o vácuo, gerem-se pessoas, organizações e sistemas com características, objectivos, culturas e padrões de comportamento próprios que têm de ser conhecidos e considerados, para depois se poder agir (gerir) em conformidade, através da utilização das tecnologias apropriadas. Por isso, as escolhas que, em cada momento, são realizadas acontecem porque existem opções que se tivessem sido realizadas por outra pessoa seriam, necessariamente, diferentes. Só por humor, se pode admitir, como o faz Slack⁴² que é suficiente ler um jornal desportivo para se adquirir uma cultura desportiva. No entanto, a gestão do desporto em sentido geral é um espaço aberto à intervenção das mais diversas especialidades, muitas delas conseguidas a partir da própria Gestão do Desporto. Não estamos em crer que nenhuma escola se possa arvorar em detentora de todas as soluções que respondam a todos os problemas gerenciais que o mundo do desporto está a levantar. Tanto o desporto como a sua gestão são processos em plena evolução, pelo que ninguém pode pretender ter o monopólio absoluto sobre este enorme espaço de intervenção social. Por isso, ao considerarmos o conceito de gestão do desporto temos de o fazer tendo em atenção seis questões fundamentais: (1) Polissemia; (2) Dimensão híbrida; (3) Tecnologia específica; (4) Contextualização; (5) Nível de intervenção; (6) Âmbito de intervenção.

8.1. Polissemia

A palavra gestão é uma palavra polissémica, quer dizer, tem a qualidade de poder assumir vários sentidos. Por exemplo, um gestor financeiro poderá ter alguma dificuldade em aceitar que existe gestão no desporto, tal como um gestor desportivo terá dificuldade em perceber que a gestão pode ser reduzida ao simples domínio das aplicações financeiras. A palavra gestão assume diferentes

⁴² Como na nota 9, 1998.

significados para diferentes grupos sociais, podendo mesmo haver gestores, como já referimos, que trabalham no domínio do desporto sem que com isso sejam gestores de desporto. Portanto, nesta fase em que o desporto moderno caminha para a sua maturidade, não é exagerado dizer que estamos no domínio duma nova gestão que pode assumir as mais variadas formas de intervenção, para aqueles que estão encarregues de unidades ou sub unidades dum dado sistema organizacional e nele actuam através da manipulação duma tecnologia específica – o desporto –, adaptada a um determinado contexto. Recordamos, ainda, as palavras de Mintzberg quando nos diz que «com os mestrados em gestão, criou-se uma neo aristocracia gestora, de mercenários, sem ligação a nenhuma empresa ou projecto, que saltam para lugares cimeiros sem passar pelos intermédios. Na história mundial, provavelmente, 99.99% dos gestores nunca receberam formação para serem gestores. Foram-no porque tinham qualidades inatas.»⁴³ Mais recentemente este académico em entrevista à revista *Fast Company*⁴⁴, afirma que os mestrados estão a treinar as pessoas erradas, de maneira errada, para funções erradas. Isto porque a gestão para ter significado terá sempre de ser contextualizada a determinado ambiente social.

8.2. Contextualização

A gestão do desporto, nos problemas que é suposto resolver no dia a dia da vida das organizações, tem vindo a provocar uma aproximação das ideias políticas, estratégicas e pedagógicas, que desde sempre, duma forma mais ou menos implícita, orientaram a vida do desporto em geral e das organizações desportivas em particular, da operacionalização das próprias práticas desportivas, de tal maneira que gerir, em muitas circunstâncias, cada vez mais, está a ser agir. Quer dizer, «a gestão do desporto desceu à terra» na medida em que se está a ocupar cada vez mais das questões concretas do seu desenvolvimento.

No mundo do desporto, apesar de se aplicar todo um conjunto de conhecimentos relativos à gestão, estes conhecimentos só adquirem significado se forem contextualizados ao ambiente onde estão a ser aplicados. Quer dizer, não chega aplicar as funções da gestão – planear, liderar, coordenar e controlar. É necessário conhecer o ambiente cultural, económico, social, político e tecnológico onde elas estão a ser aplicadas. Só assim a gestão ganha sentido e, só assim, é possível reivindicar um estatuto próprio.

Portanto, para nós, não existe mágica na gestão. Quer dizer que não há nenhuma gestão que em termos absolutos seja uma mezinha que tudo pode resolver dentro do quadro do desporto. Mais do que objectivos e metas, recursos

⁴³ «Os Melhores MBAs do Mundo», in *Fortuna*, n.º 5, Agosto de 1992.

⁴⁴ Novembro de 2000.

humanos e materiais, muito mais do que conceitos, técnicas e procedimentos mais ou menos quantitativos ou, mais ou menos, elaborados, a gestão, para ser efectiva, requer, acima de tudo, contexto, pelo que está em causa é a capacidade do gestor ser capaz de analisar e decidir no quadro desse contexto. Por isso, uma coisa é gerir organizações desportivas – clubes sociais ou comerciais, federações e associações, desporto escolar – naquilo que diz respeito ao desenvolvimento das suas práticas, outra é, por exemplo, a gestão financeira por exemplo das novéis sociedades desportivas.

O contexto determina que se giram recursos humanos, materiais e financeiros em função dum dado quadro cultural e dos objectivos a atingir que se devem coadunar com a vocação (aquilo que a organização tem de fazer) e a missão (a maneira especial como a organização cumpre a sua vocação) duma dada organização, quer dizer, têm de estar de acordo com uma dada filosofia de acção que configura uma determinada identidade cultural.

8.3. *Híbrido Cultural*

É fundamental referir que a gestão do desporto é um híbrido cultural, já que advém do cruzamento de várias ciências. Por isso, não pode ser analisada nem compreendida e avaliada, a não ser considerando todas as contribuições técnicas científicas, sociais e pedagógicas do quadro social específico em que está a ser aplicada. Chelladurai⁴⁵ ao discorrer sobre o conceito de gestão do desporto, coloca desde logo, por um lado, problemas de especialização de algumas áreas no âmbito da gestão do desporto, mas, por outro, conclui que ainda não existe uma capacidade absoluta para diferenciar áreas, pelo que é melhor juntar forças no sentido de ter perfis profissionais no domínio da gestão mais consistentes. Em segundo lugar, levanta problemas de inter-relação com outras áreas do conhecimento no domínio, por exemplo, da psicologia, da sociologia e de outras, que por terem preconceitos em relação à área da gestão do desporto requerem da nossa parte um cuidado especial, já que por vezes consideram a nossa área de conhecimento como sendo um território pertença deles. Chelladurai com a sabedoria de alguém que é um dos iniciadores desta área do conhecimento, aconselha uma cooperação muito íntima entre os gestores de desporto e os especialistas de outras disciplinas. Tal como nos diz Mintzberg (1992) «gestor é uma pessoa encarregada de uma organização ou duma sub unidade dessa organização». Para ele, tanto é gestor o primeiro ministro como o treinador de uma equipa desportiva, na medida em que cada gestor no fundo é um técnico que gere um determinada tecnologia que conhece e domina.

⁴⁵ Como na nota 4, 1994.

8.4. Tecnologia

Dos postulados anteriores decorre que tem de existir uma perfeita identificação daquele que gere com aquilo que está a ser gerido. A tecnologia dum gestor numa instituição bancária ao aconselhar aplicações financeiras aos seus clientes é completamente diferente daquela que é usada pelo director técnico dum clube ao aconselhar os pais dum jovem, no que diz respeito à prática desportiva do seu filho. Isto parece-nos uma evidência que dispensa qualquer prova. No entanto, não queremos ficar por aqui. Para passar dos dados à teoria há necessidade de imaginação criadora que, na maioria das vezes resulta do conflito de ideias de esquemas de referência, de culturas dissemelhantes ou antagónicas.

Gerem-se tecnologias em determinados ambientes específicos. Em conformidade, o «toque especial», da Gestão do Desporto, quer dizer, a sua originalidade tem de ser encontrada num conjunto de disciplinas que tenham a ver, sob o ponto de vista biológico, sociológico, psicológico e cultural com o mundo do desporto. De facto, temos de gerir, quer dizer, saber utilizar os instrumentos da gestão, aplicados a um determinado conhecimento tecnológico, o desporto. Esta gestão pode ser considerada dentro duma dada organização tendo em atenção a sua estruturação horizontal ou vertical. No primeiro caso estamos a considerar o âmbito da gestão, no segundo o nível.

8.5. Nível de Intervenção

Uma organização pode ser analisada segundo um eixo vertical que determina os seus níveis hierárquicos (hierarquização). Estes níveis hierárquicos obrigam a diferentes processos de gestão. De facto, a gestão realizada no vértice estratégico das organizações ou sistemas desportivos, é diferente daquela que se realiza a nível da tecnoestrutura, da logística, da linha hierárquica ou do centro operacional. Cada um destes níveis hierárquicos obriga a conhecimentos, atitudes e comportamentos específicos que têm de ser contextualizados ao mundo específico do desporto que estiver a ser considerado.

A autonomia não só do ponto de vista quantitativo como qualitativo, para tomar decisões varia, em cada uma das sub estruturas indicadas. Em cada uma delas existe um processo de gestão em que a capacidade de tomar decisões pode ser nenhuma ou toda. No primeiro extremo (nenhuma) fica-se no domínio da gestão das normas e dos regulamentos. Nesta situação gere-se um contexto eminentemente tecnológico e fechado. No segundo extremo (toda) entra-se no domínio da gestão estratégica, dependendo esta circunstância do lugar que se ocupa no eixo vertical do organograma da organização.

O que interessa aqui reter é que, por exemplo, enquanto que o presidente dum clube está no vértice estratégico da organização e, por isso, as suas decisões devem ser estratégicas, já as decisões dos gestores da linha intermédia caracte-

rizam-se, em termos operacionais, por aquilo a que se convencionou chamar funções da gestão ou factores de desenvolvimento. Por fim, os treinadores, em nossa opinião, são os gestores de primeira linha que têm de gerir os diversos factores de treino, quer directos quer indirectos, bem como as variáveis que facilitam e potencializam a sua gestão.

No entanto, tal como um dirigente a funcionar a nível do vértice estratégico duma organização desportiva não deve descurar as questões técnicas, também um treinador não pode ignorar as questões estratégicas do clube de modo a integrá-las na gestão que faz da equipa. Cabe à gestão intermédia, descodificar e integrar coerentemente, sempre que necessário, ambos os discursos. Sabemos ser esta uma das questões cruciais no mundo dos grandes clubes desportivos. A nível do vértice estratégico existe uma visão acerca da vida económica e financeira do clube a médio e longo prazos, só que depois não existe capacidade para idealizar a correspondente estratégia desportiva, principalmente naquilo que tem a ver com a gestão do próprio conhecimento no que diz respeito aos recursos materiais humanos e informacionais bem como aos projectos e actividades a desenvolver.

De facto, a gestão duma equipa profissional de futebol obriga à manipulação de variáveis diferentes daquelas que caracterizam a gestão estratégica realizada pelo presidente duma sociedade desportiva. É evidente que, sem contar com as linhas hierárquicas intermédias, o sucesso da equipa da sociedade e/ou do clube, depende significativamente da capacidade de comunicação entre o vértice estratégico e o centro operacional. Cada uma destas estruturas desenvolve discursos diferentes, pelo que cada uma delas tem de ser capaz de descodificar o discurso da outra ou então arranjar quem o faça. Estamos recordados da total incapacidade de comunicação entre Santana Lopes e o técnico da equipa principal de futebol Carlos Queiróz. Esta incapacidade traduziu-se na ineficiência da equipa de futebol profissional e no afastamento do treinador. Como exemplo duma boa comunicação, podemos ter como exemplo o Futebol Clube do Porto em que o seu presidente tem revelado, ao longo dos últimos anos, uma enorme capacidade de comunicar, duma forma eficaz, com o seu centro operacional.

8.6. *Âmbitos de Intervenção*

Se os diversos níveis hierárquicos são determinados sempre que se desenvolve a estrutura no sentido vertical, se quisermos compreender o desenvolvimento horizontal da estrutura (departamentalização), temos de compreender que existem critérios que já não têm a ver com a hierarquia mas com a substância da função que se está a processar.

Gerir diferentes organizações desportivas, diferentes funções, ou até diferentes modalidades – de acordo com o critério de departamentalização que se quiser utilizar –, tem especificidades técnicas e metodológicas, para além de diversas subtilidades culturais, que não se compadecem com o atrevimento de qualquer

curioso que, dum momento para o outro, se vê alcandorado num lugar de gestão no âmbito do desporto, sem ter qualquer capacidade ou competência para o ocupar. Isto significa que, à semelhança daquilo a que se tem vindo a passar em diversas actividades humanas, também a gestão do desporto está a especializar-se, obrigando a existir até gestores desportivos com diferentes capacidades, como tem ficado claro nas mais diversas intervenções nos vários congressos de gestão do desporto realizados, tanto a nível nacional como internacional.

Só assim é possível realizar uma perfeita coordenação do trabalho, recíproca, sequencial, ou em comunidade entre as várias unidades e sub-unidades que devem interagir em qualquer organização no quadro do contexto das respectivas tecnologias. No entanto, o que temos visto no país, é que estes gestores intermédios (chamados directores gerais, directores de projectos ou directores de função), em múltiplas situações têm estado mais interessados em intervir na vida do centro operacional do que em resolver as questões de ligação entre aquele e o vértice estratégico, criando, deste modo, a retaguarda de apoio à linha de produção (as diversas equipas a participarem nos respectivos quadros competitivos), a que, pelas suas funções, estariam obrigados. Faltam, em nossa opinião, estruturas intermédias que tenham consciência da sua função de interface entre o vértice estratégico das organizações e o centro operacional, para já não referirmos a tecnoestrutura e a logística. Estamos recordados da breve passagem de António Simões pelo Sport Lisboa e Benfica que, na qualidade de Director geral, não foi capaz ou não o deixaram ser a interface necessária ao funcionamento do sistema. A actual crise do Sporting Clube de Portugal (2000/01), em nossa opinião, tem a ver também com o mesmo problema. O que está a acontecer é que tanto o vértice estratégico do clube (presidente), como o centro operacional (treinador) estão, por assim dizer, a trabalhar sem rede e sujeitos a todas a vicissitudes dum campeonato de futebol em que só pode haver um campeão.

9. Oportunidades Futuras

Podemos antever um futuro de promissoras oportunidades. De acordo com Danylchuck ⁴⁶, numa pesquisa entre diversas instituições a nível mundial, as oportunidades de oferta de emprego nos próximos dez anos vão evoluir de acordo com os seguintes itens:

- Turismo;
- Empreendimentos;
- Gestão de eventos;
- Desporto negócio;
- Especialistas.

⁴⁶ Como na nota 29.

Fica claro da investigação referida que é necessária uma especialização em gestão do desporto, sendo de prever num futuro próximo a necessidade de existirem em algumas áreas, especialistas que respondam, com eficiência, às rápidas mudanças sociais. As simples licenciaturas em educação Física e/ou Ciências do Desporto, deixaram de ser capazes de responder às necessidades actuais do processo de desenvolvimento do desporto nos vários sectores de desenvolvimento e nos diversos países do mundo.

Em nossa opinião as competências específicas para intervir em cada um dos sectores indicados podem ser obtidas, com padrões de especialização de diferentes conteúdos e níveis, nas mais diversas escolas de formação, entendendo nós que nenhuma delas pode reivindicar o direito de monopólio sobre a formação em gestão para o mundo do desporto. Portanto, antevemos as mais diversas oportunidades para muita gente e não só para este ou aquele curso.

10. Conclusões e Sugestões

A velocidade das transformações sociais faz com que a experiência e o conhecimento de há vinte anos estejam, hoje, profundamente desactualizados, sobretudo quando as pessoas não foram, pelas mais diversas razões, capazes de evoluir. Em conformidade, os sistemas desportivos nos mais diversos países do mundo têm de ser capaz de se regenerar, sob pena de estagnarem, aliás como já é de alguma maneira notório em múltiplas organizações de âmbito nacional e internacional. Abrem-se, assim, enormes possibilidades de intervenção profissional que as novas gerações interessadas no mundo do desporto, não devem deixar de aproveitar.

Para nós, o mais importante neste momento, para além de ser sempre útil realizar o levantamento dos problemas que afectam a gestão do desporto, é questionar aquilo que se anda a fazer no âmbito da gestão do desporto com repercussões no seu desenvolvimento. Isto porque, em muitas situações os vértices das organizações desportivas fecharam-se sobre si próprios, sofrem uma desregulação inexorável em relação ao tempo que acabará por destruir as próprias organizações. Repare-se por exemplo no número de anos que alguns dirigentes desportivos se mantêm à frente das organizações. O recorde pertence a Marc Hodler que é presidente da Federação Internacional de Ski desde 1951 e, claro, membro do Comité Olímpico Internacional desde 1963. Este tipo de pessoas, se em relação ao passado foram a solução, a partir dum dado momento, passaram a ser o problema. Isto porque o conhecimento torna-se obsoleto e a acção ineficaz. Em consequência, os sistemas e as organizações acabam por estagnar por falta não só de novos recursos humanos como pela desactualização daqueles que se perpetuam e multiplicam por vários lugares por anos a fio, alimentando-se das próprias organizações a que pertencem.

Em conformidade, hoje, no mundo do desporto, existe um espaço epistemológico de intervenção cuja expressão profissional se circunscreve à gestão das

práticas desportivas que difere significativamente da gestão realizada em outras áreas ou sectores económicos e sociais. Se por um lado, em matéria de gestão, existem especificidades próprias que singularizam o desporto das demais actividades, por outro, dentro dessa mesma singularidade, a gestão desportiva caracteriza-se por ser uma actividade contextualizada onde numa perspectiva multicultural se gere uma tecnologia, o desporto, tendo em consideração o nível e âmbito de intervenção.

A gestão dos recursos humanos, em qualquer sociedade, é um instrumento estratégico de organização do futuro. Desencadear a regeneração dos diversos sistemas desportivos por esse mundo fora, através de estratégias conduzidas a montante é um desiderato que compete à sociedade civil, mas também aos próprios governos, porque, para além de, cada vez mais, estarem em jogo verbas do erário público, colocam-se também questões de organização social. Por isso, é necessária uma formação inicial em gestão do desporto, já que a formação tradicional já não responde às necessidades sociais.

Por nós, acreditamos que é possível, através de uma aliança estratégica entre organizações cuja perspectiva de futuro ultrapasse o imediatismo da pressão dos problemas de todos os dias – quer dizer que não confundem urgência com importância –, congregar ideias, projectos e esforços, de forma a alterar o rumo dos acontecimentos. Se assim for, estamos convencidos que as novas gerações de praticantes, técnicos e dirigentes que vão chegar ao mundo do desporto em busca de emprego num mundo em que o emprego está a escassear, serão capazes de promover as mudanças necessárias.

Trata-se dum investimento na mudança a médio e longo prazos, quer dizer, dum desafio às instituições e às pessoas sobre o tempo, já que necessitamos de tempo de reflexão para um desporto e uma sociedade que deixaram de ter tempo para aferir o sentido dos seus próprios valores. E quando as sociedades e as instituições, através das pessoas, começam a pensar que não necessitam de nenhuns princípios nem valores, na medida em que tudo se resume ao dinheiro, ao mando, ao sexo e ao desporto, como nos diz o teólogo Hans Küng⁴⁷, de facto, é necessário desencadear uma enorme vaga de mudança que alerte as consciências das pessoas quanto à necessidade de organizarmos um futuro que não se volte contra nós próprios.

Portanto, aqueles que estão nos diversos vértices políticos da sociedade, hão-de ter de decidir se querem um desporto instrumento de educação, de lazer, de cultura e de saúde e, em consequência, promotor de economia e de desenvolvimento humano, ou se, em alternativa, querem um desporto desprovido de ética, socialmente injusto, alimentado pelo ódio e a ignorância, geradores de novos ódios e de mais ignorância, sorvedouro de dinheiros públicos, sem outra utilidade que não seja a de animar massas acéfalas que outra perspectiva não têm da

⁴⁷ *Financial Times* (25/09/99).

vida senão a de saciarem os seus mais primários instintos agonísticos através dum espectáculo desportivo de valor social, pelo menos, questionável.

As universidades, podem assumir-se como a interface desta discussão. Isto já está a acontecer de alguma maneira, na América do Norte (EUA e Canadá) através da «North America Society for Sport Management», e na Europa através da «European Association for Sport Management» que recentemente, com outras associações continentais constituíram a «International Alliance for Sport Management». No entanto, não somos ingénuos ao ponto de pensar que este movimento internacional provocará rapidamente transformações a nível dos sistemas desportivos dos diversos países. Na realidade, a cooperação que acontece a nível internacional ainda não tem efeitos nos diversos sistemas desportivos, na medida em que estes, na grande maioria das vezes, são compostos por estruturas muito pesadas, pouco receptivas ao conhecimento adquirido por via académica e, sobretudo, com uma mentalidade de que é mais importante fazer do que saber fazer. No entanto, a continuar este processo, tanto a nível internacional como dos diversos países, as mudanças, mais cedo ou mais tarde, acabarão por acontecer, a partir do momento em que as Universidades, sejam elas quais forem, começarem a colocar no mercado de trabalho, quadros com uma mentalidade e um posicionamento em relação às questões do desporto diferentes daquelas que formaram os dirigentes educados na lógica do sistema industrial e condicionados aos processos de supercompensação dele decorrentes⁴⁸.

Estes desafios requerem, em matéria de gestão, organização e desenvolvimento do desporto, novas atitudes e diferentes soluções, no sentido de serem criadas novas oportunidades para futuras gerações de praticantes, técnicos, dirigentes e espectadores. A não ser assim, aqui fica o aviso, as actuais gerações de dirigentes não-de ser responsabilizadas por não terem sido capazes de promover um modelo sustentado de desenvolvimento do desporto que não compromettesse as práticas desportivas das gerações futuras.

⁴⁸ Bouet, M. (1968), *Les Motivations des Sportives*, Paris, Editions Universitaires.

DESPORTO, GESTÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

*Rui Claudino **

Introdução

A penetração incisiva dos computadores nas organizações dos mais diversos sectores de actividade económica, é uma realidade facilmente constatável e que suporta as actividades realizadas em todos os níveis hierárquicos das organizações.

Considerando, deste modo, que a informática e as tecnologias associadas são referências instrumentais fundamentais da sociedade contemporânea, é natural que as organizações do desporto possam, também, usufruir das vantagens por elas proporcionadas.

Das várias aplicações informáticas conhecidas, aquelas que nos parecem mais importantes, no contexto da gestão das organizações do desporto, são os sistemas de informação. Na verdade, estas tecnologias são importantes, não como um fim em si próprias, mas porque suportam a criação e optimização de sistemas de informação, de grande utilidade para as respectivas organizações.

Os mais beneficiados serão certamente os gestores de desporto, uma vez que estes sistemas de informação, quando bem desenvolvidos e aplicados, permitem obter informações valiosas sobre o comportamento da organização, bem como tornar mais eficiente e eficaz o trabalho realizado, por todos aqueles que pertencem à organização ou que com ela estão relacionados.

Interessa por isso perceber, em primeiro lugar o que é um sistema de informação e, em segundo lugar quais as suas vantagens para a organização, isto é: como é que um sistema de informação permite recolher e armazenar dados, para produzir informação e assim criar conhecimento específico sobre a actividade da organização e/ou dos seus respectivos elementos constituintes.

Importa, também, desmistificar um pouco a noção de grande complexidade tecnológica associada aos sistemas de informação, mostrando, simultaneamente,

* Professor Auxiliar da Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa.

que a sua concepção e desenvolvimento está muito para além das bases de dados e equipamentos técnicos que normalmente os suportam.

Definição e conceitos

Apesar da naturalidade com que se fala actualmente de sistemas de informação, convém precisar alguns dos termos associados, pois nem sempre são utilizados do modo mais correcto e adequado, o que provoca algumas confusões.

Uma das primeiras distinções a efectuar é entre a noção de dados, informação e conhecimento. Se bem que estes três conceitos estejam relacionados com um sistema de informação, a sua natureza é distinta. De acordo com Whitten ¹, entende-se por dados factos em bruto sobre a organização e as suas transacções de actividade, tendo estes dados por si só pouco significado e pouca utilidade. O resultado da organização, tratamento e processamento criterioso dos dados é, por sua vez, designado por informação. Na posse desta informação, é possível obter conhecimento de uma determinada realidade da organização e decidir em conformidade.

Para Turban ² este conhecimento conduz à compreensão, experiência, aprendizagem acumulada e domínio na especialidade de um determinado problema ou actividade da organização. Simultaneamente, este conhecimento organizacional (*organizational knowledge*) tem um valor potencial bastante elevado, constituindo actualmente a sua gestão (*knowledge management*) um dos aspectos mais em evidência na área dos sistemas de informação, pelas vantagens que pode proporcionar à organização.

É neste sentido que Loureiro ³ considera a gestão do conhecimento como o processo sistemático tendente a aumentar o valor e a acessibilidade do capital de conhecimento da organização, para obter a máxima eficácia nas actividades e para promover a inovação. A este nível, as práticas envolvem acções de gestão relacionadas com a criação, captura, síntese, partilha e aplicação da inteligência colectiva (*know-how*) da organização.

Através destes últimos aspectos, é possível verificar que um sistema de informação está para além dos seus próprios computadores e programas que o constituem. Na verdade, conceptualmente é possível admitir-se a hipótese de um sistema de informação poder ou não envolver a utilização de computadores, apesar de serem raras as organizações que não integram computadores nos seus sistemas de informação.

¹ Whitten, J., Bentley, L., Dittman, K., *Systems Analysis and Design Methods*, New York, McGraw-Hill, 5.^a ed., 2001, p. 45.

² Turban, E., McLean, E., Wetherbe, J., *Information Technology Management*, John Wiley & Sons, 3.^a ed., 2002, p. 49.

³ Loureiro, J. L., *Gestão do Conhecimento*, Lisboa, Centro Atlântico, Lda., 2003, p. 13.

Para Laudan e Laudan ⁴, um sistema de informação pode ser definido, de forma resumida, como um conjunto de componentes interrelacionados, ou seja, pessoas, dados, tecnologias de informação e procedimentos organizacionais, para recolher, armazenar, processar e distribuir a informação obtida, no sentido de suportar a tomada de decisão e os processos de controlo numa organização. Deste modo, as tecnologias de informação podem ser consideradas como um subsistema do sistema de informação, representando apenas a face tecnológica dos sistemas de informação e englobando o *hardware*, as bases de dados, o *software*, as redes de comunicação de dados, entre outros equipamentos.

Esclarecidos os conceitos mais importantes, podemos considerar que os sistemas de informação são constituídos por componentes básicos, tal como os que se definem no quadro n.º 1. No entanto, nem todos os sistemas de informação incluem sempre a totalidade destes componentes.

QUADRO N.º 1
Componentes básicos de um sistema de informação.
 Adaptado e modificado a partir de Turban (op.cit.)

COMPONENTES BÁSICOS DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO	
<i>HARDWARE</i>	Representa o conjunto de equipamentos que aceita dados e informação, processa-os e apresenta-os;
<i>SOFTWARE</i>	Representa o conjunto de programas que permite ao <i>hardware</i> processar os dados;
<i>BASE DE DADOS</i>	Representa um conjunto de ficheiros e tabelas relacionadas que armazenam os dados e as associações que se estabelecem entre eles;
<i>REDE DE COMUNICAÇÃO DE DADOS, VOZ E IMAGEM</i>	Representa um sistema de ligação que permite a partilha de recursos por diferentes computadores e utilizadores;
<i>PROCEDIMENTOS</i>	Representa o conjunto de instruções relativo à forma de combinar os componentes anteriores, no sentido de processar informação e obter os resultados desejados;
<i>PESSOAS</i>	Representa o conjunto de indivíduos que trabalham com o sistema ou que utilizam os seus resultados;
<i>FINALIDADE</i>	Como qualquer outro sistema, um sistema de informação tem uma finalidade. A mais comum é obter uma solução para um determinado problema. Neste sentido, os sistemas de informação podem ser úteis para actividades relacionadas com o aumento da produtividade, qualidade e competitividade;
<i>CONTEXTO SOCIAL</i>	Envolve a compreensão dos valores e do conhecimento que determinam o que é admissível e possível relativamente à cultura das pessoas e grupos envolvidos.

⁴ Laudon, K., Laudon, J., *Management Information Systems – Managing the Digital Firm*, New Jersey, Prentice Hall, 7.ª ed., 2002, p. 45.

Classificação dos sistemas de informação

Apesar da diversidade das organizações e da respectiva dimensão, os sistemas de informação que as constituem, podem ser classificados de um modo bastante uniforme, através das diferentes perspectivas de classificação, tradicionalmente utilizadas nesta área do conhecimento.

Classificação por área funcional. Uma dessas perspectivas adopta as áreas funcionais das organizações, para suportar a respectiva classificação. É a partir desta analogia que Turban ⁵ identifica os sistemas de informação da contabilidade, os sistemas de informação financeiros, os sistemas de informação do *marketing*, os sistemas de informação dos recursos humanos e os sistemas de informação da produção ou das operações.

Esta classificação serve às organizações desportivas, pois também elas apresentam as mesmas áreas funcionais. A diferença fundamental reside, quanto a nós, nas características dos sistemas de informação da produção ou das operações, dada a especificidade e natureza das actividades desportivas. É o que se passa, por exemplo, ao nível da Federação Portuguesa de Patinagem que utiliza o sistema de informação SisGESDF ⁶ para planear, organizar e controlar a actividade operacional dos respectivos campeonatos nacionais, tal como se pode observar na figura n.º 1.

Este sistema de informação, para a gestão desportiva, é um bom exemplo de um sistema característico das necessidades de gestão operacional das federações desportivas. Na realidade, o SisGESDF suporta os sorteios das equipas, o planeamento das jornadas, a elaboração das matrizes e respectivos calendários de jogos, o registo dos golos e da disciplina através dos boletins de jogo, a nomeação dos árbitros, a classificação das equipas e a lista dos melhores marcadores. Estão também contempladas as tarefas relacionadas com o conselho de justiça e disciplina, através da definição e registo dos castigos e penas a aplicar a clubes e jogadores. Para além disso, o sistema está preparado para a emissão das licenças federativas dos jogadores dos diversos escalões competitivos.

Classificação por nível organizacional. Numa outra perspectiva, como referem Laudon e Laudon ⁷, são utilizados os diferentes níveis, tradicionalmente considerados na estrutura das organizações, como suporte à classificação dos sistemas de informação. Surgem, assim, os sistemas de informação de nível operacional, os sistemas de informação relacionados com a gestão do conhecimento, os sistemas de informação do nível de gestão e os sistemas de informação do nível estratégico.

⁵ Turban, E., McLean, E., Wetherbe, J., *op. cit.*

⁶ SisGESDF – Sistema de Informação para Gestão Desportiva das Federações.

⁷ Laudon, K., Laudon, J., *op. cit.*

SisGESDF

Planeamento da época e das actividades associadas

Logo:

Entidade: **Federação Portuguesa de Patinagem**
 Abreviatura: **FP Patinagem** Época: **2003/2004**
 Prova: **Campeonato Nacional da I** Grupo:
 Fase: **Fase 1** Sexo: Masculino Feminino

Classificação

Classificação		TOTAL										Casa			Fora			Disciplina											
Cód	Pos. Equipas	Pontos	J	V	E	D	FG	GM	GS	GA	Q/G	J	V	E	D	GM	GS	J	V	E	D	GM	GS	Am	Aza	Az	Va	V	
14	1	OC Barcelos	38	14	12	2	0	0	80	-32	46	2,50	7	6	1	0	40	-13	7	6	1	0	40	-19	37	4	2	0	0
10	2	UD Oliveirense	33	14	10	3	1	0	53	-30	23	1,77	6	4	1	1	23	-14	8	6	2	0	30	-16	55	2	2	0	0
03	3	FC Porto	33	14	11	0	3	0	76	-28	46	2,71	8	7	0	1	47	-15	6	4	0	2	29	-13	66	0	3	0	1
13	4	CD Portosantense	30	14	10	0	4	0	48	-32	16	1,50	7	6	0	1	29	-13	7	4	0	3	19	-19	65	6	4	1	1
04	5	CD Paço D'Arcos	27	14	9	0	5	0	51	-38	15	1,42	6	5	0	1	26	-10	8	4	0	4	25	-26	58	4	1	1	0
07	6	AJ Viana	23	14	7	2	5	0	66	-69	-3	0,96	8	4	1	3	34	-37	6	3	1	2	32	-32	58	7	4	2	1
06	7	ACR Gulpilhares	21	14	7	0	7	0	49	-54	-5	0,91	6	4	0	2	20	-22	8	3	0	5	29	-32	66	3	4	1	0
02	8	SL Benfica	16	14	5	1	8	0	39	-46	-7	0,85	5	1	0	4	20	-20	9	4	1	4	19	-26	59	1	2	0	0
01	9	CD Nortecoope	16	14	4	4	6	0	39	-43	-4	0,91	7	3	2	2	24	-19	7	1	2	4	15	-24	37	2	3	1	0
12	10	AD Sanjaneense	13	14	4	1	9	0	38	-51	-13	0,75	7	3	1	3	20	-17	7	1	0	6	18	-34	47	8	3	2	1
05	11	AD Oeiras	12	14	3	3	8	0	47	-58	-11	0,81	8	2	2	4	31	-34	6	1	1	4	16	-24	38	1	2	0	0
08	12	HA Cambra	11	15	3	2	10	0	35	-60	-25	0,58	8	2	2	4	20	-23	7	1	0	6	15	-37	58	13	1	0	0
09	13	UDC Nafamos	7	14	2	1	11	0	29	-70	-41	0,41	8	2	0	6	20	-32	6	0	1	5	9	-38	38	3	2	0	0
11	14	CI Sagres	7	15	2	1	12	0	39	-80	-41	0,49	8	2	0	6	25	-41	7	0	1	6	14	-39	54	9	3	1	2
Totais				89	20	89	0	669	669				51	10	38	379	319		38	10	51	310	379		145	36	9	6	

Figura n.º 1: Representação de uma das interfaces que constitui o sistema de informação SisGESDF, desenvolvido para efectuar o controlo operacional dos campeonatos nacionais das federações desportivas.

Sistemas de informação de nível operacional. No caso das organizações desportivas, estes sistemas de informação suportam a actividade dos treinadores, técnicos, monitores ou outros recursos humanos da área técnica e desportiva, responsáveis pelo enquadramento de atletas, jogadores ou praticantes de actividades físicas e/ou desportivas. Neste caso, o SisTAPPA⁸ permite ilustrar este tipo de sistemas, como se pode observar na figura n.º 2.

Desenvolvido essencialmente para os ginásios, *health clubs* e centros de *fitness*, o SisTAPPA é um sistema de informação para suporte à actividade dos professores e coordenadores técnicos dos ginásios, permitindo a realização de uma grande variedade de tarefas operacionais que englobam a avaliação e reavaliação dos clientes, o planeamento das actividades físicas, a prescrição personalizada dos exercícios de treino e o acompanhamento individualizado de cada um dos clientes.

⁸ SisTAPPA – Sistema de Informação Técnico para Avaliação, Planeamento, Prescrição e Acompanhamento dos clientes dos Health Clubs, Ginásios e Centros de Fitness.

FileMaker Pro - [tPrsrcHipertrfia.fp5]

File Edit View Insert Format Records Scripts Window Help

SOLINCA
Health & Fitness Club

TREINO DA HIPERTROFIA MUSCULAR

Sócio: **001000** Programa: **Hipertrofia Muscular**

Nome: **BRUNO** Instrutor: **Solinca**

Programa de hipertrofia muscular

Mesociclo: **Fase Hipertrofia 1** Início: **17-04-2002** Fim: **05-06-2002** Frequência: **4 x semana**

Prescrição do treino

Microciclo	Intensidade	1		2		3		4		5		6		7	
		B	M	M	A	M	M	T							
% 1 RM		65	70	75	80	75	80	75	70	60					
Dia	Exercícios	SxR	Car	SxR	Car	SxR	Car	SxR	Car	SxR	Car	SxR	Car		
1	Supino Plano of Barra	3x15	57	3x12	62	3x10	66	3x8	70	3x10	66	3x12	62	2x15	53
1	Aberturas Planas	3x15		3x12		3x10		3x8		3x10		3x12		2x15	
1	Supino Incl. of Barra	3x15		3x12		3x10		3x8		3x10		3x12		2x15	
1	Aberturas Inclinadas	3x15		3x12		3x10		3x8		3x10		3x12		2x15	
1	Curf of Barra Z	3x15	27	3x12	29	3x10	31	3x8	33	3x10	31	3x12	29	2x15	25
1	Curf of Halt. Alter.	3x15		3x12		3x10		3x8		3x10		3x12		2x15	
1	Curf concentrado	3x15		3x12		3x10		3x8		3x10		3x12		2x15	
2	Agacham. Multi-Power	3x15	88	3x12	95	3x10	102	3x8	109	3x10	102	3x12	95	2x15	82
2	Leg Extension	3x15		3x12		3x10		3x8		3x10		3x12		2x15	

SONAE Turismo

Figura n.º 2: Representação da interface do SisTAPPA relacionada com o registo dos exercícios destinados à prescrição do treino da hipertrofia muscular.

Sistemas de informação para gestão do conhecimento. Tradicionalmente pouco utilizados ao nível das organizações desportivas, têm vindo gradualmente a ganhar o seu espaço, uma vez que permitem consolidar e reter o conhecimento técnico/tático das modalidades desportivas e actividades físicas, no seio das organizações desportivas. Estes sistemas, sobretudo, relacionados com a simulação/modelação de acções técnico/táticas, permitem a elaboração e definição de modelos de treino, modelos de jogo e modelos de jogadores, atletas e praticantes, sendo este último aspecto de crucial importância, para os escalões de formação dos clubes e federações. A figura n.º 3, desenvolvida através do SITA⁹, representa uma simulação animada de uma acção técnico/tática do jogo de futebol, constituindo um bom exemplo da aplicação deste tipo de sistemas de informação às organizações desportivas.

⁹ SITA – Sistema de Informação Técnico e Administrativo. Destina-se aos departamentos técnicos e desportivos das Federações, Clubes e SAD's.

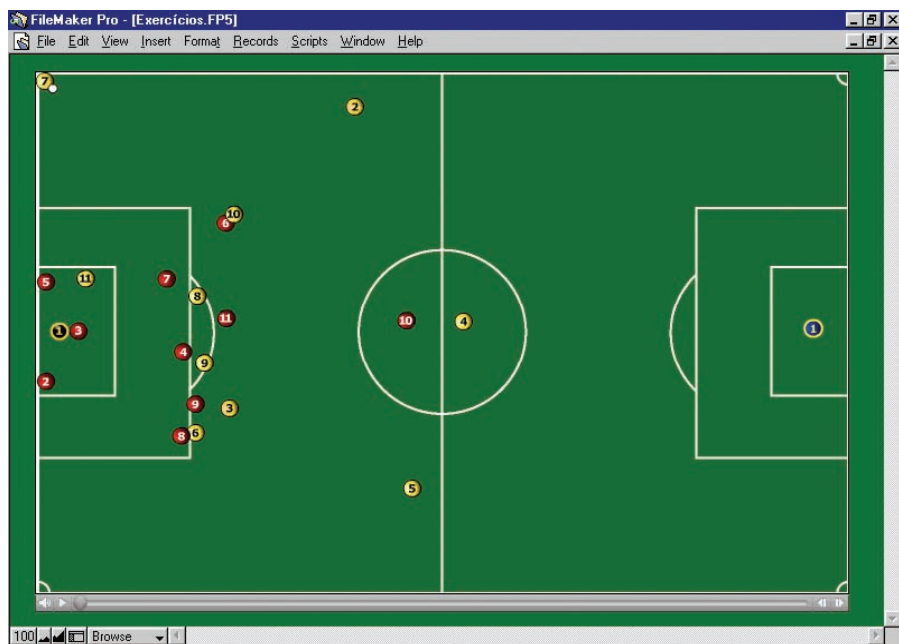


Figura n.º 3: Representação da interface do SITA relacionada com a simulação de uma acção técnico/táctica do jogo de futebol.

Desenvolvido inicialmente para o Departamento Desportivo e Técnico da Federação Portuguesa de Futebol, o SITA suporta, também, a actividade administrativa dos funcionários e directores.

Na realidade, para além da funcionalidade apresentada, este sistema de informação permite a realização de uma série de tarefas e processos de trabalho rotineiros e de natureza administrativa, uma vez que consegue suportar o fluxo de trabalho (*workflow*) desses mesmos procedimentos, como seja a elaboração das convocatórias para jogadores e clubes, a elaboração de fax's e ofícios, a elaboração dos programas de estágio, as listas de quartos e os mapas de dispensa dos agentes desportivos que englobam as representações nacionais da modalidade.

Sistemas de informação do nível de gestão. Neste nível, os sistemas de informação estão vocacionados para auxiliarem os gestores na organização, acompanhamento e controlo das actividades da organização. São utilizados para produzirem relatórios periódicos, com algum nível de agregação de dados e informação. O SITA fornece algumas destas funcionalidades ao produzir relatórios sobre o controlo do treino e sobre o controlo do desempenho em competição, como se pode observar na figura n.º 4.



 FPF Federação Portuguesa de Futebol																			
Ficha Estatística Individual																			
 Nome: _____ Posição: Avançado , Escalão: AA Masculinos , Jogos: 10																			
Jogo ID	Data	Equipas e resultado	T.jo	Ata	Cru	Rem	Ass	P. ce	P. er	Can	Liv	Rec	Int	Prd	Ftc	Fts	FJg	GP	Gol
153	10-10-1998	Portugal Roménia	21	5	6		1	10	3	1		1							
154		Eslováquia Portugal	45	2	2	1		10	2	1			1					1	
155	10-02-1999	Portugal Israel	65	7	2	2		16	3	3		4	1	5		1	1		
157	26-03-1999	Portugal Azerbaijão	90	9	11	5	5	21	4	7		5		1			4		1
158	31-03-1999	Liechtenstein Portugal	99	15	13	4		28	4	2		7	1	2		1	1		
159	5-06-2000	Portugal Eslováquia	58	6	9		3	13	4	1		5	2	2	2	3			
160	9-06-1999	Portugal Liechtenstein	90	11	14	2	2	19	2	4	1	4	2	5	2	3	1		
162	4-09-2000	Azerbaijão Portugal	45	5	8	1		8	2			3	2	2		1	1		
163	8-09-1999	Roménia Portugal	22	1	2		1	5		2			1	2					
164	9-10-2000	Portugal Hungria	90	7	8	3	1	34	7	2		10		3		2	1		
Total			615	68	80	18	13	164	31	23	1	39	10	22	4	11	10		1

Figura n.º 4: Representação de um relatório produzido pelo SITA, relacionado com o controlo do desempenho em competição, dado pela ficha estatística individual.

Para além destes dados, o SITA fornece, ainda, os dados agregados dos resultados colectivos por jogo e os dados agregados dos exercícios de treino realizados pelos diversos jogadores, de acordo com a frequência e duração da respectiva realização.

Sistemas de informação do nível estratégico. Utilizados pelos gestores de topo das organizações, os sistemas de informação de nível estratégico suportam a suas tomadas de decisão, em termos de planeamento estratégico a médio e longo prazo. Estão muitas vezes relacionados com a criação de um novo produto ou serviço, com o aumento e consolidação da sua zona de influência geográfica e com a conquista de uma maior percentagem do mercado onde se inserem. Ao nível das organizações desportivas o SINDEF¹⁰ é um excelente exemplo deste

¹⁰ SINDEF – Sistema de Informação da Demografia Federada. Destina-se a recolher dados e a produzir informação e conhecimento, sobre a actividade desportiva federada da Região Autónoma

tipo de sistemas de informação. Desenvolvido para a administração pública do desporto da Região Autónoma da Madeira, este sistema de informação visava dotar o IDRAM de um sistema de informação, capaz de revelar as tendências da procura da prática desportiva federada, por parte da população da Madeira. Como se pode observar na figura n.º 5 (apesar dos dados serem fictícios), é possível determinar o número de atletas por concelho e verificar se existem possibilidades de crescimento das taxas de participação, considerando a densidade populacional por concelho, bem como as respectivas características sociais, económicas, educacionais e etárias.

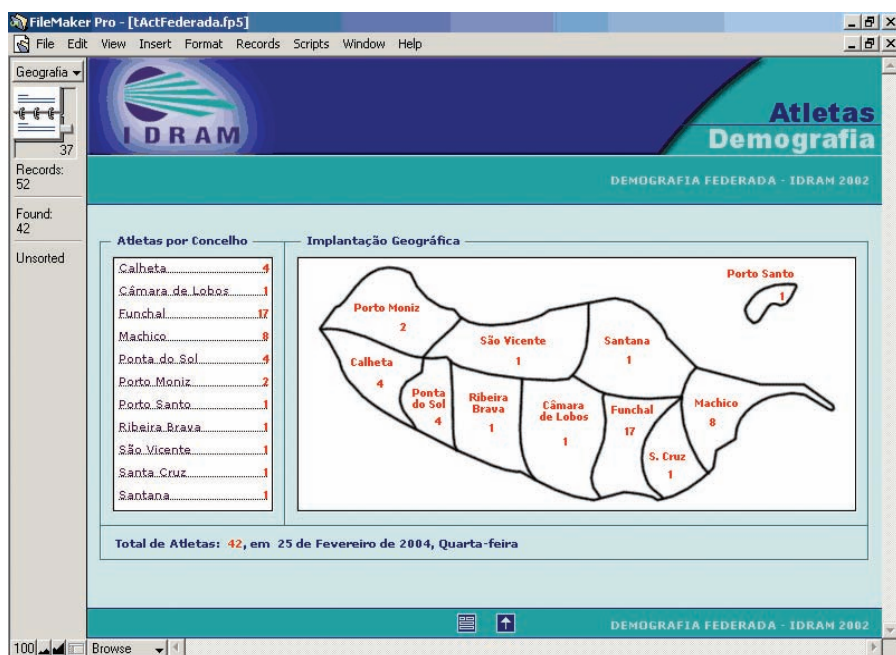


Figura n.º 5: Representação dos resultados produzido pelo SINDEF, relativamente à distribuição dos atletas por concelhos. Os dados apresentados são fictícios e servem apenas para ilustrar as possibilidades do sistema.

Para além da representação dos atletas, o sistema pode produzir resultados semelhantes ao nível dos concelhos ou freguesias, com os treinadores, com os

da Madeira, para perceber a evolução do desporto federado e a respectiva procura por parte da população da região.

clubes, com as modalidades, com os dirigentes, com os árbitros e, também, com os diversos tipos de instalações desportivas, assumindo, neste caso, uma importância fundamental, dado o destaque que as instalações desportivas podem revelar numa perspectiva de desenvolvimento desportivo. Desempenham aqui um papel importante os sistemas de informação geográfica, que permitem perceber de forma mais adequada as áreas geográficas de implantação desportiva de modalidades, praticantes e instalações, entre outros aspectos.

Classificação por tipo de sistema de informação. A terceira perspectiva de classificação, referida por Turban ¹¹, engloba a classificação por função da organização e a classificação por nível da organização, considerando o tipo de apoio que o sistema proporciona às pessoas e o suporte que efectua aos vários processos de trabalho característicos da organização. Dos vários sistemas tradicionalmente identificados neste tipo de classificação, apenas destacamos os de maior aplicabilidade às organizações do desporto.

Sistemas de processamento de transacções. Apesar de apresentarem alguma variabilidade nas diversas organizações desportivas, os sistemas de processamento de transacções são os sistemas mais elementares que suportam o nível operacional das organizações desportivas. Efectuam o registo diário de actividades rotineiras como os treinos, os exercícios, o controlo de entradas nas instalações desportivas e as tarefas diárias de natureza administrativa e dos serviços. A figura n.º 6, retirada do já referido SisTAPPA, é um exemplo deste tipo de sistemas de informação.

Sistemas de gestão da informação. Utilizam os dados registados nos sistemas de transacções, para produzirem informações necessárias aos gestores de desporto, de modo a que estes possam gerir mais eficazmente os serviços desportivos da organização. Situam-se no nível de gestão da organização desportiva, fornecendo aos gestores relatórios com informações que facilitam o planeamento, o controlo e a tomada de decisão, no nível intermédio das organizações desportivas.

Sistemas de apoio à tomada de decisão. Designados em inglês por «Decision Support Systems – DSS», estes sistemas ajudam os gestores a tomarem decisões, baseando-se para isso nos dados dos dois tipos de sistemas anteriores, mas, também, nos dados que conseguem recolher do meio envolvente onde se encontra a organização. É o caso do SiRAC ¹², desenvolvido para a administração pública do desporto de nível central, para registar os praticantes desportivos

¹¹ Turban, E., *op. cit.*

¹² SiRAC – Sistema de Informação do Regime de Alta Competição. Destina-se a registar e a actualizar os dados dos praticantes desportivos que se encontram no regime de alta competição (percurso e estatuto).

The screenshot shows a FileMaker Pro window titled 'FileMaker Pro - [tClientes.FP5]'. The interface is for a system named 'ACOMPANHAMENTO DE CLIENTES' (Client Accompaniment) for 'SOLINCA Health & Fitness Club'. The user's name is 'Sócio: 00100070' and the program is 'Em Forma'. The instructor is 'Solinca'. The main data is a table titled 'Check In de actividades' with the following columns: Data, Actividade, Horário, Duração, and Professor. The table contains 16 rows of data, each with a trash icon for deletion. At the bottom, there is a 'Check-In' button and a page indicator '16'.

Data	Actividade	Horário	Duração	Professor
17-09-2002	PUS	20:15	80	TEODORO MESQUITA
13-09-2002	CDM	07:00	80	
12-09-2002	PUS	19:15	80	TEODORO MESQUITA
11-09-2002	CDM	07:00	80	
11-09-2002	SPIN	20:15	80	JOAO ARAÇAO
10-09-2002	PUS	20:15	80	TEODORO MESQUITA
04-09-2002	CDM	07:00	80	
04-09-2002	SPIN	20:15	80	JOAO ARAÇAO
03-09-2002	PUS	20:15	80	TEODORO MESQUITA
02-09-2002	CDM	07:00	80	
28-08-2002	CDM	07:00	80	
26-08-2002	CDM	07:00	80	
22-08-2002	CDM	07:00	80	
20-08-2002	CDM	07:00	80	
08-07-2002	CDM	07:00	80	
05-07-2002	CDM	07:00	80	
04-07-2002	POWLO	20:15	80	TEODORO MESQUITA

Figura n.º 6: Representação dos acessos/«check in» diários de um dos clientes do ginásio, representativo de um sistema de transacções de nível operacional de um *health club*/ginásio. É possível verificar que os registos efectuados dizem respeito ao dia, actividade, horário, duração e professor escolhido pelo cliente, em cada um dos dias que frequentou o ginásio.

nacionais que se encontram abrangidos pelo regime de alta competição. Este sistema permite decidir quais os praticantes que estão em condições de integrar o regime de alta competição, mediante a análise de um conjunto de critérios.

Uma última classificação. Para Whitten¹³ é possível encontrar ainda uma última classificação dos sistemas de informação pois, como verificámos, as organizações não são servidas apenas por um sistema de informação, mas sim por uma «federação» de sistemas de informação que suportam as várias actividades das organizações desportivas. Como se sugere na figura n. 8, muitas das actividades das organizações têm sistemas de informação de «front-office» e de «back-office». Os primeiros proporcionam a interacção com os clientes, sócios, praticantes e consumidores de serviços e produtos desportivos, enquanto os segundos supor-

¹³ Whitten, J., Bentley, L., Dittman, K., *Systems Analysis and Design Methods*, New York, McGraw-Hill, 6.ª ed., 2004, p. 60.

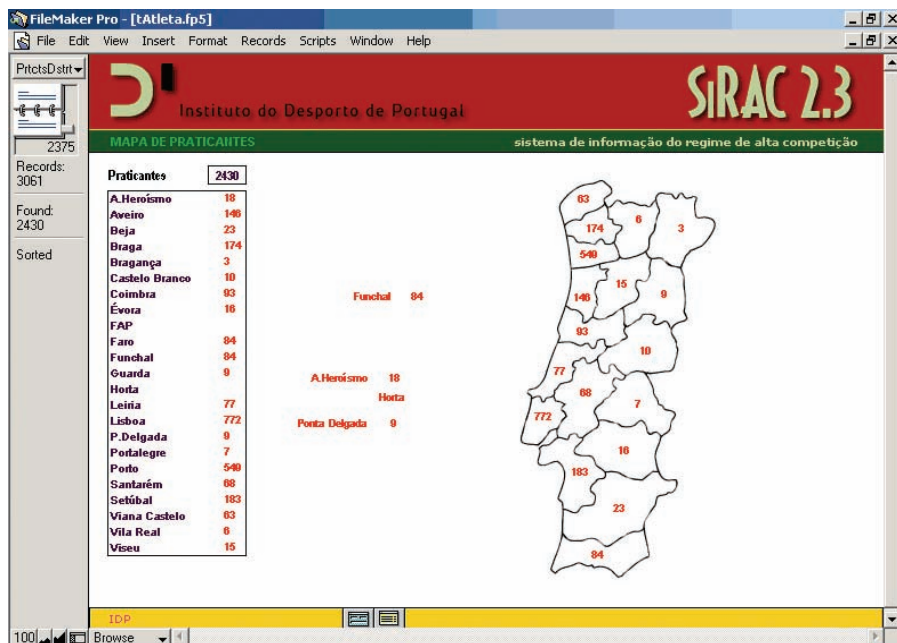


Figura n.º 7: Representação dos resultados produzido pelo SiRAC, relativamente à distribuição por distrito dos praticantes nacionais de alta competição. Na posse desta informação é possível tomar decisões sobre a necessidade de alargar as condições de acesso a este tipo de regime por parte de outros praticantes. Mais uma vez, os dados apresentados são fictícios e servem apenas para ilustrar as possibilidades do sistema.

tam as operações internas das organizações e os contactos, por exemplo, com os fornecedores de equipamentos e serviços desportivos. Estes dois tipos de sistemas fornecem dados para os sistemas de gestão da informação e para os sistemas de apoio à tomada de decisão. Para além disso, a interacção com clientes e fornecedores está facilitada pelo desenvolvimento tecnológico contemporâneo, através da utilização das tecnologias de comércio electrónico, suportadas pela Internet. É o que se verifica, por exemplo, com a possibilidade de aquisição de material desportivo, através da utilização das lojas «on-line», disponibilizadas por algumas organizações desportivas na Internet, para realizarem o seu «merchandising». A aquisição de bilhetes para os espectáculos desportivos, a inscrição como sócios, o pagamento de quotas e o pagamento de serviços desportivos, são exemplos de utilização das tecnologias de comércio electrónico, naquilo que se convencionou chamar «B2C – business-to-consumer». Estas mesmas tecnologias permitem desenvolver plataformas para adquirir produtos e serviços aos diversos fornecedores das organizações desportivas, no que ficou conhecido como «B2B – business-to-business».

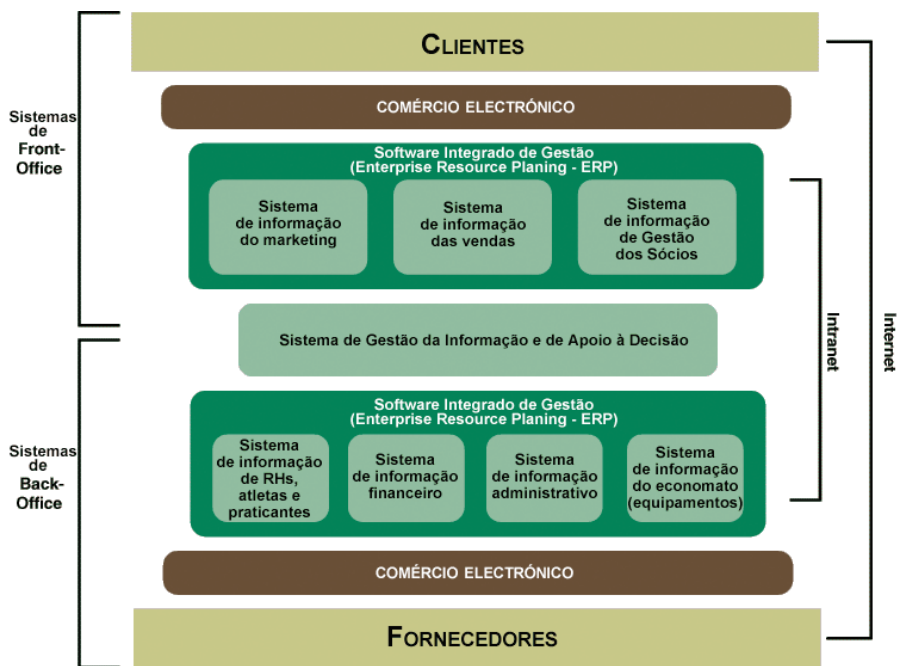


Figura n.º 8: Representação da «federação» dos sistemas de informação. Adaptado a partir de Whitten ¹⁴

Adicionalmente, muitas organizações possuem uma intranet, para suportar as comunicações entre os funcionários e os sistemas de informação. É o que se verifica ao nível da administração pública do desporto e ao nível da comunicação entre algumas federações e respectivas associações distritais e regionais, permitindo a inscrição e renovação das licenças dos atletas e praticantes.

¹⁴ Whitten, J., Bentley, L., Dittman, K., *op. cit.*

III. EDUARDO NERY

EDUARDO NERY

**obra multidisciplinar no estudo do espaço e dos meios,
uma rara sensibilidade entre o campo modular
e a poética**

*Rocha de Sousa **

Desde o primeiro impulso assinalável na obra de Eduardo Nery, voluntariedade gestual, matéria a expandir-se no *espaço cósmico*, todos os caminhos estiveram sempre abertos: entre a caligrafia *pura* e a *abstracção geométrica*, no desenho, na pintura, na obra modular, no tratamento diverso da realidade arquitectónica e ambiental, na pesquisa das problemáticas inerentes a esses domínios e trabalhando também a fotografia, *com* a fotografia, no profundo e sensível entendimento do *instante*, das *vivências* em memória, históricas, ficcionais, míticas.

A ideia dos astros, projecção do universo, marca uma fase inicial do trabalho deste autor: a pincelada circular, voluntariosa, e os salpicos da tinta como sinais da distância, constelação de estrelas em negativo, uma convulsão criadora da energia ou da matéria – assim o círculo emblematizando a dinâmica que atravessa todos os impossíveis vazios, o próprio tempo. Esta vontade expressiva, despojada pouco a pouco pelo estudo, pela razão simétrica da emoção, haveria de transportar-se para a maior parte das composições em tapeçaria, peças de grande esplendor ornamental, rigorosas, geometrizadas, cravadas de luminosidades próprias do género, impossivelmente dissociáveis da cosmogonia que desde logo as sustenta, além de uma forte experiência gráfica e pictórica, de uma estrutura plural, cartográfica, capaz de sublinhar a justaposição das tonalidades ou dos efeitos de transparência. A par de tais formas, Nery desenvolve avançadamente em Portugal uma linha abstracta, modular, de *valor óptico*, também aplicada à tapeçaria. Antes de qualquer exploração realmente perspéctica, esta original provocação *pedagógica* da percepção visual, entre figuras rigorosas que fingem a terceira dimensão, foi revertendo e por vezes até geminando um cubo real, assente no plano, com outros cubos virtuais, efeito convencional da modelação plástica. Daqui, a complexidade de muitas obras parietais de Eduardo Nery – *bipó-*

* Professor, Pintor.

teses de formação e de *leitura*, um tratamento do próprio *trompe l'oeil* – ganham importantes derivas pelo espaço e por diversos surgimentos nele, a superfície *em si*, a superfície iludida (iludindo-nos) em termos de profundidade, dimensões construtivas e tonais exprimindo o tempo.

Essas formas de aparência tridimensional e diferentes orientações no espaço, os cubos, rompem do fundo plástico, em fila, e parecem, a certa altura, atravessar a moldura do quadro. Moldura de facto, mas também molduras que se desprendem, anárquicas, enquanto a representação perspéctica sobrevive, módulos *modelados* em claro-escuro, viagem pelo espaço indeterminado de arquiteturas inteiras, suspensas em aparente *contre-plongé* no vazio, como se se afastassem ou se apresentassem para nosso regosijo, no mistério de uma particular e poética aprendizagem do ver.

Em concordância com todo este processo de aprofundamento da problemática da forma plástica, quer pela expressão em superfície, quer pela exploração ilusória ou concreta da profundidade, Nery, como pintor, como *designer*, como fotógrafo e técnico do tratamento ambiental, alargou o seu trabalho, tendo em conta o módulo, a sua múltipla justaposição, grandes obras parietais, revestimento ornamental com azulejo, por vezes evocando a história, como no aeroporto de Macau, e também baseado na teoria e na forma do quadrado em belíssimas soluções, especialmente nas novas estações do Metro de Lisboa. E o moderno entendimento, entre a diferença e a semelhança, da calçada portuguesa, tão bem assumida na praça de Redondo, não como um *insert* circunstancial em toda a obra do artista mas como uma consequência técnica e estética do seu modo de trabalhar os meios.

As intervenções do artista a esse nível, desde a atribuição de uma estrutura cromática, certa no *habitat*, em bairros urbanos, até à vitalização de grandes superfícies, como na Associação Farmacêutica, ou mais longe, em metais, nas compridas superfícies visíveis em *travelling*, da auto-estrada, para o caso paradigmático da Sociedade de Cervejas. A grandeza e o rigor de tais *construções*, exemplos entre muitos outros associados à geometria e ao *design*, à pintura e à escultura, instala-se em singularidade na cultura contemporânea portuguesa, primando por acertos surpreendentes, juntando arte e ciência, ciência e poética. Nery sempre dominou as tecnologias do seu interesse criativo, da gravura e da fotografia aos métodos da impressão, incluindo a serigrafia. Muitas das suas produções pictóricas poderiam ter sido multiplicadas em transferência serigráfica, pois o seu espírito já assegurava a matriz controlada desse processo.

Para um artista cuja obra foi adquirindo estes contornos, tratando em perfeita coerência, diferentes caminhos técnico-expressivos, o mundo em parte onírico de Nery na fotografia não pode deixar-nos senão surpreendidos de novo. A fotografia do autor passa um pouco por sucessivas e por vezes sobrepostas paisagens de uma realidade em mutação. É *campo* carregado de impulsos de um

imaginário qualificadamente rico, entre soluções complexas nas quais se misturam tempos, espaços, figurações várias, porventura numa linha de mesclas neoromânticas, surreais, expressionistas e do próprio fantástico. Qualquer esquema classificativo da obra multidisciplinar de um autor assim esbarra com as mesmas dificuldades que os estetas experimentaram perante a abundância de gêneros e mutações em tal campo. Se considerarmos o espaço e o tempo como estruturas profundas da pesquisa de Nery, onde se acolhem as problemáticas perceptivas, teremos porventura de abrir chavetas e desdobrar, em termos metodológicos adequados, os níveis tecnológicos, técnicos, experimentais, de investigação, da forma plástica integrada ou estruturante. Seria preciso, com efeito, abordar os planos reico, psicológico e transcendental de cada obra ou conjuntos de obras, passe embora o envelhecimento de tais nomeações.

Há em tudo isso, por outro lado, vários tipos de ritmo na cadência das formas, muitas delas sugerindo um movimento de *câmara lenta* – sem esquecer que o movimento intrínseco, se *modulado*, gera *ritmos* mais ou menos caracterizáveis. Estridentes quando a velocidade do fazer imprime tal associação às formas. Graves quando o tempo sugere distâncias inomináveis. Se falamos, a propósito de Nery, do espaço e do tempo, além do ritmo, temos de encarar, por outro lado, uma induzida sensação sonora. O acto de ver é assim atravessado por uma forte e certa sonoridade sinfónica.

O ESTÁDIO 1.º DE MAIO DO INATEL

Eduardo Nery



2. INÉDITOS CEPCEP

ALGUNS ASPECTOS DA LUTA DE GUIOMAR TORREZÃO PELA IGUALDADE

Ana M.^a Costa Lopes *

Tanto Guiomar Torrezão, como outras intelectuais que, no final da década de 60 de Oitocentos, colaboraram na *Voz Feminina*, tinham dado evidentes provas das suas capacidades intelectuais, literárias e de intervenção social. Não é, por isso, de admirar que aquela escritora se tenha lançado na fundação do *Almanach das Senhoras*. Seguindo os passos de algumas das suas predecessoras, cria inteligentemente uma imagem para a sua publicação através da publicidade de cartas de louvor, de poesias, de outros textos encomiásticos e de reconhecimento que lhe eram endereçados por correspondentes de ambos os sexos. Com os mesmos fins, expande a sua publicação por todo o Portugal Continental, Açores, Madeira e ex-colónias (v.g. Cabo-Verde, Angola). E nem deixa de lado outras nações como a Inglaterra¹, a Espanha e o Brasil. Esta ampla divulgação do *Almanach* dá uma imagem do sucesso que lhe permitiu uma sobrevivência notável, durante 58 anos. Numa época tão difícil para a mulher Guiomar utiliza as estratégias masculinas de auto-propaganda. Promove a sua própria imagem junto do público no seu *Almanach*².

Os números saídos sob a sua direcção têm colaboração variada. Para além de dar lugar aos mais novos inclui alguns textos da Geração de 70. O simples elenco dos escritores que colaboraram no *Almanach*³ mostra quanto a influência da publicação e da sua directora foi grande. E, se nem todos parecem estar de acordo com as posições defendidas por Torrezão nem com as suas produções ou atitudes, isso não os impediu de nele incluírem os seus textos. Ela, pelo facto

* CEPCEP, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.

¹ Correspondente em Londres: W. Crawford & C.^a, Livraria Gold Square, 10 almanaques de 1877.

² A título de exemplo: Manuel Joaquim de Almeida, «Correspondência», *Almanach das Senhoras para 1873*, p. 3; Eduardo Coelho, «Almanaque de uma senhora», *Almanach das Senhoras para 1872*, pp. 108-110; Alexandre Herculano, *Almanach das Senhoras para 1874*, pp. 192-195; Id., «Correspondência», *Almanach das Senhoras para 1873*, pp. 1-2; Id., «Correspondência», *Almanach das Senhoras para 1872*, pp. 2-4; Guiomar Torrezão, «Castilho», *Almanach das Senhoras para 1876*, pp. 233-236; A. F. de Castilho, «Correspondência», *Almanach das Senhoras para 1874*, p. IX.

³ Alberto Pimentel, Alexandre Herculano, Antero de Quental, D. António da Costa, Castilho..., entre outros.

de ser a proprietária do *Almanach*, certamente tinha autonomia para escolher os colaboradores.

Esta foi a única publicação aparecida na década de 70 e tendo como responsável uma mulher. Assumiu ela diversos cargos, incluindo o de editora. Isto dá uma ideia da aventura em que Guiomar Torreção se meteu ao iniciar uma lide intelectual aprovada por uma minoria. Basta lembrar os termos da resposta de Oliveira Martins ao convite que lhe foi endereçado por Guiomar, em 1884, para se perceber quão profunda era a rejeição de alguns escritores às iniciativas intelectuais femininas. Contactado, com efeito, para colaborar nesta publicação, o historiador invoca a sua conhecida actividade intelectual. Mas, em seguida, dirigindo-se à escritora e a todas as mulheres, sem excepção, diz o que ele e, afinal, toda a Geração de 70, pensava dever ser a actividade feminina: «de um modo summario que o seu destino commum – salvo as excepções privilegiadas, como v. Ex.a – é cosinharem bem a panella a seus maridos, saberem lavar os filhos e remendar-lhes os calções.»⁴ Por isso, e por saberem coser bem os fundilhos das calças, continua, é que um inglês, seu amigo, punha a portuguesa acima de todas as europeias.

Dir-se-ia que Oliveira Martins faz o elogio despuadorado da agulha em vez da pena, da doméstica em vez da intelectual, do espaço privado em vez do público, numa radicalização que não permitia alternativas. Em consonância com Garrett, do princípio do século, e uma epístola de Proudhon, bem como com os intelectuais desta geração, Oliveira Martins promove a diferenciação negativa das mulheres do seu país, relativamente às estrangeiras, invocando imagens tradicionalistas. O destino das portuguesas apenas era digno de nota, por ser conservador e minimizar as capacidades da mulher.

Deve-se, no entanto, notar que o próprio *Almanach*, por vezes, envereda pela mesma linha ideológica. Em alguns dos seus artigos, pode ler-se a defesa de um modo feminino de estar que repetia o conservadorismo do historiador. Mas nele também existe uma clara demarcação desta linha passadista, designadamente, pela pena e acção da própria Guiomar Torreção, que se mantém fiel aos ideais desenvolvidos, na época anterior, por mulheres, em que campearam Pusich e Wood, e homens que entreviam a marcha da história como conduzindo à emancipação feminina.

Assiste-se, de facto, neste período de 70, a um quase interregno das questões relativas à igualdade, sendo Ramalho Ortigão um dos que para tal contribuiu. Salvo raras excepções, as pessoas ousavam escrever o contrário. Mas, na década seguinte, vão surgindo alguns defensores da igualdade, tanto no que se refere à actividade intelectual e profissional como a outros aspectos da emancipação femi-

⁴ Oliveira Martins, «Ex.ma Senhora e minha ilustre colega», *Almanach das Senhoras para 1885*, p. 216.

nina, embora muitas destas ideias proviessem do estrangeiro – como, aliás aconteceu em períodos anteriores.

A rejeição do *Almanach* e das actividades «masculinas» por Ramalho Ortigão

Guiomar Torrezão, directora do *Almanach das Senhoras*, foi uma das personalidades que mais interveio culturalmente no período de 70-90. Apesar do seu longo e variado currículo ⁵, ou talvez mesmo por causa dele, foi uma das muitas mal amadas de Ramalho Ortigão que, no entanto, a homenageia, quando a individualiza, uma vez que quase nunca o fazia, a respeito do sexo feminino. As mulheres eram referidas, quase sempre, no plural, tendo alguns homens desta geração, as mesmas atitudes que os da do princípio do século. Primava-se pelo silêncio, omissão, ou indistinção, como se o sexo feminino fosse uma massa homogénea e anódina. Esta era uma pecha da mentalidade da época: só o sexo masculino merecia ser distinguido. Ramalho generalizou o seu desprezo por quase todas as que desempenhavam o papel de Guiomar, isto é, as que se dedicavam a actividades consideradas próprias de homens, ou seja, as intelectuais e, ainda, às que dirigiam publicações.

Sobre o *Almanach das Senhoras* de Guiomar Torrezão, fez o escritor diversas considerações, citando, apenas de passagem, a *Gazeta das Salas*, igualmente por ela redigido. Compara o *Almanach* com periódicos estrangeiros, como a *Revista*

⁵ Por isso, se dará uma breve nota biográfica literária e profissional desta mulher tão prestigiada em vida e mesmo *post mortem*. À escritora não faltaram dificuldades desde criança, porque demasiado cedo órfã, caiu sobre si o encargo de sustentar a família ora através da agulha, ora dos livros: a costura ou a docência da instrução primária e francês. Aos 16 anos, escreveu *Uma alma de mulher* que foi publicado, em 1869. Este livro, prefaciado por Júlio César Machado, teve muito sucesso e críticas assaz favoráveis. De um segundo, intitulado *Rosas pálidas* (1873), com prefácio de Tomás Ribeiro, esgotaram-se as suas duas edições. Outros viriam a lume: *A família Albergaria* (1874), baseado nas lutas políticas de 1824 a 1834; *Meteoros* (1875); uma colecção de artigos reunidos *No teatro e na sala* (1881); *A comédia de amor; historietas: Batalhas da vida; Impressões de viagem; Paris* (1888); *Flávia* (1897); e contos publicados nos *Brindes do Diário de Notícias*. Escreveu uma comédia e um drama. Postumamente, veio a lume um livro editado por sua irmã intitulado *Trechos litterarios de Alexandre Herculano e Cartas do mesmo e outros escriptores illustres a Guiomar Torrezão*, com prefácio do Dr. Armelím Júnior. Para além do citado escritor, outros escreveram sobre ela como os Castilhos, pai e filho, Camilo Castelo Branco, Bulhão Pato, Tomás Ribeiro, D. António da Costa, Teófilo Braga, Condes de Monsaraz e de Vila Franca, Viscondes de Benalcanfór, de Ouguela e de Paiva Manso, etc., e Fialho de Almeida, entre tantos, de modo assaz elogioso. Em jornais de 1911 homenageou-se a escritora e a profissional que sustentou a família. Guiomar Torrezão colaborou em muitos periódicos, como o *Diário Ilustrado* (de que era redactora), o *Reporter* (redactora), *Gazeta Setubalense*, *Cronica dos Theatros*, *Ilustração Portuguesa*, etc. e nas revistas do casal Wood. Fez, igualmente, muitas traduções. Fundou o *Almanach das Senhoras*, *O Mundo Elegante*. Lutou muito pela educação e pela instrução femininas.

das Mulheres Inglesas e *O Jornal das Donas de Casa da Alemanha*, no que não tem em conta a especificidade do género de cada uma destas publicações – por um lado, um almanaque e, por outro, revistas. Também não considera os diferentes objectivos de cada uma delas. Acerca de *O Jornal das Donas de Casa da Alemanha*, muito considerado pelo escritor, diz que o seu conteúdo se foi aperfeiçoando nos domínios domésticos, o que estava longe dos objectivos da publicação torrezana. É, por isso, possível pensar que a sua desaprovação se dirigia, provavelmente, mais à iniciativa em si, enquanto feminina, do que às revistas como tais. A sua crítica é acerba: «Deus nos defenda de que qualquer estrangeiro procure julgar, sobre estas produções literárias, do estado de espírito feminino na sociedade portuguesa! Em todas estas colecções dos trabalhos intelectuais das nossas mulheres – sentimos dizê-lo – não há um só artigo grave, sério, meditado, revelando conhecimentos práticos, aspirações elevadas, pensamentos nobres. De tantos problemas sociais que afectam a condição da mulher na sociedade contemporânea e que solicitam a atenção dela, para serem resolvidos pela parte interessada [...] nem um só foi julgado digno do estudo de alguma das senhoras que fazem imprimir e publicar os seus escritos em Portugal.»⁶ Elogia as publicações estrangeiras e, por comparação, os artigos de crítica literária ou de costumes, de filosofia, de fisiologia, de economia política e de economia doméstica, de narrativas de viagens, relatórios, estatísticas, receitas culinárias, noções práticas concebidas pela inglesa. E sublinha não encontrar lá um romance sentimental, uma poesia⁷.

Mas, os testemunhos de revistas, ao longo do século XIX, desmentem algumas destas suas críticas, as quais não impediram que a publicação de Guiomar sobrevivesse a estes ataques, tendo transitado do século XIX para o século XX (1870 a 1928). A posição de Ramalho é, aliás, complexa: ora parece muito avançado e receptivo ao progresso feminino, ora retrógrado no que se refere às suas contemporâneas, coarctando a emancipação intelectual da portuguesa. Não con-segue, com efeito, separar a cultura da moral, garante da boa gestão dos deveres domésticos. Recomenda às portuguesas leituras estranhas e actividades que lhes impedem o desenvolvimento, no que era incongruente.

Nos seus comentários a respeito de Guiomar, ou melhor, das mulheres, em geral, ele é tendencioso, demolidor e injusto. Não faz, com efeito a mesma análise das revistas dirigidas por homens ou periódicos masculinos; caso contrário, também verificaria, que muitas delas estavam longe de corresponder aos requisitos literários e de conteúdo por ele propalados. Algumas delas, designadamente as consagradas à moda, da exclusiva responsabilidade masculina, eram de qualidade inferior e de fútil argumento, sem qualquer conteúdo sério. Todavia, Ramalho exime-se a fazer comparações.

⁶ Ramalho Ortigão, *As Farpas*, 8, Lisboa, Clássica, 1970, p. 163.

⁷ Cf. Id., *op. cit.*, p. 133.

Certo é o *Almanach* não se inserir no género por ele preferido. O mesmo não aconteceria, no que respeita às publicações de Pusich ou Wood, as quais cumpriam as exigências do escritor. Talvez, pelo mérito que tinham, não as critica. Contudo, ignora-as, em conformidade com a lógica de exclusão misogénica do escritor. Lembrá-las, seria dar importância a uma série de senhoras, traindo a distância com que, habitualmente, eram tratadas. Seria, igualmente, inverter o seu raciocínio sobre as capacidades intelectuais que muito lhe desagradava e contrariar todo o seu discurso, tirando-lhe até a originalidade. Ainda hoje, quem não conheça aqueles surpreendentes e significativos testemunhos femininos da década de 50-69 é tentado a pensar que os da Geração de 70 foram únicos e originais. Se o impacto deles é actualmente tão grande, deve ter sido ainda maior, na altura, perturbando os Ramalhos e os Eças, de então. Ostracismo, invisibilidade e imagem única das mulheres eram tácticas já velhas e herdadas da cartilha de Garrett, tendo, apenas em conta, os autores deste século como ponto de referência. Atacar e ignorar, no plural, a vertente inovadora ou progressista, acenar com a bandeira da tradição era uma forma de deixar no esquecimento os vultos emergentes.

No que respeita propriamente ao conteúdo do *Almanach das Senhoras*, o escritor diz que as senhoras se limitam a fazer «trovas de uma sentimentalidade de segunda mão, sem ideal, sem paixão, de uma pieguice grotesca. Escrevem também conto-zinhos ou novelas de amores infelizes, cujas personagens se tratam por excelência e se requebram em artifícios de um dandismo cuja legitimidade está longe de poder ser absolutamente garantida, não irmos já num congresso de *gentlemen*, mas num simples tribunal de cabeleireiros.»⁸ Ramalho reprova os *pastiches*, a falta de originalidade, a demasiada explosão do sentimento e da sensibilidade, incentivada, aliás, pelos Românticos. E a sua crítica, como a de Eça, tem alguma razão. Mas também a terá a que se pode fazer aos poetas do sexo masculino com os mesmos defeitos. Por isso, é grave que o folhetinista tenha pecado por omissão e por falta de imparcialidade. Esquece, com efeito, muitos artigos com valor no *Almanach*.

A cruzada contra as escritoras, românticas ou não, não o faz atender à insurreição que o grupo cultivava em relação aos Românticos. A simples consulta de milhares de poemas e outros textos dos periódicos Oitocentistas levaria a constatar que a enfermidade apontada às mulheres era a que caracterizava muitas produções masculinas, e em número muitíssimo mais elevado. Aliás, Eça de Queirós regista o facto a propósito dos ultra-românticos: «A poesia contemporânea compõe-se assim de pequeninas sensibilidades pequeninamente contadas por pequeninas vozes. O poeta lírico A diz-nos que Elvira lhe dera um lírio em noite de luar! O poeta lírico B revela-nos que um desespero atroz lhe invade a alma [...] este senhores vêm contar-nos as suas descrençazinhas ou as suas exaltaçõezinhas!»⁹

⁸ Id., *op. cit.*, p. 164.

⁹ Eça de Queirós, *Uma campanha alegre*, de *As Farpas*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d., p. 21.

Estas notas podiam, pois, ser aplicadas aos dois sexos e os melhores autores não deixam de fazer tal crítica.

Pode compreender-se o antifeminismo de Ramalho, face a uma mulher como Guiomar, destruidora das concepções sexistas da altura. Angelo Pereira ¹⁰ salienta o que estava verdadeiramente em causa, ao fazer a transcrição de uma carta da jornalista: «ainda se estranhava em Portugal que as senhoras cultivassem as belas-artes, sendo àsperamente criticadas por trocarem o labor doméstico pela literatura! Foi neste ambiente agressivo que apareceu Guiomar Torrezão, cujo talento magnífico despertou grandes invejas, especialmente no meio teatral.» ¹¹

Mas a escritora não se deixa impressionar por tais reacções. Insurge-se contra as afirmações de Ramalho num dos pontos do seu livro *No teatro e na sala*. Não contente com isso, pede a Camilo para a defender.

As farpas de Guiomar ou o manifesto da igualdade intelectual

Guiomar Torrezão responde a Ramalho. E fá-lo de maneira muito «masculina», ou seja, através da pena, não num artigo, mas num livro. Ao escritor dedica cinco das suas páginas que intitulou «As Farpas e o Almanach das Senhoras.» Não se dirigindo indirectamente ao agressor, identifica-o. O estilo é irónico, de desafio e de reprovação e o discurso cuidado, arrojado e com tantas farpas quantas as usadas pelo escritor. Ou seja, coloca-se na mesma posição e ao nível do seu crítico, o que, na altura, correspondia a uma afronta. Utiliza, por isso, *pari passu*, os modos e os métodos do seu opositor, devolvendo a linguagem, vocabulário, as expressões, as associações de ideias, as críticas com uma mordacidade destruidora. Algumas das expressões utilizadas são muito peculiares do estilo destruidor de Ramalho.

Nas primeiras linhas de abertura, Guiomar enfrenta o folhetinista com imagens como estas: «com o seu estylo incisivo como um agudo bisturi, exerce mensalmente a alta clinica litteraria, operando infatigavel os abcessos da maldade ou da ignorancia, todas as paixões humanas que, à similhaça de um mandarim chinês, saciam o appetite em *menus* em decomposição.»¹² Guiada por uma verve semelhante à de Ramalho, explora as suas facetas negativas.

Os objectivos de Guiomar são o descrédito de Ortigão e a valorização própria. Para isso mostra aos seus leitores e à comunidade erudita os conhecimentos resultantes das suas leituras. Entra, assim, em disputa e reivindica a sua qualidade de mulher de letras. De tudo desdenha, inclusive da bagagem erudita do folheti-

¹⁰ Angelo Pereira, «Intrigas de bastidores no tempo da escritora Guiomar Torrezão», *Ocidente*, 249(Jan.)1959, pp. 44-47.

¹¹ Id., *op. cit.*, p. 47.

¹² Guiomar Torrezão, *No teatro e na sala*, Lisboa, David Corazzi, 1881, p. 241.

nista, caricaturando sempre: «com as suas gavetinhas de estudo atacadas de Proudhon, como a velha arca de um casal minhoto ajoujada com a riqueza do bragal», com «o seu talento complexo sustentado de Taine, Pascal, Guizot, Cousin, Renan, Quinet, Strauss, Hegel.»¹³

O discurso é incisivo e displicente, insistindo na inutilidade dos escritos ramalhianos: «A essa crise de silencio colectivo, a esse compromisso individual que impõe ao escriptor com as suas 95 paginas em branco, que têm de converter-se, [...] em 95 disciplinas, deveu o *Almanach das Senhoras* a honra insigne de ser analysado por s. Ex.^ª»¹⁴ É uma luta de afirmação cultural e sexual, de poder, baseado naquilo que o autor negava ou criticava ao sexo feminino: a racionalidade, o saber. Retira-lhe sucesso nas letras ao contrapor ironicamente o êxito do seu anuário através de dados estatísticos: «para testemunho, embora humilde, basta-nos invocar os 3000 exemplares do *almanach* para 1876.»¹⁵ Comparava assim, indirectamente, a sua publicação com o muito afamado *Panorama* (1837) que teve uma tiragem de 5000 exemplares. A do seu *Almanach...* era algo de muito raro, no nosso país, e denunciava o grande impacto junto do público. Razões havia, pois, para lembrar tais números, uma vez que, durante todo o século XIX, o ciclo de vida dos periódicos foi escasso, muitos morrendo quase à nascença.

Para além do elogio da sua publicação, aliás vivaz até quase três décadas do século seguinte, invoca, igualmente, em sua defesa a colaboração de escritoras talentosas como Maria Amália Vaz de Carvalho, Ribeiro de Sá e Chiappe Cadet, rebatendo a futilidade apontada. Ao concordar com a crítica negativa de Ramalho sobre algumas poetisas, apenas o faz numa defesa de género. Aproveitando o exemplo seleccionado pelo escritor, o de Madame Ackerman, retoma questões e argumentos já, amiudadamente, debatidos nas revistas, como *A Voz Feminina* onde, aliás, tinha prestado a sua colaboração. Um dos aspectos salientados a propósito de Madame Ackerman é a diferenciação sexual nas oportunidades no campo da instrução e, também, do acesso a matérias, em Portugal, proscritas para o sexo feminino. Por outro lado, salienta a falta «no seio das modernas civilizações [...] do estudo methodico e consciente, da applicação constante.»¹⁶ Estas circunstâncias reveladoras de ambientes e mentalidades diferentes mostram a desigualdade de que é objecto a portuguesa. Esta, como Guiomar, estava «privada de instrucção, sem nenhum curso superior que a habilite, sem o menor impulso que a encaminhe, sem um estímulo que a fortaleça; que ninguem lê, ninguem conhece, – e que pela voz eloquente e vibrante d'aquelles que, como o Sr. Ramalho Ortigão, podiam e deviam nortear-lhe o espirito e conduzil-a ao *Fiat lux*

¹³ Id., *ibid.*

¹⁴ Id., *ibid.*

¹⁵ Id., *op. cit.*, p. 243.

¹⁶ Id., *op. cit.*, p. 245.

emancipador, é simplesmente apupada!!!»¹⁷ Defende, assim, o seu sexo não abstractamente, mas com provas concretas e racionais. Não obstante, Guiomar cede às críticas do escritor, ao ver nele a figura do mestre e orientador.

No que respeita à crítica literária dos materiais da sua revista, faz um saldo contabilístico e diz não existir «em nenhum dos onze almanachs, saídos a lume, artigo que possa assimilar-se a novella de amor, feliz ou infeliz». Conclui, assim, Guiomar que Ramalho não o terá lido; e se o leu, «levou a sua generosidade a ponto de bordar sobre o thema, que se lhe afigurou monotono, umas variações compostas por S. Ex.a.»¹⁸ A escritora desvaloriza, pois, os méritos de crítico atribuídos ao escritor e valoriza os seus através das figuras de que se sente devedora intelectualmente, como Mary Carpenter, Florence Nightingale, por oposição às de Proudhon, mestre da geração de 70. As dela estavam bem mais avançadas no campo da igualdade.

Ao contrário, Ortigão encaminhava todas as mulheres para as «fadigas nobres do ménage» e para a função maternal, sobremaneira desagradado com as que se afastavam delas. A leitura da correspondência privada dirigida a sua mulher, Maria Emília, acrescenta algo para a compreensão da sua posição face ao sexo feminino, que comparava a uma criança¹⁹.

Torrezão, com uma visão muito alargada do modo como ele tratava a mulher, que queria instruída, responde à leitura de *As Farpas*, dizendo no final do texto citado: «Percebemos [...] que o Sr. Ramalho Ortigão, usando da prerrogativa de crítico absoluto, e considerando o lyceu um ultrage para a mulher inteligente, a sala um objecto de luxo para a mulher elegante, convida a inteligente, a espirotuosa e a ignorante a recolher à cozinha, e promete fornecer-lhes em compensação um curso completo de chimica culinaria.»²⁰ E nisto mostra o ridículo e a incoerência das suas proposições. Aconselhou-o, por isso, a lutar contra os liceus, os poderes públicos, os programas, o que, de facto, Ramalho fazia.

Continuando a reflectir sobre o modo como o escritor via e queria as mulheres e consciente das posições dos escritores desta época, retoma velhas querelas, através de uma pergunta da qual sabia a resposta: «Se em virtude de um milagre estupendo, operado pelo influxo da *agua de Lourdes*, o *Almanach das Senhoras* perdendo o seu aspecto superficial, ligeiro, banal, pueril, incompleto, se convertesse de subito na grave e austera publicação scientifica, citada por Taine: *Transactions of International Association for the Promotion of Social Sciences*, o Sr. Ramalho Ortigão em vez de chamar-lhe inutil, não lhe chamaria pedante?»²¹

¹⁷ Id., *op. cit.*, pp. 245-246.

¹⁸ Id., *op. cit.*, p. 246.

¹⁹ Ramalho Ortigão, *Cartas a Emília*, ed. Beatriz Berrini, s.l., Lisóptima ed., Biblioteca Nacional, 1993.

²⁰ Guiomar Torrezão, *No teatro e na sala*, *op. cit.*, p. 248.

²¹ Id., *op. cit.*, p. 249.

Esta questão das pedantes, das «sábias», persegue continuamente as mulheres. Ao recordar esta problemática, a escritora salienta as vozes dissonantes num período em que a maioria parecia alinhar pelas ideias dos escritores desta Geração, sem ter a coragem de voar independentemente em direcções contrárias. O silêncio a que muitas mulheres se remetiam facilitava a sua anulação e consentia a superioridade masculina.

Os letrados de 70, tal como os do princípio do século XIX, primavam por ignorar, ostracizar ou silenciar a maior parte das intelectuais²². Mas isso não constituiu impedimento a que muitas se revelassem, fosse na penumbra, fosse à luz clara do dia.

Resta, ainda, salientar que Guiomar não deixa de parte o aspecto moral, tão do agrado de Ramalho, dizendo que ele «impoz a si mesmo a tarefa laboriosa de endireitar o mundo e castigar, com as ventosas da ironia, as peripecias comico burlescas da nossa farça politica, os *tics* sentimentaes do nosso drama psychologico, a elaboração difficil e a produção copiosa das nossas artes e letras!!»²³ A imagem que daqui resulta é a de um patriarca que tudo sabe, tudo critica, tudo condena, habituado como estava ao exercício do poder.

Camilo, em defesa de Guiomar

Não obstante tudo isto, segundo o que se tem verificado, em outras ocasiões, nada é linear ou categoricamente contrastante. Na geração Romântica, também houve escritores que elogiaram a mulher, principalmente, a partir de 50. Um deles, vindo do «passado», mas ainda activo, foi Camilo Castelo Branco. Este interveio a favor de Guiomar Torrezão, em 1874, numa «Carta-Prefácio» inserida no livro já referido *No teatro e na sala*²⁴. Parco não foi nos elogios.

Esta carta-prefácio é um testemunho em que o género é importante. O gesto de Camilo era, por si mesmo, um apoio significativo, devido à grande visibilidade do seu autor e o tom favorável em que a carta é escrita. Contradiz, indirectamente, e repudia as azedas observações de Ramalho. Dá, assim, consistência aos argumentos utilizados por Guiomar.

Camilo compara os dois sexos a nível literário e, indirectamente, retoma as suas divergências com a Geração de 70, desenvolvendo a sua reflexão sobre a escrita e sobre o produto artístico dos dois sexos, dizendo: «os lyricos, se uma

²² Para além das já mencionadas como a professora Maria José Canuto, Albertina Paraíso. O motivo da exclusão das duas primeiras, talvez se deva ao facto de terem pertencido a grupos ligados ao «arcade póstumo», Castilho, igualmente crucificado pela geração de 70.

²³ Guiomar Torrezão, *No teatro e na sala*, op. cit., p. 242.

²⁴ Camilo Castelo Branco, «Carta-Prefácio», in Guiomar TORREZÃO, *No teatro e na sala*, op. cit.

senhora se faz, em vez de idolo, sacerdotiza – em vez de poetizada, poeta – logo se consternam, cuidando que se lhes apaga uma estrella no seu olympto, e que, d'aqui a pouco apenas lhes será permittido fazer sonetos às senhoras que tiverem *accessit* no acto de mathematica.»²⁵ Mas vai mais longe ao dizer que «o geito e gosto de escrever com acêrto é extraordinario em damas portuguezas [...] Parece, todavia, que elles, os letrados, se temem d'isso, a julgar pela malquerença com que os vejo contender com poetizas e romancistas! Publica-se tanta parvoçada do meu sexo licenciada e gabada pela critica! [...] E ninguem lhes desluz a fama nem lhes deita ventosas nas congestões do orgulho! Quantos escriptores de primeira ordem escrevem em Portugal como V. Ex.^a? Quem lhe pôde dar exemplos de elegancia de estylo, de profundeza e variedade de idéas indicativas de leitura vasta e methodica? Cada novo livro de V. Ex.^a é um aperfeiçoamento que vai justificando os vaticinios dos que leram as suas estreias balbuciantes.»²⁶

Nisto, Camilo distancia-se de muitos zoilos que se recusam a colocar os sexos no mesmo pé de igualdade e não criticam, independentemente, os atentados estéticos que apareciam em algumas revistas masculinas, incapazes de ser independentes nas suas apreciações. O romancista, ao invés, segue o modo de proceder de alguns autores da geração anterior à de 70: neste mesmo texto elogia e encoraja o sexo feminino, reconhecendo-lhe qualidades literárias. E estende os seus louvores não só à publicação em causa – *No teatro e na sala* –, mas também à 2.^a edição de outra obra de Guiomar Torrezão, *Rosas pálidas*, rapidamente esgotada, como a primeira. O escritor confessa-se um «dos seus mais sinceros admiradores», pois o livro «revela a poderosa intelligencia de V. Ex.^a a faculdade critica, embellecida com todos os donaires e energias de linguagem [...] Raros talentos varonis conseguiram modernisar tão graciosamente sem desprimor dos fóros da syntaxe venerada por Castilhos e Garretts.»²⁷ Nestes elogios, justos ou não, contradiz o romancista a opinião de Ramalho e defende a equivalência de capacidades de homens e mulheres. Não está de parte ter sido este texto uma espécie de farpa e provocação dirigida, indirectamente, a Ortigão e aos defensores da outra escola e um repúdio das liberdades que alguns tomavam para com a língua, como é o caso de Eça. Castelo Branco não perdia nenhuma oportunidade de o fazer. No entanto, já num texto datado de 1853, o mesmo autor fizera observações pertinentes, a respeito dos seus colegas. A sua opinião mantém-se, portanto, relativamente a gerações diferentes: «Folheiem-se os melhores livros de versos que a imprensa portugueza nos deu nos ultimos três anos, e digam com ingenuidade se eles não são, com pequenas variantes de estylo, o mesmo *amor*, a mesma *desillusão*, a mesma *desesperança*, e as mesmas historietas de cavallarias e solaos bonitinhos que não só fazem cantar quem os lê,

²⁵ Id., *op. cit.*, pp. 5-6.

²⁶ Id., *op. cit.*, pp. 6-7.

²⁷ Id., *op. cit.*, p. 7.

mas até polkar quem os ouve! [...] no synistro e no medonho, que lá se diz, ninguém crê. As agonias dum poeta já hoje não penalizam mais o leitor que as carantonhas de um pacífico galan de tragedia.»²⁸ Mas estas objectivas críticas ao sexo masculino raramente eram tidas em conta. Havia como que uma posição de grupo face à mulher. As polémicas e as dissensões eram frequentes. Os bons poetas ou prosadores também eram poucos, apesar da quantidade de textos derramados nas folhas brancas dos periódicos.

Opiniões semelhantes do romancista, acerca do panorama literário português, já se podiam ler em *O Mundo Elegante* de 1858: «Respeito aos grandes homens, aos austeros guardadores da arca sancta do saber! Respeito a esses poucos, que ainda os ha n'esta carcassa, chamada Portugal! Fallo d'uma litteratura pifia, que por ahi se faz na gazeta, n'esse vallo por onde se escôa a vaza de quanto espirito sandeu e reprobado do sizo-commum se atreve ao sacerdocio das lettras, como se esta profissão dispensasse um noviciado pelo menos igual ao do sapateiro. Com rebôlo, e cabedal, e martello não consegue o sabio fazer umas botas; mas com papel, e tinta, e pena, consegue o sapateiro fazer um folhetim.»²⁹

Os periódicos avolumavam-se com textos insulsos e sem gosto. Se havia uma «litteratura pifia» feminina, esta não era apanágio deste sexo. De lamentar é a desatenção, ou pior, a cegueira relativamente às mulheres, cultoras da poesia e de outros géneros, que iam dando o seu melhor, para tornar o campo das letras nacional menos pobre e conservador. O certo, porém, é que muitos intelectuais tinham dificuldade em pensar nelas como cultoras de novos sabores de letras e de ciência, que não apenas alimentares. Para muitos autores, era difícil aceitar a mulher como escritora. Fosse comum, fosse excepcional, tudo era a mesma coisa para muitos desta geração. A mulher não tinha identidade artística e literária.

No entanto, algumas tudo faziam para se tornar visíveis. Guiomar foi uma das mais activas. Para além do papel de directora e proprietária, colaborou em várias publicações como *A Mulher*, dirigindo também *O Mundo Elegante*, algum tempo depois de ter começado *O Almanach*.

O Mundo Elegante e a evolução de Guiomar Torrezão

Muitos anos após o início da década de 70, *O Mundo Elegante* saiu semanalmente de 1 Janeiro de 1887 a 25 Dezembro do mesmo ano, num total de 52 números, com uma regularidade que, talvez, denuncie a existência de um clima propício a este tipo de iniciativas. Ao contrário do que acontecia no *Almanach*... Guiomar colabora aqui intensamente. Em 1895, dirige o periódico *A Estação de*

²⁸ Id., *Dispersos*, 2, Coimbra, Imprensa da Universidade, ed. Júlio Dias da Costa 1924, p. 5.

²⁹ Id., «Álbum», *O Mundo Elegante*, 1(Nov.)1858, p. 3.

Paris e, um ano mais tarde, *A Chronica, Publicação Illustrada*, na qual podem ser lidos dois artigos sobre a emancipação feminina ³⁰.

O Mundo Elegante era um *Mensageiro semanal illustrado de modas, elegancia e bom tom, dedicado as senhoras portuguezas e brasileiras*. O seu editor era parisiense, sendo impresso, como o *Almanach*, numa tipografia francesa, de nome Coudray. Neste semanário, são da responsabilidade da escritora as inúmeras «Crónica[s] alegre[s]», muitas das quais tratam da situação da mulher. Outras das suas rubricas habituais intitulam-se «Paris de relance» e «Livros novos», dando-se notícia nesta do mercado livreiro, então quase exclusivamente masculino.

Enquanto dirigiu o *Almanach...*, Guiomar não desenvolve as suas teorias sobre a situação feminina, na sequência do que tinha feito em *A Voz Feminina*, talvez porque imperavam ideias contrárias e ela, por prudência, calava as suas. Mas parece ter estado sempre muito atenta ao estado e estatuto da mulher portuguesa. Neste sentido, logo no terceiro número de *O Mundo Elegante*, afirma, na sequência dos artigos estrangeiros incluídos no *Almanach*, o seguinte: «A hora em que a mulher, a eterna escrava, a lendaria oprimida, que atravez de todas as evoluções, de todas as civilizações, mais ou menos florescentes, tem sempre vergado sob a ferrea tyrannia do homem, occulta muitas vezes na falsa apparencia d'um respeito exagerado [...] á hora em que a mulher, enfasiada do seu inactivo papel de musa que não inspira e de rainha que não governa, á hora em que a mulher começa a perceber que a sua alma, o seu coração, o seu espirito, foram creados para representarem no largo conflicto da vida, outra especie de personagem, muito acima d'aquelle que até hoje tem sido obrigada a interpretar.» ³¹

A autora condensa, assim, o que já tinha sido discutido, largamente, nas revistas de Wood e em outras, por Mariana de Andrade e Maria Amália Vaz de Carvalho, numa das raras intervenções desta sobre a questão, em publicações periódicas. Mas Guiomar nunca tinha sido tão clara na vontade de fazer cessar os comportamentos e as ideias tradicionais. Uma das suas teses mais fortes é relativa aos papéis femininos. Queria que as mulheres deixassem «de ser uma simples machina procreadora, para ser um ser intelligente como o homem, convicto dos seus direitos e susceptivel, como o homem de elevar-se pelo pensamento ao nivel d'este seculo de trabalho, de combate e de febre intellectual.» ³² Diz, com clareza, que a procriação, só por si, podia ser limitativa e limitadora e desafia os objectivos do casamento e os tradicionais e exclusivos papéis femininos defendidos pela Geração de 70 e por Proudhon. Nesta análise e exigência, emerge um pensamento

³⁰ Cf. Condessa Diana, «A propósito da emancipação feminina», *A Chronica*, 17(Ago.)1896, p. 136. Alexandre Dumas Filho, «A emancipação feminina, Uma carta de A. Dumas», *A Chronica*, 1(Jan.)1896, pp. 7-8.

³¹ Guiomar Torrezão, «Crónica alegre», *O Mundo Elegante*, 3(Jan.)1887, p. 3.

³² Id., *ibid.*

feminista que passará a ser uma reivindicação fundamental no século XX. A articulista pretendia valorizar capacidades sonegadas, até então, à mulher, o que também pressupunha uma certa metamorfose masculina, uma vez que, sem a colaboração do homem, não poderia haver nenhuma revolução consequente.

O «combate intelectual» referido pela escritora está ligado à instrução e à educação. Ela considera-se avançada a este respeito. Por isso, diz lutar contra «os estacionarios», por estes ainda invocarem velhos argumentos contra a instrução e referirem apenas a missão maternal, conjugal e doméstica da mulher. «A instrução, afirmam elles não pôde augmentar o numero das suas virtudes, mercê das quais ella é amada e venerada.»³³ Para Guiomar Torrezão, pelo contrário, «A instrução, que não tem o poder de fazel-a [à mulher] virtuosa, pôde, dadas certas eventualidades, fazel-a má, perverter na sua pura origem a cauda [sic] de bondade que lhe inunda a alma, e com o unctuoso balsamo da qual ella sara tantos leprosos morais e dolcifica tantos doentes incuraveis.»³⁴ Invoca a questão da moral que determina muito do ser e estar feminino no século XIX. Para «os estacionários», a «mulher ignorante [...] é sempre boa; a mulher *savante*, [...] raras vezes deixa de ser má.»³⁵ Afirmavam estes, nesta altura, que para as mulheres, o estudo «acorda-lhe curiosidades irritantes, que convém não provocar, excita-lhe sensibilidades cerebraes, que é prudente asphixiar em germen, desloca-a do seu pacifico meio familiar e attraie-a para uma esphera de acção onde desplumará as azas.»³⁶ E, assim, resume velhos, mas não extintos, tabus e preconceitos.

À distância de 115 anos, estes argumentos parecem ridículos e sem fundamento, tendo como intenção, apenas, impedir o progresso e inviabilizar a igualdade. Guiomar tem consciência disto, ao dizer que não eram «os insulsos epigramas com que uma duzia de idiotas se propõem ridicularisar-nos, os mais temiveis antagonistas que poderiam depara-se-nos»³⁷ que a fariam desistir. E identifica tal defesa com o egoísmo masculino, tão frequentemente referido pelas escritoras.

Guiomar Torrezão repete os argumentos a favor da instrução invocados nas revistas, de Pusich a Wood. Um deles é que as mulheres instruídas adquirem uma nova percepção dos seus deveres e responsabilidades. Mas, ao recomendar a instrução, não pretende que se crie «qualquer veleidade litteraria, que, por desgraça, suggestione a tua cabecinha romantica.»³⁸ E admite que, para muitas, a leitura pode ter algo de perigoso. Neste artigo de fim de século, a escritora concilia tudo isto com a missão maternal. Aconselha, ainda, a mulher a utilizar e a mostrar a sua inteligência para uso próprio e para a sua prole, dentro de casa. Tanto ela, como Canuto e Maria Amália Vaz de Carvalho, solteiras ou viúvas,

³³ Id., «Crónica», *O Mundo Elegante*, 32(Ago.)1887, p. 3.

³⁴ Id., *ibid.*

³⁵ Id., *ibid.*

³⁶ Id., *ibid.*

³⁷ Id., *ibid.*

³⁸ Id., *ibid.*

faziam precisamente o contrário, aproveitando bem o estatuto diferenciado que tinham. Quer a questão da moral, quer a das *savantes*, quer a da inteligência estão, permanentemente, presentes. Todas elas, aliás, deviam ser abordadas pela mulher. Diz, com efeito: «já não é permitido a ninguém que faz uso de uma penna e que sente na massa cinzenta do cérebro (inferior, embora, em peso, á do homem, segundo a moderna definição científica) o calor fecundo de uma intelligencia, recuar ante qualquer questão, por mais ardua que se lhe afigure.»³⁹ E desvaloriza as diferenças de capacidades cerebrais em que se baseava a discriminação sexual⁴⁰.

Nesta constante e variável prática da igualdade, foram muitas as temáticas abordadas nas «Crónicas». Por exemplo, comparam-se mulheres de diversos países e civilizações, talvez porque a etnografia e a antropologia começassem a interessar cada vez mais e porque as diversas culturas serviam de barómetro do grau civilizacional da nossa. Guiomar fá-lo com a única intenção de dizer que tanto as mulheres do Oriente como as do Ocidente se podiam equiparar em termos de inferioridade⁴¹. Havendo vários materiais disponíveis para servir de comparação, provindo de países considerados desenvolvidos e de outros que eram menos, ela respiga, abundantemente, em todos para o desenvolvimento do seu argumento. Não se deve, porém, esquecer que os próprios conceitos estavam sujeitos a interpretações ideológicas diversas.

Uma outra questão polémica que Guiomar tem em conta, já presente na revista *A Mulher*, é a política. Em *O Mundo Elegante* analisa a utilidade ou inutilidade deste tipo de intervenção feminina em comparação com outras actividades. Para tal, recorre a um texto de Colombine que se pronuncia contra a prioridade dada a este problema: «Antes de se occuparem dos direitos politicos, de revolução e de principios universaes, as mulheres que quizerem fazer alguma cousa util, a bem da vida publica, deveriam occupar-se das questões femininas. A questão magna da nossa existencia social, é a organização do trabalho.» E pergunta, a propósito: «Que importa que nos façam eleitoras, se nos deixarem morrer à fome?»⁴²

Guiomar Torrezão joga, em todo o artigo, com questões de prioridade e opta, constantemente, por um dos seus aspectos. Não define as classes sociais das mulheres por quem luta, no que respeita à defesa do trabalho. Por isso, não se

³⁹ Id., «Crónica», *O Mundo Elegante*, 29(Jul.)1887, p. 3.

⁴⁰ Diz E.M. («A arte e a ciência na mulher», *A Mulher*, (37)1883, p. 293): «O cerebro feminino está para o cerebro masculino na inferioridade de um decimo. Este será pois em geral um cerebro de pensador, aquele um cerebro de artista. Esta formula é geral, não excluindo mesmo um certo numero de excepções de mulheres com cerebros de homem e vice-versa.» O homem continuava a ser visto como o rei da criação destinado às actividades intelectuais, sendo mas também o mais forte fisicamente: «tem no duplo ponto de vista muscular e cerebral o privilegio da força, é formado para o pensamento e talhado para a acção, isto é, organizado para a ciência.» Id., *ibid.*

⁴¹ Cf. Guiomar Torrezão, «Crónica alegre», *O Mundo Elegante*, 8(Fev.)1887, p. 3.

⁴² Colombine, cit. in Guiomar Torrezão, «Crónica alegre», *O Mundo Elegante*, 16(Abr.)1887, p. 3.

pode afirmar que estes escritos mostrem grande evolução em relação ao princípio do século. Ao transitar de uma perspectiva moral para uma económica, não é consentânea com a de muitos portugueses, entre os quais, Ramalho.

Na defesa das suas opções, a escritora invoca três categorias de mulheres: as solteiras, as desempregadas e principalmente as pobres, sem meios de sobrevivência. Para ela, o aspecto fulcral era o económico, mais do que o político, talvez condicionada pela sua situação pessoal concreta, de sobrevivência própria e da família que tinha a seu cargo. A premência daquele aspecto leva-a, possivelmente, a discordar da urgência da luta pelos direitos políticos. A sobrevivência, pelo menos nas classes mais baixas, suplanta todos os demais problemas. Não consegue, por isso, ou não quer ver que tudo estava interligado e que as conquistas num dos aspectos se repercutiria em todos os outros. O mesmo não acontece, por exemplo, com Angelina Vidal, mulher muito empenhada nestas áreas, a qual considera a questão política como central. Sobre as suas posições muito há ainda a dizer.

Nos textos de Guiomar, pelo contrário, a política é vista como algo de negativo, já que a sua reflexão não se eleva a um nível global, mas mantém-se em considerações de natureza individual e imediata. Não parece, pois, que a consciência política desta escritora fosse assim tão avançada, não porque ignorasse estas matérias, uma vez que mostrou estar a par dos movimentos defensores destas posições, mas talvez porque, na sua análise, o que podia ser obtido mais facilmente devia ser prioritariamente prosseguido.

Guiomar comenta as reivindicações de direitos civis e políticos defendidos por Hubertine Auclert, Louise Michel (que ela chama Luísa Miguel), considerando-as utópicas. Fala, com efeito, das mulheres «que se consomem em impotentes tentativas para uma sonhada emancipação, que não deixará de ser, em todos os tempos, sob o ponto de vista em que elas a encaram, uma irrealizável utopia.»⁴³ Para a articulista, as prioridades na luta das mulheres, como para a maioria dos seus pares, não são essas. O que é prioritário é a defesa da instrução para que o grupo feminino venha a beneficiar do direito ao trabalho. Hubertine Auclert, Louise Michel estavam numa fase mais avançada da luta feminina. Os problemas delas eram estranhos a Guiomar.

Numa das suas muitas crónicas, a articulista explica o que entendia por emancipação. Para isso, revê as opiniões de Hubertine Auclert e Louise Michel, da Comuna de Paris, como também as de Stuart Mill de quem também discordava. Para ela, este tipo concreto de «emancipação, a realizar-se provocaria males muito superiores aquelles que pretende destruir.»⁴⁴ E precisa que deseja, apenas, a emancipação intelectual e a moral, distinguindo entre os seus diversos tipos, como era habitual neste século. E exprime assim o que pretende para a mulher:

⁴³ Guiomar Torrezão, «Crónica alegre», *O Mundo Elegante*, 20(Mai.)1887, p. 3.

⁴⁴ Id., «Crónica», *O Mundo Elegante*, 29(Jul.)1887, p. 3.

«a cultura do espirito, que a torne igual ao homem, na batalha da vida [...] é a emancipação moral e social, que se deduz naturalmente da primeira, a suprema libertação contra a vergonhosa tutela da dependencia.»⁴⁵ Para Guiomar, a emancipação visava sobretudo a luta contra a ignorância, o que não deixa de ter sentido num século tão preocupado com a instrução, mas também é limitadora, pois não tem em conta as outras «emancipações.» Torreção aconselha ao sexo feminino a emancipar-se da «vexatoria e opressiva autoridade dos prejuizos sociais, com que a embalou uma educação rotineira e fradesca, subtraiha o seu espirito, depois de o afinar pela instrucção»⁴⁶. Reiterando velhas questões das revistas de Pusich e de Wood, não deixa de defender a emancipação intelectual⁴⁷.

Mas, nenhuma destas questões era linear e objectiva, uma vez que, também, dependiam da formação e vivência de cada um e das suas orientações políticas. Guiomar ou restringe ou rejeita este enquadramento, talvez, porque o seu «tempo» lhe não deixava ver os benefícios que resultariam de uma compreensão mais global do problema. Em muitos textos, divide a problemática da igualdade da participação feminina em termos de direitos cívicos e políticos e portanto da emancipação que não é tratada como um todo determinado politicamente. Ora se aceita a emancipação moral e não a intelectual, ora se refere esta independentemente da política, num rosário de conveniências e inconveniências dos diversos grupos.

Portugal fica aquém das lutas travadas no estrangeiro. No entanto, a história da intervenção de Guiomar Torreção como de tantas outras para a defesa da mulher é uma das muitas etapas da conquista da igualdade. Esta, da utopia passará lentamente à realidade.

⁴⁵ Id., *ibid.*

⁴⁶ Id., *ibid.*

⁴⁷ Cf. Id., «Crónica», *O Mundo Elegante*, 32(Ago.)1887, p. 3.

⁴⁸ Cf. Id., «A emancipação feminina», *A Ilustração Portuguesa*, 18(Dez.) 1888, pp. 4, 6; Id., «Maria Deraismes – a emancipação feminina», *A Ilustração Portuguesa*, 38(Jul.)1889, pp. 3-4, 6.

MATERIAIS PARA O ESTUDO DA VINHA E DO VINHO NOS AÇORES DURANTE A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

*Paulo Silveira e Sousa **

1. Introdução

A vitivinicultura constituía no século XIX um dos mais importantes sectores da agricultura portuguesa, dando origem a um dos principais produtos de exportação. O seu peso na economia era enorme, se bem que desigualmente distribuído nas várias regiões do País. Durante a segunda metade do século XIX este sector acompanhou a trajectória europeia, tendo sofrido um conjunto de profundas transformações. Se bem que elas tenham afectado globalmente este ramo da agricultura manifestaram-se em áreas diversas e tomaram a forma de diferentes processos de modernização e adaptação. A chegada faseada do oídio, da filoxera, da antracnose e do míldio obrigou a enormes processos de replantação, de mudança no uso das castas e das técnicas de cultivo que passaram a integrar novos produtos de origem industrial nas várias e recentes etapas de prevenção das doenças. Simultaneamente, a configuração dos mercados alterou-se com o crescimento do consumo de massas, com o aparecimento de novos mercados internacionais e de novas áreas produtivas concorrentes. Os mecanismos de circulação, transporte e distribuição modificaram-se, assim como as próprias técnicas de produção, numa tentativa permanente de adaptação a novos gostos e às oscilantes modas dos consumidores. A evolução e difusão dos saberes científicos e técnicos conduziu também à necessidade de novos investimentos, de uma maior escala das explorações e ao crescimento das modalidades de intervenção estatal e de associativismo num sector vital para as agriculturas mediterrânicas. Nada ficou como antes.

Se este vasto conjunto de transformações teve trajectórias e resultados diferentes de país para país, o mesmo se verificou dentro das fronteiras de cada Estado. Em Portugal houve regiões que conseguiram modernizar e reconverter a

* Instituto Universitário Europeu de Florença. Bolseiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

sua vitivinicultura e outras houve onde estas tentativas foram, pelo menos parcialmente, goradas. Contudo, faltam ainda hoje estudos intensivos e comparativos que nos permitam aquilatar a trajetória das várias regiões produtoras ¹.

Os Açores, enquanto arquipélago, nunca foram uma região de grande produção e exportação de vinho, muito embora esta cultura tomasse uma importância assinalável em três das suas ilhas: o Pico, a Graciosa e, mais secundariamente, São Jorge. Apesar de existirem referências a alguma exportação de vinhos finos do Pico para mercados externos e exigentes, os vinhos açorianos nunca alcançaram a notoriedade da maior parte dos seus congêneres nacionais, nem sequer criaram as redes de comércio e de distribuição internacional que fizeram a fama de um Madeira, um Xerez ou um Marsala. Os números disponíveis ficam aquém quer dos registados na Madeira, quer nas principais áreas de produção do continente. Provavelmente com algum exagero, no arquipélago atlântico vizinho dá-se como exportação média, entre finais do século XVIII e inícios do XIX, as 18 a 20.000 pipas, embora o conjunto da produção devesse ser ainda mais elevado, pois aqui não estaria contabilizado o consumo interno. Sensivelmente para o mesmo período e para todo o arquipélago dos Açores, alguns autores apontavam para um intervalo entre as 15.000 e as 20.000 pipas ².

Esta falta de notoriedade, de mercados externos preferenciais e de uma ampla e constante produção não quer dizer que a vinha e a produção de vinho tenham sido esquecidas. Na verdade, nunca deixaram de ser equacionadas como uma boa oportunidade para investir e ganhar dinheiro e, em certos momentos, para diversificar a produção e a exportação de algumas das principais ilhas do arquipélago. Nesse sentido, o estudo da aparentemente pequena vitivinicultura açoriana permite-nos ver como este era um conjunto de actividades com um interesse económico significativo em todo o Portugal e como, mesmo em espaços periféricos, esta cultura nunca foi esquecida, tendo sido tentados esforços semelhantes aos realizados no continente. Da mesma forma, os agricultores açorianos não estavam alheios ao investimento, à modernização e à procura do lucro. Contudo, aqui, o campo de possibilidades era bem diferente do que se encontrava nas regiões do continente ou na Madeira, onde as redes do comércio e da distribuição, a qualidade do produto e as condições naturais acabaram por permitir um muito maior sucesso na reconversão dos seus sectores vitivinícolas.

¹ Para um testemunho da época sobre uma grande área produtora, o Minho, veja-se Alberto Sampaio (1923), «O presente e o futuro da viticultura no Minho: estudo de economia rural», in *Estudos Históricos e Económicos*, vol I, Porto: Livraria Chardron. Para uma monografia recente e bastante completa sobre uma das grandes áreas produtoras do continente ver Maria Goretti Matias (2002), *Vinho e Vinhas em Tempo de Crise: o oídio e a filoxera na região Oeste (1850-1890)*, Caldas da Rainha.

² Alberto Vieira (dir) (1993), *História do Vinha do Madeira: documentos e textos*, Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 11, 95-97, 181-182. Avelino de Freitas de Meneses (1994), *Os Açores nas Encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, II vol., Ponta Delgada: Universidade dos Açores, pp. 80 e segs.

2. A vinha e o vinho nos Açores: uma trajectória de longa duração (séculos XVI-XIX)

A vinha foi introduzida nos Açores durante os primeiros tempos do povoamento. Tal como outras culturas mediterrânicas começou a ser cultivada, em boa parte, para satisfazer os hábitos alimentares dos seus primeiros habitantes. Se a produção de cereais se assumiu, desde cedo, como a principal cultura, a vinha veio ocupar áreas marginais do ponto de vista agrícola, que nunca poderiam ter sido utilizadas como terras de pão. A irregularidade da sua distribuição acompanhou assim a irregularidade do próprio relevo e das condições climáticas das diferentes ilhas. Dentro do arquipélago esta produção foi-se desenvolvendo ao longo dos primeiros séculos em zonas importantes da orla litoral do Pico, São Jorge e Graciosa, ocupando um lugar mais secundário na Terceira, em São Miguel, Santa Maria e Faial, sendo quase inexpressiva nas Flores e no Corvo ³.

No entanto, se em São Miguel a sua importância era menor, isto não quer dizer que a sua produção não fosse mais elevada do que em ilhas mais dependentes desta cultura, consequência lógica da diversidade de escala e de dimensão das várias parcelas do arquipélago. Neste caso, apenas queremos enfatizar que ela não ocupava um lugar tão destacado na economia agrícola local ⁴. Por exemplo, na pequena ilha Graciosa, a vinha e o vinho tomaram um papel muito importante em todo o ciclo produtivo. Na segunda metade do século XVIII deixou-se mesmo de semear nas terras mais fracas, para aí fazer plantações de vinha, as quais no final do mesmo século alimentavam já uma larga exportação de aguardentes ⁵.

Muita da agricultura das ilhas e da economia doméstica das explorações camponesas era construída acompanhando um modelo de apropriação vertical dos recursos que começava nas terras mais pobres do litoral e ia até ao baldio ou às pastagens mais frias da serra, onde apenas a urze e a queiró conseguiam vegetar. O labor humano de gerações e a construção de diversos e interdependentes andares ecológicos permitiu criar uma pequena agricultura multifacetada e dotada de um património botânico muito diversificado, que associava plantas autóctones a plantas subtropicais, mediterrânicas ou a espécies oriundas das áreas temperadas ⁶.

³ Veja-se o resumo feito por Carlos Alberto Medeiros (1994), «Contribuição para o estudo da Vinha e do Vinho nos Açores», *Finisterra*, vol XXIX, n.º 58, pp. 199-229.

⁴ Maria Margarida Vaz do Rego Machado (1994), *Produções Agrícolas, Abastecimento, Conflitos de Poder: São Miguel 1766-1806*, Ponta Delgada: Jornal de Cultura, pp. 124-128 refere mesmo a importação de vinho das Ilhas de Baixo no final do século XVIII e princípio do XIX.

⁵ Francisco José Teixeira e Sampaio (1798), «Relatório...», in *Arquivo dos Açores*, vol. X, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, p. 527.

⁶ Paulo Silveira e Sousa (1994) *Território, Poder, Propriedade e Elites Locais: a Ilha de São Jorge na Segunda Metade do Século XIX*, Lisboa: tese de licenciatura apresentada no ISCTE, 270 p.

Nesta agricultura, a vinha era, apesar de tudo, uma produção de destaque. À custa de um enorme esforço em termos de construção da área de plantio e da sua manutenção permitia utilizar um andar ecológico aparentemente pouco propício a qualquer uso agrícola, desenvolvendo uma produção com uma enorme capacidade de integração nas redes de troca. Com uma agricultura que sempre teve que se confrontar com o excesso de humidade e de chuva, o aparecimento de pragas nas culturas agrícolas só poderia estar especialmente favorecido. O oídio, a antracnose e o míldio na vinha, outros fungos nos cereais, insectos e lagartas várias nas frutas eram criados e desenvolvidos pelo clima insular, que dificultava ainda a granação dos cereais e a maturação dos frutos, fazendo com que muitas culturas se tivessem que recolher às terras mais secas da orla marítima, dotadas de uma boa exposição solar ⁷.

Todas as referidas ilhas (Pico, Graciosa e São Jorge) tinham extensas e especiais áreas pedregosas resultantes da actividade vulcânica mais recente. Nos *biscoitos* e *mistérios* mais secos e quentes da beira mar, impróprios para os cereais, apenas os pomares de laranja tomaram, igualmente, algum peso, desde finais do século XVIII até inícios da década de 1880.

As diferenças de qualidade e as necessidades de consumo cedo ditaram um rede de rotas comerciais que fazia circular o vinho entre as várias ilhas, e entre estas e o exterior, onde o porto da Horta fazia de importante centro de distribuição da produção do Pico e de São Jorge, e o de Angra recebia o vinho da Graciosa e abastecia as rotas transoceânicas no refresco ⁸.

Do século XVI ao século XVIII a cultura da vinha foi-se, pois, desenvolvendo gradualmente nos vários espaços do arquipélago ⁹. No século XVII a produção de vinho concentrava-se nas ilhas do grupo central, com destaque para o Pico. No século seguinte, em torno do triângulo Pico-Faial-São Jorge, o vinho sustentaria a inserção destas ilhas no comércio internacional com a América do Norte e o Brasil, tendo a Horta servido de principal porto de escoamento da produção. Mesmo a maior ilha do arquipélago, São Miguel, nos finais do século XVIII e inícios do XIX, não conseguia fazer face à concorrência dos vinhos mais baratos provenientes do grupo central. A sua viticultura era dada como muito decaída ¹⁰.

⁷ J. Viegas Paula Nogueira (1908), «O arquipélagos dos Açores», in António Teixeira Júdice (org.), *Notas sobre Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional, p. 408.

⁸ Veja-se Maria Olimpia da Rocha Gil (1979), *O Arquipélago dos Açores no século XVIII, Aspectos Sócio-Económicos (1575-1675)*, Castelo Branco: Edição do Autor; Susana Goulart Costa (1998), «A economia piceense entre os séculos XV e XVIII: o exemplo ambíguo de uma periferia» in AAVV, *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Horta: Núcleo Cultural da Horta, pp. 91-101.

⁹ Mesmo numa pequena ilha como Santa Maria a viticultura desenvolveu-se bastante nas localidades da costa leste e da costa sul, ganhando particular peso no século XVIII. Cf. João de Medeiros Constância (1982), «A Ilha de Santa Maria: evolução dos principais aspectos da sua paisagem humanizada (sécs. XV a XX)», *Arquipélago*, vol. IV, p. 237.

¹⁰ Francisco Maria Supico, *Escavações*, n.º 169 e 215, in *A Persuasão* n.º 1922 de 16/11/1898 e n.º 1968 de 4/10/1899. Mesmo assim Afonso Chaves e Melo atribuiu a São Miguel, em 1817, uma

No início de 1800, segundo F. Ferreira Drummond, o arquipélago exportava de 15 a 20.000 pipas de vinho, nem sempre da melhor qualidade, produzidas na sua maioria no Pico, São Jorge, Graciosa e Faial ¹¹.

Em 1838-1839 os irmãos Bullar descreviam o milagre picaroto que havia transformado vastas extensões de pedra em férteis campos de vinha repartidos numa filigrana de apertados muros baixos de lavra preta. Os vinhedos eram como as malhas de uma enorme rede que parecia estender-se sob a montanha. As vinhas do Pico eram bastante produtivas e davam melhor vinho do que qualquer das outras ilhas ¹². Várias experiências haviam sido feitas para a preparação do vinho e mesmo tentativas de produção de «champagne». Segundo os mesmos viajantes ingleses, uma amostra provada deste último assemelhou-se em sabor e aparência ao vinho do Reno de razoável qualidade. Produzia-se também em pequenas quantidades um vinho semelhante ao Madeira de segunda ordem, bem como uma execrável bebida, ardente, forte e embriagante, da cor e do sabor do Xerez escuro, chamada «vinho de estufa», por ser preparada em estufa ou coisa semelhante e exportada em grandes quantidades para a Inglaterra e América. Em Inglaterra, embora os importadores o conhecessem por vinho do Faial, era geralmente procurado por consumidores incautos sob o agradável rótulo de Xerez e adquirido por taberneiros, para navios e armazéns. Além disto, produzia-se grande quantidade de vinho vulgar do Pico, de qualidade mais fraca, que era exportado apenas para as outras ilhas do arquipélago. Segundo estes viajantes, quando bom não era de todo desagradável ao paladar, sendo fácil distingui-lo dos seus congêneres de São Miguel, mais ácidos e turvos ¹³. Porventura com algum exagero, os irmãos Bullar escreviam em nota «diz-se que se remetem todos os anos do Pico para o Faial 25.000 cascos de vinho para exportação» ¹⁴. Mais tarde, em 1871, Silveira Macedo escreveria que a ilha do Pico produzia termo médio 12 a 15.000

produção de cerca de 5000 pipas, cifra que nos parece corresponder a um ano de boa colheita e que fica abaixo das apontadas para o Pico, cf. *Arquivo dos Açores*, vol I, p. 224.

¹¹ Avelino de Freitas de Meneses (1994), *Os Açores nas Encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, II vol., pp. 80 e segs.

¹² Segundo um outro viajante que visitou o arquipélago uns anos mais cedo, no início da década de 1830, apesar de situadas em zona aparentemente árida, as vinhas do Pico mostravam uma extraordinária exuberância e fertilidade. Estavam longe ainda as destruições do oídio. Ajudadas pelos solos pedregosos e pela boa exposição solar as vinhas produziam copiosamente. Cf. Capitão Boid (1835), *O Distrito da Horta que compreende Faial, Pico, Corvo e Flores* (tradução de J. H. Anglin), Angra: tip. Andrade, pp. 30-31.

¹³ Faltam-nos ainda dados e fontes para conhecer com detalhe os processos e técnicas de vinificação utilizados nos Açores. Mesmo em relação ao sempre referido como afamado vinho verde do Pico não temos a certeza se se utilizava um sistema de aquecimento artificial para acelerar o seu período de envelhecimento, ou se este era armazenado em pipas e lotado com aguardentes. Pode inclusive dar-se o caso de serem utilizadas as duas técnicas. Esta vertente estará, portanto, por agora, ausente nesta primeira abordagem. Ver Joseph e Henry Bullar (1841) *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*, Ponta Delgada: Edição do Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1949, pp. 196-197.

¹⁴ Joseph e Henry Bullar, *idem*, p. 196.

pipas, antes do flagelo destruidor do oídio iniciado em 1853¹⁵. De qualquer modo, toda esta realidade iria alterar-se radicalmente com a chegada dos primeiros agentes fitopatológicos, no início da década de 1850.

Na Graciosa a produção e o comércio do vinho eram já actividades antigas. Em finais do século XVIII, constatava-se mesmo um aumento da área cultivada que deixava de ocupar apenas os biscoitos da ilha, para passar a abranger terras lavradas de menor produtividade, dando origem a uma exportação relativamente importante, à escala local, de aguardente para o mercado brasileiro¹⁶. Durante a primeira metade do século seguinte as vinhas desta ilha eram ainda «geralmente de verdeelho, qualidade mais saborosa e de melhor proveito. Aparecem alguns pés de alicante, de mourica, saborim, moscatel, ferral e dedo de dama, mas em pequena quantidade. Nas vinhas do lado de Santa Cruz, há em abundância a uva boal, e de magnífica qualidade. A vinha da jurisdição de Santa Cruz é toda criada no chão, e quando os frutos principiam a amadurecer, é que são sustentados em estacas de cana. A da jurisdição da Praia é criada nos arvoredos, sobre os quais é prendida, e isto sucede tanto no interior como na beira mar»¹⁷.

Também os irmãos Bullar, na sua curta passagem por São Jorge em Maio de 1839, para além dos vestígios ainda frescos do vulcão de 1808, referem este último tipo de cultivo das vinhas (*vinha de enforcado*), tão usual em outras áreas de Portugal com um clima temperado e atlântico, como é o caso da região do noroeste, cuja fronteira desce, neste caso, até ao Vouga¹⁸. Eles escrevem que «as vinhas são educadas para treparem pelas altas faias, árvores de vinte a vinte e cinco pés de altura e quase se tocavam por sobre o caminho. Era época da rebentação e as suas folhinhas verdes e tenras formavam agradável contraste com o verde escuro das árvores sobre as quais cresciam, e com o cinzento claro da casca. A graça que lhes emprestava compensava bem as faias da força que as vides lhes tiravam»¹⁹. Mas esta técnica não era utilizada para todas as castas. Por exemplo, o verdeelho era produzido em *vinha de embarrado e podadia* (vinha baixa junto ao solo).

Os vinhedos eram uma preciosa garantia de elevados rendimentos para uma boa parte das elites locais do Faial, do Pico, da Graciosa e de São Jorge. Eles estavam protegidos por uma série de disposições emanadas das instituições de poder

¹⁵ António Lourenço da Silveira Macedo 1981 (1871), *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, vol. III, Angra do Heroísmo: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, p. 75. O governador civil da Horta, José Vieira Santa Rita, refere igualmente em 1867 uma colheita regular antes do oídio avaliada em 12.000 pipas.

¹⁶ Cf. Francisco Teixeira de Sampaio (1798), «Memória sobre as plantações e criações oferecida ao governador interino (relatório agrícola)», *Arquivo dos Açores*, vol XIII, pp. 518-528.

¹⁷ Félix José da Costa (1845), *Memória Estatística e histórica da Ilha Graciosa*, Angra do Heroísmo: Imprensa de Joaquim José Soares, p. 40.

¹⁸ Cf. Orlando Ribeiro (1945) *Portugal: o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa: Sá da Costa.

¹⁹ Joseph e Henry Bullar (1949), *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*, p. 286.

concelhio. Várias disposições camarárias defendiam-nos de ladrões ou de animais que vagueassem soltos, normalmente cães ou porcos²⁰, apertando-se esse controle por alturas do Verão. Em fins de Agosto, ou em Setembro se o ano agrícola havia atrasado um pouco mais a maturação das uvas, as freguesias assistiam à intensa movimentação das vindimas. Os grandes proprietários que passavam o Verão nas localidades vinhateiras encarregavam-se de dar as ordens aos feitores ou de dirigir directamente todas as operações, desde a colheita ao lagar. Os ranchos de homens e mulheres que dobrados ou esticados apanhavam os cachos do chão ou das árvores por onde a vinha se desenvolvia, constituíam uma mão de obra ainda vasta de pequenos camponeses e trabalhadores rurais sempre necessitados de recursos – já que a emigração, apesar de sempre presente no arquipélago, ainda não tinha começado a esvaziar as ilhas. Das ensolaradas vertentes do *biscoito* as uvas eram transportadas às costas ou em carros de bois para os lagares, onde eram pisadas e espremidas. O precioso néctar extraído era então amealhado nas adegas e mais tarde exportado para as outras ilhas e para o exterior do arquipélago.

Várias fontes dão-nos argumentos para crer que as décadas da primeira metade do século XIX tenham sido um período de crescimento da produção e da área plantada em quase todo o arquipélago e não apenas nas três principais ilhas produtoras. Apesar de secundária face à cultura dos cereais e da laranja, as poucas informações que temos apontam mesmo para um aumento da área e da produção de vinho em São Miguel, nas décadas de 1820 a 1850²¹. Novamente, o grande marco nas alterações profundas, e nalguns casos irreversíveis, sofridas por esta cultura seria a chegada do oídio.

3. O século XIX: período de ampla reconversão da viticultura açoriana

A reestruturação e reconversão levadas a cabo, paulatinamente, durante a segunda metade do século XIX deram origem a um novo posicionamento da vitivinicultura na economia agrícola do arquipélago. O ataque do oídio e depois da filoxera e da antracnose conduziram ao quase desaparecimento das castas europeias tradicionais e alteraram os vinhos, os gostos do consumidor, assim como as rotas e os mercados de destino. Nestes anos, a viticultura açoriana sofreu uma

²⁰ Padre Manuel de Azevedo da Cunha 1981 (1906), *Notas Históricas, vol II, Anais do Município da Calbeta (S. Jorge)*, (Recolha introdução e notas de Artur Teodoro de Matos), Ponta Delgada: Universidade dos Açores, pp. 722-723 e António dos Santos Pereira (1987), *A Ilha de São Jorge (Séculos XV-XVII)*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, p. 118.

²¹ *Almanaque Rural dos Açores para o ano de 1851, mandado publicar pela sociedade promotora da agricultura micaelense*, Ponta Delgada: Tip. de Manuel Cardoso de Albergaria e Vale, 1850, p. XXX.

profunda transformação que a colocou como uma cultura destinada, sobretudo, ao mercado interno, mau grado as tentativas de reconversão e de reinserção nos mercados exteriores.

A partir de inícios da década de 1850, sensivelmente em 1852-1853, o oídio levou a cabo uma verdadeira destruição nas vinhas do arquipélago, atacando preferencialmente as latadas e as vinhas altas²². Vastas áreas, antes produtivas, onde a vinha se entrelaçava com as faias ou com o reticulado de pedra vulcânica tornaram-se verdadeiros matos ou pedregais cascalhentos e incultos. Apesar das diferentes tentativas e técnicas utilizadas para o conter e para o debelar, este fungo tornar-se-ia verdadeiramente endémico na região, aproveitando um *habitat* húmido e temperado que o protegia.

Uma ilha tão estreitamente articulada com a produção vinícola como o Pico sofreu uma enorme quebra na produção de vinho nas décadas de 1850 e 1860. Em 1862 José do Canto escrevia a seu primo, José Jácome Correia, dizendo que pela primeira vez, em 7 anos, as suas vinhas do Pico lhe tinham dado 6 a 7 pipas de vinho de qualidade razoável²³. As destruições causadas pelo oídio foram de grande monta e mesmo passadas largas décadas as sequelas ainda estavam presentes na paisagem do arquipélago. Em 1891 nos concelhos de Velas, Calheta e Santa Cruz da Graciosa existiam grandes extensões de antigos vinhedos destruídos por este fungo, numa versão açoriana dos mortórios durienses e que, ao invés de muitos destes, rapidamente se foram enchendo, novamente, de matos de faias e de uma nova planta invasora: o incenseiro²⁴.

Porém, os Açores não foram apenas atacados pelo oídio. Décadas mais tarde, nos anos de 1880, foi a vez da entrada da filoxera e, na viragem do século, temos notícias da luta contra o míldio e a antracnose²⁵. Estas sucessivas pragas conduziram a uma vasta recomposição das castas cultivadas, levando ao quase desaparecimento das plantas europeias menos resistentes que foram sendo substituídas por castas americanas de inferior qualidade.

A casta isabela destacou-se de longe neste panorama. A sua introdução nos Açores foi contemporânea dos ataques do *oidium tuckeri*. Ela chegou em inícios de 1854, tendo vindo para São Miguel incluída num grande lote de plantas

²² João Nogueira de Freitas (1890), *Relatório da Décima Segunda Região Agronómica, Onde Foi Exercido o Tirocínio de João Nogueira de Freitas*. Dissertação apresentada ao conselho escolar do Instituto Geral de Agronomia Lisboa: (manuscrito), pp. 74-75.

²³ *Cartas Particulares do Sr. José do Canto aos Srs. José Jácome Correia e Conde de Jácome Correia 1840-1893*, Ponta Delgada: Tip. do Diário dos Açores, p. 81.

²⁴ Arbusto de rápido crescimento, de origem australiana (*pittosporum ondulatum*), atinge por vezes o porte arbóreo. Foi introduzido no arquipélago através da ilha de São Miguel por volta da década de 1840 como planta ornamental.

²⁵ As fontes consultadas pouco nos ajudaram a conseguir conhecer melhor a introdução, a expansão e peso das destruições causadas pelo míldio nos Açores. Mais desenvolvimentos terão que ficar para um outro trabalho. Aqui centrar-nos-emos no oídio, na filoxera e na antracnose, aquelas pragas que mais preocupavam os agricultores e agrónomos.

exóticas importadas por António Borges da Câmara Medeiros para melhorar os seus amplos jardins. Nos primeiros dez anos foi apenas tratada como uma planta ornamental, servindo para cobrir as latadas dos parques micaelenses. A sua difusão foi sendo feita lentamente à medida que as castas europeias decaíam. Pela mesma década de 1850 chegaram uns pés de isabela ao Faial, aos quais, durante os primeiros tempos, não foi, igualmente, dedicada qualquer atenção.

A sua introdução, um pouco mais tardia no Pico deveu-se ao naufrágio de um navio francês que atirou à costa vários pés. Após alguns anos de desinteresse, a partir de 1856, esta casta começaria a ser aqui cultivada por Manuel Maria da Terra Brum, barão da Alagoa, substituindo, a pouco e pouco, o verdelho²⁶. O processo de introdução da casta isabela no arquipélago foi, portanto, lento e não se iniciou, em grande escala, logo na década de 1850, nem deve ter tido uma trajectória temporal semelhante em todas as ilhas²⁷. Por exemplo, de acordo com Jácome de Ornelas Bruges, só no ano de 1870 foi introduzida na Terceira esta casta de uva, numa época em que após os ataques do oídio o verdelho pouco ou nada produzia²⁸.

Nos primeiros tempos a isabela permanecia mesmo indemne aos ataques dos fungos, enquanto as plantas europeias definhavam e morriam. E se bem que o seu vinho de cor violácea e aroma forte, muito diferente do das castas primitivas de origem mediterrânica, fosse de má qualidade, não havia qualquer outro que o substituísse na região, proporcionando, apesar de tudo, um lucro remunerador. A verdade é que com o tempo o paladar das populações das ilhas se foi adaptando ao gosto *foxy* deste vinho, atribuindo-lhe mesmo propriedades tónicas e digestivas excepcionais. Se o cultivo continuado desta casta fez mudar o gosto dos consumidores locais e fez com que a isabela produzisse um vinho relativamente aceitável localmente, também fez com que deixasse de estar indemne às destruições do oídio e da antracnose que passaram a atacar, igualmente, esta casta, desde que fosse cultivada em parreiras ou latadas, um pouco mais afastadas das áreas mais secas da beira mar. Porém, os estragos ficavam bem longe dos que eram provocados nas castas europeias e rapidamente a isabela e castas americanas afins passaram a ser, cada vez mais, cultivadas em vinha baixa²⁹.

²⁶ José Cândido da Silveira Avelar, (1902) *Ilha de São Jorge (Açores)*..., pp. 150-151. O barão da Alagoa tornar-se-ia mais para o fim do século um dos maiores, senão o maior, produtor de vinho dos Açores. Mais uma vez temos os grandes proprietários da elite tradicional a tomar um forte protagonismo na reestruturação da agricultura do arquipélago, ao contrário do papel pouco interventivo que lhes é normalmente atribuído.

²⁷ João Nogueira de Freitas (1890), p. 65, ver o artigo de Francisco José Gabriel em *A Terceira*, de 31-12-1881.

²⁸ Jácome de Ornelas Bruges (1915), *A Ilha Terceira: notas sobre a sua agricultura, gados e indústrias anexas*, Lisboa: ISA, pp. 43 e 75.

²⁹ «Relatório do agrónomo chefe da 12.^a Região Agronómica, sobre serviços agrícolas e filoxéricos no ano de 1891», *Boletim da Direcção Geral de Agricultura (BDGA)*, n.º 12, 1892, pp. 1229 e 1235. A 12.^a Região agronómica englobava os distritos de Angra e da Horta.

Se a isabela e as castas americanas se tornaram, com o passar do tempo, maioritárias foram, mesmo assim, feitas algumas tentativas de replantio com castas europeias, sobretudo, em áreas da Terceira e do Pico. Como veremos, durante os anos de intensa exportação vinícola da década de 1880 assistiu-se a um esforço importante de reconversão das vinhas do arquipélago. A produção de vinho foi então encarada como uma das hipóteses de reconversão produtiva depois da queda definitiva da exportação de laranja. Contudo, este processo de reconversão teve uma diferenciação espacial particular. Em ilhas como a Terceira, a Graciosa e o Pico ele seria relativamente bem sucedido. Pelo contrário, em ilhas como São Jorge ou o Faial a produção de vinho ficou afectada definitivamente. A opção pelos mercados exteriores e pela exportação não seria conseguida e o vinho açoriano tornar-se-ia um produto regional, desvalorizado face às produções da Europa continental ou de outros arquipélagos atlânticos como a Madeira, fechando-se num mercado que se resumia ao consumo local e regional. Porém, este pequeno mercado, se bem aproveitado, nunca deixaria de ser rentável e vantajoso para o pequeno e médio produtor açoriano, que na verdade formava a maioria dos viticultores das ilhas.

4. O ataque das pragas da vinha: o oídio, a filoxera e a antracnose

O *oidium tuckeri* foi identificado pela primeira vez nas latadas de um jardineiro inglês em 1845-1846, William Tucker. O fungo manifestava-se sob a forma de um pó branco que cobria os cachos e as folhas da vinha, impedindo o desenvolvimento destes órgãos. Pouco depois, as folhas enrugavam-se e os frutos mirrados começavam a rebentar. Em 1848 a doença chegava à Bélgica após ter já alastrado pela Inglaterra. Instalada na Europa continental a sua progressão seria rápida e terrível. Em 1849 manifestava-se em vinhas das proximidades de Paris, em 1850 estendia-se pelo sul de França, havendo já vinhedos atacados no Piemonte, na Suíça e na Toscana. Em 1851 e 1852 quase toda a parte ocidental e central do continente europeu via-se a braços com esta devastadora praga que se estendeu por Espanha, Portugal e Hungria. Nos anos seguintes atravessaria mesmo o Mediterrâneo surgindo em Argel, na Síria e na Ásia Menor ³⁰.

É normalmente datado de 1851 o aparecimento do oídio em Portugal continental, fazendo então o seu primeiro surto nas vinhas do Vale do Douro. Apesar das grandes destruições a sua progressão foi relativamente lenta, consumando-se

³⁰ João de Andrade Corvo (1854), «Memória sobre a Mangra ou doença das Vinhas da Madeira e Porto Santo, memória apresentada à Real Academia das Ciências de Lisboa na sessão de 3 de Fevereiro de 1854», Lisboa: Imp. Nacional, reproduzido em Alberto Vieira (dir) (1993), *História do Vinho da Madeira*, p. 295.

o quase total aniquilamento da produção vinícola continental em 1853-1854³¹. Num dos mais destacados trabalhos sobre o tema, datado de 1991, Conceição Andrade Martins escreveria que as destruições provocadas pelo oídio tinham sido bem mais devastadoras que as causadas mais tarde pela filoxera na década de 1870³². Como veremos, nos Açores, o fungo foi, de facto, mais destruidor e tomou um carácter mais permanente que o pequeno afídio que lhe sucedeu.

Supõe-se que o oídio chegou à Ilha da Madeira em 1851. No ano de 1852, o primeiro em que a moléstia das vinhas influiu na produção de vinho, foram ainda exportadas dos depósitos existentes 5.620 pipas, número que diminuiu para 3.284 em 1853. Ora, nesse mesmo ano de 1852 a produção caiu já para 2.110 pipas de vinho, na maior parte dos casos bastante ordinário. Em 1853 a produção desceu para 690 pipas e a sua qualidade era ainda inferior à da colheita anterior³³. Em apenas três anos, de 1852 a 1854, a destruição dos vinhedos foi devastadora. A média de produção que em 1851 era de 50.000 hectolitros passou para cerca de 600 hectolitros. As perdas causadas pelo fungo, ou seja, pela quebra na produção de vinho, apenas na Ilha da Madeira, foram oficialmente calculadas em 1.137.990\$000 réis, uma soma fabulosa para a época³⁴. Contudo, como veremos, a recuperação da viticultura madeirense será muito mais rápida e eficaz que a sua congénere açoriana³⁵.

Em 1850 o *oidium tuckeri* manifestava-se pela primeira vez no arquipélago dos Açores, na ilha de São Miguel. Chegaria pouco depois às restantes ilhas, sendo a sua expansão muito auxiliada pela temperatura suave e humidade constante que se observam em todo o arquipélago. As colheitas nos dois anos posteriores, de 1851 e 1852, foram ainda abundantes. Contudo a progressão do parasita foi tão rápida que posteriormente a 1852 quase deixou de haver uvas nesta primeira ilha. Em 1854 e 1855 as quebras na produção eram já enormes em muitas freguesias de São Miguel. Em 1859 o governador civil referia que os estragos do oídio continuavam em toda a sua extensão: a colheita de vinho fora nesse ano inexpressiva, não passando das 18 pipas e 18 almudes. A chegada de tão terrível praga não havia apenas reduzido os lucros de lavradores e proprietários. Com a perda total do vinho, desde há poucos anos, as próprias câmaras municipais micalenses tinham visto baixar consideravelmente os seus rendimentos, pois era sobre este produto

³¹ António Narciso Alves Correia (1882), *O Oidium e os Filoxeras: sua origem e modo de os combater*, Porto: Tip. Ocidental, p. 9.

³² Conceição Andrade Martins (1991), «A filoxera na viticultura nacional», *Análise Social*, n.º 112-113, pp. 653-688.

³³ José Silvestre Ribeiro (1857), *Resoluções do Conselho de Estado na Secção do Contencioso Administrativo*, Tomo VI, Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 201-202.

³⁴ João de Andrade Corvo (1854), «Memória sobre a Mangra ou doença das Vinhas da Madeira e Porto Santo...», reproduzido em Alberto Vieira (dir) (1993), *História do Vinha do Madeira: documentos e textos*, p. 295.

³⁵ Benedita Câmara (2002), *A Economia da Madeira no século XIX*, Lisboa: ICS.

que incidiam as suas contribuições mais importantes ³⁶. No seu relatório do ano seguinte, 1860, o mesmo governador civil, Félix Borges de Medeiros, referia que a mesma doença havia ainda devastado as vinhas do distrito, sendo por esse motivo a produção de vinho muito reduzida ³⁷. Em 1862 a produção ficava-se pelas 12 pipas e 3 almudes, sendo o consumo avaliado em 690 pipas e 19 almudes ³⁸. No Relatório de 1864 o governador civil daria alguns sinais de melhora e escreveria que apesar de ainda escassa a produção havia sido melhor, estando igualmente as vinhas a recuperar algum do seu antigo vigor. A produção havia atingido os 95 e 13 almudes. Contudo, o consumo era avaliado em 743 pipas e 12 almudes ³⁹. Mas seria por pouco tempo. Em 1866 a produção continuava baixa. A colheita de vinho apenas tinha registado 46 pipas e 19 almudes ⁴⁰.

QUADRO 1

Média da Produção de Vinho no Distrito de Ponta Delgada 1845-1850 e 1858-1863
(em pipas e almudes)

Concelhos	Média 1845-1850 (pipas)	Média 1858-1863 (pipas)
Ponta Delgada	6988	–
Ribeira Grande	1535	41 alm
Vila Franca	510	–
Lagoa	4190	50
Povoação	1835	5
Nordeste	400	42 alm
Vila do Porto	1030	30
Total	16388	89 e 3 alm

Fonte: *Almanaque do Arquipélago dos Açores para 1866*, Ponta Delgada, 1865, p. 63.

³⁶ Félix Borges de Medeiros (1859), *Relatório da Administração do Distrito de Ponta Delgada em 1859, feito e dirigido ao Governo de Sua Majestade pelo Governador Civil*, Ponta Delgada: Tip. A. das Letras Açorianas, pp. 7, 14.

³⁷ Félix Borges de Medeiros (1860), «Relatório do Distrito de Ponta Delgada», in *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos Distritos Administrativos do Continente e Ilbas adjacentes*, p. 8.

³⁸ Félix Borges de Medeiros (1864), *Relatório da Administração do Distrito de Ponta Delgada em 1864, feito e dirigido ao Governo de Sua Majestade pelo Governador Civil*, Ponta Delgada: Tip. A. das Letras Açorianas, p. 15 e quadro 23.

³⁹ Idem, p. 3 e mapa 19.

⁴⁰ Félix Borges de Medeiros (1867), *Relatório Apresentado à Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada na sua Sessão Ordinária de 1867 pelo Governador Civil do Mesmo Distrito*, Ponta Delgada: Tip. da Crónica dos Açores, p. 7 e mapa 29.

Francisco Maria Supico no seu Almanaque de 1866 apresenta-nos dados para o termo médio da produção nos cinco anos anteriores a 1850 e nos cinco posteriores a 1858, referindo que estes dados provinham de um mapa oficial. Contudo, parece-nos que os dados para o período de 1845-1850 devem estar bastante inflacionados, a menos que estes tenham sido anos de colheitas excepcionais ⁴¹. Apesar disso, através destes números podemos constatar como as quebras registadas na produção foram avassaladoras. Em São Miguel concelhos houve, como Ponta Delgada, onde se deixou de produzir vinho, facto que pensamos estar relacionado com a reconversão das áreas de vinhedos em pomares de Laranja. De facto, estava-se nestes anos em plena euforia da exportação de citrinos e os prédios de vinha eram adequados a uma transformação rápida em zona de pomar.

Dois anos mais tarde, em 1868, a produção de vinho no distrito de Ponta Delgada permanecia bastante escassa, apenas 279,44 hectolitros, enquanto que o consumo atingia os 3753,90 hectolitros de vinho tinto e 1500 de branco. Curiosamente a produção de aguardente seria muito mais elevada, registando-se um total de 3202,19 hectolitros, o que nos leva a pensar que muita da produção das vinhas micalenses era, dada a sua má qualidade, destilada e transformada em bebidas brancas. De vinho os micalenses passariam a consumir outras mistelas alcoólicas, provavelmente mais fortes, mais nocivas à saúde e mais baratas ⁴².

Porém, as alterações que este poderoso agente fitopatológico provocou não se ficariam pela ilha de São Miguel. Rapidamente ele passaria a todos os outros espaços do arquipélago, dando origem a vários processos de transformação das economias agrícolas locais: as ilhas mais afectadas seriam as do chamado triângulo Pico-Faial-São Jorge.

Na segunda metade da década de 1840 a agricultura do Faial e do Pico já tinha sido flagelada com pragas nos batatais e nas quintas de laranja. A partir de 1842 o *cocus besperidum* ataca os citrinos fazendo grandes devastações. Apesar das perdas, foram parcialmente compensadas com a reconversão dos terrenos para a produção de cereais e de inhames. Contudo, estes eram produtos destinados ao consumo local das populações e não importantes culturas de exportação de elevado rendimento.

No Verão de 1852, chegava a nova praga. O oídio iria nessa ano começar a sua lenta progressão pelo Faial e pelo Pico, iniciando as suas devastações na

⁴¹ Uma colheita média de 16.000 pipas ultrapassaria as 12 a 15.000 pipas que António Lourenço da Silveira Macedo atribuía ao Pico antes de 1853, cf. A. L. da Silveira Macedo 1981 (1871), *História das Quatro Ilbas...*, vol. III, p. 75.

⁴² Vicente Machado de Faria e Maia (1869), *Relatório da Administração do Distrito de Ponta Delgada feito e dirigido ao Governo de Sua Majestade em 1869 pelo Secretário Geral servindo de Governador Civil*, Ponta Delgada: Tip. de Manuel Correia Botelho, quadro 14. O valor do vinho oscilava, nos cinco anos anteriores a 1850, entre 12\$000 a 30\$000 réis a pipa. Nos cinco anos posteriores a 1858 a pipa oscilou entre 80\$000 a 100\$000 reis, *Almanaque do Arquipélago dos Açores para 1866*, Ponta Delgada, 1865, p. 63.

freguesia das Bandeiras. E neste caso não havia reconversão possível. Os biscoitos de vinha não suportavam nenhuma outra cultura. O oídio começou por atacar, sobretudo, as vinhas levantadas em latada ou árvores. Um pó branco aparecia nas plantas «cobrindo os cachos desde o estado da florescência até à maturação, mudando depois para uma cor pardacenta e ultimamente preta, paralisando logo o desenvolvimento do fruto, ficando os bagos tão duros que só a maço se lhes podia extrair o vinho e este mesmo inferior»⁴³. Em 1853 a moléstia espalhava-se aos concelho de São Roque e à vila da Madalena, coração da zona vinícola. Em 1857 a câmara da Horta nomeou uma comissão para examinar a situação e procurar remédios para destruir o parasita, porém, a colheita seria nula⁴⁴.

O impacto negativo da destruição das vinhas pelo oídio seria acrescido por uma série de maus anos agrícolas em 1857, 1858 e 1859 que puseram as ilhas do Faial, Pico e São Jorge sobre o negro espectro da fome. A crise, sobretudo na Ilha do Pico, foi devastadora e alimentou ainda mais uma corrente de emigração que, desde cedo, tomou o Brasil e, progressivamente, os EUA como lugares privilegiados de destino. Os grandes proprietários e morgados do Pico e Faial assistiram à desvalorização das suas terras e à queda acentuada das suas rendas; os lavradores mais abastados ficaram sem a sua principal produção para o mercado; os trabalhadores e jornaleiros, carreiros, tanoeiros e outros artífices viram-se quase sem recursos, atirados para uma situação de ainda maior precaridade e subemprego⁴⁵.

No relatório de 1861 o governador civil da Horta escrevia que nesse ano a produção de vinho tinha sido novamente nenhuma, em resultado do ataque da moléstia⁴⁶. No ano seguinte, em 1862, a colheita foi ligeiramente melhor, tendo-se produzido 272 pipas. Se bem que o Governador civil referisse que estes números nada eram comparados com os registados anteriormente ao oídio, mesmo assim, apontava alguma esperança para os proprietários de vinhas⁴⁷. Em 1863 a produção continuava a sua lenta ascensão registando-se 503 pipas, sendo superior quase no dobro à do ano precedente⁴⁸.

⁴³ António Lourenço da Silveira Macedo 1981 (1871), *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, vol. II, p. 214.

⁴⁴ António Lourenço da Silveira Macedo 1981 (1871), *História das Quatro Ilhas*, vol. II, p. 239.

⁴⁵ Júlio de Castilho (1886), *Ilhas Ocidentais do Arquipélago dos Açores*, Lisboa: David Corrazi, pp. 17-18.

⁴⁶ «Relatório do Governo Civil do distrito administrativo da Horta para 1861», in *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos Distritos Administrativos do Continente e Ilhas Adjacentes no ano de 1862*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1864.

⁴⁷ «Relatório do Governo Civil do distrito administrativo da Horta para 1862», in *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública [...] no ano de 1862*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1864.

⁴⁸ «Relatório do Governo Civil do distrito administrativo da Horta para 1863», in *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública [...] no ano de 1863*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1865.

Na Terceira a situação era pior. Em 1861, o Jornal *O Angrense* referia que nesse ano o oídio atacara com menos vigor as vinhas, permitindo alguma produção. Contudo, a viticultura era uma cultura em acentuada decadência e os proprietários de vinhedos não davam a estas parcelas a atenção e os cuidados devidos. Mesmo a reprodução da vinha se tornava difícil pelo mau estado da pouca que existia ⁴⁹.

Apenas em 1867-1870 temos notícias de colheitas mais regulares e de algum controle sobre as infestações na Ilha do Pico. Contudo ainda não havia começado o processo de replantação e de uso de castas americanas ⁵⁰. Mesmo o governador civil da Horta escreveria no seu relatório de 1867 que a principal riqueza da ilha do Pico, eram as vinhas que o oídio quase havia aniquilado completamente ⁵¹.

QUADRO 2
Produção de Vinho na Ilha do Pico em 1871
(hectolitros)

Concelhos	Produção em Hectolitros
Lages	119,3
São Roque	76,9
Madalena	336,0
Total	532,2

Fonte: António Lourenço da Silveira Macedo 1981 (1871), *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, vol. III, p. 198.

Em 1871 esta ilha estaria a produzir 532 hectolitros de vinho, 114,30 de aguardente e 210 de vinagre ⁵². Contudo, era ainda pouco e alguns anos mais tarde, segundo os Almanques do Faialense para 1874 e 1875, o distrito da Horta havia importado, em novos anos de colheita insuficiente em 1872 e 1873, 207,48 e 178 hectolitros de vinho ⁵³. Por aqui podemos ver o potencial pequeno mercado que, apesar de tudo, se poderia abrir para quem pudesse produzir algum vinho a bom preço no distrito. Se a década de 1870 parece um período de relativo impasse ele não se registou apenas no Pico e na Terceira, onde após os ataques do oídio o verdejo pouco ou nada produzia ⁵⁴. Na vizinha São Jorge, outra ilha

⁴⁹ *O Angrense* n.º 1136, de 4-10-1861.

⁵⁰ António Lourenço da Silveira Macedo 1981 (1871), *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, vol. II, p. 363.

⁵¹ José Vieira Santa Rita, Relatório do Governador Civil da Horta para 1867.

⁵² Segundo António Lourenço da Silveira Macedo 1981 (1871), *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*.

⁵³ *Almanaque do Faialense para 1875*, 3.º ano, Horta: Tip. Hortense, 1875: p. 144.

de grande produção vinícola antes de 1853-1854, as destruições foram ainda bem maiores. Uma vasta zona da costa sul da ilha oferecia condições ecológicas muito propícias a esta cultura. Ela correspondia aos tradicionais terrenos baixos e pedregosos onde o plantio de cereais estava impossibilitado. A vinha era, em grande parte, cultivada no litoral sul, numa faixa que se estendia entre a Ribeira do Almeida e a Fajã das Almas, em áreas de *biscoito e mistério* não ultrapassando uma faixa que rondava os 200 metros de altitude ⁵⁵. Esta zona foi «até ao ano de 1854 o melhor pedaço da ilha, o mais estimado e lucrativo. [...] Foi a região das vinhas, que produziam assombrosamente, sem maior dispêndio nem desvelados cuidados, quando as videiras carregavam imensamente lançadas sobre as faias mais velhas e gigantescas» ⁵⁶. Passados cerca de 20 anos, em 1875, segundo o administrador do concelho das Velas, este município não tinha mais de 100 hectares de terreno de vinha em bom estado, estando a sua produção limitada a 180 ou 200 hectolitros por ano. Como substitutivo para abastecer a ilha de álcool existia então uma fábrica de aguardente de melaço. No vizinho concelho da Calheta a situação mantinha-se mais animadora e a produção rondaria em média os 500 a 700 hectolitros, todos eles consumidos na localidade. Mesmo assim estávamos muito longe da exportação que esta ilha fez durante séculos ⁵⁷.

Em 1869, José Acúrcio Garcia Ramos, escrevia que a produção vinícola da Graciosa se tinha mantido importante apesar do oídio que, desde 1853 e principalmente 1854, atacou os vinhedos do arquipélago tornando-os improdutivos ⁵⁸. Esta praga não deixou de ter efeitos negativos na ilha, embora estes não tivessem

⁵⁴ Jácome de Ornelas Bruges (1915), *A Ilha Terceira: notas sobre a sua agricultura*, pp. 43 e 75.

⁵⁵ Na costa norte, a vinha era ainda cultivada em muitas fajãs com condições microclimáticas específicas e a cotas baixas, embora com custos maiores e uma produtividade em princípio menor. No concelho da Calheta as principais zonas vinícolas concentravam-se na Fajã Grande, principalmente o verdelho de *vinha de embarrado e podadia*. A partir daqui as vinhas espalhavam-se por todas as outras Fajãs do lado sul.

⁵⁶ João Duarte de Sousa (1897), *Ilha de São Jorge...*, pp.114-116. As *terras de vinha*, em zonas de *biscoito*, seriam portanto, as mais valorizadas durante esses anos. No sítio dos Casteletes, na Urzelina – o qual só ocupava uma meia dúzia de hectares –, e que era considerado a melhor zona vinícola não havia família importante da elite terratenente tradicional que não dispusesse, pelo menos, de uns alqueires de vinha e de uma adega.

⁵⁷ *Relatório Apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sua Sessão Ordinária de 1875, pelo Secretário Geral servindo de Governador Civil Gualdino Alfredo Lobo de Gouveia Valadares*, Angra: Tip. do Governo Civil: 1875, pp. 58 e 60. A produção de vinho manteve-se relativamente mais regular no concelho da Calheta. De qualquer forma, em 1885, a superfície cultivada com vinha no concelho da Calheta era avaliada em apenas 24 hectares, o que nos mostra a quebra contínua que ela teve. Dados retirados da Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo, «Produção de vinícola 1885», fundo do concelho da Calheta (por catalogar). Agradeço ao Paulo Lopes de Matos a generosa disponibilização destes dados. Infelizmente, este fundo por catalogar é o único disponível para quem quiser estudar este concelho de São Jorge, dado o criminoso desaparecimento de todo o Arquivo Municipal da Calheta, do qual nem as actas das vereações se salvaram.

⁵⁸ José Acúrcio Garcia Ramos (1869), *Notícia do Arquipélago dos Açores e do que de mais Importante Existe na sua História Natural*, Angra: Tip. Terceirense, p. 57.

sido tão devastadores como em São Jorge. De acordo com António Borges do Canto Moniz, o fungo, ao atacar fortemente as vinhas do lado do concelho da Praia provocou uma crise importante nesta povoação, cujo município, tendo já fracos rendimentos, acabou por ser definitivamente extinto em 1870 ⁵⁹.

Apesar da diminuição das colheitas provocadas pelo oídio desde 1853, a sua produção foi-se mantendo mais estável que nas outras ilhas. E se certas áreas de biscoito foram abandonadas, outras zonas de antigas terras lavradias foram ocupadas com vinha americana, tendo também passado a enxertar-se o verdelho em cavalos destas últimas castas. Tal como aconteceu mais tarde no continente, as pragas na viticultura poderão ter tido, também aqui, um papel positivo na modernização e na expansão desta cultura, passados os primeiros anos de quebra. De facto, ao contrário das outras ilhas mais húmidas, como é o caso da vizinha São Jorge, na Graciosa o vinho continuou uma das principais fontes de riqueza. Em 1883, António Borges do Canto Moniz escrevia que o vinho era ainda o principal comércio da ilha e a sua principal exportação. Mesmo assim a produção havia diminuído desde o ataque do oídio em 1853. Os mercados de destino, igualmente, não tiveram grande alteração. Continuava-se a exportar o vinho quase exclusivamente para o mercado de Angra, onde ele enfrentava agora dificuldades acrescidas, dado quer os elevados impostos com que era sobrecarregado pelo município de Angra, quer as falsificações dos comerciantes e retalhistas ⁶⁰. Para António Moniz outro perigo começava também a surgir com o desenvolvimento em maior escala, na Terceira, da produção de vinho de cheiro, concorrência para a qual os viticultores da Graciosa se deviam preparar melhorando a produção local ⁶¹.

No terceiro quartel do século XIX a zona vinícola da Graciosa concentrava-se nas imediações de Santa Cruz, nos sítios do Barro Vermelho e do Pico Negro. No lugar da Vitória a área cultivada com vinhedos ocupava também uma superfície ampla, podendo ser considerada a cultura mais importante desta zona da ilha, e a principal fonte da prosperidade dos seus habitantes. De facto, segundo António Borges do Canto Moniz, escrevendo no início da década de 1880, esta era cerca de 60 anos atrás uma das povoações mais pobres da ilha, enquanto que a essa data podia ser considerada como uma das prósperas. Esta mudança era toda atribuída ao cuidado que os seus habitantes puseram no desenvolvimento da produção vinícola, muito auxiliado pelo uso de sargaços na adubação dos solos ⁶².

⁵⁹ António Borges do Canto Moniz (1883), *Ilha Graciosa (Açores): descrição histórica e topográfica*, Angra: Imprensa da Junta Geral, pp. 199 e 202-204.

⁶⁰ António Borges do Canto Moniz (1883), *Ilha Graciosa (Açores) [...]*, p. 199.

⁶¹ António Borges do Canto Moniz (1883), *Ilha Graciosa (Açores) [...]*, pp. 199 e 202-204.

⁶² António Borges do Canto Moniz (1883), *Ilha Graciosa (Açores) [...]*, pp. 174-175.

Se o panorama nas ilhas dos Açores era esmagadoramente pouco animador, no vizinho arquipélago da Madeira as vinhas iam-se renovando e a produção crescia. Segundo dados do agrónomo Eduardo Grande em 1865, na década de 1850 a produção de vinho na Madeira tinha baixado consideravelmente. De 1854 a 1859 as duas ilhas deste arquipélago produziram sempre menos de 800 hectolitros de vinho, quando em 1850 esta produção se elevava aos 54.448 hectolitros. No entanto, a situação não era de todo catastrófica em 1865. Os ataques do fungo haviam diminuído, ao mesmo tempo que o entusiasmo por esta cultura se mantinha vivo, sendo comum o recurso à enxofração como meio preventivo. Eduardo Grande pensava que a produção de vinho só poderia continuar a sua crescente recuperação nos anos seguintes. Contudo, alertava para o facto da crise da vitivinicultura madeirense não ter sido apenas causada pelo oídio, mas de estar também relacionada com o descrédito dos vinhos locais nos mercados e com os maus processos de transformação: questões que deveriam preocupar cada vez mais uma produção destinada a um mercado em profunda mudança e onde a concorrência se revelava feroz⁶³. A partir dos finais da década de 1860 a produção de vinho na Madeira teve uma progressiva recuperação. Porém, seria travada pela invasão da filoxera em 1873. Os vinhedos e a actividade vitivinícola sofreram nova crise, embora ela tivesse sido posteriormente colmatada através de novos processos de replantação com castas americanas e da progressiva utilização de novas técnicas de prevenção e combate às pragas⁶⁴. Nos Açores quer as dificuldades seriam maiores, quer os resultados mais escassos.

Desde 1852 que a história da vinha nos Açores se tornara triste e repetitiva. Todas as primaveras o oídio reaparecia. A produção diminuía e tornara-se menos remuneratória, conseguindo-se ainda assim algum vinho em anos mais secos. Apesar do uso crescente do enxofre e da progressiva replantação com castas americanas nada seria como dantes. A praga viera para ficar adaptando-se com grande facilidade ao clima húmido e ameno do arquipélago.

⁶³ Eduardo Grande (1865), *Relatório da Sociedade Agrícola do Funchal*, in Alberto Vieira (1993) (dir.), pp. 303-304.

⁶⁴ Henry Vizetelly (1880), *Facts About Port and Madeira*, Londres, pp. 149-202, e E. M. Taylor (1882) *Madeira: its scenery and how to see*, pp. 69-76 in Alberto Vieira (1993) (dir.), p. 385 e pp. 404-405.

QUADRO 3
Produção de Vinho no Arquipélago dos Açores em 1873
(hectolitros)

Ilhas	Produção (Hcl)
Terceira	182
Graciosa	9600
São Jorge	9440
Faial	160
Pico	1315
Flores	–
Corvo	–
São Miguel	667
Santa Maria	65
Total arquipélago	21429

Fonte: Gerardo Pery (1875), *Geografia e Estatística de Portugal e Colónias*, Lisboa: Imp. Nacional, pp. 301-303.

Em 1875 Gerardo Pery apresentava uma estatística das produções do continente e ilhas para 1873⁶⁵. A essa data, das 9 ilhas dos Açores as maiores produtoras de vinho eram ainda a Graciosa, São Jorge e Pico, todas elas com assinalável vantagem face à Terceira e a São Miguel: uma situação que se iria alterar nas décadas seguintes.

Tal como constatou para o continente, Conceição Andrade Martins, os estragos causado pelo oídio no arquipélago foram bem mais significativos que aqueles produzidos na sequência da crise da filoxera⁶⁶. Segundo João da Câmara Leme a filoxera foi descoberta na América em 1854. Em 1863 estava já em Inglaterra. Nesse mesmo ano começavam a manifestar-se sinais da sua presença em França, embora os primeiros grandes ataques e a identificação precisa do mal só tenham chegado em 1866. Em Portugal este agente fitopatológico seria notado, pela primeira vez, de 1868 para 1869 no Vale do Douro⁶⁷. Em 1872 invadia já várias prósperas quintas da região. No entanto, a sua grande difusão a nível nacional veio na década de 1880, levando a um vasto movimento de replantação que

⁶⁵ Gerardo Pery (1875), *Geografia e Estatística de Portugal e Colónias*, Lisboa: Imp. Nacional, pp. 301-303.

⁶⁶ Cf. Conceição Andrade Martins (1991), «A filoxera na viticultura nacional», *Análise Social*, n.º 112-113.

⁶⁷ João da Câmara Leme (1873), *Carta sobre a Nova Moléstia do Vinho da Madeira Dirigida ao Chefe Civil do Distrito do Funchal*, Funchal, in Alberto Vieira (1993) (dir.), p. 309 e Conceição Andrade Martins (1991), «A filoxera na viticultura nacional», pp. 653-654.

fez expandir a vinha noutras regiões do continente, onde esta cultura era até então menos importante ⁶⁸.

Em 1873 a direcção da sociedade agrícola do distrito de Angra aconselhava por ofício o Governador civil no sentido de proibir a importação de bachelos, quer nacionais quer estrangeiros, tentando assim acautelar os vinhedos dos ataques da filoxera que, por enquanto, era ainda desconhecida no arquipélago ⁶⁹. Embora seja difícil datar a chegada desta praga ao arquipélago, o facto é que as suas consequências se tornaram verdadeiramente graves a partir de 1887, quando irrompeu em força na Terceira e em São Miguel, embora vários comentadores se refiram a uma introdução anterior ⁷⁰.

Em 1889 apenas a Terceira, e especialmente o concelho de Angra, se achava atacado, supondo-se que a filoxera havia sido introduzida na região por umas estacas procedentes do Douro. À data, alguns particulares já haviam começado a combater a praga com a aplicação de sulfureto de cobre, sem que os resultados fossem muito animadores. Se a princípio o plantio de isabela se fazia a pé franco, o ataque da filoxera obrigou a enxertar esta casta nos pés de Riparia e de Rupes-tris. O oídio atacava as folhas e os frutos em maturação, o minúsculo insecto da filoxera fixava-se nas raízes e no caule, locais onde voraz se instalava, provocando tumores nas raízes que em poucos anos enfraqueciam as cepas ⁷¹. Em 1890 com a Terceira já afectada pelo parasita, apareceriam notícias de alguns pequenos focos na ilha do Faial que foram prontamente debelados. No ano seguinte, em 1891, a Terceira era a ilha mais dizimada pela filoxera, estando infectados os dois concelhos da Praia e de Angra. O terrível insecto ainda não tinha atacado as vinhas dos concelhos de São Jorge, mantendo-se também arredado do Faial, depois de primeiros mas inconclusivos sinais de manifestação ⁷².

⁶⁸ Regiões como, por exemplo, o Oeste e o eixo Lisboa-Leiria vinham já reforçando o seu peso. Várias áreas do Ribatejo e península de Setúbal viram também o seu peso crescer, cf. Conceição Andrade Martins (1991), «A filoxera na viticultura nacional», pp. 680-683, Maria Goretti Matias (2002), *Vinho e Vinhas em Tempo de Crise: o oídio e a filoxera na região Oeste (1850-1890)*, e o clássico de Miriam Halpern Pereira (1971), *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico: Portugal na Segunda Metade do século XIX*, Lisboa: Sá da Costa.

⁶⁹ *Relatório Apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sua Sessão Ordinária de 1874*, p. 39.

⁷⁰ No entanto, é hoje difícil estabelecer uma data precisa para a chegada ao arquipélago deste parasita pois algumas destas pragas eram confundidas umas com as outras. Se há quem fale na sua chegada a São Miguel no início dos anos 80 (A. de Andrade Albuquerque, 1888), e quem revele a sua manifestação no Faial, pelos mesmos anos (J. Nogueira de Freitas, 1890), também existe quem situe a sua chegada ao Pico em 1873. Contudo, seria neste ano de 1887 que «O Agricultor Português» (de 10-1887, p. 247) escreveria que «as notícias da invasão da filoxera nos vinhedos tomavam a cada dia proporções mais alarmantes».

⁷¹ João Nogueira de Freitas (1890), *Relatório da Décima Segunda Região Agronómica*, p. 97, e Jácome de Ornelas Bruges (1915), *A Ilha Terceira...*, p. 75.

⁷² «Relatório dos Serviços Agrícolas da 12.ª Região Agronómica», in *BDGA*, n.º 11 de 1892, pp. 1134-1135; João Nogueira de Freitas (1890), *Relatório...*, pp. 79-80.

A mudança nas castas não podiam deixar de acompanhar estas alterações e o ataque persistente dos agentes fitopatológicos. Na Terceira, as variedades mais abundantes em finais da década de 1880, de acordo com João Nogueira da Freitas, eram o verdelho, a alicante, a malvasia, o já pouco vulgar verdelho roxo, o arinto e a isabela. Para além destas e não contando com a casta isabela, existiam já outras variedades americanas como a *jacquez*, *delaware*, elvira e *black pearl*. De todas elas só verdadeiramente o verdelho e a isabela eram cultivadas em grande quantidade e de forma intensiva, produzindo a maior parte do vinho das ilhas. No entanto, o verdelho, normalmente cultivado como vinha baixa, estava em regressão nos lugares e nas ilhas mais húmidas. Apenas na Graciosa (e também no Pico) o verdelho continuou a ter uma produção relativamente regular, não obstante a presença crescente de castas americanas mais resistentes.

Na Terceira, a sua presença limitou-se à freguesia dos Biscoitos, onde se conseguiu manter através dos tempos e das doenças, graças a um contínuo labor de replantação. Como podemos constatar a casta isabela e outras americanas forneciam já uma produção abundante. Na década de 1880 existia muita plantação de vinhas resistentes em que se enxertara a isabela. Sobretudo na Terceira, a produção de «vinho de cheiro» foi sempre aumentando, depois de ter quase atingido um nível zero na década de 1870.

Em 1886 temos notícias que indiciam a chegada de mais uma doença da vinha: a antracnose⁷³. Nesse ano o agrónomo distrital de Angra escrevia que nas três ilhas, Terceira, Graciosa e São Jorge, tinha aparecido uma moléstia na vinha semelhante ao oídio. Depois da colheita a produção revelar-se-ia mais baixa que a do ano anterior⁷⁴. Em 1891, a antracnose conhecida localmente pelo nome de *gota* ou *alforra* era já, depois do oídio, a doença que maiores prejuízos causava aos viticultores das Ilhas de Baixo, atacando sobretudo as vinhas altas e mais afastadas do litoral, não escapando sequer à sua voragem a casta isabela. Os seus ataques não só comprometiam as colheitas do ano, como ainda deixavam sequelas graves nas varas frutíferas que impediam a planta de produzir novamente no ano seguinte. As comparações entre as destruições passadas do oídio e as que a antracnose agora fazia diziam que os estragos eram em crescendo. No entanto, a entrada do afídio devastador já era esperada e os agrónomos distritais e câmaras municipais das Velas, São Roque e Horta já haviam criado viveiros de cepas americanas para se precaverem contra a sua chegada⁷⁵.

Mesmo sem a manifestação da filoxera, o oídio e a antracnose eram suficientes por si só para destruir, em grande escala, a produção das ilhas de

⁷³ A antracnose era mais um fungo que atacava as vinhas cobrindo os sarmentos, as folhas e os cachos de manchas negras.

⁷⁴ *Boletim dos Serviços Agrícolas*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Novembro de 1886, p. 51.

⁷⁵ *Idem*, *BDGA*, n.º 12, 1892, p. 1230.

São Jorge e Faial, facto que se acentuava nos anos mais húmidos. Em 1891, o agrónomo chefe da 12.^a região agronómica escrevia que nestas pequenas ilhas o oídio era ainda uma doença perigosa: «no concelho de Santa Cruz da Graciosa e no de Velas e da Calheta, de São Jorge, ainda se vêem hoje extensões enormes de vinha que nada produzem devido a este parasita»⁷⁶.

O verdelho, a antiga casta dominante, permanecia a mais atacada. Ela era cada vez mais substituída, na ilha de São Jorge, pelo tarrantez e arinto e na do Pico pela vinha isabela e pela malvasia da Madeira, castas que ofereciam maior resistência ao oídio. Mas a nível do grupo central era a isabela a que mais tinha sido utilizada nas novas plantações, principalmente no Pico, Faial e Terceira, onde a produção deste vinho era já grande. Em 1891, 4/5 da produção do distrito da Horta era constituída por vinho proveniente da casta isabela. Se ela tinha tomado grande desenvolvimento graças à sua produtividade e resistência às criptogâmicas não era, contudo, apreciada nos mercados externos, não conseguindo exportação para fora do arquipélago⁷⁷.

Em 1891, a situação dos viticultores da Terceira era de franco desânimo. Durante o ano não foram feitos quaisquer tratamentos nas vinhas filoxeradas. Aqueles que empregavam o sulfureto de carbono em doses culturais abandonavam esta prática, passando a utilizar as videiras americanas. Para mais, nesse mesmo ano, as copiosas e quase sempre imprevisíveis chuvas de Verão apodreceram grande parte da colheita de uva, tornando muito baixa a qualidade do pouco vinho produzido. Os crescentes ataques da filoxera farão alterar ainda mais o panorama das castas da região. A isabela nem sempre resistia bem ao afídio invasor, o que levava os viticultores a optarem por enxertos com outras castas americanas como a *riparias*, a *rupestris* e o *jacquez*, que se haviam revelado adequadas a quase todo o tipo de solos e garantiam uma maior resistência às doenças da vinha; apenas secundariamente se utilizaram castas europeias. Estava instalada uma confusa diversidade em que as castas americanas se tornaram hegemónicas⁷⁸.

No arquipélago a distribuição das pragas não era totalmente uniforme. Por exemplo, em 1891, ao contrário da Terceira e de São Miguel, no Pico, em São Jorge e, em parte, no Faial a filoxera era ainda desconhecida, sofrendo as vinhas dos ataques do oídio, da antracnose, da erinose e em menor escala da *dermatophora necatrix*⁷⁹. No caso de São Jorge, onde o oídio continuava a fazer grandes

⁷⁶ «Relatório do agrónomo chefe da 12.^a Região Agronómica, sobre serviços agrícolas e filoxéricos no ano de 1891», *BDGA*, n.º 12, 1892, p. 1229.

⁷⁷ «Relatório dos Serviços Agrícolas da 12.^a Região Agronómica», in *BDGA*, n.º 11 de 1892, p. 1137, e «Relatório do agrónomo chefe da 12.^a Região Agronómica, sobre serviços agrícolas e filoxéricos no ano de 1891», *BDGA*, n.º 12, 1892, p. 1229.

⁷⁸ «Relatório dos Serviços Agrícolas da 12.^a Região Agronómica», in *BDGA*, n.º 11 de 1892, pp. 1134-1135.

⁷⁹ «Relatório do agrónomo subalterno da 12.^a Região Agronómica, sobre serviços agrícolas e filoxéricos no ano de 1891», *BDGA*, n.º 12, 1892, p. 1235.

destruições, a filoxera só chegaria anos mais tarde. Seria em 1897, numa visita à ilha realizada pelo agrónomo distrital Sá Viana, que se encontrariam fortes marcas do parasita. Examinando-se as vinhas da Fajã Grande, na Calheta, verificou-se que estas se encontravam já atacadas. Passando ao concelho das Velas encontrou-se a mesma invasão nas vinhas de Amaro Soares de Albergaria, nos Casteletes, e da Viscondessa de São Mateus, nos Terreiros⁸⁰. Esta pequena ilha seria de todos os antigos e principais territórios produtores dos Açores aquele onde as destruições provocadas pelos agentes fotopatológicos foram mais importantes e definitivas.

5. As tentativas de reconversão no arquipélago: os processos de replantação e o crescimento da produção em São Miguel, na Terceira e no Pico

Apesar da necessidade de proceder a todo um enorme e dispendioso esforço de modernização e reconversão produtiva, a vinha e o vinho continuavam a ser uma fonte de riqueza muito lucrativa. A nível do continente a década de 1880 seria particularmente feliz para a viticultura. De 1880 em diante a região francesa, de Bordéus, fortemente atacada pela filoxera, tornou-se grande importadora de vinhos portugueses, espanhóis e mesmo italianos que eram agora destinados a lotar a sua produção em queda. De 1886 a 1889 as exportações portuguesas subiram a níveis excepcionais, aproveitando a gigantesca quebra nas vinhas francesas. Contudo, esta importação não iria durar muitos anos e começaria a decair em 1889-1890. Esta enorme exportação acidental trouxe a ilusão de um crescimento continuado da procura dos produtos portugueses e levou a um importante esforço de plantação e de reconversão das vinhas. Porém, a viticultura francesa recuperou rapidamente, tal como a de outros países mediterrânicos, e a produção portuguesa viu-se a braços com um excesso que não conseguia colocar nos mercados externos. Se bem que as exportações tivessem mantido um crescimento regular, embora pautado por pequenas quebras, não foram capazes de absorver o rápido e contínuo crescimento da produção nacional. Tinha-se aumentado enormemente a área cultivada e as colheitas tomavam proporções crescentes. No entanto, o mercado de consumo quer interno, quer externo, mantinha-se semelhante⁸¹.

Esta conjuntura de forte crescimento dos mercados internacionais fez com que, pelo menos, durante a segunda metade da década de 1880, mesmo nos Açores, a vitivinicultura fosse vista como uma actividade altamente lucrativa e próspera. Os grandes proprietários e lavradores açorianos não deixaram de tentar

⁸⁰ *O Ilhéu* n.º 15 de 20-03-1897.

⁸¹ Veja-se por exemplo Bernardo Camilo Cincinato da Costa (1908), *Produção e Comércio dos Principais Géneros Agrícolas de Portugal*, Lisboa: Tip. A Editora, pp. 18-20.

aproveitar o ciclo, sobretudo numa altura em que a agricultura das principais ilhas se via a braços com problemas nas suas principais produções e exportações: a laranja e os cereais ⁸².

Contudo, alguma recuperação havia começado um pouco mais cedo, através da replantação com castas americanas. Na Ilha de São Miguel, em 1876, já se produzia e vendia nas tabernas, com bom lucro, o «vinho de cheiro». Nesta década e no início da década seguinte esta cultura teve algum desenvolvimento ⁸³. Mesmo assim, em 1877 a Junta Geral de Ponta Delgada, numa conjuntura de progressiva crise económica a que não era alheia a depreciação da laranja, continuava a referir que o oídio tinha tido efeitos devastadores, nunca depois compensados ⁸⁴. As castas europeias haviam sido destruídas pelo terrível fungo, contra o qual mesmo as *enxo-frações* eram impotentes, ou quando muito reiteradas, se tornavam economicamente inviáveis. Em 1880 nas Actas da Junta Geral do distrito de Ponta Delgada pode ler-se que «é sabido que a indústria vinícola esteve totalmente morta neste distrito pelo dilatado espaço de um quarto de século». Não seria por muitos mais anos.

Em São Miguel, na década de 1880, procurar-se-ia, transitoriamente, na vinha americana um dos remédios para a perda dos laranjais. De início, ainda esperançados que os laranjais se habituariam e viveriam com a *lágrima* como haviam vivido com o *cocus besperidum*, os agricultores conservaram as árvores e entre elas plantaram as cepas ⁸⁵. Só à medida que as destruições se acumularam e que os mercados se tornaram cada vez mais difíceis e fechados, confrontados com uma feroz concorrência da produção de citrinos do Sul de Espanha, é que se foram destruindo os pomares e arrancando os abrigos, para desenvolver o plantio da vinha.

Em 1886, perante o inevitável esgotamento da exportação de laranja e face a uma conjuntura exportadora muito favorável ao vinho nacional começaria uma tentativa oficial e institucionalizada de desenvolvimento desta cultura. Acompanhada a tendência de muita da grande agricultura do continente.

A comissão vinícola do Distrito de Ponta Delgada, subsidiada pela Junta Geral, tinha como objectivo estudar os meios de promover a produção do vinho americano. Nos meses seguintes a Agosto de 1886 promoverá a estadia de um técnico francês na Ilha, contratado a pedido pelo cônsul português de Bordéus. O seu trabalho seria o de estudar o aperfeiçoamento da cultura de vinha ameri-

⁸² Para as quebras na produção de laranja e para a ilha de São Miguel veja-se Sacuntala de Miranda (1989) *O Ciclo da Laranja e os "Gentlemen Farmers" da Ilha da São Miguel*, Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.

⁸³ Francisco Maria Supico, «Escavações», n.º 507, *A Persuasão* 2271 de 26/7/1905.

⁸⁴ *Relatório e Consulta que a Junta Geral de Ponta Delgada Dirigiu ao Governo de Sua Majestade em 18 de Dezembro de 1877*, Ponta Delgada: Tip. das Letras Açorianas, p. 10.

⁸⁵ Nomes das duas principais pragas e doenças que atacavam a produção de citrinos nos Açores.

cana e estabelecer um tipo próprio para o vinho da casta isabela, tendo em vista a sua exportação para o mercado francês e para o Brasil. Estabelecida uma adega apropriada no centro da cidade, mobilada e preparada pela Sociedade Agrícola Micaelense e fornecido o vinho voluntariamente pela maior parte dos principais produtores, foram preparadas as primeiras pipas nesse mesmo ano. Um dos objectivos destes esforços seria o de eliminar o gosto *foxy* que caracterizava estes vinhos açorianos e os afastava dos consumidores mais exigentes. Para isso, foi também contactado o químico e enólogo Silva Pinto para quem se remeteram várias amostras. Em 1887 o vinho produzido em São Miguel era já excedentário em relação ao consumo da ilha e a principal saída para o desenvolvimento desta cultura continuava a colocar-se na sua exportação. Apesar das intenções da comissão esta produção nunca chegou a ser exportada em quantidade para França⁸⁶. Pelo contrário, a sua exportação para o Brasil teve mais sucesso. Posteriormente iniciou-se a sua colocação neste mercado sob o nome de vinho *Açor*. Tratava-se de um produto pouco alcoólico e taninoso que se pretendia quase um sumo de uva de fácil digestão.

Em 1887, segundo as palavras do agrónomo António de Andrade Albuquerque, os solos pobres e cascalhentos outrora entregues às culturas dos laranjais, matas e mesmo cereais, encontravam-se agora, na sua quase totalidade, povoados de cepas americanas⁸⁷. O aproveitamento destas áreas tornava a cultura da vinha como uma das mais destacadas da ilha, mesmo que para António de Andrade Albuquerque as grandes produções se centrassem ainda nos cereais, nos legumes e nos tubérculos, tudo culturas que não necessitavam de grandes amanhos nem adubações, para além da tradicional sideração, e que contavam com solos ubérrimos.

Se bem que se tentasse investir no desenvolvimento da viticultura, a situação desta actividade estava longe de ser perfeita. Na segunda metade da década de 1880, os escassos cuidados postos no seu cultivo, que eram o prolongamento das fracas práticas culturais tradicionais, permaneciam e associavam-se aos primeiros ataques de várias novas doenças. Mesmo tratando-se esmagadoramente de campos de vinha isabela, resistentes ao oídio que dizimara as antigas castas europeias, a verdade é que elas se achavam agora invadidas por outros fungos e parasitas. A antracnose, a podridão das raízes, a conchenilha e, apenas mais recentemente, a filoxera atacavam as vinhas enfraquecidas pela falta de estrumações e de amanhos convenientes, levando à miséria as povoações vinhateiras do litoral.

⁸⁶ Gabriel d' Almeida (1887), *A Vinha – Notas Vitícolas e Vinícolas*, Ponta Delgada: Tip. Imparcial, pp. 6-9.

⁸⁷ Sobre esta descrição da situação da cultura da vinha em São Miguel, cf. António de Andrade Albuquerque, «A vinha e a filoxera na ilha de São Miguel», *Agricultura Contemporânea*, Revista Mensal Agrícola e Agronómica, tomo II, 1887-1888, pp. 163-165 e 247-248 e Francisco Maria Supico, «Escalações», n.º 507-511, *A Persuasão* 2270-2274 de 19/7/1905, 26/7/1905, 2/8/1905, 9/8/1905, 16/08/1905.

O morgado dr. José Pereira Botelho, homem ligado à agricultura e à grande propriedade, foi um dos primeiros a desenvolver nas suas terras da Lagoa, o cultivo da resistente casta isabela, tornando-se um dos maiores produtores locais de «vinho de cheiro». Tendo tentado acompanhar este esforço com a adopção de providências eficazes contra a filoxera, as suas tentativas não seriam bem sucedidas a médio prazo. A filoxera e as outras pragas invadiriam os seus vinhedos⁸⁸. Se no início a casta americana isabela se expandia e parecia imparável, sendo igualmente mais resistente às pragas que as europeias, com a chegada da filoxera, em finais de 1887, a situação em São Miguel iria alterar-se, e, mesmo esta casta começou a ser atacada pelo implacável afídio⁸⁹.

Em 1888, procurando corresponder ao exemplo das iniciativas dos seus vizinhos micalenses, os viticultores e vinicultores da Terceira criaram uma associação, sob a protecção das autoridades e da sociedade agrícola do distrito, para tentar promover o vinho americano produzido localmente⁹⁰. Uma comissão chefiada por José Inácio de Almeida Monjardino, tendo como secretário José Maria Leite Pacheco, intendente de pecuária do distrito, foi encarregue de preparar uma vasta reunião de viticultores e vinicultores. Os outros membros desta comissão preparatória eram o Barão do Ramalho, o visconde de N. Sra das Mercês, Emídio Lino da Silva, José Luís de Sequeira, Bento José de Matos Abreu, dr. José Augusto Nogueira Sampaio, Francisco José Gabriel, e Duarte Patten de Sá Viana, chefe da 12.^a região agronómica.

Na acta da sessão preparatória de 18 de Junho de 1888 afirmava-se com optimismo que a vinha isabela se estava cultivando em grande escala na Terceira, produzindo copiosamente. Para pontos de discussão entre os presentes levantaram-se as seguintes questões que nos dão hoje uma imagem do que estava em causa e dos problemas com que se debatia esta cultura:

- 1) como fixar um tipo específico ao vinho resultante destas cepas, não só para consumo interno no país, mas como forma de o tornar conhecido e acreditado no estrangeiro;
- 2) o que fazer para conseguir concorrer com os vinhos continentais da Bairrada, de Torres, e da Ericeira que vieram inundar o mercado local e que os consumidores preferiam, por serem talvez mais alcoólicos;

⁸⁸ José Pereira Botelho, um dos mais destacados *gentlemen farmers* da ilha de São Miguel seria igualmente um dos introdutores e mais pertinazes cultivadores de ananás da Ilha. Manuel Emídio da Silva (1893), *São Miguel em 1893*, Ponta Delgada: Biblioteca da Autonomia dos Açores, p. 34; ver também António Augusto Riley da Mota (1954), «O Dr. Botelho e o seu Tempo», separata do vol. X, 1.º semestre, da revista *Insulana*, Ponta Delgada, p. 128.

⁸⁹ Francisco Maria Supico, «Escavações», n.º 507-511, *A Persuasão* 2270-2274 de 19/7/1905, 26/7/1905, 2/8/1905, 9/8/1905, 16/08/1905.

⁹⁰ *Livro das Actas das Sessões dos Viticultores e Vinicultores desta Ilha Terceira, no sentido de se estudar os meios de tirar o maior proveito possível da cultura da vinha Isabel, e do vinho que ela produz, 1888*. BPAAH, fundo do Governo Civil em organização.

- 3) como conseguir criar métodos de fabrico que dessem origem a tipos diferentes de vinho;
- 4) ponderar a eventual criação de uma companhia para exportar os vinhos, por exemplo para o Brasil, e que pouco a pouco fosse escoando a sua melhor produção;
- 5) como criar a partir desta companhia uma marca que zelasse pela qualidade do vinho exportado;
- 6) para a constituir, discutir se se deveria começar por estudar os estatutos da companhia formada no Porto debaixo no nome Liga dos Lavradores do Douro para se aproveitar dos mesmos o que melhor convier;
- 7) ponderar o estudo do decreto de 1886 que cria os sindicatos para a defesa ou tratamento das vinhas filoxeradas;
- 8) tendo-se manifestado a existência da filoxera defende-se que seria conveniente e prudente organizar uma cruzada cientificamente organizada para a debelar.

Depois de algum debate chegar-se-ia à conclusão que, apesar de idêntica casta e de regras gerais de fabrico, o vinho alcançado dificilmente conseguiria formar um tipo comum, dadas «as grandes desigualdades dos terrenos e de outras causas». Era o primeiro escolho. Por outro lado, para tal fim seria necessário constituir uma adegas central devidamente equipada para o analisar e lotar sem dúvida, um equipamento caro. Ora a produção era ainda pequena e a existência de um mercado que absorvesse os vinhos não estava garantida, apesar da hipótese do Brasil (que pretendia aproveitar as vantagens do tráfego marítimo, da numerosa comunidade portuguesa, retomando uma exportação que fora importante até à crise do oídio).

Na acta da segunda sessão da comissão preparatória, de 21 de Junho de 1888, o agrónomo Sá Viana adiantava que se se fez largo uso de vinhos importados, foi porque os proprietários vinhateiros locais exigiram preços demasiado altos para o consumidor, adiantando que seria necessário reduzi-los e avisar desde já importadores e comerciantes deste facto. Esta proposta seria aceite pela assembleia, mas ninguém se lembrou de referir que os custos da produção local eram elevados. Depois de vasta discussão chegar-se-ia à conclusão que para tornar o vinho terceirense um só tipo característico seria necessário lotá-lo. Todas as outras opções eram inviáveis e não havia meios, como em São Miguel, para chamar enólogos. Ou seja, seria necessário recorrer a uma técnica que dava, normalmente, bons resultados apenas em vinhos de pasto de qualidade sofrível. Decidiu-se então que cada vinicultor devia preparar o seu vinho como melhor lhe aprouvesse. Era uma maneira de ultrapassar o problema esquecendo-o.

Contudo, Sá Viana parecia mais incomodado com outro assunto. Referiu a necessidade de combater a filoxera e adiantou que a não se tomarem as devidas

medidas, podia bem suceder que num prazo de 5 a 6 anos, o parasita tivesse já aniquilado quase todas as vinhas da ilha. Para o obviar lembrou a possibilidade de se formar uma sociedade de agricultores para combater a praga, aproveitando a legislação favorável.

Na reunião geral de 25 de Junho estiveram presentes quer as autoridades dos dois concelhos e do distrito, quer boa parte dos grandes viticultores e vinicultores da ilha, muitos simultaneamente os seus maiores proprietários⁹¹. Seria eleita uma nova comissão para tratar da criação do sindicato de agricultores. Dela fariam parte todos os membros da antiga comissão, sendo apenas agregado o Conde de Sieuve de Menezes. Faltam-nos actas completas para saber que fim exacto tiveram estes esforços. Mas observando a imprensa local, parece-nos que o assunto viria a morrer depressa. Não tinha passado de um excesso de boa vontade e de voluntarismo que dificilmente poderia vingar num meio tão pequeno e sem os necessários vastos recursos associados a uma reconversão vitivinícola⁹². Esta viria mais tarde, através da replantação e do esforço constante de alguns lavradores, como Francisco Maria Brum, nos Biscoitos.

Em São Miguel, nesse mesmo ano de 1888, os vinhedos maioritariamente compostos da casta isabela continuavam a ocupar os solos mais pobres, a sofrer com amanhos fracos e pouco adequados, tendo ainda como inimigo o clima húmido e temperado que fazia desenvolver com uma violência particular os fungos e parasitas. Para mais em 1888, um ano depois de noticiada a sua chegada, e apesar de ainda se registarem elevadas produções por hectare (35 pipas por ha), a filoxera começava a invadir com uma rapidez inaudita a zona vinícola de São Miguel⁹³. De cerca de 3562 hectares plantados, 380 estavam já totalmente invadidos, e o parasita atacava quer as castas europeias – que sucumbiam rapida-

⁹¹ Pedro de Menezes Parreira, Conde de Sieuve de Menezes, Francisco de Sieuve de Menezes, Vital de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos, Joaquim da Costa Franco, José Borges Leal Corte Real, Francisco Corvelo Machado, Raimundo Martins Pamplona Júnior, Francisco de Paula do Rego Camelo Borges, João Carlos da Silva, João Correia Maduro, Luís Jacinto Pacheco, João Hermeto Coelho de Amarante, Francisco de Azevedo Cabral, José Gonçalves de Melo, Manuel Joaquim dos Reis, Joaquim José de Castro, José Inácio de Almeida Monjardino, Luís Maria de Brito Bettencourt, António de Almeida, João Homem de Menezes, Barão do Ramalho, Visconde de N. Sra das Mercês, Emídio Lino da Silva, José Luís de Sequeira, Bento José de Matos Abreu, dr. José Augusto Nogueira Sampaio, além de representantes da diocese e de José Maria Leite Pacheco, intendente de pecuária, e Duarte Patten de Sá Viana, chefe da região agronómica.

⁹² Infelizmente só existem 3 actas, duas das sessões preparatórias (18 e 21 de Junho) e uma da primeira reunião geral (25 de Junho).

⁹³ Segundo António de Andrade Albuquerque era comum afirmar-se que este parasita chegou a São Miguel em cepas importadas do continente pelo reverendo prior da Matriz de Ponta Delgada, e que foram plantadas na freguesia da Fajã de Baixo no início da década de 1880. Em relação à Terceira afirmava-se, igualmente, que a filoxera havia chegado do continente em cepas importadas pelo bispo da diocese. Mas, sem se conhecerem de facto os seus introduutores, a verdade, acrescenta, é que pouco ou nenhum cuidado houve, por parte das autoridades que deveriam fazer o controle fito-sanitário, para evitar o contágio das ilhas, «A vinha e a filoxera em São Miguel...», p. 247.

mente – quer as americanas, embora com menos intensidade. De facto a situação era complicada, já que dois dos principais métodos utilizados no combate à filoxera, a submersão e o tratamento pelo sulfureto de carbono, viam-se dificultadas pelas características do relevo e pela porosidade dos solos. Por outro lado, muitos dos vinhedos eram parcelas de 1/2 alqueire (7 ares) pertença de pobres camponeses e rendeiros pouco dados a inovações agronómicas, e que ainda desconfiavam das inspecções dos serviços, tidas como avaliações disfarçadas das propriedades com potenciais fins fiscais. António de Andrade Albuquerque punha aqui uma suspeita de acção política e afirmava que em alguns casos a desconfiança se mostrou tão grande que as lupas dos agrónomos eram suspeitas de conterem um veneno para «evitar que o bom vinho produzido pela nossa isabela não fosse concorrer com as zurrapas do continente», concluía o autor com ironia ⁹⁴. Para este agrónomo, as únicas e mais seguras soluções para manter viável um ramo da agricultura que tanto proveito rendia seriam quer o uso de sulfureto de carbono dissolvido em água nas poucas áreas de solos profundos, quer o repovoamento com as cepas americanas resistentes e mais produtivas, quer ainda o melhoramento e a maior exigência nos cuidados dispensados a esta cultura. E de facto, para ele, se estes factores fossem despoletados a vinha teria um futuro feliz no arquipélago. Contudo, todo este conjunto de novas técnicas e de novos produtos químicos exigia capitais e iria sempre encarecer o preço final. Integrados dentro de um mercado internacional extremamente concorrencial, onde novas e importantes áreas produtoras estavam a surgir, estes vinhos açorianos não tinham um futuro fácil à sua frente, fora das portas do estreito mercado interno.

Apesar dos esforços, os resultados da nova exportação do mais rico torrão do arquipélago não se mostraram à altura das expectativas. Os primeiros ataques da filoxera a partir de 1887-1888 puseram também em causa a continuação destas tentativas de melhoramento dos vinhos micalenses. Se em 1888 a filoxera apenas atacava parte da área cultivada, em 1891 o agrónomo dos serviços agrícolas de Ponta Delgada escrevia no seu relatório que quase todos os vinhedos da sua circunscrição se achavam já infectados, à excepção dos poucos hectares existentes sobre areias na Ilha de Santa Maria. Apesar de tudo, o repovoamento continuava a ser feito com cepas americanas, principalmente com as riparias, *rupprestris* e *jacquez*, enxertando-as com as castas europeias. Alguns viticultores ainda utilizavam adubos químicos nos seus vinhedos, mas o baixo preço do vinho já não permitia tais cuidados ⁹⁵.

Em todo o processo de reconversão houve sempre algum voluntarismo e excesso de confiança. Num outro relatório datado do mesmo ano de 1891, o citado agrónomo achava a qualidade do vinho produzido tão má que nem sequer se prestava a adulterações necessárias para o rectificar, acrescentando que não

⁹⁴ «A vinha e a filoxera em São Miguel»..., p. 248.

⁹⁵ «Relatório dos Serviços Agrícolas da 11.ª Região Agronómica», in *BDGA*, n.º 11 de 1892, p. 1131.

eram necessárias quaisquer medidas para garantir a sua genuinidade. Os ensaios de exportação do vinho micalense tinham sido até então mal sucedidos, dada a sua fraca qualidade. Quase todos os produtores e agentes económicos já haviam desistido da sua exportação e a comissão vinícola tentava agora substituir a cultura da isabela por castas europeias resistentes que, enxertadas em castas americanas igualmente resistentes, pudessem garantir algum futuro à viticultura local ⁹⁶.

Os problemas da vitivinicultura açoriana na segunda metade do século XIX não se ficavam pelo ataque de fungos e insectos. Tal como fica claro pelos debates e tentativas de reconversão e criação de um tipo único de vinho, os próprios processos de vinificação eram ainda demasiado tradicionais e artesanais, não estando a acompanhar a verdadeira revolução que o século XIX trouxe a esta produção. Na década de 1880 o vinho da Graciosa era quase todo ele exportado para a Terceira, onde grande parte era consumido ainda em mosto, bastante turvo. Até estes anos nunca se procurou encontrar processos de vinificação adequados, a fim de melhorar a sua qualidade potencial. O vinho do Pico era, deste lote, o mais considerado, quer pela maior força alcoólica, quer pelo fabrico mais aperfeiçoado e pela lotação mais cuidada das castas ⁹⁷. Mesmo assim, em 1891, quando no Pico e no Faial a produção de vinho da casta isabela prosperava, o agrónomo responsável desconfiava deste entusiasmo. Apesar da aceitação local deste vinho pelos consumidores açorianos, a casta isabela não produzia um vinho aceitável para os mercados externos. Para mais, o vinho destas ilhas era mal confeccionado e não se regia por métodos modernos e uniformes de fabrico. A vinha isabela era uma boa solução se pensada apenas para o mercado regional. Todo o movimento de replantação que vivificou os mistérios e biscoitos do Pico depois das grandes destruições do oídio havia sido feito através do seu plantio continuado ⁹⁸. Ela estava agora estreitamente ligada à esfera da produção das explorações açorianas.

Em 1892 os dados oficiais atribuíam ao distrito de Ponta Delgada uma área de apenas 106 hectares de vinha europeia, contra 3.926 de vinha americana ⁹⁹. Como escreveria na época um comentador micalense, mesmo assim muito optimista em relação à qualidade das castas americanas: a casta isabela, muito exigente e nada recomendada, só depois de muito modificada pelo clima é que chegava a produzir um vinho capaz de ser consumido na ilha, e, na estação calmosa, de ser exportado para o Brasil. A fabricação de um vinho a partir destas castas foi, pois, até à sua exportação para o Brasil sobre a designação de Açor,

⁹⁶ «Relatório do agrónomo chefe da 11.^a Região Agronómica, sobre serviços agrícolas e filoxéricos no ano de 1891», *BDGA*, n.º 12, 1892, p. 1220

⁹⁷ João Nogueira de Freitas (1890), *Relatório...*, pp. 62-64.

⁹⁸ «Relatório do agrónomo subalterno da 12.^a Região Agronómica, sobre serviços agrícolas e filoxéricos no ano de 1891», *BDGA*, n.º 12, 1892, pp. 1236-1237.

⁹⁹ *Anuário Estatístico de 1892*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 282. Infelizmente os dados dos outros distritos são pouco consistentes e não permitem uma leitura correcta.

apoiado numa campanha de promoção e propaganda. Mas o seu comércio não se manteria por mais de uma década, acabando por se extinguir por completo ¹⁰⁰. Infelizmente não temos números para esta exportação. Porém, apesar de todo o entusiasmo e de todo o esforço, ela parece-nos ter sido sempre relativamente residual na economia da ilha.

Apesar das tentativas para debelar a praga, os ataques da filoxera em São Miguel foram profundos. Nos Açores, em 1892, a área das vinhas filoxeradas concentrava-se no distrito de Ponta Delgada, atingindo o elevado número de 4994 hectares. A área infectada nos outros dois distritos açorianos era consideravelmente menor: 18 ha em Angra e apenas 1 na Horta, de acordo com os números oficiais ¹⁰¹. Em 1893, um conhecido jornalista lisboeta, Manuel Emídio da Silva, registava em viagem aos Açores que mesmo a produção de «vinho de cheiro» se achava muito reduzida, em virtude do ataque do terrível parasita ¹⁰². Perante as dificuldades e os elevados dispêndios que passou a exigir a cultura da vinha, a agricultura micaelense virou-se para a produção de ananás para exportação e para a produção de batata doce para destilação de álcool industrial nas fábricas locais.

Passados poucos anos, em 1894, a acção da filoxera já havia devastado as maiores ilhas do arquipélago. No distrito de Angra, fruto em grande parte dos ataques do oídio e da antracnose, a isabela e o resistente verdelho branco eram as únicas castas que se cultivavam com destino à vinificação. Mesmo assim, muitas vezes, elas tinham que ser enxertadas a cavalo em plantas de outras castas americanas mais resistentes à filoxera, como a *rupestris* ou a *riparias* ¹⁰³.

As tentativas de reconversão não se ficaram pelas ilhas de maior dimensão. Em São Jorge os grandes proprietários de vinhedos também tentaram recuperar esta cultura. A receita foi a usual e já experimentada: apostaram nas castas americanas, sem contudo esquecer parte das castas originais mais apreciadas. O barão do Ribeiro, Amaro Soares de Albergaria, o morgado Miguel Teixeira Soares de Sousa, José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa Júnior e D.^a Marta Joaquina Pereira da Silveira e Sousa, os principais proprietários, foram tentando recriar a cultura da vinha. Os resultados serão escassos, apesar de algumas boas colheitas de «vinho de cheiro» em anos ocasionais. A ilha era muito húmida e os novos custos de produção associados ao combate das pragas incomportáveis ¹⁰⁴. A filoxera faria aqui a sua aparição em 1897. Poucos anos mais tarde, em Março de 1901, João Caetano de Lacerda escrevia numa carta a seu filho Francisco, que havia ido à «Fajã podar uns bacelos de vinha temantez que ainda não foram devorados pela filoxera.

¹⁰⁰ Carlos Alberto Medeiros (1994), «Contribuição para o estudo da Vinha e do Vinho nos Açores», p. 215 e também Gabriel d' Almeida (1887), *A Vinha – Notas Vitícolas e Vinícolas*, pp. 6-9.

¹⁰¹ *Anuário Estatístico de Portugal para 1892*, Lisboa: Imprensa Nacional, p. 284.

¹⁰² Manuel Emídio da Silva (1893), *São Miguel em 1893*, p. 38.

¹⁰³ *BDGA*, n.º 12, 1894, pp. 1054-1056.

¹⁰⁴ João Duarte de Sousa, (1897), *Ilha de São Jorge...*, pp. 114-116, e José Cândido da Silveira Avellar (1902) *Ilha de São Jorge (Açores)...*, p. 150.

Quanto à vinha de cheiro essa foi-se de vez»¹⁰⁵. A chegada da filoxera parece ter vindo destruir o que o oídio poupava ou o que tinha sido plantado posteriormente nas zonas de *biscoito* da ilha.

Ao contrário de ilhas como a Graciosa ou o Pico onde, não obstante o grande impacto do oídio e da filoxera, esta cultura conseguiu recuperar e manter uma razoável prosperidade, a situação vinícola de São Jorge ficará irremediavelmente afectada. Em 1890, o Pico e a Graciosa ainda têm uma pequena produção regular de verdeho e exportam «vinho de cheiro» para outras ilhas do arquipélago, enquanto em São Jorge a situação, apesar de várias oscilações, nunca se recomporá. Posteriormente a 1890 esta tendência não será alterada¹⁰⁶.

Debatendo-se contra o feroz ataque dos agentes fitopatológicos, com um clima e uma orografia pouco favoráveis, formas de plantio e práticas culturais demasiado tradicionais, o rendimento por hectare das vinhas do arquipélago não podia deixar de se manifestar escasso, quando comparado com outras regiões produtoras. Segundo dados da Comissão de Estatística Vinícola e Vitícola¹⁰⁷, baseados na análise da colheita de 1893, o rendimento em vinho por hectare de superfície cultivada era mais baixo nos Açores que no resto do país, como aliás o demonstra o quadro seguinte. Se a média nacional do rendimento rondava os 18,6 hectolitros por ha, nas ilhas esta baixava para uns modestos 13,4¹⁰⁸.

QUADRO 4
Rendimento em Hectolitros de Vinho por Hectare de Superfície Cultivada
nos Distritos dos Açores (1893)

Distritos	Rendimento em hectolitros
Angra	14,0
Horta	5,3
Ponta Delgada	21,0
Média regional	13,43

Fonte: Bernardo Camilo Cincinato da Costa (1900), «Les vignobles et les vins», in B. C. Cincinato da Costa e D. Luís de Castro, *Le Portugal du Point de Vue Agricole*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 338.

Novos dados, publicados cerca de 10 anos mais tarde, em 1903, pela comissão nacional de estatística vitícola e vinícola darão um rendimento médio da

¹⁰⁵ João Caetano de Sousa e Lacerda (1988), *Cartas a Francisco de Lacerda*, p. 63.

¹⁰⁶ João Nogueira de Freitas (1890), *Relatório da 12.ª Região Agronómica...*, pp. 61 e 64.

¹⁰⁷ Comissão constituída por Paulo de Morais, Alfredo de Vilanova Vasconcelos Correia de Barros, Manuel Rodrigues Gondim, Ramiro Larcher Marçal e Joaquim Gomes de Sousa Belford.

¹⁰⁸ Bernardo Camilo Cincinato da Costa (1900), «Les vignobles et les vins», in B. C. Cincinato da Costa e D. Luís de Castro, *Le Portugal du Point de Vue Agricole*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 338.

produção ainda mais afastado dos números registados em Portugal continental. Se a média era aqui de 19,84 hectolitros por ha, no distrito de Angra esta não passava dos 12,72, descendo no da Horta a 7,45 para atingir o mínimo nacional em Ponta Delgada onde este rendimento apenas alcançava os 2,07 hectolitros por hectare ¹⁰⁹. Se estas cifras reflectem diferentes formas de cultivo da vinha – como nos fazem supor os números apontados para as cepas por hectare –, más práticas culturais, anos de más colheitas, ou as consequências diferidas da filoxera e de outras pragas, são hipóteses que apenas estudos mais aprofundados a nível regional poderão responder definitivamente. De qualquer forma, a viticultura insular não dispunha de margem de manobra para competir com as regiões mais avançadas nesta produção.

Porém, o panorama, não era totalmente negro. Apesar das pragas, o cultivo da vinha avançou e teve alguma recuperação, muito ajudada pela presença do pequeno mercado interno do arquipélago. Em 1903 o distrito de Ponta Delgada liderava a área cultivada com 4034 hectares, seguindo o da Horta com 3022; bem mais atrás ficava o de Angra com apenas 809 hectares de vinhas. Eram números bem superiores aos de 1885 e que traduzem algum sucesso no processo de replantação e reconversão ¹¹⁰.

Nos principais territórios produtores as castas americanas tinham vindo para ficar, assim como a extensa panóplia de doenças e fungos. A isabela continuou a ser largamente enxertada. A sua resistência, produtividade e adaptação ao climas insular valeram-lhe uma preponderância crescente. O repovoamento com castas americanas foi sendo feito, um pouco por todas as ilhas, à medida que a fraca resistência das castas europeias as ia consumindo exangues. Mas tal não foi suficiente para garantir qualquer fluxo continuado de exportação de vinho. Apenas se alterou a produção e o vinho regional passou a ser, quase esmagadoramente, o denominado «vinho de cheiro», ao qual o paladar das populações e a mão do agricultor se foram habituando. As ilhas não tornarão a produzir um vinho aceitável para os padrões estrangeiros e continentais e as pipas açorianas, cheias do vinho ácido e forte da isabela, ficaram restritas a um estreito mercado de consumo local, tanto mais pequeno, quanto a produção para autoconsumo era elevada e o vinho, produzido em quase todas as ilhas, não permitia nem uma especialização dos territórios insulares, nem fluxos de interdependência entre eles. As ilhas,

¹⁰⁹ «Produção e comércio dos vinhos portugueses: algumas notas e dados estatísticos», *Boletim de Estatística e Informação Agrícola* (1928), ano II, n.º 3, p. 10.

¹¹⁰ O *Anuário Estatístico de 1885* apresenta dados que não sendo inteiramente fíaveis podem servir para apontar tendências e apresentar algumas primeiras ordens de grandeza. Em 1882 a área vinícola do distrito de Angra era de 346, 9 hectares, o distrito da Horta tinha 1738,8, ficando os dados para São Miguel, no diferente ano de 1885, muito mais acima, 3484 hectares. Em todos os casos números bem inferiores aos de 1903. Ver *Anuário Estatístico de Portugal ano de 1885*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1887, pp. 364-365.

demasiado parecidas entre si, continuavam a produzir para si próprias: um mercado regional mais integrado e interdependente permaneceu uma miragem.

6. Conclusão

Na segunda metade do século XIX a cultura da vinha era, provavelmente, aquela que garantia um maior rendimento líquido ao agricultor. No entanto, era também das mais exigentes e intensivas e assim permaneceu durante largos anos. De uma vitivinicultura tradicional, empírica e rotineira muitas regiões da Europa orientaram-se para uma produção em grande escala, baseada em princípios agrónómicos e científicos. Estes implicavam quer uma nova organização do plantio e das explorações, quer a utilização de adubos artificiais e de fito-sanitários que implicavam sempre custos acrescidos para o agricultor. Enquanto que no continente as vinhas plantadas sem ordem, em terrenos declivosos e difíceis foram sendo substituídas pela replantação em terrenos baixos, feita por alinhamentos, com uma disposição rugosa no terreno, nos Açores as coisas correram de outra forma. Aqui, as áreas de *biscoito* não permitiam esta linearidade geométrica, a utilização de máquinas, de estrumes ou de adubos que poderiam aumentar o rendimento por hectare. A reconversão do sector vinícola exigia explorações de razoável dimensão, modernizadas e com capitais abundantes, capazes de fazer face aos elevados custos de replantação e aos novos cuidados e produtos que o combate às pragas agora exigia. Se a plantação das vides pôde continuar no continente e até se desenvolver bastante no final do século, vindo a ocupar de forma crescente os terrenos mais baixos, nos Açores este tipo de reconversão era impraticável. As novas técnicas vitícolas não estavam ao alcance do pequeno proprietário que continuou a apostar nas técnicas tradicionais (mais económicas mas menos remuneradoras) de cultivo e preparação do vinho que passavam de geração em geração. No arquipélago, mesmo os casos de sucesso foram alcançados através de uma recorrente e teimosa replantação tradicional com castas americanas e não do aumento da produção em grande escala ou da utilização massiva das novas técnicas e produtos fito-sanitários.

Como escreve Maria Carlos Radich o oídio, a filoxera e o míldio formam a trindade patológica que, sequencialmente, mais alterações teve nos vinhedos nacionais¹¹¹. Nos Açores qualquer uma destas doenças foi ajudada pelas condições meteorológicas, pelas formas de cultivo e pela configuração ecológica das áreas de *biscoito*, que não só ajudavam à propagação das doenças, como dificultavam as hipóteses de se proceder ao seu combate e reconversão de forma rentável. O clima do arquipélago favorecia o aparecimento e propagação de

¹¹¹ Maria Carlos Radich (1996), *Agronomia no Portugal Oitocentista: uma discreta desordem*, Lisboa: Celta, pp. 37 e 41.

fungos como o oídio, a antracnose, a erinose, a clorose e a podridão das raízes, necessitando alguns deles de constantes cargas de enxofre e de sulfato de cobre para o seu combate ¹¹². Qualquer uma destas pragas era aqui mais difícil de debelar que noutras regiões de clima mais mediterrânico. Enxofar, enxofar bem e a tempo e horas não era tarefa fácil nem barata, para mais quando se produzia um vinho de inferior qualidade. Com efeito, esta técnica nunca ganhou grande amplitude nas ilhas do distrito de Angra e não terá sido, apenas, por desleixo ou incúria. Enxofar numa região onde os aguaceiros eram uma constante era um pesadelo acordado para os viticultores, obrigados a repetir várias vezes as operações para que estas pudessem ter algum sucesso. Para produzir um vinho de fraca qualidade e com um mercado reduzido estes seriam gastos compensadores? A nosso ver tudo indica que não.

Para avaliar por que é que a vinha não retomou o relativo destaque que havia manifestado na agricultura do arquipélago até à chegada do oídio, não basta invocar o arcaísmo ou a falta de inovação, é sobretudo necessário pensar nos constrangimentos provocados pelas condições meteorológicas, pelos contextos ecológicos das áreas de vinha, pela orografia, pela inserção periférica do arquipélago, pelas dificuldades e preços dos transportes, pela estreiteza e fraca integração do mercado regional, e pelas condições de conjuntura dos mercados externos. Pensar se, dada a fraca qualidade do vinho produzido, os elevados custos de repovoamento e o acréscimo de despesas com os cuidados culturais eram compensadores é central para perceber os constrangimentos que se colocaram às exportações açorianas, ainda para mais numa conjuntura internacional desfavorável, com os preços do vinho relativamente baixos e uma elevada concorrência entre as diferentes regiões produtoras do continente europeu ¹¹³.

A nosso ver a replantação e a resposta ao ataque das pragas teve efeitos positivos no arquipélago, à excepção da ilha de São Jorge que se especializou de forma crescente no sector pecuário. A Terceira conseguiu equilibrar-se e aumentar a produção local, a Graciosa depois da violenta quebra causada pelo oídio recuperou rapidamente, o mesmo acontecendo, em mais dilatado período temporal, na ilha do Pico. A mais vasta e próspera São Miguel conseguiu um salto significativo e passou a auto-abastecer a sua laboriosa população em vinho ¹¹⁴. No entanto,

¹¹² Cf. «Relatório do agrónomo subalterno da 12.^a Região Agronómica, sobre serviços agrícolas e filoxéricos no ano de 1891», *BDGA*, n.º 12, 1892, pp. 1230-1231.

¹¹³ A localização e os tipos de produções agrícolas hoje dominantes não têm que ver necessariamente com vocações naturais de regiões particularmente especializadas nesta ou naquela produção por critérios meramente biofísicos. Igualmente importante, na determinação do que se cultiva são as transformações nos mercados que absorvem a produção, as transformações no sistema social, na estrutura das explorações agrícolas e nas técnicas disponíveis.

¹¹⁴ Para os vinhedos do Pico cf. «Relatório do agrónomo subalterno da 12.^a Região Agronómica, sobre serviços agrícolas e filoxéricos no ano de 1891», *BDGA*, n.º 12, 1892, pp. 1231-1239.

ao dizermos que houve mudanças, investimento e algum crescimento não estamos a tentar dizer que foram realizadas todas as acções necessárias para desenvolver as ilhas, ficando os fracos resultados alcançados quase que fruto de uma invencível fatalidade. O que queremos vincar é que a realidade era bem mais complexa e que os factores de atraso têm que ser procurados noutras áreas, associando igualmente novos problemas. Ao mesmo tempo, este esforço é impossível sem se procurar avançar na quantificação das produções e das actividades vizinhas, sem tentar entender a racionalidade por detrás da actuação dos agentes económicos e sem se perceber o novo papel que as instituições estatais iam tomando no incremento das actividades produtivas, e no sector do vinho em particular. Depois de anos de uma interpretação que nos dava uma imagem de grandes permanências e arcaísmos, convém não cair num revisionismo contrário que apenas encontra mudanças e progressos, ou identifica contínuos obstáculos, aparentemente inultrapassáveis. Muito trabalho há ainda a fazer para o mais profundo conhecimento da história rural dos Açores.

A superfície cultivada aumentou e, ao longo de mais de 50 anos, o arquipélago foi capaz de ir recuperando, mesmo que parcialmente, as destruições que o oídio e as pragas seguintes provocaram quer nas castas europeias, quer depois nas americanas. Por exemplo, nas últimas décadas do século XIX as principais zonas vinícolas terceirenses localizavam-se nos Biscoitos, Porto Martim, São Mateus e São Bartolomeu. Mas apenas em São Mateus ocupavam terras lavradas de melhor qualidade, ficando nos outros lugares confinadas aos pequenos currais dos terrenos pedregosos de *biscoito*. Era não só a permanência da tradição mas a melhor forma de aproveitar, com uma cultura rentável, áreas agrícolas de produtividade marginal. Em 1915, Ornelas Bruges referia que o verdelho se espalhava pelas zonas dos Biscoitos e Porto Martim, enquanto que a casta isabela ocupava as terras de São Mateus e São Bartolomeu. Esta última casta, apesar de produzir um vinho de pior qualidade era maioritária. Contudo, Jácome de Ornelas Bruges alertava os agricultores terceirenses para as dificuldades de escoamento da produção de vinho – restrita ao pequeno mercado insular – referindo que esta cultura se devia cingir aos terrenos de *biscoitos*, devendo-se caminhar progressivamente para o cultivo maioritário de castas europeias, capazes de produzir melhores vinhos¹¹⁵. No entanto, a produção de verdelho era bastante mais cara que a das castas americanas, que não necessitavam de constantes cuidados para resistir aos ataques do míldio e do oídio, registando, igualmente, colheitas muito superiores.

Segundo Ornelas Bruges, o fabrico do vinho também continuava a não ser realizado dentro dos moldes mais correctos. Entregue a muitos pequenos produtores, cada um apresentava um vinho diferente do seu vizinho, dificultando a

¹¹⁵ Jácome de Ornelas Bruges (1915), *A Ilha Terceira...*, pp. 74-75.

criação de um tipo regional definido, capaz de concorrer nos mercados exteriores. Contudo, nas primeiras décadas do século XX a trituração mecânica era já a mais comum. Além de mais rápida era mais económica que a feita a pés ou à força de braços, adequando-se também melhor às muito pequenas produções dos agricultores locais ¹¹⁶.

Estas críticas eram semelhantes às que, poucas décadas mais tarde, se fizeram em relação ao Pico. Em 1932, um relatório oficial sobre a agricultura desta ilha dizia que aqui a produção de vinho oscilava entre as 1000 e 1500 pipas, sendo quase todo ele composto por «vinho de cheiro». A produção de verdeelho reduzia-se a uma quantidade insignificante. Apesar deste vinho, quando bem preparado, se confundir facilmente com o Madeira, e poder ter uma venda assegurada e um preço superior ao do «vinho de cheiro» a realidade não se havia alterado muito. A casta isabela produzia quatro vezes mais sem qualquer outro tratamento que não fosse a poda e duas redras. O seu vinho, se bem que fosse de uma qualidade duvidosa, tinha consumidores em número suficiente para escoar a produção, sendo capaz de remunerar os viticultores e de aumentar o valor da propriedade, permitindo ocupar terrenos que, de outra forma, pelas suas características ecológicas, ficariam entregues à voragem dos matos. Pelo contrário, o verdeelho e outras castas europeias exigiam repetidos, senão constantes, tratamentos para resistir aos ataques permanentes do míldio e do oídio, cuja enorme proliferação era favorecida pela acção conjunta do calor e da humidade peculiares às zonas litorais do arquipélago ¹¹⁷. Contudo, dado o grande desenvolvimento do «vinho de cheiro» noutras ilhas açorianas, como Santa Maria, São Miguel e Terceira, o mesmo relatório de 1932 aconselhava os viticultores do Pico a optar pelo regresso às mais prestigiadas castas europeias, num esforço que apenas o futuro poderia compensar ¹¹⁸.

Entretanto, na mesma ilha do Pico, a cultura da figueira, do pessegueiro e da nespereira substituíam o vinho na produção de aguardentes e álcool, facto que, de igual modo, sucedeu, em menor escala, em São Jorge. Apesar dos desenvolvimentos e re-orientações estas culturas nunca conseguiriam preencher a lacuna provocada na riqueza pública pela decadência da vinha e do vinho.

¹¹⁶ Idem, p. 78.

¹¹⁷ José Augusto Fragoso, Joaquim Tiago Ferreira, Jácome de Ornelas Bruges (1932), «A Agricultura no Distrito da Horta, Subsídios para o seu Estudo», Separata do *Boletim do Ministério da Agricultura*, ano XIII, n.º 1-4, pp. 29 e 34.

¹¹⁸ José Augusto Fragoso, Joaquim Tiago Ferreira, Jácome de Ornelas Bruges (1932), «A Agricultura no Distrito da Horta, Subsídios para o seu Estudo», pp. 34-35.

ANEXO

QUADRO 5

Produção de Vinho do Distrito de Angra do Heroísmo por Ilhas e Concelhos (Hectolitros)

Anos de 1862, 1865, 1868-1969, 1871-1874, 1880-1911

Anos	Terceira			São Jorge			Graciosa	Distrito
	Angra	Praia	Total Ilha	Velas	Calheta	total Ilha	Sta Cruz	Total distrital
1862	-	50,7	50,7	89,1	1422,5	1511,6	2527,5	4089,8
1865	-	101,5	101,5	-	97,2	97,2	4885	5083,5
1868	4	198	202	66	155	221	2783	3206
1869	-	33	33	125	126	251	3061	3345
1871	59	198	257	72	390	462	5000	5719
1872	28,49	157,85	186,29	96	270	366	4800	5352,3
1873	13	169,12	182,12	384	560	944	9600	10726
1874	17	132	149	240	610	850	5000	5999
1880	900	400	1300	500,4	560	1160,4	3840	6200
1881	100	660	760	48,6	560	608,6	2 600	3968,6
1882	180	167,2	347,2	59,1	240	299,1	1 800	2446,3
1883	260	220	480	82,2	240	322,2	2500	3302,2
1884	800	242	1042	153,6	240	393,6	1800	3235,6
1885	900	352	1252	415	360	775	27	2054
1886	4900	440	4900	280	150	430	1800	7570
1887	960	835,5	1795,5	300	100	300	1350	3545,5
1889	1173	2 486	3659	250	400	650	1 350	5659
1890	1160	3 150	4310	250	400	650	1500	6460
1891	1099	5280	6379	400	720	1120	1300	8799
1892	990	1469,6	2459,6	300	825	1125	1680	5264,6
1893	146	330,2	476,2	200	65	265	1640	2381,2
1894	927,6	4840	5767,5	300	150	450	220	7113,2
1895	941,2	4840	5341,2	300	935	1235	30	4626,2
1896	1720,4	4840	6560,2	1500	2760	4260	400	11220,4
1897					1300			
1898	977,4	520	1497,4	500	450	950	32	2479,4
1899	1039	790	1829	300	450	750	2000	4579
1900	706	3040	3746	240	380	620	14400	18766
1901	832	4045	4877	120	320	440	11000	16317
1902	655	3030	3685	60	150	210	1040	4899
1903	817	5050	5867	60	255	315	3000	9182
1904	585	8920	9505	40	90	130	2400	12035
1905	1020	10000	11020	60	850	910	2000	13930
1906	580	1000	1580	180	200	380	960	2920
1907	1200	1400	2600	1200	288	1488	4320	8408
1908	1700	4800	6500	171	346	517	3810	10827
1909	1500	9000	10500	106	20	126	2016	12642
1910	880	4000	4880	105	375	480	1800	7160
1911	575	1000	1575	143	275	418	1800	3793

Fontes: Dados 1862 e 1869-1873, AHMOP, DGCI, RA, 1S (os dados em pipas foram convertidos pelas medidas dos concelhos, agregando-se os municípios extintos aos sobreviventes). Dados 1874, *Relatório Apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sua Sessão Ordinária de 1875, pelo Secretário Geral servindo de Governador Civil Gualdino Alfredo Lobo de Gouveia Valadares*, Angra: Tip. do Governo Civil, 1875, p. 141. Dados 1880-1886, João Nogueira de Freitas (1890), *Relatório da 12.ª Região Agronómica...*, p. 70, e *Anuário Estatístico de Portugal, ano de 1892*, Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 280-281. Dados 1887-1911, *Livros de Registo da Correspondência da Comissão Distrital de Estatística do Distrito Administrativo de Angra do Heroísmo (1888-1914)*, Arquivo e Biblioteca Pública de Angra, Fundo do Governo Civil. Dados para o concelho da Calheta em 1887 e 1897, BPAAH, «Mapa da produção de vinho, vinagre e aguardente no ano de 1895», fundo do concelho da Calheta (por catalogar). Agradeço ao Paulo Lopes de Matos por me ter generosamente disponibilizado estes dados.

O GOVERNO JOANINO NO ORIENTE: A CIDADE, O MUNICÍPIO E A ORGANIZAÇÃO MESTEIRAL *

Carlos J. Margaça Veiga *

1. Já foi suficientemente sublinhado que a progressiva montagem da estrutura económica e militar do espaço inicialmente conhecido por «partes da Índia» e, desde meados do século XVI por Estado da Índia, se efectuou a partir da transposição de experiências provadas noutras áreas da expansão portuguesa. Evocam-se, como paradigmas, as feitorias e fortalezas (as mais delas feitorias-fortalezas) paulatinamente implantadas na enorme rede de territórios debruçados sobre o Oceano Índico, moldadas pelas que desde o século XV se ergueram ao longo da costa da África Atlântica¹. Sobre estes pilares e símbolos de um vasto empreendimento mercantil, que se dilatou e susteve tanto quanto a força das armas o consentiram, tem-se hoje um conhecimento em todos os sentidos aprofundado. Mas a par destes núcleos estruturantes também a Coroa transferiu quadros organizativos da metrópole, ora por imperativos de governo e administração, ora por áreas cujos objectivos privilegiava, de que é exemplo a da missão. Como foi observado, esta transposição do «poder organizado» para a Índia consistiu num «exportar do Estado», prática que se não via na Europa desde o império romano².

* O presente estudo foi apresentado ao congresso internacional *D. João III e Império* realizado em Lisboa e Tomar de 4 a 8 de Junho de 2002. Apesar de entregue atempadamente e de ter sido impresso, acabou por não integrar o volume de actas, por lapso que muito nos penalizou. As nossas desculpas ao Autor e aos demais congressistas que se viram privados deste excelente estudo. Como forma de remediar esta falta resolvemos publicá-lo na nossa revista remetendo uma separata a todos os participantes. – *Artur Teodoro de Matos*

** Professor da Faculdade de Letras de Lisboa.

¹ Sobre o processo de organização territorial seguimos Luís Filipe F. R. Thomaz, «Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI», in *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difei, 1998, pp. 207-243; Artur Teodoro de Matos, *O Estado da Índia nos anos de 1581-1588. Estrutura administrativa e económica. Alguns elementos para o seu estudo*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982; Alexandre Lobato, *Fundação do Estado da Índia em 1565*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1955.

² Jorge Borges de Macedo, «A sociedade portuguesa no tempo de Camões», *Clio*, Nova Série, vol. I, 1995, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, pp. 9-14.

É neste processo que nos deparamos também com a transferência da organização mesteiral portuguesa para Goa no ano de 1534, e para Cochim, em 1535. Como se diz no preâmbulo do «Regimento e constituição dos mesteres» concedido à primeira destas urbes, que se publica em anexo³, o modelo inspirador é o de Lisboa, que outras cidades do reino também seguiam. Por sua vez, o que foi dado a Cochim⁴, em resposta a petição do povo local, reproduz integralmente o de Goa. O «exportar» para um espaço tão longínquo, social e culturalmente diverso, uma estrutura sócio-profissional corporativa de matriz europeia, só é entendível porque também para lá foram levados os enquadramentos com que naturalmente se articulam: o município e a cidade. A concepção europeia de urbe transposta para o Oriente acabará por assimilar tradições locais.

2. A iniciativa da montagem do governo municipal coube a Afonso de Albuquerque, e foi praticamente subsequente à conquista definitiva da cidade de Goa, em 25 de Novembro de 1510. Integrava-se na sua estratégia de dotar a presença portuguesa naquelas paragens com uma base territorial, que considerava indispensável para um governo estável. Assim, em Outubro de 1511, em nome do rei, institui-o em Goa, outorgando-lhe um regimento de trinta *itens*, que sintetizavam quanto na câmara de Lisboa se seguia, que deveria servir de modelo aos municípios que no futuro viessem a ser estabelecidos no Oriente. A regulamentação supunha obviamente um edifício para o seu exercício de que é prevista a construção logo no primeiro *Item* do articulado – «que lhe fosse feita à nossa [do rei] custa e despesa huma casa torre pera a camara da vereação da cidade»⁵. O documento viria a receber a confirmação de D. Manuel em 1518, quando à metrópole e para esse fim se deslocaram Manuel de Sampaio e Damião Bernardes, dois procuradores mandados pela edilidade goesa⁶.

O soberano, que promulgara o *Regimento dos oficiais das cidades, vilas e lugares destes reinos*, impresso em 1504⁷, e aguardava a conclusão das *Ordenações* que levariam o seu nome, não podia deixar de fixar em bases sólidas o município que nascia no Oriente. Assim, a confirmação foi acompanhada de uma multiplicidade de outras medidas, de carácter administrativo e até nobilitante, que se estendem pelos anos de 1517 e 1521. Entre as honoríficas sobressai a da concessão do título de «mui nobre e leal cidade» e o privilégio

³ Évora, 5 de Fevereiro de 1534; IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, Doações. Livro 20, fols. 27 v-29.

⁴ Évora, 7 de Dezembro de 1535; IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, Doações, Livro 10, fols. 168-169.

⁵ Viriato A. C. B. de Albuquerque, *O Senado de Goa – Memória Histórico-Archeológica*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1909, p. 2.

⁶ Publicados por J. H. Cunha Rivara, *Archivo Portuguez Oriental* (doravante APO), fascículo 2, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1857, pp. 3-10.

⁷ Publicado por Marcelo Caetano, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança. 1955.

de ser realenga – «que nunca seja apartada da Coroa e de nossos Reinos»⁸. Com esta prerrogativa cortava pela raiz as mais que prováveis ambições entre os que tinham manejado a espada para a conquistar.

Neste contexto e a pedido do procurador Pero Godinho, que também veio à metrópole em 1519, concedeu à câmara de Goa o regimento que outorgara à de Lisboa, de que foi efectuada pública forma. Também foram copiadas as posturas promulgadas pelo senado de Lisboa e capítulos de cortes que à cidade diziam respeito⁹. Com estes fundamentos se erigiu a estrutura municipal de Goa, que viria a receber de D. João III confirmação e enriquecimento com medidas complementares¹⁰. Entre estas se situa o consentimento para que os homens dos mesteres tivessem representantes na gestão camarária, para o que lhes fixou simultaneamente regras de organização dos seus ofícios e de intervenção municipal, patentes no documento em apreço.

Não podemos deixar de vislumbrar que, ao fixar um conjunto de princípios normativos, o soberano estava a reconhecer a existência do dinamismo da actividade mesteiral, que se articulava com a grande pujança do mundo mercantil e com o fervilhar de uma vida social animada não só por mercadores mas também por soldados, missionários, viajantes e aventureiros. Era ainda alimentada pelo crescente número de oficiais régios ao serviço do Estado nascente, à cabeça dos quais se encontrava um vice-rei ou um governador. A iniciativa régia ajustava-se por outro lado ao perfil de uma urbe com intensa vitalidade, como a correspondência para a câmara e o próprio regimento deixam transparecer, pelo que, antes de analisarmos o seu articulado, se torne pertinente entender a visão que D. João III tinha sobre os fulcros citadinos do império. Era neles que os mesteirais desenvolviam o seu labor, adquiriam plena visibilidade e acabaram por ver reconhecida a capacidade de intervenção política.

3. A concepção joanina surge enunciada com toda a clareza no proémio de uma missiva para os oficiais da câmara de Goa com directrizes sobre a organização municipal. Aí escreve que o conjunto de princípios ordenadores

⁸ Lisboa, 1 de Março de 1518, Publicada no *APO*, cit., pp. 11-13.

⁹ A carta de D. Manuel à câmara de Lisboa a ordenar que seja dada pública forma do «Regimemo da governança, a saber, do que pertence aos vereadores e officaes da mesa della e almotacés...» data de Évora, 29 de Novembro de 1519; publ. no *APO*, cit. p. 20. O Regimento é parcelarmente publicado nas pp. 20-39, concluindo-se nas pp. 50-61.

¹⁰ Lisboa, 2 de Novembro de 1541. É desta data um alvará joanino a ordenar à câmara de Lisboa que desse o traslado dos privilégios e liberdade de que a câmara gozava a Bastião Lopez Lobato, procurador da cidade de Goa, e Bastião Fernandes, um dos procuradores dos mesteres, que vieram a Lisboa tratar dos interesses da respectiva câmara. *APO*, cit., pp. 48-49. Os privilégios encontram-se transcritos nas pp. 50-64. Sucedem-se pedidos dos procuradores de Goa sobre os mesmos privilégios que lhes são passados no ano de 1542 (pp. 65-85), e o Regimento dado por D. Manuel em 1502 (pp. 85-111).

(designados por «apontamentos») que remete, vão «asy e da maneira que se faz em esta cidade de Lisboa». E explicita a função que aquela urbe deverá exercer, a partir da costa do Malabar, sobre o imenso espaço do Índico: «que a minha cidade de Goa nas partes da India seja regida e governada em tal maneira que della saya exemplo pera todas as outras minhas cidades e fortalezas das ditas partes»¹¹. No contexto, câmara e cidade equivalem-se em sentido. Mas há também a visão larga de que Goa é uma cidade-arquétipo, uma capital do Oriente, que deveria reproduzir a função que Lisboa projectava sobre a metrópole e demais espaços ultramarinos.

Se esta era a concepção que tinha sobre a força irradiante da cidade-cabeça de um Estado, D. João III não se ficou pelo seu reforço institucional nem se limitou a uma formulação de princípios. Concretizou-o ponteando todo o espaço ultramarino com novas urbes. Em 25 anos (1527 Cochim – 1552 Malaca) elevou o seu número a dez, num ritmo nunca antes conhecido, o que faz deste monarca aquele que mais cartas de foro de cidade passou em toda a Época Moderna portuguesa. Para além das quatro vilas que no continente fez ascender a essa categoria, dotou o império de estratégicos espaços urbanos: no Atlântico, Angra (1534), Ponta Delgada (1546) e Baía (1549); no Índico, Cochim (1527), Chaul (1546) e Malaca (1552). Era sobre esta rede que se deveria repercutir o modelo de Lisboa e o de Goa. Um tal surto revela também a percepção que este soberano do Renascimento teve da importância do fenómeno urbano do seu tempo para a acção governativa, num império cuja seiva era o trato mercantil internacional que se apoiava numa indispensável rede de espaços citadinos. E na maior parte deles, como expressão da sua vitalidade, encontramos a reprodução do município tal como ele se organizava nas cidades mais importantes da metrópole¹², onde aos homens dos mesteres se impunha consentir um lugar tal como acontecia em Lisboa.

4. Em Goa, onde a sua participação na vida camarária fora prevista logo nos primórdios¹³, só em 1536 se veio a efectivar. O espaçamento no tempo pode estar relacionado com situações conjunturais de ordem política, como a morte de Albuquerque e o regresso ao predomínio de Cochim, primeira capital do Oriente. Pode também resultar da expectativa do efeito sobre a ordem social

¹¹ Lisboa, 5 de Abril de 1542; *APO*, cit, p. 123.

¹² C. R. Boxer, *Portuguese Society in the Tropics – The Municipal Councils of Goa, Macao, Babia, and Luanda, 1500-1800*, Madison and Milwaukee, University of Wisconsin Press, 1965, consagra as pp. 12-41 ao município de Goa numa visão alargada como o título indica. À fase incipiente a que nos reportamos dedica as pp. 12-15.

¹³ D. Manuel, por carta de 2 Março de 1518, confirmou os privilégios outorgados por Afonso de Albuquerque no dia 1 de Agosto de 1516. Entre eles constava o seguinte: «Item. Que o povo meudo ordenase vintaquatro dos misteres asy como se fazem nesta cidade de Lisboa, e que quatro delles estivesem na camara [...]». *APO*, cit. p. 4.

que o *Foral* promulgado em 1526 por Afonso Mexia procurava estabelecer. De notar que só em 1534 se torna sede de bispado. O preâmbulo do regimento em estudo avança com uma certa justificação quando nele se diz não haver «povoação» suficiente para existir uma Casa dos Vinte e Quatro mas uma Casa dos Doze, argumento que se repete no regimento dado a Cochim. A insuficiência é, por sua vez, justificação para que apenas dois homens sejam eleitos para as respectivas câmaras, tal como acontecia na metrópole em situações similares. Admite-se até que o colégio eleitoral integrasse menos de doze ofícios embandeirados. No entanto, logo a partir de 1542, nas cartas do soberano para a câmara de Goa, os destinatários já são o corpo de oficiais e os vinte e quatro dos mesteres, indício do crescimento ou efeito de melhor organização deste grupo sócio-profissional¹⁴.

Apesar do número de ofícios não justificar logo uma Casa dos Vinte e Quatro, a expressividade dos homens das artes e ofícios na sociedade goesa logo nos tempos fundacionais é atestada nalgumas fontes. No relato sobre o «estado em que o grande Afonso d'Albuquerque deixou a Índia ao tempo do seu falecimento», em 1515, regista-se que «deixou muitos armeiros, e officiaes de fazer cravação, selleiros, adargeiros, ferreiros, pedreiros, fundidores de artilheria, mestres de fazer espingardas, carpinteiros da ribeira, calafates; e os mais destes Portugueses, e outros Christãos naturaes da terra»¹⁵. Um elenco que dá para inferir que todas as artes dos primeiros tempos, ou são complementares da actividade militar ou da construção naval. Quanto aos pedreiros, tanto se dedicavam à construção civil como à de obras militares. Posteriormente, em documentação e fontes dispersas encontram-se os afiladores¹⁶, que nas câmaras aferiam os pesos dos mercadores, e, com relevância, os moedeiros, tanto em Goa como em Cochim¹⁷. Tudo indica que os homens dos mesteres no Oriente, ao tempo em que lhes é reconhecida a sua representatividade, gravitavam em torno da guerra e do trato mercantil. Com o passar dos anos é de admitir que a expansão destas actividades, em que se compreendia a construção de numerosos edifícios, públicos e privados – palácios, igrejas e conventos –, na cidade de Goa, fez medrar exponencialmente este mundo do

¹⁴ Lisboa, 24 de Março de 1542; *APO*, cit., pp. 115-116.

¹⁵ *Comentários de Afonso de Albuquerque*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, com prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, t. II, parte IV, cap. XIVIII, p. 246, 5.^a edição conforme a 2.^a edição, de 1576.

¹⁶ D. João III, por carta passada em Lisboa em 10 de Abril de 1542 e dirigida à câmara de Goa, determina que no dito ofício, que era dada da cidade, fosse provido um dos mesteirais, por eleição de três em três anos, entre os quatro procuradores. *APO*, cit., pp. 128-130.

¹⁷ Em 15 de Novembro de 1568, o vice-rei D. Luís de Ataíde passava provisão em que escrevia: «eu mando ora fazer moeda d'ouro e prata em Cochim pera a cargua das naos do Reino [...] e mando lá a isso Diogo Rodrigues Cabaço, mestre, e thezoureiro da moeda desta cidade de Guoa, Ey por bem e me praz que elle faça a dita moeda no dito Cochim, posto que nelle aja mestre da dita moeda [...]». *APO*, fascículo 5, p. 692.

trabalho manual. Integraria desde o mais rude pedreiro e carpinteiro ao mais especializado artífice. A requintada tecelagem teria também os seus artesãos, com várias tarefas anexas, e, no fim da cadeia, a arte do alfaiate. Não faltariam os sapateiros. Ao findar do século XVI ofícios havia que estavam arruados, como os chapeleiros e os ourives¹⁸. Não são conhecidos os regulamentos escritos a que obedeciam os membros de cada um destes ofícios, o que leva a admitir uma prática assente na oralidade, um pouco à semelhança do que em Portugal aconteceu até 1572¹⁹. Pelo menos, devia ser elaborado anualmente o tabelamento de produtos e salários, e feitos exames aos oficiais pelos respectivos juizes para a sua ascensão profissional e social²⁰.

Regressando ao regimento em análise, ao percorrer-se o seu articulado, um dos tópicos dominantes é o do largo espaço da gestão camarária em que é consentido aos representantes dos mesteres intervir. A sua assinatura era exigida, a par da dos oficiais do município, nos contratos de aforamento, emprazamento e arrendamento; dar dos terrenos; licenciamento de obras; vendas e trespasses. Intervinham em todos os sectores das finanças, que iam desde o lançamento e cobrança de fintas e taxas até à arrecadação das rendas, bem como à verificação das despesas e apuramento das contas finais. Participavam na actividade legislativa, que consistia no fazer de posturas e, acrescenta o documento, «ordenações», âmbito deliberativo que não se especifica. Era-lhes facilitada a obtenção de escrituras e de quaisquer documentos arquivados no cartório, acesso que lhes aumentava o prestígio social pelo lidar com a escrita. Tinham também voz na dada dos ofícios que à cidade pertenciam.

Todos estes poderes eram reforçados com alguns privilégios que eram apanágio do estado nobiliárquico: os doze (e depois os vinte e quatro) estavam isentos da obrigação de aposentadoria em determinadas circunstâncias; e os seus dois representantes ficavam equiparados a escudeiros em matéria de direito penal – não sofriam a humilhação pública de açoites, baração e pregão. Quanto ao açougue, que na sociedade da época era um espaço de diferenciação social, em caso de carência, intervinham no «dar e repartir» da carne, podendo fazer o mesmo quanto a outros bens de primeira necessidade como o trigo e o arroz.

¹⁸ A. B. de Bragança Pereira, *As Capitais da Índia Portuguesa*, Nova Goa, Imp. Gonçalves, 1932, p. 25.

¹⁹ Data em que veio a lume o *Livro dos Regimentos dos officiaes mecanicos da mui excelente e sempre leal cidade de Lisboa reformados per ordenaçam do Illustrissimo Senado della pello Licenciado Duarte Nunez de Liam*, obra publicada por Virgílio Correia, em 1926. Encomendada em 1570, durante dois anos o famoso jurista procedeu à compilação dos regimentos existentes e a dar formulação escrita aos que corriam oralmente.

²⁰ Sobre a organização interna e relação com a Coroa, Marcelo Caetano, «A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa», in Franz-Paul Langhans, *As Corporações dos Ofícios Mecânicos – Subsídios para a sua História*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1943, pp. IX-LXXIV.

Pela largueza de intervenção que lhes é consentida na instituição municipal, os mesteres configuravam um novo poder, que adquire visibilidade no lugar que ocupavam nos actos de vereação. O documento sublinha-o ao dedicar meticulosas instruções sobre o cerimonial a respeitar nas sessões camarárias e a parte que representavam nessa encenação de poder. As peças do cenário – mesa, assentos e grade – são objecto de minuciosas instruções. O relacionamento com membros de topo de toda a sociedade indo-portuguesa – militares, juizes, nobres e eclesiásticos, procurador dos círculos mercantis –, de modo ritualizado e hierarquizado nesse espaço, supõe por sua vez uma cadeia de acessos que podia subir até ao governador ou vice-rei. Era-lhes até permitido que algumas matérias que lhes diziam respeito viessem a despacho à metrópole²¹. Por tudo isto, adivinham-se conflitos com os outros oficiais da câmara²², e juntamente com estes, enquanto membros do poder municipal, com a multiplicidade de pessoas investidas em cargos da governação, nomeadamente o vice-rei, tanto em Goa como em Cochim²³. A câmara tinha uma relação directa com o rei e não com o vice-rei²⁴. Mas por tudo isto também se adivinham, em pano de fundo, outras formas de sociabilidade menos formais que se desenvolveriam no quotidiano, que eram característica da vivência no Oriente português²⁵. Os mestrelais, enquanto grupo social reconhecido, tam-

²¹ Nos «Apontamentos que vieram da Câmara de Lisboa» em 21 de Março de 1541, que montam a 63 *items*, diz-se no item 41 «que as cartas que os mesteres escrevem a ElRey nosso Senhor sobre cousa que a elles, e a sua casa dos vinte e quatro pertence, não as amostrão aos vereadores, nem há y necessidade disso»; *APO*, fascículo 2, p. 79.

²² D. João III, em resposta a missiva dos oficiais da câmara, escreve: «Vi os inconvenientes que me apontais destas vossas cartas não virem assinadas pollos mesteres, como he costume, e parece-me bem que quando me ouverdes de escrever algumas cousas que importem a meu serviço e de segredo, nas taes cartas os ditos mesteres não asigñem [...]». E quanto a elles quererem asigñar nas sentenças dos agravos, que vem dos almotaceis [...] parece-me que os ditos misteres não devem asigñar [...]»; Almeirim, 2 de Março de 1551; *APO*, fascículo 1, p. 34.

²³ Em 5 de Janeiro de 1551, o vice-rei D. Afonso de Noronha passou alvará em que determinava que os capitães de Cochim não intervissem na câmara de Cochim, por queixa da vereação de que eles o faziam acutando como pessoas poderosas que usavam «do seu poder absoluto». Publicado por K. S. Mathew e Afzal Ahmad, *Emergence of Cochim in the Pre-industrial Era: A Study of Portuguese Cochim*, Pondicherry University, 1990, p. 22.

²⁴ D. Manuel, por alvará passado em Lisboa em 5 de Março de 1521, ordena que o capitão da cidade de Goa não se entremeta nas matérias que à câmara digam respeito, «e somente em camara com os juizes, vereadores e procurador e oficiais juntamente será feito as mais vozes por vós e por elles [...] porque o que por vós só fizerdes que aa camara pertença queremos e mandamos que não seja valioso». D. João III confirma o estabelecido por carta de 12 de Fevereiro de 1524; *APO*, fascículo 2, pp. 416-417.

²⁵ Sobre o tema há o interessante estudo de Luís Filipe F. R. Tomás em «Goa: uma sociedade luso-indiana», *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1998, pp. 245-289. Também o tema é estudado por Geneviève Bouchon em «Premières expériences d'une société coloniale: Goa au XVI^e siècle», in *Inde Découverte, Inde Retrouvée 1498-1630. Etudes d'Histoire indo-portugaise*, Lisboa-Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, pp. 291-301.

bém integravam outras importantes instituições que do reino também foram levadas – as misericórdias²⁶ e as confrarias²⁷.

Ao conceder regimento aos mesteres, integrados por reinóis e nativos, D. João III contribuiu para a consolidação da sociedade indo-portuguesa, reconhecendo-lhes uma emancipação social e política. Neste aspecto poder-se-á ver o documento como um instrumento de carácter assimilador dada a estratificação que a sociedade local apresentava. No seu todo é uma medida de dignificação do trabalho manual, numa época e num meio em que as armas, as letras e a mecânica eram muito mais prestigiantes. Embora a vertente sócio-política domine o teor do texto, ele deixa entrever um tipo de economia mercantil em que a procura de produtos manufacturados para consumo interno e para exportação para a metrópole representava um segmento importante. Isto se excluirmos o tipo de trabalho de edificação da cidade e das suas defesas a que acima nos referimos. O soberano, com esta medida disciplinadora do trabalho manufactureiro de Goa e de Cochim, não só protegeu como estimulou a actividade artesanal, e, em última análise, reconheceu a existência de uma proto-indústria no Oriente. Os anos de 1534 e 1535 marcam uma etapa na evolução da história das duas cidades.

APÊNDICE DOCUMENTAL

1534, Fevereiro, 5 – Évora. *Carta de D. João III sobre a eleição de doze homens dos mesteres na cidade de Goa.*

IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, Doações, Livro 20, fols. 27 v-29.

Dom Joham *et cetera*. A quamtos esta minha carta vyrem faço saber que os mesteres e povo da minha cydade de Guoa nas partes da Imdia me emviaram dizer que para as cousas do dito povo serem melhor olhadas e requerydas era necessaryo aver hy mesteres como avia na minha cydade de Lixboa e em outras cydades de meus Regnos e me pedirão por merce ouvese por bem que na dita cidade os ouvese. E vemdo eu seu requerymento para lhes nysso fazer merce me praz que na dita cydade de Guoa aja doze mesteres como ha em outras cydades de meus Reynos posto que na dita cydade de Lixboa aja vynte e quatro, porque

²⁶ Fátima da Silva Gracias, *Beyond the Sel Santa Casa da Misericórdia de Goa*, Panjim, Surya Publications, 2000; José F. Ferreira Martins, *História da Misericórdia de Goa (1520-1620)*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1910.

²⁷ Leopoldo da Rocha, *As Confrarias de Goa (Século XVI-XX) – Conspecto Histórico-Jurídico*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973.

avemdo respeito a povoação da dita cydade de Guoa ey por bem que somente aja nella os ditos doze dos mesteres os quais se enlegerão por a maneira seguynte.

Item todos os officiaes macanycos que na dita cidade de Guoa ouver se ajuntarão pelas oytavas do Natall de cada hum anno e cada ofycyo emlegera amtre sy hum boom homem e emtemdido para os ditos doze. E se forem mays officiaes que doze repartyr se am por elles segundo aos ditos mesteres bem parecer, em maneira que se hum anno huns officiaes ficarem sem do seu officio darem para que aja de servyr no comto dos ditos doze no outro anno seguinte se emmemdara.

E bem asy se nam forem tamtos officios macanycos para de cada hum darem a dita pesoa eles repartirão os ditos doze por todos como lhes melhor parecer. E se alguns dos ditos officiaes macanycos se nam quyserem ajuntar quando forem chamados para darem os ditos doze, o que nam for semdo lhe notificado pagara cem reais de pena para suas despesas e os ditos doze ordenaram damte sy huma pesoa que o faça ajuntar e de a execuçam as ditas penas.

Item tamto que a emleçam dos ditos doze for feita loguo os ditos doze se ajuntarão e emlegerão amtre sy dous omees de bem quaes sentyrem que sam de melhor comcyencia e emtemder e que as cousas do povo saibam requerer bem e como a ele cumpre e com toda temperamsa.

Item os ditos dous procuradores serem presentes e daram vozes no outorger dos contratos dos aforamentos emprazamentos e arrendamentos que polla cydade forem feitos <a> alguma pesoa ou pesoas de qualquer cousa que seya que a cidade posa fazer e nas venddas e trespassações e na arrecadaçam das remdas que pertencerem a cidade e sem elles se nam fara cousa alguma do sobredito.

Item terem vozes nas obras que a cidade mamdar fazer e no dar dos chaos e asy nas despesas que os ditos officiaes mandarem fazer de qualquer cousa que seya e asynaram nos mamdados com os ditos officiaes. E quando os officiaes da dita cidade quyserem lamçar alguas firtas ou taixas ou envyar a estes meus Reynos ou ao Governador da India ou a outras algumas partes algum procurador ou procuradores para requererem algumas cousas que seyam em proveito da cydade os ditos dous procuradores dos mesteres serem presentes e asynarão no acordo que se diso fizer e sem elles se nam fara o tall acordo.

E quando quer que os officiaes da cidade ouverem de hyr falar ao Governador da India iram com elle os ditos dous procuradores. E se qyserem dar alguns chaos ou quaisquer outras cousas que pertençam a cidade e que ella os aja d'ovir prymeiro quando a yso forem sempre os dous procuradores dos mesteres yram com os vereadores e procuradores.

E quando ouver necesydade de carne os ditos dous procuradores dos mesteres yram ao açougue dar e repartyr a carne ao povo e asy quando hy nam ouver tryguo ou arroz e tudo quando lho a cidade mamdar que o façam. E quando algum dos ditos dous procuradores for ausente ou empedido que nam possa estar na dita camara para ser presente e com eles se fazerem as cousas della como nesta carta he declarado far se a com o outro que ficar.

Item os officiaes da camara da dita cidade nam poderam fazer posturas nem ordenações nem prometeram nem daram servysos nem poeram nenhuma tenças em caso que licemça tenham para os poerem nem outros algus encargos sem serem chamados os doze dos ditos mesteres e com eles se asentara o que as mayns vozes for acordado e ayntaram no tall acordo.

E quando se estes doze chamarem se chamarão tambem as pessoas homradas que andam nos officios do conselho. E se forem cousas que por bem de mynhas ordenações se aya de chamar todo o povo alem dos ditos doze chamar se ha todo segumdo as ditas ordenações deçaram.

E quando quer que se ouverem de tomar as comtas das despesas que a cidade mandar fazer asy das remdas della como fintas e taixas serão requerydos os ditos doze dos mesteres para que emlegam huma pesoa que por parte do povo este presente ao tomar dellas para por elles requerer o que a bem de sua justiça fizer. E mando a qualquer official e pesoa que as ditas comtas ouver de tomar que quando ouver de fazer mande requerer os ditos doze para enlegerem a dita pesoa deçarando lhe o dia e tempo em que as ditas comtas ouver de tomar e quando ao dito tempo não for as podera tomar sem elles.

Item porque os ditos mesteres teram muytas vezes necesydade d'algumas escripturas da dita camara mando ao escryvão della que quando lhe for requerydo por os ditos doze ou por os dous procuradores da mesa algumas escripturas e estromentos ou cartas testemunhaveis que toque ao dito povo lhes faça com toda boa deligencia que pode e dee sem para yso lhe levar dinheiro nem premio algum porque não o fazemdo asy tornarey a yso com aquele castigue que ouver por bem.

Item ey por bem e me praz que semdo alguns dos ditos doze dos mesteres fora da dita cidade em algumas gueras ou partes outras em meu serviço ou velarem a cidade em meu serviço lhes nam seyam lançados ospedes para pousarem em suas casas. E mando a qualquer pesoa que diso tyver o cuydado que nas casas dos sobreditos o tempo que asy forem nos ditos serviços ocupados lhes nam lancem ospedes alguns.

Item por asy os dous procuradores que na mesa da dita camara am de estar serem emleytos de todo o dito povo e para o dito officio de procuradores e por estarem no dito lugar devem ter mayns liberdade que os outros que para yso

nam sam escolhidos nem servem, por lhes fazer merce me praz que a eles dous officiaes macanicos que pellos ditos doze forem emleytos segumdo atras he declarado para estarem na dita camara e mesa por procuradores do dito povo e servirem, nam posam nunca em nenhum tempo aver pena pubryca de justiça, *scilicet*: açoutes baração e pregam nem outra que seya desta calidade que se daa aos outros macanicos.

E quando os sobreditos forem comprehendidos em tall cousa por omde segundo minhas ordenações mereçam alguma pena propia lhe sera mudada em outra e acerca diso lhe sera guardado <o> que se guardarya se fosse escudeiros. E bem asy me praz que o anno que os ditos dous procuradores servirem seyam escusos d'oficioos do conselho.

E mamdo aos juyzes vereadores e procurador da dita cidade de Guoa que leixem aos ditos mesteres fazer a enleçam dos ditos doze e os ouçam quando por parte do dito povo alguma cousa que a elle toque a dita camara forem requerer e os mandem chamar para as cousas que nesta minha carta esta declarado a que elles ajam de ser presentes e asy fazer os ditos dous procuradores e os tenham na dita camara e dem asento nella segundo adiante sera deccrardo e lhes leixem dar suas vozes como em esta carta he conteudo posto que nam mostrem procurações escritas do povo mostrando asynado dos ditos doze de como foram por elles enleytos e em todo cumpram esta dita carta como nella he conteudo sem nysso porem duvida nem outro nenhum embargo porque eu o ey asy por bem do povo da dita cydade e mesteres della e meu serviço.

E para que se saiba o asento que am de ter os officiaes da dita cidade e bem asy o que se ha de dar na dita camara aos ditos dous procuradores dos mesteres e asy o modo que se tera nos asentos dos outros officiaes e pesoas que a ella forem, ouve por bem do deccrarar por esta.

Item na camara da dita cidade de Guoa avera huma mesa da vereaçam que sera quadrada de dez palmos de lomgo e seys de largo. E os vereadores terem seu asemto encostados ha parede e todos tres de huma parte e com os rostos para o povo. E em hum topo da mesa se asentarão os juizes e asy o ouvidor quando a dita camara for por qualquer caso que seya. E no outro topo estara o escrivam da camara e procurador da cidade. E quando a dita camara forem os almotaces juiz dos orfãos e procurador dos negocios da cidade se o hy ouver despachar alguns feytos ou forem chamados, se asentarão no bamco com o dito escrivão da camara. E se ouver na dita vereador das obras e comtador dellas e os chamarem a camara para algum negocio manda los ham asentar no dito topo com o dito escrivam emquanto falarem com eles e os despacharem e mays não.

E da outra parte da mesa comtra o povo nam avera bamco salvo huma grade que nam seya de mayor altura que a mesa para que nam torve a vista dos vereadores ao povo e arredada della dous ou tres palmos. E esta grade sera bem lavrada e pintada e de fora della se fara hum bamco bem lavrado em que se

asentarão os dous procuradores dos mesteres com rostos para a mesa dos juizes e vereadores.

E outra pessoa alguma se nam asentara na dita mesa asy por nam darem torvaçam aos ditos vereadores e os leyxarem despachar os negocios da cidade como pela cerymonya e acatamento que se deve aos que sam encarreguados da guovernança e bem comum della.

E porem ao vigario e beneficiados da Igreja, fidalguos, cavaleyros quando a dita camara forem se dara asemto em alguns bamcos que se a par da dita mesa poserem omde os juizes e vereadores daram a omra devida a cada hum segumdo for. E acabado de falarem e lhes respomderem se yram e não estaram hy mays.

E porem mando aos ditos juizes vereadores e procurador da dita cidade que se a dita mesa não tyverem feita da maneira que dito he a façam como aquy he decrarado com os ditos asemtos e nelles se guardara esta ordenamçam e em todo compyryão esta minha carta como em ella he conteudo a qual mamdaram treladar no lyvro da dita camara para estar por lembrança e se saber o que acerqua do que dito he tenho mamdado. E ao meu capitam moor e Guovernador da dita India recomendo e mando que semdo lhe requerydo por parte dos ditos mesteres alguma cousa para comprimento do que dito he e se dar a execuçam o que por esta mando o fara imteyramente comprir e guardar porque asy o ey por bem.

Dada em a mynha cydade d'Evora a b dias de Fevereiro. Fernão da Costa a fez anno do nacimiento de nosso senhor Jhesu Christo de myll bc xxx iiij annos.

RECENSÃO CRÍTICA À OBRA *D. FREI ALEXANDRE DE GOUVEIA, BISPO DE PEQUIM*

A. M. Martins do Vale *

António Graça de ABREU, *D. Frei Alexandre de Gouveia, Bispo de Pequim (1751-1808). Contribuição para o Estudo das Relações entre Portugal e a China*, Lisboa: CEPCEP, Universidade Católica Portuguesa, 2004.

Tendo acompanhado, ainda que nem sempre de perto, algumas das vicissitudes por que passou este trabalho até chegar à sua publicação, estive tentado a aproveitar esta ocasião para partilhar com todos os presentes algumas das reflexões que foram surgindo ao longo do processo que transformou este estudo em provas de mestrado e, posteriormente, em livro.

Acabei por abandonar a ideia, porque, por um lado, não estou certo de que estas minhas cogitações tivessem, realmente, algum interesse e, por outro, não me senti no direito de defraudar as expectativas daqueles que aqui viriam para ouvir falar da obra e do seu autor. Em qualquer das hipóteses, é indubitável que não seriam estas minhas especulações que viriam desmentir o poeta chileno, Gonzálo Rojas, que, ao receber o Prémio Cervantes com que foi distinguido em 2003, começou a sua preleção dizendo: «discursos vienen, discursos van y no dicen gran cosa». Mantenhamo-nos, pois, fiéis ao ritual da apresentação de um livro, circunscrevendo-nos ao autor e à sua obra, com a certeza de que este será mais um discurso em que o orador não dirá 'gran cosa'.

E entrando no tema que aqui nos trouxe, permitam-me que a primeira palavra seja de agradecimento ao Dr. Graça de Abreu por ter elaborado este trabalho e ao Centro de Estudos dos Povos de Cultura e Expressão Portuguesa da Universidade Católica, nas pessoas do Sr. Eng. Roberto Carneiro e do Sr. Prof. Artur Teodoro de Matos, e ainda à Fundação Jorge Álvares por se terem disponibilizado a publicar este livro, trazendo ao nosso convívio esta pequena

* Investigador do Centro de Estudos Africanos e Asiáticos do Instituto de Investigação Científica Tropical.

parcela da extensa história da presença dos Portugueses na China. Se outro motivo não houvesse, este seria suficiente para nos congratularmos, porque não deixa de ser verdadeiramente assombroso que tendo os nossos marinheiros e descobridores tido a ousadia de construir uma Pátria que deixaram em pedaços pelo Mundo repartida, tivessem tido os seus vindouros a displicência de deixar que muitos desses pedaços ficassem enterrados e no tempo esquecidos. Outros povos, com uma história ultramarina assaz modesta, conservam dela uma memória bastante mais viva e actuante do que a que nós guardamos da nossa gesta expansionista.

Parabéns, pois, Dr. Graça de Abreu, por se ter dado ao trabalho de remexer na arca do nosso desleixo colectivo para tirar da «poeira acumulada por quase dois séculos», os fragmentos com que reconstruiu a imagem de D. Alexandre de Gouveia que hoje traz ao nosso conhecimento. Praticamente esquecido da historiografia portuguesa, até dos seus retratos, recentemente identificados e recuperados pela acção do Dr. Graça de Abreu, se tinha perdido o rasto. Deste ilustre franciscano, conservava-se apenas a lembrança do seu nome porque constava nas listas dos prelados ultramarinos. A sua sagração episcopal chegou a ser posta em causa, como se fosse possível que D. Alexandre pudesse ter passado vinte e três anos a exercer, em Pequim, o múnus de bispo sem sequer ter sido consagrado. A questão conduz-nos, mais uma vez, à nossa incúria, porque, por detrás desta dúvida, estava, e porventura ainda continua a estar, a arraigada ideia de que os Portugueses eram capazes de cometer as maiores tropelias para manterem o seu direito de Padroado na China.

A estas posições responde-se com a investigação e a divulgação de trabalhos como este que hoje se apresenta e não com a pomposa exibição de títulos de especialistas disto, daquilo e daqueloutro, não raramente de pouca coisa e, algumas vezes, de coisa nenhuma. Na verdade, que conhecimento teria da acção deste prelado pequinense uma das reputadas autoridades – e aqui sem ironia – em estudos orientais, que um dia, já com alguma animosidade, me garantia, com toda a convicção, que tudo o que havia para fazer, no âmbito das relações entre Portugal e a China até aos finais do século XVIII, já tinha sido feito por ele e pelo seu colega de trabalho? Não quero ser injusto, mas, os seus escritos, permitem-me duvidar que tivessem lido, com olhos de ler, o que o lazarista francês, A. Thomas, escreveu sobre D. Alexandre de Gouveia, no início do século XX. Este tipo de formiga branca é bastante mais pernicioso na sua acção demolidora que o insecto do mesmo nome a que se deve a destruição de inúmeros documentos.

Prometi não trazer para aqui as minhas divagações, e, por isso mesmo, aqui me detenho, regressando a D. Alexandre de Gouveia que nasceu em meados do século XVIII, em Évora, onde passou a sua infância da qual, como acontece na generalidade dos casos, pouco se sabe. Nascido numa família de escassos recursos teve a sorte de encontrar um religioso que cuidou da sua instrução e o encaminhou para Coimbra onde viria a ingressar num dos ramos da Ordem de São Francisco.

Seria interessante averiguar se a sua adesão à espiritualidade franciscana resultou das suas inquietações religiosas ou se foi uma das vias, porventura a mais fácil, de prosseguir uma carreira que lhe permitiria superar a pobreza familiar. A nossa curiosidade esbarra com a falta de documentos, comprovada aliás pelo testemunho do Dr. Graça de Abreu que bem gostaria de entrar nesses meandros da intimidade do 'seu' bispo, mas ele resguardou-se, deixando-nos sem o seu testemunho sobre esta matéria.

Qualquer que tenha sido a sua motivação, Alexandre de Gouveia abraçou o estado religioso e foi dentro desta opção de vida que passou o resto dos seus dias. Não pretendemos pôr em causa as suas convicções, mas os dados apresentados nesta obra permitem-nos vislumbrar em Alexandre de Gouveia uma certa apetência pela vida académica menos condicionada pelas limitações da vida conventual. Pelo menos, é isso que se depreende da sua dedicação ao estudo da Matemática e da Astronomia que encarou como um meio de mais facilmente aceder à carreira docente no Colégio dos Nobres ou na Universidade de Coimbra.

Subitamente, as circunstâncias, previstas, para uns, pela onisciência divina ou, para outros, por mera obra do acaso, traçaram-lhe um destino diferente, propondo-lhe a administração da sé episcopal de Pequim. Nada indica que D. Alexandre de Gouveia tivesse sonhado em ser missionário e talvez, por isso, seja realmente plausível admitir, como faz o Dr. Graça de Abreu, que o recém-licenciado em Matemática tivesse aceite esta nomeação sem estar bem ciente das consequências que adviriam desta sua anuência. Muito provavelmente, o bispo eleito terá, efectivamente, encarado a indigitação para a sé de Pequim como a porta que o conduziria a uma carreira que haveria de terminar brilhantemente em Portugal.

Talvez assim tenha acontecido, mas, não tendo o bispo confessado as suas motivações, fica aberto o caminho, para, mais uma vez, especularmos e colocarmos a hipótese de D. Alexandre de Gouveia ter sido alertado pelo seu protector e amigo, D. Frei Manuel do Cenáculo, para a possibilidade de passar o resto dos seus dias na capital chinesa. Na verdade, o conhecimento que o bispo de Beja tinha sobre a China era realmente impressionante, sobretudo para alguém que nunca tinha estado directamente envolvido nestas questões. Não há dúvida de que a percepção da realidade chinesa na Europa era, em muitos aspectos, imperfeita e, em muitos outros, completamente falsa, e o Dr. Graça de Abreu apresenta suficientes exemplos sobre esta questão, mas a dificuldade que se colocava aos missionários que eram admitidos na corte chinesa de abandonarem o serviço do imperador era sobejamente conhecida e muito mais o seria do bispo D. Alexandre de Guimarães que tinha estado em Macau e mantido copiosa correspondência com os ex-jesuítas que continuavam em Pequim. Qualquer dos prelados poderá ter alertado o novo bispo de Pequim para a forte probabilidade de não voltar mais a Portugal.

A despeito das hipotéticas advertências, D. Alexandre poderia ter alicerçado as suas esperanças de regresso à Pátria no exemplo de alguns reli-

giosos que, excepcionalmente, tinham sido dispensados dos respectivos cargos na corte imperial, mas, ao mesmo tempo, não poderia ter deixado de ponderar não só o facto de a quase totalidade de os designados «padres da corte» se ter mantido em funções até à sua morte, mas também a recente memória do insucesso do Marquês de Pombal que não tinha conseguido retirar da China os jesuítas portugueses que aí trabalhavam para os encerrar nas masmorras de S. Julião da Barra.

Sem o testemunho de D. Alexandre de Gouveia, restam-nos os elementos que nos permitem equacionar as duas hipóteses, ou seja, podemos perguntar-nos se o bispo não terá aceiteado a missão de Pequim com o sonho, aliás legítimo, de regressar a Portugal com uma folha de serviços que lhe permitisse terminar os seus dias com alguma notoriedade, mas podemos igualmente interrogar-nos sobre a possibilidade de D. Alexandre ter partido para a sua diocese com a convicção de que era esse o caminho que Deus lhe havia traçado. Se nos parece plausível que o prelado tivesse aceiteado a sua nomeação com o íntimo desejo de construir uma carreira, não deixamos contudo de ser surpreendidos com o facto de se ter mostrado saudoso da sua Pátria e da sua família, mas de jamais ter manifestado o desejo de se afastar da diocese que lhe havia sido confiada. Mera acomodação à realidade, como sugere o Dr. Graça de Abreu, ou a convicção, natural no homem religioso, de que a Providência o havia escolhido para, em Pequim, servir a Deus e ao rei de Portugal?

Seja qual for a resposta, o certo é que nas velas da sua ambição pessoal, ou nas do serviço de Deus e do rei, ou, mais plausivelmente nas duas, D. Alexandre de Gouveia partiu de Lisboa a 6 de Abril de 1783 com a missão de pastorear a diocese de Pequim e de representar e defender os interesses da Coroa Portuguesa em Macau junto do imperador da China. Viajou na nau *Polifemo ou Santo António* que se dirigia à Índia, com escala na Baía. As instruções recebidas de Martinho de Melo e Castro ordenavam-lhe que fizesse a viagem por Goa onde haveria de receber instruções para melhor desempenhar a missão política de que ia incumbido e se detivesse em Macau para completar essas mesmas informações e estabelecer o Seminário que, sob o patrocínio de São José, deveria formar o clero necessário às dioceses do Padroado Português na China.

O bispo obedeceu e com estas delongas só conseguiu chegar a Pequim a 18 de Janeiro de 1785. Passados quase dois anos sobre a sua saída de Lisboa, encontrava-se com o rebanho que lhe havia sido entregue. A diocese vivia um dos momentos mais críticos da sua história. O novo prelado teria de saber conciliar os interesses dos missionários portugueses com os dos franceses e os destes com os eclesiásticos que dependiam directamente da cúria romana. Numa mesma diocese, havia três missões que mantinham separadamente as suas igrejas e os seus seminários e se todos obedeciam ao Papa, não era menos verdade que portugueses e franceses punham em primeiro lugar os interesses dos respectivos soberanos. A Igreja de Cristo, que deveria ser o ponto de

encontro de todas as culturas e de todos os homens, apresentava-se profundamente dividida e marcada pelas ambições políticas e pelas fidelidades vassálicas dos evangelizadores.

A intriga, a maledicência, a murmuração e a delação faziam parte do quotidiano destes homens que tinham deixado tudo para serem os portadores de uma doutrina que se define a si própria como a do amor ao próximo. Os missionários revelavam em Pequim que não tinham deixado de ser filhos de uma Europa que impunha a fidelidade do súbdito ao seu soberano e que vivia submergida por uma acerada rivalidade política. Alargar o campo missionário, aumentar o número de baptizados, construir igrejas e obras de assistência era trabalhar para o Reino de Deus, mas também para o engrandecimento do soberano que enviava e sustentava os seus missionários. A propagação da fé estava, portanto, intimamente ligada aos interesses das monarquias católicas, ainda que na historiografia europeia se apresente este pecado como sendo, quase exclusivamente, português.

Tudo isto se encontrava exemplarmente presente em Pequim e D. Alexandre de Gouveia aprendeu a lidar com esta realidade que era a de viver espartilhado entre a obediência ao Papa e ao Rei de Portugal. Era bispo de todos os missionários e não apenas dos portugueses, teve, por isso, que atender aos interesses de todos. Reconciliar os missionários desavindos era o seu principal objectivo e a sua maior preocupação ao chegar a Pequim. A todos ouviu e sabia que a sua decisão era, ansiosamente, esperada por todos, mas remeteu-se ao silêncio sem fazer a menor confidência sobre o que pensava fazer e eis que, no dia em que entrava oficialmente na sé pequinense, quando todo o clero se encontrava paramentado e preparado para entrar na catedral, o bispo mandou parar o cortejo e, em latim, comunicou a todos os missionários que ficavam absolvidos de todas as culpas relativas às dissensões que tinha havido, mas ficavam igualmente todos proibidos de, em público ou em privado, se referirem a esta matéria.

A descrição que D. Alexandre faz deste episódio é, verdadeiramente, comovente, porque se trata de um jovem bispo que, acabado de chegar a uma diocese completamente desconhecida, consegue impor a sua autoridade sobre um clero que se encontrava profundamente dividido e ansioso pela condenação pública do seu adversário. Todos esperavam que o novo prelado lhes fizesse justiça, a justiça de cada um, obviamente, mas D. Alexandre frustrou todas as expectativas e colocou-os a todos na mesma situação de igualdade. Todos tinham prevaricado e, por isso, todos eram igualmente culpados. D. Alexandre estava consciente de que nem todos aceitariam o seu julgamento, mas, passado algum tempo, manifestava-se feliz por verificar que a sua imposição de se fazer silêncio sobre esta matéria estava a ser respeitada.

A imparcialidade que norteou a sua acção episcopal motivou algumas críticas, mas, neste livro, fica bem demonstrado que D. Alexandre nunca esqueceu a sua condição de súbdito do rei de Portugal e, por isso mesmo, se preo-

cupou tão intensamente com o aumento dos missionários portugueses em Pequim. Martinho de Melo e Castro prometera-lhe encontrar eclesiásticos que depois enviaria para a capital da China. Ao que tudo indica, o Secretário de Estado do Ultramar não descurou este compromisso, mas, em 1787, em carta ao arcebispo de Goa, reconhecia que os bispos das dioceses do padroado teriam de encontrar clero nas suas próprias cristandades. Em Portugal, confessava o mesmo governante, nem para bispos das dioceses ultramarinas havia candidatos, quanto mais para simples missionários, ou melhor, alguns se ofereciam para ocupar as sés ultramarinas, mas a esses faltavam-lhes as qualidades e os que preenchiam os requisitos não se mostravam disponíveis para assumir essas tarefas. Um exemplo deste espírito encontramos-lo neste livro na pessoa do capuchinho Frei António da Anunciação, cujas cartas demonstram que estava longe de reunir as condições que lhe permitissem dirigir com eficácia a sé de Nanquim como ardentemente desejou.

A Europa transformava-se aceleradamente com a divulgação dos ideais iluministas e as conturbadas transformações da Revolução Francesa. Longe iam os tempos em que o superior geral da Companhia de Jesus, perante o elevado número de confrades que solicitavam o seu envio para as missões, se via obrigado a contrariá-los respondendo-lhes: as vossas Índias estão aqui, na Europa. Nos finais do século XVIII, os superiores gerais debatiam-se com a escassez de religiosos, mas também com a falta de motivação missionária por parte daqueles que ainda restavam. Para as missões, continuaram obviamente a partir homens animados pelo zelo apostólico, mas encontram-se frequentes censuras aos superiores que aproveitavam as missões para se desfazerem dos religiosos de relacionamento mais difícil, dos mais insubmissos, dos menos piedosos e, por conseguinte, dos menos indicados para o trabalho missionário.

D. Alexandre de Gouveia não se lamentava dos missionários que, muito lentamente, iam chegando a Pequim, mas vivia a angústia de não ter clero para garantir a continuidade da missão portuguesa. Dedicou-se empenhadamente a esta questão até conseguir que, à imagem do que acontecera com os franceses, também a missão portuguesa de Pequim fosse entregue aos Padres de São Vicente de Paulo ou da Congregação da Missão.

De tudo isto e de muitos outros temas nos fala pormenorizadamente o Dr. Graça de Abreu neste livro em que se destaca a ação do bispo de Pequim, repartido entre as suas obrigações episcopais e as de astrónomo ao serviço do imperador da China, mas também as de súbdito do rei de Portugal que se manifesta claramente durante a embaixada inglesa que, chefiada por Lorde Macartney, chegou a Pequim em 1793, e na preocupação pelo destino da missão da Coreia como parte integrante do Padroado de Portugal no Oriente. Activo e empenhado na resolução dos problemas levantados pelas perseguições aos cristãos em 1784 e em 1805, o seu papel, nestas perturbantes conjunturas, tem sido notoriamente secundarizado na historiografia europeia.

O Autor deste livro não se poupou a esforços para localizar a documentação que necessitava para reconstruir o percurso do biografado, mas a infor-

mação recolhida não o deixou completamente satisfeito, lamentando-se por não ter podido apreender os pensamentos mais pessoais e íntimos do 'seu' bispo, como gosta de se referir a D. Alexandre de Gouveia. Compreendemos perfeitamente essa angústia, mas aqueles que «pairam acima do comum dos mortais/ no conhecimento das coisas da China» poderão aproveitar o ensejo para, mais uma vez, se colocarem em bicos de pés e, presunçosamente, apoucarem o seu trabalho¹.

Admito esta possibilidade, mas não excluo a hipótese de o livro passar despercebido, porque estamos num país em que a crítica, em vez de ser um instrumento que deveria contribuir para o aperfeiçoamento e a melhoria do trabalho de todos e de cada um, tem sido encarada, quando elogiosa, como uma deferência, uma troca de favores ou, pior ainda, como mero exercício de bajulice e, quando menos favorável, como fruto da inveja, do despeito, da vingança ou, mais grave ainda, como um reprovável gosto pela maledicência. Nestas circunstâncias, não será de estranhar que as verdadeiras críticas venham a ser feitas, sem nunca chegarem a ser publicadas.

Apesar destas minhas reservas, ficaria felicíssimo se, num futuro próximo, os factos viessem demonstrar que estava redondamente enganado, porque isso significaria que o livro tinha despertado o interesse dos críticos. Oxalá que assim seja e que as recensões sejam muitas, porque esse seria um ótimo sinal para a obra e para o seu Autor e não deixariam de ser o melhor dos estímulos para continuar a trabalhar e a trazer até nós outros estudos como o que nos tem prometido sobre D. João da França de Castro Moura, mas também outros do tipo da *Sínica Lusitana* e no campo da poesia com que nos tem brindado.

E, por fim, não resisto a deixar-lhe um repto. Tendo nós portugueses desperdiçado, em 2001, as comemorações sobre Matteo Ricci e estando já, irremediavelmente, perdidas as de São Francisco Xavier, não seria razoável começar a pensar em aproveitar o bicentenário da morte de D. Alexandre de Gouveia para, em 2008, realizar um evento dedicado à missão portuguesa na China, após a extinção da Companhia de Jesus?

Tenho consciência de que não é um projecto de fácil realização e mais ainda, neste tempo, em que as restrições financeiras obrigam os responsáveis a redefinir as suas políticas, tornando-se óbvio que, nesta reformulação, a história da presença dos portugueses na China não faz parte da lista das prioridades dos nossos governantes. As dificuldades poderão, por conseguinte, ser várias, mas o Dr. Graça de Abreu possui a persistência e a ousadia suficientes para concitar o ânimo das diversas instituições interessadas nos estudos orientais e levar a bom porto esta iniciativa.

¹ «Ignorantes, ambiciosos e impostores», poema de Antóniio Graça de Abreu, *China de seda*, Lisboa, Universitaria Poesia, 2001, p. 62.

Esta seria mais uma forma de reforçar a ideia de que é imperioso continuar a redescobrir e a trazer ao nosso convívio as memórias que, ao longo dos séculos, se foram perdendo e de manter viva a convicção de que enquanto estes pedaços da nossa História se mantiverem enterrados e no tempo esquecidos, Portugal não estará cumprido.

3. ACONTECIMENTOS EM 2003/2004

2003

Exposição «Vasilhame de barro. Do utilitário ao simbólico»

Museu Municipal Prof. Raúl de Almeida (Mafra), a partir de 8 de Novembro

Seminário Internacional «East Asia at the dawn of the 21th century»

Instituto do Oriente (ISCSP), 17 a 20 de Novembro

Colóquio «Cristianismo na China: percursos e proximidades»

Congregação do Verbo Divino, 22 e 23 de Novembro

Lançamento da colecção «Tesouros do Artesanato Português» de Teresa Perdigão e Nuno Calvet

Editorial Verbo e Loja 107, 9 de Dezembro

Exposição «Inovações – do Vitral à Escultura»

Centro Regional de Artes Tradicionais, Porto, 11 de Dezembro a 1 de Fevereiro

I Congresso «Imigração em Portugal»

Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 18 e 19 de Dezembro

2004

Conferência «Quem é ‘O Senhor dos Anéis’?: Mito e Realidade», pelo Prof. Joseph Pearce

Centro Cultural de Lisboa Pedro Hispano e Universidade Católica Portuguesa (Capelania, Faculdade de Teologia e Faculdade de Ciências Humanas), 5 de Janeiro

Sessão-debate «Timor-Leste, Situação Interna e Contexto Internacional»

IASI – Instituto Internacional para o Intercâmbio e os Estudos Asiáticos, 7 de Janeiro

Lançamento da obra *Estudos de metafísica e ontologia. Perspectivas de um horizonte filosófico*, publicação dos principais estudos filosóficos do Prof. José Bacelar e Oliveira S.J.

Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, 16 de Janeiro

Lançamento da obra *Um jantar chinês e outros contos*, de Maria Ondina Braga

Centro Científico e Cultural de Macau, 19 de Janeiro

VII Semana Cultural da China «China Ontem e Hoje: um país rumo ao futuro»

Centro de Estudos Chineses (ISCSP), 19 a 24 de Janeiro

Cerimónia de Comemoração do Centenário da Revista *Brotéria*

Gradiva e *Brotéria*, 14 de Fevereiro

Congresso «Pais no século XXI: um desafio a vencer!!!»

Federação Portuguesa das Associações para a Formação Parental, 27 e 28 de Fevereiro

Jornadas de Bioética «Bioética e Sociedade»

Faculdade de Filosofia (UCP), 4 a 5 de Março

Ciclo de Conferências «Olhares sobre a Indonésia»

Instituto de Estudos Orientais (UCP) e Fundação Oriente, 5 a 31 de Março

Colóquio «A História numa Sociedade em Mudança»

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (UNL), 10 e 11 de Março

Exposição «O ‘Douro – património mundial’ na cerâmica do Douro»

Centro Regional de Artes Tradicionais, Porto, 18 de Março a 27 de Junho

Conferência «História Oral: subjectividade vigiada ou assumida?», pela Prof.^a Manuela Cruzeiro

Departamento de Ciências Sociais e Políticas (Universidade Aberta), 19 de Março

Conferência «Biotecnologia e Bioética: para onde vamos?», pelo Prof. Frei António Moser

Faculdade de Teologia (UCP), 30 de Março

Ciclo anual de conferências e debates «Macau, Portugal e a Ásia: Património, História e Ciências Sociais»

Centro Científico e Cultural de Macau, 30 de Março a 15 de Outubro

Lançamento das obras *Os longos caminhos do ser. Homenagem a Manuel Barbosa da Costa Freitas e O ser e os seres. Itinerários filosóficos de Manuel Barbosa da Costa Freitas*

Universidade Católica Portuguesa e Editorial Verbo, 26 de Abril

6.^{as} Jornadas Luso-Caboverdianas «Portugal e Cabo Verde: dois povos, duas nações, uma história comum»

Universidade Portucalense, 26 a 30 de Abril

Ciclo de conferências comemorativas do 150.^o aniversário do nascimento de Wenceslau de Morais

Centro Científico e Cultural de Macau, Centro de História de Além-Mar e Associação de Amizade Portugal-Japão, 28 de Abril a 26 de Maio

Colóquio Internacional «Representações da História nas Literaturas em Português: incidências comparatistas»

Instituto Piaget, 30 de Abril

Exposição «Euro 2004 e o Futebol»

Câmara Municipal de Lisboa (Pelouro da Cultura), a partir de 20 de Maio

Ciclo de conferências «Euro 2004»

Câmara Municipal de Lisboa (Pelouro da Cultura), 20 a 31 de Maio

«Tenda d'África», comemoração do Dia de África

Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 25 de Maio

Lançamento da obra *O Ensino Privado* de Jorge Cotovio

Universidade Católica Editora, Feira do Livro, Lisboa, 3 de Junho

Exposição «Goa e o Grão Mongol»

Fundação Calouste Gulbenkian, 4 de Junho a 5 de Setembro

Concerto em memória de Aristides de Sousa Mendes

Fundação Aristides de Sousa Mendes e Reitoria da Universidade de Lisboa, Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, 18 de Junho

Conferência «São Vicente na literatura medieval portuguesa» pela Dr.^a Isabel Dias

Conferência integrada nas comemorações «São Vicente, diácono e mártir» promovidas pelo Cabido da Sé Metropolitana Patriarcal de Lisboa, Centro Cultural de Lisboa Pedro Hispano e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Sé Patriarcal de Lisboa, 21 de Junho

Exposição «Leveza: reanimar a filigrana»

Centro Regional de Artes Tradicionais, Porto, 8 de Julho a 6 de Outubro

Exposição «Sanctus Benedictus. São Bentinho»

Mosteiro de Tibães, 9 de Julho

Conferências «Os beneditinos na actualidade» pelo P.º Fr. Paulino de Castro, e «Espiritualidade beneditina» por D. Luís Aranha, Abade do Mosteiro de Singeverga

Mosteiro de Tibães, 9 de Julho

NOTÍCIAS DO CEPCEP

ESTUDOS

A Mobilidade Ocupacional do Trabalhador Imigrante em Portugal.

Embora os imigrantes, na sua maioria, comecem por procurar emprego em trabalhos indiferenciados são muitas vezes portadores de qualificações que lhes permitem um rápido trânsito para outras actividades de alto valor acrescentado a partir do momento em que conseguem dominar a língua portuguesa. Pretende-se com este projecto investigar os fluxos ocupacionais e as trajectórias profissionais dos imigrantes, a partir de uma amostra dos diversos grupos oriundos de alguns Países de Leste, dos países Africanos Lusófonos e do Brasil. Este projecto é feito com a colaboração com o Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento do MSST.

«Activa Multimédia» / «Educar Hoje».

O CEPCEP e a Lexicultural procedem actualmente à actualização de vários volumes desta obra didáctica e de referência. Os novos volumes bem como os volumes revistos serão publicados em Outubro de 2004.

Barómetro Mensal de Desemprego/Emprego.

Este Barómetro visa diagnosticar oscilações do mercado de emprego e antecipar novos ciclos conjunturais, através da análise mensal do desemprego/ emprego na perspectiva dinâmica de “famílias” de activos e inactivos, empregados e desempregados. Este projecto, com início em 2003, ir-se-á prolongar até 2005. Conta com a colaboração do Observatório do Emprego e da Formação Profissional e do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Biografia dos Reis de Portugal.

Embora a História de Portugal não esteja centrada nas figuras da realeza, estas marcaram fortemente o seu tempo, pelo que a análise sistemática de todos os reis poderá contribuir não só para um melhor conhecimento de cada um deles na sua individualidade, como para abrir novas perspectivas para uma compreensão mais cabal e moderna da História de Portugal e da sua articulação com a História da Europa e do mundo. Na sua fase final será uma colecção de 34 volumes, cada um dedicado a seu rei, que será publicada pelo Círculo de Leitores.

Enciclopédia Açoriana.

Pretende ser um repertório, o mais completo possível e actualizado, de conhecimento e informação sobre os assuntos respeitantes aos Açores. Em 1995, iniciou-se a execução do projecto, que começou a funcionar em pleno no ano de 1996. Esta obra, que vem sendo realizada em colaboração com a Direcção Regional da Cultura da Região Autónoma dos Açores, será publicada na Internet. Já foram entregues àquela Direcção Regional as entradas referentes às letras A, B, C, D e E para publicação, prosseguindo os trabalhos relativos às letras seguintes.

East Timor Curriculum Implementation.

Este projecto tem por objectivo a elaboração e validação dos novos conteúdos programáticos para o ensino primário timorense e o lançamento das acções iniciais para a sua implementação. Este projecto decorre no âmbito da UNICEF em Timor.

Inventário da Documentação Arquivística sobre Timor.

Este projecto, que se encontra na sua fase final, visou, em primeiro lugar, a classificação e preservação dos documentos ainda existentes em Timor e o lançamento das bases do Arquivo Nacional de Timor. Por outro lado efectuou-se um levantamento sistematizado de toda a documentação existente em diversos Arquivos e Bibliotecas de Lisboa, Goa, Macau, Holanda e, em menor número, na British Library, Biblioteca Nacional de Paris, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e Arquivos do Vaticano, incluindo ainda trabalhos de reprodução de documentos e de elaboração de catálogos/listagens. Este estudo teve a colaboração do Gabinete do Comissário para a Transição de Timor Leste e, após a sua extinção, do IPAD.

Kaleidoscope Network of Excellence. Projecto europeu inter-universitário no quadro do 6.º Programa-Quadro de Investigação da Comissão Europeia, na vertente «Technology-Enhanced Learning».

Os Imigrantes e a População Portuguesa: Imagens Recíprocas.

O tipo e a forma das relações que se estabelecem entre os imigrantes e a população da sociedade de acolhimento são um resultado do modo como a população

nativa vê os imigrantes e a forma como os imigrantes encaram a sociedade de acolhimento. Este projecto tem dois objectivos. Primeiro obter a informação sobre o grau de satisfação da população imigrante com o país de acolhimento, sobre as suas intenções de retorno ou de reagrupamento familiar e a percepção do racismo e discriminação na sociedade portuguesa. O segundo objectivo pretende avaliar o modo como os portugueses encaram os imigrantes, assim como a sua motivação para os integrar nas esferas social, política e económica da sociedade. Este projecto é financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Situação, Evolução e Desafios do Apoio Domiciliário na Cidade de Lisboa. Trata-se de um estudo realizado junto de actuais e de potenciais utentes, com a colaboração da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e da APEME.

TELEPEERS – Self-regulated Learning in Technology Enhanced Learning Environments at University Level: a Peer Review.

Trata-se de outro projecto europeu inter-universitário que reúne um vasto consórcio de universidades europeias no âmbito da Call do Program e-Learning, da Comissão Europeia (Direcção Geral Educação e Cultura).

PUBLICAÇÕES

Colecção «Estudos e Documentos»

8 – *Breve História dos Ismaelitas. Tradições de uma Comunidade Muçulmana*, Farhad Daftary, tradução de Paulo Pinto, 2003.

9 – *D. Frei Alexandre de Gouveia Bispo de Pequim (1751-1808). Contribuição para o Estudo das Relações entre Portugal e a China*, António Graça Abreu, 2004.

10 – *D. João III e a Formação do Brasil*, vários autores, 2004.

11 – *Contos Populares Alentejanos Recolhidos da Tradição Oral*, António Thomaz Pires, Colectânea, edição crítica e introdução de Mário F. Lages, 2004.

12 – *Portugal e o Período de Transição em Timor Leste*, Gustavo Silva Val-Flores, no prelo.

Extra Colecção

Actas do Congresso Internacional «D. João III e o Império», CEPCEP/CHAM, 2004.